



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**EDINALDO ANTONIO OLIVEIRA SOUZA**

**TRABALHO, POLÍTICA E CIDADANIA:  
TRABALHADORES, SINDICATOS E LUTA POR DIREITOS (BAHIA, 1945-1950)**

Salvador

2015

**EDINALDO ANTONIO OLIVEIRA SOUZA**

**TRABALHO, POLÍTICA E CIDADANIA:  
TRABALHADORES, SINDICATOS E LUTA POR DIREITOS (BAHIA, 1945-1950)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Antônio Luigi Negro

Salvador

2015

---

S729 Souza, Edinaldo Antônio Oliveira  
Trabalho, política e cidadania: Trabalhadores, sindicatos e  
luta por direitos (Bahia, 1945-1950) / Edinaldo Antônio  
Oliveira Souza. - 2014.  
285 f.: il.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Antônio Luigi Negro.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2015.

1. Trabalhadores - Bahia. 2. Cidadania. 3. Direito a greve.  
4. Sindicalismo – Brasil. 5. Trabalhadores – Atividades políticas.  
I. Negro, Antônio Luigi. II. Universidade Federal da Bahia.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

---

CDD: 331.8

---

EDINALDO ANTONIO OLIVEIRA SOUZA

**TRABALHO, POLÍTICA E CIDADANIA:**

**TRABALHADORES, SINDICATOS E LUTA POR DIREITOS (BAHIA, 1945-1950)**

Tese apresentada como requisito final para a obtenção do título de Doutor em História,  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 31 de março de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Antônio Luigi Negro (Orientador)

---

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Fernando Teixeira da Silva

---

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Alexandre Fortes

---

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Aldrin Armstrong Silva Castellucci

---

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Federal da Bahia - UFBA  
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Vinícius Donizete de Rezende

---

Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP  
Universidade Federal da Bahia - UFBA



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Edinaldo Antônio Oliveira Souza		210115270	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
Trabalho, política e cidadania: trabalhadores, sindicatos e luta por direitos (Bahia, 1945-1950)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Antonio Luigi Negro (Orientador - UFBA)		941153207-10	
Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP)		073.130.088-29	
Alexandre Fortes (UFRRJ)		4054889004	
Aldrin Armstrong Silva Castellucci (UNEB)		514.871.015-21	
Vinicius Donizete de Rezende (UFBA)		286.244.888-74	

ATA

Aos trinta e um dias mês de março do ano de 2015, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Edinaldo Antônio Oliveira Souza, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Antonio Luigi Negro, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu aprovar o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

O trabalho atende plenamente as expectativas de pesquisa, redação e expressão, além da qualidade que se espera de uma tese de doutorado em originalidade de análise e meditação de fontes. É um manuscrito merecedor de publicação.

Confet: com o original  
FFCH UFBA

Gilvan Silva dos Santos  
Assistente Administrativo  
PPGH/FFCH/UFBA - Siape 1868281

SSA, 31/03/2015: Assinatura do aluno:

SSA, 31/03/2015: Assinatura da orientadora:

Aos

Meus pais, Cornélio e Mariá, dois trabalhadores.

À

Minha pequena Júlia, que nasceu durante a escrita da tese.

## AGRADECIMENTOS

Embora seja um trabalho individual, a realização de um trabalho acadêmico tem sempre uma dimensão coletiva, visto que, direta e indiretamente, depende da contribuição de outras pessoas e instituições. Pelo relevante papel que desempenharam ao longo desta jornada, gostaria de registrar, de modo especial, os meus agradecimentos:

À minha família, pela compreensão e o apoio nos momentos de ausência e nas angústias e dificuldades enfrentadas ao longo desse percurso. Aos meus pais, Cornélio e Mariá; minha pequena Júlia; minha esposa Cristiane; meus irmãos, Edinélia, Edilson, Edilma e Érica; meus sobrinhos, Kaian, Kaique e Igor; meus cunhados, Adriana e Gilmar; meus amigos, meu muito obrigado por terem suavizado as dificuldades com suas presenças, conversas e brincadeiras.

Ao meu orientador, o professor Antônio Luigi Negro, meu agradecimento especial, por ter confiado e apostado em mim, pela inestimável contribuição intelectual, pela presteza nas instruções e correções da tese; enfim, pelo incentivo e apoio prestado durante todo o processo. Além de orientador, Gino foi um inspirador e companheiro nesta empreitada.

Aos professores Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes, pelas indispensáveis contribuições teóricas, metodológicas e conceituais prestadas durante o exame de qualificação e por aceitarem o convite para participar da banca de defesa da tese. Igualmente, aos professores Aldrin A. S. Castellucci e Vinícius D. Rezende pelas participações nesta banca.

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pelo apoio concedido a esta pesquisa, através do Programa de Apoio à Capacitação Docente (PAC) e ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela oportunidade da realização deste estudo.

Aos servidores das instituições consultadas, pela colaboração prestada durante a pesquisa. Igualmente, ao jovem historiador Pierre Malbouisson, pela colaboração na pesquisa com a fonte jornalística, e à Sra. Cecília Barbosa, pelo trabalho de revisão do texto.

Agradeço, ainda, aos fisioterapeutas Ramon Santos e Jaqueline Tosta, por terem me ajudado a suportar as incômodas dores na coluna e nos braços, adquiridas durante a escrita desta tese.

A todos vocês, meu sincero muito obrigado.

Alfaiates, sapateiros,  
Tecelões e portuários,  
Estivadores, pedreiros,  
Marceneiros e barbeiros,  
Também vocês, camponeses,  
Somos todos proletários!  
Unidos pugnaremos  
Por justiça de salários,  
Por um direito seguro,  
Por melhores vestuários,  
Pela educação dos filhos,  
Pela vida do futuro!

(Camillo de J. Lima, poema do MUT,  
*O Momento*, Salvador, 16 jul. 1945)



## RESUMO

Esta tese aborda a questão da cidadania operária na Bahia nos contextos da redemocratização e durante o governo Dutra (1945-1950). Na Bahia, assim como em outros lugares do Brasil, as conjunturas do final da Segunda Guerra e da redemocratização foram marcadas pela volta do movimento sindical à cena pública e pela eclosão de diversos movimentos reivindicatórios. Trabalhadores e ativistas dinamizaram a vida sindical, promoveram vários movimentos grevistas e redimensionaram os espaços de expressão e participação política da classe trabalhadora. Entrementes, o advento de uma política de massas, com a realização de eleições livres e diretas e a convocação de uma Assembleia Constituinte, sinalizava novas perspectivas de representação política. Nesse contexto, estavam em disputa diferentes propostas de cidadania operária. Contudo, o afluxo grevista foi seguido pela instituição de medidas intervencionistas e repressivas contra os comunistas e o movimento sindical. O estudo procura apreender como essas questões foram experimentadas entre os trabalhadores baianos. Os sujeitos estudados são trabalhadores de diferentes categorias profissionais que, em alguma medida, se engajaram no movimento sindical e nas lutas e negociações por dignidade, direitos, liberdade, participação política, melhores condições de vida e trabalho. A pesquisa utiliza como fontes a imprensa comunista e a grande imprensa; processos trabalhistas; acervos do DOPS relativos ao estado da Bahia; um conjunto de entrevistas com ativistas sindicais realizadas, em 1983, pelo Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea da UFBA; documentos avulsos de empresas e sindicatos, além de dados estatísticos da Justiça do Trabalho, da Justiça Eleitoral e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados alcançados contrariam as teses que afirmaram a ausência de tradições de luta e organização dos trabalhadores baianos na conjuntura estudada. Entre os trabalhadores pesquisados, a reinvenção de uma tradição sindical tanto foi influenciada por questões e expectativas presentes quanto foi informada por experiências sindicais anteriores ao Estado Novo. Alguns sindicalistas traziam nas suas memórias e trajetórias as experiências das organizações e lutas do início da década de 1930 e da convivência com sindicalistas da geração de 1920. Antes, portanto, do advento da moderna indústria petrolífera, já estavam em curso experiências significativas de lutas pela cidadania e de formação de classe na Bahia.

Palavras-chave: Trabalhadores – cidadania – sindicalismo – luta por direitos

## ABSTRACT

This thesis treats the issue of citizenship working in Bahia in the democratization of contexts and during the Dutra administration (1945-1950). In Bahia, as well as in other parts of Brazil, the situations of the end of the war and democracy were marked by the return of the union movement to the public sphere and the emergence of various movements vindicated. Workers and activists streamlined the union life, promoted several strike movements and re-dimensioned spaces of expression and political participation of the working class. Meanwhile, the advent of a mass politics, with the holding of free and direct elections and the convening of a Constituent Assembly, signaled new opportunities for political representation. In this context, were in dispute different proposals for working citizens. However, the striker influx was followed by the introduction of interventional and repressive measures against the Communists and the trade union movement. The study seeks to grasp how these issues were experienced between Bahia workers. The subject are workers from different professional categories, to some extent, engaged in the trade union movement and the struggles and negotiations for dignity, rights, freedom, political participation, better living conditions and work. The research uses as sources the communist press and the mainstream press; labor claims; DOPS collections on the state of Bahia; a set of interviews with union activists held in 1983 by the Oral History Center and Contemporary Documentation UFBA; loose documents of companies and unions, as well as statistical data of the Labor Court, the Electoral Court and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The results obtained contradict the thesis that said the absence of fighting traditions and organization of Bahia and workers in the study environment. Among the surveyed workers, the reinvention of a trade union tradition was influenced both by issues and present expectations was informed by previous union experience to the New State. Some union members brought in their memories and experiences trajectories of organizations and struggles of the early 1930s and coexistence with trade unionists generating 1920. Before therefore the advent of modern oil industry, were already significant experiences course of struggles citizenship and class formation in Bahia.

Keywords: Workers - citizenship - unionism - fight for rights

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Sindicatos de empregados existentes no Brasil (1930-1950)	266
Tabela 2 - Sindicatos oficialmente reconhecidos na Bahia (1931 – 1950)	47
Tabela 3 - Empregos em que parecem predominar os pretos – Bahia, 1936	81
Tabela 4 - Reclamações trabalhistas nas JCJ, Brasil 1941 – 1947	270
Tabela 5 - Reclamações trabalhistas nas JCJ, Bahia 1944 – 1950	281
Tabela 6 - Desempenho dos Partidos nas eleições de 1945 e de 1947 na Bahia	148
Tabela 7 - Resultados eleições municipais de 1947 em Salvador, por legenda	151
Tabela 8 - Resultado dos seis partidos mais votados nas eleições municipais de 1947, na Bahia	153
Tabela 9 – Resultados das eleições municipais de dezembro de 1947 para a Câmara de Vereadores, por legendas (capital e interior)	273
Tabela 10 – Resultado eleições para o Senado (1950)	274
Tabela 11 – Eleições p/ Assembleia Legislativa, votação por legendas (1947 e 1950)	183

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Sindicalistas que assinaram o manifesto contrário às greves em 1945	265
Quadro 2 - Sindicalistas e ativistas sindicais comunistas na Bahia (1945-1950)	267
Quadro 3 - Sindicalismo e trabalhismo na Bahia (1945 -1950)	52
Quadro 4 - Integrantes do MUT na Bahia	62
Quadro 5 - Integrantes de comissões e delegados do Segundo Congresso Sindical	67
Quadro 6 - Integrantes de Comissões no Terceiro Congresso Sindical	269
Quadro 7 - Diretoria Provisória da USTB	77
Quadro 8 – Greves na Bahia em 1945	93
Quadro 9 - Greves na Bahia em 1946	108
Quadro 10 - Resultado das eleições estaduais de janeiro de 1947, por legendas (Bahia)	272
Quadro 11 - Votação dos vereadores eleitos nas eleições municipais de 1947 (Salvador)	151
Quadro 12 - Greves na Bahia (1948-1950)	275
Fotografia 1 - Sindicalistas candidatos a deputados estaduais pelo PCB nas eleições de janeiro de 1947	282
Fotografia 2 – Sindicalistas e outros candidatos a deputados estaduais pelo PCB nas eleições de janeiro de 1947	283
Fotografia 3 - Greve dos canavieiros de Santo Amaro, 1945 ou 1946	284
Fotografia 4 - Greve geral dos têxteis de Salvador, setembro/outubro de 1948	285

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

AGT – Associação Geral dos Trabalhadores

ALB – Assembleia Legislativa da Bahia

ANL - Aliança Nacional Libertadora

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

APMC – Arquivo Público Municipal de Cachoeira

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

CCDS – Comissão Central de Defesa da Liberdade Sindical

CE - Comitê Estadual

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social

CEIN – Companhia Empório Industrial do Norte

CEP – Comissão Especial de Preços

CFF – Companhia Fabril dos Fiais

CJT – Câmara de Justiça do Trabalho

CLC – Companhia Linha Circular

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CM – Comitê Municipal

CMB – Companhia Minas da Bahia

CNB – Companhia de Navegação Baiana

CNI – Confederação Nacional das Indústrias

CNT- Confederação Nacional do Trabalho

CPD – Comitê Popular Democrático

CPFS – Comissão Pro-Fortalecimento Sindical

CPSTB – Comissão dos Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Baianos

CPTC – Comissão Permanente do Terceiro Congresso

CPUFB – Companhia Progresso e União Fabril da Bahia

CR – Comitê Regional

CRT – Conselho Regional do Trabalho

CTB – Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil

CTOS – Comissão Técnica de Orientação Sindical

CVI – Companhia Valença Industrial

DE – Diretório Estadual

DEOPS – Delegacia de Ordem Política e Social

DNT – Departamento Nacional do Trabalho

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DPS – Divisão de Polícia Política e Social

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

ED – Esquerda Democrática

FGTB- Federação Geral dos Trabalhadores Baianos

FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IAPI - Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JCJ – Junta de Conciliação e Julgamento

LIR – Lavoura e Indústria Reunidas

MT – Ministério do Trabalho

MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores

NHODOC - Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea

PCB – Partido Comunista do Brasil

PPS – Partido Popular Sindicalista

PR – Partido Republicano

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI - Serviço Social da Indústria

SSP – Secretaria de Segurança Pública

STCUS – Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos de Salvador

STE – Superior Tribunal Eleitoral

STIASA – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro

STIFTS – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Salvador

SUAS - Sociedade União de Artífices Santamarenses

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TRT5 – Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UDN – União Democrática Nacional

UEB – União dos Estudantes da Bahia

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

USTB – União Sindical dos Trabalhadores Baianos

UTC – União dos Trabalhadores da Circular

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>“NÃO É POSSÍVEL PAZ, PROGRESSO E DEMOCRACIA SEM OU CONTRA O MOVIMENTO OPERÁRIO”.....</b>	<b>30</b>
1.1 TRABALHADORES E MOBILIZAÇÃO PATRIÓTICA NA BAHIA.....	31
1.2 TRABALHADORES, SINDICATOS, DEMOCRACIA E A “UNIÃO NACIONAL”.....	37
1.3 CORPORATIVISMO E EXPERIÊNCIAS SINDICAIS DOS TRABALHADORES.....	44
1.4 TRABALHADORES E EXPERIÊNCIAS INTERSINDICAIS NA BAHIA.....	60
<b>1.4.1 O Movimento Unificador dos Trabalhadores.....</b>	<b>61</b>
<b>1.4.2 O Segundo e o Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos.....</b>	<b>64</b>
<b>1.4.3 A CTB e a USTB.....</b>	<b>76</b>
1.5 QUESTÕES DE COR, RAÇA, GÊNERO, CLASSE E TRABALHO.....	81
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>A MOVIMENTAÇÃO GREVISTA E OUTRAS AÇÕES REIVINDICATÓRIAS (1945-1946).....</b>	<b>90</b>
2.1 AS GREVES DE 1945.....	93
2.2 AS GREVES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1946.....	106
2.3 MUDANÇAS CONJUNTURAIS E REFLUXO GREVISTA.....	123
2.4 A NEGOCAIÇÃO DIRETA E A VIA JURÍDICA.....	129
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>TRABALHADORES, SINDICATOS E POLÍTICA.....</b>	<b>138</b>
3.1 AS ELEIÇÕES DE 1945 E 1947 NA BAHIA.....	139
3.2 ECOS DAS REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS NO PARLAMENTO.....	157
3.3 ANTICOMUNISMO E REPRESSÃO AO MOVIMENTO SINDICAL.....	158
<b>3.3.1 Permanecer nos sindicatos.....</b>	<b>164</b>
<b>3.3.2 A cassação do PCB e sua repercussão na Bahia.....</b>	<b>168</b>



3.4 AS ELEIÇÕES DE 1950: OS TRABALHADORES E O GETULISMO.....	177
--	-----

#### **CAPÍTULO 4**

<b>REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS, ATIVISMO SINDICAL E REPRESSÃO, DURANTE O GOVERNO DUTRA.....</b>	<b>186</b>
---	------------

4.1 A LUTA PELO ABONO NATAL E O DESCANSO SEMANAL REMUNERADO...	196
--	-----

4.2 CONTRA A ASSIDUIDADE 100%: O CASO DOS EMPREGADOS DA CLC.....	205
--	-----

4.3 A GREVE EM PROCESSO E O PROCESSO CONTRA A GREVE: O CASO DOS EMPREGADOS TÊXTEIS DE SALVADOR.....	214
--	-----

4.4 GREVES E REPRESSÃO NAS USINAS DE AÇÚCAR NO RECÔNCAVO.....	225
---	-----

4.5 OS MOVIMENTOS GREVISTAS DE 1950.....	234
--	-----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>243</b>
----------------------------------	------------

<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>250</b>
---	------------

<b>APÊNDICES.....</b>	<b>264</b>
-----------------------	------------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>281</b>
--------------------	------------

## INTRODUÇÃO

“Mestra de todos os brasileiros na arte de conciliação e da ciência da contemporização”. Assim, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre caracterizou a Bahia em uma das suas passagens por Salvador, em janeiro de 1949.<sup>1</sup> Essa representação da Bahia como repositório de “tradições e valores caracteristicamente brasileiros”, um caso exemplar de “culturas que se interpenetram”, de “antagonismos sociais que se harmonizam”, de “raças que se aproximam umas das outras, com preconceitos cada vez menores a separá-las”, difundida pelo cientista social pernambucano e, então, deputado federal udenista, não lhe era exclusiva. Pois, informou o pensamento social sobre a Bahia e os baianos, sua História e tempo presente.<sup>2</sup>

Indissociável dessa imagem idealizada da sociedade estava a representação da mulher negra, uma trabalhadora, exaltada pela sensualidade, os dotes culinários e maternais, a intimidade e a afabilidade no trato com os outros sujeitos sociais. Eram as vendedoras de rua, “negras velhas de peitos caídos, mães das mulatas mais belas dos Brasis” e as empregadas no serviço doméstico, mulatas “com mãos quase de anjos agradando os ioiôs”, “criando grandes senhores”, “penteando as iaiás, dando cafuné nas sinhás”, presentes nos escritos de Freyre. Essa representação da sociedade e da mulher trabalhadora, embora evidenciasse, dificultou a abordagem das tensões de trabalho, cor, raça, gênero e classe na Bahia.<sup>3</sup>

No contexto em foco nesta pesquisa, a eleição de Otávio Mangabeira para governador da Bahia, em 1947, louvado pela imprensa como “o maior dos baianos vivos”, representaria a restauração de uma Bahia quatrocentona, com tradições de uma sociedade aristocrática e patriarcal, em que as diferenças e os conflitos sociais eram suavizados pela intimidade,

<sup>1</sup> “Na Bahia, estou sempre entre amigos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 14 jan. 1949, p. 3.

<sup>2</sup> FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Edson Nery da Fonseca (Org.). Salvador: Fundação das Artes/Empresa Gráfica da Bahia, 1990. Ver também: “A Bahia confirmou suas tradições de cordialidade”. *Diário de Notícias*, Salvador, 21 nov. 1948, p. 2.

<sup>3</sup> Para uma discussão metodológica sobre a inter-relação das categorias classe, cor, raça e gênero na pesquisa histórica, ver: STOLKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?” *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, jun. 1991, pp. 101-117; GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; 34ª ed., 2002; NEGRO, Antônio L. “Chicote para espezivar os brios do trabalhador nacional? Racismo e comunismo em Monteiro Lobato; trabalhismo e comunismo entre os trabalhadores”. In: NEGRO, Antônio L.; SOUZA, Evergton S.; BELLINI, Lígia (orgs). *Tecendo histórias: espaço, política e identidade*. Salvador: Edufba, 2009, pp. 231-247; SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS Corpo, 1990; Idem. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, pp. 63-95. Ver também: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; DEL PRIORE, Mary. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: Marcos Cezar Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 217-235.

cordialidade, conciliação e conagração entre raças, culturas e classes.<sup>4</sup> Era, pois, a reconquista pela Bahia do “seu destino histórico de guardiã de nossas mais nobres tradições”.<sup>5</sup>

Outro paradigma que informou a historiografia baiana do período republicano foi o do “enigma baiano”, expressão utilizada por Otávio Mangabeira na campanha eleitoral de 1947 - e insistentemente reafirmada por uma geração de intelectuais das elites letradas - em referência ao suposto quadro de “atraso” com que descreveram a situação do estado em meados do século XX. Ressentidos com as mudanças políticas engendradas pela revolução de 1930, ou mirando uma política de desenvolvimento econômico-industrial, em tese, vicejante em São Paulo, estes analistas idealizaram o período imperial, considerado como um “passado de glórias” e enfatizaram os fatores históricos econômicos, político-institucionais e socioculturais que explicariam o suposto quadro de retrocesso da Bahia no período republicano. Atraso, tradição, cordialidade e conciliação tornaram-se, por muito tempo, a fórmula utilizada por diversos analistas das relações socioeconômicas e raciais na Bahia republicana.<sup>6</sup>

Comparativamente com a tradição de estudos sobre o século XIX e as elites políticas baianas no período republicano, não muitas pesquisas trataram especificamente dos trabalhadores e do movimento sindical na Bahia. Quando o fizeram, quase sempre, priorizaram os petroleiros e o contexto do “novo sindicalismo”, por considerarem que essas experiências melhor representariam um processo de formação de classe entre os trabalhadores baianos. Noutras situações, tenderam a focalizar os processos de trabalho, o cotidiano dos trabalhadores e a questão de gênero.

Preocupados com os impactos socioeconômicos da implantação da indústria petrolífera no Recôncavo baiano e da integração desta região ao mercado interno nacional, no final da década de 1950, os sociólogos Luiz Aguiar Costa Pinto e Thales de Azevedo

---

<sup>4</sup> Sobre o pensamento social relativo à Bahia e aos baianos nesse período, ver: NEGRO, Antônio L. “Roma negra vence Atenas, mas não o enigma brasileiro”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, out. - dez. 2012, pp. 1356-1361. Ver também: SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 -1949)*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

<sup>5</sup> MAGALHÃES, Juracy. “Símbolo das aspirações do povo baiano”. *Estado da Bahia*, Salvador, 28 dez. 1946, pp. 1, 3; “O comício ontem. Mais de 40.000 pessoas na Praça da Sé”. *Ibidem*. Ver também: NEGRO, Antônio Luigi. “No Caminho de Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949)”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 33, pp. 141-164, dez. 2012.

<sup>6</sup> Este viés discursivo aparece em escritos de autores como Thales de Azevedo, Rômulo Almeida, Braz do Amaral, Clemente Mariani, Manoel Pinto de Aguiar, Otávio Mangabeira, Luiz Viana Filho e outros. Igualmente, em setores da imprensa, sobretudo *A Tarde* e o *Jornal da Bahia*. A título de exemplo, ver: GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Planejamento*. Revista da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, v. 5, n. 4. Salvador: Fundação de Pesquisas – CPE, set./out. 1973. Para uma crítica a esta literatura, ver: NEGRO, Antônio L.; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. In: *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº 1, 2006.

vislumbraram, no plano das relações sociais de trabalho, a coexistência dualista de práticas tradicionais (paternalistas) e modernas (secularizadas, contratuais). Naquelas predominavam os trabalhadores locais e os catingueiros<sup>7</sup>, sem qualificação, cujas qualidades – quase atávicas - estariam na força física, na fidelidade, na obediência e na passividade. Nas práticas modernas estavam os empregados qualificados, sobretudo os técnicos e burocratas da Petrobrás, na sua maioria, advindos de outros estados e até de fora do Brasil, além de alguns formados na Bahia. Estes percebiam salários muito mais elevados, seriam mais “eficazes” e “produtivos” e possuiriam mais consciência de classe, espírito associativo e sindical.<sup>8</sup> Formariam assim uma espécie de “aristocracia operária”, compondo uma nova classe média juntamente com os comerciantes, funcionários públicos e profissionais liberais. O nível de escolaridade, os elevados salários e o comportamento político desses empregados tendiam a mantê-los isolados dos demais segmentos operários, afirmava Azevedo.<sup>9</sup>

L. A. Costa Pinto examinou o impacto dessas mudanças econômicas e sociais em seis diferentes zonas econômicas do Recôncavo: da pesca e do saveiro, do açúcar, do fumo, da agricultura de subsistência, do petróleo e na urbana, representada, especialmente, pela cidade de Salvador e sua região metropolitana. Conforme analisou, nas quatro primeiras zonas, a despeito da existência de atividades qualificadas e efetivamente proletárias - identificadas, sobretudo, nas usinas de açúcar e na indústria fumageira -, no geral ainda encontravam-se “mais presentes e mais puros os remanescentes e as sobrevivências dos padrões tradicionais”.<sup>10</sup> Para Costa Pinto,

o padrão tradicional repousava sobre a total submissão do trabalhador ao patrão, do qual ele era dependente, compadre, protegido, afilhado, servidor e servo; na órbita pessoal do patrão e de sua família girava o trabalhador e sua família também; entre eles não havia somente uma relação econômica de emprego e salário, mas, também, relações mais íntimas, das quais dependia sua vida do nascimento à morte.<sup>11</sup>

Essa relação, segundo o autor, envolvia expectativas e obrigações recíprocas: “Pedir auxílio ao protetor em caso de necessidade, e ser atendido, era uma legítima expectativa por parte do empregado e legitimada pelo fato de ele, em troca, dar ao patrão fidelidade, trabalho,

<sup>7</sup> Migrantes sertanejos que fugiam da seca.

<sup>8</sup> COSTA PINTO, L. A. “Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana”. In: BRANDÃO, Maria A. (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALBa; UFBA, 1998, p. 101- 183.

<sup>9</sup> AZEVEDO, Thales de. “O advento da Petrobrás no Recôncavo”. In: BRANDÃO, op. cit., pp. 186-216. Ver também: AZEVEDO, Thales de. *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960.

<sup>10</sup> COSTA PINTO, “Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana”, op. cit., pp. 108/9.

<sup>11</sup> *Ibidem*, pp. 171/2

defesa e voto”, dizia.<sup>12</sup> Por seu turno, o padrão moderno, característico do novo trabalhador industrial que ali ia surgindo, comportava “maior eficiência e produtividade, mas, em compensação, mais consciência de classe, mais espírito associativo e sindical, mentalidade reivindicativa, legislação trabalhista em punho, menos servilismo, fidelidade pessoal e obediência”.<sup>13</sup> Parafraseando E. P. Thompson, na perspectiva desses autores, “a noção muito simplificada da formação da classe operária” é a de um “processo determinado”, representado pela equação: energia a motor + sistema industrial = classe operária.<sup>14</sup>

Embora dessem visibilidade aos mundos do trabalho locais, num contexto em que os estudos produzidos no sudeste, especialmente em São Paulo, generalizavam as experiências daquela região para todo o Brasil, as análises desses estudiosos foram profundamente influenciadas pelos paradigmas que informavam o pensamento social em nível local e nacional. Dessa forma, ajudaram a difundir os estigmas do atraso, da submissão, resignação, cordialidade, subserviência e ausência de valores e sentimentos classistas que maculavam a história dos trabalhadores baianos e nordestinos.

Além de expressarem uma “visão a partir do alto”, essas abordagens foram influenciadas pela teoria do populismo e pela tese da heteronomia operária.<sup>15</sup> Uma combinação de dados históricos com preconceitos: a origem rural do novo proletariado, a dificuldade de adaptação ao ambiente fabril e urbano, a rotatividade da mão de obra, a ausência de tradições de luta e organização coletiva e, por outro lado, a política repressiva e as estratégias de persuasão e cooptação governamental (propaganda e outorga de direitos trabalhistas) teriam impossibilitado a formação de uma consciência ou identidade de classe. Débil, submissa e tutelada, com o advento da política de massas no pós 1945, a classe trabalhadora teria sucumbido à manipulação por políticos populistas, lideranças sindicais

---

<sup>12</sup> COSTA PINTO, “Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana”, op. cit., pp. 173.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 170

<sup>14</sup> MERRILL, Michael. “Uma entrevista com E. P. Thompson (1976)”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, jan.-jun. 2014, pp. 418/9.

<sup>15</sup> Em que pesem as especificidades e contradições apresentadas, os teóricos do populismo afirmavam que, no primeiro governo Vargas (1930-1945) e no contexto da redemocratização (1945 -1964), a transição acelerada de uma sociedade tradicional, agrária, paternalista, de participação política restrita, para uma sociedade moderna, urbana e industrial, de participação política ampliada, impactou negativamente na organização e no comportamento político do operariado. Para um balanço crítico desses estudos, ver: GOMES, Ângela de Castro. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge [org.]. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 17-57; SILVA, Fernando T. da; COSTA, Hélio. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. *Idem*, pp. 205-271; FORTES, Alexandre; NEGRO, Antônio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. [orgs.]. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil Republicano; v. 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 181-211.

cooptadas por partidos políticos, como o PCB e o PTB, pelo governo e por outras classes sociais.<sup>16</sup>

Publicado em 1987, um ensaio do sociólogo Francisco de Oliveira sobre a constituição das classes sociais em Salvador assume uma perspectiva analítica apoiada no paradigma do atraso e na teoria do populismo. Para Oliveira, o padrão de relações socioeconômicas herdado do período colonial e escravocrata teria perdurado na Bahia até a década de 1950, quando fora superado pelo advento da moderna indústria petrolífera. Contudo, o novo grupo operário representado pelos petroleiros teria permanecido isolado dos “outros *irmãos de classe* empregados ainda em indústrias tecnicamente atrasadas”.<sup>17</sup>

O reduzido peso numérico dos petroleiros no conjunto dos trabalhadores, a marcada diferenciação salarial, a importância atribuída ao emprego na empresa estatal, o envolvimento numa espécie de “jogo corporativista” que lhes garantia o acesso aos direitos assegurados na CLT, bem como as amarras impostas pelo sindicalismo oficial e a atração pelas ideologias nacionalista e regionalista teriam impossibilitado a formação de uma identidade ou “consciência de classe” operária, na Bahia. Segundo Oliveira, os empregados da Petrobrás não viam a empresa como um *inimigo* e o sindicato funcionava “como *correia de transmissão*”<sup>18</sup> entre a base e o sistema político de representação institucional. Logo, teriam falhado na missão de “modernizar” a luta de classes na Bahia.<sup>19</sup>

Esse mesmo viés analítico foi assumido por Antônio Sérgio Guimarães, em estudo publicado em 1988 sobre trabalhadores e formação de classe na Bahia. Para Guimarães, até meados da década de 1950 as marcas características do operariado baiano eram: insignificância numérica, dispersão, desemprego, informalidade, baixo acesso aos direitos trabalhistas, indistinção em meio ao conjunto da “massa pobre”, ausência de identidade e valores classistas e pouca disposição para organização e lutas coletivas.

A criação da Petrobrás e o advento de um processo de industrialização teriam possibilitado que o proletariado baiano deixasse de ser uma “parcela quase insignificante” para se tornar uma “parcela ponderável da população baiana”. Contudo, esse novo segmento operário encontraria os limites de sua ação reivindicatória, bem como da formação da sua

---

<sup>16</sup> SILVA; COSTA, “Trabalhadores urbanos e populismo”, op. cit., pp. 220/1.

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Francisco de. *O Elo Perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 64 - 76.

<sup>18</sup> A concepção leninista de sindicatos como “correias de transmissão” foi apropriada por estudos da Sociologia e da Ciência Política sobre o movimento sindical no Brasil na conjuntura do populismo. Essa tese foi reafirmada no estudo de Francisco de Oliveira sobre classes e identidade de classes na Bahia. Op. cit., p. 70.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, F. *O Elo Perdido*, op. cit., pp. 69/70.

identidade de classe “na ideologia desenvolvimentista, percebida numa perspectiva regionalista”, também na sua origem forasteira, nos altos salários percebidos em relação ao conjunto do operariado e no predomínio dos interesses corporativos.<sup>20</sup> Para esses autores, se antes a classe inexistia, com os petroleiros ela estava em formação, mas ainda “sem uma consciência de classe”.

Além da carência de pesquisa empírica abrangente, essa linha de interpretação, tributária de um modelo pré-concebido de classe, consciência de classe e de cidadania, idealizado a partir de uma versão consagrada da diversificada experiência europeia, o paradigma da modernização, pressupunha a expectativa de encontrar certo padrão de comportamento político entre os trabalhadores. Não por acaso, as palavras-chave de suas assertivas são atraso e submissão; marginalidade e fraqueza. Em lugar dessa visão simplificada, esta pesquisa se deparou com trabalhadores presentes ao seu próprio fazer-se, trabalhadores que não aguardaram a “modernidade” para se unir em experiências de classe.

No Brasil, desde meados dos anos 1980 essas premissas têm sido contestadas por pesquisas empíricas, apoiadas nos fundamentos metodológicos das Histórias Social e Cultural. Estudando o processo de constituição da identidade de classe em um grupo operário de origem rural, numa fábrica têxtil com vila operária, na pequena cidade de Paulista, em Pernambuco, José Sérgio Leite Lopes observou que nesse sistema, caracterizado pela superposição de práticas tradicionais (paternalistas) às formas modernas (institucionalizadas, impessoais) de dominação de classe típicas da grande indústria, a construção da cultura operária perpassava tanto pela resistência quanto pela apropriação e reinvenção dos mecanismos de dominação pelo empregado.<sup>21</sup>

Assim sendo, a “autoconstrução” de uma “consciência de classe” perpassava tanto pela “microfísica da resistência” ao nível das seções da fábrica, pelas greves de toda a fábrica e pela luta judiciária em defesa dos direitos trabalhistas, quanto por outras experiências compartilhadas pelos empregados fora da fábrica, nos diversos espaços de sociabilidade.<sup>22</sup> Pelas características semelhantes às de algumas das categorias profissionais ora pesquisadas, especialmente os têxteis, canavieiros e fumageiros, essa linha de análise ajuda a explicar as experiências organizativas e os movimentos reivindicatórios, bem como a formação de uma identidade coletiva entre os trabalhadores baianos.

---

<sup>20</sup> GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Um sonho de classe*. Trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta. São Paulo: HUCITEC, 1988, pp. 48- 54.

<sup>21</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”*, 1. ed.. São Paulo, Marco Zero, 1988, pp. 20, 21.

<sup>22</sup> LEITE LOPES, José Sérgio. “A Formação de uma cultura operária”. In: *Tempo & Presença*, Nº 220, 1987, s/p.

Igualmente, em *A invenção do trabalhismo*, Ângela de C. Gomes afastou-se da tese do populismo, assumindo um enfoque teórico que considerava a cidadania da classe trabalhadora como “um fenômeno histórico” que envolvia um longo e inconcluso processo de lutas entre propostas distintas de diversos atores políticos, destacando a interlocução dos trabalhadores com o Estado. A autora rejeitava, assim, os modelos pré-concebidos de classe, consciência de classe e cidadania operária e reconhecia o protagonismo da classe trabalhadora no seu fazer-se “como ator político no Brasil”.<sup>23</sup> Como ela própria explicou mais tarde, o estudo afastava-se da dicotomia, muito vigente à época, entre autonomia e heteronomia operária e reconhecia a classe trabalhadora como um “sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades”.<sup>24</sup> Contudo, ao sugerir a existência de um “pacto trabalhista”, acabou edulcorando a relação do Estado (tratado como um ator único) com os trabalhadores e dando pouca atenção aos conflitos de classes.

Por seu turno, em estudo sobre os metalúrgicos do ABC paulista entre 1900 e 1950, John D. French questiona as interpretações que reduziram a intervenção governamental nas relações de trabalho no pós-1930 a um substrato da dominação burguesa.<sup>25</sup> Apesar de identificar “um fosso permanente” entre a existência da lei e a sua aplicação real, o autor questiona as versões da outorga, artificialidade e fraude burguesa, atribuídas à CLT. Ao invés disso, ele considera a legislação trabalhista como “um poderoso substrato dos conflitos” de classe, onde as demandas dos trabalhadores por justiça e a existência de injustas condições de trabalho “combinavam-se para criar uma poderosa ‘consciência legal’”.<sup>26</sup>

Parafraseando Fernando T. da Silva e Hélio da Costa, isso indica que a legislação trabalhista não implicou invariavelmente restrição à organização e mobilização dos trabalhadores. A análise de conjunturas específicas tem indicado que a mediação legal tanto “podia limitar como criar oportunidades para a ação operária”.<sup>27</sup> Apesar da ineficácia na aplicação das leis e da falta de fiscalização ou da conivência das autoridades com a burla patronal, os trabalhadores acionavam o aparato legislativo e jurídico trabalhista por

---

<sup>23</sup> GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005, p. 9.

<sup>24</sup> Idem. “O populismo e as ciências sociais no Brasil...”, op. cit., p. 46. A noção de “pacto trabalhista” foi levada às últimas consequências por Jorge Ferreira. Ver: FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário do povo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997; Idem, “O nome e a coisa...”, op. cit.

<sup>25</sup> FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1995, pp. 265/8. Ver também: FRENCH, J. D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

<sup>26</sup> SILVA; COSTA, “Trabalhadores urbanos e populismo”, op. cit., pp. 233.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 231.



entenderem que “o domínio da lei” podia impor limites ao poder arbitrário e privado patronal, fazendo emergir o que Maria Célia Paoli chamou de “crença simbólica nos direitos”.<sup>28</sup>

Apoiados em pesquisa empírica e fundamentados nas discussões de E. P. Thompson sobre classe, experiência e consciência de classe, hegemonia cultural e paternalismo<sup>29</sup>, e também nos conceitos de apropriação e ressignificação cultural, da História Cultural<sup>30</sup>, estudos desenvolvidos desde a década de 1990 têm procurado apreender na prática social como os trabalhadores se apropriaram dos discursos do Estado e de outros interlocutores políticos, bem como dos instrumentos jurídicos, legislativos e administrativos governamentais e os reinventaram nos termos das suas próprias experiências, valores e tradições culturais.<sup>31</sup>

Os resultados alcançados nessas pesquisas têm contrariado tanto a tese da heteronomia operária quanto a perspectiva de uma autonomia irrestrita, avessa às mediações legais e institucionais e à aliança com outros atores políticos. Em lugar de uma “massa amorfa”, incapaz, submissa, manipulada, cooptada e traída pelos governantes e/ou por lideranças sindicais e partidárias, a classe trabalhadora aprece como um sujeito político que faz escolhas, luta, negocia e reivindica direitos, dentro de um campo de possibilidades.

A partir das reflexões de E. P. Thompson acerca de paternalismo e hegemonia cultural, o populismo tem sido pensado como “um campo de força comum” no interior do qual estavam aprisionados os diferentes atores (trabalhadores, autoridades públicas e patrões).

---

<sup>28</sup> PAOLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos da fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira”. In: LEITE LOPES, J. S. (org.). *Cultura e identidade operária*. São Paulo: Marco Zero, 1987, p. 154. Apud. SILVA; COSTA, op. cit., p. 232. Ver também: PAOLI, Maria Célia. *Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania e leis do trabalho no Brasil: de 1930 a 1950*. Tese de doutoramento. London University, Londres, 1984.

<sup>29</sup> Ver: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Idem, “As peculiaridades dos ingleses”. In: NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio [orgs.]. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001, pp. 75-179; Idem, “Patrícios e plebeus”. In: \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp. 25-85.

<sup>30</sup> Ver: CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, v.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideais de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

<sup>31</sup> FRENCH, *O ABC dos operários*, op. cit.; SILVA, Fernando T. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Santos, SP: Hucitec, 1995; COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995; FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004; NEGRO, Antônio Luigi. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Boitempo, 2004; Idem, “Ignorantes, Sujos e Grosseiros: uma reinvenção da história do trabalhismo”. *Trajetos*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol.2, nº 4, 2003; FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997. Ver também: REIS, José Roberto F. “Cartas a Vargas: entre o favor, o direito e a luta política pela sobrevivência.” *Lócus*, vol. 7, nº 2. Juiz de Fora: 2001.

Assim sendo, em lugar de manipulação, submissão e obediência cega, podia funcionar uma “via de mão dupla”, onde os trabalhadores se apropriavam seletivamente de discursos e invenções trabalhistas e os ressignificavam ou reinventavam de acordo com suas experiências, interesses e expectativas. Como assinalaram Silva e Costa: “Ao contrário da adesão cega e ativa, podia funcionar um pragmático realismo com elevado senso de cálculo em torno dos retornos (materiais e simbólicos) possíveis”.<sup>32</sup>

Com efeito, a legislação trabalhista e a Justiça do Trabalho deixaram de ser vistas como simples instrumentos de dominação de classe, passando a ser tratadas como “um produto social” e articuladas à dinâmica dos processos sociais, onde o Estado, os patrões e os empregados lhes atribuíam “significados sociais distintos”. Para os trabalhadores, podiam representar “direitos pelos quais valia a pena lutar”.<sup>33</sup> O presente estudo se apresenta como uma oportunidade de se testar, a partir da pesquisa empírica, como essas questões se manifestaram na prática social.

Quais as principais propostas e demandas reivindicatórias do movimento sindical e dos trabalhadores baianos no contexto da redemocratização? Como os sindicalistas e a classe operária se comunicaram com discursos e propostas de partidos, grupos e lideranças políticas? Como se relacionaram com o corporativismo sindical, a legislação trabalhista, a Justiça do Trabalho, as autoridades e instituições públicas? Em que medida as variáveis conjunturais impactaram nas ações e nas pautas reivindicatórias dos trabalhadores baianos no contexto pesquisado? Em que circunstâncias as distinções de cor e de gênero impactaram nas relações de classe e de trabalho? Estas são questões tratadas neste estudo. A abordagem não prescinde da relação entre o “particular” e o “geral”. Como assinalaram Silva e Costa, “a escala reduzida de observação é um laboratório experimental privilegiado de análise” desde que “a especificidade do ‘caso’ seja inteligível, significativa e capaz de diálogo com outras experiências e questões históricas”.<sup>34</sup>

---

<sup>32</sup> SILVA; COSTA, “Trabalhadores urbanos e populismo”, op. cit., p. 225.

<sup>33</sup> LARA, Silvia H. & MENDONÇA Joseli M. N. [orgs.]. *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006, p. 11-12. Ver também: THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; FORTES, Alexandre [et. al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999; GOMES, Ângela C.; SILVA, Fernando T. [orgs.]. *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Capinhas, SP: Editora Unicamp, 2013.

<sup>34</sup> SILVA; COSTA, “Trabalhadores urbanos e populismo”, op. cit., p. 214. Para pensar a relação entre micro e macro escalas de análise, ver: LEVI, Giovanni. “Sobre a micro história”. In: BURKE, Peter [org.]. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992, pp. 133-161; GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989; REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV: 1998.

Na Bahia, desde a década de 1980 a historiografia sobre o século XIX – especialmente os estudos sobre a escravidão – tem desmascarado as clivagens de cor, classe e status social, evidenciando o universo de conflitos e negociações que marcaram as relações entre proprietários e subalternos no interior da sociedade patriarcal brasileira. Nessa perspectiva, têm-se desvendando múltiplas práticas de solidariedade e estratégias empreendidas pelos subalternos na luta pela sobrevivência, por liberdade, “benefícios”, “vantagens” e direitos, inclusive descortinando greves, motins e protestos.<sup>35</sup> Todavia, exceções à parte, sobre o período republicano ainda pairam os estigmas do atraso e da cordialidade.

Uma das exceções é o estudo de Aldrin Castellucci sobre os operários baianos na conjuntura da Primeira Guerra. Nesse, o autor focalizou a estrutura social da capital baiana, as condições de vida e trabalho e as formas de organização e expressão do proletariado urbano, ressaltando as especificidades de uma classe operária essencialmente brasileira, negra e mestiça. Analisando a dinâmica das organizações operárias, greves e motins operários, que, certas vezes, transcenderam os limites da capital Salvador e se propagaram pelo Recôncavo baiano, o autor identificou um complexo jogo de alianças políticas e de estratégias de negociações empenhado pelos empregados na luta por direitos, apontando assim para uma multifacetada cultura operária.<sup>36</sup>

Ambientado no contexto desta pesquisa, o estudo de Joaci Cunha focalizou a experiência sindical e os movimentos grevistas dos trabalhadores nas usinas de açúcar de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, entre 1945 e 1964. Apesar do mérito de ter dado visibilidade à história de um importante segmento da classe trabalhadora baiana, sua análise foi excessivamente influenciada pelo discurso pecebista, pela perspectiva das memórias de ex-militantes comunistas e pela teoria do populismo. Com efeito, o autor deu pouca atenção à movimentação grevista do período de 1945 a 1947, considerando que nessa conjuntura o comportamento político do proletariado baiano teria se pautado nos “princípios colaboracionistas” da “união nacional” e do “reformismo liberal”, preconizados pelo PCB.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; REIS, João José. “A greve negra de 1857”. In: *Revista USP*. São Paulo, v. 18, 1993; REIS, J. J.; AGUIAR, Márcia Gabriela D. “Carne sem osso e farinha sem Caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. In: *Revista de História*, n° 135, 1996; FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de cativos e libertos na Bahia, 1870 – 1910*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

<sup>36</sup> Ver: CASTELLUCCI, Aldrin A. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise*. Salvador: Fieb, 2004. Ver também: SANTOS, Mário Augusto S. *A República do Povo. Sobrevivência e Tensão*. Salvador: Edufba, 2001.

<sup>37</sup> CUNHA, Joaci de Souza. *Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)*. 292 fls. Dissertação (Mestrado em História), Salvador, UFBA, 1995.

Em contrapartida, o autor privilegiou o período de 1948 a 1953/4, por considerá-lo um “intervalo radical” ou um “eclipse do populismo”. As medidas repressivas e legais instituídas pelo governo Dutra, a partir de 1947, e a linha esquerdista preconizada pelo PCB, a partir de 1948, teriam provocado a “desarticulação do sindicalismo de tipo populista que vicejava desde o fim do Estado Novo”.<sup>38</sup> Isso teria levado ao surgimento de um vigoroso movimento reivindicatório dos trabalhadores nas usinas de açúcar, organizado pela base e coordenado por uma associação civil, a Sociedade União de Artífices Santamarenses (SUAS), uma espécie de sindicato paralelo, que adotou a ação direta como principal instrumento de luta dos canavieiros. Com a volta de Getúlio Vargas à presidência de República, em 1951, o fim do controle policialesco sobre as entidades sindicais e a suspensão do atestado de ideologia, os comunistas retornaram aos “sindicatos oficiais”, segundo o autor, selando o retorno do “pacto populista”.<sup>39</sup> Nessa perspectiva, a agência dos trabalhadores acabou subsumida pelos fatores conjunturais (orientações da cúpula partidária e ação do Estado populista).

Na perspectiva proposta nesta pesquisa, até então, o estudo mais inovador é a tese de José R. Fontes sobre a classe trabalhadora baiana entre 1930 e 1947. A partir da fonte jornalística e de fontes esparsas da Justiça do Trabalho, o autor focalizou tanto o movimento sindical e as ações grevistas quanto as práticas de negociação direta e a busca pela mediação legal e institucional através dos sindicatos ou pelos próprios empregados. Conforme analisou, apesar de dispersos e isolados em pequenas e médias unidades fabris, em atividades manufatureiras e em serviços diversos, no período analisado, de forma descontínua e contraditória, os trabalhadores “engendraram formas de lutas e de organização que os elevaram à condição de sujeito coletivo, com interesses próprios e delimitados, contrapostos a outros grupos e classes sociais”.<sup>40</sup>

Na Bahia, conforme avaliou, nesse contexto, a classe operária emergiu como um sujeito coletivo que “pesou nos rumos dos acontecimentos políticos e sociais em âmbito nacional e regional, ora aderindo ora se afastando dos esquemas e horizontes propostos pelas classes dominantes”. Ao mesmo tempo em que assimilava e legitimava discursos e medidas governamentais, não deixou de questionar alguns de seus traços e nem tampouco de mobilizar ações reivindicatórias “que visavam à obtenção de melhores padrões salariais e condição de trabalho, utilizando-se dos instrumentos legais ou não, contra o patronato”.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> CUNHA, *Amargo açúcar*, pp. 135/6.

<sup>39</sup> *Ibidem*, pp. 137/8, 236/7.

<sup>40</sup> FONTES, José Raimundo. *A Bahia de Todos os Trabalhadores: a classe operária, sindicatos e política (1930-1947)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFCHL-USP, 1997, p. 451.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 452/3

Pesquisas mais recentes sobre os petroleiros também têm apontado nessa direção. Focalizando diferentes períodos na trajetória dos empregados da Petrobrás, Franklin Oliveira Júnior concluiu que, na maioria deles, não fica evidenciada a existência de um “pacto populista”. Ao assumirem a defesa da empresa, os empregados procuravam incorporar às teses nacional-desenvolvimentistas os “seus próprios interesses” e, por vezes, “ultrapassaram seus limites”.<sup>42</sup> Em estudo mais recente, Alex de Souza Ivo também observou que a defesa da empresa “não implicou em um abandono por parte dos sindicalistas das reivindicações mais elementares do mundo do trabalho”.<sup>43</sup>

Conforme assinei na minha dissertação de mestrado, no contexto focado nesta pesquisa, greves e disputas judiciais foram, certas vezes, estratégias complementares utilizadas pelos trabalhadores na luta por direitos. A via jurídica representava uma alternativa mais viável para os trabalhadores das empresas menores, cujos quadros não eram suficientemente fortes, seja do ponto de vista numérico ou organizacional, para dar cabo de um movimento grevista. Os embates travados no interior dos tribunais, sobretudo em ações coletivas, ajudavam a estreitar laços de solidariedade, a ampliar noções de direito e de justiça, reforçando a identidade coletiva entre os trabalhadores.<sup>44</sup>

A despeito das nuances apresentadas, os resultados apontados nessas últimas pesquisas indicam que os trabalhadores baianos foram atores importantes naquele complexo contexto político. Sua crescente presença no espaço público contrariava o projeto de modernização conduzido pelo alto, aventado pelos setores hegemônicos das elites locais, sem envolver a participação popular, procurando bloquear as propostas de cidadania que extrapolassem os seus interesses de classe. Isso provavelmente ajuda a explicar as frequentes medidas repressivas empreendidas pelas autoridades contra as organizações, os canais de participação política e os movimentos grevistas dos trabalhadores.

O ponto de partida deste estudo é o entendimento de que a classe operária “estava presente ao seu próprio fazer-se”.<sup>45</sup> Os protagonistas são trabalhadores de diferentes categorias profissionais (têxteis, portuários, estivadores, canavieiros, fumageiros, transviários, ferroviários, comerciários, fluviários, marceneiros, empregados na construção civil, gráficos, panificadores, metalúrgicos e outros) que, em alguma medida, se engajaram no movimento

---

<sup>42</sup> OLIVEIRA JR., Franklin. *A Usina dos Sonhos*. Sindicalismo petroleiro na Bahia 1954-1964. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1997, p. 209.

<sup>43</sup> IVO, Alex de Souza. *Uma História em Verde, Amarelo e Negro*: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964). Dissertação (Mestrado em História). Salvador, UFBA, 2008, pp. 131/160.

<sup>44</sup> SOUZA, Edinaldo A. O. *Lei e costume*: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Ba, 1940-1960). Salvador: EDUFBA, 2012.

<sup>45</sup> THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*, vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

sindical e nas lutas e negociações coletivas (e também individuais) por dignidade, direitos, liberdade, participação política, melhores condições de vida e trabalho, enfim pela cidadania operária. O recorte cronológico da pesquisa corresponde aos contextos do final da Segunda Guerra, da democratização e do governo Dutra (1945-1950), em nível nacional, e da administração de Otávio Mangabeira (1947-1950), no plano estadual.

O universo geográfico abrange a capital Salvador e algumas cidades do Recôncavo baiano e do interior do estado onde foi possível, com as fontes disponíveis, perceber alguma movimentação sindical. Abarca os principais núcleos da agroindústria açucareira (Santo Amaro), da fumageira (Cachoeira, São Félix, Muritiba, Maragogipe, Cruz das Almas) e cacaeira (Ilhéus e Itabuna); a industrial cidade têxtil de Valença, no litoral sul, e algumas cidades integradas aos circuitos de transporte ferroviário, marítimo, fluvial e rodoviário, que se notabilizavam como polos comerciais locais e por alguma incipiente atividade fabril (Alagoinhas, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Nazaré, nas cercanias do Recôncavo e Juazeiro, na divisa com Pernambuco).

Metodologicamente, este estudo fundamenta-se na perspectiva das Histórias Social e Cultural. A pesquisa empírica, a análise e interpretação das fontes e a atenção às experiências sociais são priorizadas em lugar da ênfase em modelos e categorias teóricos abstratos. A este respeito, E. P. Thompson adverte que “categorias” e “métodos” são pouco eficientes quando deslocados dos contextos onde foram produzidos e projetados sobre outras experiências históricas. Por isso, “precisam ser testados, refinados e talvez redefinidos no curso da investigação”.<sup>46</sup> Eric Hobsbawm também alerta que “suposições e critérios que podem ser totalmente externos aos eventos por eles medidos, podem nos enganar completamente sobre a sua natureza”.<sup>47</sup> Isso implica a necessidade de se testar, a partir da experiência vivida, os limites, ou mesmo a validade, das teorias da modernização e do populismo para a explicação da realidade brasileira e baiana.

Na pesquisa, foram consultados os jornais *O Momento*, editado pelo PCB na Bahia (edições de abril de 1945 a dezembro de 1950); *O Imparcial*, pertencente ao clã do coronel Franklin Lins do Albuquerque e dirigido por seu filho Wilson Lins, político do Partido Republicano (de janeiro de 1945 a maio de 1947); *A Tarde*, de propriedade de Simões Filho, principal porta-voz do discurso da ala Autonomista da UDN (edições de janeiro de 1945 a janeiro 1951, exceto 1947 e 1950); os Diários Associados, *Estado da Bahia* (1946 a 1950) e

---

<sup>46</sup> THOMPSON, E. P. “As peculiaridades dos ingleses”, op. cit., p. 229.

<sup>47</sup> HOBBSAWM, Eric. “História operária e ideologia”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 26.

*Diário de Notícias* (1946 a 1950) que traziam uma linha editorial pró-Juracy Magalhães; *Diário da Bahia*, periódico do PSD (1946 a 1947); *Correio Trabalhista*, editado pelo Diretório Estadual do PTB (janeiro a maio de 1946). A maioria desses periódicos que integram o acervo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia não possui séries completas, alguns apresentam lacunas de meses e de anos, que se explicam por interrupções na publicação ou por perda de edições. Também foram consultados exemplares avulsos da imprensa comunista e da grande imprensa de outros estados e do interior da Bahia.

Juntamente com a fonte jornalista, foram consultados processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e das comarcas de Cachoeira, Nazaré, Santo Antônio de Jesus e Valença e dados estatísticos da Justiça do Trabalho. Também foram utilizados na pesquisa os acervos do DOPS relativos ao estado da Bahia, entrevistas dos ativistas sindicais João Ribeiro dos Passos, João Cardoso de Souza, Juvenal Souto Júnior e Cosme Ferreira, realizadas em 1983 pelo Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea (NHODOC) da UFBA, além de dados estatísticos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e documentos avulsos de empresas e sindicatos. O cruzamento de fontes, a atenção nas suas entrelinhas e a reconstrução das redes de relações foram estratégias metodológicas experimentadas, com o fim de preencher as lacunas das fontes, confrontar os diferentes pontos de vista e acessar a experiência histórica por diversos ângulos.<sup>48</sup>

A tese está subdividida em quatro capítulos. O primeiro procura apreender os discursos políticos e as experiências sindicais que informaram o processo de rearticulação do movimento operário na Bahia, no final da Segunda Guerra. Discute as formas como os sindicalistas e parcelas da classe trabalhadora dialogaram com os discursos governamentais do “esforço de guerra” e do trabalhismo e com o discurso pecebista da União Nacional. Procura identificar nas falas de trabalhadores e sindicalistas e nas bandeiras dos fóruns intersindicais as ideias e propostas que informaram o projeto de cidadania na perspectiva dos trabalhadores.

O segundo capítulo aborda os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores baianos no biênio 1945/46. Focaliza as principais categorias profissionais envolvidas, as pautas reivindicatórias e as múltiplas estratégias de luta e negociação mobilizadas na busca por

---

<sup>48</sup> GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

direitos e pela melhoria das condições de vida e trabalho. A abordagem privilegia tanto a ação direta quanto a mediação jurídica e administrativa governamental.

O terceiro capítulo analisa a relação dos trabalhadores e do movimento sindical com a política institucional partidária e eleitoral. Focaliza as participações do PTB, do PCB e de sindicalistas nas eleições de 1947 e 1950 e avalia os desdobramentos da política anticomunista, intervencionista e repressiva do governo Dutra sobre as organizações e os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores baianos.

O quarto capítulo analisa, a partir da abordagem de casos específicos, os limites e possibilidades da ação coletiva dos trabalhadores na conjuntura repressiva do governo Dutra. A abordagem focaliza os efeitos tanto da repressão administrativa e jurídica quanto da linha esquerdista pecebista sobre o movimento sindical. Essa subdivisão não implicou prejuízos na articulação dos capítulos e na coerência do texto.



## CAPÍTULO 1

### “NÃO É POSSÍVEL PAZ, PROGRESSO E DEMOCRACIA SEM OU CONTRA O MOVIMENTO OPERÁRIO”

Em janeiro de 1945, no comício comemorativo pelo terceiro aniversário do rompimento das relações do Brasil com os países do Eixo, do alto de um palanque instalado pela Prefeitura na Praça da Sé, em Salvador, o líder portuário Juvenal Souto Júnior<sup>49</sup> ressaltou o apoio dos trabalhadores baianos à política de guerra do governo contra o fascismo e conclamou a união do povo e a unidade da classe operária para, no final da guerra, continuar lutando “pelo progresso do Brasil e por uma paz democrática, bem como pelo bem-estar social do povo brasileiro e por uma legislação trabalhista cada vez mais aperfeiçoada”.<sup>50</sup> O título do capítulo foi extraído de outro discurso, pronunciado pelo mesmo personagem durante a solenidade de abertura do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, em 1º de maio de 1946.<sup>51</sup>

Juvenal Júnior foi um dos ativistas sindicais que se destacaram no final da Segunda Guerra e no contexto da redemocratização na Bahia. Participou ativamente da organização do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos (em maio de 1945 e maio de 1946, respectivamente). Nas eleições para a Constituinte, em dezembro de 1945, ele obteve 2.823 votos, ficando como suplente de Carlos Marighela (único deputado federal eleito pelo PCB baiano, com 5.188 votos). Seu discurso expressa tanto a influência da linha de União Nacional preconizada pelo Partido Comunista quanto o ponto de vista do sindicalista em relação à participação dos trabalhadores na conjuntura da democratização.

Na Bahia, assim como em outros lugares do Brasil, a conjuntura do final da Segunda Guerra e do processo de democratização foi marcada pelo revigoramento do movimento sindical e pela irrupção de inúmeras ações reivindicatórias dos trabalhadores. Em linhas gerais, os fatores conjunturais que motivaram a ascensão das lutas sindicais nessa conjuntura são bastante conhecidos: no final da guerra, a iminente derrota do nazifascismo impulsionou o

---

<sup>49</sup> Juvenal Souto Júnior, líder portuário, negro, participou ativamente das principais ações do movimento sindical na conjuntura pós Segunda Guerra. Participou da organização do MUT e integrou a Comissão Organizadora do Segundo e a Comissão Executiva do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos. Foi candidato à Constituinte pelo PCB nas eleições de dezembro de 1945, sendo eleito primeiro suplente do deputado Carlos Marighela.

<sup>50</sup> “O povo unido contra o fascismo e por uma paz duradoura”. *O Imparcial*, Salvador, 30 jan. 1945, p. 5.

<sup>51</sup> “Não é possível Democracia contra o proletariado”. *O Momento*, Salvador, 3 maio 1946, pp. 1, 6.

avanço dos movimentos pró-democracia em nível internacional. No plano interno, a mobilização popular contra o nazifascismo e o integralismo, os efeitos do “esforço de guerra” e o definhamento do Estado Novo possibilitaram a vivificação dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, bem como o retorno de antigas e o surgimento de novas lideranças sindicais. Nesse contexto, comunistas e trabalhistas tanto atuaram conjuntamente quanto disputaram posições na organização e nas ações reivindicatórias dos trabalhadores.<sup>52</sup> No curto período de legalidade (entre maio de 1945 e maio de 1947), o PCB alcançou expressiva projeção nos meios sindicais.

Sem dúvida, as conjunturas do final da Segunda Guerra e do processo de democratização redimensionaram as perspectivas de participação política e social da classe trabalhadora, após o impacto da escalada repressora que se abateu sobre suas lideranças e organizações durante a maior parte do Estado Novo. Foi também um contexto de aproximação dos trabalhadores com os organismos jurídicos e administrativos trabalhistas, sobretudo as Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a Justiça do Trabalho e a estrutura sindical corporativista.

Este capítulo analisa as formas como as lideranças sindicais e setores do operariado baiano receberam e se comunicaram com os discursos do “esforço de guerra”, do quererismo/ trabalhismo e da “União Nacional”<sup>53</sup>, procurando apreender as demandas e expectativas do movimento sindical e de parcelas da classe trabalhadora baiana no contexto da redemocratização. A abordagem perpassa pela relação entre cúpula partidária, militância de base e experiência sindical.

## 1.1 TRABALHADORES E MOBILIZAÇÃO PATRIÓTICA NA BAHIA

Na Bahia, segundo reportagem de *O Imparcial*<sup>54</sup>, “não faltaram braços” para impulsionar o “esforço de guerra”. De acordo com o articulista, durante o conflito mundial, a

---

<sup>52</sup> Para uma abordagem acerca da trajetória do PCB na Bahia nesse período, ver: FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci* (20 anos de clandestinidade). 2. ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000; SENA JÚNIOR, Carlos Z. de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936 – 1948*. São Paulo: Annablume, 2009; SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. 289 p. Dissertação (Mestrado em História). FFCH/UFBa, Salvador, 1987; FONTES, José R. *A Bahia de todos os trabalhadores. Classe operária, sindicatos e política - 1930-1947*. 466 f. Tese (Doutorado em História). FFLCH/USP, São Paulo, 1997.

<sup>53</sup> Linha de ação política preconizada pelo PCB a partir da Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943, que se desdobrou no apoio dos comunistas ao esforço de guerra, na defesa da Constituinte com Getúlio e na adesão ao “quererismo”.

<sup>54</sup> Jornal diário, editado em Salvador desde 1918 até 1947. Nos anos 1930, apoiou abertamente o Integralismo na Bahia. Na década de 1940, era dirigido pelo jornalista Wilson Lins, filho do coronel Franklin Lins do

crise, a carestia e a fome atingiram duramente a maioria da população. O povo baiano “sentiu a guerra na sua própria carne”, dizia. Embora expressando certo ufanismo regionalista, que se inseria numa estratégia retórica das elites locais, interessadas em alcançar maior projeção política no cenário do pós-guerra, a matéria sinaliza os efeitos do esforço de guerra no cotidiano dos trabalhadores baianos.<sup>55</sup>

Além do aumento do custo de vida e da falta de gêneros de primeira necessidade, um conjunto de medidas governamentais impactou duramente o cotidiano dos trabalhadores. Sucessivas alterações jurídicas impuseram várias restrições à legislação trabalhista, favorecendo a exploração patronal sobre a força de trabalho. Dentre outros aspectos, promoveram a ampliação da carga horária, restringiram o direito de férias, autorizaram o trabalho noturno para mulheres e menores em alguns setores econômicos. As faltas a partir do oitavo dia passaram a ser consideradas como abandono de emprego, e a recusa do empregado em mudar de posto ou sessão de trabalho motivo de dispensa. Pelo decreto-lei 4.766, de 1º de outubro de 1942, a participação em movimentos de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, nos setores industriais considerados essenciais à defesa nacional, tornava-se passível de condenação, com reclusão de dois a seis anos, por prática de violência contra pessoas ou coisas. Além disso, o decreto-lei 5.821, de 16 de setembro de 1943, que vigorou até fevereiro de 1945, impossibilitou, na prática, a instauração de dissídios coletivos na Justiça do

---

Albuquerque, importante chefe político do interior da Bahia. No contexto de participação do Brasil na Segunda Guerra, *o Imparcial* apresentava uma linha editorial e ideológica de tendência liberal, destacando-se na campanha contra o “quinta-colunismo” e na defesa da política de “união nacional pela democracia e pelo progresso”. Nessa época, ajudou a propagar as principais bandeiras democráticas: eleições, anistia, constituinte, liberdade de imprensa, etc. Em 1945, abriu espaço para os comunistas e outras correntes de esquerda favoráveis à tese da União Nacional e à democracia. Contudo, a partir de 1946 a simpatia dedicada a Prestes e aos seus correligionários logo se converteu radicalmente numa postura anticomunista, prenunciando o contexto da guerra fria. Ver: FERREIRA, Laís Mônica Reis. *O Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial, 1933-1937*. Salvador: Edufba, 2009; VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo Democrático e Sindicalismo. Bahia – 1942/1947*. 237 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFBA, Salvador, 1986. Ver também: acervo de *O Imparcial*. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), setor de jornais e revistas raros.

<sup>55</sup> MARQUES, Carlos. “O que a Bahia espera da paz”. *O Imparcial*, Salvador, 6 fev. 1945, pp. 4, 8. Acerca do movimento patriótico e do “esforço de guerra” na Bahia, ver também: FALCÃO, João. *Valeu a pena – Desafios da minha vida*. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira/ Ponto e Vírgula, 2009; SAMAPIO, Consuelo Novais. “A Bahia na Segunda Guerra Mundial”. *Olho da História*. Revista de História Contemporânea. Salvador, nov. 1995, nº 1, pp. 89-105; VAZQUEZ, *Intervalo Democrático e Sindicalismo*, op. cit.; TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. ampl. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador: Edufba, 2001; SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Tese (Doutorado em História). 327 f. FFCH/UFBA, Salvador, 2007; MOUTINHO, Augusto C. Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH/UFBA, Salvador, 2002.

Trabalho. A partir de julho de 1944, a indústria têxtil também foi considerada de ‘interesse nacional’.<sup>56</sup>

Por outro lado, a mobilização dos sentimentos patrióticos em função do “esforço de guerra” contribuiu para reforçar os apelos governistas pela conciliação e colaboração de classes, bem como para a divulgação e exaltação da política trabalhista, sinalizando novas perspectivas de participação política e de garantias trabalhistas para os trabalhadores. No 1º de Maio de 1944, quando já se projetava uma vitória dos Aliados sobre o nazifascismo, Getúlio discursou:

Nem greves, nem perturbações, nem desajustamentos. Haveis compreendido, com a mesma inteireza de ânimo posta no desempenho das tarefas quotidianas, as graves circunstâncias que atravessamos. Estais voltados ao bem da Pátria, junto às vossas máquinas, nas vossas oficinas, como estarão amanhã os nossos jovens e bravos soldados nos campos de batalha...; felizmente para o Brasil, os elementos de discórdia, os motivos de desentendimento interno não existem. A evolução das relações do trabalho e do capital não assumiu entre nós, graças às medidas adequadas do Governo, aspectos insolúveis, como noutros países.<sup>57</sup>

A ênfase da retórica presidencial no comportamento ordeiro dos trabalhadores tanto corroborava seus apelos ao “esforço de guerra” quanto reafirmava expectativas em torno do projeto trabalhista. A partir de 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ajudou a difundir o discurso trabalhista, através de suas bases políticas que atuavam junto aos sindicatos e no interior dos organismos burocráticos do Ministério e da Justiça do Trabalho.

De acordo com Ângela de C. Gomes, nessa conjuntura a “invenção do trabalhismo” articulava “uma logica material, fundada nos benefícios da legislação trabalhista, com uma lógica simbólica, que representava estes benefícios como doações”, apropriando-se assim da experiência de luta dos próprios trabalhadores. Emerge, daí, um discurso “capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de organização”, em que “o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto”.<sup>58</sup> Contudo, diversos estudos têm indicado que, apesar dos liames, historicamente as relações entre sindicalismo, getulismo e PTB não foram sempre uníssonas,

---

<sup>56</sup> COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., pp. 15-17. Ver também: SILVA, F. T. *A carga e a culpa*, op. cit., pp. 81/2; FRENCH, *O ABC dos operários*, op. cit., pp. 125/5; PARANHOS, *O roubo da fala*, op. cit., p. 182; SILVA, Fernando T.; NEGRO, Antônio L. “Trabalhadores, sindicatos e política, (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. [orgs.]. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (O Brasil Republicano; v. 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 52.

<sup>57</sup> Trecho extraído do discurso do Presidente Getúlio Vargas, durante as comemorações do 1º de Maio de 1944, no Estádio Pacaembu, na capital paulista.

<sup>58</sup> GOMES, *A Invenção do trabalhismo*, op. cit., pp. 24/5.

convergentes e verticalizadas. Como assinalou Antônio L. Negro, o trabalhismo estava sujeito à reinvenção por parte dos trabalhadores.<sup>59</sup>

*Pari passu* com o degelo do Estado Novo, verificou-se o envolvimento de ativistas sindicais e de parcelas da classe trabalhadora nas principais questões que agitaram o cenário político da época, como as campanhas contra o nazifascismo e o integralismo, pela Assembleia Constituinte e o estabelecimento de uma Constituição democrática, a anistia, a convocação de eleições livres, bem como no quererismo.<sup>60</sup> Geralmente, essas campanhas de mobilização popular acenavam com promessas de progresso econômico, liberdades democráticas, justiça social e solução das reivindicações do proletariado, nutrindo perspectivas de uma vida melhor no final da guerra.<sup>61</sup> Apesar das reservas do regime vigente no que tange à perspectiva de mobilização de massas, a participação nesses movimentos pluriclassistas abriu caminho para a retomada do processo de organização e mobilização coletiva dos trabalhadores no âmbito da esfera pública.

Formado durante o Estado Novo, o Sindicato dos Empregados no Comércio de Salvador foi um dos primeiros a se solidarizar com o movimento de mobilização popular para a guerra contra o nazifascismo. Em 1942, promoveu a criação da “Legião dos Comerciantes”, que teve destacada atuação no movimento patriótico na Bahia, tomando parte em todas as campanhas pelas reivindicações democráticas e populares.<sup>62</sup> Numa crônica de 1943, Jorge Amado situou os empregados do comércio ao lado dos estudantes e dos médicos “na primeira fila dos patriotas que vieram à rua pedir a guerra, quando os irmãos foram vitimados pelo nazi-integralismo e que, depois, continuaram numa trincheira de luta contra os inimigos da Pátria”.<sup>63</sup> Embora a exaltação dos comerciantes também expressasse uma idealização, bastante corriqueira no pensamento da esquerda da época, da classe média como vanguarda esclarecida

---

<sup>59</sup> NEGRO, “Ignorantes, Sujos e Grosseiros: Uma Reinvenção da História do Trabalhismo”. *Trajetos*. Revista de História da UFC. Fortaleza, vol. 2, nº 4, pp. 9-31, 2003. Ver também: SILVA, F. T. *A carga e a culpa*, op. cit.; FORTES, *Nós do Quarto Distrito*, op. cit.; FONTES, P. *Trabalhadores e cidadãos*, op. cit.; Para um balanço crítico da tese do populismo, ver: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>60</sup> De acordo com José R. Fontes, embora o quererismo não tenha chegado a empolgar as massas baianas, ajudou a divulgar o PTB, seus programas políticos e suas bandeiras sociais em círculos mais abrangentes do meio operário (FONTES, J. R. *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 219).

<sup>61</sup> MARQUES, Carlos. “O que a Bahia espera da paz”, op. cit.

<sup>62</sup> O Sindicato dos Empregados no Comércio do Salvador foi criado por força do decreto-lei federal nº 1402, de 5 de julho de 1939, a partir da fusão de quatro organizações sindicais de comerciantes preexistentes, e foi reconhecido oficialmente em 1940. (“Pequena história dos sindicatos. O Sindicato dos Empregados no Comércio da Cidade do Salvador”. *O Momento*, Salvador, 23 abr. 1945, p. 3)

<sup>63</sup> “Os comerciantes, por Jorge Amado”. *O Imparcial*, Salvador, 27 ago. 1943. Apud VAZQUEZ, *Intervalo democrático e Sindicalismo*, op. cit., p. 60.

das transformações sociais, outras fontes corroboram a importante participação da categoria em ações reivindicatórias naquela conjuntura.

Juntamente com a campanha patriótica e democrática, o Sindicato dos Comerciantes teve destacada atuação na luta contra a carestia, inclusive enviando memoriais às autoridades competentes reivindicando reajuste dos salários e pleiteando outros benefícios para os trabalhadores. Também apresentou sugestões contra a especulação e o câmbio negro e solidarizou-se com os estudantes baianos na campanha contra o aumento no preço dos bondes da Companhia Linha Circular (CLC), em Salvador. Num memorial dirigido ao presidente Getúlio Vargas, reivindicou aumento de salários, decretação da semana inglesa, ampliação do período de férias para 25 dias úteis, estabilidade no emprego após cinco anos de serviço, participação nos lucros das empresas, pagamento integral do salário, pelo Instituto de Aposentadoria, durante o período de enfermidade do associado e sindicalização obrigatória. À Associação Comercial e à Federação do Comércio, reivindicou alimentação mais barata, restaurantes e cooperativas de subsistência e vilas operárias. Também denunciou à DRT o desrespeito, pelos comerciantes, do horário de encerramento das atividades, que os impedia de frequentar a escola noturna mantida pelo sindicato, cobrando as providências cabíveis.<sup>64</sup>

O apelo patriótico mobilizado pelas campanhas do esforço de guerra e pró-democracia e o empenho das lideranças desses movimentos para atrair o apoio dos trabalhadores tanto ajudaram a difundir o projeto trabalhista quanto a estreitar as ligações dos sindicatos e do ativismo operário com suas bases. Na Bahia, um exemplo disso foi a Semana Trabalhista contra o integralismo, promovida por organizações patrióticas e pelo MUT com o apoio do delegado regional do Trabalho, Amílcar de Faria Cardoni, em junho de 1945, quando foram realizadas assembleias em vários sindicatos, como os dos Marceneiros, Empregados no Comércio Armazenador, Padeiros, Empregados em Hospitais e Casas de Saúde, Barbeiros, Portuários, Jornaleiros e Estivadores.<sup>65</sup> Igualmente, o MUT promoveu assembleias e organizou comícios em locais de grande concentração operária de Salvador, como Plataforma, Boa Viagem e as docas do porto, buscando acessar os trabalhadores e seus familiares.

---

<sup>64</sup> VAZQUEZ, *Intervalo Democrático e Sindicalismo*, op. cit., pp. 60/2. Ver também: “Memorial”. *A Tarde*, Salvador, 15 fev. 1945, p. 8.

<sup>65</sup> Amílcar de Faria Cardoni, advogado de formação, ocupou o cargo de delegado regional do Trabalho entre abril e dezembro de 1945. Sua gestão coadunou com a política democratizante que estava em curso desde o início de 1945. Neste sentido, assumiu uma postura tolerante em relação ao movimento operário e empenhou-se para resguardar o princípio da conciliação entre empresariado e trabalhadores, numa conjuntura de frequentes movimentações reivindicatórias. Contudo, não deixou de lançar mão de medidas coercitivas quando as ações trabalhistas extrapolavam os limites permitidos pelo Ministério do Trabalho. (FONTES, J.R., op. cit., pp. 234/5)

Também foram fundadas Comissões Democráticas Populares<sup>66</sup> em locais de grande concentração popular, como Alto de Peru, Itapagipe, Pelourinho e Baixa dos Sapateiros.<sup>67</sup>

Em 1945, enquanto tomavam parte na campanha democrática, diversos setores do operariado baiano, a exemplo dos comerciários, portuários, têxteis, ferroviários, canavieiros, fumageiros, transviários e outros, mobilizaram ações reivindicatórias por aumento de salários, contra a carestia, por melhores condições de trabalho, pela revisão, ampliação e materialização da legislação trabalhista e pela moradia. Juntamente com estas reivindicações, içaram as bandeiras da liberdade, autonomia e unidade sindical e em defesa do direito de greve, como se verá adiante.

Sem embargo das medidas democratizantes paulatinamente anunciadas pelo governo (anistia, legalização dos partidos políticos, convocação de eleições, relaxamento da censura, etc.), nos mundos do trabalho tanto persistia o despotismo patronal quanto a repressão institucionalizada (Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, os princípios autoritários da Carta de 1937 e os dispositivos da legislação trabalhista restritivos da liberdade sindical e do direito de greve).<sup>68</sup> Diversas situações denunciadas na imprensa comunista e relatadas pelos trabalhadores nos autos dos processos trabalhistas dão conta de que tais expedientes tanto eram acionados para conter os movimentos reivindicatórios quanto para punir empregados envolvidos nessas ações.<sup>69</sup> Quando as ações dos trabalhadores extrapolavam os limites considerados toleráveis na lógica do paternalismo industrial<sup>70</sup>, o empregador recorria aos métodos coercitivos do despotismo patronal. Caso estes se

<sup>66</sup> As Comissões Democráticas Populares referidas na fonte correspondiam aos Comitês Populares Democráticos. Ver: SILVA, Raquel Oliveira. “Comitês Populares Democráticos: a interação entre os comunistas e a ‘plebe’ em Salvador (1945-1946)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo: USP, 2011.

<sup>67</sup> “Assembleias nos sindicatos contra o integralismo”. *O Imparcial*, Salvador, 5 jun.1945, pp. 1, 5.

<sup>68</sup> Para uma abordagem da relação entre o despotismo patronal e a repressão institucionalizada no pós-guerra, ver: NEGRO, *Linhas de montagem*, op. cit.

<sup>69</sup> Ver: BAHIA. Tribunal Regional do Trabalho (5. Região). Memorial. Processos JT 522/48; MTRT 278 e MTRT 318. Ver também: “O Delegado do Trabalho é contra os trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 24 set. 1945, pp. 1, 8; “Irregularidades na Fábrica de Tecidos de Nazaré”. Idem, 12 nov. 1945, p. 3; “Os ferroviários reivindicam o direito de sindicalização”. Idem, 31 dez. 1945, p. 3; “Não houve trabalho ontem no Curtume Bragança”. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1946. Coluna do trabalhador, p. 2; “3º Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos: contra a suspensão e demissão de bancários”. *O Imparcial*, Salvador, 12 fev. 1946, p. 2. Ver também: SOUZA, Edinaldo A. O. *Lei e costume*, op. cit.; NEGRO, Antônio L.; SOUZA, Edinaldo A. O. “Que ‘fosse procurar os seus direitos’ – Justiça do trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948)”. In: GOMES, Ângela C.; SILVA, Fernando T. (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 2013, pp. 123-156.

<sup>70</sup> O termo paternalismo industrial está sendo tratado aqui como via de mão dupla, uma relação que comporta reciprocidades, tensões, luta de classes, a visão de mundo dos “de baixo”. Ver: THOMPSON, E. P. “Patrícios e plebeus”, op. cit. Ver também: LEITE LOPES, *A Tecelagem dos conflitos de classe*, op. cit.; NEGRO, Antônio Luigi. “Paternalismo, populismo e história social”. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 11, n. 20/21, 2004, pp. 9-36.

mostrassem insuficientes para restaurar a ordem e a disciplina no local trabalho, ele apelava para a repressão institucionalizada, em suas vertentes administrativa, policial e jurídica.

## 1.2 TRABALHADORES, SINDICATOS, DEMOCRACIA E A “UNIÃO NACIONAL”

No final da Segunda Guerra, a política de “União Nacional” aproximou os comunistas tanto de trabalhistas e quemistas quanto de alguns setores da oposição liberal engajados na campanha pró-democracia. Entre os comunistas, essa orientação política já se esboçava desde fins de 1938, contudo tornou-se hegemônica após a Conferência da Mantiqueira, realizada em agosto de 1943, quando se consagrou na direção do Partido Comunista do Brasil (PCB) a linha de colaboração com o governo de Getúlio. Animado pelo sucesso da “frente única” no plano internacional e pela atuação das frentes patrióticas e democráticas no âmbito nacional, o PCB preconizava uma união das “forças progressistas” – que incluíam o operariado, as classes médias e setores da burguesia nacional - contra o nazifascismo e o integralismo e pró-democracia, apostando suas fichas na via democrática.

Sistematizada por Prestes, ainda na prisão, ideologicamente a política de “União Nacional” representava uma tentativa do PCB de transpor para a realidade brasileira uma diretriz dominante no campo das esquerdas, em nível internacional, para a conjuntura do pós-guerra, que atribuía à classe operária um papel basilar no processo de consolidação da paz e da democracia, através da colaboração com setores “progressistas” e “democráticos” das classes dominantes. Politicamente, pretendia contribuir para a consolidação e ampliação das conquistas democráticas, evitando sobressaltos que pudessem servir de pretexto para retrocessos autoritários. Aliados a isto, os comunistas aspiravam a efetivação da anistia política, a legalização e o soerguimento do PCB após a repressão imposta pelo Estado Novo.<sup>71</sup>

Em março de 1945, um manifesto assinado por conhecidos líderes esquerdistas, preconizava a congregação de diferentes forças sociais para a realização de um programa mínimo de “União Nacional”.<sup>72</sup> Na Bahia, o membro do Comitê Regional, João Falcão,<sup>73</sup>

<sup>71</sup> MARANHÃO, Ricardo. *Sindicalismo e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979, pp. 29/33. Ver também: PRESTES, Luiz Carlos. “Aos comunistas o que convém é a consolidação das conquistas democráticas”. *O Imparcial*, Salvador, 20 abr. 1945, p. 5. Documento datado de 23 de maio de 1944.

<sup>72</sup> O programa mínimo de “União Nacional” preconizava quatro princípios gerais: instauração e aperfeiçoamento de um regime democrático, baseado na cooperação política das classes; reestruturação econômica nacional, pelo desenvolvimento planejado da grande indústria, da grande agricultura, dos transportes e do crédito, com garantidas à iniciativa privada e à expansão da grande e da pequena propriedade agrária “progressista”; criação de um grande mercado interno, através da contínua elevação do nível material e cultural de vida da classe média



conclamava a “unidade de todas as forças democráticas e progressistas” para a “restauração pacífica” da democracia brasileira “dentro da ordem”, argumentando que, somente pela cooperação pacífica, pelo entendimento e pela colaboração entre as classes, seriam resolvidos “todos os problemas que interessam ao proletariado e ao povo brasileiro”.<sup>74</sup>

No âmbito federal, a linha de “União Nacional” proporcionou o apoio do PCB ao esforço de guerra, ao quererismo (a Constituinte com Getúlio) e ao governo Dutra no início do seu mandato. No plano estadual, resultou no apoio à candidatura do udenista Octávio Mangabeira ao governo do estado, em janeiro de 1947. Nesse contexto, o periódico *O Imparcial*, que fora um porta-voz do integralismo na Bahia, abraçou a campanha pró-democracia, abrindo espaço para ativistas e lideranças sindicais comunistas ao lado de políticos liberais, estudantes, intelectuais, militares e dissidentes do Estado Novo que manifestavam apoio à causa democrática. Igualmente, deu cobertura ao movimento sindical e às ações reivindicatórias dos trabalhadores.<sup>75</sup>

Todavia, em abril de 1946, o anticomunismo era tema recorrente nas edições de *O Imparcial*.<sup>76</sup> O editorial, assinado por Wilson Lins, expressava abertamente essa mudança de posicionamento. Na edição de 3 de abril, ele acusava os deputados pecebistas de perturbarem os trabalhos na Constituinte, “mentindo e intrigando”, enquanto “agentes vermelhos”

e do proletariado urbano e rural; aprofundamento das relações internacionais do Brasil com todas as Nações Unidas e amantes da paz. Ver: “O Manifesto das esquerdas”. *O Imparcial*, Salvador, 13 abr. 1945, pp. 1 e 4.

<sup>73</sup> João da Costa Falcão nasceu em 24 de novembro de 1919, em Feira de Santana, interior da Bahia, filho de um importante comerciante naquela cidade. Em 1938 ingressou na Faculdade de Direito da Bahia, onde se engajou no movimento estudantil e aderiu ao comunismo, quando fundou e passou a dirigir a revista *Seiva*, periódico comunista, de publicação mensal, que circulou até julho de 1943. Entre 1941 e dezembro de 1946, integrou o secretariado do Comitê Regional do PCB, foi exilado em Buenos Aires (entre janeiro e junho de 1942), respondeu a inquérito no DOPS e foi processado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Em julho de 1943, foi preso juntamente com fechamento da Revista *Seiva*; em outubro de 1945 foi novamente preso pelo golpe que depôs Getúlio Vargas. Nesse ínterim, concluiu o curso de Direito. Em dezembro de 1945, foi candidato à Constituinte pelo PCB, mas não se elegeu. Entre 1947 e 1949, mergulhou na clandestinidade. Em 1951, assumiu os negócios do sogro que havia falecido. Em 1954, concorreu à Câmara Federal na legenda do PTB, sendo eleito segundo suplente, para em seguida assumir uma vaga naquela casa legislativa. Cf. FALCÃO, *Valeu a pena*, op. cit.

<sup>74</sup> “A posição das esquerdas”. *O Imparcial*, Salvador, 6 mar. 1945. O Momento político nacional, p. 2.

<sup>75</sup> A este respeito, ver diversas edições de *O Imparcial* de 1945 e primeiro trimestre de 1946. Algumas das matérias serão examinadas na sequência deste e no próximo capítulo.

<sup>76</sup> “Pernicioso o totalitarismo do Partido Comunista”. *O Imparcial*, Salvador, 3 abr. 1946, p. 1; “Fora da lei o comunismo”. Idem, 4 maio 1946, p. 1; “Chamada a atenção da Assembleia para a fortuna de Prestes”. Idem, 21 maio 1946, p.1; “Eis o comunismo...”. Idem, 22 maio 1946; “A onda vermelha ameaça a paz da família brasileira”. Idem, 28 maio 1946, pp. 1, 4; “O Ministério do trabalho acusa os comunistas”. Idem, 2 jun. pp. 1, 4; “Ou o governo fecha o Partido Comunista ou o Partido Comunista fecha o Brasil”. Idem, 12 jul. 1946, pp. 1, 4; “O comunismo e os trabalhadores”. Idem, 18 jul. 1946, p. 3; “O Partido Comunista contra os interesses dos trabalhadores do fumo na Bahia”. Idem, 27 ago. 1946, pp. 1, 8; “O operariado baiano desmascara o Partido Comunista”. Idem, 3 set. 1946, pp. 1, 8; “Chega de Partido Comunista! Parei com o partido russo!”. Idem, 4 set. 1946, pp. 1, 8; “Os estivadores baianos aplaudem e prestigiam a atitude de Cândido Arouca”. Idem, 11 set. 1946, pp. 1, 4; “Comunismo é bom negócio para eles”. Idem, 24 set. 1946, p. 1.

promoviam greves, provocavam tumultos e insuflavam agitações com o propósito de prejudicar a marcha do país para a democracia.<sup>77</sup>

No plano sindical, a política de “União Nacional” desdobrou-se na aliança dos comunistas com trabalhistas e getulistas, na formação do MUT e na recomendação para que os trabalhadores “apertassem o cinto” e evitassem as greves antes que todos os recursos legais fossem esgotados.<sup>78</sup> No início de abril de 1945, o MUT divulgou uma nota desaconselhando “quaisquer movimentos grevistas e agitações” que não se fundassem em “justas aspirações econômicas e sociais”. A decisão pela greve só deveria ser tomada por meio de amplas assembleias, dentro dos sindicatos e depois de esgotados todos os recursos pacíficos. Essa orientação pretendia evitar que as inquietações operárias servissem de pretexto para que forças da “reação” refreassem o processo de democratização. Todavia, convém ressaltar que o MUT e os ativistas e dirigentes sindicais a ele vinculados não deixaram de apoiar as reivindicações dos trabalhadores.<sup>79</sup>

Na mesma época, foi divulgado um manifesto das federações sindicais do Rio de Janeiro aos sindicatos e aos trabalhadores em geral desaconselhando as greves e recomendando a instauração de dissídios individuais ou coletivos na Justiça do Trabalho, sob pretexto de que “elementos mal intencionados” procuravam instigar a confusão nos meios proletários, jogando os trabalhadores contra o Ministério do Trabalho, enquanto este se esforçava, pelos meios legais, para resolver seus problemas e atender aos seus justos anseios.<sup>80</sup> Este mesmo documento foi subscrito e assinado pelos presidentes de dezesseis sindicatos baianos<sup>81</sup> com a justificativa de “evitar infiltrações de elementos interessados em lançar a discórdia nos meios trabalhistas e provocar greves sob diversos pretextos”. Em seguida, foi encaminhado à DRT e publicado pela redação de *O Imparcial*.<sup>82</sup>

Todavia, como diversos estudos têm indicado, não existe uma simetria entre a orientação da cúpula partidária e o comportamento dos trabalhadores.<sup>83</sup> O PCB “não era um bloco monolítico”, as lideranças sindicais não atuavam como meras “correias de transmissão”

<sup>77</sup> “Chegou a hora da união dos brasileiros”. Idem, 3 abr. 1946, pp. 1, 4.

<sup>78</sup> NEGRO, “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais...”, op. cit., p. 257.

<sup>79</sup> “O Movimento Unificador dos Trabalhadores desaconselha as greves”. *O Imparcial*, Salvador, 7 abr. 1945, p. 1.

<sup>80</sup> “O proletariado contra as greves de provocação. Manifesto das Federações dos Trabalhadores aos grevistas”. *O Imparcial*, Salvador, 7 abr. 1945, p. 4.

<sup>81</sup> Ver quadro 1, apêndice A.

<sup>82</sup> “Um Manifesto dos Trabalhadores Baianos”. *O Imparcial*, Salvador, 17 abr. 1945, p. 5.

<sup>83</sup> COSTA, *Em busca da memória*, op. cit.; NEGRO, “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais...”, op. cit.; FORTES, Alexandre. “Revendendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In: \_\_\_\_\_ [et. al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, pp. 19-49; GARCIA, Marco Aurélio. “Notas sobre o PCB nos anos 40”. Campinas, SP, 1987. (Manuscrito).

das diretrizes de cúpula nem os trabalhadores eram uma “massa de manobra”. Em estudo ambientado no Rio Grande do Sul, Alexandre Fortes observou que a militância de base “estava longe de aplicar cegamente” a linha sindical do partido “sobre uma base amorfa”. Para imprimir uma direção e influência junto às bases, esses ativistas tiveram que reelaborar “as orientações partidárias a partir da sua experiência como operários”.<sup>84</sup> Hélio da Costa chegou a conclusões semelhantes em estudo sobre o caso paulista. Essas ambiguidades e contradições, como assinalou Antônio L. Negro, marcaram as relações dos comunistas com as lutas sociais na conjuntura do imediato pós-guerra.<sup>85</sup>

Alguns desses estudos também demonstraram que o trabalhismo não significava uma retórica vazia, enganação e manipulação como sentenciou certa tradição historiográfica, e que a ideologia trabalhista era suscetível à reinvenção pelos trabalhadores. Indicaram que entre os getulistas e petebistas havia ativistas sindicais com efetivas convicções trabalhistas e representatividade junto às bases.<sup>86</sup>

Destarte, nessa conjuntura, as lideranças sindicais experimentaram o malabarismo de defender a política de “ordem e tranquilidade” recomendada pelos seus interlocutores políticos e, ao mesmo tempo, apoiar as ações reivindicatórias dos trabalhadores. No final de abril, em entrevista concedida à reportagem de *O Momento*<sup>87</sup>, o presidente do Sindicato dos Estivadores na Bahia, José de Jesus Silva<sup>88</sup>, um dos sindicalistas baianos que assinaram o manifesto contra as greves, justificou-se:

Ora, nenhum trabalhador pode ser contra a greve. Ela é uma das armas essenciais para a defesa do proletariado. É uma conquista que custou grandes sacrifícios aos trabalhadores de todo o mundo... No Brasil, nós lutamos para garantir este direito. Somos desfavoráveis às greves provocadas em benefício de terceiros e não da classe operária. Somos ainda desfavoráveis a certos tipos de greve, neste momento, porque as mesmas poderão ser aproveitadas pelos nossos inimigos, para deter as conquistas do povo, entre as quais está o próprio direito de greve. Somos pela resolução pacífica de nossas questões, empregando a greve somente quando já estiverem esgotados todos os recursos para um entendimento entre patrões e trabalhadores.<sup>89</sup>

<sup>84</sup> FORTES, “Reveno a legalização dos sindicatos...”, op. cit., p. 39.

<sup>85</sup> COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., p. 8; NEGRO, “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais...”, op. cit.

<sup>86</sup> GOMES, *A Invenção do Trabalhismo*, op. cit.; PAOLI, op. cit.; SILVA, F. T. *A carga e a culpa*, op. cit.; NEGRO, “Ignorantes, sujos e grosseiros...”, op. cit.; FORTES, *Nós do Quarto Distrito...*, op. cit.

<sup>87</sup> Jornal editado pelo Partido Comunista na Bahia desde abril de 1945 até novembro de 1957. Inicialmente possuía edição semanal, a partir de 1946 passou a ter publicação diária. Ver: SERRA, *O Momento*, op. cit.

<sup>88</sup> José de Jesus Silva não era fichado como comunista; participou da organização do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais, integrando, respectivamente, a Comissão de Propaganda e a Comissão Organizadora. Também participou da organização da União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB).

<sup>89</sup> “Os operários não têm candidatos”. *O Momento*, Salvador, 30 abr. 1945, p. 5.

Esse mesmo ponto de vista foi expresso pelo presidente do Sindicato dos Barbeiros, Otávio Meira Cotrim<sup>90</sup>, integrante da comissão organizadora do Segundo Congresso Sindical. Ao condenar as greves “feitas precipitadamente”, antes de se empregar os recursos pacíficos para a solução das questões trabalhistas, ele fez questão de ressaltar que não era contra o direito de greve, mas que naquele contexto não era justo promover “certos movimentos grevistas” que podiam prejudicar a marcha da democratização. Por fim, concluiu que a greve era uma arma dos trabalhadores, mas que era preciso saber usá-la com cuidado, porque “senão o tiro podia sair pela culatra”.<sup>91</sup>

Certamente, muitos ativistas e lideranças sindicais - sobretudo a geração formada nas lutas operárias do início da década de 1930 - não assimilaram passivamente a orientação para evitar as greves, ainda mais, num contexto em que as inquietações trabalhistas extrapolavam os locais de trabalho e ganhavam o espaço público. A experiência acumulada nas lutas passadas não foi apagada da memória desses trabalhadores, apesar da repressão e das estratégias de cooptação empreendidas pelo Estado Novo, contudo precisava ser reatualizada em função das novas questões que se apresentavam no presente.

Em maio, durante a solenidade de abertura do Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, o marceneiro Manuel Batista de Souza<sup>92</sup>, orador oficial do evento, afirmou que a classe trabalhadora compreendia que “somente dentro da ordem e pacificamente seriam encontradas as soluções mais justas para as suas aspirações”. Mas, ressaltou que a condição precípua para que ela seguisse essa orientação era ter assegurada a sua “independência de ação” e respeitados seus direitos elementares “a uma vida digna, sem miséria, com trabalho certo, bem remunerado e em completa liberdade”.<sup>93</sup> Este era o ponto de vista de um ativista sindical formado na geração do início da década de 1930, que possuía representatividade e mantinha uma relação efetiva com a base.

---

<sup>90</sup> Otávio Meira Cotrim era fichado como comunista pelo DOPS, integrava o Comitê Estadual (CE) do PCB na Bahia instalado em julho de 1945. Ver: “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), fundo DPS, C. E. da Bahia, D 885, fls. 357/63.

<sup>91</sup> “Nossa bandeira é a mesma do proletariado mundial”. *O Momento*, Salvador, 23 abr. 1945, p. 5.

<sup>92</sup> O marceneiro Manuel Batista de Souza (codinome Jordão) era antigo ativista sindical na Bahia. Militante comunista desde 1932, ele participou da reorganização do PCB, integrando o Comitê Regional (1942) e o Comitê Estadual (1945) no posto de secretário sindical. Teve participação destacada no movimento sindical na conjuntura da guerra e no pós-guerra. Em 1945, ocupou o posto de secretário geral do MUT na Bahia, participou da organização do Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos. Em 29 de outubro, foi preso pelo movimento que depôs Getúlio Vargas. Já em liberdade, em dezembro teve seu nome aprovado pelo Comitê Nacional para disputar as eleições para a Assembleia Constituinte. Em 1946, participou da organização do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos e da fundação da USTB. Também integrou a seção estadual da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Ver: “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit.; “Os candidatos do povo baiano à Constituinte”. *Tribuna Popular*. Rio de Janeiro, 22 nov. 1945. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D 885, fl. 316.

<sup>93</sup> “O proletariado será um baluarte da ordem e da paz”. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, pp. 4 e 5.

Para os organizadores daquele conclave, a colaboração dos sindicatos com a política de ordem e tranquilidade não se incompatibilizava com as reivindicações trabalhistas por melhores condições de trabalho, aumentos de salário, dignidade e bem-estar social, nem tampouco com a defesa do direito de greve e dos princípios da autonomia, liberdade e unidade sindical.<sup>94</sup> Ao contrário, estes seriam atributos essenciais à “participação ativa e efetiva dos sindicatos e do operariado na vida pública e na solução dos problemas da própria classe trabalhadora”.<sup>95</sup>

Na perspectiva dessas lideranças sindicais e, certamente, dos próprios trabalhadores, o sacrifício em defesa da pátria e a colaboração em prol da democracia vinculavam-se à luta por justiça social e em defesa dos direitos trabalhistas. Logo, alimentavam expectativas de contrapartidas com a ampliação de direitos e melhorias sociais. Isto ficou evidenciado também num memorial enviado pelo Sindicato dos Padeiros de Salvador, em maio de 1945, à Associação dos Estabelecimentos de Padaria, reivindicando aumento salarial. O documento afirmava que, durante o “esforço de guerra”, o proletariado havia cooperado “com a melhor boa vontade” pelo êxito da pátria e para que muitas empresas auferissem lucros extraordinários. Por outro lado, denunciava que, ao término da guerra, os trabalhadores encontravam-se “subalimentados e doentes”, pois ninguém podia negar que o ônus maior do desajustamento entre salário e o custo de vida “recaía sobre a classe obreira”. Logo, esperavam “senão uma recompensa” pelo esforço empenhado, “pelo menos uma justa remuneração”.<sup>96</sup>

No início de 1946, como assinalaram Silva e Negro, diante da pressão dos trabalhadores e sentindo-se “cada vez mais longe do poder”, o PCB começou a “rever a sua política de ordem e tranquilidade” e a tratar com menos ressalva as greves.<sup>97</sup> Em abril, numa sabatina realizada pela reportagem de *O Momento*, o ativista portuário Cosme Ferreira<sup>98</sup> conclamou seus companheiros a permanecer “unidos, vigilantes, dentro da ordem e da tranquilidade” para não darem motivos para a “reação”. Mas, ressaltou que não deviam “cruzar os braços diante da fome e da miséria, porque lutar contra a fome é lutar por

---

<sup>94</sup> Essas bandeiras, içadas por algumas categorias operárias, integraram as teses e resoluções do Segundo e do Terceiro Congresso Sindicais dos Trabalhadores Baianos.

<sup>95</sup> “O proletariado será um baluarte da ordem e da paz”, op. cit.

<sup>96</sup> “Os padeiros querem o acréscimo de sessenta por cento nos seus salários. Memorial apresentado à Associação dos Estabelecimentos de Padaria nesta capital”. *O Imparcial*, Salvador, 17 maio 1945, p. 3

<sup>97</sup> SILVA; NEGRO, “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)”, op. cit., p. 57.

<sup>98</sup> Cosme Ferreira era ativista comunista entre os portuários, foi secretário do CE do PCB e um dos candidatos do partido à Assembleia Legislativa na Bahia, em 1947.

tranquilidade”.<sup>99</sup> Nesse contexto, o governo Dutra já havia publicado o decreto-lei nº 9.070, que restringia o direito de greve e criminalizava a prática grevista.<sup>100</sup>

As discussões acaloradas nas assembleias sindicais perante as propostas de greve, as tentativas por alguns dirigentes sindicais de evitar as paralisações e a decisão de outros sindicalistas de colocarem-se ao lado dos movimentos grevistas são sintomáticas das tensões e ambiguidades que marcaram as relações entre trabalhadores, ativistas e dirigentes sindicais naquela conjuntura. Essas situações foram observadas, por exemplo, no movimento dos portuários pelo abono de natal; na greve dos bancários (ambos em janeiro), e na greve dos canavieiros, entre fevereiro e março de 1946, que serão tratados no segundo capítulo.

Conforme se depreende, a militância sindical, seja comunista ou trabalhista, não atuava como mera “correia de transmissão” dos discursos e diretrizes das lideranças políticas ou das direções partidárias, nem tampouco os trabalhadores eram uma “massa amorfa”, passiva e submissa, disponível à manipulação e cooptação, como sentenciou certa vertente historiográfica.<sup>101</sup> O apoio ao esforço de guerra e a colaboração com o processo de democratização vinculavam-se à expectativa de melhores condições de trabalho, dignidade e bem-estar social.

Aproveitando-se das circunstâncias conjunturais e das brechas entreabertas pelo processo de democratização, no biênio 1945-46 diferentes grupos de trabalhadores mobilizaram ações reivindicatórias na Bahia, pleiteando aumentos salariais, melhores condições de trabalho, moradia, alimentação, dignidade e direitos trabalhistas. Aliadas a essas reivindicações, alguns setores içaram as bandeiras da liberdade, da autonomia e da unidade sindical e do direito de greve.

---

<sup>99</sup> “As leis de Getúlio não protegem os pobres”. *O Momento*, Salvador, 18 abr. 1946, pp. 2, 6.

<sup>100</sup> Publicado em 15 de março de 1946, o decreto-lei 9.070 antecipava-se à promulgação da Constituição e reafirmava princípios autoritários do Estado Novo que restringiam o direito de greve e criminalizavam a prática grevista. Ver: BRASIL. Decreto-lei 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 20 set. 2013.

<sup>101</sup> Refiro-me, especialmente, ao estudo de Francisco de Oliveira sobre a formação de classe na Bahia (OLIVEIRA, F. *O Elo Perdido*, op. cit.). Sem deixar de reconhecer as valiosas contribuições para os estudos subsequentes e as peculiaridades de cada análise, essas teses foram afirmadas por vários outros teóricos do populismo, como Hélio Jaguaribe e o conhecido Grupo de Itatiaia, e um grupo de sociólogos, cientistas políticos, economistas e historiadores que se destacaram nos anos 1960/70, a exemplo de Juarez Brandão Lopes, José Albertino Rodrigues, Leôncio Martins Rodrigues, Boris Fausto, Francisco Weffort, Octávio Ianni, Régis de Castro Andrade e outros. Para uma crítica a esta historiografia, ver: GOMES, “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”, op. cit.

### 1.3 CORPORATIVISMO E EXPERIÊNCIAS SINDICAIS DOS TRABALHADORES

No Brasil, a conjuntura do final da Segunda Guerra e da redemocratização foi marcada pela dinamização da vida sindical, juntamente com a propagação das reivindicações trabalhistas e a eclosão de inúmeros movimentos grevistas. Nesse contexto, a ampliação do processo de sindicalização tanto foi favorecida pelas medidas administrativas e jurídicas governamentais do final do Estado Novo e pela conjuntura política e econômica do pós-guerra quanto foi informada pelas experiências passadas de organização e lutas dos trabalhadores. Contudo, a dinamização da vida sindical deveu-se mais à agência dos próprios trabalhadores do que às decisões governamentais. Se havia uma convergência no que se refere à ampliação do número de sindicatos, não se pode dizer o mesmo quanto às expectativas em torno dos papéis desses organismos classistas.

Desde a década de 1930, o governo de Getúlio Vargas procurou atrair os sindicatos e os trabalhadores urbanos para o seu projeto corporativista. Com este fim, foram instituídas diversas medidas administrativas e legislativas. Embora a sindicalização fosse facultativa, conforme o decreto nº 19.770, de março de 1931, a legalização dos sindicatos e a associação dos trabalhadores tornaram-se requisitos obrigatórios para a reivindicação e o usufruto de alguns direitos trabalhistas, bem como para participação dos empregados nas eleições dos representantes classistas na Assembleia Constituinte. Era a lógica de que quem não tivesse ofício não teria benefícios.

Contudo, tanto os dados estatísticos do IBGE quanto o levantamento de José Albertino Rodrigues indicam que a princípio não houve uma adesão maciça, incondicional e linear dos sindicatos nem dos trabalhadores ao sistema corporativista.<sup>102</sup> Pelo levantamento do IBGE, apenas 39 sindicatos foram oficialmente reconhecidos em 1931. Nos dois anos seguintes, esse número elevou-se para 116 e 259, respectivamente, retroagindo para 208 em 1934. Em 1935, o número de sindicatos legalizados chegou a 589 e, nos anos seguintes, manteve uma tendência de gradual crescimento, chegando a 1.206 sindicatos, 12 uniões e 10 federações, em 1939. Provavelmente, esse crescimento foi motivado pelo decreto nº 24.694, de 12 de março de 1934, que flexibilizava alguns dos critérios para o reconhecimento sindical. Por seu turno, para os associados, a legalização do sindicato podia representar também uma

---

<sup>102</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Estatísticas do Século XX. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/trabalho>. Acesso em 11 set. 2014; RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979. Ver: tabela 1, apêndice B.

estratégia para driblar a repressão do Estado Novo. Todavia, segundo Ângela C. Gomes, enquanto houve um crescimento do número de sindicatos registrados, observou-se a redução do quadro de associados.<sup>103</sup>

Em 1940, observou-se um acentuado declínio no numérico de sindicatos devidamente legalizados, provavelmente em virtude do decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, que ampliou e tornou mais rigorosos os critérios para o reconhecimento sindical, inclusive provocando descredenciamentos e fusões de sindicatos.<sup>104</sup> Em linhas gerais, essa lei retomava os princípios corporativistas do decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, reafirmando a unidade (de certa forma, relativizada pelo decreto nº 24.694) e a tutela sindicais, e ampliava a intervenção governamental nos assuntos financeiros e administrativos dos sindicatos. Além disso, instituía o atestado de ideologia para os pleiteantes aos cargos de direção sindical, vedava a organização intersindical horizontal e proibia expressamente as greves.<sup>105</sup>

Os baixos índices de sindicalização, então verificados, colocavam em cheque o projeto corporativista. Com efeito, durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho no Ministério do Trabalho (1941-1945) foram instituídas algumas medidas administrativas de apoio à criação de novos sindicatos e de incentivo à sindicalização. Contudo, constatou-se que somente com a participação dos líderes sindicais e a aquiescência dos próprios trabalhadores seria possível viabilizar esse empreendimento.<sup>106</sup> Com este fim, foram instituídos novos instrumentos para atrair os sindicatos. A partir de 1941, o reconhecimento pelo Ministério do Trabalho tornou-se requisito obrigatório para a instauração de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Em 1942, foi implantado o Imposto Sindical<sup>107</sup>. Certamente, muitos sindicalistas viram no repasse pelo MT de recursos provenientes desse tributo tanto uma possibilidade de superação da

<sup>103</sup> GOMES, Ângela M. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, pp. 27-36.

<sup>104</sup> A título de exemplo, com base no referido decreto, na Bahia o Sindicato dos Trabalhadores da Companhia Linha Circular foi subdividido nos Sindicatos dos Transviários, Eletricitários e Telefônicos.

<sup>105</sup> Ver: SENADO FEDERAL. Subsecretaria de Informações. Decreto nº 19.770, de 19 mar. 1931. (Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências); Idem. Decreto nº 24.694, de 12 jul. 1934. (Dispõe sobre os sindicatos profissionais); Idem. Decreto-Lei nº 1.402, de 5 jul. 1939. (Regula a associação em sindicato). Ver Também: FILHO, Evaristo de Moraes. *O problema do sindicato único no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

<sup>106</sup> Durante a gestão de Marcondes Filho, foi constituída uma Comissão de Enquadramento Sindical, com a função de “presidir o processo de expansão do número de sindicatos reconhecidos”. Também foi criada a Divisão de Organização e Assistência Sindical, encarregada de organizar, assistir e fiscalizar as atividades dos sindicatos junto ao Departamento Nacional do Trabalho (DNT). No Ministério do Trabalho (MT), foi constituída uma Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS) com o propósito de dinamizar a vida sindical. A esta foi destinada 25% da quota anual do Fundo Sindical, para fazer aumentar o número de sindicalizados. Ver: GOMES, A invenção do trabalhismo, op. cit., pp. 248-52. Ver também: GOMES, Ângela de C.; D’ARAÚJO, Maria C. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 43.

<sup>107</sup> Esta lei instituiu a contribuição compulsória (correspondente a um dia de trabalho) de todos os trabalhadores a ser repassada aos sindicatos pelo Ministério do Trabalho.



instabilidade financeira dos sindicatos, que então dependiam das contribuições voluntárias dos associados, quanto uma oportunidade para a ampliação dos serviços de assistência social e atração de novos sócios. Por seu turno, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) passou a “orientar as empresas do país a darem preferência aos trabalhadores sindicalizados”,<sup>108</sup> ou seja, além dos benefícios da legislação trabalhista e do direito de reivindicar tais direitos, o acesso aos recursos do imposto sindical e a admissão no emprego estavam sendo condicionados à sindicalização do trabalhador.

Entre 1942 e 1946, os dados de José Albertino Rodrigues são os mesmos do IBGE. Nesse período, observa-se uma retomada da evolução gradual do número de sindicatos legalizados, perfazendo 640 e 939 naqueles anos, respectivamente. Proporcionalmente, os maiores índices de legalização foram alcançados em 1942 e 1943, período de adequação das entidades ao decreto-lei 1402. No biênio 1945/46, a conjuntura de maior efervescência sindical, as taxas de reconhecimento mantiveram-se na casa de um dígito. Já no quadriênio 1947/50, no contexto da política anticomunista, intervencionista e repressiva ao movimento sindical, do governo Dutra, o número de sindicatos legais permaneceu praticamente estabilizado, ao passo que foram criadas 45 federações sindicais.<sup>109</sup>

Infelizmente, os dados apresentados não permitem identificar quais desses sindicatos já existiam antes do enquadramento legal e quais foram criados no contexto do corporativismo. Também não permitem mensurar o número de trabalhadores sindicalizados (nas estatísticas do IBGE, foram encontrados apenas os dados referentes a 1938, com 351.574 empregados) nem tampouco a participação efetiva dos associados nas assembleias sindicais.

De acordo com Ângela C. Gomes, a “adesão” dos trabalhadores, e “não meramente sua submissão ou manipulação”, ao corporativismo sindical operacionalizou-se tanto a partir de “uma lógica material/organizacional, quanto de uma “lógica simbólica de formação e mobilização de identidade”.<sup>110</sup> A princípio, alguns setores do movimento operário se interessaram pela proposta e passaram a apoiá-la. Outros ficaram cautelosos devido aos riscos que ela impunha à autonomia das associações classistas, mas, com o tempo, tenderam a aceitá-la por julgá-la inevitável. Mas, também “houve setores que a recusaram inteiramente, reagindo ante as investidas da política governamental”.<sup>111</sup> Certamente, esses dirigentes sindicais e as respectivas bases carregavam suas próprias expectativas, informadas tanto pelas questões do presente quanto por experiências organizativas anteriores. Como assinalou

---

<sup>108</sup> GOMES, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 253.

<sup>109</sup> Ver tabela 1, apêndice B.

<sup>110</sup> GOMES, *A invenção do trabalhismo*, op. cit., p. 301.

<sup>111</sup> Idem, *Cidadania e direitos do trabalho*, op. cit., p. 26.

Alexandre Fortes, “isso relativiza a ideia de um corte abrupto na tradição de organização autônoma anterior”.<sup>112</sup>

Conforme avaliou Antônio L. Negro, para a viabilização do projeto corporativista (expectativa alimentada pelos inventores do trabalhismo), os sindicatos precisavam dispor de um mínimo de força política e isto implicava ter um mínimo de “vida associativa”. Para tanto, necessitavam estabelecer “algum vínculo entre suas bases” e fomentar “o acesso das mesmas aos direitos sancionados em lei”. Logo, os dirigentes sindicais “tinham de dar respostas aos conflitos verificados nas fábricas”. Foi exatamente por meio da “apropriação da institucionalidade sindical” que se procedeu ao renascimento do movimento operário “com um sem-número de greves, reivindicações, comitês de base, campanhas e organizações”.<sup>113</sup>

Na Bahia, este estudo também se deparou com a parcialidade dos dados relativos ao movimento de sindicalização. Para o período em questão, as informações mais sistemáticas de que se dispõe são as estatísticas do IBGE e o levantamento realizado por José Raimundo Fontes, baseado na imprensa e em outras fontes dispersas, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 2 - Sindicatos oficialmente reconhecidos na Bahia (1931 – 1950)

Anos	IBGE	Acréscimo	JRF	Acréscimo
1931	0		1	-----
1932	1	1	6	5
1933	21	20	31	25
1934	33	12	55	24
1935	35	2	63	8
1936	44	9	81	18
1937	70	26	87	6
1938	82	12	91	4
1939	82*	00	100	9
1940	-----	-----	101	1
1941	-----	-----	102	1
1942	45	-37	106	5
1943	50	5	111	5
1944	53	3	113	2
1945	59	6	121	8
1946	73	14	129	8
1947	74	1	134	5
1948	79	5	-----	-----
1949	83*	4	-----	-----
1950	84	1	-----	-----

\* Em 1939 foram criadas duas Uniões e em 1949 duas Federações Sindicais  
Fonte: IBGE: *Estatísticas do Século XX*; FONTES, J. R., op. cit., p. 171.

Tanto as estatísticas do IBGE quanto o levantamento de José Raimundo Fontes apresentam lacunas e outras limitações inerentes a essa tipo de fonte. Devido às expressivas

<sup>112</sup> FORTES, *Nós do Quarto Distrito*, op. cit., p. 333.

<sup>113</sup> NEGRO, “Um PCB é pouco, dois é bom, três é demais”, op. cit., p. 254.

discrepâncias entre as duas fontes, por se tratarem de sindicatos legalmente reconhecidos, decidiu-se priorizar a estatística oficial. De todo modo, os dois arrolamentos indicam que a dinâmica de adesão dos sindicatos baianos ao sistema corporativista se assemelha com a tendência apontada pelo quadro nacional. A princípio, parece não ter causado entusiasmo entre os sindicalistas. Em seguida, entre 1933 e 1938 verifica-se uma evolução gradual do número de sindicatos reconhecidos, que se estabiliza no ano seguinte. No biênio 1940/41, não se têm os dados do IBGE, mas pelos números relativos a 1939 (82 sindicatos e duas uniões) e 1942 (45 sindicatos), pode-se conjecturar que houve um decréscimo no número de legalizações. A partir daí, parece predominar uma relativa tendência de crescimento, com destaque para o ano de 1946, quando foram reconhecidos 14 sindicatos, voltando a se estabilizar em 1947, e novamente em 1950, com a legalização de um único sindicato em cada ano. Registre-se ainda a criação de duas federações em 1949.

De todo modo, o estudo de José Raimundo Fontes indica que, pelo menos, 41 categorias profissionais já possuíam alguma experiência associativa antes de ingressar no sistema corporativista. Dentre essas, algumas participaram ativamente do processo de vivificação do movimento sindical no final da Segunda Guerra: estivadores, portuários, panificadores, ferroviários, trabalhadores da construção civil, transviários e eletricitários, tecelões, metalúrgicos, comerciários, marceneiros, fluviários, gráficos e outros.<sup>114</sup> Outras 23 tiveram nesse contexto a primeira forma de associação classista. Sem precisar a origem de outros 70 sindicatos, o autor sugere que o número de “associações independentes” que obtiveram o registro legal pode ter sido bem maior, visto que não foram localizadas informações sobre algumas categorias que possuíam tradição organizativa.<sup>115</sup>

Em muitos casos, o enquadramento sindical não foi mera imposição estatal e sim uma reivindicação dos próprios trabalhadores e das suas associações classistas. O Sindicato dos Alfaiates de Salvador, por exemplo, originou-se de uma Liga dos Alfaiates criada em 1919. Em fevereiro de 1933, foi reconhecido pelo Ministério do Trabalho, mas a partir de 1936, passou por um período de desorganização e “enfraquecimento dos seus quadros”, segundo um antigo dirigente.<sup>116</sup> Em 1942, quando retomou o processo de organização, um grupo de associados requereu o enquadramento pelo Ministério do Trabalho, mas, devido a entraves burocráticos, a carta de reconhecimento só foi expedida em 3 de janeiro de 1946.<sup>117</sup> A Associação dos Operários Gráficos de Salvador também requereu voluntariamente a carta de

---

<sup>114</sup> Ver: “Apêndice I do capítulo 2”. FONTES, J. R. *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 142/53.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 179.

<sup>116</sup> Cf. Declaração do sindicalista Jacinto José dos Santos Silva à reportagem de *O Momento*.

<sup>117</sup> “Os alfaiates reorganizam seu sindicato”. *O Momento*, Salvador, 14 abr. 1946, p. 2.

reconhecimento sindical, que foi expedida pelo Ministério do Trabalho em dezembro de 1946, para que a categoria suspendesse uma greve e suscitasse dissídio coletivo na Justiça do Trabalho<sup>118 119</sup>.

Conquanto ajude a refletir sobre o processo de enquadramento sindical na Bahia, a tabela da página 48 pouco informa sobre o número de sindicalizados e sobre a participação efetiva dos associados nas assembleias. Apesar de não se dispor de dados seriais a este respeito, algumas informações dispersas dão conta de uma expansão da sindicalização no contexto da movimentação sindical do final do Estado Novo e do processo de democratização. Neste sentido, o caso do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro, um dos mais importantes no estado, pode ser tomado como exemplar.

Fundado em 28 de julho de 1935, com a denominação de Sindicato dos Operários do Açúcar e Anexos do Município de Santo Amaro, o grêmio foi oficialmente reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 13 de abril de 1942. Um ano depois, contava com 400 associados. Em 1944, foi empossada uma nova diretoria, presidida pelo trabalhista Otávio Nunes e apoiada por comunistas, a exemplo do dirigente do Comitê Municipal do PCB, o médico Juvêncio Guedes. A nova diretoria tomou frente nas principais ações reivindicatórias e empenhou-se na organização da categoria, mobilizando uma campanha de sindicalização. Em 1946, o número de associados chegava a 10 mil, colocando o sindicato em posição de destaque no estado. Nessa época, a categoria era composta de 10 mil operários das usinas e cerca de 30 mil assalariados agrícolas.<sup>120</sup>

Se se considerar que, segundo o IBGE, em 1938 (antes, portanto, dos efeitos do decreto-lei 1.402), havia apenas 11.203 empregados sindicalizados na Bahia, embora não se deva tomar o caso dos canavieiros como regra, fica evidente o crescimento numérico das filiações nesse período. Também no Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus, segundo o presidente João Batista de Souza, em 1946 o número de associados correspondia à totalidade dos 425 empregados.<sup>121</sup> Entre os estivadores, o quadro não devia ser diferente, já que o sindicato era responsável pela organização do trabalho. Apesar de não se dispor de números relativos às outras categorias profissionais, pelo nível de mobilização, provavelmente nesse

<sup>118</sup> De acordo com os artigos 856 e 857 da CLT, a representação para a instauração do dissídio coletivo constitui prerrogativa das associações sindicais, todavia em caso de suspensão do trabalho o dissídio pode ser instaurado *ex officio* por iniciativa do Presidente do Tribunal ou a requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho.

<sup>119</sup> “A União Sindical dos Trabalhadores Baianos apoia o movimento de reivindicação dos gráficos”. *O Momento*, Salvador, 17 nov. 1946, p. 5; “Após recorrerem a todos os recursos, os gráficos baianos entraram ontem em greve”. *Idem*, 1 dez. 1946, pp. 1, 8.

<sup>120</sup> “10 Mil operários do Recôncavo lutam por uma vida melhor e mais digna”. *O Momento*, Salvador, 4 mar. 1946, pp. 1, 8. Ver também: Ver: CUNHA, *Amargo açúcar*, op. cit., pp. 116/19.

<sup>121</sup> “Em dissídio coletivo os ferroviários de Ilhéus”. *O Momento*, Salvador, 4 mar. 1946, pp. 1, 8.

período os índices de filiação foram bastante expressivos entre os tecelões, comerciários, transviários e outros setores citados acima.

As informações relativas à participação dos associados nas assembleias são ainda mais dispersas. A partir de um arrolamento das assinaturas nas listas de frequência das assembleias ordinárias do Sindicato dos Tecelões, ocorridas entre 1946 e 1956, Cecília Sardenberg, Helyon Reis, Francismeire Ferreira e Tatiana Bonfim constataram que, nesse período, o número de associados presentes raramente ultrapassava de 50. Tomada como exemplo, uma assembleia ordinária realizada em 27 de abril de 1947 teve a presença de 46 associados. Todavia, conforme observaram, nas reuniões extraordinárias e/ou cujas pautas incluíam temas como dissídios coletivos, em eleição de representantes e outras questões que despertavam maior interesse nos associados, a frequência era bem mais expressiva, ultrapassado de 150 o número de assinaturas. Entretanto, as autoras não conseguiram precisar os números totais de associados nesse período.<sup>122</sup>

*Pari passu* com a retomada das lutas sindicais, concorreram para a ampliação do número de sindicalizados as campanhas de sindicalização mobilizadas pelo MUT e pelas militâncias comunista e trabalhista. Desde 1943, no contexto da política de “União Nacional”, os comunistas passaram a atuar mais efetivamente nos sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho.<sup>123</sup> A partir de 1945, com a legalização do PCB, a ampliação dos seus quadros e a criação do MUT, esta atuação tornou-se ainda mais incisiva. Aproveitando-se das brechas abertas pela política governamental, os comunistas aproximaram-se dos trabalhistas e empenharam esforços na organização e fortalecimento dos sindicatos, no apoio às reivindicações trabalhistas, bem como na divulgação da sua orientação política entre os trabalhadores.<sup>124</sup> Nesse período, os quadros do PCB na Bahia incluíam antigos e novos ativistas sindicais, conforme o quadro 2, apêndice C.

O marceneiro Manuel Batista de Souza, o empregado na construção civil João Severiano Torres (o Jordão) e provavelmente o sapateiro Manoel Reinaldo Pinheiro integravam o Comitê Regional (CR). Além dos dois primeiros citados, o sapateiro Antônio Pascásio Bittencourt, o gráfico Demócrito Carvalho, o estivador Jaime da Silva Maciel, o barbeiro Otávio Meira Cotrim, o gráfico Florêncio Moreira e o professor e ativista sindical na

<sup>122</sup> SARDENBERG, Cecília M. B. [et. al.]. “Mulheres e sindicatos: presença feminina no Sindtêxtil–Bahia nos anos 50”. In: SARDENBERG, Cecília M. B.; VANIN, Iole M.; ARAS, Lina, M. B. [orgs.] *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001, pp. 136-160.

<sup>123</sup> “As eleições sindicais”. *O Momento*, Salvador, 9 ago. 1946. Ver também: SILVA; NEGRO, op. cit., p. 54.

<sup>124</sup> “Campanha de sindicalização em massa, pelo MUT”. *O Momento*, Salvador, 12 nov. 1945, pp. 3, 7; “Fortalecimento das organizações sindicais”. Idem, 1 set. 1946, pp. 3, 4; Ver também: COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., p. 25.

cidade de Ilhéus, Nelson Schaun, integravam o Comitê Estadual (CE). No Comitê Municipal (CM) de Salvador, além dos dois primeiros integrantes do CE citados constavam os portuários Juvenal Luiz Souto Júnior, Anísio Varjão, Cosme Ferreira e Antônio Gomes de Oliveira e o transviário Alfredo Moreira Freitas.<sup>125</sup>

A esses ativistas que integravam a direção partidária somavam-se outras destacadas lideranças sindicais, como o estivador João Cardoso Souza, o mecânico transviário João Ribeiro dos Passos, o transviário Florisvaldo Viana, o contabilista Luiz França Araújo, a tecelã Antônia Miranda, o tecelão Osório Ferreira dos Santos, o comerciário Arlindo Santana, o artesão e ativista em Santo Amaro, Narciso Bispo. Nas eleições para a Constituinte, em dezembro de 1945, Juvenal Júnior, Alfredo Moreira Freitas, Manuel Batista, Demócrito de Carvalho, Nelson Schaun, o tecelão Vicente de Paula, o estivador José Estanislau Santana e o ativista sindical na cidade de Alagoinhas, João do Carmo, integraram a lista de candidatos pelo PCB. Como visto, Juvenal Júnior foi eleito primeiro suplente do deputado Carlos Marighela.<sup>126</sup>

Nesse contexto, os comunistas participaram das eleições sindicais<sup>127</sup>, promoveram campanhas de sindicalização e incentivaram a organização de fóruns sindicais horizontais e plurais, a exemplo do MUT, do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos, da CTB e da USTB, contrariando restrições do sistema corporativista. Igualmente, atuavam nos locais de trabalho, incentivando a organização e apoiando as ações reivindicatórias dos trabalhadores. Além das estratégias de atuação empreendidas nos sindicatos e nos locais de trabalho, a proeminência comunista envolveu toda uma dinâmica de alianças com os trabalhistas e com outras correntes políticas com inserção nos meios sindicais, a exemplo do socialismo cristão<sup>128</sup> e dos socialistas da Esquerda Democrática.<sup>129</sup>

<sup>125</sup> Cf. “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit.; FALCÃO, *O Partido Comunista que eu conheci*, op. cit.; VAZQUEZ, *Intervalo Democrático e Sindicalismo*, op. cit.; FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit.; SENA JÚNIOR, *Os Impasses da Estratégia*, op. cit.

<sup>126</sup> Ibidem. Ver também: “Os candidatos do povo baiano à Constituinte”, op. cit.

<sup>127</sup> “As eleições sindicais”, op. cit.; “Devem os sindicatos eleger livremente suas diretorias”. *O Momento*, Salvador, 11 out. 1946, p. 2.

<sup>128</sup> Sobre a presença da doutrina social cristã na Bahia, ver: “As atividades do ‘Círculo Operário’ em nove anos”. *A Tarde*, Salvador, 10 jan. 1946, p. 2; “Amparando e educando o trabalhador: o Círculo Operário completa hoje dez anos de vida”. *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jan. 1947, p. 3; SOUZA, Evergton Sales. “O movimento operário católico na Bahia: o Círculo Operário da Bahia (1937-1962)”. *Caderno do CEAS*, n. 158, pp. 47-59, 1995. Ver também: SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Da transcendência à disciplina: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

<sup>129</sup> A Esquerda Democrática constituiu o núcleo político organizador do futuro PSB. Na Bahia, tinha como principais lideranças João Mangabeira (irmão do governador Octávio Mangabeira), o advogado Virgidal Sena e o acadêmico Orlando Moscoso. Em janeiro de 1947, esse grupo político apoiou a candidatura de Octávio Mangabeira e depois participou do seu governo. Ver: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*, v. II. São Paulo: DIFEL, 1981; TAVARES, *História da Bahia*, op. cit.

Entre os trabalhistas encontravam-se também alguns sindicalistas com participação ativa no movimento sindical no pós-guerra. Estes, geralmente seguiam uma linha mais afinada com as diretrizes do Ministério do Trabalho e mantinham vínculos com o PTB na Bahia, como se verifica no quadro a seguir:

Quadro 3 - Sindicalismo e trabalhismo na Bahia (1945 -1950)

Nome	Sindicato	Atividade partidária	Atuação Sindical
Aristóteles Mendes Ferreira	Presidente do Sindicato dos Bancários, destituído pela base por se opor à greve da categoria em janeiro/fevereiro de 1946.	Foi um dos fundadores do PTB na Bahia. Em 1948, ocupou o cargo de juiz classista na 1ª JCI da Justiça do Trabalho em Salvador.	Presidiu a comissão executiva do II Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos.
João Batista de Souza	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Ilhéus.	Candidato a deputado estadual pelo PTB em 1947.	Teve atuação destacada na organização e nas ações reivindicatórias dos ferroviários de Ilhéus.
João da Silva Rego Filho	Ex-presidente do Sindicato dos Portuários e presidente da Associação Profissional dos Empregados em Serviços Portuários da cidade de Salvador.	Candidato a deputado estadual pelo PTB em 1947. Em 1949, ocupava o cargo de juiz classista do TRT, em Salvador.	Integrou a comissão executiva do III Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos.
João Pacífico de Souza	Carpinteiro, dirigente do Sindicato da Construção Civil em Salvador.	Ocupou o cargo de 1º secretário estadual do PTB e foi candidato a deputado federal constituinte em 1945.	Participou da organização do I Congresso Sindical (1936) e das comissões organizadora e executiva do II e do III Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos, respectivamente.
Luís Lago de Araújo	Advogado, ele foi delegado regional do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes.	Eleito suplente de deputado federal pelo PTB (1945); assumiu a vaga de Getúlio Vargas.	Figura com trânsito nos meios sindicais.
Luiz de Azevedo Cerqueira	Comerciante e diretor do Sindicato de Empregados em Hotéis em Salvador.	Ocupou o cargo de 2º secretário do PTB na Bahia e foi candidato a deputado estadual em 1947.	Membro da comissão executiva do III Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos.
Octávio Nunes da Silva	Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro.	Mais tarde foi eleito vereador pelo PTB em Santo Amaro.	Teve atuação destacada na organização sindical e nos movimentos grevistas dos canavieiros.
Oldack Nascimento	Presidente Sindicato Trab. na Indústria de Fiação e Tecelagem do Município de Valença.	Candidato a deputado federal em 1945 e estadual em 1947 pelo PTB.	Participou ativamente do III Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos.
Raimundo Malgadi	Primeiro secretário do Sindicato dos Securitários.	Candidato a deputado estadual pelo PTB em 1947.	Dirigente da USTB.

Fonte: *Correio Trabalhista; O Momento; O Imparcial; A Tarde*; TAVARES, op. cit.; FONTES, J. R., op. cit.

Além desses sindicalistas havia outros militantes e dirigentes petebistas com trânsito nos meios operários e sindicais, a exemplo dos advogados Dorival Guimarães Passos e Carlos Aníbal Corrêa, do funcionário público municipal de Salvador Inácio Dias de Souza e do jornalista Joel Presídio, fundador do PTB na Bahia. O primeiro atuava em causas trabalhistas de empregados em Salvador; no plano sindical, integrou a diretoria do MUT, foi consultor jurídico do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos. Nas eleições de dezembro de 1945, foi candidato à Assembleia Constituinte; em janeiro de 1947, concorreu a deputado estadual, mas não obteve êxito. O segundo atuava em causas trabalhistas, sobretudo de fumageiros, nas cidades de Cachoeira, São Félix e adjacências. Em janeiro de 1947, foi eleito deputado estadual. Já Inácio Dias de Souza teve atuação destacada na criação da CTB e da USTB, assumindo a representação da Confederação Sindical na Bahia. Em 1950, participou do IV Congresso dos Trabalhadores Baianos, organizado pelos comunistas. Dirigente estadual petebista, ele concorreu à Assembleia Constituinte em dezembro 1945, e elegeu-se deputado estadual em janeiro de 1947. Em 1950, foi expulso do PTB e disputou as eleições legislativas pelo Partido Republicano (PR), elegendando-se como quarto suplente de deputado estadual. Já Joel Presídio possuía influência política, sobretudo entre os ferroviários. Dirigente do PTB estadual, ele concorreu à Assembleia Constituinte em 1945, e foi eleito deputado estadual, em janeiro de 1947.<sup>130</sup>

Como se verá no terceiro capítulo, as campanhas eleitorais e os dados estatísticos das eleições estaduais e municipais de 1947 e das eleições gerais de 1950 apontam para a existência de bases mais ponderáveis do trabalhismo e do *queremismo*<sup>131</sup> entre os

<sup>130</sup> Cf. *Correio Trabalhista, O Momento, O Imparcial; A Tarde* (edições diversas); BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara>. Acesso em 5 jan. 2015; Idem. Dados estatísticos: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950, v. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>. Acesso em 10 nov. 2014; BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral (TRE), dados estatísticos das eleições estaduais e municipais de 1947 e das eleições gerais de 1950. Salvador, Centro de Memória do TRE da Bahia. Ver também: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit.; TAVARES, *História da Bahia*, op. cit.

<sup>131</sup> Para Ângela C. Gomes e Maria Celina D’Araújo, trabalhismo e *getulismo* são “termos que se complementam durante a ditadura à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe do governo”, mas não são expressões sinônimas. Construído dentro do Ministério do Trabalho, desde 1942, o trabalhismo apresentava-se “como uma ideologia política centrada na figura de Vargas, em sua obra social e no tipo de relação – direta e emocional – que se propõe a manter com a massa trabalhadora”. Mas, enquanto o *getulismo* tem a marca indelével da personalização, no pós-1945 o trabalhismo foi sendo apropriado de diversas formas e “acabou por ganhar novas lideranças e, por vezes, perfis mais independentes em relação ao seu marco de origem”. O *queremismo* teria sido impossível sem o suporte ideológico do trabalhismo, mas enquanto a atuação do PTB estava definida “pelas regras do jogo político”, o *queremismo* “era um movimento social que tanto podia correr à margem das regras do jogo, como efetuar todos os tipos de aliança, sem qualquer comprometimento maior”. (GOMES; D’ARAÚJO, *Getulismo e Trabalhismo*, op. cit., pp. 8, 9 e 19)



trabalhadores baianos do que admitiam a imprensa liberal e o periódico comunista *O Momento*.

Geralmente, eram nas experiências sindicais anteriores ao Estado Novo, a exemplo das “memoráveis reuniões” realizadas na sede da antiga Federação dos Trabalhadores Baianos, lembradas por Juvenal Júnior, “quando eram levantadas grandes e sentidas reivindicações do proletariado”, e nos congressos que estavam sendo realizados em outros estados, como os de São Paulo e Rio de Janeiro, que as lideranças sindicais baianas procuravam inspirar suas ações. Volta e meia, as trajetórias de organismos e ativistas sindicais e as lutas operárias que precederam ao Estado Novo eram evocadas por sindicalistas e pela imprensa operária, com o propósito de forjar uma tradição sindical na Bahia.<sup>132</sup>

A reinvenção dessa tradição sindical foi favorecida pela permanência de lideranças operárias formadas nos movimentos sociais anteriores ao golpe de 1937, a exemplo do marceneiro Manoel Batista de Souza, do transviário Alfredo Moreira de Freitas, do carpinteiro João Pacífico de Souza, do mecânico João Ribeiro dos Passos, do gráfico Demócrito Gomes da Carvalho, do tecelão Vicente Paula de Jesus, dos portuários Juvenal Souto Júnior e João Cardoso de Souza, do professor primário e ativista sindical na cidade de Ilhéus, Nelson Schaun, e outros, que continuavam atuantes no movimento sindical do pós-guerra. Outro argumento utilizado para incentivar a sindicalização era a comparação das condições dos trabalhadores não sindicalizados com a situação dos antigos escravos e a apresentação do sindicato como instrumento de redenção.<sup>133</sup>

As memórias e trajetórias de alguns desses ativistas sindicais, apesar de “seletivas” e de comportar “esquecimentos”, ajudam a iluminar o universo de experiências e tradições que informavam o movimento sindical baiano no pós-guerra.<sup>134</sup> Nascido na Ilha de Maré, região metropolitana de Salvador, o mecânico e líder transviário João Ribeiro dos Passos começou a “ver” e “sentir” a vida sindical como aprendiz de mecânico na Companhia de Navegação Baiana (CNB), no contexto grevista de 1919. Seus “mestres” foram os fundadores do

---

<sup>132</sup> SOUTO JÚNIOR, Juvenal. “O Terceiro Congresso e a Federação dos Trabalhadores Baianos”. *O Momento*, Salvador, 25 fev. 1946, pp. 2, 7. Ver também: “História do Sindicato da Construção Civil”. *O Momento*, 9 abr. 1945, p. 9; “O Sindicato dos empregados no Comércio da Cidade do Salvador”. Idem, 23 abr. 1945, p. 3; “Os ferroviários reivindicam o direito de sindicalização”. Idem, 31 dez. 1945, p. 3; “Os alfaiates reorganizam o seu sindicato”. Idem, 14 abr. 1946, p. 2; “Gloriosas tradições de luta do Sindicato dos Trabalhadores do Fumo de São Félix”. Idem, 23 ago. 1946, pp. 2, 5; “Um sindicato com um passado glorioso e um futuro promissor”. *Correio Trabalhista*, Salvador, 5 fev. 1946, pp. 2, 7.

<sup>133</sup> “Os empregados de padarias e armazéns vivem sem nenhum direito”. *O Momento*, Salvador, 25 fev. 1946, p. 5.

<sup>134</sup> POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador<sup>135</sup>, o ajustador mecânico de bancada, Carlos Maia, primeiro presidente; o secretário Alfredo Martins e o “velho ferreiro” Joaquim Belchior, um “preto bem retinto”. Conforme rememorou mais tarde,

Eu via e sentia a conversa deles, na bancada e na forja do velho ferreiro... Eles se encontravam, conversavam e eu ouvia aquela conversa, então fui crescendo... Eu aprendi o ofício de mecânico lá. Naquela época, estavam atrasadas três quinzenas e todo mundo tinha família, eu vivia sem recursos, mas não tinha família. Eu não morava com meus pais, morava com amigos de meus pais... Estava atrasado e sempre esse problema de dinheiro atrasado e outras coisas, mas, sobretudo o dinheiro. Havia uma grande efervescência, uma tristeza, uma desconfiança. Nesta ocasião, houve uma greve geral na Bahia, aqui em Salvador.<sup>136</sup>

Em 1923, João dos Passos saiu da Navegação Baiana e foi trabalhar na montagem de uma máquina a vapor na fábrica de refrigerantes Fratelli Vita, em seguida entrou para as oficinas da Ferrovia Leste Brasileira, de onde saiu, em 1926, para a Companhia Linha Circular de Carris Urbanos de Salvador. Nessa época, vivenciou um princípio de greve pela tolerância de cinco minutos na entrada para o serviço, uma conquista dos “velhos companheiros”, e a criação da Associação Profissional dos Trabalhadores da Companhia Linha Circular dos Carris Urbanos e Energia Elétrica da Bahia. Em 1932, essa Associação deu origem ao Sindicato de Tramway, Telefone, Força e Luz da Cidade de Salvador, abarcando todos os setores da Companhia: bondes, telefone, energia elétrica, escritórios e oficinas. Era o maior sindicato do estado na época, com mais de cinco mil associados, conforme rememora.

Na conjuntura pós-1930, conforme analisa João dos Passos, “a coisa se tornou muito mais ampla, mais politizada, com a interferência de outros companheiros, os marítimos, os embarcadiços”, que mantinham relação frequente com operários de outros portos e, ao mesmo tempo, tinham contato com outros trabalhadores em terra, a exemplo dos ferroviários, transviários, tecelões, bancários, etc. Na direção do sindicato, havia “companheiros intelectualizados”, a exemplo do condutor de bonde Oscar Péricles Noblat, eleito deputado estadual classista em 1934. Nesse mesmo ano, a categoria fez uma greve de três dias, “que parou novamente Salvador e algumas partes do Recôncavo”. Apesar da repressão policial e

---

<sup>135</sup> De acordo com João R. dos Passos, o Sindicato dos Metalúrgicos em Salvador foi fundado num contexto grevista, em 30 de abril de 1919.

<sup>136</sup> PASSOS, João Ribeiro dos. “Memória do Movimento Operário Baiano”. Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea (NHODOC), UFBA, 1983. Acervo do projeto Memória do Movimento Operário Baiano (1960-1964). Depoimento transcrito, 57 fls. “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit. Estas mesmas fontes serão utilizadas nos quatro próximos parágrafos.

das retaliações promovidas pela empresa, com a aplicação de suspensões e demissões, a parede foi vitoriosa, avalia.

Depois do golpe de 1937, segundo o depoente, já com a intervenção no sindicato, a categoria fez uma greve “à moda arranca rabo” (referindo-se à falta de apoio da diretoria), que foi derrotada pela repressão, deixando um saldo de mais de cinquenta demissões. Com efeito, “houve um esfriamento total”, ou seja, uma desmobilização e, em seguida, a divisão do organismo classista pelo decreto-lei 1.402, de 1939, que originou o Sindicato dos Empregados em Carris Urbanos e o dos Trabalhadores em Energia e Telefone.<sup>137</sup> Já no contexto da democratização, João dos Passos participou da organização do MUT, do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos e foi dirigente da USTB. Membro do Comitê Estadual, em 1946 integrou a “chapa popular” como candidato a deputado estadual pelo PCB. Durante a campanha eleitoral, foi submetido a inquérito administrativo pela Companhia Linha Circular, sob a acusação de ter ofendido “a honra e a boa fama” da empregadora durante um comício na Praça da Sé. O processo teve enorme repercussão no meio sindical e resultou na autorização da sua demissão, pela Justiça do Trabalho. Boicotado pelos empregadores, João dos Passos teve dificuldade para se estabelecer em novo emprego. Refugiou-se então no Sindicato dos Metalúrgicos, para livrá-lo dos antigos interventores e promover uma reestruturação até o golpe de 1964, quando sofreu nova intervenção.<sup>138</sup>

A convivência com velhos sindicalistas das gerações de 1920 e do início da década de 1930 e o aprendizado acumulado nas experiências de organização e nas lutas operárias transcorridas ao longo desse período informaram o processo de formação política de João dos Passos e de outros importantes ativistas que reanimaram o movimento sindical no contexto da redemocratização. A ausência de uma cultura letrada (João só aprendeu a ler aos 22 anos de idade) não foi obstáculo intransponível à formação profissional nem tampouco à formação de uma cultura de classe entre esses sindicalistas.

O estivador João Cardoso de Souza nasceu em São Cristóvão, no estado de Sergipe, onde começou a trabalhar, ainda na infância, como camponês e pescador. Com dezessete anos migrou para Santos, em São Paulo, onde ingressou na carreira de marítimo. Na Marinha Mercante, exerceu as funções de carvoeiro e foguista. A sua trajetória sindical iniciou-se no contexto das lutas políticas de 1934. Em 1941, durante o Estado Novo, foi indicado pela

---

<sup>137</sup> Ver: BRASIL. Decreto-Lei n. 1.402, op. cit.

<sup>138</sup> Com a intervenção de 1964, João dos Passos escondeu as chaves do Sindicato dos Metalúrgicos para, num gesto simbólico da luta em defesa do organismo classista, abrir a sede do organismo classista para a primeira diretoria empossada após a ditadura. (PASSOS, João R. dos, “Memória do Movimento Operário Baiano”, op. cit.; Autos do processo MTRT 318, op. cit.)

categoria como delegado dos foguistas, em Salvador. No ano seguinte, entrou para a estiva, mas permaneceu como delegado dos marítimos até ingressar no Sindicato dos Estivadores, quando este se encontrava sob intervenção. Como marítimo, manteve contato com companheiros de outras cidades (sita Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre), o que lhe proporcionou um “conhecimento mais ou menos geral das coisas”. Conforme rememorou no início dos anos 1980, essas experiências fizeram com que se destacasse como uma liderança entre os colegas.<sup>139</sup>

Aliado à troca de experiências com colegas de outros locais, João Cardoso destaca o ímpeto da juventude da sua geração na mobilização das lutas sindicais. A sua turma era composta de noventa e três estivadores, todos jovens, o mais velho devia ter uns trinta anos. Essa juventude, conforme rememorou, “tinha uma atuação muito mais ativa e efetiva do que os mais velhos”. Expulso pelos interventores do Sindicato dos Estivadores, em 1948, destacou-se na presidência da Associação Geral dos Trabalhadores (AGT), organizada pelo PCB no contexto da clandestinidade. Em 1955 ou 1958, com o fim da intervenção, retornou ao sindicato, sendo eleito e reeleito diversas vezes presidente, tendo como principal adversário Jaime Maciel<sup>140</sup>. Com o golpe de 1964, foi preso juntamente com outras lideranças sindicais.<sup>141</sup>

O portuário Juvenal Souto Júnior nasceu no bairro de Nazaré, em Salvador. Seu primeiro emprego foi na tipografia do Convento do São Francisco. Entre 1933 e 1934, vivenciou a formação do Sindicato dos Operários Gráficos em Salvador, sendo escolhido, em seguida, como delegado sindical da oficina tipográfica onde trabalhava. Em 1934 integrou a chapa de candidatos classistas à Câmara Estadual. Em 1936, deixou as atividades de gráfico e foi trabalhar nas Docas, onde permaneceu até 1964. Entrementes, filiou-se ao Sindicato de Carregadores de Carga do Armazém do Porto da Bahia, pois “só podia trabalhar nas Docas se estivesse filiado”, conforme rememorou. Em 1938, concorreu pela primeira vez a um cargo na direção do sindicato, sendo eleito primeiro secretário na chapa encabeçada por Anísio Falcão.

<sup>139</sup> SOUZA, João Cardoso de. “Memória do Movimento Operário Baiano”. Salvador, NHODOC, UFBa, 1983. Acervo do projeto Memória do Movimento Operário Baiano (1960-1964). Depoimento transcrito, 16 fls.

<sup>140</sup> Jaime da Silva Maciel foi condutor de bondes, guarda civil e estivador na mesma turma de João Cardoso. Assim como o colega, iniciou a sua formação sindical na década de 1930 e teve atuação destacada no Sindicato dos Estivadores e no movimento operário baiano no final da Segunda Guerra. Dentre outras atividades, participou do Terceiro Congresso Sindical, integrou a diretoria da USTB e a Comissão Intersindical de Defesa dos Sindicatos. No plano partidário, integrou o CE do PCB instalado em julho 1945, foi eleito deputado estadual nas eleições de janeiro de 1947. Com a cassação do registro do PCB (em maio), foi eleito vereador de Salvador pela legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN) nas eleições de dezembro de 1947. Com a cassação do mandato de deputado, assumiu a cadeira na Câmara Municipal. Em outubro de 1948, rompeu com o PCB. (“Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit.).

<sup>141</sup> SOUZA, João Cardoso, entrevista, op. cit. Ver também: “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit.

Por força do decreto-lei nº 1.402, no ano seguinte aquele grêmio foi re-enquadrado com a denominação de Sindicato dos Operários Portuários da Cidade de Salvador.<sup>142</sup>

Juvenal Junior participou da mobilização popular na conjuntura da guerra e teve uma atuação proeminente na militância sindical e partidária no imediato pós-guerra. Dirigente estadual e secretário sindical do CM do PCB em Salvador, em 1945, concorreu a deputado constituinte, sendo eleito primeiro suplente do deputado Carlos Marighela. No plano sindical, dentre outras atividades, participou ativamente da realização do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos. Em 1955, voltou a ocupar o posto de primeiro secretário na gestão do presidente Cosme Ferreira. Em 1960, Juvenal foi eleito e, em seguida, reeleito duas vezes presidente, até ser caçado e preso com o golpe de 1964. Condenado a três anos de reclusão, foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar.<sup>143</sup>

Outros aspectos rememorados por Juvenal Júnior, que compuseram a sua experiência sindical, foram as atividades de lazer e religiosas promovidas pelo sindicato, a exemplo do time de futebol Portuário Futebol Clube, do clube carnavalesco Filhos do Porto e da missa anualmente celebrada a Nossa Senhora das Candeias, padroeira do Sindicato dos Portuários, em comemoração ao aniversário do grêmio classista. O portuário Cosme Ferreira também se recordou do clube de futebol, que participava de uma liga amadora e promovia festas dançantes, e do afoxé “Filhos de Obá”, que desfilava no carnaval. No carnaval de 1948, também desfilou o tradicional caminhão do “Comendo Coentro” organizado por trabalhadores da estiva. Naquele ano, diversos outros pequenos blocos, cordões e afoxés de bairros populares e proletários, como Engenho Velho, Pelourinho, Liberdade, Vila Rui Barbosa, Alto das Pombas, Itapagipe e Borongo, participaram de um concurso de associações carnavalescas promovido pelo jornal *O Momento*.<sup>144</sup> Aliadas a essas atividades, havia outras práticas de solidariedade de classe promovidas pelo sindicato, a exemplo de uma caixa de beneficência, que auxiliava, financeiramente, os associados em caso de doença, bem como as articulações intersindicais.

Cosme Ferreira nasceu na localidade rural de São Francisco do Paraguaçu, no município de Cachoeira. Com sete anos de idade foi morar com o pai em Salvador, onde começou a estudar. Em seguida, entrou para uma oficina, provavelmente na condição de aprendiz, e depois foi “fichado” na função de “caldeireiro” na Fábrica de Cobre Lusitano. Em

---

<sup>142</sup> SOUTO JÚNIOR, Juvenal. “Memória do Movimento Operário Baiano”. NHODOC, UFBA, 1983. Acervo do projeto Memória do Movimento Operário Baiano (1960-1964). Documento transcrito, 12 fls.

<sup>143</sup> Ibidem. Ver também: “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit.; “Os candidatos do povo baiano à Constituinte”, op. cit.

<sup>144</sup> SOUTO JÚNIOR, Juvenal, entrevista, op. cit. Ver também: “O concurso de O Momento será a maior nota do carnaval de 1948”. *O Momento*, Salvador, 4 fev. 1948, p. 1; “Carnaval”. Idem, 8 fev. 1948, p. 6.

novembro de 1934, no contexto de efervescência sindical, filiou-se ao sindicato daquela categoria. Naquele mesmo ano, entrou para a Companhia Docas da Bahia, onde seu pai trabalhava como portuário, permanecendo naquele emprego até a aposentadoria, em 1967. Nas suas memórias, o sindicato aparece, sobretudo, como um organismo disciplinador, organizador do trabalho, provedor de assistência social, responsável pela negociação dos contratos coletivos e como um espaço de sociabilidade.<sup>145</sup>

O marceneiro Manuel Batista de Souza, especialista em móveis de vinco, era considerado um dos mais antigos militantes comunistas na Bahia. Em 1931, fundou o “Comitê Pró-reorganização do Proletariado”, atuando ativamente no movimento sindical na década de 1930. Em 1932, participou do Pleno Nacional do PCB no Rio de Janeiro e, no ano seguinte, da organização de um Pleno Estadual em Salvador juntamente com um grupo marxista ilheense. Por diversas vezes esteve preso entre 1931 e 1937, sendo condenado criminalmente como agitador comunista em 1935. No pós 1945, foi diretor do Sindicato dos Marceneiros em Salvador, secretário geral do MUT e participou da organização do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos. No âmbito partidário, foi secretário sindical do Comitê Estadual do PCB e candidato à constituinte em 1945.<sup>146</sup>

Empregado na Imprensa Oficial do Estado, o gráfico Demócrito Gomes de Carvalho era remanescente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do movimento sindical da década de 1930. Dirigente do Sindicato dos Gráficos, no pós-guerra integrou a Comissão Preparatória do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos e também as diretorias da USTB e da AGT. No plano partidário, era dirigente estadual, secretário político do Comitê Municipal de Salvador e foi candidato a deputado constituinte pelo PCB em 1945.<sup>147</sup>

O professor Nelson Schaun era envolvido em atividades trabalhistas desde 1919. Em 1925, participou da fundação de sociedades operárias na Bahia, dois anos depois esteve à frente de uma greve da *State of Bahia South Westwer Railway Company*, mais tarde denominada Estrada de Ferro de Ilhéus a Conquista. Em 1931, foi preso como comunista. Em 1932 fundou um grupo marxista na cidade de Ilhéus e, em 1935, liderou a organização da ANL naquele município, motivo pelo qual foi novamente preso e processado. Libertado em

---

<sup>145</sup> FERREIRA, Cosme. “Memória do Movimento Operário Baiano”. NHODOC, UFBa, 1983. Acervo do projeto Memória do Movimento Operário Baiano (1960-1964). Documento transcrito, 24 fls. Ver também: “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit.

<sup>146</sup> “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit.; “Os candidatos do povo baiano à Constituinte”, op. cit.

<sup>147</sup> “Comitê Estadual, Comitês Populares e Principais Militantes do Partido Comunista na Bahia”, op. cit.; “Os candidatos do povo baiano à Constituinte”, op. cit.

1937, foi condenado a seis anos de prisão pelo Tribunal de Segurança Nacional, refugiando-se em fazendas do interior do Estado. Com a decretação da Anistia, em 1945, integrou o CE do PCB e concorreu a deputado estadual nas eleições de 1945.<sup>148</sup>

A emergência do movimento sindical no final da Segunda Guerra tanto foi favorecida pelas inquietações e demandas trabalhistas que pululavam naquela conjuntura quanto foi informada pelas experiências de organização e lutas sindicais dos anos 1920 e início da década de 1930.<sup>149</sup> *Pari passu* com essas experiências, a valorização do emprego e da especialização profissional, a destreza e a solidariedade com os colegas na lide com a dureza do trabalho, o reconhecimento das hierarquias funcionais, os conflitos intraclasses, a troca de experiências com outras categorias e com colegas de outros lugares e a convivência com outras gerações de ativistas foram aspectos rememorados por esses sindicalistas que informaram a formação de uma cultura operária. Aliadas a esses fatores estavam as práticas de beneficência e assistência social, a religiosidade e outras formas de sociabilidade como as associações carnavalescas e os clubes de futebol. A política repressiva e de cooptação promovida pelo Estado Novo, embora tenha represado por certo tempo a movimentação sindical, não impediu a continuidade de tradições que informaram a cultura de organização e luta dos trabalhadores baianos.

#### 1.4 TRABALHADORES E EXPERIÊNCIAS INTERSINDICAIS NA BAHIA

Aliada ao processo de reorganização e fortalecimento dos sindicatos, outra importante iniciativa do movimento sindical do pós Segunda Guerra foi a organização de fóruns intersindicais que, de certa forma, extrapolavam os limites do sistema corporativista. É nesta perspectiva que se inscreve a organização do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) (1945), a realização do Segundo (1945) e do Terceiro (1946) Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos, a participação de delegados baianos no Congresso Sindical Nacional (1946) e a organização da União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB), vinculada à Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB).

---

<sup>148</sup> Idem, idem.

<sup>149</sup> Para uma abordagem historiográfica acerca das continuidades entre as experiências de organização e luta dos trabalhadores do pré e do pós Estado Novo, ver ensaio: KONRAD, Gláucia Vieira; KONRAD, Alceno. “O Rio Grande do Sul e o Brasil na Historiografia do Trabalho (1930-1945)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013, pp. 91-105.

### 1.4.1 O Movimento Unificador dos Trabalhadores

Criado em abril de 1945, por inspiração do PCB, no contexto da política de “União Nacional”, o MUT era um organismo intersindical que se propunha a “concretizar a união da classe trabalhadora em torno de um programa comum de luta pela democracia, pelo progresso, pela emancipação da pátria”. No plano sindical, preconizava a união dos trabalhadores, “independente das suas tendências políticas ou ideológicas”, na luta pela liberdade sindical, por melhores condições de vida e outras reivindicações sentidas.<sup>150</sup>

No plano extraclasse, o MUT defendia o entendimento dos trabalhadores com outras “forças democráticas e progressistas de dentro e de fora do governo” em torno de “medidas e compromissos capazes de assegurar a ordem e a tranquilidade internas” visando alcançar “uma solução pacífica para a crise política nacional”. Nessa perspectiva, aproximou-se de Getúlio Vargas e assumiu uma posição cautelosa em relação às greves e quaisquer agitações que pudessem servir de pretexto para restrições às liberdades públicas paulatinamente conquistadas, provocando retrocessos no processo de democratização.<sup>151</sup>

A pauta mutista defendia a democratização dos sindicatos com a eliminação dos “dispositivos antidemocráticos” da legislação sindical e previdenciária e o fiel cumprimento e aperfeiçoamento da legislação trabalhista. Neste sentido, propugnava eleições sindicais verdadeiramente representativas, plena manifestação de opiniões nas assembleias e rigoroso cumprimento das suas resoluções coletivas. Defendia ainda a sindicalização rural, a extensão dos benefícios da legislação social aos trabalhadores do campo e a adoção de medidas concretas contra a carestia de vida e a especulação. No plano externo, preconizava a cooperação com a Confederação dos Trabalhadores da América Latina (CTAL) e a luta pelo cumprimento das resoluções da Conferência Mundial dos Sindicatos de Londres e das Conferências de Teerã, Yalta e Chapultepec.<sup>152</sup>

Na Bahia, a primeira sessão preparatória do MUT ocorreu em 23 de abril de 1945, no salão nobre da Associação dos Empregados do Comércio de Salvador, reunindo aproximadamente uma centena de representantes de vários setores profissionais, conforme estimativa de *O Momento*. Na ocasião, foi constituída uma comissão diretora provisória,

<sup>150</sup> “Movimento Unificador dos Trabalhadores acaba de ser lançado na Bahia”. *O Momento*, Salvador, 30 abr. 1945, pp. 3, 6; “O que significa o MUT”. *Idem*, 21 maio 1945, p. 2.

<sup>151</sup> “O Movimento Unificador dos Trabalhadores desaconselha as greves”, *op. cit.*

<sup>152</sup> “Pela unidade dos trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 14 maio 1945, p. 3; “Anteprojeto dos Estatutos do MUT”. *Idem*, 19 nov. 1954, p. 6. Ver também: SILVA; NEGRO, “Trabalhadores, sindicatos e política”, *op. cit.*, pp. 54/5.



encarregada de arregimentar os sindicatos e associações profissionais e preparar a sua organização.<sup>153</sup>

Entre maio e o início de agosto, foram instalados diversos núcleos no interior do estado, em municípios como Vitória da Conquista, Nazaré, Ubaitaba, Ilhéus, Uruçuca. Em 12 de agosto, foi instalado o núcleo central em Salvador, com as presenças de representações sindicais da capital e do interior do estado, dos Comitês Populares Democráticos além de trabalhadores e populares em geral. A participação de “autoridades estaduais”, inclusive um representante do Interventor Federal general Renato Onofre Pinto Aleixo, é sintomática do contexto da política pecebista de União Nacional.<sup>154</sup>

Embora não se tenham informações precisas do total de sindicatos e associações trabalhistas que aderiram ao MUT na Bahia, um levantamento dos integrantes das duas primeiras diretorias dá uma dimensão das categorias profissionais que estiveram ali representadas, como se verá no quadro a seguir:

Quadro 4 - Integrantes do MUT na Bahia

Nome	Cargo	Categoria	Orientação Política
Olímpio Barreto	1º Presidente	Moageiros	Identificado como comunista pelo informante do DOPS.
José Francisco dos Santos	2º Presidente	Marítimos	Identificado como comunista pelo informante do DOPS.
Dorival Guimarães Passos	Vice-presidente	Advogado	Membro do D. E. do PTB.
Manoel Batista de Souza	Sec. Geral	Marceneiros	Membro do C. E. do PCB.
Luiz França Araújo	1º Secretário	Contabilistas	Identificado como comunista pelo informante do DOPS.
Vítor dos Santos Filho	2º Secretário	Não identificada	Identificado como comunista pelo informante do DOPS.
Alfredo Moreira Freitas	Tesoureiro	Transviários	Integrante do C. M. do PCB.
Abrahim Magdalani	Propaganda	Comerciários	Dirigente do C. M. do PCB.
Maria Torres	Seção Feminina	Não identificada	Identificado como comunista pelo informante do DOPS.
João Cardoso de Sousa	Membro da 2ª diretoria	Portuários	Candidato a Deputado Estadual pelo PCB (1947).
Alberto da Costa Holtz	Membro da 2ª diretoria	Ferrovários	Identificado como destacado comunista pelo informante do DOPS.
Albertino Alves Sacramento	Membro da 2ª diretoria	Emp. construção civil	Militante comunista, segundo o informante do DOPS.
José Cândido da Silva	Membro da 2ª	Não identificada	Identificado como comunista

<sup>153</sup> “Movimento Unificador dos Trabalhadores acaba de ser lançado na Bahia”, op. cit.

<sup>154</sup> “Instalação do MUT em Uruçuca”. *O Momento*, Salvador, 18 jun. 1945; “Fundação do MUT em Nazaré”. Idem, 25 jun. 1945, p. 5; “Movimento de Unificação dos Trabalhadores: instalação do núcleo de Ubaitaba, ex-Itapira”. Idem, 9 jul. 1945, p. 5; “Instalação do MUT em Ilhéus”. Idem, 16 jul. 1945, p. 7; “Instalou-se ontem o MUT”. Idem, 13 ago. 1945, p. 1. Ver também: VAZQUEZ, *Intervalo democrático e sindicalismo*, op. cit., p. 89; FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 364.

	diretoria		pelo informante do DOPS.
Otacílio dos Santos	Membro da 2ª diretoria	Não identificada	Identificado como comunista pelo informante do DOPS.

Fonte: *O Momento*; *O Imparcial*; Aperj, fundo DPS, D 885; FONTES, op. cit.

Também participaram da organização do MUT outros ativistas sindicais, como o portuário Juvenal Souto Júnior, o comerciário Raimundo Ferreira Gomes e o empregado na construção civil João Severiano Torres.<sup>155</sup> Como se vê, a composição da diretoria estadual comportava uma variedade de setores profissionais: moageiros, marítimos, marceneiros, contabilistas, transviários, comerciários, portuários, ferroviários e empregados na construção civil. Por outro lado, trazia a ausência de algumas importantes categorias, sob o ponto de vista econômico, numérico e na mobilização de ações reivindicatórias, a exemplo dos canavieiros, fumageiros e têxteis da capital. Apesar do predomínio comunista, havia a participação de outras lideranças sindicais, como o advogado Dorival Guimarães dos Passos, membro do diretório estadual do PTB.

Embora o MUT preconizasse a contenção das greves, diversos estudos têm indicado que o organismo não deixou de apoiar as reivindicações dos trabalhadores, de representá-los nas mesas de negociação e de incentivar a organização e as lutas da classe operária. Como assinalaram Negro e Silva, impulsionadas pela base, “que não apertava seus cintos, mas lutava por salários, direitos e melhoria das condições de vida”, algumas das medidas do MUT “feriam a sua retórica moderada”. Não por acaso, foi responsabilizado pela radicalização do movimento operário e tornou-se alvo de repressão policial.<sup>156</sup>

Na Bahia, o MUT marcou presença em diversas ações reivindicatórias dos trabalhadores. Em setembro de 1945, o secretário geral, Manuel Batista de Souza, denunciou à redação de *O Momento*, ao Presidente Vargas e à direção nacional do MUT a interferência da polícia e da DRT na vida dos sindicatos baianos. Como exemplo, citava o caso do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos da Cidade do Salvador, cuja assembleia convocada pelos associados foi impedida pela Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) a pedido do seu presidente e do delegado regional do Trabalho, Amílcar Cardoni.<sup>157</sup>

Entre o segundo semestre de 1945 e maio de 1946, o MUT participou de várias assembleias sindicais e apoiou as reivindicações dos trabalhadores pelo abono da natal e por

<sup>155</sup> João Severiano Torres afastou-se do PCB devido à não inclusão do seu nome na lista de candidatos a deputados, em 1946. Cf. FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 359/60.

<sup>156</sup> SILVA; NEGRO, “Trabalhadores, sindicatos e política”, op. cit., pp. 54/5. Ver também: COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., p. 40. Sobre a repressão ao MUT na Bahia, ver: “Os reacionários tentam esmagar o MUT”. *O Momento*, Salvador, 16 abr. 1946, p.3.

<sup>157</sup> “Contra a fiscalização policial nos sindicatos. Irregularidades no Sindicato dos Carris Urbanos.” *O Momento*, Salvador, 17 set. 1945, p. 5; “O Delegado do Trabalho é contra os trabalhadores”. Idem, 24 set. 1945, pp. 1, 8.

aumento salarial. Em novembro promoveu uma campanha de sindicalização em massa, que envolveu estivadores, portuários, metalúrgicos, barbeiros e outros. Também participou da organização do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, realizado em maio de 1946. Apesar da linha de “ordem e tranquilidade”, dirigentes e integrantes mutistas participaram das greves dos transviários (dezembro de 1945), dos bancários e portuários (fevereiro de 1946), dos trabalhadores das usinas de açúcar de Santo Amaro (fevereiro-março de 1946) e dos ferroviários de Ilhéus (março de 1946).<sup>158</sup>

O MUT não atuava como um organismo paralelo aos sindicatos oficialmente legalizados, mas como um instrumento de articulação intersindical que defendia, dentre outros princípios, a intensificação e ampliação da sindicalização, o fortalecimento dos sindicatos e a agilidade do reconhecimento legal. Desse modo, seria uma espécie de federação sindical liderada pelos comunistas, destinada a promover a articulação intersindical. Contudo, a defesa da unidade horizontal, da autonomia e da liberdade sindical contrariavam princípios da estrutura corporativista.

O esforço de organização e “mobilização de massas” empenhado pelos comunistas não ficou restrito ao ambiente sindical. Nos locais de trabalho, foram criados comitês, células ou comissões de empregados, voltados para os problemas sentidos de cada categoria ou setor profissional. Essas representações deviam atuar nos sindicatos onde a militância pecebista não participava da diretoria. Em diversos bairros da capital e em cidades do interior do estado, foram organizados os Comitês Populares Democráticos (CPD), que procuravam mobilizar a população em torno dos problemas da habitação, do custo de vida, da instrução e da saúde públicas, do lazer etc.<sup>159</sup>

#### **1.4.2 O Segundo e o Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos**

Realizado em maio de 1945, no contexto da política de União Nacional, o Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos integrou os esforços de fortalecimento e unidade sindical, preconizados pelos comunistas, bem como de cooperação com o processo de democratização. Divulgado em meados de março, o programa do conclave contemplava os seguintes temas: fortalecimento e cooperação sindical; problemas econômicos dos

---

<sup>158</sup> “Campanha de sindicalização em massa, pelo MUT”, op. cit.; “O MUT arregimenta os trabalhadores para a conquista de um salário melhor”. *O Momento*, Salvador, 30 jul. 1945, p. 1; “O MUT na vanguarda dos comerciários baianos”. Idem, 19 nov. 1945, p. 4. Ver também: VAZQUEZ, *Intervalo democrático e sindicalismo*, op. cit., p. 93; FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 371/2.

<sup>159</sup> “Comitê Estadual, Comitês Populares e principais militantes do Partido Comunista na Bahia”. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 353/7. Ver também: SILVA, R. O. “Comitês Populares Democráticos”, op. cit.

trabalhadores; previdência e assistência social; atuação da classe operária na solução das questões econômicas da Bahia e do Brasil; a sindicalização rural; a posição dos trabalhadores diante do movimento de liquidação do nazifascismo e dos problemas da paz e da democracia. No geral, a pauta abarcava pleitos econômicos, demandas sindicais e o apoio dos trabalhadores ao processo de democratização.<sup>160</sup>

O manifesto reafirmava a colaboração da classe trabalhadora com a democracia e reivindicava uma “participação ativa e operante” dos trabalhadores na “resolução pacífica dos problemas vitais” do Brasil e da própria classe trabalhadora. Para tanto, preconizava o fortalecimento dos sindicatos, com base na ampliação da filiação e na participação efetiva dos associados, bem como a união e a cooperação intersindical, “criando as bases de uma sólida e permanente unidade da classe trabalhadora”.<sup>161</sup> Contudo, para os comunistas, esta unidade não comportava os “extremismos”, de direita dos integralistas nem de esquerda dos trotskistas, que pudessem causar sobressaltos ao processo de democratização.<sup>162</sup>

As falas de sindicalistas envolvidos no conclave também evidenciam que, na perspectiva dos trabalhadores, a “União Nacional” e o apoio à democratização vinculavam-se à luta pela cidadania operária. Esta passava pela garantia e ampliação dos direitos trabalhistas, melhores condições de vida e trabalho, fortalecimento e liberdade sindical e participação dos trabalhadores nas questões políticas e econômicas nacionais. Em abril, o portuário Juvenal Souto Júnior, integrante da comissão organizadora, defendeu a atuação unitária e organizada dos trabalhadores ao lado das outras forças democráticas e progressistas, cooperando com os empregadores e com o governo, mas “sempre como força independente”.<sup>163</sup>

Para o sindicalista, os sindicatos deviam ter uma participação efetiva na vida política, social e econômica nacional, assentados em um programa capaz de unir os trabalhadores, independentemente dos seus compromissos partidários, exprimindo o pensamento comum dos seus associados. Mas, segundo Juvenal, os sindicatos baianos ainda precisavam desenvolver-se muito para se tornarem organizações capazes de “representar efetivamente as grandes massas”. Isto demandava não somente a arregimentação de novos filiados, mas também a

<sup>160</sup> “O Congresso dos Trabalhadores Baianos”. *A Tarde*, Salvador, 10 mar. 1945, p. 8; “O 2º Congresso Sindical dos Trabalhadores”. *Idem*, 19 mar. 1945, p. 3; “Manifesto do Segundo Congresso Sindical, aos Trabalhadores Baianos”. *O Imparcial*, Salvador, 18 mar. 1945, p. 5; II Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos. *O Momento*, 30 abr. 1945, p. 3.

<sup>161</sup> *Ibidem*. Ver também: “O proletariado será um baluarte da ordem e da paz”. *O Momento*, 7 maio 1945, pp. 4, 5; “Pela unidade dos trabalhadores”. *Idem*, 15 maio 1945, p. 3; “O 2º Congresso e a unidade dos trabalhadores”. *Idem*, 21 maio 1945, p. 4.

<sup>162</sup> Ver: Comício São Paulo a Luís Carlos Prestes. Documentário realizado pelo Comitê Nacional do PCB, com direção e fotografia de Ruy Santos.

<sup>163</sup> “Os trabalhadores da Bahia fortalecem sua unidade sindical”. *O Momento*, 9 abr. 1945, pp. 4, 7 e 9.

preparação dos trabalhadores para uma participação ativa e efetiva na vida dos seus organismos classistas. Neste sentido, os sindicatos deviam intensificar a sua vida social, atraindo os associados e proporcionando-lhes “um ambiente fraternal e democrático”, onde eles desenvolveriam seus conhecimentos, aprenderiam a se tornar dirigentes trabalhistas e sentiriam “a força que representa o operariado unido”.<sup>164</sup>

Para tanto, os sindicatos precisavam ter sedes atrativas e amplas, organizar festas, iniciativas de caráter recreativo, esportivo e cultural, realizar conferências e fundar bibliotecas. Também deviam realizar mais assembleias gerais, a fim de que os trabalhadores participassem realmente da vida sindical, e a diretoria não fosse “apenas um grupinho que dá ordens”. Além disso, seria preciso ampliar as relações fraternais entre os sindicatos, forjando assim “uma grande e potente unidade da classe trabalhadora”.<sup>165</sup> Coisas que o sistema corporativista governamental não promoveu.

Também para o marceneiro Manuel Batista de Souza, orador oficial do conclave, a unidade dos trabalhadores e o entendimento com outras forças progressistas eram condições imperativas para a efetivação e ampliação das liberdades conquistadas, garantia da paz interna, consolidação da democracia e reconstrução econômica, política e social do país. Contudo, ele advertiu que, para haver esse entendimento, era necessário “que fossem respeitados os direitos elementares da classe operária a uma vida digna, sem miséria, com trabalho certo, bem remunerado e em completa liberdade”. Para isso, era imprescindível o fortalecimento das organizações dos trabalhadores, a participação efetiva destes nos seus respectivos organismos classistas e a unidade intersindical.<sup>166</sup> Esse ponto de vista era compartilhado por outros representantes sindicais que participaram do conclave.<sup>167</sup>

Contudo, as informações sobre a participação dos sindicatos e outras associações profissionais no conclave são imprecisas. De acordo com o jornal *A Tarde*, até o início de março, cerca de vinte e cinco entidades haviam aderido ao conclave.<sup>168</sup> No dia da abertura, *O Momento* estimou que “cinquenta e tantos sindicatos” ou “dezenas de sindicatos e associações profissionais”, da capital e do interior, participariam do evento.<sup>169</sup> A composição das comissões organizadora e de propaganda, e a identificação de alguns dos delegados sindicais

<sup>164</sup> “Os trabalhadores da Bahia fortalecem sua unidade sindical”, op. cit.

<sup>165</sup> *Ibidem*.

<sup>166</sup> “O proletariado será um baluarte da ordem e da paz”. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, pp. 4, 5.

<sup>167</sup> “Nossa bandeira é a mesma do proletariado mundial”, op. cit.; “Os operários não têm candidatos”. *O Momento*, Salvador, 30 abr. 1945, p. 5.

<sup>168</sup> Cf. FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 379

<sup>169</sup> “II Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos”. *O Momento*, Salvador, 30 abr. 1945, p. 3; FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 384.

permitem, ao menos, identificar as categorias profissionais que estiveram representadas na organização do conclave, conforme se observa no quadro a seguir:

Quadro 5 - Integrantes de comissões e delegados do Segundo Congresso Sindical

Nome	Participação	Categoria
Aristóteles Mendes Ferreira	Presidente da Comissão organizadora	Bancários
Luiz França Araújo	Comissão organizadora	Contabilistas
João Pacífico de Souza	Comissão organizadora	Construção civil
Raimundo Ferreira Gomes	Comissão organizadora	Comerciários
Juvenal Souto Júnior	Comissão organizadora	Portuários
Otávio Meira Cotrim	Comissão organizadora	Barbeiros
Dante Buffone	Comissão de propaganda	Não identificada
Olímpio Barreto	Comissão de propaganda	Moageiros
Abraham Majdalani	Comissão de propaganda	Comerciários
José de Jesus e Silva	Comissão de propaganda	Estivadores
Oscar Borges	Comissão de propaganda	Não identificada
Manoel Batista de Souza	Orador do evento	Marceneiros
Jaime de Sousa Lima	Delegado sindical	Estivadores
Pedro Dantas	Delegado sindical	Emp. na construção civil
Antônio Valença	Delegado sindical	Comerciários
Oscar Péricles Noblat	Delegado Sindical	Tansviários

Fonte: *A Tarde*; *O Imparcial*; *O Momento*; Aperj, fundo DPS, D 885; FONTES, J. R., op. cit.

Como se observa, os integrantes das duas comissões e os delegados sindicais identificados representavam praticamente as mesmas categorias que integravam a diretoria do MUT, exceto os representantes dos bancários e dos barbeiros. A composição da mesa diretora na sessão de abertura expressou bem o espírito de união e cooperação que orientou o congresso. Juntos estavam: o delegado regional do Trabalho, Amílcar Cardoni, convidado para presidir a sessão; o presidente da comissão executiva, Aristóteles Ferreira, sindicalista ligado ao PTB e à DRT, e o orador oficial do evento, Manuel Batista de Souza, dirigente comunista. Ao lado deles, o acadêmico Orlando Moscoso, presidente da União dos Estudantes da Bahia (UEB) e Dr. Barros Barreto, representante dos médicos na Bahia, ambos integrantes da Esquerda Democrática.<sup>170</sup>

Na sessão de encerramento, discursaram João Pacífico de Sousa, o advogado Dorival Passos, o ex-deputado classista Oscar Péricles Noblat, o estudante Walmor Barreto e o comerciário Antônio Valença. Os três primeiros eram militantes trabalhistas e este último fichado como comunista. No final, o secretário geral, o comunista Luiz Araújo, fez um balanço das teses aprovadas. Em consonância com a temática do conclave, as resoluções aprovadas contemplavam demandas imediatas dos trabalhadores, relativas à organização sindical, à solução dos problemas econômicos e à previdência e assistência social. Também

<sup>170</sup> “Alcança pleno êxito, o II Congresso dos Trabalhadores Baianos”. *O Momento*, Salvador, 7 maio 1945, p. 4.

abarcavam temáticas políticas e econômicas de naturezas mais gerais que integravam a pauta do movimento sindical naquela conjuntura.<sup>171</sup>

No que diz respeito à organização sindical, as principais resoluções do congresso versavam sobre autonomia sindical, medidas para intensificar a sindicalização, mais rapidez no reconhecimento e maior autonomia na direção econômica e financeira dos sindicatos. Tratavam ainda da união e cooperação intersindical, com ênfase na organização de federações e uma Confederação Nacional do Trabalho, além da sindicalização rural. Já no tocante aos problemas econômicos dos trabalhadores, as teses aprovadas abarcavam salário profissional, cumprimento do dispositivo legal que estabelecia salário igual para igual trabalho, melhoria dos salários proporcional ao custo de vida e participação do trabalhador nos lucros das empresas. Também demandavam medidas para regularização do abastecimento e a instalação imediata de escolas profissionais para os filhos dos trabalhadores, além de pleitos específicos de algumas categorias profissionais.

Um dos temas que obtiveram maior número de teses aprovadas foi o da previdência e assistência social. Dentre as resoluções, constavam: mais brevidade na concessão de previdência social, elevação do nível das aposentadorias, melhoria da assistência social prestada pelos institutos e caixas aos seus associados, construção de hospitais e clínicas de atendimento, aumento do auxílio para tratamento de saúde de 15 para 30 dias com salário integral, redução do tempo previsto para aposentadoria dos trabalhadores em indústrias insalubres, implantação do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social) na Bahia e funcionamento da carteira predial.

No que diz respeito às temáticas políticas e econômicas mais gerais, algumas das resoluções versavam sobre a participação dos trabalhadores na discussão e solução dos problemas econômicos municipais, estaduais e nacionais, incluindo a realização de debates e gestões dos sindicatos em relação aos problemas sociais, econômicos e políticos de interesses operários. Outras tratavam da mobilização dos trabalhadores baianos na campanha contra o nazifascismo e do posicionamento diante dos problemas da paz e da democracia, preconizando a cooperação dos sindicatos com o governo e com outras classes sociais na busca de soluções para os problemas nacionais e maior cooperação e amizade do Brasil com as Nações Unidas.

---

<sup>171</sup> “O encerramento do Congresso dos Trabalhadores Baianos”. Idem, 21 maio 1945, pp. 4, 6. Para um levantamento do conjunto de resoluções do Congresso, ver: “Os trabalhadores fortalecem sua unidade”. Idem, 21 maio 1945. Ver também: “Apêndice 2 do capítulo 5”. In: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 451/2. Essas mesmas fontes serão utilizadas nos três parágrafos seguintes.

Esses temas políticos e econômicos mais gerais compreendiam bandeiras içadas pelo PCB, pelo MUT e pelo movimento sindical naquela conjuntura. As temáticas mais específicas, referentes às condições de trabalho e salários, à organização sindical e à assistência e previdência social, integravam as pautas de reivindicação das principais categorias profissionais de Salvador e do interior do estado. Por vezes, motivaram ações reivindicatórias, como o encaminhamento de petições aos patrões e às autoridades, dissídios coletivos e reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho e movimentos grevistas. No conjunto, sinalizam um projeto de cidadania operária que estava sendo gestado com a participação ativa dos trabalhadores.

Como avaliou José Raimundo Fontes<sup>172</sup>, possivelmente essas ideias debatidas no congresso alcançaram círculos mais amplos da classe trabalhadora, visto que desde março os organizadores passaram a divulgar o programa do Congresso através de jornais da grande imprensa e, sobretudo, do periódico comunista *O Momento*, que passou a circular a partir de abril e obteve considerável penetração entre setores do operariado. Também foi desenvolvida uma campanha de mobilização operária, com a realização de assembleias para divulgação do conclave, discussão das teses e eleição dos delegados sindicais. O apoio de instâncias oficiais, a exemplo da DRT, a participação do MUT e a atuação das militâncias trabalhista e comunista devem ter contribuído para uma divulgação mais ampla da pauta do evento.

Certamente, o Segundo Congresso Sindical representou uma importante iniciativa no processo de reabilitação do movimento operário na Bahia, no pós-Segunda Guerra. Ao menos, contribuiu para a articulação intersindical e para a validação do retorno do movimento sindical aos espaços públicos. Também, consagrou a influência dos comunistas no movimento sindical, embora eles não fossem maioria na direção dos sindicatos. Aliadas a isto, a mobilização em torno do conclave pode ter ajudado a fomentar novas ações reivindicatórias e potencializar a organização de parcelas do proletariado. Por outro lado, a não efetivação de um organismo intersindical dificultava a implementação das deliberações do conclave, bem como a articulação e a unificação das lutas trabalhistas na Bahia.

Ocorrido em maio de 1946, o Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos tanto pode ser considerado um desdobramento do segundo quanto expressava as influências de algumas alterações conjunturais. No intercurso dos dois conclaves, verificou-se o avanço da marcha democrática, com a legalização dos partidos políticos, inclusive o PCB, a deposição de Getúlio Vargas e a realização de eleições para a Presidência da República e a

---

<sup>172</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 384.



Assembleia Nacional Constituinte. Nesse contexto, como avaliou Ângela C. Gomes, a classe trabalhadora foi capaz de realizar escolhas “segundo o horizonte de um campo de possibilidades”.<sup>173</sup>

Entrementes, o movimento sindical marcou presença nos espaços públicos, participando das principais questões políticas e sociais do país.<sup>174</sup> Operários e lideranças sindicais integraram as legendas do PCB e do PTB nas eleições para a Constituinte, sufragaram expressivas votações nesses partidos e apresentaram propostas e sugestões ao projeto de Constituição. Contrariando as premissas de ordem e tranquilidade, trabalhadores de diversas categorias organizaram-se nos locais de trabalho, mobilizaram ações reivindicatórias e pressionaram os sindicatos a assumir seus pleitos trabalhistas. Foi um período marcado por uma expressiva onda grevista, como se verá no segundo capítulo.

A conjuntura do Terceiro Congresso também foi marcada pelo relaxamento na linha sindical de ordem e tranquilidade preconizada pelo PCB, que, a partir de janeiro de 1946, passou a apoiar mais incisivamente as reivindicações operárias. O título de uma matéria de *O Momento*: “A classe operária dispensa tutelas estranhas”, expressava esse deslocamento de posição. Para o líder portuário Anísio Varjão, o Terceiro Congresso apresentava novas perspectivas comparativamente aos outros dois anteriores, realizados sob o clima do Estado Novo e da influência e direção do Ministério do Trabalho. O delegado sindical dos bancários também avaliou que aquele conclave seria diferente dos anteriores, porque a conjuntura apresentava novas perspectivas políticas e econômicas aos trabalhadores.<sup>175</sup>

Por outro lado, na conjuntura da realização do conclave eram aventadas possíveis contramarchas no processo de democratização,<sup>176</sup> a exemplo do decreto-lei 9.070, de 15 de março de 1946, que restringia o direito de greve, e do ascendente discurso anticomunista, propagado através da grande imprensa e do jornal *Correio Trabalhista*, publicado pelo PTB na Bahia.<sup>177</sup> Segundo o líder estivador Jaime Maciel, os sindicalistas foram pegos de surpresa com a publicação daquele decreto.

Não se dispõe de informações precisas sobre o número de sindicatos e das respectivas categorias que participaram do congresso. Contudo, no final de fevereiro de 1946, *O Momento* estimava em 70 o número de sindicatos credenciados, sendo 40 da capital e os

<sup>173</sup> GOMES, “O populismo e as ciências sociais no Brasil...”, op. cit.

<sup>174</sup> “Os sindicatos vão debater seus problemas”. *O Momento*, Salvador, 21 jan. 1946, p. 5. Ver também: VAZQUEZ, *Intervalo democrático e sindicalismo*, op. cit., p. 97-107; FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 389/90.

<sup>175</sup> “A classe operária dispensa tutelas estranhas”. *O Momento*, Salvador, 28 abr. 1946, p. 2.

<sup>176</sup> SILVA; NEGRO, “Trabalhadores, sindicatos e política”, op. cit., p. 59.

<sup>177</sup> BRASIL. Decreto-lei 9.070, op. cit.

demais do interior.<sup>178</sup> Em abril, noticiou a presença de 72 representantes sindicais na plenária que elegeu a comissão executiva.<sup>179</sup> Em 1º de maio, estimou a presença de centenas de trabalhadores além das delegações oficiais na solenidade de abertura, ocorrida no Centro Operário da Bahia.<sup>180</sup> Em 24 de maio, o jornal *A Tarde* referiu-se à presença de 42 sindicatos nas sessões deliberativas, já no final do congresso.<sup>181</sup> Conforme se depreende, tanto pode ter havido uma superestimação por parte do periódico comunista quanto uma subestimação pelo jornal *A Tarde* ou ainda um esvaziamento natural no decorrer do conclave.<sup>182</sup>

Certo é que os organizadores mobilizaram esforços na arregimentação dos sindicatos tanto na capital quanto no interior do estado.<sup>183</sup> Em fevereiro, o presidente do MUT e da Comissão Organizadora, José Francisco dos Santos, e o correspondente de *O Momento*, Nilo Pinto, realizaram debates e sabatinas com representantes dos Sindicatos dos Portuários, Carregadores, Ferroviários, Panificadores, Empregados na Construção Civil, no Comércio Armazenador, Trabalhadores em Produtos de Cacau e Balas e na Associação Profissional dos Curtidores de Couro, na cidade de Ilhéus, com o fim de promover a participação no congresso e a reorganização do MUT local.<sup>184</sup>

Em março, a Associação dos Trabalhadores na Indústria do Fumo da cidade de Castro Alves manifestou apoio e solidariedade ao Terceiro Congresso. Em tempo, foram levantados os principais pleitos daqueles trabalhadores, que incluíam carga horária de oito horas, pagamento das horas extraordinárias, contrato coletivo de trabalho, abolição dos trabalhos de turma, proteção para a mulher gestante, conforme o artigo 391 da CLT, melhores condições de higiene nos locais de trabalho, assinatura das carteiras profissionais pelos empregadores e estabilidade, assegurada pelo artigo 492 da Legislação Trabalhista.<sup>185</sup>

Um arrolamento dos componentes das comissões envolvidas na preparação, divulgação e execução do Congresso dá, ao menos, uma dimensão das principais categorias profissionais que estiveram representadas no conclave, conforme o quadro 6, apêndice D.

<sup>178</sup> “Os portuários aderem ao III Congresso Sindical”. *O Momento*, Salvador, 25 fev. 1946, p. 5.

<sup>179</sup> “Eleita a comissão executiva do III Congresso Sindical. Idem, 12 abr. 1946, p. 6; FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 391.

<sup>180</sup> “Não é possível democracia contra o proletariado”. *O Momento*, 3 maio 1946, pp. 1, 6; FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 398.

<sup>181</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 399/400.

<sup>182</sup> “Aproxima-se o grande Congresso Sindical”. *O Momento*, Salvador, 16 abr. 1946, p. 6.

<sup>183</sup> “Prepara-se o 3º Congresso Sindical”. Idem, 24 dez. 1945, p. 5; “O 3º Congresso Sindical”. Idem, 31 dez. 1945, p. 5; “Crescente entusiasmo pelo 3º Congresso Sindical”. Idem, 28 jan. 1946, p. 5; “3º Congresso e a Federação...”. Idem, 25 fev. 1946, pp. 2, 7; “Os trabalhos preparatórios do 3º Congresso”. Idem, 13 abr. 1946, p. 6; “Aproxima-se o Grande Congresso Sindical”. Idem, 16 abr. 1946, p. 6; “Congresso de Unidade da Classe Operária”. Idem, 25 abr. 1946, pp. 1, 6. Ver também: FONTES, op. cit., pp. 389/90.

<sup>184</sup> “Organizam-se em seus sindicatos os trabalhadores de Ilhéus”. *O Momento*, Salvador, 18 fev. 1946, p. 5.

<sup>185</sup> “O III Congresso repele decreto fascista”. Idem, 25 mar. 1946, pp. 5, 6.

Apesar de não terem sido identificados os sindicatos nem as profissões de alguns dos integrantes das comissões, a amostragem aponta para uma diversidade de segmentos representados, com predomínio do setor portuário (incluídos marítimos e estivadores) e dos serviços urbanos (hoteleiros, transviários, rodoviários, contabilistas, barbeiros, bancários, padeiros), além de empregados na construção civil, ferroviários, gráficos, moageiros e marceneiros. Mais uma vez, percebem-se as ausências de algumas importantes categorias, a exemplo dos canavieiros, fumageiros, comerciários e têxteis da capital, que se sobressaíam tanto pela relevância econômica, quanto pelo contingente numérico e pela participação em ações reivindicatórias.

O programa do Terceiro Congresso Sindical continha sete eixos temáticos, praticamente os mesmos do Segundo: Fortalecimento das Organizações Sindicais; Problemas Econômicos dos Trabalhadores; Problemas Políticos dos Trabalhadores; Previdência e Assistência Social; Colaboração dos Trabalhadores Baianos nos Problemas Econômicos da Bahia e do Brasil; Sindicalização Rural; Legislação Trabalhista e Justiça do Trabalho. Estes se desdobravam em temáticas mais específicas, quase todas provenientes de resoluções do congresso anterior.<sup>186</sup> A criação de um organismo intersindical (a União Geral dos Trabalhadores Baianos ou Federação dos Trabalhadores da Bahia), liberdade e autonomia sindical, reforma das leis trabalhistas e União Nacional contra os remanescentes do nazi-fascismo e do integralismo eram os principais pontos destacados por lideranças sindicais como Juvenal Souto Júnior e Demócrito de Carvalho, ligados ao PCB e ao MUT, através de *O Momento*.<sup>187</sup>

*Pari passu* com as tarefas de organização e direção do congresso, a comissão executiva tomou parte nas ações reivindicatórias de diversas categorias operárias e noutras importantes questões políticas e sociais que diziam respeito aos interesses dos trabalhadores. Entrementes, marcou presença em inúmeras assembleias sindicais e apoiou as lutas, inclusive as greves dos bancários, dos canavieiros de Santo Amaro e dos ferroviários de Ilhéus, por aumentos salariais e por outras reivindicações trabalhistas. Noutra frente de ação, aprovou uma moção ao Presidente da Constituinte exigindo a revogação da Carta de 1937 e manifestou repúdio ao decreto-lei nº 9.070, de 15 de março de 1946.<sup>188</sup>

<sup>186</sup> “Programa do 3º Congresso Sindical”. *O Momento*, Salvador, 18 fev. 1946, pp. 5, 6; “Congresso de Unidade da Classe Operária”. Idem, 25/4/1946, pp. 1, 6. Ver também: FONTES, J. R., op. cit., p. 390.

<sup>187</sup> SOUTO JÚNIOR, Juvenal. “O Terceiro Congresso e a Federação dos Trabalhadores Baianos”, op. cit.; “A classe operária dispensa tutelas estranhas”, op. cit.

<sup>188</sup> “Organizam-se em seus sindicatos...”. *O Momento*, Salvador, 18 fev. 1946, p. 5; “O III Congresso repele o decreto fascista”, op. cit.; “Os trabalhos preparatórios do III Congresso”. *O Momento*, Salvador, 13 abr. 1946, p.

Assim como o Segundo, o Terceiro Congresso foi marcado pelo espírito de colaboração pela paz e pela democracia e pelo esforço de unidade sindical. Na sessão de abertura, ocorrida em 1º de maio de 1946, na sede do Centro Operário da Bahia, a mesa diretora foi composta pelo presidente da comissão executiva, Luiz Araújo; o orador oficial, Juvenal Souto Júnior; um representante do Interventor Federal na Bahia; o representante da Secretaria de Segurança Pública; o deputado constituinte pelo PCB baiano, Carlos Marighela; o representante do Instituto dos Comerciários; o advogado do congresso; o vice-presidente do Centro Operário; um representante de *O Momento*, o jornalista Nilo Pinto, além de outras representações.<sup>189</sup>

A presença do deputado Carlos Marighela, que aproveitava a estadia na Bahia para a realização de debates, sabatinas e prestação de contas, entre os trabalhadores, da sua atuação na Assembleia Constituinte expressava a possibilidade de uma participação política ampliada da classe trabalhadora. Por seu turno, a participação do representante do Interventor Federal expressava o clima de entendimento e colaboração pela paz e pela democracia. Por outro lado, a presença do representante da Segurança Pública aludia a permanência da contestada interferência dos mecanismos repressivos na vida sindical.

Durante o Congresso, foi encaminhado um memorial ao presidente da Assembleia Constituinte contendo diversas emendas ao projeto de Constituição, que incluíam: distribuição de terras aos camponeses; direito de voto aos soldados, marinheiros e analfabetos; plena autonomia sindical; participação dos operários na administração e nos lucros das empresas; direito de greve sem restrições etc. Numa demonstração de união e solidariedade intersindical, os sindicalistas baianos reivindicaram a intervenção da Assembleia Nacional Constituinte pela libertação dos operários grevistas presos na cidade de Santos e pela reabertura dos respectivos sindicatos.<sup>190</sup>

Por outro lado, observaram-se tentativas de interferências externas nos rumos do conclave. Periódicos da grande imprensa acusaram o MUT e o PCB de estarem desvirtuando os objetivos do congresso. Por seu turno, a DOPS tentou coagir o presidente da comissão executiva, Luiz Araújo, para que não fosse instalada a Federação Geral dos Trabalhadores Baianos (FGTB). A tentativa de injunção policial causou protestos e indignação na

---

6. Ver também: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 391/3; VAZQUEZ, *Intervalo democrático e sindicalismo*, op. cit., pp. 98/9, 109/10.

<sup>189</sup> “Não é possível a democracia contra o proletariado”, op. cit.

<sup>190</sup> “Os trabalhadores baianos discutem o projeto de constituição e enviam sugestões à Constituinte”. *O Momento*, Salvador, 28 jun. 1946, p. 2; “Devem ser isentos de impostos os salários dos trabalhadores”. Idem, 19 maio 1946, pp. 1, 2; “Movimento Sindical”. Idem, 19 maio 1946, p. 2.

plenária.<sup>191</sup> Apesar desses contratemplos, os sindicalistas vislumbravam perspectivas de maior autonomia sindical e de ampliação da participação política do operariado.

A maioria das teses aprovadas abarcava resoluções do Segundo Congresso que permaneciam sem efetivação. No que se refere ao fortalecimento e à representatividade dos sindicatos, as resoluções consistiam em torná-los mais atrativos para os trabalhadores, promover ampla campanha de sindicalização e incluir os funcionários públicos e empregados domésticos. A sindicalização rural foi tratada num tópico específico, ficando aprovada a criação de uma comissão sindical, bem como a solicitação do apoio do Ministério do Trabalho e a instituição de mecanismos legais para viabilizá-la. Também constava a articulação entre os sindicatos urbanos e os trabalhadores rurais.<sup>192</sup>

Quanto às questões da autonomia, da liberdade e da unidade sindicais, as teses aprovadas defendiam a revogação dos dispositivos da CLT relativos à organização sindical e a eliminação, pela Constituinte, das disposições legais que permitiam a intervenção do Estado nos negócios internos dos sindicatos. Também, demandavam a permissão legal para organização de Federações Regionais, de uma Central Sindical Nacional e para filiação destas aos organismos internacionais. Antecipadamente, foi aprovada a criação da FGTB e instituída uma Comissão Permanente do Terceiro Congresso (CPTC), com o propósito de substituí-la até o momento da sua efetivação. Embora reafirmassem os princípios da autonomia e liberdade sindical, os congressistas defendiam a isenção do imposto sindical apenas para os empregados sindicalizados, o montante arrecadado entre os demais trabalhadores seria repassado integralmente aos sindicatos, para compensar a perda de receitas. No tocante ao direito de greve, embora não tenha sido examinada previamente nenhuma tese específica, foi incluída uma resolução na plenária final de “apoio a todos os movimentos grevistas”, bem como a sua inclusão entre os direitos fundamentais na Constituição Federal.<sup>193</sup>

No tópico sobre a CLT e a Justiça do Trabalho, considerando a necessidade de extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores do interior, uma das teses aprovadas pleiteava a instituição de representação dos empregados e dos empregadores nos juizados de Direito, quando estes funcionavam como instância da Justiça do Trabalho, equiparando-os às Juntas de Conciliação e Julgamento. Outra resolução pretendia que a competência para

---

<sup>191</sup> “Protesto unanime do III Congresso Sindical contra a tentativa de intromissão da polícia”. *O Momento*, Salvador, 17 maio 1946. Ver também: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 400/1; VAZQUEZ, *Intervalo democrático e sindicalismo*, op. cit., pp. 97-108.

<sup>192</sup> “Grande festa proletária, o encerramento do III Congresso Sindical”. *O Momento*, Salvador, 28 maio 1946, p. 1; “Fortalecimento das organizações sindicais”. Idem, 1 set. 1946, pp. 3, 4. Ver também: “Apêndice 3 do capítulo 5”. In: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 453/6.

<sup>193</sup> Idem à nota 192.

juízo das matérias relativas a acidentes de trabalho fosse atribuída à Justiça do Trabalho, por esta ser mais rápida e seus juízes terem mais contato com o operariado. Considerando que os empregados, por falta de garantias legais, muitas vezes se negavam a servir de testemunhas nos processos trabalhistas em favor dos colegas e que isto causava prejuízos ao melhor esclarecimento do processo, pleiteava-se a estabilidade de cinco anos para qualquer trabalhador que testemunhasse contra o empregador.<sup>194</sup>

No referente à Previdência e Assistência Social, as teses aprovadas versavam sobre: uniformização das contribuições e dos benefícios concedidos aos associados; participação dos trabalhadores na organização, administração, controle e fiscalização dos Institutos Previdenciários; ampliação do auxílio enfermidade de 15 para 30 dias e equiparação ao valor do salário mínimo; definição de prazos mínimos para a entrega do laudo médico, a conclusão do processo e o pagamento do benefício. Outra tese defendia a construção de residências operárias por preços módicos e juros baixos; a obrigatoriedade da concessão de assistência médica, dentária, hospitalar e farmacêutica aos associados, e a construção de hospitais, ambulatórios, escolas, creches e farmácias pelos Institutos.<sup>195</sup>

Além das questões inerentes à organização sindical e de pleitos referentes às condições de trabalho, reivindicações salariais e previdência e assistência social, uma resolução tratava da reforma agrária e programas de assistência técnica, logística e financeira aos trabalhadores rurais. As demais se referiam a temáticas políticas mais gerais, também constantes no conclave anterior, que integravam a agenda do movimento operário.<sup>196</sup>

Embora, de modo geral, muitas dessas teses já constassem entre as resoluções do Segundo Congresso, o posicionamento mais incisivo em relação a algumas questões, como uma maior inserção dos sindicatos junto às bases, o apoio às reivindicações mais sentidas dos trabalhadores, a adoção de um tom mais crítico em relação à política de União Nacional e o apoio explícito ao direito de greve, de certa forma, expressavam as tensões que se esboçavam nas relações entre o movimento sindical, as orientações de cúpula partidária e as autoridades governamentais, naquela conjuntura. Por outro lado, a postergação da efetivação da FGTB, principal bandeira içada pelo conclave, parece ter sido uma postura cautelosa diante da reação governamental.

---

<sup>194</sup> “Justiça do Trabalho e Previdência Social”. *O Momento*, Salvador, 30 ago. 1946, pp. 3, 4. Ver também: “Apêndice 3 do capítulo 5”, in: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit.

<sup>195</sup> *Ibidem*, *ibidem*.

<sup>196</sup> “Fortalecimento das organizações sindicais”, op. cit. Ver também: “Apêndice 3 do capítulo 5”. In: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit.

Procurando suprir essa demanda, a CPTC apoiou as lutas e reivindicações mobilizadas por diversas categorias de trabalhadores, promoveu campanhas de sindicalização e defendeu a inclusão na Constituição de propostas alusivas aos direitos de greve, autonomia, liberdade e unicidade sindicais, voto para os soldados marinheiros e analfabetos, distribuição de terras aos camponeses, participação dos empregados na administração e nos lucros das empresas, dentre outras. Também, contribuiu decisivamente para a arregimentação de apoio e participação dos sindicatos baianos no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil.<sup>197</sup>

### 1.4.3 A CTB e a USTB

Patrocinado pelo Ministério do Trabalho, o Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, ocorrido em setembro de 1946, reuniu na cidade do Rio de Janeiro mais de 2.400 delegados sindicais de todo o Brasil. Pela estimativa do periódico comunista *O Momento*, a comitiva baiana foi composta por cerca de 150 delegados, representando 104 entidades sindicais da capital e do interior.<sup>198</sup> No início de setembro, *O Imparcial* estimou em aproximadamente 170 o número de delegados sindicais que partiriam da Bahia para este conclave.<sup>199</sup>

Entre os sindicalistas baianos que participaram do conclave, estiveram representados os Sindicatos dos Trabalhadores em Indústria de Fiação e Tecelagem; dos Portuários; dos Empregados no Comércio; em Empresas Telefônicas; em Indústrias de Energia Hidro e Termo-Elétricas, todos de Salvador. Também integraram a comitiva da capital os delegados dos Sindicatos dos Securitários; Metalúrgicos; Empregados em Carris Urbanos; Hotéis e Similares; Trabalhadores na Indústria do Trigo, Milho, Mandioca, Massas Alimentícias e Biscoitos; na Indústria de Panificação e Confeitaria; da Construção Civil; em Estabelecimentos Bancários; além das Associações Profissionais dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas; no Beneficiamento de Fibras Vegetais e na Indústria do Fumo.<sup>200</sup>

<sup>197</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 408; VAZQUEZ, *Intervalo democrático e sindicalismo*, op. cit., pp. 98/9.

<sup>198</sup> “Seguem as primeiras delegações ao Congresso Nacional Sindical”. *O Momento*, Salvador, 30 ago. 1946, pp. 1, 6; “Representarão os trabalhadores de Juazeiro no Congresso Nacional Sindical”. *Idem*, 5 set. 1946, pp. 1, 6; “Cabe aos sindicatos e à classe operária fortalecer a Confederação dos Trabalhadores do Brasil”. *Idem*, 8 out. 1946, p. 2. Ver também: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 412.

<sup>199</sup> “Delegados ao Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil em visita a O Imparcial”. *O Imparcial*, Salvador, 3 set. 1946, p. 1.

<sup>200</sup> “Lutarão pelos direitos dos trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 10 set. 1946, p. 3; “É grande a confiança dos trabalhadores no Congresso Nacional Sindical”. *Idem*, 31 ago. 1946, pp. 1, 6; “Cabe aos sindicatos...”, op. cit.; “Devem os sindicatos...”, op. cit.; “Seguem as primeiras delegações...”, op. cit.

Entre as delegações do interior do estado, uma das mais representativas foi a da cidade de Ilhéus. Nesta constavam os delegados dos Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Produtos de Cacau e Balas; de Panificação e Confeitaria; no Comércio Armazenador; dos Carregadores do Porto e da Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Couro. Na comitiva de Juazeiro, marcaram presença os representantes da Associação dos Trabalhadores em Artefatos de Couros; do Comércio em Varejo e do Sindicato dos Metalúrgicos.<sup>201</sup> Além dos temas mais gerais, esses delegados também levaram ao congresso as demandas específicas de suas respectivas categorias, referentes às condições de trabalho, reivindicações salariais, direitos trabalhistas etc.

O congresso ficou marcado pelas tensões entre os dirigentes sindicais mais alinhados com as diretrizes do Ministério do Trabalho (os ministerialistas) e os comunistas aliados a uma ala trabalhista e aos socialistas. Com maior número de delegados, essa frente sindical aprovou a maioria das suas teses, especialmente a criação da CTB, contrariando assim a lógica corporativista. Vencidos, os ministerialistas abandonaram o conclave e apoiaram a criação da Confederação Nacional do Trabalho (CNT) por decreto administrativo do Ministro do Trabalho.<sup>202</sup>

Sob o influxo do congresso nacional sindical, em 30 de outubro, foi fundada a União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB). Segundo *O Momento*, a plenária inaugural, ocorrida na sede do Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos da Cidade do Salvador, teve a participação de 30 representações sindicais e cerca de 150 trabalhadores.<sup>203</sup> A composição da diretoria provisória e da mesa diretora na seção inaugural aponta para uma diversificada representação profissional, conforme se observa no quadro a seguir:

Quadro 7 - Diretoria Provisória da USTB<sup>204</sup>

Nome	Entidade Sindical	Cargo
Alexandre José dos Santos	Sindicato dos Alfaiates	Presidente

<sup>201</sup> “Os trabalhadores lutarão por seus direitos fundamentais no Congresso Nacional Sindical”. *O Momento*, Salvador, 3 set. 1946, p. 6; “Representarão os trabalhadores de Juazeiro no Congresso Nacional Sindical”. Idem, 5 set. 1946, pp. 1, 6.

<sup>202</sup> GOMES; D’ ARAÚJO, *Getulismo e Trabalhismo*, op. cit., p. 45.

<sup>203</sup> “Balanço crítico do Congresso Sindical”. *O Momento*, Salvador, s. d.; “Consolidar as vitórias do Congresso Nacional Sindical é a grande tarefa do proletariado”. Idem, 10 out. 1946, p. 2; “Preparam-se os trabalhadores baianos para a fundação da União Sindical”. Idem, 12 out. 1946, p. 1; “Os estivadores aderem à Confederação dos Trabalhadores do Brasil”. Idem, 12 out. 1946, p. 2; “É um crime a intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos”. Idem, 13 out. 1946, p. 5; “A União Sindical e os problemas dos trabalhadores”. Idem, 13 out. 1946, p. 5; “Apoio dos trabalhadores à União Sindical”. Idem, 24 out. 1946, p. 1; “Consolidar a CTB – tarefa fundamental do momento”. Idem, 30 out. 1946; “Cabe aos sindicatos...”, op. cit.

<sup>204</sup> Entre os suplentes, constavam ainda Tomé Almeida e Antônio Bernardo, cujas categorias profissionais não foram identificadas.



Laurindo José de Santana	Sindicato dos Panificadores	Vice Presidente
Demócrito Gomes de Carvalho	Sindicato dos Gráficos	Secretário Geral
Raimundo Mafaldig	Sindicato dos Securitários	Primeiro Secretário
Jaime Sousa Lima	Sindicato dos Estivadores	Segundo Secretário
Benedito Manoel do Nascimento	Sindicato da Construção Civil	Primeiro Tesoureiro
João Ribeiro dos Passos	Sindicato de Carris Urbanos	Segundo Tesoureiro
Idelflades Santos Silva	Sindicato dos Marceneiros	Bibliotecário
Lourival Sales Nascimento	Sindicato dos Eletricitários	Diretor de Propaganda
Inácio Dias de Souza	Funcionário público municipal, dirigente estadual do PTB.	Representante da CTB
Jaime da Silva Maciel	Estivador, membro do CE do PCB.	Representante da CTB
João Chagas e Rubem Chagas	Sindicato dos Fumageiros	Suplentes
Dejanira Matos	Sindicato dos Piaçaveiros	Suplente
João Martins Luz	Advogado do PCB	Consultor jurídico

Fonte: *O Momento*, 31 out. 1946; FONTES, J. R., op. cit., p. 418.

Laurindo José de Santana (presidente da CTB na Bahia), Benedito Manoel do Nascimento e Inácio Dias de Souza compuseram a mesa diretora da seção inaugural. Ao lado destes, sentaram-se os sindicalistas: José de Jesus Silva (presidente do Sindicato dos Estivadores); Guilherme Duque (diretor do Sindicato dos Gráficos); Amaro Dias de Andrade (presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telefone); Júlio Pereira (presidente do Sindicato dos Panificadores); Edmundo Oliveira (presidente do Sindicato dos Sapateiros); Jacinto José dos Santos e Silva (presidente da Associação Profissional dos Alfaiates e Costureiras) e Manoel Batista de Souza (Sindicato dos Marceneiros).<sup>205</sup>

A maioria desses sindicalistas esteve à frente da realização do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais. Apesar de contar com diversificada representação, a USTB não conseguiu agregar alguns importantes sindicatos, como os dos têxteis, ferroviários, canavieiros e fumageiros do Recôncavo baiano, controlados pelos trabalhistas.<sup>206</sup> Em seu discurso, Inácio Dias de Souza defendeu a expansão do movimento de união sindical para o interior do Estado, especialmente nas zonas açucareira e fumageira.<sup>207</sup>

Malgrados os esforços da DRT para boicotar a relação dos sindicatos baianos com a CTB e a USTB,<sup>208</sup> na primeira reunião plenária verificaram-se as adesões dos Sindicatos dos

<sup>205</sup> “Fundada, ontem, a União Sindical”. *O Momento*, Salvador, 31 out. 1946, p. 1; “Reuniu-se, ontem, em importante sessão, a União Sindical dos Trabalhadores Baianos”, op. cit.

<sup>206</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 418.

<sup>207</sup> “Fundada, ontem, a União Sindical”, op. cit.

<sup>208</sup> A este respeito, ver: “Vitoriosa assembleia, ontem, dos portuários baianos”. *O Momento*, Salvador, s.d.; “A USTB protesta contra a atitude da Delegacia do Trabalho”. Idem, 31 dez. 1946, p. 5. Ver também: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 423/4.

Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira; dos Empregados na Indústria de Calçados e nas Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico que solicitaram o credenciamento dos seus delegados.<sup>209</sup> Em seguida, esse mesmo caminho foi seguido pelos Sindicatos dos Portuários, dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Salvador, dos Carregadores e Transportadores do Porto de Ilhéus, dos Trabalhadores de Artefatos de Jequié e pela Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de Salvador.<sup>210</sup>

Buscando conquistar legitimidade, a USTB tomou a frente nas principais campanhas relacionadas aos interesses coletivos e imediatos dos trabalhadores. Um manifesto publicado na segunda semana de novembro conclamava a adesão dos sindicatos e associações profissionais à CTB e à USTB e preconizava a luta pelo repouso semanal remunerado e por aumento de salários. Igualmente, defendia o cumprimento dos dispositivos constitucionais referentes ao salário mínimo familiar, participação nos lucros das empresas, direito de greve, liberdade de organização e associação e outras reivindicações sentidas dos trabalhadores, como o abono do natal.<sup>211</sup>

O manifesto recomendava ainda o encaminhamento de memoriais, abaixo-assinados e telegramas à Câmara Federal reivindicando a imediata revisão da CLT, aprovação das resoluções do Congresso Nacional Sindical e propugnava a realização de uma campanha de recrutamento sindical em massa. Para a consecução desses propósitos, defendia a união dos trabalhadores, dentro da ordem, da lei, do entendimento e da união nacional. Em dezembro, a USTB levantou a bandeira do abono de natal, exigindo a sua regulamentação por parte do poder legislativo federal e orientando os sindicatos a pressionarem os empresários pela imediata concessão. Conforme se verá no segundo capítulo, diversas categorias de trabalhadores baianos mobilizaram ações reivindicatórias, como o envio de memoriais aos patrões e às autoridades públicas, dissídios coletivos e reclamações individuais na Justiça do Trabalho e movimentos grevistas, motivadas por essas reivindicações.<sup>212</sup>

Para além das demandas mais específicas do trabalho, a militância sindical ligada à USTB e ao PCB envolveu-se em outras questões sociais que afetavam as condições da existência popular e proletária. Neste sentido, apoiou o movimento de ocupação de áreas

<sup>209</sup> “Reuniu-se, ontem, em importante sessão, a União Sindical dos Trabalhadores Baianos”. *O Momento*, 7 nov. 1946. Ver também: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 420/5

<sup>210</sup> “Os trabalhadores de Ilhéus apoiam a CTB”. *O Momento*, Salvador, 8 nov. 1946, p.5; “Os tecelões apoiam a CTB e a União Sindical dos Trabalhadores Baianos”. Idem, 13 nov. 1946; “Vitoriosa assembleia, ontem, dos portuários baianos”. Idem, s/d.

<sup>211</sup> “União Sindical dos Trabalhadores Baianos: ao proletariado e ao povo baianos”. *O Momento*, 12 nov. 1946.

<sup>212</sup> “A luta pelo descanso semanal remunerado”. *O Momento*, Salvador, 12 nov. 1946, s/d.; “A USTB lutará pelo Abono de Natal para os trabalhadores”. Idem, s/d; “A União Sindical dos Trabalhadores Baianos apoia o movimento de reivindicação dos gráficos”. Idem, 17 nov. 1946, p. 5

urbanas para construção de moradias populares, notadamente a “invasão” do Corta-Braço, posteriormente chamada de Nova Pero Vaz, no bairro da Liberdade, desenrolada entre agosto de 1946 e maio de 1947. No início de 1947, apoiou a luta contra a carestia e o “câmbio negro”, inclusive aprovando um “Plano de Combate à Carestia da Vida”, endereçado às autoridades com sugestões para a solução da crise provocada pela escassez e elevação de preços dos gêneros de primeira necessidade, sobretudo a carne verde e outros gêneros alimentícios. Em colaboração com a CTB e a USTB, o Sindicato dos Marceneiros elaborou um memorial, dirigido às autoridades estaduais e municipais, apoiando a Comissão Especial de Preços (CEP) e sugerindo medidas contra o câmbio negro e o combate à crise em geral.<sup>213</sup>

Como assinalou Hélio da Costa, pensar nos sindicatos “somente como agentes do capital e do Estado, distantes dos trabalhadores e dirigidos por burocratas e policiais, seria estreitar demais uma realidade muito mais complexa do que se apresentou à primeira vista”.<sup>214</sup> Também não faz sentido afirmar-se que apenas cumpriram o papel de amortecedores dos conflitos de classe e invariavelmente agiam em descompasso com os legítimos interesses dos trabalhadores.<sup>215</sup>

Das falas dos sindicalistas, das pautas de reivindicações dos trabalhadores, dos programas e teses dos congressos e dos programas e ações desses organismos intersindicais emerge um projeto de cidadania operária que reivindicava seu espaço no regime democrático. Um projeto que abarcava a reivindicação por direitos sociais, civis e políticos: melhores condições de vida e trabalho; materialização e ampliação dos direitos trabalhistas; melhorias salariais, assistência e bem-estar social; liberdade de manifestação e expressão; liberdade sindical e direito de greve; participação nas questões e decisões políticas, econômicas e sociais locais, estaduais e nacionais; reconhecimento, respeito e dignidade. Sendo assim, tanto comportava as tensões, contradições e acomodações do ambiente do trabalho quanto era informado pelo contexto político e sociocultural. Destarte, não faz sentido afirmar que os trabalhadores eram simplesmente manipulados, massa de manobra ou que responderam acriticamente aos apelos do estado e de partidos e lideranças políticas à colaboração das classes, nem tampouco que os sindicalistas agiam como meras “correias de transmissão”.

---

<sup>213</sup> “A USTB será um baluarte na luta por melhores condições de vida do proletariado”. *O Momento*, Salvador, 5 nov. 1946, p. 5; “A grande tarefa da USTB é lutar pela melhoria das condições de vida do operariado”. Idem, 10 nov. 1946, p. 5; “Lutam os trabalhadores contra a crise e a carestia”. Idem, 2 mar. 1947, p. 2; “Os marceneiros reiteram seu apoio à União Sindical”. Idem, 13 fev. 1947, p. 2. Ver também: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 421/3; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões em Salvador: um movimento de conquista do espaço para morar (1946-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1985; SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia*, op. cit., pp. 334- 340.

<sup>214</sup> COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., p. 24.

<sup>215</sup> OLIVEIRA, F. *Elo Perdido*, op. cit.

## 1.5 QUESTÕES DE COR, RAÇA, GÊNERO, CLASSE E TRABALHO

Na Bahia, estado cuja população era predominantemente preta e parda, conforme os censos demográficos de 1940 e 1950, a classe trabalhadora era majoritariamente constituída de afrodescendentes e as mulheres representavam a maioria dos empregados em duas das principais categorias profissionais – a têxtil e a fumageira -, a experiência operária e sindical não ficou incólume às questões de cor, raça, gênero e classe.<sup>216</sup> Resultado de pesquisa desenvolvida em 1936, o livro *Branços e Pretos na Bahia*<sup>217</sup>, de Donald Pierson, traz um arrolamento das ocupações dos trabalhadores urbanos em Salvador, conforme a variável cor. Sem novidades, o estudo evidenciou a desigualdade entre brancos e negros<sup>218</sup> nas relações sociais de trabalho, como se observa na tabela a seguir:

Tabela 3 - Empregos em que parecem predominar os pretos – Bahia, 1936

Ocupações	Amostra	% Pretos	% Mulatos	% Brancos	% Cafuzos
Carregadores	100	93,0	7,0	0,0	0,0
Lavadeiras	200	89,5	9,5	0,0	1,0
Carroceiros	100	83,0	15,0	0,0	2,0
Pedreiros	125	82,4	16,8	0,0	0,8
Estivadores	125	81,6	15,2	1,6	1,6

<sup>216</sup> Ver: GUIMARÃES, *Um sonho de classe*, op. cit.; REIS, “A greve negra de 1857 na Bahia”, op. cit.; GOMES, José Carlos de S. *A dupla exploração e a discriminação do trabalhador negro nas indústrias petroquímicas e químicas de Camaçari*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa: UFPb, 1985; SOARES, Cecília Moreira. “A negra na rua, outros conflitos”. In SARDENBERG, Cecília M. B. [et. al.] (orgs.). *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001, pp. 35- 47; SOUZA, Edinaldo A. O. “Mulheres operárias e luta jurídica pela proteção à maternidade em comarcas do Recôncavo baiano (1943-1949)”. *Revista Cadernos de Pesquisa*. Uberlândia: UFU, v. 24, n.2, jul./dez. 2011, pp. 433-455; FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cultura popular na belle époque imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994; SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Ufba, 2001; PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar do apito da fábrica: idas e vindas de operárias (os) têxteis em Valença – Bahia (1950 -1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Ufba, 2006. Para uma discussão metodológica sobre o entrecruzamento das categorias gênero, cor, raça e classe e trabalho, ver: STOLKE, “Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?”, op. cit.; GUIMARÃES, *Classes, raças e democracia*, op. cit.; NEGRO, “Chicote para espezitar os brios do trabalhador nacional?...”, op. cit. Sobre gênero e trabalho, ver: SCOTT, *Gênero*, op. cit.; DEL PRIORI, “História das mulheres”, op. cit. Ver também: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; RAGO, Margereth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000; WOLFE, Joel. “‘Pai dos pobres’ ou ‘Mãe dos ricos’?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930 –1954”. *Revista Brasileira de História*, v. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994, pp. 27-59.

<sup>217</sup> PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Bahia/ Recife/ Pará/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1945. Do original norte-americano: *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago: Universidade de Chicago Press, 1942.

<sup>218</sup> Cinte das questões e discussões teóricas, metodológicas e ideológicas relativas à utilização dos diferentes conceitos de raça, a expressão “negros” é empregada aqui em referência às categorias identificadas nos censos demográficos como pretos e pardos, tal como vem sendo empregada em muitos dos atuais estudos sobre o preconceito e a discriminação racial.

<b>Domésticas</b>	250	78,8	18,8	0,8	1,6
<b>Trabalhadores de rua</b>	225	78,3	21,2	0,5	0,0
<b>Baleiros ambulantes</b>	100	77,0	21,0	1,0	1,0
<b>Sapateiros</b>	70	74,4	22,8	2,8	0,0

FONTE: PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*, op. cit.

Apesar de não incluir os operários fabris, empregados nas indústrias açucareira, têxtil, fumageira, de móveis, bebidas, alimentos nem os ferroviários, a amostragem apontou o predomínio dos “pretos relativamente puros” e dos “mulatos predominantemente escuros” nos postos menos qualificados ou tidos como menos nobres. Os pretos e mulatos também eram predominantes em outras funções de semelhante *status*, como as de vendedores ambulantes, jornaleiros, engraxates, motorneiros de bondes, motoristas de caminhão.<sup>219</sup> Numa posição intermediária, nas ocupações de barbeiros, músicos de banda, lixeiros, fiscais de bondes, condutores de bondes, bombeiros, cobradores de ônibus, motoristas de carros de aluguel, guardas civis, motoristas de ônibus e soldados, predominavam os mulatos, seguidos dos pretos e dos brancos.

Em contrapartida, nas profissões mais qualificadas e de *status* mais elevado, predominavam os brancos: 84% dos bancários; 75% dos negociantes; 70,3% dos professores universitários; 67,1% dos advogados; 63% dos médicos; 57% dos professores secundários; 54,8% dos comerciários e 45,2% dos funcionários de repartições públicas. O estudo ilustra bem as polarizações sociais entre brancos e negros nas relações sociais de trabalho na Bahia, mas apesar das evidências o autor minimizou o preconceito racial.

Os resultados dessa pesquisa foram destacados pelo jornal *O Momento* no 1º de Maio de 1949, com o indicativo de que o quadro pouco havia se alterado até àquela data. Tanto para o sociólogo norte-americano quanto para o jornal comunista, as polarizações entre brancos e negros no mercado de trabalho explicavam-se pelo passado escravista e inseriam-se no contexto geral da sociedade de classes ou de status. Semelhante argumento era empregado em relação à mulher trabalhadora. Mas, diferente do cientista social, os comunistas baianos vislumbraram nas contradições de cor um fator de coesão da identidade social e mais um ingrediente da luta de classes. Contudo, fatores de natureza ideológica e/ou teórico-metodológicos dificultaram a abordagem do preconceito de cor ou racial.

No pós-1945, conforme assinalou Antônio Sérgio Guimarães, a emergência de um projeto de Nação com um forte viés nacionalista valorizou as diversas tradições culturais de origem africana ou luso-afro-brasileira, que foram assimiladas pelo processo de afirmação das

<sup>219</sup> Entre os vendedores ambulantes, pretos e mulatos representavam 68,5% e 28%; entre os jornaleiros 68% e 31%; entre os engraxates 66% e 32,5%; entre os motorneiros de bonde 60% e 32% e entre os motoristas de caminhão 44,7% e 43,3%, respectivamente. (PIERSON, *Branços e Pretos na Bahia*, op. cit.)

identidades nacionais ou regionais. Ao mesmo tempo, a proposta de “integração dos negros na sociedade de classes” como *trabalhadores e brasileiros negros*, teria proporcionado uma “melhor inserção econômica” dos cidadãos “de cor”, em contrapartida, nesse mesmo contexto, a ampliação e a competição dos mercados abonavam o problema da discriminação racial; os negros continuavam acometidos por preconceitos e estereótipos, e grande parte da população “de cor” continuava marginalizada.<sup>220</sup>

Em seu estudo, Pierson sustentou que nos sindicatos dos trabalhadores baianos predominavam “nitidamente as linhas de classe” e que as “diferenças raciais” eram “postas de parte”, pois a liderança tendia a ser branca ou quase branca, mesmo nas associações predominantemente de pretos e de mulatos escuros. Se efetivamente essa tendência prevalecia na época em que foi realizado o estudo, quase uma década depois havia uma participação bem mais expressiva de trabalhadores pretos e mulatos ou pardos entre as lideranças sindicais.

Entre os ativistas que se destacaram no movimento sindical no pós-1945, muitos podiam ser facilmente identificados como pretos, mulatos e pardos: o mecânico e líder transviário João Ribeiro dos Passos; os portuários Juvenal Souto Júnior e Cosme Ferreira; os estivadores João Cardoso de Souza, Jaime da Silva Maciel, Aloisio Gomes dos Santos e Manuel do Espírito Santo Gomes; os panificadores Antônio Rosa de Oliveira e Laurindo José de Santana; o empregado na construção civil Benedito Manoel do Nascimento; o tecelão e jornalista Demerval Araújo; o carregador de trapiche Antônio Marques da Luz; o ferroviário Vitorio Pita; o gráfico Florêncio Moreira; o artesão Narciso Bispo e o líder trabalhista Inácio Dias de Souza expressavam no fenótipo a ascendência afro-brasileira.<sup>221</sup>

Candidato à Assembleia Constituinte pelo PCB, em 1945, o portuário Juvenal Souto Júnior foi apresentado no jornal comunista como “um legítimo herdeiro das gloriosas tradições de luta dos homens e mulheres da sua raça, os negros da Bahia, que dirigiram ou participaram dos movimentos de 1835 e seguintes contra a opressão e pela igualdade de direitos dos trabalhadores de cor”.<sup>222</sup> Em sua plataforma política, foram exaltadas as continuidades entre as tradições de luta dos negros contra a opressão na Bahia e as experiências operárias na luta por direitos, articulando-se elementos de cor e classe na conformação de uma identidade operária. Em suas memórias, o ativista João Ribeiro dos Passos também aponta para essas continuidades, quando recorda que, no início da sua

<sup>220</sup> GUIMARÃES, *Classes, raças e democracia*, op. cit., p. 88.

<sup>221</sup> Sem embargo das recentes discussões acerca da problemática de classificação da cor da pele, essa identificação teve como base a observação de fotografias dos sindicalistas publicadas em diversas edições do jornal *O Momento*, considerando as variáveis utilizadas no censo de 1950, no estudo citado de Donald Pierson.

<sup>222</sup> “Os candidatos do povo baiano à Constituinte”, op. cit.

experiência sindical, a linguagem predominante na comunicação das lideranças com as bases assentava-se na oralidade, “no nagô”. O nagô africano, explica: “Era assim, conversa de pé de ouvido. Não havia documento, mesmo porque o nível, vamos dizer, cultural era baixíssimo, não existia” (referindo-se à cultura letrada).<sup>223</sup>

A principal evidência do entrelaçamento de questões trabalhistas e sindicais com questões de cor, raça e classe encontra-se nas práticas de racismo contra trabalhadores e sindicalistas negros. Na entrevista supracitada, João dos Passos rememora que, na empresa onde trabalhava, a Companhia Linha Circular, o diretor Anísio Massora, um “testa de ferro” dos americanos, era odiado pelos empregados, por ser “um racista miserável, que não gostava de nenhum preto”.<sup>224</sup> Igualmente, em junho de 1946, estivadores do porto de Salvador paralisaram o serviço de descarga do navio espanhol Nafarrete em protesto contra a atitude dos marinheiros, que gritavam: “depressa, macacos!”, quando o atracador Júlio Neves da Silva e alguns “aguadeiros” procuravam colocar as amarras da embarcação. Revoltados com a ofensa de conotação racista, os trabalhadores só aquiesceram após entendimentos intermediados pelo sindicato da categoria.<sup>225</sup> Provavelmente, a paralisação também foi influenciada pelo movimento de boicote dos portuários e estivadores aos navios espanhóis em protesto contra o fascismo franquista, estimulado pelos comunistas, que atingiu outros portos brasileiros.<sup>226</sup>

Outro caso exemplar foi o do estivador Jaime Maciel, deputado estadual pelo PCB, que, segundo *O Momento*, sofreu insultos racistas do colega Osvaldo Pinto de Carvalho, um “aristocrático neto de senhores de escravo”, na sessão que cassou o seu mandato. Durante o pronunciamento de Maciel, o deputado pessedista teria retrucando que não estava ali para ouvir “um negro cínico da sua marca”.<sup>227</sup> Para Pinto de Carvalho e, provavelmente, para outros representantes das classes patronais, a cassação do mandato de Maciel representava não somente o expurgo do poder político da inconveniente participação de um operário e líder sindical, mas também da presença de um “negro”.

No carnaval de 1948, um bloco carnavalesco composto de trezentos e cinquenta trabalhadores pretos da Estrada da Liberdade, tradicional bairro proletário negro em Salvador, deu visibilidade à questão de cor e classe. Na letra do samba entoado pelos foliões constavam

<sup>223</sup> PASSOS, João Ribeiro dos. Entrevista, op. cit. Ver também: “A abolição foi uma conquista dos negros”. *O Momento*, Salvador, 14 maio 1948, pp. 1, 6.

<sup>224</sup> Ibidem. Ver também: “Desfaz-se o mito da democracia americana”. *O Momento*, Salvador, 31 jan. 1948, p. 6; “Bárbaro crime de um racista americano”. Idem, 27 fev. 1948, p.3.

<sup>225</sup> “Não foi adiante a greve no cais”. *A Tarde*, Salvador, 15 jun. 1946, p. 2.

<sup>226</sup> Ver: SILVA, *A carca e a culpa*, op. cit., pp. 114/20.

<sup>227</sup> “Traído pela Câmara o povo baiano”, op. cit.; “Além de vendido à Circular, é racista”. *O Momento*, Salvador, 15 jan. 1948, p. 1.

frases, como: “Preto não é mais lacaio, preto não tem mais senhor”; “Hoje preto pode ser doutor, Deputado ou Senador”. Para *O Momento*, a iniciativa mostrava que, apesar dos preconceitos “alimentados por certos senhores da burguesia com o Sr. Pinto de Carvalho que pretendeu insultar o deputado Jaime Maciel, chamando-o de negro”, o povo brasileiro “não tolerava tais preconceitos”.<sup>228</sup> Apesar de destacar o tema, o preconceito racial era tratado como uma questão superada pela sociedade, existindo apenas como uma anomalia ou excentricidade de alguns indivíduos remanescentes das tradicionais elites escravistas.

Nesse contexto, o preconceito racial era tema recorrente nas edições de *O Momento*, sobretudo as notícias com denúncias veiculadas pelo movimento negro nos Estados Unidos. Contudo, se no contexto da Segunda Guerra os racistas eram os alemães nazistas, com o advento da guerra fria, racista passava a ser a “democracia” da América do Norte, “onde os pretos eram linchados e não tinham direitos diante dos brancos considerados superiores”. Já no Brasil, o preconceito de cor ou racial era considerado como uma derivação da discriminação de classe, logo os racistas eram apenas “certos senhores da burguesia” que continuavam agindo “como se fossem senhores de escravos”. Para a folha comunista, a eleição do líder operário Claudino José da Silva, “um negro, trabalhador da construção civil”, como o deputado federal mais votado no Rio de Janeiro, e do estivador Jaime Maciel, “preto também”, para deputado estadual na Bahia, indicavam que no Brasil o preconceito era uma questão econômica e não racial.<sup>229</sup> Esses casos, que não representavam nenhuma excepcionalidade, evidenciam o entrecruzamento de questões de cor, raça, classe e política na experiência operária e sindical na Bahia.

Embora fossem minoritárias nos postos mais elevados da hierarquia funcional, entre os dirigentes e ativistas sindicais, bem como entre os empregados que reclamavam contra os patrões na Justiça do Trabalho, as mulheres operárias sempre tiveram papel ativo nas greves e noutras ações reivindicatórias. No contexto focado nesta pesquisa, elas se destacaram nas lutas contra a carestia, pela moradia, por melhores condições de trabalho e pelos direitos da mulher trabalhadora, sobretudo os relativos à proteção à maternidade.

Um levantamento realizado por Cecília Sardenberg, Helyon Reis, Francismeire Ferreira e Tatiana Bonfim, com base em 716 fichas de associados do Sindicato dos Tecelões de Salvador, relativas ao ano de 1951, constatou que o índice de sindicalização feminino era ligeiramente superior ao masculino. Contrariando, assim, a afirmação corrente de que as

---

<sup>228</sup> “Preto não é mais lacaio!”. *O Momento*, Salvador, 1 fev. 1948, p. 1.

<sup>229</sup> *Ibidem*. Para uma reflexão sobre comunismo, trabalhismo e racismo, ver: NEGRO, Antônio Luigi. “Chicote para espavitar os brios do trabalhador nacional? Racismo e comunismo em Monteiro Lobato...”, *op. cit.*



mulheres não se interessavam por política e questões sindicais, o arrolamento das assinaturas nas atas das assembleias ordinárias realizadas entre 1946 e 1954 indica que a participação feminina oscilava entre 20,4 e 31,8% dos presentes, havendo um aumento considerável nas assembleias extraordinárias, quando eram tratados temas como dissídios coletivos, eleição de representantes e outros assuntos que despertavam maior interesse nos associados.<sup>230</sup>

Entre as mulheres trabalhadoras, geralmente pretas e pardas, certas vezes as experiências trabalhistas foram marcadas pelo entrecruzamento de questões de classe, cor e gênero. Em novembro de 1948, o deputado trabalhista Joel Presídio relatou na plenária da Assembleia Legislativa que fora procurado pelo pai de uma aluna, visivelmente contrariado porque o governo estava recrutando nas escolas públicas “mocinhas de cor” para servirem de copeiras, “vestidas como baianas”, no almoço a ser servido ao Presidente Dutra em visita à Bahia, transformando as estudantes em “simples garçonetes” para “os adeptos de copa e cozinha”. O deputado petebista e o jornal comunista *O Momento*, que se opunham às homenagens ao mandatário, consideraram o caso como um “insulto aos negros”.<sup>231</sup> Conquanto protestassem contra a discriminação das estudantes “de cor”, os denunciantes reafirmavam valores depreciativos em relação a certas atividades, como as de copeiras e garçonetes, geralmente exercidas por mulheres negras.

Na Bahia, assim como noutros estados onde os “mundos do trabalho” livre acomodavam tradições do passado escravista, o trabalho da mulher negra em atividades econômicas não representava nenhuma novidade. Reclamações trabalhistas de empregadas que acionaram a Justiça do Trabalho contra os patrões pleiteando o direito de proteção à maternidade<sup>232</sup> também evidenciam o entrecruzamento de questões de classe, cor e gênero. Em março de 1943, a “destaladeira” de fumo, Anatildes de Jesus, solteira, suscitou uma reclamação trabalhista na comarca de Cachoeira, contra a firma Falcão e Cia., alegando que o patrão não quis pagar o período de afastamento para o seu parto, por não ser a pleiteante casada. Declarou ainda que trabalhava na firma desde outubro de 1940 e que nunca teve férias, ressaltando que a firma sempre era “desatenta às determinações das leis sociais”.<sup>233</sup> O processo resultou em acordo, mediante o pagamento de indenização à reclamante.

<sup>230</sup> SARDENBERG, [et. al.]. “Mulheres e sindicatos”, op. cit.

<sup>231</sup> “Os homenageantes do Sr. Dutra insultam os negros!”. *O Momento*, Salvador, s. d.

<sup>232</sup> O direito ao auxílio ou licença maternidade amparava-se nos artigos 392 e 393 da CLT. Para uma abordagem da luta pela aplicação desse direito, ver: SOUZA, “Mulheres operárias e luta jurídica pela proteção à maternidade...”, op. cit. Ver também: RAGO, *Do cabaré ao lar*, op. cit.; CAULFIELD, *Em defesa da honra*, op. cit.; WOLFE, “‘Pai dos pobres’ ou ‘Mãe dos ricos?’”, op. cit.

<sup>233</sup> BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Cachoeira. Reclamação trabalhista de Anatildes de Jesus contra Falcão e Cia., 3 mar. 1943. Arquivo Público Municipal de Cachoeira (APMC), Reclamações trabalhistas, 1941-1949.

Em agosto de 1945, a empregada Marciana Soares da Conceição, também solteira, residente na localidade Salva Vidas, no município de São Félix, reclamou na mesma Comarca, contra a firma Luiz Barreto Filho e Cia. pela sonegação do “auxílio maternidade”. Encontrando-se no sétimo mês de gravidez, ela decidiu solicitar o benefício ao gerente, sendo orientada para que aguardasse até o mês subsequente, quando seria atendida. Dias depois, o estabelecimento foi fechado, devido ao encerramento da safra de fumo e, quando a empregada retornou para tratar do assunto, foi informada que não fazia jus ao direito, pois havia expirado seu contrato temporário de trabalho.<sup>234</sup>

De acordo com o procurador da reclamante, quando esta solicitou o auxílio maternidade, no decurso da gravidez, seu contrato de trabalho encontrava-se vigente, conforme atestado médico apenso à reclamação. A protelação do benefício teria sido feita “com o propósito oculto de que quando a reclamante voltasse a exigir o cumprimento da lei estivesse terminada a safra” e conseqüentemente encerrado o seu contrato de trabalho. Além disso, não procedia a alegação de descontinuidade contratual, visto que não houve um intervalo de seis meses entre a paralisação e o reinício do trabalho com o aproveitamento dos mesmos trabalhadores, como previa a legislação. Quando Marciana tentou retornar ao serviço, foi recusada pelo gerente por ter procurado a Justiça do Trabalho para reclamar contra o empregador, além de ser tratada com a ironia de que “o patrão não botou um armazém de fumo para ela embuchar”. Também foi negado trabalho a uma colega, Faustina Santos, por ter testemunhado a seu favor.<sup>235</sup> O fato de apresentar-se inconcluso, o processo, sugere ter havido uma conciliação ou desistência pela reclamante.

Em novembro de 1945, foi suscitada outra reclamação contra a mesma firma, pela empregada Etelvina Santos, também solteira, pleiteando o pagamento do auxílio maternidade. Segundo a reclamante, quando ela procurou o gerente para reivindicar o direito, foi tratada com a ironia de que “ali não era o Banco do Brasil, pois as operárias fabricavam filhos e iam buscar dinheiro”. Outra vez, a defesa alegou que a reclamante prestava serviço temporário e que, quando solicitou o benefício, seu contrato já havia expirado, cessando assim as obrigações do empregador. Rechaçadas pelas partes as tentativas de conciliação, o juiz procedeu à instrução do processo e, por fim, julgou improcedente a reclamação.<sup>236</sup>

---

<sup>234</sup> BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Cachoeira. Reclamação trabalhista de Marciana Soares da Conceição contra L. Barreto Filho e Cia, 20 out. 1945. APMC, Reclamações trabalhistas, 1941 a 1949.

<sup>235</sup> Idem.

<sup>236</sup> BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Cachoeira. Reclamação trabalhista de Etelvina Santos contra L. Barreto Filho e Cia., 14 nov. 1945. APMC, Reclamações trabalhistas, 1941 a 1949.

Além do motivo alegado pelas reclamantes, os três processos citados apresentam outros aspectos em comum. Localizadas no centro do Recôncavo baiano, separadas pelo Rio Paraguaçu, as cidades de Cachoeira e de São Felix concentravam fábricas de charutos e inúmeros armazéns de beneficiamento do fumo em folha para a exportação, que empregavam numerosa mão de obra feminina. Considerando-se que as duas cidades estavam localizadas numa região de população predominante constituída por afrodescendentes, é razoável supor que essas trabalhadoras fossem negras. O fato de serem as três empregadas solteiras (ou pelo menos não serem formalmente casadas) e a atitude jocosa do chefe perante a reivindicação do direito ao auxílio maternidade apontam para a interpenetração de questões de classe, gênero e, possivelmente, de cor nas experiências dessas trabalhadoras.

Nos três casos, a exploração econômica, característica das relações modernas de trabalho, entrecruza-se com o preconceito de gênero (sobretudo por se tratar de mãe solteira), e provavelmente de cor, aguçando a intolerância do chefe ao ser interpelado pelas empregadas. Embora a sonegação de direitos independesse do sexo do trabalhador, parece que tal procedimento se avultava em relação às mulheres, mormente quando solteiras e grávidas ao pleitearam a licença maternidade, apesar de a lei não prever nenhum tratamento diferenciado em relação à mãe solteira.

Uma crônica publicada na “Coluna do Trabalhador”, na edição de 9 de fevereiro de 1946 do *Diário da Bahia*, expressa bem essa tensão entre uma visão patriarcal e sexista dos papéis femininos e a necessidade do reconhecimento dos direitos da mulher trabalhadora, imposta pela crescente participação feminina nos mundos do trabalho. O colunista considerava que o trabalho da mulher fora do lar representava “um problema tão complicado quanto difícil”, pois embora não fosse aconselhável “pelas sérias consequências” que acarretaria na sociedade, inclusive o da educação, saúde e instrução da prole”, mesmo sendo permitido por lei. Contrariando vozes que reconheciam a importância do trabalho feminino e apregoavam que “a civilização moderna o aconselha e exige”, o comentarista manifestava-se contrário “a que a mulher abandone seu lar para se ocupar em afazeres outros”. E questionava: “Em que espécie de direito está sendo prejudicada a mulher-mãe que se mantém no seu posto de honra, no cumprimento de seu verdadeiro dever, no desempenho da mais nobre de todas as missões, qual seja a de zelar pelo fruto de seu ventre?”. Por fim, concluía:

seja como for, à mulher brasileira é permitido o trabalho fora do lar e, por isso, os preceitos aplicáveis ao trabalho masculino o são ao feminino. Não há porque chorar. Acontece, porém, que a mulher representa o sexo frágil. Daí um capítulo reservado a ela na Consolidação das Leis do Trabalho, como remédio da lei para a situação que ela própria criou para si ou como

normas para as que, em situação contrária e em circunstâncias diferentes, de qualquer maneira têm que enfrentar a vida, como se homens fossem.<sup>237</sup>

Na edição do dia seguinte, ao apresentar um resumo dos direitos da mulher trabalhadora instituídos na CLT, o mesmo colunista desencorajava a contratação de mão de obra feminina, afirmando que “não é muito agradável utilizar os serviços de mulheres, não tão somente por serem dispendiosos, como por outras circunstâncias”.<sup>238</sup> Essas matérias expressam bem a tensão entre uma visão idealizada dos papéis sociais femininos – informada tanto pela tradição patriarcal quanto pela representação da moderna família burguesa - e a redefinição ou a contestação desses papéis pela experiência operária.

Essa ambiguidade parece expressar bem o espírito patriarcal e tutelar que norteou a regulamentação dos direitos do trabalho no Brasil. Em tese, parecia haver uma maior preocupação em proteger o “sexo frágil” do que um reconhecimento efetivo do direito da mulher ao trabalho. A própria legislação trabalhista, de certa forma, expressava essa tensão. Ao mesmo tempo em que reconhecia direitos e especificidades da mulher trabalhadora, endossava uma visão patriarcal e sexista ao submeter o trabalho feminino à autoridade e à tutela masculina. Isso estava evidenciado no parágrafo único do artigo 446 da CLT, que facultava ao marido ou pai a rescisão do contrato de trabalho da mulher ou da filha “quando a sua continuação for sucessível de acarretar ameaça aos vínculos da família, perigo manifesto às condições peculiares da mulher ou prejuízo de ordem física ou moral ao menor”.<sup>239</sup> Por outro lado, como vimos, a legislação trabalhista proporcionava novas perspectivas na luta por direitos. Igualmente, não se pode confundir a lei com a experiência operária.

---

<sup>237</sup> “O trabalho da mulher fora do lar”. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 fev. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2.

<sup>238</sup> *Ibidem*, 10 fev. 1946, p. 2.

<sup>239</sup> BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n. 5.452, 1º maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em 25 ago. 2013. Posteriormente, o parágrafo único do art. 446 da CLT foi revogado pela Lei nº 7855, de 24 out. 1989.

## CAPÍTULO 2

### A MOVIMENTAÇÃO GREVISTA E OUTRAS AÇÕES REIVINDICATÓRIAS (1945-1946)

O que esses fatos demonstram – greve no Rio Grande do Sul, greve em Santos, greve no Rio, greve na Bahia – é justamente o oposto do que se alardeava pelos jornais do governo. Longe de estarem tão mimados pela ditadura quanto se dizia, os trabalhadores brasileiros estavam apenas asfixiados pela mesma compressão que amordaçava todas as vozes. [...] Hoje os ventos mudaram. A ditadura está soçobrando rapidamente. E então, por uma dessas ironias, os primeiros beneficiários da agonia do regime que tanto se gabava de proteger os trabalhadores, reconquistando o direito de não permanecerem na miséria, ludibriados pelo salário mínimo, enquanto os apaniguados da ditadura fazem fortunas imprevistas e mirabolantes.<sup>240</sup>

Os trechos acima, de Luiz Viana Filho, expressam o ponto de vista de um dos principais expoentes do pensamento liberal democrático na Bahia em face da movimentação grevista que acompanhou o declínio da ditadura do Estado Novo. Ao mesmo tempo em que denuncia as inquietações trabalhistas, o comentarista parece regozijar-se com a insubordinação dos trabalhadores, pois evidenciava que estes não estavam “tão mimados” pelo governo Vargas quanto se presumia e, além disso, eram os “primeiros beneficiários” pelo definhamento do regime que afirmava protegê-los. Essas greves, conforme observou Sena Júnior, “tanto incomodavam os governistas quanto deleitavam a oposição liberal”.<sup>241</sup> Contudo, este deleite não durou muito tempo, tanto porque as greves também atingiam o setor patronal quanto porque, contrariamente às expectativas dos opositores de Getúlio, paralelamente o queremismo crescia.<sup>242</sup>

No Brasil, como já foi demonstrado por numerosa historiografia, o biênio 1945/46 compreendeu uma conjuntura de reabilitação do movimento sindical, caracterizada pela retomada das experiências organizatórias e pela afluência de diversas ações reivindicativas dos trabalhadores. Com base em pesquisa realizada no estado de São Paulo e em informações dispersas sobre outras regiões, Francisco Weffort identificou 24 greves em 1945, 98 em 1946 e 16 em 1947. Por sua vez, Salvador Sandoval, utilizando fontes jornalísticas daquele mesmo

<sup>240</sup> VIANA FILHO, Luiz. “Os operários e o Estado Novo”. *A Tarde*, Salvador, 11 abr. 1945. Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB), Setor: Periódicos raros, Acervo do jornal *A Tarde*. Apud SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia*, op. cit., p. 235.

<sup>241</sup> SENA JR., Carlos Z. “Os comunistas e a escalada grevista de 1945-1964 na Bahia”. In: LEAL, Maria das Graças de A.; MOREIRA, Raimundo N. P.; CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington (Orgs.). *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 186.

<sup>242</sup> Ver: NEGRO, “Chicote para espezivar os brios do trabalhador nacional?...”, op. cit., p. 245.

estado, arrolou 101 paralisações no biênio 1945/46 e apenas 33 para os anos de 1947/48.<sup>243</sup> Outros estudos têm evidenciado que a movimentação de dissídios coletivos e de reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho representou outra importante iniciativa mobilizada pelos trabalhadores na luta por direitos.<sup>244</sup>

Na Bahia, com base em fonte jornalística, José R. Fontes identificou 26 categorias de trabalhadores envolvidas em ações reivindicatórias, incluindo seis dissídios coletivos e oito movimentos grevistas, no decorrer de 1945. Igualmente, arrolou 34 categorias, envolvidas em 17 dissídios coletivos e sete paralisações em 1946.<sup>245</sup> Já em 1947, ano que prenuncia a reação anticomunista e as intervenções no movimento sindical, foram arrolados nove dissídios coletivos e apenas 2 greves na Bahia. Embora os números levantados pelo autor possam não representar a totalidade de processos movimentados nos períodos pesquisados, visto que um relatório das atividades da Câmara de Justiça do Trabalho, publicado pelo *Diário da Bahia* em janeiro de 1946,<sup>246</sup> dá conta do julgamento de dez dissídios coletivos em 1945 (quatro, portanto, a mais do que no inventário de Fontes), estes dados expressam, ao menos, a tendência observada no período.

Ainda de acordo com o levantamento de J. R. Fontes, as categorias profissionais que suscitaram dissídios coletivos no decorrer de 1945 foram: os panificadores (abril); os transviários da Companhia Linha Circular (abril-maio); comerciários e trabalhadores em usinas de açúcar (junho-setembro); os gráficos e os trabalhadores em hotéis e restaurantes (setembro-outubro). Dessas, apenas os empregados nas usinas de açúcar, no município de Santo Amaro e adjacências, localizavam-se fora da capital Salvador. No primeiro semestre de 1946, foram suscitados, pelo menos, seis dissídios coletivos, respectivamente, pelos

<sup>243</sup> WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e política*. Tese (Livre Docência) – São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972, Apêndice; SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudanças sociais no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994, p. 36. Apud FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 161.

<sup>244</sup> Ver: PAOLI, M. C. “Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno.” *Estudos Avançados*, vol. 3, n° 7. São Paulo, set./dez. 1989; SILVA, F. T. *A carga e a culpa*, op. cit.; FONTES, J. R., op. cit.; VARUSSA, Rinaldo. *J. Legislação e Trabalho: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí-SP, décadas de 1940 a 1960)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, PUC, 2002; SOUZA, Samuel. F. *Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, 2007; CORRÊA, Larissa. R. *A Tessitura dos Direitos: padrões empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTR, 2011; SOUZA, E. A. O. *Lei e costume*, op. cit.; SILVA, Maria Sângela de S. S. *A Justiça do Trabalho e os Trabalhadores em Fortaleza (1946-1964)*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2012; REZENDE, Vinícius D. *Anônimas da história: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980*. Dissertação (Mestrado em História). Franca/SP: UNESP, 2006. Sobre o crescimento do número de reclamações trabalhistas no Brasil, no período em questão, ver tabela 4, apêndice E.

<sup>245</sup> FONTES, *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 162.

<sup>246</sup> “Árdua tarefa da Câmara de Justiça do Trabalho”. *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jan. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2. Sobre o crescimento do número de reclamações trabalhistas na Bahia, no período em questão, ver tabela 5, apêndice F.

armazenadores de Salvador, Maragogipe e Nazaré, pelos ferroviários de Ilhéus, pelos tecelões e eletricitários de Salvador. No segundo semestre, ao menos, outros onze foram movimentados pelos trabalhadores em hospitais e casas de saúde, marceneiros, panificadores, transviários, empregados em indústrias de bebidas, fumageiros (de várias cidades do Recôncavo), trabalhadores em indústrias de fibras vegetais (piassaveiros), gráficos, marmoristas e, novamente, tecelões e eletricitários, perfazendo 17 ações nesse ano. Já em 1947, oito dos nove dissídios coletivos arrolados pelo autor transcorreram entre janeiro e maio e foram movidos por tecelões, trabalhadores em hotéis e restaurantes, comerciários, marceneiros, portuários, panificadores, trabalhadores em indústrias de calçados e eletricitários de Ilhéus. No segundo semestre, foi identificado apenas o dissídio dos gráficos, em dezembro.<sup>247</sup>

Em certa medida, a incidência desses dissídios coletivos coincide com o percurso da movimentação grevista na Bahia. A partir da pesquisa de José R. Fontes, de novas visitas à fonte jornalística e de processos trabalhistas, identificou-se a ocorrência de 21 ações grevistas no estado, no triênio 1945/47, sendo dez em 1945, nove em 1946 e apenas duas em 1947. A maioria dessas greves (dezessete) concentrou-se entre maio de 1945 e março de 1946, na conjuntura de ampliação das liberdades democráticas, compreendida entre o final do governo Vargas e o início do governo Dutra.

Respectivamente, as trajetórias da incidência dos dissídios coletivos e da movimentação grevista no estado acompanharam as vicissitudes do processo de democratização. No biênio 1945/46, o agravamento da situação econômica, o clima de euforia democrática e a divulgação da legislação trabalhista parecem ter favorecido essas ações. No caso mais específico dos dissídios, as recomendações do governo e do próprio movimento sindical pela via jurídica certamente contribuíram para a mobilização desse tipo de iniciativa. Já em 1947, alguns acordos setoriais obtidos nos anos anteriores e, sobretudo, a escalada repressora que se abateu sobre o movimento sindical dificultaram as ações coletivas dos trabalhadores e, certamente, concorreram para a redução dessas ações.

Ao fim e ao cabo, greves e disputas jurídicas foram, muitas vezes, ações complementares mobilizadas pelos trabalhadores na luta por direitos. Certas vezes, a ameaça ou a materialização de uma greve tinha como propósito suscitar um dissídio coletivo *ex officio* ou pressionar os tribunais a aprovar reivindicações que tramitavam em juízo. Também podia decorrer do descumprimento ou protelação de algum acordo ou decisão da Justiça do

---

<sup>247</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 258.

Trabalho por parte do empregador. Por outro lado, o fracasso de uma greve nos seus objetivos imediatos, retaliações e punições decorrentes da participação em ações grevistas também podiam suscitar dissídios e reclamações na Justiça do Trabalho.<sup>248</sup>

Na Bahia, além de greves, dissídios coletivos e reclamações individuais na Justiça do Trabalho, as ações reivindicatórias dos trabalhadores incluíram a utilização de espaços alternativos, especialmente a imprensa operária, para a publicitação de suas queixas e reivindicações e o encaminhamento de memoriais (ou petições) aos empregadores na tentativa de obter uma negociação direta. Outras vezes, os empregados também admitiam ou mesmo requisitavam a intervenção de mediadores externos, a exemplo da DRT, de representações sindicais, advogados, autoridades administrativas e legislativas, quando as negociações emperravam. Este capítulo analisa essas diversas ações reivindicatórias mobilizadas pelos trabalhadores na luta por direitos, no contexto da redemocratização.

## 2.1 AS GREVES DE 1945

As greves ocorridas no decorrer de 1945 foram mobilizadas geralmente por comissões de empregados<sup>249</sup> nos próprios locais de trabalho e, na maioria das vezes, não tiveram a liderança nem o apoio das diretorias sindicais, conforme se verá adiante. Entretanto, uma dessas greves, deflagrada em outubro pelos trabalhadores em usinas de açúcar do município de Santo Amaro, decorreu em solidariedade ao presidente do sindicato da categoria Octávio Nunes da Silva, suspenso do trabalho pelo gerente da usina onde trabalhava. O quadro a seguir aponta outros aspectos desses movimentos:

Quadro 8 – Greves na Bahia em 1945

Período	Categoria	Causas/Reivindicações	Resultado
10 a 11/5	Ferrovários da Estrada de ferro Ilhéus/ Conquista	Aumento de salários	Acordo, com êxito parcial nas reivindicações.
Final de junho	Tecelões da Companhia Valença Industrial	Redução da jornada de trabalho de 10 para 8 horas e extinção de uma taxa de assistência médica e farmacêutica	Um acordo prévio evitou a deflagração da greve
20 a 25/7	Tecelões de várias fábricas têxteis em Salvador	Convenção coletiva e aumento de salários	Acordo, com êxito parcial
26/7	Empregados da fábrica de bebidas Fratelli Vita em Salvador	Aumento de salários	Acordo, com êxito parcial

<sup>248</sup> SOUZA, E. *Lei e costume*, op. cit..

<sup>249</sup> Sobre a atuação das comissões de fábricas nesse contexto, ver: MARANHÃO, *Sindicalismo e democratização*, op. cit.; COSTA, *Em busca da memória*, op. cit.



3/8	Tecelões da Companhia Empório Industrial do Norte em Salvador	Solidariedade aos contramestres que pleiteavam gratificação sobre lucros líquidos da empresa	Não foi localizado.
7/8	Telefônicos em Salvador	Aumento de salários	Acordo, com êxito parcial
15/9	Jornaleiros em Salvador	Aumento de salários	Não foi localizado
18 a 20/10	Empregados nas usinas de açúcar da S. A Magalhães em Santo Amaro	Solidariedade ao presidente do sindicato, suspenso do trabalho pelo gerente da usina	Vitória
21/11	Guardas noturnos do comércio em Salvador	Aumento de salários	Não foi localizado
30/12	Transviários da Cia. Linha Circular em Salvador	Abono de natal	Vitória

Fonte: Levantamento realizado a partir do estudo de FONTES, J. R., op. cit.; do periódico *O Momento*, de jornais da grande imprensa e de processos trabalhistas.

Como se observa, a maioria dessas paralisações ocorreu no segundo semestre e envolveu reivindicações salariais. Conquanto não se tenha localizado os desfechos de três delas, na maioria dos casos os resultados foram favoráveis ou parcialmente favoráveis aos trabalhadores. Esses movimentos, quase sempre, tiveram origem nos locais de trabalho, sem a interferência dos sindicatos. Outro aspecto a se destacar é a atuação da DRT e a participação de representantes sindicais na intermediação da conciliação.

Nessa conjuntura, a primeira greve sobre a qual se obteve notícia foi a dos ferroviários da ferrovia Ilhéus-Conquista<sup>250</sup>, deflagrada em maio de 1945. As poucas informações de que se dispõe dão conta de que, além de pleitearem aumento salarial os trabalhadores protestavam contra a supressão de uma gratificação que recebiam desde a última majoração das tarifas de transporte. De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Ilhéus, o trabalhista João Batista de Souza, a bonificação foi suprimida pela empresa, com o propósito de compensar o aumento do salário mínimo e o pagamento do salário compensação instituído no contexto da guerra.<sup>251</sup> Provavelmente, a concessão da gratificação foi uma estratégia utilizada pela empresa para justificar o aumento das passagens, acreditando que poderia suprimi-la quando achasse conveniente. Contudo, na perspectiva dos empregados, tornara-se um direito adquirido, não sendo admissível a subtração como contrapartida do aumento de salário. Inicialmente, o sindicato suscitou dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, mas os patrões obtiveram ganho de causa. Fracassadas as tentativas de

<sup>250</sup> A ferrovia Ilhéus-Conquista era administrada pela concessionária britânica *The State of Bahia South Western R. Company*, através de seus prepostos no Brasil.

<sup>251</sup> O salário compensação foi instituído pelo Governo Federal, através do decreto nº 5979, de 10 de novembro de 1943, em decorrência do estado de guerra.

uma solução amigável ou jurídica, em 10 de maio de 1945 os ferroviários deflagraram a paralisação.<sup>252</sup>

Com a deflagração da greve, o delegado regional do Trabalho, Amílcar de Faria Cardoni dirigiu-se à cidade de Ilhéus e juntamente com a direção do sindicato intermediou as negociações entre os grevistas e a administração da ferrovia. Pressionados pela DRT, os empregados aceitaram uma contraproposta da diretoria, porém com a ressalva de que o aumento obtido não atendia às suas necessidades. Em dezembro, a categoria também pleiteou o abono de natal, mas não obteve êxito.<sup>253</sup> Transcorrida no contexto de organização do MUT e da realização do Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, a greve dos ferroviários de Ilhéus, de certa forma, contrariava a política de ordem e tranquilidade propugnada pelo PCB e o discurso de conciliação de classe preconizado pelo trabalhismo/queremismo.

Em junho, os tecelões da Companhia Valença Industrial (CVI), no Baixo Sul da Bahia, também ameaçaram deflagrar greve após fracassarem as tentativas de negociar com os empregadores uma pauta de reivindicações, cujos principais pontos eram a redução da carga horária de trabalho de dez para oito horas e a supressão de uma taxa cobrada pela empresa a título de custeio do serviço de assistência médica e farmacêutica. A princípio, a direção da fábrica refutou a primeira reivindicação, argumentando que, sendo o trabalho remunerado por tarefa – na base da metragem do tecido produzido – tanto perderia a empresa quanto os operários com a redução da carga horária. Instigados pelo boato de que os patrões, excepcionalmente, haviam concedido uma gratificação a um funcionário que não era bem quisto entre os colegas, os empregados ameaçaram paralisar a produção caso não fossem atendidas, imediatamente, as suas reivindicações. É possível que os empregados tenham jogado com a ameaça de greve, com o intuito de favorecer uma negociação ou ainda com o propósito de provocar a instauração *ex officio* de um dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Por fim, acabou prevalecendo a primeira hipótese.<sup>254</sup>

A CVI era uma das mais antigas fábricas têxteis existentes no Brasil. Inaugurada no século XIX, a empresa mantinha um sistema de vila operária - traço mais evidente do paternalismo industrial - e exercia forte influência na administração da cidade de Valença e no

---

<sup>252</sup> “O Correio Trabalhista ouve o Sr. João Batista de Souza, presidente do Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus, sobre o movimento grevista dos ferroviários e as suas razões”. *Correio Trabalhista*, Salvador, 19 mar. 1946, p. 2.

<sup>253</sup> Ibidem. Ver também: “Os ferroviários de Ilhéus lutam contra a miséria”. *O Momento*, Salvador, 4 mar. 1946, pp. 1, 8.

<sup>254</sup> “Uma vitória dos operários da Companhia Valença Industrial”. *O Momento*, Salvador, 2 jul. 1945, p. 5.

cotidiano da sociedade local.<sup>255</sup> No contexto da ameaça de greve, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Município de Valença, fundado em 1935, era dirigido por uma junta governativa, que reivindicava seu reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Sua diretoria seguia uma linha trabalhista, baseada na cooperação com a direção da empresa. Neste sentido, controlava os casos de admissão, disciplina e regularização do trabalho e mantinha um programa de assistência social, custeado pela fábrica, que incluía serviços médico, dentário, farmacêutico, hospitalar e auxílio doença para os associados. À frente do sindicato estava o trabalhista Oldack Nascimento, candidato à Assembleia Nacional Constituinte pelo PTB em dezembro de 1945 e também a deputado estadual em janeiro de 1947.<sup>256</sup> O movimento colocou à prova os limites do paternalismo industrial praticado pela direção da CVI com a participação do sindicato dos empregados procurando amortecer as tensões trabalhistas e manter uma linha de colaboração entre patrões e empregados.

Tal como foi verificado em outros lugares do Brasil, a partir do segundo semestre de 1945 as movimentações reivindicatórias dos trabalhadores se intensificaram na Bahia. A questão salarial foi, sem dúvida, o elemento catalisador das inquietações que impulsionaram diversos movimentos reivindicatórios no estado até o segundo semestre de 1946, juntamente com as demandas por melhores condições de trabalho, direitos trabalhistas, dignidade e bem-estar social. *Pari passu* com essas reivindicações, o movimento sindical também içou as bandeiras da autonomia, liberdade e unidade sindicais e do direito de greve.<sup>257</sup> No final de julho, os empregados da fábrica de refrigerantes Fratelli Vita, em Salvador, declararam-se em “greve pacífica”, reivindicando entre 35% e 50% de aumento salarial. Mais uma vez, o delegado regional do Trabalho interveio, solicitando a organização de uma comissão de trabalhadores grevistas para entrar em entendimento com os patrões. Depois de muita negociação, chegou-se a uma conciliação, que definiu percentuais escalonados entre 30%,

---

<sup>255</sup> Ver: PAIXÃO, *Ao soar do apito da fábrica*, op. cit.; OLIVEIRA, Waldir Freitas de. *A Industrial Cidade de Valença: Um surto de industrialização na Bahia do século XIX*. Salvador: UFBA, 1985. Sobre o sistema de vila operária, ver também: SANTOS, Mariléia Oliveira. *O viver na “Cidade do Bem”*: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/ BA. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/ PPGH, 2010; LEITE LOPES, José Sérgio. “Fabrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de dominação burguesa”. In: LEITE LOPES, J. S. [et. al.] *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 41-95; RAGO, *Do cabaré ao lar*, op. cit.; DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

<sup>256</sup> “Um sindicato com um passado glorioso e um futuro promissor”. *Correio Trabalhista*, Salvador, 5 fev. 1946, pp. 2, 7.

<sup>257</sup> Estas temáticas integraram as teses do Segundo e do Terceiro Congressos Sindicais dos Trabalhadores e, certas vezes, foram levantadas na imprensa operária pelos representantes de alguns segmentos trabalhistas.

15%, 10% e 5% de aumento, de acordo com quatro faixas salariais. Aliado a isto, o titular da DRT comprometeu-se a providenciar o cumprimento dos preceitos legais referentes à instalação de um refeitório para os trabalhadores.<sup>258</sup>

A qualificação da greve como pacífica representava uma estratégia tanto para contornar os dispositivos repressivos remanescentes do Estado Novo quanto para acomodar a prática grevista com os princípios de conciliação, ordem e tranquilidade preconizados pelos interlocutores políticos do movimento sindical. A inexistência de qualquer referência ao sindicato e a orientação do delegado regional do Trabalho para que os trabalhadores constituíssem uma comissão de negociação tanto ratificam o alheamento do organismo classista em relação ao movimento quanto sinalizam a falta de representatividade da diretoria junto à base.<sup>259</sup>

Contudo, o movimento de maior repercussão no segundo semestre de 1945, tanto pela duração quanto pelo número de trabalhadores envolvidos, foi a greve geral dos tecelões em Salvador, por aumento de salários e pleiteando uma convenção coletiva de trabalho. Desde maio, essas reivindicações eram negociadas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem na Bahia com a intermediação da DRT. Destes entendimentos resultou um acordo na base de 30% de aumento para os operários que trabalhavam por produção (empreitada/tarefa) e 20% para os diaristas e mensalistas. Contudo, esses percentuais foram recusados pelos empregados das fábricas São João e Paraguaçu, que se declararam em greve reivindicando 50% para os tarefeiros e 40% para os demais. À revelia do acordo efetivado pelo sindicato, em 20 de julho comissões de trabalhadores dessas duas fábricas - possivelmente piquetes - percorreram outras unidades têxteis situadas na zona de Itapagipe,<sup>260</sup> concitando os companheiros a paralisar a produção. Embora haja controvérsia na imprensa acerca do número imediato de adesões<sup>261</sup>, o movimento teve força suficiente para provocar a reabertura das negociações.<sup>262</sup>

Dispostos a promover uma conciliação, o delegado regional do Trabalho, seu assistente sindical e o presidente do Sindicato dos Tecelões deslocaram-se para uma das

---

<sup>258</sup> “Reivindicações trabalhistas. Os operários da fábrica Fratelli Vita foram aumentados nos seus salários”. *O Imparcial*, 27 jul. 1945, p. 2.

<sup>259</sup> Provavelmente, a categoria estava enquadrada no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho, Mandioca, Massas Alimentícias e Bebidas em Salvador.

<sup>260</sup> Bairro proletário em Salvador, que concentrava várias fábricas têxteis e numerosas moradias operárias.

<sup>261</sup> De acordo com o *Imparcial* (26 jul. 1945, p. 2), o movimento alcançou numerosa adesão. Segundo a reportagem de *A Tarde* (20 e 23 jul. 1945, s/p.), as comissões não tiveram sucesso, ficando o movimento restrito às fábricas São João e Paraguaçu.

<sup>262</sup> “Estalou, ontem, uma greve geral, pacífica, dos tecelões da Bahia”. *O Imparcial*, 21 jul. 1945, p. 8; FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 191. Ver também *A Tarde*, 20 jul. 1945; *O Momento*, 23 jul. 1945.

fábricas paralisadas. Após ouvir as partes, Amílcar de Faria Cardoni apresentou uma contraproposta na base de 35% de aumento para os tarefeiros e 25% para os diaristas e mensalistas, além da instalação nas fábricas de armazéns destinados a fornecer gêneros de primeira necessidade mais baratos aos operários. Também prometeu estudar a possibilidade de construção de habitações para os trabalhadores em terrenos baldios pertencentes às Companhias de tecidos. Aliados aos baixos salários, a carestia de vida e as dificuldades de moradia eram problemas prementes entre os trabalhadores baianos, frequentemente noticiados na imprensa. Contudo, a proposta encontrou resistência tanto entre os grevistas quanto entre os patrões. Da parte dos empregados, os diaristas e mensalistas recusaram o percentual que lhes foi oferecido e decidiram continuar em greve.<sup>263</sup>

Em nova rodada de negociação, ficou acertado que esses operários teriam percentuais de reajuste variáveis entre 30%, 25% e 15%, de acordo com três faixas salariais.<sup>264</sup> Todavia, alegando dificuldades financeiras, a direção da Companhia União Fabril dos Fiais divergiu do acordo. Com efeito, seus cerca de 300 empregados declararam-se em “greve pacífica”, constituíram uma numerosa comissão e dirigiram-se à DRT pleiteando o mesmo tratamento conferido aos empregados das outras fábricas têxteis. Na noite do dia 25, o delegado do Trabalho promoveu nova reunião com os grevistas e a direção da fábrica. Segundo a reportagem de *O Imparcial*, a assistência foi enorme, ocupando totalmente o salão da escola da Companhia e “espalhando-se pelos arredores do edifício”. Após acalorado debate, foi celebrado um acordo, que definiu a elevação de 30% nos salários gerais; a instalação de um armazém financiado pela Companhia e dirigido pelo sindicato dos trabalhadores, sem fins lucrativos, para fornecimento de gêneros alimentícios para os empregados; rigoroso controle nas medições e cálculo da produção realizada pelos tarefeiros; cumprimento dos preceitos legais referentes à instalação de um refeitório e imediata atualização das carteiras profissionais.<sup>265</sup> Além do aumento indiferenciado para todos os empregados, foram contempladas outras demandas sentidas pelos trabalhadores. Ao fim e ao cabo, a persistência e a coesão dos empregados da Fiais renderam melhores resultados do que no acordo obtido pelos colegas das outras fábricas. Apesar de não ter tomado a frente na greve, o sindicato

---

<sup>263</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 191. Ver também: *A Tarde*, 23 jul. 1945, s/p.

<sup>264</sup> O acordo definiu um reajuste escalonado na proporção de 30% para os que ganhassem de 12 a 15 cruzeiros por dia; 25% para os que recebessem de 15 a 40 cruzeiros e 15% para aqueles que ultrapassassem a faixa de 40 cruzeiros de vencimentos diários. FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 191. Ver também: *A Tarde*, 25 jul. 1945, s/p.

<sup>265</sup> “Em greve os operários da Cia. Fabril dos Fiais”. *O Imparcial*, Salvador, 25 jul. 1945, p. 3; “Mais uma greve solucionada na Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 26 jul. 1945, p. 2.

obteve o controle do armazém de abastecimento, o que sinaliza alguma representatividade junto às bases.

“Mais uma greve solucionada na Bahia”. Com este título, a reportagem de *O Imparcial* noticiou o fim da paralisação. A chamada da matéria tanto sugere uma rotina grevista no estado, naquela conjuntura, quanto traz a marca da linha editorial do jornal, que preconizava a união e a colaboração de classes em defesa da paz, da democracia e do progresso nacional. Por seu turno, o periódico comunista *O Momento*, em sintonia com a linha de “União Nacional” defendida pelo PCB, enfatizou que os trabalhadores compreenderam o delicado momento em que viviam e procuraram resolver seus problemas imediatos em cooperação com a DRT e com os empregadores, ao ponto de serem elogiados pelos “patrões progressistas” e pelas “autoridades do Ministério do Trabalho”.<sup>266</sup>

A greve dos tecelões ilustra bem as ambiguidades do movimento sindical no decorrer de 1945. Inicialmente, a diretoria do sindicato assumiu a campanha salarial, conduzindo as negociações intermediadas pelo delegado regional do Trabalho dentro dos parâmetros instituídos. No decorrer do processo, foi surpreendida ou talvez conivente com a deflagração da greve pela base. A partir desse momento, comissões operárias<sup>267</sup> assumiram a liderança do movimento e a condução das negociações, enquanto isso o sindicato procurou intermediar os entendimentos juntamente com a DRT. A greve tanto explicitou ambiguidades na relação do sindicato com as bases quanto evidenciou diferenças contratuais e salariais entre os empregados das fábricas têxteis.

Na Bahia, os operários têxteis constituíam um dos segmentos trabalhistas mais representativos, seja em termos econômicos, em peso numérico ou tradição organizativa. Apesar do estado obsoleto de boa parte do maquinário, sobretudo devido às dificuldades de importação decorrentes da conjuntura da guerra, e de problemas estruturais envolvendo custos de produção e concorrência, a indústria têxtil foi favorecida com o aumento dos preços dos tecidos, o crescimento das vendas e o controle dos salários, durante o esforço de guerra, elevando assim as suas margens de lucros. Em contrapartida, no mesmo período, os empregados experimentaram a elevação do custo de vida, defasagem salarial, ampliação da carga horária de trabalho e restrições a outros direitos trabalhistas. Esse conjunto de fatores tanto ajuda a explicar o estado de mobilização da categoria quanto sua pauta de reivindicações que incluía melhores condições de trabalho, moradia e alimentação. Também justifica os resultados alcançados pelo movimento.

---

<sup>266</sup> “Em greve os operários da Cia. Fabril dos Fiais”, op. cit.; “Mais uma greve solucionada na Bahia”, op. cit.

<sup>267</sup> A respeito do papel das comissões de fábricas nessa conjuntura, ver: COSTA, *Em busca da memória*, op. cit.

Os tecelões protagonizaram alguns dos principais movimentos grevistas na conjuntura do pós-Segunda Guerra. No início de agosto, os empregados da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN) também cruzaram os braços, em solidariedade aos contramestres que pleiteavam gratificações sobre os lucros líquidos da empresa. A reivindicação foi refutada pela direção da empresa, que alegou inexistência de fundamento legal e argumentou que não podia abrir precedente para não contrariar a “ordem econômica” em face das determinações relativas à produção de tecidos populares, instituídas pelo governo, no contexto da “Mobilização Econômica” durante o estado de guerra.<sup>268</sup>

Fundada na última década do século XIX pelo industrial Luiz Tarquínio, a CEIN é considerada a empresa pioneira na implantação do sistema vilas operárias na Bahia e um caso exemplar de gestão do trabalho baseada no paternalismo industrial, articulando práticas de assistência social, disciplina e controle dos empregados.<sup>269</sup> Na época da greve, segundo Marilécia Santos, “a Companhia ainda era uma das 15 maiores empresas têxteis do país e uma das 3 maiores do Norte-Nordeste, considerando produção em metros, capital empregado, número de teares e de operários”.<sup>270</sup> Apesar de adversidades enfrentadas desde o final da década de 1920, em termos de concorrência, mão de obra e custo da matéria-prima, o estado antiquado de parte do maquinário - inclusive das instalações geradoras de força, que chegavam a paralisar a produção -, favorecida pela contexto do esforço de guerra, em 1945 os relatórios da empresa apontam um incremento produtivo de 1.554.510 metros de tecidos em relação ao ano anterior.<sup>271</sup>

Nessa conjuntura, segundo a mesma autora, a direção da CEIN adotou medidas de contenção de despesas que implicaram, sobretudo, restrições nos serviços de assistência social e alterações na vila operária.<sup>272</sup> Isto permitiu que os lucros permanecessem bastante significativos. Tanto que foi possível encomendar novos maquinários, como caldeira, turbina e outros acessórios para a construção de uma nova instalação de força motriz, visando atender a “indispensável remodelação” da maquinaria recomendada no relatório de 1944.<sup>273</sup>

<sup>268</sup> “Em greve, ainda, os operários da Cia. Empório Industrial do Norte”. *O Imparcial*, Salvador, 4 ago. 1945, p. 4.

<sup>269</sup> Ver: SANTOS, M. *O viver na “Cidade do Bem”* op. cit.; Idem, *Empório da Utopia: O projeto industrial de Luiz Tarquínio*. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia/ FFCH, 2000. Ver também: SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia/FFCH, 1975. Ver também nota 15.

<sup>270</sup> SANTOS, M. *O viver na “Cidade do Bem”*, op. cit., p. 175.

<sup>271</sup> Cf. Relatório da Companhia Empório Industrial do Norte relativo ao exercício de 1945. CEDOC/UEFS. Acervo Pamponet, Caixa 20 – Impressos/ Relatórios 1896-1972.

<sup>272</sup> SANTOS, M. *O viver na “Cidade do Bem”*, op. cit., p. 175.

<sup>273</sup> Cf. Relatório da Companhia Empório Industrial do Norte relativo ao exercício de 1945, op. cit.

Provavelmente, a restrição dos benefícios concedidos pela empresa frustrava interesses e expectativas dos empregados, contrariando a lógica do paternalismo industrial e aguçando as tensões nas relações de trabalho. Tomadas em conjunto, essas circunstâncias favoreceram a mobilização da ação reivindicatória.

Tentando conter o movimento, o delegado do Trabalho advertiu que as gratificações pleiteadas pelos empregados não constavam entre as reivindicações discutidas e aprovadas, por seu intermédio, para a solução da última greve das indústrias de tecelagem do estado. Ressaltou ainda que estava sendo providenciada a instalação dos armazéns para fornecimento de gêneros alimentícios, sem fins lucrativos, aos operários e suas famílias. Por fim, condenou veementemente o movimento grevista “pela sua ilegalidade” e por representar “fator contrário à solução conciliatória”.<sup>274</sup> Fracassadas as primeiras tentativas de entendimento, foi marcada uma nova reunião para o dia seguinte, contudo não foi localizado o desfecho da greve, provavelmente chegou-se a uma conciliação.

Organizado por comissões de empregados, o movimento não teve o apoio do Sindicato dos Tecelões, que juntamente com a DRT havia intermediado a conciliação na greve de julho. Como já indicaram outros estudos, as comissões de fábricas tiveram papel crucial nos conflitos de trabalho desse período. Geralmente surgidas em caráter provisório para encaminhar pequenas reivindicações, segundo Ricardo Maranhão muitas delas se formavam “mesmo quando não havia orientações explícitas de grupos partidários ou sindicais”.<sup>275</sup>

Em Salvador, a indústria têxtil se destacava pela manutenção de práticas de gestão, controle e disciplina do trabalho, baseadas no paternalismo industrial e no sistema de vilas operárias. Neste sentido, a CEIN do célebre patrono Luiz Tarquínio e a Companhia Progresso e União Fabril da Bahia (CPUFB) que integrava as fábricas São João, Conceição, Salvador e Paraguaçu, dirigida pelo herdeiro da família Martins Catharino e futuro presidente do Serviço Social da Indústria (SESI), o empresário Augusto Viana, eram casos exemplares. Outra vez, essas greves colocaram à prova os limites da eficácia desse sistema de gestão para assegurar uma estabilidade duradoura das tensões trabalhistas.

No segundo semestre de 1945, o delegado regional do Trabalho na Bahia teve que se desdobrar para fazer valer seu propósito conciliatório diante da onda de reivindicações, sobretudo motivada por pleitos salariais, que envolveu diversas categorias de trabalhadores. Simultaneamente com a greve dos tecelões da CEIN, Amílcar Cardoni intermediou

---

<sup>274</sup> “Em greve, ainda, os operários da Cia. Empório Industrial do Norte”, op. cit.

<sup>275</sup> MARANHÃO, *Sindicalismo e democratização*, op. cit., p. 67. Ver também: COSTA, *Em busca da memória*, op. cit.



negociações entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho, Mandioca, Massas Alimentícias e Bebidas e os proprietários de moinhos na capital, por aumento de salário.<sup>276</sup> Em seguida, pelo mesmo motivo, interveio para solucionar uma greve dos empregados no serviço telefônico de Salvador.<sup>277</sup>

Nem sempre trabalhadores e sindicatos seguiram caminhos paralelos no encaminhamento das ações reivindicatórias. Em meados de outubro, cerca de cinco mil empregados de nove usinas de açúcar no município de Santo Amaro deflagraram greve em solidariedade ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar de Santo Amaro (STIASA), Octávio Nunes da Silva, suspenso do serviço pelo gerente da usina onde trabalhava. Na época, o STIASA destacava-se na defesa das reivindicações dos canavieiros, galgando prestígio, reconhecimento e representatividade junto à sua base. Juntamente com outras ações, o grêmio movimentava um dissídio coletivo no Conselho Regional do Trabalho (CRT) questionando a aplicação dos “descontos para utilidades” pelos patrões, motivo que desencadeou uma greve em fevereiro de 1946, como se verá adiante. Os empregados consideraram a medida administrativa como uma retaliação contra o sindicalista e decidiram que só voltariam ao trabalho com a revogação da penalidade.<sup>278</sup> No terceiro dia de greve, com a intermediação do delegado do Trabalho, a direção da usina revogou a punição e, imediatamente, os canavieiros suspenderam a paralisação.<sup>279</sup>

Em geral, essas greves tanto foram motivadas pelo agravamento das condições de vida e de trabalho dos empregados durante a conjuntura de guerra quanto foram embaladas pela euforia democrática que acompanhou o anúncio de medidas, como a anistia, libertação de presos políticos, criação de novos partidos, legalização do PCB, convocação de eleições para Assembleia Constituinte e para Presidência da República, a campanha eleitoral e a organização dos sindicatos. Por vezes, causavam divisões entre os próprios trabalhadores, que divergiam entre a disposição para paralisação e o temor de retaliações pelo empregador, da repressão policial e da ameaça de sanções jurídicas.

No final de outubro, a deposição de Getúlio Vargas e a posse de José Linhares implicaram a substituição do ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, prócere

<sup>276</sup> “O aumento de salários dos empregados em moinhos na Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 4 ago. 1945, p. 4.

<sup>277</sup> Cf. “Ocorrência de greves na Bahia: 1930-1947”. FONTES, J. R. *A Bahia de todos os trabalhadores*, Capítulo 3, Apêndice 1.

<sup>278</sup> No contexto da transição democrática, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar do Recôncavo alcançou expressiva representatividade junto à categoria, saltando de 400 associados em 1943 para 10.000 em 1946. (“10 mil operários do Recôncavo lutam por uma vida melhor e mais digna”. *O Momento*, Salvador, 4 mar. 1956, pp. 1- 8.)

<sup>279</sup> “As usinas voltaram a funcionar. Cinco mil operários estiveram solidários com o presidente do seu sindicato”. *O Imparcial*, Salvador, 20 out. 1945, p. 2.

trabalhista e getulista, pelo antigo interventor federal no Ceará, Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça<sup>280</sup>. Na Bahia, em conformidade com o esquema de “governo dos magistrados” foi nomeado interventor federal o desembargador João Vicente Bulcão Viana, em substituição ao General Renato Onofre Pinto Aleixo, quemista e articulador da fundação do PSD na Bahia.<sup>281</sup> Em janeiro de 1946, o alagoano Sebastião Muniz Falcão<sup>282</sup> foi nomeado delegado regional do Trabalho em substituição a Amílcar de Faria Cardoni. Embora o golpe de outubro tenha provocado a prisão de dirigentes do PCB e de algumas lideranças sindicais, as mudanças institucionais então processadas não alteraram substancialmente o curso das reivindicações trabalhistas na Bahia.<sup>283</sup> Mesmo assim, essas mudanças institucionais e os desdobramentos da campanha eleitoral para a Presidência da República e a Assembleia Nacional Constituinte não deixaram de impactar na movimentação dos trabalhadores.

No final de dezembro, uma greve dos transviários da CLC, em Salvador, pelo abono de natal, ilumina alguns aspectos da movimentação sindical nessa conjuntura.<sup>284</sup> Deflagrada no momento em que o PCB realizava uma avaliação da sua participação nas eleições para a Assembleia Constituinte e a Presidência da República, que o levaria a reivindicar uma atuação mais efetiva de sua militância junto às “massas operárias”,<sup>285</sup> essa greve tanto expôs a ambiguidade dos comunistas quanto as reações das autoridades e dos patrões perante os movimentos grevistas.

---

<sup>280</sup> Alexandre Marcondes Filho ocupou a Pasta do Trabalho de 29 dez. 1941 a 29 out. 1945. Já seu sucessor, Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça, assumiu em 31 out. 1945 e permaneceu até 31 jan. 1946.

<sup>281</sup> O General Renato Onofre Pinto Aleixo nasceu no Rio de Janeiro, era remanescente do tenentismo na década de 1920. Na Bahia, era Comandante da VI Região Militar, em Salvador, quando foi nomeado interventor federal em 24 nov. 1942, permanecendo no cargo até 28 ago. 1945. No final do Estado Novo, foi articulador da fundação do PSD na Bahia, partido pelo qual foi eleito para o Senado Federal nas eleições de dezembro de 1945. Seu sucessor, João Vicente Bulcão Viana era baiano de São Francisco do Conde e radicado no Rio de Janeiro, onde exerceu os cargos de auditor da Marinha, procurador geral da Justiça Militar e ministro do Supremo Tribunal Militar, com honras de general. Estava na reserva quando foi nomeado pelo presidente José Linhares interventor federal na Bahia, permanecendo no cargo de 8 nov. 1945 a 19 fev. 1946. (Cf. TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., p. 453. Ver também: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Renato\\_Onofre\\_Pinto\\_Aleixo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Renato_Onofre_Pinto_Aleixo)).

<sup>282</sup> Sebastião Marinho Muniz Falcão assumiu a DRT na Bahia em janeiro de 1946 e permaneceu no cargo até abril de 1947. Era jornalista e aluno do curso de Direito na Faculdade de Alagoas, onde se formou em 1947. Antes da Bahia, já tinha exercido o mesmo cargo em Sergipe. No início da sua atuação, seguiu a mesma orientação do seu antecessor, empenhando-se na conciliação dos conflitos trabalhistas. No final de 1946, assumiu uma postura antagônica em relação aos comunistas e aos movimentos grevistas, que se tornou abertamente repressiva no início de 1947. Depois de afastado da Bahia, Muniz Falcão foi nomeado para a DRT em Alagoas, onde construiu uma carreira política pelo PST e o PSP, na década de 1950 e início de 1960, sendo eleito deputado federal e governador. (Cf. FONTES, J. R., op. cit., p. 235. Ver também: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastiao\\_Marinho\\_Muniz\\_Falcao](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sebastiao_Marinho_Muniz_Falcao)

<sup>283</sup> A este respeito, ver: FALCÃO, *Valeu a pena...*, op. cit., pp. 185/7.

<sup>284</sup> A questão do abono de natal será tratada no quarto capítulo da Tese.

<sup>285</sup> A este respeito, ver: MARIGHELA, Carlos. “As lições da campanha eleitoral”. *O Momento*, Salvador, 10 dez. 1945, pp. 2, 7. Ver também: SILVA, João Batista de Lima. “Devemos colocar o partido à frente da massa”. *O Momento*, Salvador, 7 jan. 1946, pp. 2, 7; POMAR, Pedro. “Informe sobre o trabalho de massas”. *O Momento*, Salvador, 4 fev. 1946, pp. 2, 7.

Desde novembro, os empregados das Companhias Linha Circular e de Energia Elétrica da Bahia tentavam uma negociação direta com os empregadores, pleiteando o abono de natal. Inicialmente, um memorial foi dirigido às empresas, mas os patrões refutaram a possibilidade de atendimento do pleito, alegando dificuldades econômicas. No final de dezembro, quando a questão do abono já motivava greves nas concessionárias desses serviços públicos em importantes cidades brasileiras, essas empresas conseguiram obter um compromisso dos respectivos sindicatos de que os empregados permaneceriam trabalhando enquanto aguardavam um posicionamento dos organismos governamentais. Contudo, contrariando o posicionamento da diretoria do sindicato, em 30 de dezembro os empregados da CLC paralisaram os serviços de tráfego de bondes e elevadores em Salvador.<sup>286</sup>

Na capital baiana, os transviários constituíam uma categoria numerosa e vital, composta de milhares de trabalhadores que exerciam as funções de motorneiros, condutores, fiscais, trabalhadores nas oficinas. Logo cedo, a cidade tomou conhecimento da greve, pois nenhum bonde circulou pela manhã. Sem o apoio do sindicato, os grevistas nomearam uma comissão, composta pelo motorneiro José Barbosa<sup>287</sup> e pelos fiscais Agribaldo Fernandes Souza e Oscar Souza Mendonça para dirigir o movimento e representá-los nas negociações. Entrementes, havia a expectativa de interrupção do serviço de energia elétrica, mas não se confirmou.<sup>288</sup>

Mais uma vez, a intermediação da DRT e de autoridades públicas concorreu para a conciliação do movimento. Recém-empossado no cargo, o delegado do Trabalho, Sebastião Muniz Falcão, tentou promover um entendimento, mas a direção da empresa condicionou o pagamento do abono à majoração das tarifas de transporte. Essa era uma estratégia frequentemente utilizada pela empresa para promover o aumento da passagem. Por outro lado, os empregados só admitiam voltar ao trabalho com o compromisso do Ministro do Trabalho de que a questão seria resolvida, como fizera com os empregados da Light no Rio de Janeiro, e com a garantia de que a empresa acataria imediatamente o que fosse determinado por aquela autoridade administrativa. Acatando uma determinação do governo federal, na gestão de José Linhares, o Ministro Carneiro de Mendonça condicionou a apreciação da reivindicação ao imediato retorno dos grevistas ao trabalho.<sup>289</sup>

---

<sup>286</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 200.

<sup>287</sup> José Barbosa Lima, motorneiro da Cia Linha Circular, foi identificado por um informante do DOPS como agitador comunista e um dos responsáveis pelas greves na empresa. Sobre os outros membros da comissão não encontramos referências (Cf. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D 885, s.d., fls. 357/63)

<sup>288</sup> “Greve pacífica para a concessão do abono”. *O Momento*, Salvador, 31 dez. 1945, pp. 1, 8.

<sup>289</sup> Idem.

Para tentar resolver o impasse, os grevistas solicitaram a intermediação do interventor federal, Bulcão Viana, que se comprometeu a intermediar uma solução para o caso. No final da tarde, o interventor federal, o delegado do Trabalho, o secretário de Segurança Pública e o advogado do sindicato Dorival Passos<sup>290</sup> expuseram ao comando de greve um telegrama de Carneiro de Mendonça reafirmando que só examinaria o caso com a suspensão da paralisação e informando que a concessão do abono implicaria um aumento de dez por cento na tarifa de transporte, visto que o governo não assumiria tal ônus em lugar da empresa.<sup>291</sup> Os grevistas então pediram uma garantia de que o pagamento seria realizado num prazo de cinco dias, ouvindo como resposta que a maior garantia era o telegrama do Ministro comprometendo-se a resolver o assunto. Para superar o impasse, os empregados decidiram retornar ao trabalho e aguardar uma solução. Finalmente, no início de janeiro o Ministério do Trabalho fixou o abono de Cr\$ 400,00 a ser pago indistintamente a todos os empregados.<sup>292</sup> Em contrapartida, os “cabeças” da greve foram submetidos a inquérito policial instaurado pela Delegacia de Ordem Política e Social.<sup>293</sup>

A cobertura de *O Momento* expressou bem a ambiguidade da militância comunista naquela conjuntura, comprometida com a orientação de ordem e tranquilidade preconizada pelo PCB e, ao mesmo tempo, sendo instada a apoiar as greves dos trabalhadores sob a pena de perder o vínculo com as bases. O jornal comunista apoiou a greve, porém justificou que, antes de apelar para aquele “recurso extremo”, os transviários se valeram de todos os meios legais disponíveis, sem que fossem atendidos pelos empregadores. Igualmente, enfatizou que os grevistas deram um “magnífico exemplo patriótico”, agindo “dentro da ordem e da tranquilidade”. Contudo, advertiu que “ordem e tranquilidade” não significavam passividade, tampouco deixar os patrões fazerem “o que bem entenderem”.<sup>294</sup>

Tomadas em conjunto, as greves ocorridas na Bahia no decorrer de 1945 permitem algumas observações. Primeiramente, que a maioria dessas ações grevistas foi liderada por comissões de trabalhadores, sem o apoio dos sindicatos, evidenciando, assim, as ambiguidades na relação da direção com as bases sindicais. Igualmente, que não havia uma relação simétrica entre os comportamentos dos trabalhadores e os discursos dos seus principais interlocutores políticos, o PCB e o getulismo/trabalhismo. Nem tampouco com o deleite dos liberais. No cotidiano da ação sindical, as demandas dos trabalhadores por

<sup>290</sup> O advogado Dorival Passos, foi vice-presidente do MUT na Bahia, consultor jurídico do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos e integrou o Diretório Estadual do PTB.

<sup>291</sup> “Greve pacífica para a concessão do abono”, op. cit.

<sup>292</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 202.

<sup>293</sup> “Prossegue o Inquérito”. *O Momento*, Salvador, 4 fev. 1946, pp. 1, 8.

<sup>294</sup> Idem.

aumento de salários, abono de natal, melhores condições de trabalho, fim do despotismo fabril e pelos direitos trabalhistas soavam mais alto do que os discursos e a retórica do PCB (e também dos trabalhistas getulistas) que apelavam para que apertassem o cinto, protelassem suas reivindicações. Aliadas a essas demandas, reivindicavam liberdade e participação política.

## 2.2 AS GREVES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1946

Em nível nacional, o primeiro semestre de 1946 foi marcado pela intensificação da mobilização operária, tanto através das vias institucionais quanto de expressivos movimentos grevistas. Paulatinamente, os sindicatos e a militância de base assumiam ou apoiavam mais explicitamente as ações reivindicatórias dos trabalhadores, redefinindo no plano da experiência operária os significados das premissas de conciliação, ordem e tranquilidade. Na Bahia, apenas no período compreendido entre a eleição e a posse do Presidente Dutra<sup>295</sup> ocorreram, pelo menos, cinco greves: dos tecelões (11 a 17 de janeiro); empregados do curtume Bragança (15 a 16 de janeiro); bancários (19 de janeiro a 12 de fevereiro); portuários (30 de janeiro a 1º de fevereiro) e novamente portuários (em meados de fevereiro). No momento da posse, estas duas últimas paredes permaneciam sem solução.

De acordo com Ricardo Maranhão, o “impressionante crescimento” das paralisações de trabalho nas primeiras semanas de 1946 contou com a “quase ausência de repressão” por parte do governo de José Linhares, que, embora se preocupasse em conter o avanço de comunistas e queremistas nos sindicatos, certas vezes autorizava o ministério do Trabalho a negociar algumas concessões com os grevistas em lugar de apelar apenas para a repressão.<sup>296</sup> Entretanto, os agentes do DOPS e das Secretarias de Segurança Pública continuavam apostos. No início do governo Dutra, o ministro do Trabalho Carneiro de Mendonça foi substituído por Otacílio Negrão de Lima. De acordo com Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’ Araújo, a nomeação de Negrão de Lima expressava a nova orientação do governo no sentido de restabelecer “a direção tutelar do Ministério do Trabalho sobre o movimento sindical”, procurando eliminar a influência do PTB, de Getúlio Vargas e dos comunistas nos sindicatos.<sup>297</sup> Na Bahia, Sebastião Muniz Falcão foi mantido na DRT, até abril de 1947. Já o interventor federal João Vicente Bulcão Viana foi substituído por Guilherme Carneiro da

---

<sup>295</sup> Eurico Gaspar Dutra foi eleito Presidente da República em 2 dez. 1945 e tomou posse em 31 jan. 1946. Seu mandato, que teve a duração de cinco anos, encerrou-se em 31 jan. 1951.

<sup>296</sup> MARANHÃO, *Sindicalismo e democratização*, op. cit. p. 45.

<sup>297</sup> GOMES; D’ARAÚJO, *Getulismo e Trabalhismo*, op. cit., p. 44.

Rocha Marback<sup>298</sup>, ex-deputado classista, então eleito pelo PSD para a Assembleia Nacional Constituinte.

Embora o General Eurico Dutra representasse setores políticos e militares reacionários, egressos do Estado Novo, tanto os apoios angariados pela sua candidatura, de última hora, do PTB e do ex-presidente Getúlio Vargas quanto à manutenção da linha de “União Nacional” pelo PCB a princípio lhe renderam certa simpatia nos meios sindicais e entre os trabalhadores. Por outro lado, a permanência do quadro econômico instável, marcado pela carestia e defasagem salarial, favorecia o ambiente de inquietações nos locais de trabalho.<sup>299</sup> Movido pela pressão das bases e pela avaliação das eleições de dezembro, o PCB, desde o Pleno Ampliado de janeiro de 1946 passou a preconizar uma atuação mais efetiva de sua militância “junto às massas”, maior inserção nos sindicatos e o apoio à luta dos trabalhadores por aumento de salários e outras reivindicações “imediatas”, inclusive admitindo ou mesmo apoiando as greves.<sup>300</sup>

Nessa conjuntura, como assinalou Hélio da Costa, o PCB enfrentava o desafio de não se contrapor ao princípio do direito de greve, pouco a pouco conquistado pelos trabalhadores no plano da experiência e que iria defender na Assembleia Constituinte, e ao mesmo tempo tentar “provar a viabilidade de constituir-se como partido da ordem, livre do estigma comunista-revolucionário” propagandeado pelos seus adversários.<sup>301</sup> Foi então que, os comunistas passaram a estabelecer uma distinção entre greve *justa* e greve considerada de *agitação*. Quando apoiavam o movimento grevista, defendiam a justeza da reivindicação, justificavam que os empregados só recorriam àquela “medida extrema” depois de se esgotarem “todos os recursos legais disponíveis” e enfatizavam a preocupação dos grevistas com a manutenção da ordem e da disciplina.<sup>302</sup> Geralmente, apontavam a situação da “miséria do proletariado”, a intransigência dos “patrões reacionários” e o imobilismo de alguns dirigentes sindicais como responsáveis pelas greves.<sup>303</sup>

<sup>298</sup> Guilherme Carneiro da Rocha Marback foi tabelião de notas do 4º Ofício, professor do ensino superior, ex-deputado classista e era membro do diretório estadual do PSD, partido pelo qual se elegeu deputado constituinte, abrindo mão do mandato para assumir a interventoria. (Cf. TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., p. 453).

<sup>299</sup> Ver: PANDOLFI, Dulci. “Entre dois governos: 1945-1950. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria”. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acesso em 8 fev. 2013.

<sup>300</sup> SILVA, João Batista de Lima. “Devemos colocar o partido à frente da massa”, op. cit. Ver também: MARIGHELA, Carlos. “As lições da campanha eleitoral”, op. cit.; POMAR, Pedro. “Informe sobre o trabalho de massas”, op. cit.

<sup>301</sup> COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., p. 71. Ver também: SILVA, *A carga e a culpa*, op. cit., p. 110.

<sup>302</sup> “Saibam os trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 7 jan. 1946, p. 5.

<sup>303</sup> “A miséria é a causa das greves”. *O Momento*, Salvador, 25 fev. 1946, p. 8; “A situação econômica do país e as greves”. *O Momento*, 4 mar. 1946, pp. 2, 7.

Contudo, seria um equívoco supor-se uma relação simétrica entre a orientação partidária e as atitudes e comportamentos da militância sindical e dos próprios trabalhadores. Certamente, as medidas liberalizantes que acompanharam o processo de democratização; a permanência da conjuntura inflacionária que corroía os salários; as experiências de organização e luta por direitos acumuladas antes da ditadura do Estado Novo e reaquecidas no final da Segunda Guerra, e as discussões em torno dos direitos trabalhistas aquecidas pela presença da CLT e pelos projetos suscitados na Assembleia Constituinte favoreceram a reabilitação do movimento sindical e as ações reivindicatórias dos trabalhadores na conjuntura em questão.

Na Bahia, durante o ano de 1946, diversas categorias de empregados mobilizaram ações reivindicatórias, sobretudo por aumento de salários. Juntamente com o encaminhamento de memoriais aos empregadores, tentando obter uma negociação direta, e às autoridades para que intermediassem uma negociação, e com a movimentação de vários dissídios coletivos e reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho, ocorreram, pelo menos, sete ações grevistas no primeiro trimestre e outras duas no segundo semestre daquele ano, abrangendo sete categorias diferentes de trabalhadores: portuários, têxteis, bancários, canavieiros, ferroviários, gráficos e empregados em curtume, conforme inventário no quadro a seguir:

Quadro 9 - Greves na Bahia em 1946

Período	Categoria	Causas/Reivindicações	Resultado
11 a 17/1	Tecelões de Salvador	Abono de natal	Derrota
15 a 16/1	Empregados do Curtume Bragança em Salvador	Contra a ocupação policial no local de trabalho	Não localizado
29/1 a 12/2	Bancários de Salvador	Aumento de salário, piso profissional e plano de cargos e salários	Vitória
30/1 a 1/2	Portuários de Salvador	Abono de natal	Vitória
Fevereiro	Portuários de Salvador	Aumento de salário	Não localizado
14/2 a 9/3	Canavieiros das usinas de açúcar da LIR	Contra o critério de cobrança das taxas de utilidades para habitação e higiene	Vitória
7 a 17/3	Ferrovários da ferrovia Ilhéus/Conquista	Apressar resolução de dissídio coletivo, pleiteando aumento de salário e melhores condições de trabalho	Vitória.
Final de Julho	Canavieiros da Usina Passagem em Santo Amaro	Greve de solidariedade, contra a suspensão de um colega de trabalho e a demissão do delegado sindical da usina que interveio em sua defesa	Vitória
30/11 a 3/12	Gráficos das empresas tipográficas e dos jornais de Salvador	Instauração de dissídio coletivo, pleiteando aumento de salários e reconhecimento da associação de classe	Vitória

Fonte: Levantamento realizado a partir do estudo de J. R. Fontes, op. cit.; dos periódicos *O Momento*, *Correio Trabalhista*, da grande imprensa e de processos trabalhistas.

Como se observa, a maioria dessas greves teve como principal motivação algum pleito salarial: aumento de salário, abono natalino, ressarcimento de descontos indevidos; uma foi

em protesto contra a repressão policial e a outra contra uma punição patronal a colegas de trabalho. Outro aspecto a se destacar é que, na maioria desses movimentos, os grevistas obtiveram êxito, mesmo que parcial, nas suas reivindicações. Das sete greves, cujo desfecho foi localizado, a única exceção foi a dos tecelões, que resultou em malogro. Dentre estas, as greves de maior repercussão, sobretudo pelo número de trabalhadores envolvidos, foram as dos tecelões e dos canavieiros das usinas da Lavoura e Indústria Reunidas (LIR).

Em 11 de janeiro, os tecelões da Companhia Fabril dos Fiais deflagraram greve, reivindicando o abono de natal e aumento de salários. A partir dessa empresa, o movimento se propagou para outras fábricas têxteis de Salvador, paralisando cerca de seis mil empregados. Conforme apurou a reportagem de *A Tarde*, o estopim da paralisação foi o descumprimento do compromisso assumido pela direção da empresa de premiar, no final do ano, os empregados eficientes e assíduos com uma quantia em dinheiro. Primeiramente, os trabalhadores apelaram à DRT, na tentativa de encontrar uma “solução pacífica” para a questão. Considerando a gratificação como uma dádiva ou concessão e não como um direito, o delegado do Trabalho, Sebastião Muniz Falcão instruiu que os tecelões formassem uma comissão para tratar diretamente com os empregadores. Sem acordo, os empregados decidiram paralisar a produção.<sup>304</sup>

Em seguida, os empregados da Conceição, que ficava próxima da Fiais, e uma parte da Boa Viagem, a maior da cidade, aderiram à paralisação. Recusada pelos patrões uma proposta de conciliação da DRT, a greve se generalizou entre os trabalhadores têxteis da capital. De acordo com a reportagem de *O Imparcial*, apenas um reduzidíssimo número de empregados da Boa Viagem não aderiu ao movimento. Sem o apoio do sindicato, a paralisação foi organizada e liderada por comissões das fábricas. Com a justificativa de proteger o patrimônio das empresas e para evitar piquetes, ajuntamentos e aglomerações de trabalhadores grevistas, soldados de cavalaria e sentinelas de fuzis e baionetas foram postados pela Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia de Ordem Política e Social nas cercanias das fábricas.<sup>305</sup>

No quinto dia de greve, em nova rodada de negociação mediada pelo delegado do Trabalho, a Companhia Fabril dos Fiais admitiu gratificar apenas os melhores empregados, segundo critérios de produção e assiduidade (que possuíssem menos de cinco faltas por ano). A direção da Boa Viagem prometeu estudar a proposta. De acordo com *O Momento*, apenas

---

<sup>304</sup>“Estão em greve seis mil tecelões”. *A Tarde*, Salvador, 14 jan. 1946, p. 8; “A greve dos tecelões. Uma nota da Delegacia Regional do Trabalho”. *Idem*, 15 jan. 1946, p. 3; “A greve dos tecelões da Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 15 jan. 1946, p. 3; “Em greve os tecelões dos Fiais e da Boa Viagem”. *O Momento*, Salvador, 14 jan. 1946, pp. 1, 8; “Há uma solução para a greve dos Fiais”. *Diário da Bahia*, Salvador, 12 jan. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2.

<sup>305</sup> *Idem*.



um terço dos empregados seriam contemplados, pois as empresas não costumavam abonar as faltas por doenças e por outros motivos justificáveis. Por seu turno, os proprietários da Paraguaçu e da Fonte Nova refutaram qualquer concessão, alegando que já pagavam, anualmente, o abono de uma semana de salário e que, se acaso cedessem, “quebrariam o princípio de autoridade e disciplina de trabalho”.<sup>306</sup>

Em sintonia com a política sindical orientada pelo PCB a partir de janeiro de 1946, *O Momento* apoiou a greve, defendendo o mérito da reivindicação e a legitimidade da paralisação. De acordo com a folha comunista, durante a guerra os patrões ampliaram suas margens de lucros e, mesmo depois de cessado o conflito, os ganhos permaneciam vultosos. Em contrapartida, nesse mesmo período, a situação dos fiadores e tecelões havia se agravado, visto que os reajustes salariais ficaram aquém da elevação do custo de vida. A reportagem afirmava ainda que os empregados chegaram àquela medida extrema porque o presidente da junta governativa do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem, Joaquim Fernando Ribeiro, “abandonou inteiramente a sua classe”, envolvendo-se em “conchavos com a direção da empresa” e ignorando a “justa reivindicação” dos associados. Por fim, ressaltava que o movimento transcorria “dentro da ordem, com toda a disciplina, sem registrar incidentes”.<sup>307</sup>

No *Diário da Bahia*, a Coluna do Trabalhador também defendeu a reivindicação dos trabalhadores e condenou a intransigência patronal. Conforme argumentou, embora a situação financeira das fábricas não fosse das melhores, elas poderiam fazer “um sacrifício em prol desses empregados, os maiores prejudicados com o custo de vida atual”. A nota criticava a proposta da direção da Fiais, por considerá-la inoportuna, uma tentativa jeitosa “de furar a parede”.<sup>308</sup> Na conjuntura do final da guerra, o descompasso entre o aquecimento da produção e dos lucros na indústria têxtil e a defasagem salarial também impulsionou ações reivindicatórias dos tecelões noutras partes do Brasil. Em seu estudo sobre a Companhia de Tecidos Paulista, no interior de Pernambuco, José Sérgio Leite Lopes tanto atentou para esta questão quanto para a retaliação imposta pelos patrões ao movimento grevista.<sup>309</sup>

Preocupado com os rumos do movimento, Sebastião Muniz Falcão telegrafou ao Ministro do Trabalho, Carneiro de Mendonça, relatando a situação.<sup>310</sup> Em seguida, sugeriu que os grevistas procurassem o Governo do Estado, que mantinha um contrato de compra com

<sup>306</sup> Idem à nota 304.

<sup>307</sup> “Em greve os tecelões dos Fiais e da Boa Viagem”, op. cit.

<sup>308</sup> “Há uma solução para a greve dos Fiais”, op. cit.

<sup>309</sup> LEITE LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe*, op. cit. pp. 322/3.

<sup>310</sup> “Nota para a imprensa”. *Diário da Bahia*, Salvador, 15 jan. 1946. Coluna do Trabalhador, p.2; “A greve dos tecelões. Uma nota da Delegacia Regional do Trabalho”, op. cit.

a Companhia Fabril dos Fiais, para que intermediasse um entendimento.<sup>311</sup> Em sintonia com a posição do Ministério do Trabalho de não negociar com grevistas, o interventor federal Bulcão Viana condicionou sua interferência ao retorno imediato dos grevistas ao trabalho. Em 16 de janeiro, os tecelões realizaram um grande comício no Largo dos Mares, defendendo a reabertura das negociações. No dia seguinte, suspenderam a paralisação. Contudo, os empregadores não admitiram nenhuma concessão, ratificando o pretexto de não quebrarem o princípio de autoridade e disciplina do trabalho.<sup>312</sup>

Fracassada a greve pelo abono de natal, os tecelões decidiram concentrar esforços na “luta pacífica” pelo aumento dos salários, lançando mão de “todos os meios legais e ordeiros” disponíveis. Em 23 de janeiro, uma assembleia sindical presidida pelo delegado do Trabalho avaliou os resultados da greve e deliberou a expedição de um telegrama à Comissão Executiva Têxtil, no Rio de Janeiro, solicitando uma intervenção junto aos proprietários das fábricas de tecidos na Bahia pela majoração de 50% nos salários. Adicionalmente, uma comissão foi encarregada de elaborar um memorial estipulando um prazo de quarenta e oito horas para que os empregadores se pronunciassem sobre a reivindicação e ameaçando suscitar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, caso o pleito não fosse atendido. Neste caso, pleiteariam dispensa do trabalho para acompanhar as audiências trabalhistas, procedimento que afirmaram ser “comum em outras capitais, inclusive no Rio de Janeiro”.<sup>313</sup>

Desses entendimentos, resultou uma Convenção Coletiva de Trabalho que estabeleceu um abono de Cr\$: 5,40 sobre o salário de 12,00. Contudo, além de sabotarem esse aumento, algumas empresas investiram contra empregados que se destacavam nos movimentos reivindicatórios e/ou que estavam próximos de alcançar a estabilidade. Eram as famosas “listas negras”. Na Companhia Fabril dos Fiais, empregados com seis, sete, oito e nove anos de serviço foram dispensados e substituídos por aprendizes contratados pelo período de um ano. Entrevistada pela reportagem de *O Momento*, a empregada Dejanira dos Santos, uma das primeiras a serem demitidas, declarou:

Eles estão nos perseguindo de todos os modos. Ainda na semana passada eles vieram com uma lista para que nós assinássemos. Era uma convenção,

<sup>311</sup> A comissão foi formada pelos operários: Boaventura Melo da Silva (velho líder tecelão, comunista), José Agnelo Sacramento, José Gregório e Algenaro Almeida - pela Fábrica Boa Viagem; Dejanira Santos e Antônio Nunes Pereira - pela Fábrica dos Fiais; Alda Vitalina - pela Fábrica Paraguaçu; Júlio Bispo - pela Fábrica Conceição; André de Oliveira Coutinho - pela Fábrica Fonte Nova.

<sup>312</sup> “A greve dos tecelões. Com a volta ao trabalho, o governo empenhar-se-á em solucionar as pretensões dos mesmos”. *A Tarde*, Salvador, 16 jan. 1946, p. 2; “Nenhuma concessão aos tecelões!”. *O Imparcial*, Salvador, 19 jan. 1946, p. 4; “Atitude impatriótica das empresas de tecelagem”. *O Momento*, Salvador, 21 jan. 1946, pp. 1 e 8.

<sup>313</sup> “Os tecelões vão ao dissídio coletivo”. *O Momento*, Salvador, 28 jan. 1946, pp. 1, 8; “Irão ao dissídio coletivo”. *Diário da Bahia*, Salvador, 25 jan. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2.

segundo a qual ficaríamos obrigados a trabalhar todos os dias até às 18 horas.<sup>314</sup> Se assinássemos, nós perderíamos o direito aos extraordinários. Eu não assinei, e recomendei a todos que fizessem o mesmo. Todos os que não assinaram formaram a primeira leva de despedidos.

Pelo visto, a empresa pretendia ampliar a carga horária de trabalho, suprimindo as horas extras para compensar o pagamento do abono, contudo a manobra foi refutada por alguns empregados que, por retaliação patronal, foram inseridos numa lista de dispensas. Segundo a empregada, havia tempos que os patrões queriam despedi-la, porque ela sempre lutou pelos seus companheiros. Desde a última greve, ela estaria “marcada”.<sup>315</sup> Possivelmente, a punição pretendia ter um caráter exemplar diante da insubordinação dos trabalhadores, que, mais uma vez, contrariava expectativas e transgredia os limites de negociação e tolerância demarcados pelo paternalismo industrial.

Em 30 de janeiro de 1946, os cerca de 1200 portuários de Salvador também deflagraram greve pelo abono de natal. Desde novembro de 1945, o benefício era reivindicado pela categoria. Na primeira semana de janeiro, quando eram ventilados rumores de greve, o Sindicato dos Portuários apelou ao Ministério do Trabalho, através da DRT, solicitando uma solução definitiva para o pleito, mas a questão foi remetida ao Ministro da Viação. Apesar da protelação da decisão, uma assembleia presidida pelo delegado do Trabalho e com a participação de um jornalista de *O Momento*, ambos convidados pela direção do sindicato, deliberou pela permanência dos portuários no trabalho, mobilizados em sessão permanente, enquanto aguardavam pela decisão ministerial.<sup>316</sup> Para o jornal comunista, a atuação da direção do sindicato<sup>317</sup> e a deliberação da plenária evidenciaram o “espírito ordeiro daquela grande massa trabalhadora”, que, organizada no seu sindicato, sabia “apelar para todos os recursos dentro da ordem e da tranquilidade, mas com energia, pela solução de seus problemas”.<sup>318</sup>

Entretanto, não houve unanimidade em torno dessa posição. Durante a assembleia, o portuário Américo Alves do Amaral afirmou que o mais importante no momento era a manutenção da ordem. Nessa mesma linha, o velho líder sindical comunista, Anísio Varjão<sup>319</sup>

<sup>314</sup> Segundo a declarante, o turno na fiação encerrava às 16:00 e na tecelagem às 17:00 horas.

<sup>315</sup> “Despedidas em massa na Fábrica dos Fiais”. *O Momento*, Salvador, 16 abr. 1946, pp. 1, 6.

<sup>316</sup> “A projetada greve dos portuários da Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 11 jan. 1946, p. 3; “Dentro do seu Sindicato, os portuários aguardam a decisão do governo”. *O Momento*, Salvador, 14 jan. 1946, pp. 1, 8.

<sup>317</sup> Segundo a reportagem de *O Momento*, todas as deliberações foram tomadas com a consulta ampla daquela numerosa categoria, mediante assembleia realizada na sede do Sindicato dos Portuários, presidida pelo seu presidente João Rego Filho.

<sup>318</sup> “Dentro do seu Sindicato, os portuários aguardam a decisão do governo”, op. cit.; “A projetada greve dos portuários da Bahia”, op. cit.

<sup>319</sup> Anísio dos Santos Varjão integrou o Comitê Municipal do PCB em Salvador em 1945. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D 885, op. cit.; SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia*, op. cit., 260).

ponderou que a greve era uma arma do trabalhador “quando bem organizada e em condições seguras para ser vitoriosa”, só devendo ser declarada em última instância. Em contrapartida, um colega de trabalho defendeu a deflagração imediata da paralisação. Outro se manifestou contrário, mas ressaltou que como a maioria era a favor da greve, restava fazer um movimento organizado, do qual todos seriam corresponsáveis.<sup>320</sup>

No final, foi aprovado o encaminhamento de telegramas aos ministros de Viação e do Trabalho, ao interventor federal na Bahia e ao comandante da Base Naval informando a posição da categoria. Por sugestão de Anísio Varjão, também foi enviado um telegrama ao sindicalista Juvenal Souto Júnior, suplente de constituinte pelo PCB, que se encontrava no Rio de Janeiro, para que intermediasse uma solução junto às autoridades competentes. Da capital federal, Juvenal Júnior informou que o Departamento dos Portos, Rios e Canais propôs um abono na base de 50% do valor dos vencimentos, com a garantia de que nenhum empregado receberia quantia inferior a trezentos cruzeiros.<sup>321</sup> O periódico comunista exaltou a proposta como uma “vitória dos portuários”, que souberam prestigiar a “luta pacífica” do seu sindicato e “utilizar os recursos legais antes de iniciar uma greve”.<sup>322</sup>

Contudo, a demora na autorização do pagamento do abono pelo Ministério da Viação e a inabilidade da direção da Companhia das Docas na Bahia no tratamento com os empregados levaram-nos à deflagração da greve em 30 de janeiro. Além do abono de natal, os grevistas reivindicaram melhoria dos salários e a nacionalização das Docas.<sup>323</sup> Este último ponto denuncia tanto a influência comunista quanto a apropriação dos ideais nacionalistas pelas lideranças do movimento. No dia seguinte, o superintendente da Companhia Docas da Bahia anunciou a publicação da portaria ministerial que autorizava o pagamento do abono e os empregados retornaram ao trabalho.<sup>324</sup>

Sem dúvida, a questão salarial foi fator preponderante nas ações reivindicatórias dos trabalhadores baianos no imediato pós-guerra. Em meados de janeiro, empregados de diversos ramos de atividade encaminharam, através dos seus sindicatos, um memorial ao Ministro do Trabalho, por intermédio da DRT, solicitando a revisão das tabelas do salário mínimo.<sup>325</sup> De acordo com a petição, desde 1943, quando foi fixado o “salário compensação”, o custo de

<sup>320</sup> “Dentro do seu Sindicato, os portuários aguardam a decisão do governo”, op. cit.; “A projetada greve dos portuários da Bahia”, op. cit.

<sup>321</sup> Idem.

<sup>322</sup> “Vitória dos portuários, organizados no sindicato”. *O Momento*, Salvador, 21 jan. 1946, p. 1.

<sup>323</sup> “Declaram-se em greve mais de 1.200 portuários”. *A Tarde*, Salvador, 30 jan. 1946, p. 3.

<sup>324</sup> “Terminou a greve dos portuários. Concedido o abono”. *O Imparcial*, Salvador, 1 fev. 1946, p. 2; “Vitoriosos os 1.200 portuários”. *A Tarde*, Salvador, 31 jan. 1946, p. 2.

<sup>325</sup> As assinaturas dos vários dirigentes sindicais foram coletadas na Sede do Sindicato dos Empregados do Comércio.

vida havia mais que dobrado enquanto os vencimentos permaneciam praticamente inalterados.<sup>326</sup> Saída do estado de guerra “cansada e exausta de trabalhos intensivos e sacrifícios inauditos”, a classe trabalhadora encontrava-se empobrecida, acossada pela carestia de vida. Alguns acordos setoriais realizados em julho e agosto de 1945, além de não atenderem às necessidades mais imediatas, beneficiaram apenas os empregados sindicalizados. Segundo a mesma fonte, o abono natalino, obtido por algumas categorias, serviu apenas para quitar “débitos contraídos por imposição do estômago”, para amenizar as “necessidades mais urgentes e inadiáveis”, mas não resolveu o problema. Depois de constantes pedidos, apelos e entendimentos sem resultado concreto, alguns setores foram à greve.<sup>327</sup>

A imprensa e o movimento sindical eram enfáticos em apontar o aumento do custo de vida e a defasagem salarial como principais motivos das inquietações sociais. Esta situação, de acordo com a grande imprensa, criava um ambiente propício para “agitadores” dispostos a disseminarem a mazorca nos, supostamente ordeiros, meios operários. Na edição de 29 de fevereiro do *Diário da Bahia*, a Coluna do Trabalhador destacou “o grave problema de salários” na Bahia. De acordo com o colunista, o salário mínimo vigente não mais atendia às necessidades dos trabalhadores; pois, enquanto o empregado continuava percebendo o mesmo vencimento de três anos atrás, o custo de vida havia triplicado no mesmo período. Os acordos setoriais firmados ao longo desse período foram “feitos a toque de caixa” para atender a situações de emergência, além de não contemplar todos os trabalhadores custavam a serem cumpridos. Destarte, urgia a revisão das tabelas do salário mínimo, para superar “essas lutas constantes de classes que tanto prejuízo tem causado à economia do estado e tantos ressentimentos têm provocado entre empregadores e empregados”.<sup>328</sup> Nesse contexto, alguns setores das classes patronais defendiam a negociação dos pleitos salariais para conter a agitação grevista.

---

<sup>326</sup> Criado pelo Decreto-lei 5.979 de 10 nov. 1943, o “salário compensação” integrava um conjunto de iniciativas que pretendiam compensar as perdas econômicas dos trabalhadores decorrentes da conjuntura de guerra. Aplicava-se aos assalariados que recebiam, antes daquela data, salário maior do que o mínimo então vigente na região. Ver: BRASIL. Decreto-lei 5.979, de 10 nov. 1943. Institui o salário de compensação, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 5 nov. 2013.

<sup>327</sup> “As reivindicações trabalhistas na Bahia. Memorial ao ministro do trabalho, solicitando-lhe revisão das tabelas do salário mínimo”. *O Imparcial*, Salvador, 17 jan. 1946, p. 2; “Revogação da tabela do salário mínimo. Memorial ao ministro, dos sindicatos baianos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 17 jan. 1946, pp. 2, 3; “Manifesto dos trabalhadores pela correção da tabela do salário mínimo”. *Diário da Bahia*, Salvador, 17 jan. 1946. Coluna do trabalhador, p. 2; “Tabelas do salário mínimo: os trabalhadores baianos pedirão a sua revogação”. *A Tarde*, Salvador, 17 jan. 1946, p. 3.

<sup>328</sup> “O grave problema dos salários na Bahia”. *Diário da Bahia*, Salvador, 27 fev. 1946, p. 5.

No final de janeiro, os bancários baianos aderiram à greve nacional da categoria reivindicando aumento de salário, piso profissional nacional e plano de cargos e salários. Contrariando a posição do presidente do Sindicato dos Bancários na Bahia, Aristóteles Ferreira<sup>329</sup> que se opôs ao movimento, em 29 de janeiro os bancários baianos aderiram à paralisação. A decisão foi apoiada pelo delegado sindical Armando Bastos, enviado do Rio de Janeiro. Durante as *démarches*, os grevistas depuseram a diretoria do sindicato e instituíram uma junta governativa provisória.<sup>330</sup> O movimento foi motivado pela morosidade do Ministro do Trabalho, Carneiro de Mendonça, no encaminhamento, para a sanção do Presidente José Linhares, do anteprojeto relativo ao plano de cargos e salários dos bancários, deixando-o a cargo do governo Dutra. De acordo com Carlos Zacharias Sena Jr., a greve teve o apoio “irrestrito” do MUT, do Movimento Operário Social-Cristão, do setor operário da UDN, além de muitas outras organizações sindicais do país.<sup>331</sup>

Na Bahia, o movimento teve o apoio de militantes do MUT, do PCB e da comissão organizadora do Terceiro Congresso Sindical. Também contou com a solidariedade de várias categorias profissionais, que, através de seus sindicatos e de comissões de empregados promoveram campanhas de arrecadação para o fundo de greve, enviaram telegramas ao Presidente da República e ao Ministério do Trabalho e se manifestaram, publicamente, em apoio aos grevistas.<sup>332</sup> A paralisação durou quase três semanas. Em 12 de fevereiro, foi celebrada uma conciliação, intermediada pelo Ministério do Trabalho, já na gestão de Negrão de Lima. Pelos termos do acordo, ficou estabelecido um aumento de Cr\$ 300,00 nos salários de todos os bancários, sem prejuízo da incorporação de gratificações e abonos; a extensão do acordo coletivo firmado no Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1945, a todos os

<sup>329</sup> Aristóteles Mendes Ferreira, presidente do Sindicato dos Bancários na Bahia, presidiu as comissões organizadora e executiva do 2º Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos (1945). Deposto da presidência do Sindicato durante a greve geral dos bancários de 1946, tentou impedir a eleição de delegados da categoria ao 3º Congresso Sindical (1946). Em 1948, ocupava o posto de vogal dos empregados na 1ª JCI em Salvador. No plano partidário, integrou a diretoria provisória do PTB na Bahia (1945) e foi candidato a deputado estadual (1950).

<sup>330</sup> “Os bancários não foram ouvidos pelo presidente do sindicato”. *O Momento*, Salvador, 28 jan. 1946, p. 1; “Os bancários baianos optaram pela greve”. *A Tarde*, Salvador, 29 jan. 1946, p. 2.

<sup>331</sup> SENA JUNIOR. “Os comunistas e a escalada grevista de 1945-1946 na Bahia”, op. cit., p.189.

<sup>332</sup> Em Salvador, manifestaram apoio ao movimento: Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Portuários, comissão dos tripulantes do “Almirante Jaceguai”, Sindicato dos Panificadores, Associação dos Empregados no Comércio, M.U.T., Comitê Popular de Brotas, Sindicato dos Moageiros, Comitê Popular do Pelourinho, Comitê dos Linotipistas da Imprensa Oficial, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados, Sindicato dos Trabalhadores em Construções Cíveis, Sindicato dos Tecelões, Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos, Associação Profissional dos Jornalistas Profissionais da Bahia, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados da Bahia, Sindicato dos Marceneiros Baianos, tripulantes do “Recife Loide”, Terceiro Congresso Sindical da Bahia. Igualmente, do Jornal *O Momento*, do deputado Carlos Marighela e de outros políticos de diferentes partidos. (“Próximos da vitória, continuam em greve os bancários”. *O Momento*, Salvador, 11 fev. 1946, pp. 1, 8.)

estabelecimentos bancários no país e a indicação de representantes das partes para apreciação das conclusões do projeto relativo ao salário profissional e outras reivindicações da categoria.<sup>333</sup>

Também ficou acertado que o período de paralisação seria considerado como de efetivo exercício do trabalho para todos os efeitos legais, inclusive para a percepção dos salários e demais proventos. Além disso, nenhum empregado em estabelecimento bancário do país seria demitido, transferido, suspenso, coagido ou sofreria qualquer outra penalidade motivada pela participação direta ou indireta na greve, ou por haver reclamado seus direitos. Na Bahia, o resultado da greve foi comemorado em sessão solene no salão da Associação dos Empregados no Comércio. A sessão foi encerrada com animado show de artistas amadores e profissionais de Salvador.<sup>334</sup> Sem dúvida, os termos da conciliação foram bastante favoráveis aos grevistas.

Contudo, finda a greve, alguns bancos infringiram as cláusulas do acordo, aplicando punições aos empregados grevistas ou demitindo-os sumariamente. Assim agiram o Banco da Bahia e a Casa Bancária Gorges. Outros se recusaram a pagar aos seus empregados os dias paralisados. Essas violações foram denunciadas pelo presidente da junta governativa do Sindicato dos Bancários da Bahia ao seu congênere no Rio de Janeiro, ao Senador Luiz Carlos Prestes e também ao Ministro do Trabalho, solicitando providências.<sup>335</sup> Somente em fins de junho, com o empenho dos sindicalistas e a homologação do acordo pelo CNT, dando-lhe o estatuto legal em abrangência nacional, os bancários tiveram seus ganhos assegurados. Mesmo assim, o salário profissional – motivo central da greve – só seria obtido nos anos 1960.<sup>336</sup>

A greve dos bancários representou um marco significativo na retomada do movimento sindical no pós-guerra, não apenas pela sua extensão territorial e pelos resultados alcançados, mas também porque serviu para consolidar, na prática, a reconquista do direito de greve, contrariando os resquícios autoritários da carta de 1937. Na Bahia, assinalou um posicionamento mais efetivo dos comunistas em apoio aos movimentos grevistas e, por outro

<sup>333</sup> “Banqueiros reacionários desrespeitam o acordo que pôs fim à greve...” *O Momento*, Salvador, 18 fev. 1946, pp. 3, 6.

<sup>334</sup> Durante o evento, falaram: Luiz Araújo, (antigo primeiro secretário do MUT), presidente da comissão organizadora do Terceiro Congresso Sindical da Bahia, Baldonero Gonçalves, da comissão de propaganda da greve, Ascânio de Miranda Quintão, presidente da junta governativa do Sindicato dos Bancários, além do diretor de jornal *O Momento*, João Falcão e do jornalista Jacob Gorender. (Ibidem)

<sup>335</sup> “Banqueiros reacionários desrespeitam o acordo que pôs fim à greve...”, op. cit. Ver também: “3º Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos: contra a suspensão e demissão de bancários”. *O Imparcial*, Salvador, 12 fev. 1946, p. 2. Ver também: Autos do processo MTRT 278, op. cit.

<sup>336</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 210/11.

lado, provocou uma colisão entre a direção trabalhista do sindicato e a base. Entrementes, ajudou a explicitar os limites e possibilidades das ações reivindicatórias dos trabalhadores frente aos organismos repressivos e jurídicos do Estado, ao despotismo patronal e às correntes políticas que reivindicavam a representação da classe operária.<sup>337</sup>

A movimentação trabalhista no pós-guerra, sobretudo a onda grevista por aumento de salário e pelo abono de natal causou perplexidade e pronta reação entre os empregadores baianos. Com efeito, a aliança patronal-policial (que permanecia ativa) e medidas administrativas e jurídicas voltavam a ser acionadas para reprimir os movimentos grevistas. No segundo semestre de 1946, os patrões mostraram-se mais resistentes em ceder às reivindicações dos empregados e a DRT passou a ter uma atuação muito mais repressiva do que mediadora e conciliatória das questões trabalhistas.<sup>338</sup>

De acordo com a Coluna do Trabalhador, a primeira quinzena de janeiro havia registrado um movimento extraordinário na DRT. As reuniões se sucediam, mas geralmente resultavam infrutíferas; pois, enquanto os empregados reclamavam do custo de vida e da defasagem salarial, os patrões alegavam que não estavam em condições de conceder abonos nem reajustes de salário. Segundo a mesma fonte, diante do clima de “intensa agitação em vários ramos de atividade da indústria baiana”, os patrões endureceram a posição de não fazer concessões aos grevistas, apelaram para o aparato repressivo estatal e lançaram mão de medidas arbitrárias, como a demissão sumária de empregados estáveis, com a justificativa de preservar a ordem e a disciplina no trabalho.<sup>339</sup>

Em tom alarmante, o colunista afirmava que as movimentações operárias tomavam um caráter geral e, se nenhuma providência fosse tomada, o resultado não seria “dos mais agradáveis”. Também insinuava a existência de “alguma força oculta” por trás dessa situação - provavelmente aludindo ao apoio mais incisivo da militância comunista às greves e reivindicações dos empregados nesse período -, argumentando que a ordem e a disciplina só estavam sendo mantidas graças às ações do delegado do Trabalho e dos presidentes dos sindicatos. Como “medidas emergenciais”, defendia a revisão da tabela do salário mínimo e uma “vigilância rigorosa dos sindicatos”, através de suas diretorias, com apoio do governo, “não mais para resolver problemas de ordem econômica, mas para preservá-los da infiltração dos elementos estranhos”, cujas “atividades subversivas da disciplina” estavam sendo

---

<sup>337</sup> FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., p. 211.

<sup>338</sup> Ver: NEGRO, *Linhas de Montagem*, op. cit.; Idem, “Não trabalhou porque não quis”: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, pp. 101-128, 2012.

<sup>339</sup> “As greves, suas origens e seu término”. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2.



observadas.<sup>340</sup> A receita preceituada pelo colunista para a superação das tensões trabalhistas, combinava concessões aos empregados, controle dos sindicatos e repressão aos comunistas.

No final de fevereiro e início de março, uma greve geral dos canavieiros das usinas de açúcar de Santo Amaro, no Recôncavo baiano, teve grande repercussão tanto pelo número de usinas paralisadas, a quantidade de trabalhadores envolvidos e pela duração quanto pelos possíveis efeitos para a economia do estado. A paralisação resultou de uma disputa jurídica entre o sindicato dos trabalhadores e a direção das principais usinas, relativa ao critério de aplicação do “desconto para utilidades” cobrado dos empregados a título de despesas com habitação e higiene.<sup>341</sup> O movimento iniciou-se nas usinas – Aliança, Terra Nova, São Bento e São Carlos, pertencentes à Lavoura e Indústria Reunidas (LIR)<sup>342</sup>, que, juntas, eram responsáveis por 60% do açúcar produzido no estado, e logo se propagou para outras unidades produtivas menores. A greve, que durou 23 dias, paralisou pela primeira vez no estado tanto os empregados na manufatura do açúcar quanto os assalariados agrícolas dos canaviais.<sup>343</sup>

Para se entender melhor a motivação dessa greve, é preciso recuar no tempo, até fevereiro de 1944 quando o desconto passou a ser aplicado pelas usinas. Pelo entendimento dos empregados, a cobrança devia incidir sobre o valor do salário mínimo regional e não sobre o total dos vencimentos pagos aos empregados como era feito pelos patrões. Além disso, questionava-se a precariedade das condições de moradia e higiene oferecidas aos trabalhadores. Em março de 1945, o delegado do Trabalho comunicou à direção da LIR que, de acordo com a interpretação da Justiça do Trabalho, o desconto devia incidir sobre o valor do salário mínimo, como entendiam os empregados, mas a cobrança continuou sendo efetuada de forma indevida pelas usinas. Antes de ir à greve, o sindicato lançou mão de diversos expedientes, tais como: tentativa de negociação direta com os patrões, apresentação de protesto junto à DRT, envio de memorial ao Ministério de Trabalho, instauração de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, mas não obteve uma solução para o caso. Em fins de agosto,

---

<sup>340</sup> “As greves, suas origens e seu término”, op. cit.

<sup>341</sup> O desconto para utilidades compreendia uma taxa de 16% e outra 8% sobre o valor do salário mínimo regional, a ser cobrada pelos patrões a título de indenização, respectivamente, pelo custeio dos gastos com a moradia e a higiene do trabalhador.

<sup>342</sup> A S. A. Lavoura e Indústria Reunidas (LIR) era subsidiária da S. A. Magalhães Comércio e Indústria, grupo comercial e financeiro criado em 1932, com estatuto aprovado em 28 de fevereiro de 1934, que monopolizava o setor açucareiro e ostentava destacada posição na economia baiana.

<sup>343</sup> Para uma abordagem acerca dessa greve, ver: SOUZA: Edinaldo A. Oliveira. “Tensões nas usinas de açúcar do Recôncavo: a greve de 1946 e as disputas trabalhistas no ‘intervalo democrático’ (1945-1964)”. *Articultura*, v.11, nº 19. Uberlândia/ MG, jul.- dez. 2009, pp. 89-107. Ver também: “10 mil operários do Recôncavo lutam por uma vida melhor e mais digna”. *O Momento*, Salvador, 4 mar. 1946, pp. 1, 8..

voltou a contestar a forma de aplicação dos descontos, mas os patrões não se sensibilizaram.<sup>344</sup>

Frustradas essas iniciativas, os empregados da Usina Aliança ameaçaram parar a produção. Com efeito, no início de setembro a direção da LIR propôs a assinatura de um “documento de acordo particular”, pelo qual o sindicato suscitaria dissídio coletivo na Justiça do Trabalho e a empresa se comprometia a reembolsar a cobrança indevida, retroativa à segunda quinzena de agosto de 1945, caso fosse vencida “após a decisão definitiva” do tribunal, independente de execução do julgado. Ainda conforme o acordo, os empregados continuariam trabalhando normalmente enquanto aguardavam a decisão judicial.<sup>345</sup>

Após esse entendimento, em 10 de setembro de 1945 o sindicato suscitou dissídio coletivo pedindo que fosse definido o critério do desconto, com a justificativa de “evitar qualquer ameaça de greve”. Em 11 de fevereiro, o CRT resolveu o dissídio favoravelmente aos empregados, por se tratar de “jurisprudência firmada pela Justiça do Trabalho em todos os casos surgidos no Brasil”, porém os empregadores recorreram à Câmara de Justiça do Trabalho (CJT), no Rio de Janeiro, pedindo a anulação da decisão. Entendendo que houve quebra de acordo da parte patronal, no dia 14 de fevereiro a categoria deflagrou a greve.<sup>346</sup> Pelo que se pode depreender a partir das fontes, patrões e empregados interpretaram distintamente o acordo no que se referia ao desfecho da questão jurídica. Com a alusão à “decisão definitiva”, os usineiros asseguravam seu direito de recorrer à superior instância, para assim poder protelar a questão, entretanto os empregados alimentaram a expectativa de que os patrões dariam o caso por encerrado após o pronunciamento da justiça em âmbito regional.

Através de notas publicadas na grande imprensa, a LIR questionou a legalidade da greve, acusando os trabalhadores de tentarem obstar seu legítimo direito de recorrer em superior instância da Justiça do Trabalho, destacou os possíveis efeitos socioeconômicos do movimento e denunciou a presença de “agitadores”, “elementos estranhos” (provavelmente referindo-se aos comunistas), dispostos a “propagar” a indisciplina entre os trabalhadores.<sup>347</sup>

---

<sup>344</sup> “Os trabalhadores na indústria de açúcar ao povo”. *O Momento*, Salvador, 4 mar. 1946, pp. 4, 5; “A greve dos operários de açúcar em Santo Amaro: explicação ao público da Lavoura e Indústria Reunidas”. *O Imparcial*, Salvador, 23 fev. 1946, p. 8; “Em greve os trabalhadores na indústria açucareira do Estado”. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 fev. 1946, pp. 2, 7; “Continuam em greve os operários de açúcar em Santo Amaro”. *A Tarde*, Salvador, 18 fev. 1946, p. 2.

<sup>345</sup> *Idem*.

<sup>346</sup> *Idem*.

<sup>347</sup> “Está sendo desvirtuado o movimento grevista nas usinas”. *Diário da Bahia*, Salvador, 23 fev. 1946. Coluna do Trabalhador, pp. 2, 7; “Ainda há tempo para corrigir o erro”. *Idem*, p. 2; “A greve dos operários do açúcar em Santo Amaro...”. *Idem*, 24 fev. 1946, p. 1.

Por outro lado, *O Momento* assumiu a condição de porta-voz dos grevistas, rebatendo as acusações de ilegalidade e de indisciplina e defendendo a legitimidade da reivindicação, bem como o caráter ordeiro e pacífico do movimento. Argumentou também que a questão do desconto representava apenas o motivo imediato da paralisação e que a greve decorria da situação de “miséria e fome” vivenciada pelos empregados das usinas e da insistência dos patrões em não reconhecer os seus direitos.<sup>348</sup>

Encontrando-se no Rio de Janeiro quando foi deflagrada a greve, o delegado do Trabalho, Sebastião Muniz Falcão, enviou um representante à cidade de Santo Amaro para pôr termo ao movimento. Aos trabalhadores, ele tentou convencer da inconveniência e falta de razão da greve, pois a decisão do CRT não era definitiva, e dos possíveis prejuízos para a economia do estado e para os próprios trabalhadores. Aos patrões, propôs a suspensão dos descontos indevidos e o depósito bancário, sob protesto e com direito a recurso, da quantia descontada a mais dos trabalhadores. Em contrapartida, os grevistas deviam voltar imediatamente ao trabalho. Contudo, os canavieiros mantiveram o propósito de só voltar ao trabalho com o dinheiro no bolso ou mediante a entrega de um cheque ao presidente do sindicato no valor da quantia descontada a mais, como garantia do pagamento. Todavia, o principal impasse ficou por conta da determinação do empregador de não aceitar, em hipótese alguma, o pagamento dos dias de greve, alegando tratar-se de uma “questão moral” e para salvaguardar a hierarquia e a disciplina do trabalho. Além disso, não abria mão do direito de recorrer da decisão do CRT em superior instância. Por seu turno, os grevistas também não admitiam ceder nesses pontos.<sup>349</sup>

Finalmente no dia 7 de março, numa exaustiva reunião presidida pelo delegado do Trabalho, com as presenças do presidente do STIASA e de delegações de empregados das usinas Terra Nova, Santa Eliza, São Carlos, Aliança e São Bento, pelo lado dos grevistas, e do diretor da LIR, Oscar Magalhães, do gerente da usina Terra Nova, Raimundo Freire, da parte patronal, além dos respectivos advogados, chegou-se a uma conciliação. A seção contou ainda com as participações de representantes da Comissão Organização do Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos (COTC), do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e da imprensa, além do presidente do PTB na Bahia, Herosílio Baraúna. Depois de cansativo debate, os trabalhadores aceitaram abrir mão do recebimento dos dias parados, em troca da

---

<sup>348</sup> “Movimentam-se os trabalhadores das usinas de açúcar contra a fome”. *O Momento*, Salvador, 25 fev. 1946, p. 8; “10 mil operários do Recôncavo lutam por uma vida melhor e mais digna”, op. cit.; “Os trabalhadores na indústria de açúcar ao povo”, op. cit.

<sup>349</sup> “Continuam em greve os trabalhadores na indústria do açúcar”. *Diário da Bahia*, Salvador, 19 fev. 1946. Coluna do Trabalhador, p.2.

restituição integral, no prazo de trinta dias, dos valores descontados a mais pelos proprietários das usinas. Também ficou acertado que, a partir de então os descontos passariam a incidir sobre o valor do salário mínimo, como havia decidido o CRT. Em contrapartida, os patrões não tiveram que pagar os dias de greve, não cedendo assim no que consideravam uma questão moral, e nem renunciaram ao direito de recorrer da decisão na superior instância da Justiça do Trabalho. Porém, se saíssem vitoriosos não reaveriam os valores já pagos. Por fim, ficou combinado que não haveria nenhuma coação moral ou material da parte do empregador por motivo de participação na greve e que os empregados comprometiam-se a voltar ao trabalho e trabalhar “com o mesmo espírito de ordem, disciplina e respeito às instituições e à coletividade”.<sup>350</sup>

No dia seguinte, provavelmente preocupada com o desgaste provocado pela greve, a direção da LIR publicou uma nota na Coluna do Trabalhador expondo os termos do acordo e destacando seu empenho pela conciliação, bem como o clima de cordialidade havido durante as negociações, e a inexistência de animosidades e ressentimentos entre patrões e empregados.<sup>351</sup> Contudo, o fim da greve não implicou uma acomodação prolongada das tensões vigentes nas usinas de açúcar. Pouco tempo depois da assinatura do acordo, novas irregularidades praticadas pelos patrões foram denunciadas na imprensa comunista e reclamadas por trabalhadores na Justiça do Trabalho. Estas incluíam demissões e outras retaliações contra empregados que se sobressaíram durante o movimento e que se mantiveram na luta em defesa dos interesses da categoria.<sup>352</sup> Por outro lado, o movimento grevista contribuiu para reforçar a identidade coletiva dos trabalhadores das usinas de açúcar e para consolidar a liderança do STIASA e do seu presidente, o trabalhista Octávio Nunes<sup>353</sup>, junto à base. Ao mesmo tempo, apontou a viabilidade da realização de ações conjuntas de operários fabris e assalariados agrícolas na luta por direitos e evidenciou o apoio mais efetivo dos comunistas às greves na Bahia.

---

<sup>350</sup> “Em discussão o caso da greve nas usinas de açúcar”. *Diário da Bahia*, Salvador, 7 mar. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 5; “Solucionada a greve dos trabalhadores na indústria de açúcar”. Idem, p. 2; “Vitoriosos os trabalhadores de Santo Amaro”. *O Momento*, Salvador, 11 mar. 1946, pp. 1, 8; “Terminou a greve das usinas de açúcar: acordo assinado pelas partes”. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 mar. 1946, p.3; “Solucionada a greve do açúcar”. *Correio Trabalhista*, Salvador, 19 mar. 1946, p. 1.

<sup>351</sup> “S. A. Lavoura e Indústria Reunidas ao público baiano”. *Diário da Bahia*, Salvador, 8 mar. 1946, p.1.

<sup>352</sup> “Novas irregularidades nas usinas de Santo Amaro”. *O Momento*, Salvador, 18 mar. 1946, p. 5. Ver também: SOUZA. *Lei e costume...*, op. cit.; Idem. “Tensões nas usinas de açúcar do Recôncavo...”, op. cit.

<sup>353</sup> Octávio Nunes integrou a primeira diretoria eleita após o reconhecimento oficial do STIAR e permaneceu no cargo até 1947, quando foi destituído mediante intervenção da DRT. Segundo Joaci Cunha, ele mantinha ligações com o Ministério do Trabalho e com o PTB, pelo qual se elegeu vereador de Santo Amaro, na década de 1950. (CUNHA, *Amargo açúcar*, op. cit.).

No início de março, uma nova greve dos ferroviários de Ilhéus fechou o surto grevista principiado no segundo semestre de 1945. A paralisação pretendia apressar a resolução de um dissídio coletivo suscitado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias, pleiteando aumento de salário e melhores condições de trabalho. Como vimos, a questão salarial já havia motivado uma greve da categoria em maio de 1945, cujo acordo foi considerado insatisfatório pelos empregados. Em janeiro de 1946, os trabalhadores enviaram uma petição à direção da ferrovia reivindicando o pagamento do abono de natal e reajuste salarial. Além do aumento do custo de vida, o documento denunciava o “menosprezo” no tratamento dos empregados, o descumprimento das normas legais de higiene e segurança no trabalho e o “desmantelo dos serviços” prestados. Em resposta, a firma descartou a possibilidade de conceder aumento salarial, alegando encontrar-se em situação deficitária. Também, tratou com evasivas as demais questões levantadas na petição. Apesar da insatisfação geral, ingerências do presidente do sindicato e do delegado do Trabalho conseguiram evitar a deflagração de uma nova greve naquele momento.<sup>354</sup>

Em nova assembleia, ocorrida em fevereiro, os ferroviários decidiram suscitar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho pleiteando o aumento dos salários, ameaçando entrar em greve caso não fossem atendidos. Todavia, uma ação preliminar levantada pelo advogado da empresa, alegando incompetência do CRT para julgar a questão, conseguiu protelar a audiência de conciliação. Apesar do posicionamento da diretoria do sindicato em contrário, os trabalhadores decidiram paralisar os serviços até que fosse solucionado o dissídio.<sup>355</sup> A greve durou dez dias e terminou com a decisão da Justiça do Trabalho favorável ao reajuste variável entre 40%, 30% e 25%, de acordo com três faixas salariais.<sup>356</sup> Além disso, ficou determinado o pagamento pela empresa dos dias em que os empregados permaneceram parados.<sup>357</sup>

O Sindicato dos Ferroviários seguia uma orientação trabalhista. Como vimos, seu presidente, João Batista de Souza, era ligado ao PTB, partido pelo qual se candidatou a

<sup>354</sup> Os empregados propuseram uma tabela de aumento na base de 60% para quem percebesse até Cr\$ 500,00; 50% de Cr\$ 501,00 a 1.000,00; 40% de Cr\$ 1.001,00 a 1.500,00 e 30% de 1.501,00 a 2.500,00 cruzeiros. (“O Correio Trabalhista ouve o Sr. João Batista de Souza...”, op. cit. Ver também: “Os ferroviários de Ilhéus lutam contra a miséria”, op. cit.)

<sup>355</sup> “Ameaçam greve os ferroviários ilheenses”. *Correio Trabalhista*, Salvador, 5 fev. 1946, p. 2; “Em dissídio coletivo os ferroviários de Ilhéus”. *O Momento*, Salvador, 4 mar. 1946, pp. 1, 8; “Entram em greve os ferroviários de Ilhéus”. Idem, 11 mar. 1946, pp. 1, 6; “O Correio Trabalhista ouve o Sr. João Batista de Souza...”, op. cit.; “Ameaça de greve na ferrovia Ilhéus a Conquista”. *A Tarde*, Salvador, 7 mar. 1946, p. 3; “A greve dos ferroviários de Ilhéus”. *A Tarde*, Salvador, 15 mar. 1946, p. 3; “Em greve os ferroviários de Ilhéus”. *Diário da Bahia*, Salvador, 8 mar. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2.

<sup>356</sup> A nova tabela salarial estabeleceu os percentuais de 40% para os empregados que ganhavam até Cr\$ 500,00; 30% de Cr\$ 501,00 a 1.000,00 e 25% a partir de Cr\$ 1.001,00.

<sup>357</sup> “Os ferroviários de Ilhéus vencem a prepotência e a ganância”. *Correio Trabalhista*, Salvador, 26 mar. 1946 s/p.; “Venceram os ferroviários de Ilhéus”. *O Momento*, Salvador, 29 mar. 1946 s/p.

deputado estadual nas eleições de janeiro de 1947 e depois se elegeu vereador na cidade de Ilhéus. No final da greve, o sindicalista enalteceu a atuação do delegado do Trabalho, Sebastião Muniz Falcão, um funcionário “dedicado”, que honrava o cargo que ocupava e merecia a confiança dos trabalhadores na sua “ação serena e reta”. Igualmente, destacou o empenho do presidente do CRT e do Procurador Regional do Trabalho na resolução da questão, bem como a “constante e proveitosa assistência” dispensada pelo Diretório Estadual do PTB aos ferroviários. Também agradeceu aos organizadores do Terceiro Congresso Sindical pelo apoio e assistência jurídica dispensados. No *Correio Trabalhista*, publicou um desagravo contra uma nota “insultuosa” publicada pelo jornal comunista *O Momento*.<sup>358</sup>

Essa greve ilustra bem a versatilidade dos trabalhadores na combinação de diferentes táticas reivindicatórias. Sucessivamente, lançaram mão do envio de petição, tentando obter uma negociação direta com o empregador; do dissídio coletivo na Justiça do Trabalho e, finalmente, da paralisação das atividades. Convém lembrar que a utilização dessas ações nem sempre seguia esta mesma ordem, podendo, inclusive, ocorrer simultaneamente. De igual modo, evidencia as tensões e acomodações entre comunistas e trabalhistas e entre trabalhadores e sindicalistas em face dos movimentos grevistas.

### 2.3 MUDANÇAS CONJUNTURAS E REFLUXO GREVISTA

O afluxo grevista que se propagou pelo país no imediato pós-guerra, alcançando seu apogeu entre o segundo semestre de 1945 e o primeiro trimestre de 1946, decerto, incomodava os patrões e as instâncias governamentais tanto pelos prejuízos econômicos quanto pelo desafio público às suas prerrogativas de autoridades. Com efeito, observou-se a ascensão de um discurso anticomunista, antigrevista e condenatório do movimento sindical, propagado pela grande imprensa e por autoridades políticas, jurídicas e administrativas ligadas ao Ministério do Trabalho. A conjuntura subsequente seria marcada tanto pela mobilização sindical em torno da aprovação na Assembleia Constituinte de garantias legais relativas à liberdade sindical e ao direito de greve quanto pela antecipação de medidas administrativas e jurídicas restritivas desses direitos. Foi nesse contexto que o Presidente Dutra baixou o decreto-lei 9.070, em 15 de março de 1946, que praticamente cerceava o

---

<sup>358</sup>“Protesto dos ferroviários de Ilhéus contra uma nota insultuosa de O Momento”. *Correio Trabalhista*, Salvador, 26 mar. 1946, s/p.

direito de greve e reeditava a exigência do atestado de ideologia para a ocupação dos cargos de direção sindical.<sup>359</sup>

Na Bahia, nos meses que antecederam à publicação do referido decreto, o “problema” das greves era tema recorrente no jornal *A Tarde*<sup>360</sup>. Artigos e notas publicados em diversas edições discutiam suas causas e consequências e sugeriam aos patrões e às autoridades iniciativas com o fim de evitá-las. Um artigo publicado em fevereiro comparava as greves a catástrofes como incêndios e inundações, pelos prejuízos causados à economia e aos próprios trabalhadores. Todavia, vislumbrando a possibilidade de tirar algum proveito das lutas trabalhistas na sua campanha contra o queremismo, o jornal liberal admitia a legitimidade das greves somente quando pretendiam “atender imposições da existência”.<sup>361</sup> Na edição de 18 de março, o matutino reproduziu na íntegra o texto do decreto-lei 9.070, com a advertência de que era falta grave o abandono do trabalho. O decreto também foi justificado pelo *Correio Trabalhista* como uma medida “de defesa à vida e aos interesses da nação”.<sup>362</sup>

Entrementes, na Assembleia Constituinte as questões do direito de greve e da liberdade sindical tanto enfrentavam forte oposição dos partidos ligados às classes dominantes quanto, respectivamente, provocavam controvérsias e tensões entre as bancadas comunista e petebista, publicitadas nas edições de *O Momento* e do *Correio Trabalhista*. Na edição de 11 de março de 1946, o periódico comunista afirmava que a bancada trabalhista era “um apêndice do PSD” e que atuava “francamente contra os trabalhadores”, negando-lhes o direito de greve e reafirmando princípios da constituição de 1937. Igualmente, qualificou seus integrantes de “falsos protetores” que procuravam “iludir e desviar o proletariado da luta enérgica e consequente por uma vida e um futuro melhor”.<sup>363</sup>

No dia seguinte, a folha trabalhista publicou declarações do deputado Segadas Viana acusando “certos elementos da bancada comunista” de tentarem acovardar a Assembleia Constituinte “com turmas de vaia na porta do Parlamento Nacional” e de procurarem intrigar o PTB com o operariado, acusando os parlamentares petebistas de traição ao eleitorado, apenas por discordarem de muitos dos seus pontos de vista. Viana justificou ainda que a bancada trabalhista não tinha compromissos com outros partidos e que tanto votava em

<sup>359</sup> GOMES; D’ARAÚJO, *Getulismo e Trabalhismo*, op. cit., p. 44.

<sup>360</sup> O jornal *A Tarde* era o principal porta-voz das tradicionais elites liberais e antigetulistas na Bahia, agrupadas em torno da UDN e do “Autonomismo”, agrupamento político constituído em oposição ao Estado Novo e ao interventor Juracy Magalhães, sob o lema de “restituir a Bahia à posse de si mesma”. Ver: SILVA, P. S. *Âncoras da tradição*, op. cit.

<sup>361</sup> “As greves”. *A Tarde*, Salvador, 5 fev. 1946, p. 3. Ver também: “Situação grave”. Idem, 1 mar. 1946, p. 3.

<sup>362</sup> “O governo regulamenta o direito de greve”. *A Tarde*, Salvador 18 mar. 1946, p. 3.

<sup>363</sup> “A classe operária e o Partido Trabalhista”. *O Momento*, Salvador, 11 mar. 1946, p. 2.

propostas do PSD quanto apoiava indicações da bancada comunista, quando as considerava justas.<sup>364</sup>

Aliado dos comunistas em diversas ações do movimento sindical na Bahia, o dirigente petebista Inácio Dias de Souza acusava os comunistas de fingirem colaborar com os poderes constituídos e defenderem os interesses do povo enquanto procuravam “tapear e atrair os incautos” com o propósito de “subverter a ordem e o progresso” do país. Em coluna que assinava no *Correio Trabalhista*, ele rotulava os comunistas de “traidores e conspiradores”, um “germe destruidor” que invadia os sindicatos e todas as organizações trabalhistas com o propósito de “pregar a desarmonia entre as classes”. Por fim, alertava a mocidade estudantil e os trabalhadores contra o “perigo comunista” e defendia o apoio das Forças Armadas às medidas do Governo para a “salvaguarda das instituições democráticas e da ordem pública”.<sup>365</sup>

Em contrapartida, *O Momento* atacava o legado do ex-presidente Getúlio Vargas. Na edição de 18 de abril, uma matéria realizada entre os portuários, foi intitulada: “As leis de Getúlio não protegem os pobres”. Entrevistado pela reportagem, o estivador José Júlio de Oliveira, possivelmente um ativista pecebista, reclamava das duras contingências enfrentadas por empregados sindicalizados como ele e afirmava que “as leis getulistas” eram “leis de falsa proteção aos pobres”, pois protegiam “mais aos ricos”.<sup>366</sup> Noutra matéria, realizada entre os tecelões da fábrica São João, que reclamavam do “salário de fome”, das precárias condições de moradia e trabalho, da insalubridade, do desrespeito patronal às convenções coletivas de trabalho, da inexistência de refeitório e das perseguições pelos capatazes, o articulista questionava: “o que fez o *pai dos pobres*, Getúlio Vargas, com a sua legislação trabalhista?”<sup>367</sup>

Essas tensões tanto expressavam as divergências políticas entre o PCB e o PTB na Assembleia Constituinte quanto se relacionavam com as disputas dos dois partidos pelos dividendos eleitorais potencialmente representados pelos sindicatos e trabalhadores em geral. Entrementes, ajudaram a abastecer a crescente campanha anticomunista que começava a tomar curso na grande imprensa, antecipando o clima da guerra fria no Brasil.<sup>368</sup> A crítica à legislação trabalhista e ao ex-presidente Vargas tanto expressava uma mudança na orientação

<sup>364</sup> “Lutaremos sem fazer demagogia, sem tentar acovardar a Assembleia Constituinte com turmas de vaias à porta do Parlamento”. Declarações do Deputado Segadas Viana. *Correio Trabalhista*, Salvador, 12 mar. 1946.

<sup>365</sup> SOUZA, Inácio Dias de. “Brasil social-econômico no governo Getúlio Vargas!...”. *Correio Trabalhista*, 12 mar. 1946, p. 3; “O comunismo força da destruição”. Idem, 26/3/1946, s/p.

<sup>366</sup> “As leis de Getúlio não protegem os pobres”. *O Momento*, Salvador, 18, abr. 1946, pp. 2, 6.

<sup>367</sup> “Os operários da ‘São João’ não trabalham como seres humanos”. *O Momento*, Salvador, 11 maio 1946, p. 2.

<sup>368</sup> “Prestes, agora, quer ‘arrancar a máscara do sr. Getúlio Vargas’”. *O Imparcial*, Salvador, 8 mar. 1946, p. 1.



política veiculada pelo periódico comunista naquela conjuntura quanto podia também sugerir possíveis divergências entre os trabalhadores acerca do legado getulista.

No final de julho, o interventor federal Guilherme Marback foi substituído pelo general Cândido Caldas<sup>369</sup>, comandante da 6ª Região Militar. De acordo com Luís Henrique Dias Tavares, a nomeação do militar foi mais um indicativo “da distância que o presidente Dutra estabelecia em relação aos partidos e aos políticos, preferindo governar com o dispositivo militar”.<sup>370</sup> Por seu turno, Muniz Falcão foi mantido à frente da DRT até abril de 1947, mas assumiu uma postura bem mais repressiva do que conciliatória em face das ações reivindicatórias dos trabalhadores. Aliadas a essas mudanças institucionais, a vigência do decreto-lei 9.070 e a escalada repressiva, que resultou no fechamento do MUT (em abril) e em ingerências da DRT e da DOPS no Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos (em maio), provavelmente causaram algum impacto no movimento sindical e concorreram para refrear o surto grevista na Bahia, no decorrer de 1946. Certo é que, entre abril e dezembro, a imprensa noticiou apenas a ocorrência de duas greves: uma dos empregados da Usina Passagem, no município de Santo Amaro, em fins de julho, e a outra, dos gráficos de Salvador, no final de novembro e início de dezembro.

Foi nessa conjuntura de realinhamento das forças políticas locais e de restrições ao movimento sindical e ao direito de greve que os empregados da Usina Passagem deflagraram greve em protesto contra a demissão do delegado sindical Eduardo Carvalho, por tomar partido de um colega agredido pelo capataz da usina e submetido a quinze dias de suspensão. A paralisação foi deflagrada por uma comissão de empregados, porém as negociações foram conduzidas pelo STIASA, através do presidente Octávio Nunes, com a intermediação da DRT.<sup>371</sup>

Desta feita, o Sindicato dos Canavieiros assumiu uma postura bem mais precavida em relação a esse tipo de ação do que durante a greve geral da categoria ocorrida no final de fevereiro e início de março. Pelo menos, os termos do acordo apontam nessa direção. Juntamente com a revogação das penalidades, sem prejuízo dos direitos dos empregados, ficou acertado que, a partir de então, as demandas trabalhistas seriam resolvidas pelo sindicato e que os associados não tomariam nenhuma medida sem prévia aprovação da direção.<sup>372</sup> Conquanto os grevistas tenham saído vitoriosos na sua reivindicação, os termos do acordo

---

<sup>369</sup> O general Cândido Caldas exerceu a interventoria federal na Bahia de 26 jul. 1946 a 10 abr. 1947.

<sup>370</sup> TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., p. 453.

<sup>371</sup> “Suspensos ainda os trabalhos na Usina Passagem”. *O Momento*, Salvador, 24 jul. 1946, p. 1.

<sup>372</sup> “Vitoriosos os operários da Usina Passagem”. *O Momento*, Salvador, 26 jul. 1946, p. 1.

sinalizam uma preocupação tanto da parte patronal quanto da direção do sindicato em controlar as ações reivindicatórias dos trabalhadores.

Em setembro, os rumos tomados pelo Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, sobretudo com a aprovação da CTB, provocaram a queda do ministro Otacílio Negrão de Lima e sua substituição por Morvan Dias Figueiredo.<sup>373</sup> De acordo com Ângela C. Gomes e Maria C. D' Araújo, a indicação do empresário paulista, vice-presidente da Fiesp, para a pasta do Trabalho traduzia a “forte influência empresarial na formulação das políticas econômica e social do país” em voga no governo Dutra. Conforme analisaram, com o crescimento das inquietações operárias após 1945, a “necessidade do estabelecimento de novas formas de controle” sobre o movimento sindical tornou-se uma tônica no meio patronal. Aliado a isto, o clima da guerra fria que chegava ao Brasil “alimentou a diretriz repressiva que vinha sendo articulada dentro do Ministério do Trabalho”.<sup>374</sup>

Paulatinamente, as autoridades jurídicas e administrativas impunham restrições à atuação dos comunistas e ao movimento sindical. Em novembro, o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto, dirigiu aos interventores uma circular considerando em vigência o decreto-lei 9.070, contrariando assim o direito de greve consagrado na Constituição de 1946.<sup>375</sup> Logo em seguida, o delegado do Trabalho na Bahia, Muniz Falcão, publicou um “Aviso aos Sindicatos” determinando que as autorizações para a convocação de assembleias deviam ser requeridas com a antecedência mínima de oito dias e com a especificação da pauta, do dia e hora da realização. Além disso, as plenárias só poderiam ser convocadas pela diretoria do sindicato e não deviam abarcar nenhuma questão estranha à pauta aprovada pela DRT. Os sindicatos também ficavam proibidos de se filiarem a organizações internacionais ou organismos a elas associadas e igualmente de se relacionarem “com quaisquer movimentos situados fora do plano do sindicalismo nacional, especialmente, partidos políticos”.<sup>376</sup>

As medidas, segundo Muniz Falcão, pretendiam impedir a transformação das organizações sindicais em células ou núcleos políticos e evitar que os trabalhadores se tornassem “vítimas de uma trama política”, que pretendia “revolucionar o sindicalismo, implantar a anarquia, a indisciplina e a sabotagem do trabalho”.<sup>377</sup> Por outro lado, foram

<sup>373</sup> Morvan Dias de Figueiredo ocupou a pasta do Trabalho de 30 out. 1946 a 30 set. 1948. Segundo Gomes e D'Araújo, ele era um empresário “nacionalista” ligado à pequena e média empresa. Embora seu nome possuísse trânsito no PTB, não se tratava obviamente de um trabalhista. (GOMES; D' ARAÚJO, *Getulismo e Trabalhismo*, op. cit., p. 45)

<sup>374</sup> GOMES; D' ARAÚJO, *Getulismo e Trabalhismo*, op. cit., pp. 45/6.

<sup>375</sup> “Pretendendo abolir o direito de greve...”. *O Momento*, Salvador, 14 nov. 1946, p. 5.

<sup>376</sup> “Os trabalhadores baianos precisam estar alertas”. *O Imparcial*, Salvador, 29 nov. 1946, p. 8; “A Delegacia do Trabalho desrespeita a Constituição”. *O Momento*, s/d.

<sup>377</sup> Idem.

contestadas pelas diretorias da CTB e da USTB, por considerá-las inconstitucionais e destinadas a dividir os trabalhadores e desprestigiar suas organizações sindicais. Em manifesto dirigido aos trabalhadores e ao povo baiano, esses organismos intersindicais protestavam contra a tentativa da DRT de controlar as “ordens do dia” das assembleias sindicais ao invés de tomar providências contra a exploração do trabalho de menores e mulheres, a falta de fiscalização das oito horas de trabalho e uma série de outras irregularidades praticadas pelos empregadores.<sup>378</sup>

Apesar das contramarchas relativas à garantia da liberdade sindical e ao exercício do direito de greve, no último dia de novembro os gráficos de Salvador paralisaram os serviços tentando provocar a instauração *ex officio* de dissídio coletivo para discutir aumento de salários. Antes da paralisação, os empregados tentaram estabelecer uma negociação direta com os patrões, mas não obtiveram êxito. Em seguida, quiseram impetrar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, mas não foi possível porque a Associação Profissional dos Operários Gráficos da Cidade do Salvador não possuía o enquadramento sindical, pré-requisito exigido pela legislação trabalhista. Com efeito, os gráficos decidiram envidar esforços pela legalização do sindicato e estipularam o prazo de uma semana para a expedição da carta de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho, sob a ameaça de greve.<sup>379</sup>

Apesar dos esforços envidados pelo delegado do Trabalho e pelo Procurador da Justiça do Trabalho, Luiz de Pinho Pedreira, não se chegou a uma conciliação e, conseqüentemente, foi deflagrada a greve. O movimento teve o apoio irrestrito da USTB e, apesar do clima tenso, transcorreu sem maiores sobressaltos. No segundo dia de paralisação, foi emitida a carta de reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica do Salvador e instaurado o dissídio coletivo pelo CRT. Com efeito, os empregados decidiram voltar ao trabalho e aguardar pelo pronunciamento da Justiça do Trabalho.<sup>380</sup>

Embora a conjuntura do segundo semestre de 1946 já sinalizasse possíveis contramarchas no processo de democratização: frequentes investidas repressivas contra o movimento sindical, ascendente discurso anticomunista e antigreve, validação do decreto-lei 9.070 e restrições à liberdade sindical, o movimento sindical permanecia ativo, o PCB atuava

<sup>378</sup> “A USTB protesta contra a atitude da Delegacia do Trabalho”. *O Momento*, Salvador, 31 dez. 1946, p. 5.

<sup>379</sup> “A União Sindical dos Trabalhadores Baianos apoia o movimento de reivindicação dos gráficos”, op. cit.; “Os gráficos vão à greve”. *Estado da Bahia*, Salvador, 30 nov. 1946, p. 3; “Volta a circular o Estado da Bahia. Idem, 3 dez. 1946, p. 3; “Os gráficos concedem 8 dias de prazo”. *O Momento*, s. d.; “A intransigência patronal leva os gráficos à greve”. Idem, 31 nov. 1946; “Após recorrerem a todos os recursos, os gráficos baianos entraram ontem em greve”. Idem, 1 dez. 1946, pp. 1, 8; “Vitoriosos com o reconhecimento do seu sindicato, os gráficos voltaram, ontem, ao trabalho”. Idem, 3 dez. 1946, p. 1; “Os gráficos confiam na decisão da Justiça do Trabalho”. Idem, 4 dez. 1946, p. 5.

<sup>380</sup> Idem.

na legalidade, participando ativamente da Constituinte e das eleições, as militâncias comunista e trabalhista atuavam explicitamente nos sindicatos e nas ruas, e as greves ainda podiam lograr êxito. Todavia, talvez por uma atitude preventiva dos trabalhadores, declinava o surto grevista. Como se verá no terceiro capítulo, a partir de 1947, *pari passu* com a institucionalização de uma política anticomunista se ampliariam as medidas repressivas, administrativas e jurídicas contra o movimento sindical.

#### 2.4 A NEGOCAIÇÃO DIRETA E A VIA JURÍDICA

No biênio 1945/6, entre as diversas ações reivindicatórias mobilizadas pelos trabalhadores na capital e em algumas cidades no interior da Bahia, constava a tentativa de negociação direta com os patrões, sem dispensar a intermediação de advogados, representações sindicais, da DRT e de autoridades públicas. Nesta perspectiva, uma das estratégias frequentemente mobilizadas era o encaminhamento de petições aos empregadores, aos representantes dos poderes legislativo e executivo, ao delegado regional do Trabalho ou a alguma outra autoridade administrativa, tentando viabilizar suas pautas de reivindicações. Eram os chamados memoriais.

No final de janeiro de 1945, os comerciários baianos enviaram um desses memoriais aos empregadores, reivindicando aumento salarial e o estabelecimento da semana inglesa para todos os comerciários, inclusive os empregados de armazéns. Conforme argumentaram, os percentuais que estavam propondo, variáveis entre 75% (para o menor salário) e 20% (para a maior remuneração), não correspondiam ao aumento do custo de vida, serviam apenas para amenizar a situação difícil em que se encontravam.<sup>381</sup> Esta mesma iniciativa foi empreendida por diversas outras categorias profissionais, a exemplo dos estivadores, transviários, eletricitários e panificadores.

Em fevereiro, o Sindicato dos Estivadores dirigiu um memorial ao presidente da Comissão de Marinha Mercante, ao Ministro do Trabalho e ao Presidente da República, reivindicando 100% de aumento nos salários e adicional de 50% nos domingos, feriados e serviços noturnos, além de outros seis pontos referentes às condições, jornadas e remuneração do trabalho. Também foi enviado um telegrama ao presidente da Assembleia Constituinte, solicitando a atenção dos constituintes para as justas reivindicações da categoria.<sup>382</sup>

---

<sup>381</sup> “Os comerciários pleiteiam 75% de aumento”. *O Imparcial*, Salvador, 28 jul. 1945, p. 3.

<sup>382</sup> “Os estivadores aguardam resposta ao seu memorial”. *O Momento*, Salvador, 25 fev. 1946, p. 5.

Impulsionadas pela defasagem salarial e a elevação do custo de vida, geralmente essas ações eram mobilizadas pelos empregados nos próprios locais de trabalho ou deliberadas em assembleias e apoiadas pelos respectivos sindicatos, por organismos intersindicais e mediadas pela DRT. Apesar da prudência demonstrada pelos empregados na redação dos memoriais, certas vezes apelando para o “espírito fraternal e de justiça” e para o “bom senso” dos empregadores - provavelmente uma estratégia para favorecer uma conciliação -, muitas dessas ações não lograram êxito. Por seu turno, os patrões geralmente alegavam incapacidade financeira para atenderem as reivindicações. Outras petições traziam ameaças de dissídio coletivo ou de greve, caso o pleito não fosse atendido. A depender das circunstâncias, essas ameaças podiam se converter em prática efetiva.

Em meados de abril, o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos da Cidade do Salvador apresentou uma petição à direção da Companhia Linha Circular reivindicando 50% de aumento para seus associados e ameaçando recorrer à greve geral caso o pleito não fosse atendido. Por deliberação da assembleia, o presidente Acilino Borges da Fonseca e uma comissão de trabalhadores de todas as seções da empresa ficaram responsáveis pelo encaminhamento da proposta.<sup>383</sup> Embora tenha considerado “justa” a reivindicação, a empresa alegou dificuldade financeira para a concessão do aumento, bem como para a melhoria dos serviços prestados, que eram motivo de constantes reclamações dos usuários. Contudo, condicionou o atendimento da reivindicação à autorização governamental para a majoração do preço das passagens.<sup>384</sup>

Pressionada pela ameaça de greve, em 20 de abril a administração municipal autorizou o aumento da tarifa de transporte, mediante obrigação de a Companhia recolher à Prefeitura uma quantia fixa anual para investimento na melhoria dos serviços e outra para o aumento dos salários.<sup>385</sup> Desta última, resultaria um aumento médio de 20% para todos os empregados.<sup>386</sup> Decerto, a empresa, que era uma concessionária de serviços públicos, aproveitou a oportunidade para promover a elevação das tarifas cobradas, podendo inclusive ter incentivado a ação dos empregados, com este fim.

Para a apreciação da proposta, foi realizada uma assembleia, presidida pelo Secretário de Segurança Pública, coronel Alberto Paz, com as presenças do Delegado Auxiliar, do Delegado da Ordem Pública, de um representante da DRT e do advogado do sindicato, o

---

<sup>383</sup> “O aumento de salários dos empregados da Circular”. *O Imparcial*, Salvador, 17 abr. 1945, p. 5.

<sup>384</sup> *Idem*.

<sup>385</sup> As quantias correspondiam respectivamente a Cr\$ 2.400.000,00 anuais, em quotas mensais de Cr\$ 200.000,00 e Cr\$ 1.800.000,00 anuais.

<sup>386</sup> “A ‘Circular’ e as pretensões dos seus empregados”. *O Imparcial*, Salvador, 18 abr. 1945, p. 5.

ativista trabalhista Dorival Passos, e a assistência de um grande número de trabalhadores, segundo *O Imparcial*. A composição da mesa diretora da assembleia tanto evidencia a permanência da interferência policial na vida interna dos sindicatos quanto indica a importância dos serviços prestados pela categoria e a preocupação das autoridades em evitar a greve. Horas antes do início da sessão, o local já estava intransitável, condutores e motorneiros misturavam-se com funcionários dos escritórios e da energia elétrica da companhia, ansiosos por uma solução positiva da questão. A opinião corrente entre os empregados, de acordo com a fonte, era que deviam ser mantidos os termos do memorial, ou seja, 50% de aumento ou a greve geral. Mas, durante a sessão, eles foram convencidos pelo advogado do sindicato e pelos outros integrantes da mesa a aceitar uma contraproposta, que estabelecia diferentes percentuais de reajuste, regressivos conforme maiores fossem os vencimentos.<sup>387</sup>

Posteriormente, o sindicato enviou um memorial ao Prefeito da cidade reconhecendo os esforços empenhados para a viabilização do aumento, porém ressaltando que a majoração das passagens sobrecarregava, ainda mais, uma população “que já se debatia numa grande crise”, enquanto a empresa não arcaria com nenhuma despesa. Além disso, advertiu que o acordo firmado não correspondia ao aumento pleiteado pelos empregados, cujos salários encontravam-se “muito aquém do indispensável” à subsistência. Logo, não assegurava um longo período de tranquilidade, como pretendia o governo, mas apenas procurava “remediar a situação”, adiando a solução do problema por algum tempo.<sup>388</sup>

Sem dúvida, o aumento do custo de vida e a defasagem salarial foram os principais motivos de inquietação dos trabalhadores no final da conjuntura de guerra. Portanto, nada mais natural que os pedidos de aumento dominassem a pauta de reivindicações de muitas categorias.<sup>389</sup> Todavia, como vimos, os empregados, aliados aos pleitos salariais, também reivindicaram autonomia e liberdade sindical, o direito de greve, melhores condições de vida e de trabalho, a supressão do despotismo patronal, a materialização e o aperfeiçoamento da legislação trabalhista e tomaram parte nas principais questões que agitaram a grande política.

Os êxitos alcançados por algumas categorias profissionais nessas ações podiam ter efeito encorajador, iluminando o caminho para outros trabalhadores. Em maio de 1945, um memorial enviado pelos padeiros à Associação dos Estabelecimentos de Padaria em

<sup>387</sup> A proposta previa os seguintes percentuais: 50% para os empregados que recebiam até Cr\$ 300,00 mensais; 40% até Cr\$ 500,00; 20% para os que recebiam até Cr\$ 1.000,00 e 10% para os que recebiam acima deste último valor. “Pleiteiam um salário maior”. *O Imparcial*, Salvador, 22 abr. 1945, p. 7.

<sup>388</sup> “Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris da Cidade do Salvador.” *O Imparcial*, Salvador, 22 abr. 1945, p. 2.

<sup>389</sup> “Clamam as classes: Queremos aumento! Abaixo a carestia!” *O Imparcial*, Salvador, 21 ago. 1945, p. 4.

Salvador, reivindicando aumento de salários, justificava que a majoração ocorrida no preço do pão propiciava a concessão do reajuste. Os padeiros argumentavam ainda que estavam sendo norteados pelos mesmos princípios e pelas mesmas necessidades que determinaram o acordo obtido pelos empregados da Cia. Linha Circular (CLC).<sup>390</sup> Em julho, os eletricitários recorreram à DRT para negociar uma nova tabela salarial com Companhia de Energia Elétrica da Bahia. O aumento era reivindicado com base no decreto-lei 7.524 que determinou um acréscimo de 10% nas tarifas cobradas pelas companhias concessionárias para atendimento do aumento pleiteado pelos seus empregados. Com a mediação do delegado do Trabalho, foi celebrada uma conciliação.<sup>391</sup>

Em agosto de 1945, os gráficos dos jornais e empregados na indústria gráfica de Salvador também mobilizavam uma campanha salarial. Inicialmente, a Associação Tipográfica Baiana enviou um telegrama ao Presidente Getúlio Vargas, solicitando o cumprimento da tabela de aumento aprovada no Segundo Congresso dos Trabalhadores Baianos. Em seguida, uma assembleia da categoria deliberou pela formação de uma comissão de salário e pelo encaminhamento de um memorial aos empregadores, propondo uma nova tabela salarial.<sup>392</sup>

No segundo semestre de 1946, o Sindicato dos Trabalhadores em Panificação e Confeitaria da Cidade do Salvador encaminhou novo memorial aos empregadores pleiteando aumento de salários. A petição estabelecia o prazo de oito dias para o atendimento da reivindicação, senão suscitariam dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. A iniciativa teve o apoio da Comissão Permanente do Terceiro Congresso Sindical. Na época, os panificadores enfrentavam o aumento do custo vida e o problema do desemprego decorrente da escassez de trigo, que atingiu mais de quatrocentos empregados. Além disso, reclamavam da coação policial durante as assembleias, pois a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida era encarada “como caso de polícia”.<sup>393</sup>

As tentativas de negociação direta com os patrões, certas vezes aliadas à busca de mediadores entre a DRT, a Justiça do Trabalho, lideranças sindicais, advogados e

<sup>390</sup> “Os padeiros querem acréscimo de sessenta por cento nos seus salários. Memorial apresentado à Associação dos Estabelecimentos de padaria nesta capital”. *O Imparcial*, Salvador, 17 maio 1945, p. 3.

<sup>391</sup> Conforme ficou acordado, os empregados que ganhavam entre Cr\$ 12,00 e 20,00 diários teriam um aumento de 30%; entre Cr\$ 20,00 e 40,00 teriam 15%; entre Cr\$ 40,00 a 80,00 teriam 10% e acima de 80,00 teriam 5%. (“Elevação dos salários dos empregados em empresas elétricas”. *O Imparcial*, Salvador, 22 jul. 1945, p. 8; “O aumento de salários dos empregados na Cia. de Energia Elétrica da Bahia”. *Idem*, 25 jul. 1945, p. 3).

<sup>392</sup> “Os gráficos baianos querem aumento”. *O Imparcial*, Salvador, 21 ago. 1945, p. 5; “Aumento de salários dos operários gráficos da Bahia”. *Idem*, 20 set. 1945, p. 2.

<sup>393</sup> “Lutam os panificadores por melhores salários”. *O Momento*, Salvador, 13 jul. 1946, p. 2; “Apelam para o povo os panificadores desempregados”. *Idem*, 14 nov. 1946, p. 5.

representantes dos poderes legislativo e executivo, foram estratégias frequentemente utilizadas pelos trabalhadores na tentativa de viabilizar suas pautas de reivindicações. Antes de indicarem uma capitulação ou acomodação perante os apelos colaboracionistas e conciliatórios dos seus interlocutores<sup>394</sup>, as situações narradas nos casos citados apontam para uma adaptação das táticas reivindicatórias às circunstâncias da conjuntura política, apropriando-se de argumentos discursivos em voga na época para fazer valer seus interesses e objetivos. Certamente, a arte de negociar e a perspectiva da conciliação não eram estranhas aos trabalhadores.<sup>395</sup> Todavia, quando não alcançavam êxito na negociação direta, a depender da circunstância, algumas categorias tanto lançavam mão de ações grevistas quanto recorriam ao arbitramento da Justiça do Trabalho.

No contexto da redemocratização e da política pecebista de União Nacional, *pari passu* com as iniciativas governamentais e as ações dos magistrados e advogados do trabalho no sentido de afirmar o papel da Justiça do Trabalho como organismo mediador dos conflitos trabalhistas, a via jurídica também era recomendada pelo PCB, pelo PTB e pelo MUT como alternativa para que os trabalhadores evitassem as greves. Por seu turno, os próprios empregados reconheciam na mediação jurídica uma alternativa na luta por aumento de salário e por direitos trabalhistas. Na Bahia, a partir de abril de 1946, em contrapartida à vacância grevista parece ter havido um incremento de outras ações reivindicatórias, sobretudo a tentativa de negociação direta, através de petições, e a instauração de dissídios coletivos e reclamações trabalhistas<sup>396</sup> na Justiça do Trabalho. Ou, pelo menos, essas ações ganharam maior destaque no periódico comunista *O Momento*.

No segundo semestre de 1946, diversas categorias profissionais lançaram mão desses expedientes para tentar viabilizar suas reivindicações coletivas. Geralmente, o dissídio coletivo era acionado pelos sindicatos dos trabalhadores após tentativas fracassadas de negociação direta, quando havia quebra de acordo pelos patrões ou quando fracassavam as ações grevistas. Certas vezes, também era instaurado *ex officio* pela Justiça do Trabalho para evitar ou solucionar uma greve. Com o tempo, alguns sindicatos passaram a jogar com a ameaça de greve, com o objetivo de forçar a instauração de um dissídio coletivo, notadamente quando não logravam êxito na tentativa de negociação direta.

Em julho de 1946, os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de São Félix e Cachoeira; Muritiba e Afonso Pena; Maragogipe; Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus,

---

<sup>394</sup> Esta perspectiva analítica predominou em muitas das abordagens sociológicas e das ciências políticas dos anos 1960 e 1970, notadamente em estudos influenciados pela tese do populismo.

<sup>395</sup> SOUZA, *Lei e costume...*, op. cit.

<sup>396</sup> Ver tabela 5, apêndice F



conjuntamente, suscitaram dissídio coletivo contra os empregadores, pleiteando 100% de aumento salarial. Os sindicatos tiveram a assessoria jurídica dos advogados Dorival Passos e Carlos Aníbal Correia, ambos ligados ao PTB. Segundo a reportagem de *O Momento*, apesar do aumento exorbitante no custo de vida, os salários permaneciam os mesmos que eram pagos antes do início da guerra. A maioria dos empregados recebia por tarefas, quase sempre, exaustivas e mal remuneradas. Apesar das longas jornadas e do esforço empreendido, dificilmente conseguiam atingir o valor do salário mínimo. Com a intermediação da DRT, em 17 de julho foi firmado um acordo com as fábricas Costa Penna, Dannemann, Suerdieck, Leite e Alves e C. Pimentel, que definiu uma majoração escalonada de 15%, 20% e 25% para os empregados mensalistas, de acordo com três faixas salariais, de 15% para os diaristas e 30% para os tarefeiros, sem prejuízo de um abono anteriormente concedido. O acordo devia ser estendido a todas as firmas do setor, mas foi rejeitado pelos proprietários dos armazéns de beneficiamento e exportação de fumo e, por isso, não se efetivou. O periódico comunista fez questão de destacar que um desses armazéns pertencia ao deputado Luiz Barreto Filho, do PSD, eleito inclusive com o voto de alguns dos seus empregados. Com o impasse, a questão foi remetida à Justiça do Trabalho, mas não encontramos o desfecho.<sup>397</sup>

No final de julho, o Sindicato dos Empregados em Carris Urbanos da Cidade do Salvador também impetrou dissídio coletivo contra a Companhia Linha Circular (CLC) reivindicando aumento de salários. A empresa era subsidiária da Companhia norte-americana “*Bond and Share*”, responsável pelos serviços de carris urbanos, energia elétrica e telefone na cidade de Salvador, frequentemente rotulada de “truste imperialista” ou “polvo americano” pelo jornal *O Momento*. Na pauta de reivindicações constavam ainda: extensão dos passes livres a todos os empregados, adicional em dobro para o trabalho noturno, pagamento de salários iguais para funções idênticas, construção de refeitório e fornecimento de fardamento, capotes e calçados. Alegando déficit financeiro, a CLC, como era recorrente, tentou condicionar o aumento dos salários à majoração das tarifas de transporte. Em 22 de novembro, o TRT aprovou o reajuste de 25%, retroativo à data de abertura do processo, porém descartou a majoração das passagens. Em seu parecer, o relator, Álvaro Nascimento, afirmou que esse argumento sempre era levantado pela empresa quando se discutia o reajuste

---

<sup>397</sup> “O fumageiros reivindicam aumento de 100 por cento nos salários. Será suscitado dissídio coletivo”. *O Momento*, Salvador, 5 jul. 1946, pp. 2, 6; “Salários ridículos, recebem os operários de Cachoeira e São Félix”. *Idem*, 9 ago. 1946, p. 3; “Lutam os fumageiros por melhores condições de vida”. *Idem*, 11 ago. 1946, p. 1; “75 cruzeiros, ganham os operários na indústria do fumo”. *Idem*, 11 ago. 1946, p. 2.

salarial, porém da última vez que foi acatado ela foi mais beneficiada do que os empregados, ao ponto de comprar bondes novos.<sup>398</sup>

Em outubro, foi o Sindicato dos Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Salvador que requereu a instauração de dissídio coletivo contra os proprietários das indústrias têxteis, pleiteando aumento de salários. Antes de recorrerem à justiça, os tecelões apresentaram um memorial aos empregadores, reivindicando 100% de aumento e estipularam o prazo de oito dias para a resposta ou recorreriam à via jurídica.<sup>399</sup> Sem acordo, em novembro o sindicato suscitou dissídio coletivo. Uma comissão de empregados foi constituída para acompanhar o encaminhamento do processo. Ouvidos pela reportagem de *O Momento*, motorneiros, condutores, operários da linha férrea e um fiscal reclamaram do custo de vida, dos baixos salários e declararam-se confiantes na decisão da Justiça do Trabalho, mas não encontramos o desfecho do processo.<sup>400</sup> Nesse contexto, apesar das críticas à instituição, os comunistas apoiavam a luta jurídica por direitos.

Em novembro, os gráficos também suscitaram dissídio coletivo na Justiça do Trabalho contra as empresas jornalísticas pleiteando aumento de salários, após fracassar a tentativa de obter uma negociação direta com os empregadores por intermédio de um memorial reivindicatório.<sup>401</sup> Uma comissão de salários foi constituída para acompanhar o presidente, Guilherme Duque, e o assessor jurídico do sindicato nas negociações. Fracassadas as tentativas de entendimento promovidas pela DRT e pelo Procurador da Justiça do Trabalho, Luiz de Pinho Pedreira, no último dia de novembro os gráficos deflagraram greve, tentando “levar a Justiça do Trabalho a suscitar o dissídio coletivo”, *ex officio*. Em seguida o Ministro do Trabalho assinou a carta de reconhecimento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Gráfica do Salvador, e o Conselho Regional do Trabalho instaurou dissídio coletivo para solucionar a questão. Com efeito, a categoria suspendeu a paralisação.<sup>402</sup>

Na primeira audiência, foi homologado um acordo entre os gráficos e as oficinas tipográficas, todavia não houve entendimento com as empresas jornalísticas, devido à

<sup>398</sup> “Além do aumento dos salários, são inúmeras as reivindicações dos operários da C.L.C.”. *O Momento*, Salvador, 25 jul. 1946, p. 2; “Os transviários confiam na decisão do Tribunal Regional do Trabalho”. *Idem*, 6 nov. 1946, p. 2; “Aumento de salários para os trabalhadores da C.L.C.”. *Idem*, 23 nov. 1946, pp. 1, 8.

<sup>399</sup> “Os tecelões reivindicam aumento de cem por cento nos seus salários”. *Idem*, 23 out. 1946, p. 1.

<sup>400</sup> “Os tecelões vão ao dissídio coletivo”. *Idem*, s/d.; “Os transviários confiam na decisão do Tribunal Regional do Trabalho”. *Idem*, 6 nov. 1946, p. 2.

<sup>401</sup> “Dissídio coletivo dos gráficos”. *Idem*, 14 nov. 1946, p. 5.

<sup>402</sup> “A União Sindical dos Trabalhadores Baianos apoia o movimento de reivindicação dos gráficos”, *op. cit.*; “Os gráficos concedem 8 dias de prazo”, *op. cit.*; “A intransigência patronal leva os gráficos à greve”, *op. cit.*; “Após recorrerem a todos os recursos, os gráficos baianos entraram ontem em greve”, *op. cit.*; “Vitoriosos com o reconhecimento do seu sindicato...”, *op. cit.*; “Os gráficos confiam na decisão da Justiça do Trabalho”, *op. cit.*; “O Tribunal Regional do Trabalho julgará, hoje, o Dissídio Coletivo dos Gráficos”. *O Momento*, Salvador, 29 dez. 1946, p. 5.

intransigência dos proprietários do jornal *A Tarde* e dos *Diários Associados*, segundo *O Momento*. Em 27 de dezembro, finalmente foi resolvido o dissídio coletivo. Ratificando o parecer da Procuradoria da Justiça do Trabalho, o relator Carlos Coqueijo manifestou-se favorável ao aumento variável entre 40%, 35% e 25%, de acordo com três faixas salariais, mas deduzindo desses percentuais a última majoração concedida pelas empresas. O vogal dos empregados defendeu a aplicação do aumento sobre os vencimentos vigentes, mas foi voto vencido neste aspecto. Mesmo assim, o resultado foi considerado uma vitória pelos trabalhadores. Durante a greve, ampliou-se o movimento de organização da categoria em torno do seu sindicato, com a organização de núcleos por setores de atividade.<sup>403</sup>

Como assinalei em recente estudo, geralmente a greve não era o primeiro e, certas vezes também, não era o último nem o principal recurso acionado pelos trabalhadores na luta por direitos. Frequentemente, era precedida de tentativas de negociação direta, da busca de mediadores para tentar uma conciliação e, certas vezes, da abertura de dissídios coletivos na Justiça do Trabalho. Por outro lado, o término de uma greve podia se desdobrar em dissídios coletivos e reclamações individuais na Justiça do Trabalho, notadamente quando não alcançava êxito na pauta de reivindicações ou para a reparação de retaliações impostas aos grevistas.<sup>404</sup>

Provavelmente, no decorrer de 1946, as restrições jurídicas e administrativas ao direito de greve, a ameaça de retrocessos no processo democrático e a permanência da coerção policial aliada ao despotismo patronal podem ter contribuído para o arrefecimento do ímpeto grevista e para o incremento de outras ações reivindicatórias, a exemplo da tentativa de obter uma negociação direta, da busca pela intermediação das autoridades constituídas e dos dissídios coletivos e reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho. Contudo era apenas o prenúncio de tempos sombrios que estavam por chegar. Como assinalou Ricardo Maranhão, na conjuntura que se abriu com o desfecho da Segunda Guerra, o tema “da construção da democracia reorientou particularmente as ações e as expectativas referentes ao movimento operário”. Diante de “uma mobilização e participação da classe operária nunca antes vista na história do Brasil, as atenções dos grupos políticos se voltam para ela, mesmo que para propor sua exclusão”.<sup>405</sup>

As diversas situações relatadas ao longo desses dois capítulos discrepam, portanto, das teses que frequentemente afirmaram uma suposta insignificância política do operariado

---

<sup>403</sup> “Vitoriosos os operários gráficos”. *O Momento*, Salvador, 28 dez. 1946, p. 2; “Amplia-se o movimento de organização dos gráficos”. *Idem*, 31 dez. 1946, p. 5.

<sup>404</sup> SOUZA, *Lei e costume*, op. cit., p. 177.

<sup>405</sup> MARANHÃO, *Sindicalismo e democratização*, op. cit., p. 19

baiano antes do advento da indústria petrolífera.<sup>406</sup> Contrariam interpretações que subestimaram o potencial organizativo/reivindicatório e a cultura de classe dos trabalhadores baianos nessa conjuntura, reduzindo-os à condição de massa manipulável, submetida ao jugo de interesses e disputas políticas protagonizadas por interlocutores externos à classe operária: patrões, Estado, políticos, autoridades administrativas, comunistas, trabalhistas, etc.

---

<sup>406</sup> AZEVEDO, “O advento da Petrobrás no Recôncavo”, op. cit.; GUIMARÃES, Antônio S. A. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 1982; Idem, *Um sonho de classe*, op. cit.; OLIVEIRA, *Elo perdido*, op. cit.; OLIVEIRA JR. *A usina dos sonhos*, op. cit.

## CAPÍTULO 3

### TRABALHADORES, SINDICATOS E POLÍTICA

[...] porque muitos são os pontos de semelhança entre o ambiente da política baiana e o quadro desse período que antecedeu à libertação dos escravos. Enquanto se processava o movimento pela libertação jurídica dos escravos, era esse o ambiente político brasileiro. Hoje, quando se processa o movimento de libertação dos trabalhadores, para sua redenção final, a história parece que se repete.

[...]

Misturam-se reacionários, conservadores, liberais e comunistas para a conquista do poder na Bahia. E o Partido Trabalhista Brasileiro vem só, orgulhosamente só [...]

Trabalhadores baianos! Estão conjugadas contra nós todas as forças políticas e administrativas aqui organizadas. Só um milagre nos dará a vitória. Mas esse milagre pode ser realizado pela vossa fé, pelo vosso idealismo combativo, pela confiança em vós mesmos.<sup>407</sup>

A partir de 1945, com o restabelecimento da liberdade política (reorganização dos partidos e retomada das eleições diretas para os cargos executivos e legislativos) e o advento de uma política de massas, o trabalhador tornava-se peça chave na configuração do jogo político.<sup>408</sup> Apresentando-se como interlocutores das classes trabalhadoras e com uma inserção mais efetiva de suas bases nos sindicatos e locais de trabalho, o PCB e o PTB se credenciavam a levar alguma vantagem sobre os concorrentes na disputa por esse eleitorado. Contudo, os “partidos das classes dominantes” (UDN, PSD, PR) também cortejaram setores proletários e populares em geral, procurando atrair esse importante contingente eleitoral.

O cruzamento dos discursos, programas e estratégias de campanha com os dados relativos à votação obtida pelos candidatos e pelas respectivas legendas, por seções ou locais de votação, nas eleições estaduais (de janeiro) e municipais (de dezembro) de 1947, pode ajudar a explicar o comportamento eleitoral de parcela dos trabalhadores baianos naquela conjuntura política.<sup>409</sup>

<sup>407</sup> Trecho do discurso pronunciado por Getúlio Vargas no comício do PTB em Salvador, em 13 jan. 1947. “Getúlio Vargas falou à Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 14 jan. 1947, p. 1.

<sup>408</sup> Por lei, podiam ser alistados como eleitores os brasileiros, de ambos os sexos, maiores de 18 anos, exceto: os que não sabiam ler nem escrever, os militares em serviço ativo, salvo os oficiais; os mendigos; os que estivessem, temporariamente, privados dos direitos políticos (BRASIL. Decreto-lei n. 7.586, 28 maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 fev.1945. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 27 jul. 2014).

<sup>409</sup> No Brasil, alguns estudos têm evidenciado a relação dos trabalhadores com a política partidária, eleitoral e legislativa nesse período, especialmente com o PCB. Ver: FRENCH, *O ABC dos operários*, op. cit.; SILVA, A

### 3.1 AS ELEIÇÕES DE 1945 E 1947 NA BAHIA

Embora atuassem conjuntamente na defesa de muitas das bandeiras do movimento sindical, comunistas e trabalhistas, na Bahia, assumiram posições antagônicas nas eleições de janeiro de 1947. Enquanto o PTB marchou sozinho com a candidatura de Antônio Medeiros Neto<sup>410</sup> ao governo do estado, o PCB deliberou aderir à candidatura do udenista Octávio Mangabeira, apoiada pela Coligação Democrática Autonomista que aglutinava a UDN, o PSD, o PR, a Esquerda Democrática e o PRP dos ex-integralistas.

Procurando cortejar o eleitorado proletário, os partidos majoritários da Coligação introduziram nos seus discursos e programas algumas bandeiras populares e trabalhistas. Entrementes, Otávio Mangabeira<sup>411</sup> era apresentado como um “homem do povo” que prometia “governar com o povo”. Em comício de 27 de dezembro, na Praça da Sé, em Salvador, Juracy Magalhães<sup>412</sup> afirmou que o candidato udenista nascera na Rua das Verônicas, “em meio a uma pobreza honrada” e que, depois de quarenta anos “de exemplar vida pública”, continuava pobre e honrado. Acrescentava:

---

*carga e a culpa*, op. cit.; COSTA, *Em busca da memória*, op. cit.; FORTES, *Nós do Quarto Distrito...*, op. cit.; ARAÚJO, Camilo Buss. *Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964*. Tese (Doutorado em História). Campinas/SP, Unicamp, 2013. Na Bahia, onde existe uma tradição de estudo das elites políticas, inexistem pesquisas sobre a participação dos trabalhadores na política. Para este período, as únicas referências a este respeito são os estudos sobre o PCB.

<sup>410</sup> Fazendeiro e advogado, Antônio Garcia de Medeiros Neto era um político remanescente da Primeira República (“severinista” na década de 1920). Após a revolução de 1930, aliou-se ao interventor Juracy Magalhães. Em 1932, participou da fundação do PSD, partido pelo qual se elegeu deputado federal constituinte em 1933. Após a promulgação da Constituição de 1934, se elegeu senador, exercendo a presidência do Senado de 1935 a 1937, quando o Congresso foi fechado pelo golpe de novembro. Afastado de Juracy, pela posição favorável ao golpe, tornou-se alto funcionário do Estado Novo. Em 1945, foi membro fundador e tornou-se presidente do PTB na Bahia. (“Candidato do quererismo o sr. Medeiros Neto”. *Estado da Bahia*, Salvador, 3 dez. 1946, p. 3; “O candidato do Partido Trabalhista ao Governo da Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 8 dez. 1946, pp. 1, 4)

<sup>411</sup> Engenheiro civil, Otávio Mangabeira foi um importante político liberal baiano. Ingressou na carreira política em 1908, como vereador de Salvador. Em 1911, foi eleito deputado federal, sendo sucessivamente reeleito, por diferentes partidos até 1926. Durante o governo de Washington Luís, foi nomeado Ministro das Relações Exteriores. Em 1930, apoiou a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República, o que resultou na sua prisão e exílio na Europa pelo movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao governo. Anistiado em 1934, conquistou uma vaga na Câmara Federal, aliando-se à Minoria Parlamentar, que fazia oposição a Getúlio no Congresso. Em 1937, perdeu o mandato parlamentar com o fechamento do Congresso pelo golpe que instituiu o Estado Novo. No ano seguinte, foi preso e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, por conspiração contra o governo. Em seguida, foi novamente exilado na Europa e nos Estados Unidos. Anistiado em 1945, ingressou na UDN, tornando-se presidente dessa agremiação e participando ativamente do movimento pela democratização. Em dezembro de 1945, elegeu-se deputado constituinte pela Bahia.

<sup>412</sup> Cearense, Juracy Magalhães integrou o movimento tenentista e destacou-se na Revolução de 1930. Nomeado interventor federal na Bahia em 1931 e mantido no posto de governador do estado, mediante eleição indireta, em 1935, em novembro de 1937 afastou-se do cargo por discordar do golpe do Estado Novo. Durante esse período sofreu forte oposição dos políticos liberais desalojados do poder em 1930, mas tornou-se uma influente liderança política. Em 1945, ingressou na UDN, elegendendo-se deputado federal constituinte nas eleições de dezembro.

Foi menino em uma família de classe média, desses que olham nas vitrines os brinquedos que não podem possuir e doces e guloseimas que não podem comer. Viu concretamente as dificuldades da vida. Viveu as dificuldades da vida. Assistiu ao esforço permanente de um pai no trabalho árduo e fecundo pela conquista de melhores possibilidades para os filhos e à resistência diligente abnegada de uma mãe, precocemente substituída por uma filha...<sup>413</sup>

Segundo o jornal juracista, *Estado da Bahia*, o comício da Estrada da Liberdade, bairro proletário negro em Salvador, teve um “caráter eminentemente popular”, todos os oradores ressaltaram “o espírito popular” da candidatura Mangabeira. Aliado ao apelo popular, o discurso mangabeirista preconizava o autonomismo (a “devolução” da Bahia aos baianos), a defesa da democracia, um governo de conciliação e concórdia e a superação do “enigma baiano”, expressão com que denominava o que considerava um quadro de retrocesso econômico e social no estado. Não foi por acaso que o último comício da Coligação foi transferido da Praça da Sé para a Liberdade. Dirigindo-se aos trabalhadores e populares, Mangabeira afirmou que escolheu aquele local por ser “um dos bairros mais frequentados pelos proletários”. Prometeu que, no seu governo, o Palácio da Aclamação seria “uma casa de vidro e de portas abertas” e que governaria “com o povo e para o povo”.<sup>414</sup>

Integrante da Coligação, o Partido Republicano<sup>415</sup> também cortejava esse eleitorado. Entre os candidatos a deputados estaduais, a legenda do PR apresentava o sindicalista José de Jesus Silva<sup>416</sup> e incluía no seu programa um conjunto de “medidas em prol do trabalhador”, que abarcava: garantia da salubridade e segurança dos locais de trabalho; instauração de restaurantes populares nas empresas com mais de 100 empregados; obrigação das grandes

<sup>413</sup> MAGALHÃES, Juracy. “Símbolo das aspirações do povo baiano”. *Estado da Bahia*, Salvador, 28 dez. 1946, pp. 1, 3.

<sup>414</sup> MANGABEIRA, Otávio. “Acima de tudo a causa pública”. *Estado da Bahia*, Salvador, 28 dez. 1946, pp. 1, 3; “A Bahia acorreu à Sé, para aplaudir o seu candidato”. Idem, p. 1; “Democracia nas práticas e nos métodos. Íntegra do discurso do sr. Otávio Mangabeira”. Idem, 30 dez. 1946, pp. 5, 8; “Mangabeira falará ao proletariado”. Idem, 13 jan. 1947, p. 3; “Não quero explorar os sofrimentos do povo para obter votos”. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1947, p. 3; “Serei um governo de todos para todos”. *Estado da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1947, p. 3.

<sup>415</sup> O Partido Republicano (PR) originou-se do Partido Popular Sindicalista (PPS). Dentre os seus dirigentes e associados, estavam: Wilson Lins e Teódulo Lins do Albuquerque, filhos do coronel Franklin Lins do Albuquerque. Wilson Lins, diretor do jornal *O Imparcial*, um intelectual da elite política baiana, foi eleito suplente de deputado estadual nas eleições de janeiro de 1947. Deputado constituinte eleito pelo PPS em dezembro de 1945, Teódulo era presidente do Diretório Estadual do PR. O presidente da Comissão Executiva e candidato a deputado federal nas eleições de janeiro de 1947, Antônio Luís Barros Barreto era Doutor em Saúde Pública pela Universidade de Johns Hopkins, nos Estados Unidos. Discípulo de Osvaldo Cruz e Carlos Chagas, trabalhou no Departamento Nacional de Saúde Pública e no Serviço de Saneamento Rural no Paraná. Depois, como catedrático da Faculdade de Medicina da Bahia, foi Secretário da Educação e Saúde Pública nos governos Góes Calmon, Vital Soares e Juracy Magalhães.

<sup>416</sup> José de Jesus Silva foi presidente do Sindicato dos Estivadores de Salvador (1945), integrou a comissão de propaganda do Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos (em maio de 1945) e a comissão organizadora do Terceiro Congresso (em maio de 1946). Também integrou a diretoria provisória da USTB.

empresas possuem escola primária, posto médico, farmácia, gabinete dentário, creche e enfermagem para os trabalhadores; assistência médica e farmacêutica à família do trabalhador; fornecimento pelas empresas de fardamento e equipamentos adequados à segurança e saúde do trabalhador; ampliação dos benefícios do seguro-doença; construção de alojamentos e vilas operárias nas indústrias situadas em áreas suburbanas e rurais, com habitações higiênicas, cinema, campo de esportes e outras comodidades; construção da Casa do Trabalhador para abrigar a União Sindical dos Trabalhadores Baianos e sindicatos; participação dos empregados nos lucros das empresas; elevação dos valores das aposentadorias e pensões; extensão do descanso semanal remunerado aos servidores públicos, inclusive das autarquias e garantia da mais ampla liberdade e completa autonomia financeira e administrativa aos sindicatos.<sup>417</sup> Ao levantar essas bandeiras, os partidos das classes dominantes procuravam se credenciar para disputar com os trabalhistas e comunistas os votos dos empregados sindicalizados e do proletariado urbano.

Manifestado na reta final da campanha eleitoral, o apoio do PCB à candidatura de Octavio Mangabeira seguia a orientação da linha de “União Nacional” preconizada pelo Comitê Central<sup>418</sup> e procurava evitar o isolamento político dos comunistas no estado. Além disso, o PTB e o getulismo afiguravam-se como principais adversários dos comunistas na disputa pelos dividendos políticos-eleitorais nos meios sindicais e proletários. Sem muito espaço para negociação, o Comitê Estadual (CE) reivindicou, como contrapartida, apenas o comprometimento de Otávio Mangabeira em torno de três pontos do seu Programa Mínimo<sup>419</sup>, quais sejam: defesa da Constituição e da ordem democrática, apoio à legalidade de todos os partidos, inclusive o PCB, e luta contra a crise, a carestia e pela solução dos problemas do povo baiano.<sup>420</sup>

---

<sup>417</sup> “Partido Republicano, seção Bahia. Programa”. *Estado da Bahia*, Salvador, 17 dez. 1946, p. 8; “Partido Republicano, seção Bahia, apresenta ao eleitorado operário da cidade do Salvador, José de Jesus Silva”. *O Imparcial*, Salvador, 17 jan. 1947, p. 3.

<sup>418</sup> De acordo com o dirigente nacional Pedro Pomar, a tática do PCB nas eleições estaduais de janeiro de 1947 consistiu em apoiar os “candidatos democratas e progressistas” aos governos estaduais contra “o anticomunismo sistemático”, “os representantes mais categorizados do latifúndio e do imperialismo” e a “demagogia trabalhista de Vargas”. POMAR, Pedro. “Nossa política de União Nacional”. *O Momento*, Salvador, 18 fev. 1947, pp. 2, 3.

<sup>419</sup> O “Programa Mínimo” para o estado da Bahia, apresentado pelo PCB nas eleições de 1947, tinha como foco a defesa da Constituição Federal de 1946, a “rigorosa observância” das liberdades e direitos fundamentais do cidadão nela assegurados, a garantia da aplicação no estado das leis federais de amparo ao trabalhador da cidade e do campo e do seu direito de organização e a luta pelo progresso e bem-estar da população e pela liquidação das sobrevivências fascistas no estado. “Programa Mínimo estadual do PCB”. *O Momento*, Salvador, 13 jan. 1947, pp. 1, 2; “O povo votará no partido de Prestes”. *Idem*, pp. 1, 4. Para uma apreciação do Programa Mínimo na íntegra, ver: “Os candidatos do povo”. *O Momento*, Salvador, 17 nov. 1946, pp. 3, 4.

<sup>420</sup> “Preferência do P.C. por Mangabeira: Prestes fala à imprensa”. *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jan. 1947, p. 5; “O PC apoia Mangabeira”. *Estado da Bahia*, Salvador, 7 jan. 1947, p. 3; “O apoio do PCB à candidatura Mangabeira”. *O Momento*, Salvador, 13 jan. 1947, pp. 1, 4; “Defesa da legalidade dos Partidos”. *Idem*, 18 jan. 1947, pp. 1, 6.



Vislumbrando no apoio pecebista uma alternativa para neutralizar uma potencial vantagem do candidato petebista nos meios sindicais e proletários, Octávio Mangabeira<sup>421</sup>, então aliado a Juracy Magalhães, um anticomunista ferrenho, reafirmou seu compromisso “pela manutenção da ordem legal e democrática” e manifestou-se favorável ao “livre funcionamento de todos os partidos, inclusive o Comunista”, desde que “desenvolvam as suas atividades, com a lei e dentro da lei”. Também, afirmou que o primeiro dever dos governos era atender com eficiência às necessidades do povo, priorizando as dificuldades das classes menos protegidas e amparadas. Contudo, não firmou nenhum compromisso formal com os comunistas. Em seguida, esse posicionamento foi ratificado pelos candidatos da Coligação ao Senado, Antônio Pereira Moacir, e à Câmara Federal, João Pacheco de Oliveira, ambos do PSD.<sup>422</sup>

Juntamente com o apoio do PCB, udenistas e pessedistas miravam os redutos eleitorais proletários e sindicais, sobretudo na capital, onde os comunistas apresentavam maior capacidade mobilizadora. Certamente, devem ter avaliado que o bônus advindo do acordo com os comunistas compensaria possíveis dissensões entre os setores mais conservadores do eleitorado, representados na coligação, sobretudo, pelos católicos e ex-integralistas.<sup>423</sup>

O apoio ao candidato udenista foi anunciado no histórico comício de 5 de janeiro, na Praça da Sé, com a presença de Luiz Carlos Prestes, que veio pessoalmente avalizá-lo. Em nota à imprensa, o CE justificou que tal posicionamento procurava evitar uma divisão dos setores democráticos e pretendia dar “um caráter mais popular” à candidatura Mangabeira. Também afirmou que os comunistas não reivindicavam cargos ou outras vantagens nem assumiam qualquer compromisso com o PSD e a UDN. O comício da Estrada da Liberdade reuniu entre os oradores o dirigente comunista e candidato a deputado estadual Giocondo Dias, o deputado federal constituinte Carlos Marighela e o anticomunista Juracy Magalhães. Em seu discurso, Marighela afirmou que Otávio Mangabeira, Pereira Moacir e João Pacheco de Oliveira haviam evoluído, não tendo medo de aparecer ao lado do povo e dos comunistas. Por outro lado, atacou o trabalhismo e Getúlio Vargas, mas estendeu as mãos aos

---

<sup>421</sup> A partir do segundo semestre de 1947, a cordialidade entre o PCB e Otávio Mangabeira cedeu lugar à troca de hostilidades e acusações, como veremos adiante.

<sup>422</sup> Antônio Pereira Moacir era secretário geral do PSD; João Pacheco de Oliveira era ministro do Supremo Tribunal Militar (“A íntegra da carta do candidato da Bahia ao secretário estadual do Partido Comunista”. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1947, p. 3).

<sup>423</sup> “Apoio do clero ao candidato Otávio Mangabeira”. *Estado da Bahia*, Salvador, 13 jan. 1947, p. 3.

“trabalhadores honestos das fileiras do PTB e do quererismo” na luta contra a miséria e a carestia.<sup>424</sup>

Por seu turno, os principais trunfos dos petebistas eram o apoio do ex-presidente Getúlio Vargas (eleito deputado constituinte pela Bahia, em dezembro de 1945)<sup>425</sup> e o recurso à propaganda da legislação trabalhista além do acesso a postos estratégicos da burocracia governamental, sobretudo nos setores trabalhista e previdenciário, e da influência em muitos sindicatos, o que possibilitava o exercício de uma também ponderável política assistencialista. Em mensagem lida pelo jornalista Joel Presídio durante a convenção do PTB baiano, em 6 de dezembro de 1946<sup>426</sup>, Getúlio exaltou a Bahia como “uma das mais ricas e belas terras do mundo” e lamentou por ser, contraditoriamente, “uma das mais torturadas pela espoliação e pelas ambições da politicagem”, alfinetando assim os adversários. Por fim, o então senador gaúcho agradeceu aos baianos pelos votos que o elegeram deputado constituinte pelo estado, reiterou o “compromisso de defesa dos trabalhadores” e conclamou a congregação de todos os esforços pela vitória dos candidatos petebistas.<sup>427</sup> Na Bahia, assim como noutros estados, os principais redutos eleitorais do PTB estavam entre sindicalistas e trabalhadores urbanos.

Em 13 de janeiro, Getúlio veio pessoalmente à Bahia para participar de um comício dos candidatos petebistas, em Salvador.<sup>428</sup> Para os getulistas, o evento serviria para “um julgamento definitivo e irrefragável” sobre quem desfrutava de maior prestígio na Bahia: “Getúlio Vargas ou todos os seus detratores e inimigos reunidos”. A programação incluía o desfile de um grande cortejo saindo do aeroporto e percorrendo várias ruas da cidade; uma visita ao cemitério do Campo Santo, onde seriam depositadas flores sobre os mausoléus de

---

<sup>424</sup> “O apoio do PCB à candidatura Mangabeira”, op. cit.; “Homens que evoluíram e não têm medo de aparecer ao lado dos comunistas”. *O Momento*, Salvador, 18 jan. 1947, pp. 1, 6; “O comício da Liberdade”. *Diário da Bahia*, Salvador, 16 jan. 1947, p. 3.

<sup>425</sup> Na Bahia, Getúlio Vargas foi o oitavo deputado mais votado, com 10.032 votos. Ficou atrás apenas dos udenistas Juracy Magalhães (18.591 votos), Otávio Mangabeira (13.480 votos), Manuel Cavalcante Novais (12.028 votos) e Luiz Viana Filho (10.096 votos) e dos pessedistas Eunápio Peltier de Queirós (12.346 votos); Guilherme C. da Rocha Marback (11.445 votos) e Lauro Farani Pedreira de Freitas (11.419 votos). O primeiro suplente de Getúlio na legenda petebista, Luiz Lago de Araújo obteve apenas 1.862 votos. Pelo PCB, Carlos Marighela foi eleito com 5.188 votos e o portuário Juvenal Souto Júnior (com 2.824 votos) ficou como primeiro suplente. Já Luiz Carlos Prestes (com 1.368 votos) ficou como terceiro suplente. (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945, op. cit.)

<sup>426</sup> O lançamento da candidatura de Antônio Medeiros Neto ao governo do Estado ocorreu em 6 de dezembro de 1946, no salão do cinema Liceu em Salvador, com numerosa assistência. De acordo com *O Imparcial*, Getúlio Vargas foi ovacionado pela plateia quando o candidato a deputado estadual Joel Presídio leu a sua mensagem de apoio aos candidatos petebistas.

<sup>427</sup> “O candidato do Partido Trabalhista ao Governo da Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 8 dez. 1946, pp. 1, 4.

<sup>428</sup> De acordo com a organização do comício, a comitiva do ex-presidente contava com a presença de importantes lideranças do PTB nacional, como os deputados Baeta Neves (presidente do diretório central), e Segadas Viana (secretário geral), Gurgel do Amaral (líder da bancada petebista na Câmara), Rui de Almeida, Epitácio Pessoa e outros. Em Salvador, juntaram-se a estes os dirigentes estaduais, os candidatos às eleições e uma comissão de jornalistas profissionais da Bahia.

Castro Alves e J. J. Seabra, e a instalação do diretório feminino do PTB em Salvador, em sessão solene no salão da Associação dos Empregados no Comércio. Sem dúvida, o ponto alto da visita era o “comício monstro” na histórica Praça da Sé, com transmissão pelas duas estações do rádio baiano e pela Rádio Internacional (para retransmissão por diversas emissoras brasileiras). A expectativa de público era tamanha que os organizadores previram falta de hospedagens e transportes na cidade.<sup>429</sup>

Em seu discurso, Getúlio recorreu à memória histórica e às “tradições baianas” tanto para exaltar a façanha do PTB baiano, que num “gesto memorável” decidiu concorrer sozinho contra a poderosa Coligação Democrática Autonomista, quanto para atacar seus concorrentes políticos, os “reacionários, conservadores, liberais e comunistas que se misturavam para a conquista do poder”. Neste mesmo sentido, comparou a aliança entre seus principais opositores com a política de conciliação da época do Império, fazendo analogia entre o contexto que precedeu à libertação jurídica dos escravos e a conjuntura daquelas eleições, que caracterizou como sendo “de libertação dos trabalhadores”. Procurando vincular a candidatura de Otávio Mangabeira com o comunismo, o chefe petebista exclamou: “na primeira terra onde se ergueu a cruz de Cristo” no Brasil, não pode triunfar “o materialismo e a negação da fé!”. E concluiu:

Na Bahia tudo é espírito, tudo é fé, tudo é vibração de consciência. Trabalhadores baianos! Estão conjugadas contra nós todas as forças políticas e administrativas aqui organizadas. Só um milagre nos dará a vitória. Mas, esse milagre pode ser realizado pela vossa fé, pelo vosso idealismo combativo, pela confiança em vós mesmos.<sup>430</sup>

Manipulando uma memória da escravidão já associada com a propaganda das leis do trabalho e, por outro lado, recorrendo à religiosidade dos baianos, em seu discurso, Getúlio procurava demarcar uma posição política do PTB e do trabalhismo como emancipadores do trabalhador baiano tanto de uma elite política identificada com o passado escravista e com as antigas oligarquias, representadas pela coligação rival, quanto da concorrência do materialismo comunista.<sup>431</sup>

<sup>429</sup> “O candidato do Partido Trabalhista ao Governo da Bahia”, op. cit.; “Getúlio Vargas na Bahia!”. *O Imparcial*, Salvador, 12 jan. 1947. Página diária do PTB, p. 8; “Os trabalhistas aguardam Getúlio”. *Estado da Bahia*, Salvador, 30 nov. 1946, p. 3.

<sup>430</sup> “Getúlio Vargas falou à Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 14 jan. 1947. Página diária do PTB, p. 1; “Só um milagre”. *Diário da Bahia*, 14 jan. 1947, p. 3.

<sup>431</sup> Para uma abordagem sobre as apropriações e circularidades de uma memória da escravidão no contexto da política cultural da Era Vargas, ver: GOMES, Ângela de C.; MATTOS, Hebe. “Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. *História Oral*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 101-128, 1995.

Sem embargo da aliança entre trabalhistas e comunistas no movimento sindical, a disputa pelos redutos eleitorais proletários e sindicais aguçou as tensões entre o PCB *versus* o PTB e os getulistas no plano político partidário. Nas páginas de *O Momento*, Getúlio Vargas era tratado como perseguidor, enganador e “intransigente defensor” dos grandes proprietários, dos monopolistas da terra e dos agentes imperialistas durante a ditadura do Estado Novo. O ex-presidente também era acusado de atentar contra o avanço democrático, de promover a desmoralização do Parlamento e da Constituição e de dividir os brasileiros, com o propósito de enfraquecer o governo Dutra para “lançar-se nas aventuras golpistas”.<sup>432</sup> Igualmente, o PTB era taxado de “partido da classe dominante” e seus dirigentes e candidatos, rotulados de “fazendeiros ricos”, “ajuntamento de restos do Estado Novo”, sendo acusados de representar “tudo menos a classe trabalhadora”.<sup>433</sup>

Em que pese o exagero retórico da imprensa pecebista, alguns dos dirigentes e candidatos petebistas traziam efetivamente nos seus currículos uma relação com o Estado Novo e/ou com a grande propriedade agrária, a exemplo do antigo interventor federal Landulfo Alves, candidato ao Senado, e do engenheiro civil Delsuc Moscoso de Oliveira, pleiteante a suplente de senador. O fazendeiro Filadelfo Almeida, os bacharéis Aziz Maron, Expedito Cruz e João de Lima Teixeira, o médico Mario Pessoa da Costa e Silva e o engenheiro civil Silfredo Pedral Sampaio, candidatos a deputados estaduais, também não se notabilizavam por uma identificação com as causas populares e trabalhistas.

O principal fator de tensões entre os comunistas e os trabalhistas eram as eleições legislativas, já que as legendas tanto do PCB quanto do PTB incluíam diversos nomes de dirigentes e ativistas sindicais. Com evidente excesso retórico, a folha comunista afirmava que não chegavam à meia dúzia os “verdadeiros operários” inscritos na chapa trabalhista e que nenhum deles era líder sindical de prestígio. Igualmente, atacava a atuação dos deputados trabalhistas na Câmara Federal, sobretudo dos “antigos paus mandados do governo no movimento sindical”, acusando-os de “sempre viveram de ‘chantagens’ nos sindicatos e das verbas distribuídas à mão cheia pelo Ministro do Trabalho”. Por fim, convocava o operariado

---

<sup>432</sup> “Vargas manobrou, prometeu, traiu e perseguiu”. *O Momento*, Salvador, 13 jan. 1947, p. 1; “O povo não crê nos milagres de Vargas”. *Idem*, 15 jan. 1947, p. 2.

<sup>433</sup> Os ataques recaíam, sobretudo, contra o antigo interventor federal Landulfo Alves (candidato ao Senado), taxado de “latifundiário nazista e maioral do câmbio negro do gado”, o engenheiro civil Delsuc Moscoso de Oliveira (pleiteante à suplência de Senador) e os candidatos a deputados estaduais: o fazendeiro Filadelfo Almeida, os bacharéis Aziz Maron, Expedito Cruz e João de Lima Teixeira. Este último era taxado de usineiro e os outros tratados como grandes fazendeiros de cacau em Ilhéus e Itabuna. O médico Mario Pessoa da Costa e Silva e o engenheiro civil Silfredo Pedral Sampaio também eram identificados com o Estado Novo, o latifúndio e o integralismo. (Cf. “O PTB é um partido de latifundiários e integralistas, inimigos da classe operária”. *O Momento*, Salvador, 18 jan. 1947, pp. 1, 6; “O PTB representa os restos do Estado Novo contra a democracia”. *Idem*, 19 jan. 1947, p. 2).

baiano a votar em “homens da sua classe”, estivadores, doqueiros, padeiros, ferroviários, tecelões, transviários e gráficos que integravam a “chapa popular”. Convém ressaltar que, entre os candidatos pecebistas havia algumas mulheres, como a enfermeira Carmosina Nogueira, com atuação no bairro proletário de Plataforma, a médica Dagmar Santos Guedes, que atuava junto aos fumageiros em Maragogipe, além da professora primária Maria Lopes de Melo e da tecelã Bernadete Santos.<sup>434</sup>

Na Bahia, vários ativistas e dirigentes sindicais disputaram as eleições legislativas de janeiro de 1947 pela “chapa popular”: Juvenal Souto Júnior e Cosme Ferreira (portuários); Jaime Maciel (estivador); Antônio Marques (carregador em trapiche); Antônio Rosa de Oliveira (padeiro); Vitorio Pita e José Ferreira de Souza Filho (ferroviários); Dermeval Araújo da Silva (tecelão); Florêncio Moreira e Demócrito de Carvalho (gráficos); João Ribeiro dos Passos (mecânico transviário); João Cardoso de Souza (marítimo); Rubem Chagas e Bernadete Santos (fumageiros); Lourival Nascimento (eletricitário); Benedito Manoel Nascimento (empregado na construção civil). Além desses sindicalistas, havia outros candidatos com prestígio e influência nos meios sindicais, como o dentista Juvêncio Guedes, dirigente sindical entre os canaveiros de Santo Amaro; o professor secundário Nelson da Silva Schaun, com prestígio junto ao eleitorado de Ilhéus e o advogado João Gonçalo Martins Luz, consultor jurídico da USTB.<sup>435</sup> Além da identificação com as lutas sindicais e com as causas trabalhistas, o PCB contava com a extraordinária capacidade de mobilização da sua militância de base e usufruía os méritos do envolvimento dos comunistas nas lutas contra o nazifascismo e o integralismo e pela democracia. Também podia tirar proveito político da figura lendária do “Cavaleiro da Esperança”. Na capital e no interior, os comunistas estavam mobilizados.

Na legenda petebista, a lista de candidatos a deputados estaduais foi composta, sobretudo, por profissionais liberais, funcionários públicos, sindicalistas e alguns comerciantes e fazendeiros. Entre os sindicalistas, constavam: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Salvador, José Nerval; o ex-presidente

<sup>434</sup> “O PTB é um partido de latifundiários e integralistas, inimigos da classe operária”, op. cit.; “O PTB representa os restos do Estado Novo contra a democracia”, op. cit.; “Os candidatos do povo”. *O Momento*, Salvador, 17 nov. 1946.

<sup>435</sup> “Os candidatos do povo”, op. cit.; “A chapa popular”. *O Momento*, Salvador, 19 jan. 1947, p. 2; “Líderes sindicais na chapa popular”. Idem, p. 3; “Os tecelões elegerão o seu candidato à Câmara Estadual”. Idem, 2 dez. 1946, p. 2; Ver: “Os trabalhadores e as eleições de 19 de janeiro”. *O Momento*, Salvador, 4 jan. 1947, p. 5; “A Campanha Eleitoral do PCB em Santa Inês”. Idem, 5 jan. 1947, p. 2; “Grande entusiasmo em Cachoeira e São Félix”. Idem, 9 jan. 1947, p. 1; “Os explorados trabalhadores da Circular votarão em massa em João dos Passos”. Idem, 14 jan. 1947, pp. 3, 4. Ver também: “Relação de candidatos à Assembleia Estadual Constituinte”. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 364/5; “Lista de candidatos aprovados pelo CN, Estado da Bahia”. Ibidem, fl. 366.

do Sindicato dos Portuários de Salvador, João da Silva Rego Filho; o presidente do Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus, João Batista de Souza; o diretor do Sindicato dos Empregados em Hotéis e Similares, Luiz Azevedo Cerqueira; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Cidade de Valença, Oldack Nascimento e o diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico, José Eugênio de Oliveira. A legenda petebista incluía ainda os nomes do comerciário João Barbosa do Nascimento, da comerciária Maria Judite da Conceição e dos bancários Antônio dos Santos Bahia e Florisvaldo dos Santos Trigueiros. Entre os profissionais liberais e funcionários públicos havia candidatos com algum prestígio nos meios sindicais, a exemplo dos advogados Carlos Aníbal Correia e Dorival Guimarães Passos, dos funcionários públicos Inácio Dias de Souza e José Afonso de Almeida e também do jornalista Joel Presídio de Figueiredo.

Na disputa pelos dividendos eleitorais nos redutos sindicais e proletários, os resultados das eleições estaduais apontaram ligeira vantagem em favor dos trabalhistas. Apesar da derrota de Medeiros Neto, à sombra do getulismo o PTB despontou das urnas como potencial força política entre os trabalhadores da capital. Mesmo concorrendo praticamente sozinho e enfrentando forte oposição da imprensa baiana, que chegou a veicular, nas vésperas das eleições, rumores de desistência e nulidade da sua candidatura, o petebista alcançou expressiva votação, sobretudo na capital onde obteve 28.823 votos contra 21.596 de Otávio Mangabeira, o candidato vencedor.<sup>436</sup>

Em Salvador, o PTB foi a segunda e o PCB a quarta legendas mais votadas. A UDN e o PSD foram a primeira e a terceira, respectivamente. Na oitava zona, representada pelo Distrito dos Mares, que abrangia o importante núcleo industrial e ferroviário na Cidade Baixa, a legenda trabalhista foi a primeira e a comunista a segunda mais sufragadas. Na primeira zona (Distrito da Vitória), região central; na terceira (Distrito de Santo Antônio), bairro popular próximo ao Pelourinho, e na quarta (Distrito da Sé, Conceição da Praia e Pilar), áreas comerciais, o PTB foi a segunda e o PCB a terceira legendas mais votadas, superando o PSD. Também na capital, os candidatos petebistas ao senado, o ex-interventor Landulfo Alves, e à Câmara Federal, o presidente do Diretório Estadual, Herosílio Baraúna, foram os mais

---

<sup>436</sup>Nas eleições estaduais de janeiro de 1947, Otávio Mangabeira foi eleito com 211.121, todavia o candidato petebista obteve os expressivos 92.626 votos (43,87% da votação alcançada pelo governador eleito). BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*, op. cit.; TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., p. 455. Ver também: “Em face do apoio comunista, assegura-se a possibilidade de desistência do candidato petebista”. *Diário da Bahia*, Salvador, 8 jan. 1947, p. 5; “Nulidade do registro da candidatura Medeiros”. Idem, 17 jan. 1947, pp. 1, 4; “Fora da lei: sustentam os impugnadores da candidatura Medeiros Neto”. Idem, 18 jan. 1947, pp. 1, 4; “O Tribunal Eleitoral não tomou conhecimento”. *Estado da Bahia*, Salvador, 18 jan. 1947, p. 3; “Falhou o ‘pulo’ da impugnação”. *O Imparcial*, Salvador, 19 jan. 1947. Página diária do PTB.

votados. Em algumas cidades do interior, notadamente onde havia algum lampejo de urbanização, como Cachoeira e Maragogipe, núcleos da agroindústria fumageira; Feira de Santana, importante entreposto comercial entre o Recôncavo e os sertões; Santo Amaro, polo da agroindústria açucareira; Nazaré e Alagoinhas, sedes ferroviárias e pequenos núcleos comerciais e industriais; Itabuna e Ilhéus, centros da economia cacauceira, o PTB também obteve expressiva votação, conforme quadro 10, apêndice G.<sup>437</sup>

Para o legislativo estadual, o PTB elegeu sete deputados, resultado bastante superior ao das eleições de 1945 quando havia elegido apenas Getúlio Vargas para a Câmara Federal. Entre os petebistas eleitos constavam quatro bacharéis em direito, um funcionário público, um médico e um jornalista. Dentre estes, alguns possuíam identificação efetiva com o movimento sindical e com o trabalhismo, a exemplo do funcionário público Inácio Dias de Souza, ativista sindical com participação na organização da CTB e na diretoria da USTB; do jovem advogado Carlos Aníbal Correia que atuava em causas trabalhistas dos fumageiros de Cachoeira e São Félix e do jornalista Joel Presídio com influência junto a algumas categorias profissionais, sobretudo entre os ferroviários. Por outro lado, o advogado sindical Dorival Guimarães Passos, com atuação destacada no MUT, no Segundo e no Terceiro Congressos Sindicais, não obteve êxito, assim como outros dirigentes sindicais inscritos na chapa petebista. Apesar de o número de votantes no estado da Bahia ter decaído de 357.621 no pleito federal de 1945 para 328.230 (uma redução equivalente a 8,2%) nas eleições estaduais de 1947, a legenda do PTB obteve um incremento de 80.69% nesse período, saltando de 22.695 para 41.000 votos, enquanto que as demais apresentaram índices negativos<sup>438</sup>, conforme tabela a seguir:

Tabela 6 - Desempenho dos Partidos nas eleições de 1945 e de 1947 na Bahia

Partidos	Eleições federais 1945	Eleições estaduais 1947	Diferença %
<b>PSD</b>	134.851	100.006	- 25,83%
<b>UDN</b>	145.900	122.642	- 15,94%
<b>PTB</b>	22.695	41.009	+ 80,69%
<b>PCB</b>	18.691	12.580	- 32,69%
<b>PRP</b>	13.173	8.381	- 36,37%
<b>PR</b>	—	17.551	—

Fonte: TSE. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

<sup>437</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*, op. cit. *Estado da Bahia; Diário da Bahia; O Imparcial*, janeiro e fevereiro de 1947, edições diversas. Ver também: TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., p. 456/7.

<sup>438</sup> A composição das bancadas na Assembleia Legislativa ficou assim constituída: UDN 27 deputados; PSD 20; PTB 7; PCB 2 e o PRP (legenda integralista) apenas 1 deputado. *Ibidem*.

Embora a legenda petebista ainda permanecesse equidistante da udenista e da pessedista - as duas mais votadas -, tanto os resultados das eleições legislativas de 1947 quanto a votação obtida pelo candidato a governador sinalizam um potencial crescimento do PTB, em particular na capital, bem como indicam uma nada desprezível influência do getulismo entre os trabalhadores baianos. Contudo, não se pode ignorar também a presença de algumas personalidades com prestígio político, a exemplo do ex-interventor Landolfo Alves e do ex-senador Medeiros Neto, entre os candidatos petebistas.

Mesmo apresentado maior número de sindicalistas e trabalhadores na sua lista de candidatos à Assembleia Legislativa, o PCB elegeu apenas dois deputados estaduais: o dirigente estadual Giocondo Alves Dias, que não era um sindicalista, e o ativista sindical entre os estivadores, Jaime Maciel. Embora tenha elegido um deputado a mais do que nas eleições federais de 1945<sup>439</sup>, nesse intercurso a legenda pecebista apresentou um decréscimo de 32,69%, índice bem superior aos 8,2% observados no total de votantes.<sup>440</sup> Apesar disso, na avaliação do dirigente nacional Pedro Pomar, os resultados das eleições evidenciavam a aceitação da política de União Nacional por diversas correntes políticas e elementos que antes temiam uma aproximação com os comunistas, ampliando assim o caminho para a “solução legal e pacífica” dos problemas do povo. Contudo, a relação dos comunistas com os aliados seria muito mais complexa depois das eleições.<sup>441</sup>

Um levantamento mais detalhado da distribuição geográfica dos votos por seções eleitorais ajudaria a explicitar melhor como votaram os trabalhadores, todavia não foi possível obter a discriminação desses dados junto ao Tribunal Eleitoral. Por seu turno, a imprensa além de não especificar os resultados de todas as seções, raramente identifica os locais de votação, sobretudo nas cidades do interior. De todo modo, esses dados apontam para uma expressiva receptividade da legenda e das candidaturas petebistas pelo eleitorado urbano e certamente entre os empregados assalariados. Apesar do menor desempenho, o PCB também possuía uma fatia nada desprezível desse eleitorado.

Considerando-se que Salvador representava o principal polo econômico industrial da Bahia e também se levando em conta o desempenho eleitoral, sobretudo do PTB, nas cidades

---

<sup>439</sup> Nas eleições de 1945, o PCB baiano elegeu apenas o deputado federal Carlos Marighela.

<sup>440</sup> Em 1946, a população estimada do estado da Bahia era de 4.378.136 habitantes. Nas eleições de 1945 e 1947, o número de eleitores cadastrados correspondia a pouco mais de 10% da população. Para as eleições federais de dezembro de 1945, foram inscritos 440.621 e compareceram para votar 357.621 eleitores (índice de 18,8% de abstenções); nas estaduais de janeiro de 1947 o número de eleitores inscritos elevou-se para 477.535, mas o número de votantes decaiu para 328.230 (índice de 31,26% de abstenções). Comparativamente com a anterior, observou-se uma redução de 8,2% dos votantes. (Cf. BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*, op. cit.)

<sup>441</sup> POMAR, Pedro, op. cit.



do interior que apresentavam alguns lampejos de urbanização e maiores contingentes de empregados assalariados, pode-se estimar que parte considerável desses votos proviesse dos trabalhadores. Sem desconsiderar as especificidades de cada partido, inclusive que nem todos petebistas eram efetivamente trabalhistas, o que também vale para uma parte dos eleitos, os resultados apurados sugerem que, na Bahia, o PTB e o getulismo despontavam no contexto da redemocratização com maior potencial de projeção eleitoral e melhores perspectivas de assimilação pelos trabalhadores urbanos do que o PCB.

Isso fica evidenciado nas eleições municipais de dezembro. Em Salvador, como não houve eleição para Prefeito, as atenções se concentraram no pleito para a Câmara de Vereadores. Dividido por disputas internas, sobretudo entre o grupo liderado por Inácio Souza, que defendia a formação de uma chapa apenas com trabalhistas de primeira hora, e Joel Presídio, que preconizava a inclusão de nomes considerados da elite e também dos comunistas, o PTB apresentou 18 candidatos ao legislativo municipal.<sup>442</sup> Por seu turno, com o PCB posto na ilegalidade, os comunistas tiveram de buscar abrigo noutras legendas.<sup>443</sup> Após insinuarem-se negociações com o PSD, o PTB e o PR, os “candidatos de Prestes”<sup>444</sup> foram abrigados na legenda do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Na capital, outra vez, trabalhistas e comunistas marcharam em campos opostos.<sup>445</sup> Em que pese a crescente onda de repressão anticomunista e de coação ao movimento sindical, levada a cabo pelas Polícias Militar e Especial juntamente com a DRT, durante a campanha eleitoral os comunistas realizaram comícios e passeatas em portas de fábricas, praças e bairros populares, como Liberdade, Lapinha, Baixa dos Sapateiros, Barbalho, Largo da Sé e outros. Geralmente esses

---

<sup>442</sup> Em Salvador, a chapa petebista foi composta por 18 candidatos, incluindo alguns sindicalistas, funcionários públicos e profissionais liberais: Abelardo Andréa dos Santos, Alexandre Vieira dos Santos, Américo Nogueira Lisboa, Antônio dos Santos Bahia, Antônio Brandão Donati, Armando Carneiro da Rocha, Euzébio de Oliveira Carvalho, Flávio Silva, Florisvaldo A. Assunção, Humberto de Carvalho Câmara, Isidro França Monteiro, José Augusto Fernandes, José Nerval de Oliveira, Luciano M. Garcia Rosa, Mario da Costa Botelho, Manoel Ângelo Amorim, Octávio Drumond, Rosalvo Barbosa Romeu.

<sup>443</sup> Posto na ilegalidade, o PCB recomendou que suas bases municipais buscassem entendimentos com outros partidos políticos na eleição para prefeito e, sempre que possível, também para vereadores. O acordo devia contemplar um “programa mínimo” ou algumas das suas principais reivindicações, conforme a influência e a força eleitoral dos comunistas em cada município. (PRESTES, Luiz Carlos. “Participemos ativamente das eleições municipais”. *Problemas*, nº 2, setembro de 1947. Disponível em: [http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.php?id\\_sessao=35&id\\_publicacao=284](http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.php?id_sessao=35&id_publicacao=284)).

<sup>444</sup> Em Salvador, a Chapa Popular foi composta de oito candidatos: o advogado e jornalista Almir Matos (diretor de *O Momento*), o engenheiro agrônomo Vale Cabral (funcionário da Secretaria da Agricultura), o serventuário da Justiça e poeta Aloisio Aguiar, o advogado João Martins Luz, o funcionário da Companhia Linha Circular Florisvaldo Viana, os estivadores João Cardoso de Souza (líder sindical) e Jaime Maciel (líder sindical e deputado estadual pecebista) e o tecelão Dermeval Araújo.

<sup>445</sup> “Difícil escolha dos candidatos a vereadores”. *Diário de Notícias*, Salvador, 11 nov. 1947, p. 2; “Trabalhos para o próximo pleito”. Idem, p. 3; “Dissidência na bancada estadual do PTB”. Idem, 29 jan. 1948, p. 3; “Agrava-se a crise no PTB”. *Estado da Bahia*, Salvador, 26 nov. 1947, p. 3; “Desautorizada a união do PTN com os comunistas”. Idem, pp. 3, 5.

eventos eram acompanhados de cordões, batucadas e escolas de samba e contavam com as participações dos deputados federais Carlos Marighela e Jorge Amado (este último eleito pelo estado de São Paulo) e dos estaduais Giocondo Dias e Jaime Maciel.<sup>446</sup>

No cômputo geral, a UDN e o PSD foram os partidos mais votados no estado. Todavia, em Salvador a legenda petebista foi a segunda mais sufragada, ficando à frente da pessedista. Robustecido pelos votos dos comunistas, o PTN obteve a quarta colocação, como se observa na tabela a seguir. Apesar disso, os trabalhistas só conseguiram eleger três, e os comunistas apenas dois vereadores. Por seu turno, a UDN conquistou dez cadeiras, o PSD apenas duas e o PR somente uma na Câmara Municipal.<sup>447</sup>

Tabela 7 - Resultados eleições municipais de 1947 em Salvador, por legenda

Partido	Votação	Vereadores eleitos
UDN	10.248	10
PTB	8.415	03
PSD	6.465	02
PTN/PCB	5.906	02
PR	3.648	01
PSB	1.797	—
PRP	1.324	—
PST	1.242	—

Fonte: Dados estatísticos do TRE/BA.

Entre os dezoito vereadores eleitos em Salvador, os comunistas Almir Matos e Jaime Maciel – o primeiro era advogado e diretor de *O Momento*, e o segundo era estivador e deputado estadual - e o petebista Otávio Augusto Drumond, médico da guarda civil, foram os três candidatos mais votados. Respectivamente, outros dois vereadores petebistas, o médico clínico humanitário na região proletária de Itapagipe e esportista, Américo Lisboa, e o Primeiro Tenente do Serviço de Intendência do Exército e também popular esportista, Abelardo Andréa, foram o quinto e o sexto mais sufragados, conforme quadro a seguir:

Quadro 11 - Votação dos vereadores eleitos nas eleições municipais de 1947 (Salvador)

Nome	Partido	Votação
Almir Matos	PTN (PCB)	1.002
Jaime Maciel	PTN (PCB)	1.000
Otávio Augusto Drumond	PTB	1.000

<sup>446</sup> “A luta contra a cassação dos mandatos é de todos os patriotas”. *O Momento*, Salvador, 14 dez. 1947, pp. 1, 6; “Comício passeata na Liberdade”. Idem, 14 dez. 1947, p. 1; “Grande comício, na Sé, no dia 18”. Idem, 14 dez. 1947, p. 1; “Que seja esta a semana da vitória dos candidatos de Prestes”. Idem, 14 dez. 1947, p. 1.

<sup>447</sup> “Assegurados oito vereadores a UDN”. *Diário de Notícias*, Salvador, 30 dez. 1947, pp. 3, 4; “Encerrou-se a apuração com ampla vitória da UDN”. *Estado da Bahia*, Salvador, 31 dez. 1947, p. 3.

Artur Guimarães Cova	UDN	988
Américo Nogueira Lisboa	PTB	975
Abelardo F. Andréa dos Santos	PTB	967
Isidoro Bispo dos Santos	PSD	897
Álvaro da França Rocha	UDN	869
Carlos Mascarenhas	UDN	820
Manoel Duarte Júnior	UDN	802
Eduardo Diniz Gonçalves	UDN	790
Genebaldo Figueiredo	UDN	760
João Caribé	UDN	721
Heráclito de Carvalho	UDN	715
Arnaldo da Silveira	PSD	672
Atalídio Caldeira	UDN	625
Hermógenes Oliveira	UDN	601
Cosme de Farias	PR	553

Fonte: *Diário de Notícias e Estado da Bahia*.

O levantamento geográfico da votação, por seções e zonas eleitorais, em Salvador, fornece pistas sobre os destinos dos votos dos trabalhadores urbanos naquelas eleições. Embora o PTB obtivesse expressiva votação em quase todas as seções eleitorais da capital, os melhores desempenhos foram observados nas sessões localizadas em bairros populares e proletários, como Pilar (4ª zona), Estação da Calçada (8ª zona), Ribeira (9ª zona) e em Plataforma, importante sítio têxtil no subúrbio ferroviário (10ª zona). A legenda petebista também obteve expressiva votação na Rua das Pitangueiras, no populoso bairro de Brotas (6ª zona). Por seu turno, o PTN obteve melhor desempenho no popular bairro de Santo Antônio Além Carmo (3ª zona), situado entre a Liberdade e a região portuária, e na região central do Campo Grande (1ª zona). Em contrapartida, nas localidades agrícolas e pesqueiras de Periperi, Portão, Couto, Tubarão, Ilha de Maré e dos atuais municípios de Simões Filho (Água Comprida), Candeias (Passé), Lauro de Freitas (Ipitanga) e Madre de Deus, que integravam a 10ª zona, as legendas da UDN e do PSD foram as mais votadas.<sup>448</sup> Apesar de incompletos, esses dados corroboram o entendimento de que o PTB e o PCB apresentaram melhor desempenho entre os assalariados urbanos e certamente entre os empregados sindicalizados.

Todavia, no interior do estado, petebistas e principalmente comunistas encontravam maiores dificuldades de inserção tanto pelas limitações geográficas (inclusive de natureza numérica, de conhecimento, prestígio e influência) da atuação de suas bases quanto pelo predomínio dos chefes políticos tradicionais. Em algumas cidades, os comunistas aliaram-se

<sup>448</sup> “Continua a UDN liderando”. *Estado da Bahia*, Salvador, 24 dez. 1947, p. 3; “Assegurada a vitória da UDN nesta capital”. Idem, 30 dez. 1947, p. 3; “Encerrou-se a apuração com ampla vitória da UDN”, op. cit.; “A UDN continua majoritária”. *Diário de Notícias*, Salvador, 24 dez. 1947, p. 3; “Prosseguem as apurações do pleito de domingo”. Idem, 25 dez. 1947, p. 3; “Vitoriosa a Coligação em Ilhéus”. Idem, 27 dez. 1947, p. 8; “O pleito da capital”. Idem, 28 dez. 1947, s/p.; “Vitórias da UDN no interior do Estado”. Ibidem; “Assegurados oito vereadores a UDN”, op. cit. Convém ressaltar que, os dados levantados através da imprensa não contemplam a totalidade das seções das dez zonas eleitorais.

com os petebistas; noutras, uns e outros apoiaram candidatos udenistas ou pessedistas às prefeituras municipais. Na totalização dos resultados obtidos pelos seis partidos mais votados na Bahia, os desempenhos dos petebistas e dos comunistas ficaram equidistantes das duas maiores legendas, a UDN e o PSD, conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 8 - Resultado dos seis partidos mais votados nas eleições municipais de 1947, na Bahia

Partidos	Votos por Legendas	Prefeitos eleitos	Vereadores eleitos
<b>UDN</b>	138.226	63	592
<b>PSD</b>	125.918	58	567
<b>PTB</b>	27.229	3	47
<b>PR</b>	12.334	5	42
<b>PTN</b>	7.659	—	3
<b>PRP</b>	6.135	1	9

Fonte: TSE. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945.

Convém ressaltar que a tabela acima não inclui os resultados por coligações. Ao todo, o PTB sozinho elegeu apenas três prefeitos: o de Itabuna, na região cacauzeira; o de Queimadas, no polígono das secas, nas margens da ferrovia de Juazeiro, e o de São Sebastião do Passé, no Recôncavo baiano, nas imediações da usina Cinco Rios e da famosa vila de Maracangalha cantada na música de Dorival Caymmi. Em coligações com a UDN e com o PSD, o PTB conquistou outras sete prefeituras. Dentre elas, Itacaré, na região cacauzeira; Barreiras, no oeste do estado, e a importante cidade de Feira de Santana. Para vereadores, foram eleitos 47 candidatos apenas pela legenda petebista, e 81 em coligações com outros partidos.<sup>449</sup> É possível que alguns desses candidatos mantivessem relação com a política tradicional e não tivessem uma identidade efetiva com o trabalhismo.<sup>450</sup>

Mesmo sem a especificação da distribuição geográfica dos votos por seções eleitorais, uma apreciação da participação do PTB e dos comunistas nessas eleições em cidades<sup>451</sup> onde havia alguma atividade industrial e comercial e, por conseguinte, um contingente mais representativo de eleitores entre os trabalhadores assalariados, aponta para nuances que foram ocultadas pelos resultados gerais, conforme tabela 9, apêndice H. Em Ilhéus, o candidato petebista obteve 27% dos votos válidos para prefeito, sendo derrotado pela coligação

<sup>449</sup> No interior do estado, a UDN elegeu 74 prefeitos, o PSD elegeu 57 e a coligação UDN-PSD venceu em outros cinco municípios. Cf. “Vitória udenista”. Diário de Notícias, Salvador, 1 jan. 1948, pp. 3, 4; “As eleições municipais”. Ibidem; “Continua na vanguarda das apurações, a UDN”. Estado da Bahia, Salvador. 26 dez. 1947, p. 3; “Vitória da UDN no pleito do interior”. Idem, 8 jan. 1948, p. 3.

<sup>450</sup> BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Dados estatísticos*: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945, op. cit.

<sup>451</sup> As cidades analisadas possuíam, respectivamente, o seguinte eleitorado: Juazeiro, 8.724; Ilhéus, 7.118; Itabuna, 9.806; Nazaré, 6.583; Alagoinhas, 11.218; Valença, 6.428; Santo Amaro, 19.235; Feira de Santana, 15.337; Cachoeira, 9.839; São Félix, 11.629 eleitores.

UDN/PSD/PRP, mas ficando à frente da aliança PR/PSB. Para vereador, a legenda petebista foi a segunda mais votada, ficando atrás apenas do PSD. Nesta cidade, não sabemos onde foram abrigados os comunistas. Na vizinha Itabuna, o candidato petebista Alberto Galvão, apoiado pelos comunistas, derrotou a coligação UDN/PSD/PR.

Em Nazaré e em Alagoinhas, os candidatos petebistas obtiveram 30% e 39% dos votos válidos para prefeito, respectivamente. Na primeira, venceu a UDN e na segunda, a coligação PSD/UDN. Para o legislativo, a legenda trabalhista (adensada pelos comunistas) obteve 27% dos votos válidos em Nazaré e 23% em Alagoinhas. Nesta última, a legenda do PTN (que abrigou os “candidatos de Prestes”) obteve 15,8% dos votos e elegeu o ferroviário Almiro de Carvalho Conceição, para a Câmara Municipal. Em Nazaré, também foi eleito um vereador comunista, o ferroviário Misael Peixoto.<sup>452</sup> Já em Valença, sede da Companhia Valença Industrial, apesar de derrotado pela aliança UDN/PSD, o candidato do PTB a prefeito obteve expressivos 48% e legenda petebista 41% dos votos válidos.

Em Santo Amaro, o PTB coligou-se com o PSD tanto na eleição majoritária quanto na proporcional. Para prefeito, o candidato da coligação foi derrotado pelo udenista Osvaldo Dias Pereira. Em Feira de Santana o candidato da coligação PTB/PSD, apoiado pelos comunistas, derrotou a aliança UDN/PR na eleição majoritária. Devido à coligação partidária nas eleições proporcionais, não foi possível mensurar a votação de cada partido nestas cidades. Em Cachoeira e em São Félix, os trabalhistas aliaram-se aos udenistas e foram derrotados pelo candidato pessedista. Nestas duas cidades, a legenda petebista obteve cerca de 15% dos votos válidos para o legislativo. As fontes utilizadas não permitiram identificar em quais legendas foram abrigados os comunistas.

A indisponibilidade de dados relativos à distribuição geográfica dos votos e a impossibilidade de quantificar a votação por partido, no caso das coligações, dificultam uma avaliação mais sofisticada da participação dos trabalhadores nessas eleições. Contudo, importa considerar-se que os percentuais de votação obtidos pela legenda petebista nessas cidades, apesar de inferiores aos da capital, superam, em muito, a média estadual. Este pode ser mais um indicativo da identificação dos trabalhadores urbanos e fabris com candidatos trabalhistas. A eleição do tecelão Oldack Nascimento, liderança petebista, para a Câmara de Vereadores de Valença e a expressiva votação obtida pela legenda trabalhista naquela cidade também apontam nessa direção.

---

<sup>452</sup> “Acordo dos comunistas com a UDN em Juazeiro”. *O Momento*, Salvador, 20 dez. 1947, p. 2; “Almir Matos continua o candidato mais votado”. *Idem*, 28 dez. 1947, p. 1; “A UDN não quer respeitar a vontade do povo feirense”. *Idem*, 30 dez. 1947, p. 1; “Os ferroviários de Alagoinhas deram a resposta ao Sr. Farani”. *Idem*, 1 jan. 1948, pp. 1, 4; “Derrotado o ‘cassador’ Juraci nos principais municípios”. *Idem*, 4 jan. 1948, s/p.

No caso dos comunistas, apesar da dificuldade para se identificar as legendas que os abrigaram e as alianças que compuseram em cada cidade, a clandestinidade do PCB e a campanha anticomunista certamente impactaram nessas eleições. Todavia, a possível composição entre trabalhistas e comunistas em Alagoinhas e Nazaré e a eleição dos ferroviários Almiro de Carvalho e Misael Peixoto, apresentados pelo jornal comunista como “candidatos de Prestes”, sugerem que em algumas cidades esse pode ter sido o destino dos votos de parte daquele eleitorado.

A participação dos comunistas nas eleições transcorreu sob um clima de tensão. Durante a campanha foram detidos em Salvador dois militantes com um alto-falante, que faziam propaganda política em frente à Pastelaria Triunfo, na Praça Sé, local proibido para a realização de comícios por determinação da Secretaria de Segurança Pública. Na cidade de Alagoinhas, o candidato João do Carmo, empregado do Curtume São Francisco, e o ferroviário Almiro de Carvalho Conceição, vereador eleito, perderam seus empregos durante a campanha. Em Catu, depois das eleições, prisões e espancamentos foram praticados pela polícia com o apoio do prefeito udenista, com o fito de impedir a comemoração do cinquentenário de Luiz Carlos Prestes. Após as eleições, *pari passu* com a cassação dos mandatos dos deputados pecebistas na Assembleia Legislativa, a UDN interpôs recurso ao Tribunal Regional Eleitoral pedindo a impugnação dos vereadores comunistas. Por outro lado, chegou a negociar a inclusão dos petebistas na composição da mesa diretora da Câmara Municipal de Salvador, mas não houve acordo com os pessedistas.<sup>453</sup>

Embora seja questionável qual o peso representado por uma ala trabalhista no PTB baiano, não se pode subestimar os possíveis efeitos entre os trabalhadores da identificação do partido com o ex-presidente Getúlio Vargas nem ignorar a posição da legenda petebista como a segunda mais votada na capital e a terceira no estado. De todo modo, os resultados desta pesquisa contrariam a assertiva consagrada tanto por uma história pretensamente nacional quanto pelos estudos da história política na Bahia que, geralmente apoiados nos resultados gerais das eleições, na composição do executivo e na representação parlamentar, enfatizaram uma suposta bipolarização política entre o PSD e a UDN e minimizaram a importância do getulismo, do PTB e do PCB nas disputas eleitorais no estado.

---

<sup>453</sup> “Será julgado em breve o odioso recurso da UDN”. *O Momento*, Salvador, 1 jan. 1948, p. 1; “Os ferroviários de Alagoinhas deram a resposta ao sr. Farani”. Idem, 1 jan. 1948, pp. 1, 4; “O prefeito udenista de Catu pratica as maiores arbitrariedades”. Idem, 3 jan. 1948, p. 5; “Protestam os ferroviários contra a atitude do negociante Lauro Farani”. Idem, 15 jan. 1948, p. 2; “Arruaças comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, s/d.; “Vereadores moscovitas”. Idem, s/d.; “Perderão os comunistas seus três vereadores”. Idem, 3 jan. 1948, p. 4; “Recurso ao Superior Tribunal Eleitoral”. Idem, 29 fev. 1948; “Não haverá eleições suplementares”. Idem, 18 jan. 1948, p. 3; “O TRE deu ganho de causa aos comunistas”. Idem, 6 fev. 1948, p. 3.

Antes de tudo, os discursos e propostas dos candidatos nas campanhas eleitorais de janeiro e dezembro de 1947 evidenciam a preocupação dos diversos grupos políticos em cortejar os trabalhadores e as estratégias empreendidas na disputa por esse eleitorado. A análise dos resultados apurados, sobretudo em Salvador, nas eleições estaduais juntamente com a distribuição geográfica da votação por seções e zonas eleitorais no pleito municipal sinaliza uma preferência do proletariado urbano pelos candidatos petebistas e em menor proporção pelos pecebistas. Certamente, a identificação desses partidos e de alguns dos seus candidatos com as lutas sindicais e com as causas trabalhistas ajuda a explicar essa opção.

Contudo, as escolhas dos trabalhadores e o diálogo com aqueles que postulavam a condição de seus representantes políticos comportavam nuances e complexidades, quase sempre ofuscadas pela teoria da manipulação populista. Sem embargo de outros critérios, como prestígio, reconhecimento, carisma e amizade, as escolhas abarcavam interesses, expectativas e confiança em torno de demandas por melhores condições de vida, direitos trabalhistas e participação política, que foram alimentadas durante as campanhas pelos discursos, programas e propagandas eleitorais.

Por outro lado, as eleições estaduais de 1947 ajudaram a sedimentar o novo pacto das elites políticas baianas que vinha sendo gestado desde o início do governo do General Dutra, delimitando os lugares do trabalhismo, do getulismo e também o do PCB como forças políticas alternativas na Bahia. Em abril de 1946, o jornalista Wilson Lins, importante intelectual da elite política baiana, já afirmava que a união nacional pregada por Prestes era a “união dos traidores”, “contra a nação” e conclamava a “verdadeira união nacional” com Dutra, Góis Monteiro, Otávio Mangabeira e Juracy Magalhães “pela democracia e pelo Brasil”.<sup>454</sup> Em nível nacional, a articulação dessa aliança interpartidária envolvendo a UDN e o PSD foi encabeçada pelos governadores udenistas Milton Campos (MG) e Octávio Mangabeira (Ba) e pelo próprio Eurico Dutra, com os propósitos de isolar as forças políticas representadas pelo PTB e por Getúlio e assegurar ampla maioria ao Presidente no Congresso.<sup>455</sup> Concomitantemente, isolava também o PCB e os comunistas.

Para atrair os udenistas baianos, Dutra decidiu prestigiá-los nas prefeituras dos municípios onde Eduardo Gomes havia vencido as eleições presidenciais, provocando descontentamentos na bancada pessedista que exigiu uma contrapartida na administração estadual. Mas, apesar da resistência de políticos ligados a Getúlio, a exemplo do ex-

---

<sup>454</sup> LINS, Wilson. “Chegou a hora da união dos brasileiros”. *O Imparcial*, Salvador, 3 abr. 1946, pp. 1, 4.

<sup>455</sup> “A bancada baiana do PSD reivindica a direção política do Estado”. Idem, 14 abr. 1946, p. 1; DELGADO, Lucília de A. Neves. *PTB; do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 87.

interventor Renato Onofre Pinto Aleixo, essa aliança interpartidária foi consagrada com a Coligação Democrática Autonomista que apoiou a candidatura de Octávio Mangabeira ao governo do estado.<sup>456</sup> *Pari passu* com esses arranjos políticos verificou-se a propagação tanto na imprensa quanto nos meios políticos, administrativos, policiais e jurídicos de um discurso anticomunista e antigrevista, com desdobramentos no movimento sindical.

### 3.2 ECOS DAS REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS NO PARLAMENTO

No exercício dos mandatos parlamentares, os comunistas apresentaram-se como interlocutores do movimento sindical e dos trabalhadores com os poderes constituídos. Na Bahia, o deputado federal Carlos Marighela e os estaduais Jaime Maciel e Giocondo Dias realizaram palestras, comícios e sabatinas em sindicatos, praças públicas e no jornal *O Momento*; visitaram locais de trabalho e cidades do interior do estado; atenderam pessoalmente as pessoas que os procuravam para apresentar queixas, denúncias e solicitarem providências sobre assuntos diversos. Na tribuna do Parlamento, leram correspondências e memoriais enviados por trabalhadores e sindicatos fazendo eco às suas demandas e reivindicações. A partir dessa interlocução, apresentaram requerimentos, indicações, projetos e emendas afins. Na capital, os vereadores Almir Matos, Jaime Maciel e Florisvaldo Viana tiveram semelhante atuação, envolvendo-se ainda nas lutas contra a carestia e pela moradia popular.<sup>457</sup>

Em setembro de 1947, ao retornar de um comício na cidade de Alagoinhas, o deputado comunista Jaime Maciel destacou as condições precárias de vida e de trabalho dos curtidores de couro, fumageiros e lavradores daquele município e colocou-se à disposição para debater e lutar pelos seus direitos.<sup>458</sup> No final de outubro, na tribuna da Câmara Federal, Carlos Marighela leu vários memoriais de trabalhadores e populares baianos protestando contra a repressão policial, o fechamento da CTB e da USTB, as intervenções nos sindicatos e outras medidas arbitrárias contra o direito de greve, a liberdade e autonomia sindicais. Os memoriais protestavam ainda contra o processo de cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas

<sup>456</sup> “Entregue ao sr. Nereu Ramos, a deliberação dos possedistas baianos”. *O Imparcial*, Salvador, 19 out. 1946, p. 1; “Antes de tudo, a salvação do regime”. *Estado da Bahia*, Salvador, 15 dez. 1947, pp. 1, 3. Ver também: TAVARES, op. cit., p. 455.

<sup>457</sup> “Atividades da bancada comunista na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Período Constituinte”. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 49/54. Ver também: FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário: (meio século de história política do Brasil)*. Rio de Janeiro: Agir, 1993, pp. 145/7.

<sup>458</sup> “É de miséria e de fome a situação dos trabalhadores de Alagoinhas”. *O Momento*, Salvador, 21 set. 1947, pp. 1, 6; “Os estivadores debatem seus problemas com O Momento”. Idem, 5 nov. 1947, p. 2.



e o projeto de Lei de Segurança engendrado pelo governo Dutra. Entre os signatários estavam os estivadores do porto de Salvador, trabalhadores do município de Santo Amaro, a Comissão Tiradentes de Defesa da Constituição da República, do bairro da Fonte Nova, e outros mais.<sup>459</sup>

No segundo semestre de 1947, aliados à reivindicação pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais relativos à liberdade sindical e ao descanso semanal remunerado, os comunistas procuraram mobilizar os trabalhadores em torno dos projetos dos deputados Diógenes Arruda, pelo aumento de 100% nos salários, e João Amazonas, pela convocação de eleições sindicais.<sup>460</sup> Em Salvador, empregados das fábricas têxteis São Salvador, Conceição e São Braz, estivadores do porto e trabalhadores da indústria de calçados reivindicaram a aprovação dos dois projetos e exigiram o cumprimento do direito constitucional ao descanso semanal remunerado e o pagamento do abono de natal, inclusive com petições à Câmara Federal. Juntamente com esses pleitos, os trabalhadores geralmente reclamavam da carestia, do problema da habitação, dos serviços de assistência social, das condições de trabalho e da perseguição pelos chefes.<sup>461</sup>

### 3.3 ANTICOMUNISMO E REPRESSÃO AO MOVIMENTO SINDICAL

Andam dizendo que o samba vai terminar/ Quem é o diretor?/ É o Gaspar.  
Ele não resolve nada/ Ele é muito indolente/ O morro está protestando... Na  
Bahia já se sabe/ Que o cavaleiro falou/ Seu Gaspar não resolve nada/ Não  
pode ser diretor.<sup>462</sup>

*Pari passu* com os trabalhos da Constituinte, durante o governo Dutra algumas medidas administrativas, jurídicas e policiais, a exemplo do decreto-lei 9.070, do indeferimento do registro do MUT, da interferência policial nas atividades sindicais e em alguns movimentos grevistas e das injunções do Ministério do Trabalho e das DRTs na CTB e

<sup>459</sup> “O povo e os trabalhadores defendem a Constituição”. Idem, 1 nov. 1947, pp. 3, 4.

<sup>460</sup> “Eleições livres nos sindicatos”. Idem, 5 out. 1947, pp. 1, 8.

<sup>461</sup> “Os trabalhadores dos Fiais exigem eleições livres em seu sindicato”. *O Momento*, 9 out. 1947, p. 2; “Interpreta o maior anseio do proletariado”. Idem, 12 out. 1947, p. 2; “Apoio de todos os trabalhadores ao projeto de João Amazonas”. Idem, 12 out. 1947, p. 2; “Os tecelões da fábrica São Salvador clamam por liberdade sindical”. Idem, 17 out. 1947, p. 3; “Os trabalhadores da fábrica Conceição exigem eleições livres para o seu sindicato”. Idem, 21 out. 1947, p. 2; “Grande comício de defesa da autonomia e liberdade sindicais.” Idem, 21 out. 1947, p. 2; “Dentro do seu sindicato, os tecelões devem lutar por eleições livres”. Idem, 23 out. 1947, p. 2; “Os problemas dos tecelões da fábrica Conceição”. Idem, 6 nov. 1947, p. 2; “É crítica a situação dos tecelões em Plataforma”. Idem, 8 nov. 1947, p. 2; “Falamos os operários da Fábrica Stela”. Idem, 8 nov. 1947, p. 2; “Pioram, desumanamente, as condições nas fábricas de tecidos”. Idem, 26 nov. 1947, p. 2; “Agrava-se a situação dos trabalhadores da Fábrica Conceição”. Idem, 24 dez. 1947, p. 2.

<sup>462</sup> Trecho do samba “Tira o Gaspar da frente...”, de autoria do carroceiro Arquibaldo de Jesus, morador do Engenho Velho, em Salvador. *O Momento*, Salvador, 8 jul. 1947, p. 2.

nas Uniões Sindicais estaduais, sinalizavam possíveis contramarchas no processo de ampliação da liberdade sindical e na reconquista do direito de greve.

Contudo, foi a partir de 1947, na ante-sala da guerra fria, que se consubstanciou uma conjuntura sistematicamente marcada pelo anticomunismo, a repressão ao movimento sindical e tentativa de isolamento político do getulismo e do trabalhismo. A anulação do registro do PCB, o fechamento da CTB e da USTB, a intervenção do Ministério do Trabalho em diversos sindicatos (em maio de 1947) e, na sequência, a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas na Câmara Federal, Senado e nas Assembleias Legislativas estaduais (em janeiro de 1948) são sintomáticas desse contexto.<sup>463</sup>

Na Bahia, a política anticomunista e restritiva da liberdade sindical imprimida pelo governo Dutra foi efetivada pela articulação entre o empresariado, a DRT e a Secretaria de Segurança Pública (SSP), com o apoio de alguns dirigentes sindicais. Considerando a CTB e a USTB como organizações ilegais, no início de janeiro o delegado do Trabalho emitiu uma circular “para rigoroso cumprimento” proibindo a filiação e a contribuição financeira dos sindicatos com aquelas organizações. Em tom de coercivo, Muniz Falcão prometia realizar “a mais enérgica fiscalização”, ameaçando afastar dos quadros sindicais e responsabilizar, criminalmente, os diretores sindicais e associados que desobedecessem a sua determinação. Em seguida, o presidente do Sindicato dos Panificadores, Júlio Pereira dos Santos, foi censurado pela DRT por abrigar as reuniões da USTB na sede daquele grêmio classista.<sup>464</sup>

Essas medidas foram repudiadas pelos dirigentes da CTB e da USTB e por outras lideranças sindicais. O trabalhista Inácio Dias de Souza contestou a autoridade do delegado do Trabalho para intervir numa decisão de representantes dos trabalhadores de todo o Brasil, aprovada num congresso sindical patrocinado pelo governo, com a participação de assistentes técnicos do Ministério do Trabalho e representantes do Poder Legislativo. O comunista Demócrito de Carvalho argumentou que as medidas contrariavam os artigos 141 e 159 da Constituição de 1946 que garantiam, respectivamente, a inviolabilidade dos direitos e garantias individuais e a livre associação profissional ou sindical. Um abaixo-assinado dos empregados da fábrica de móveis “Porvir” também repudiava os atos “inconstitucionais” da DRT e reconhecia a USTB como “único órgão central dos trabalhadores da Bahia”. Semelhante posição foi manifestada por empregados e lideranças sindicais entre os portuários,

---

<sup>463</sup> PANDOLFI, “Entre dois governos”, op. cit.

<sup>464</sup> “A CTB e a União Sindical”. *Diário da Bahia*, Salvador, 3 jan. 1947, s/p.; “Desespero contra o proletariado”. *O Momento*, Salvador, 4 jan. 1947, p. 5.

estivadores, panificadores e marceneiros da fábrica “A Brasileira”. Por motivos óbvios, essas manifestações eram dimensionadas pela imprensa comunista.<sup>465</sup>

Outra forma de coerção e intimidação empreendida pela DRT era a mobilização de força policial tanto impedir as plenárias da USTB quanto para inibir a participação de seus diretores nas assembleias dos sindicatos. Para tanto, Muniz Falcão requereu à Secretaria de Segurança Pública a proibição das reuniões naquele ou em qualquer outro sindicato, com o pretexto de que “elementos comunistas” estavam provocando agitações em diversos setores do operariado e que a situação poderia assumir “graves proporções”. O ofício alegava ainda que CTB e a USTB eram organizações ilegais, que instigavam a desagregação dos trabalhadores, “fomentando greves, criando impasse na solução das reivindicações, provocando indisciplina e desordens, concitando o desrespeito às autoridades trabalhistas e influenciando as diretorias dos sindicatos a descumprirem as determinações do Ministério do Trabalho”.<sup>466</sup>

Logo em seguida, o secretário de Segurança Pública, major Wolmar Carneiro da Cunha, mandou a polícia impedir uma reunião na sede do Sindicato dos Panificadores.<sup>467</sup> No final de março, às vésperas da posse do Governador e da Assembleia Legislativa, agentes da DOPS marcaram presença nas assembleias de diversos sindicatos para a eleição dos candidatos ao posto de vogal da Justiça do Trabalho. Sede provisória da USTB, o Sindicato dos Panificadores era o alvo central da repressão policial. Em abril, dois empregados da Padaria “Águia Central” e um da “Cadete” acusaram o assistente sindical da DRT, Rubem da Rocha, de tentar cooptá-los para promover uma intervenção naquele grêmio classista.<sup>468</sup>

---

<sup>465</sup> “Protestam os marceneiros contra a atitude inconstitucional do Delegado do Trabalho”. *O Momento*, Salvador, 4 jan. 1947, p. 5; “O Delegado do Trabalho não tem autoridade para investir contra a classe operária”. Idem, 5 jan. 1947, p. 5.

“A portaria do delegado do Trabalho está em desacordo com os direitos assegurados pela Constituição”. *O Momento*, Salvador, 8 jan. 1947, p. 5; “Repúdio unânime dos panificadores à circular da Delegacia do Trabalho”. Idem; “Defenderemos vigorosamente a USTB, em defesa da Constituição e da Democracia”. Idem, 10 jan. 1947, p. 5; “A União Sindical é o verdadeiro organismo dos trabalhadores”. Idem, 11 jan. 1947, pp. 2, 5; “O Delegado do Trabalho está agindo fora da lei”. Idem, 14 jan. 1947, p. 2; “A União Sindical é a única defesa dos trabalhadores”. Idem, 19 jan. 1947, p. 7; “Reconhecemos na USTB o esteio máximo da unidade da classe”. Idem, 26 jan. 1947, p. 2; “Os marceneiros reiteram seu apoio à União Sindical”. Idem, 13 fev. 1947, p. 2.

<sup>466</sup> “Os dirigentes da famigerada Confederação dos Trabalhadores do Brasil são indivíduos sem profissão definida”. *O Imparcial*, Salvador, 9 jan. 1947, p. 1; “Perigosa rede de expansão extremista”. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1947, p. 4. Ver também: FONTES, J. R., *A Bahia de todos os trabalhadores*, op. cit., pp. 424/5. .

<sup>467</sup> “Repúdio às organizações clandestinas”. *Diário da Bahia*, Salvador, 26 jan. 1947; “A USTB contra a medida arbitrária do Delegado do Trabalho”. *O Momento*, Salvador, 8 fev. 1947, pp. 1, 4.

<sup>468</sup> “Intervenção ilegal da polícia na vida dos sindicatos”. *O Momento*, Salvador, 2 abr. 1947, p. 1; “Os trabalhadores repelem os atentados policiais contra a autonomia sindical”. Idem, 4 abr. 1947, p. 2; “Afronta aos trabalhadores”. Idem, 10 abr. 1947, p. 2; “Fracassam as manobras do sr. Rubem Rocha”. Idem, 20 abr. 1947, p. 2; “Novo atentado à liberdade sindical”. Idem, 24 abr. 1947, p. 2.

As intervenções da DRT na vida dos sindicatos renderam protestos das diretorias da USTB e da CTB, do deputado comunista Jaime Maciel e de outras lideranças sindicais junto ao Presidente da República, à Câmara Federal, ao Governador Otávio Mangabeira e à Assembleia Legislativa (antes mesmo de serem empossados) e à direção nacional da CTB, cobrando providências para que esses fatos não mais se repetissem na Bahia. Em contrapartida, outros dirigentes sindicais apoiaram as determinações da Delegacia do Trabalho. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo da Cidade de Maragogipe se comprometeu a obedecer terminantemente a portaria e prometeu colaborar para a repressão de “qualquer elemento subversivo e deletério”.<sup>469</sup> O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar de Santo Amaro também se manifestou favorável. Em Salvador, segundo *O Momento*, o presidente do Sindicato dos Portuários, Manoel Bonfim do Carmo, foi desautorizado pela assembleia de associados ao propor o desligamento do grêmio da USTB.<sup>470</sup>

O empenho da diretoria pela legalização da USTB como sociedade civil representa outro indicativo da resistência dos sindicatos em aderir a uma “instituição clandestina”.<sup>471</sup> Tanto que, quando foi emitido o registro legal, o secretário Jaime de Souza Lima declarou que os presidentes de sindicatos que viam a União Sindical como um “bicho de sete cabeças” agora poderiam ler os seus estatutos, analisando as suas finalidades, para filiarem-se tranquilamente. Mas, apesar de ter sido anunciado como uma “grande vitória” dos trabalhadores, o registro não foi reconhecido pelo governo.<sup>472</sup> As tensões entre os partidários da DRT e o setor que defendia maior autonomia e liberdade sindical (não exclusivamente representado pelos comunistas) evidenciavam dissonâncias ideológicas e pragmáticas entre os sindicalistas que subjaziam a definição dos caminhos e métodos de encaminhamento das reivindicações.

No âmbito político-governamental, a princípio a USTB manteve uma postura de colaboração com o governo do estado e a Assembleia Estadual Constituinte. Pouco antes da posse de Otávio Mangabeira, Jaime de Souza Lima reafirmou a intenção da União Sindical de “lutar ao lado do governo, apresentando medidas concretas e imediatas” a fim de solucionar o

<sup>469</sup> “Trabalho e Previdência”. *Diário da Bahia*, Salvador, 18 jan. 1947, p. 2. Ver também: “Os fumageiros de Cachoeira e São Felix elegem, em praça pública, a direção do seu sindicato”. *O Momento*, Salvador, 13 mar. 1947, pp. 2, 3.

<sup>470</sup> “Os trabalhadores das usinas ao delegado do Trabalho na Bahia”. *O Imparcial*, Salvador, 27 jan. 1947, p. 3; “Os portuários baianos, sob a bandeira da USTB, defendem a Constituição”. *O Momento*, Salvador, 2 fev. 1947, pp. 1, 4.

<sup>471</sup> No final de março, a USTB foi registrada como sociedade civil, adquirindo personalidade jurídica.

<sup>472</sup> “A União Sindical e o seu registro”. *O Momento*, Salvador, 2 abr. 1947, p. 4; “O registro da USTB é uma vitória do proletariado baiano”. *Idem*, 29 mar. 1947, p. 2.

“estado deplorável” deixado de herança pelo “famigerado Estado Novo”.<sup>473</sup> Além do apoio pecebista, a proximidade cultivada com os subalternos e a promessa de uma administração de “portas abertas” favoreciam a interlocução de Mangabeira inclusive com trabalhadores e sindicalistas que votaram e apoiaram o candidato petebista, facilitando essa ponte entre o governo e o movimento sindical. Todavia, uma relativa estabilidade dessa relação dependeria muito da habilidade do governador para conciliar tensões que sobejavam numa sociedade marcada por profundas desigualdades de cor e classe e por persistentes injustiças nas relações de trabalho.

No início de maio, a USTB enviou mensagens de apoio e confiança ao Governador e à Assembleia Estadual Constituinte. A Mangabeira referia-se como um “íntegro democrata”, “cidadão probo” cujos atos apresentados no breve período de vinte dias de governo faziam “antever uma inédita gestão” no estado. Todavia, questionava as “forças antidemocráticas” que integravam seu governo. Aos constituintes estaduais, reivindicava uma Constituição democrática e progressista, que garantisse um salário digno para os trabalhadores, facilidade de instrução, liberdade e autonomia sindical, político-partidária e religiosa. Também recomendava a aprovação de medidas que assegurassem a fixação do trabalhador no campo, facilitando a aquisição de um pedaço de terra e o amparo à produção dos gêneros de primeira necessidade.<sup>474</sup>

De fato, no início do seu mandato, Otávio Mangabeira manteve uma política de relativa tolerância com os comunistas e o movimento sindical, fazendo jus ao acordo pré-eleitoral. Imbuído da missão de representar a “Bahia na posse de si mesma”, como avaliou Antônio L. Negro, ele procurou “voltar à política a sabedoria senhorial dos baianos sobre as relações cotidianas e íntimas”, dispensando “apelos a ideologias estrangeiras, o regime de força da direita e a impessoalidade da firma capitalista”.<sup>475</sup> A marca mais saliente dessa política eram as audiências públicas, exaltadas na imprensa, quando o governador tratava pessoalmente com os governados, sem distinção entre “pobres e ricos”, dispensando a presença de intermediários na relação entre o povo e o governo. A iniciativa, de alguma forma, reeditava as famosas cartas a Getúlio, todavia, ao contrário do ex-presidente, Mangabeira não era rotulado pejorativamente de populista nem sua prática política censurada como manipulação e demagogia. Contudo, em terra com profundas e duráveis desigualdades sociais e raciais, agravadas pelos baixos salários, por problemas da carestia e moradia e pelo

---

<sup>473</sup> “A União sindical e o seu registro”, op. cit.

<sup>474</sup> “Mensagem da USTB ao Governador e à Assembleia”. *O Momento*, Salvador, 8 maio 1947, p. 2.

<sup>475</sup> Ver: NEGRO, Antônio Luigi. “No Caminho de Areia. Política...”, op. cit.

despotismo patronal, sempre eram tênues os limites entre tolerância/conciliação *versus* autoritarismo/repressão. Essas fronteiras seriam ainda mais diluídas pelo sinistro clima da guerra fria.<sup>476</sup>

Em 7 de maio, *pari passu* com a cassação do registro do PCB pela Justiça Eleitoral, o decreto governamental 23.046 determinou a intervenção nos sindicatos que se filiaram ou contribuíram para a CTB e as Uniões Sindicais nos estados. A essa medida, seguiu-se o fechamento dos organismos intersindicais e a substituição das diretorias eleitas dos sindicatos por juntas governativas nomeadas pelo Ministério do Trabalho. Na Bahia, a USTB teve as atividades suspensas, e sindicatos, como os dos Estivadores, Sapateiros, Gráficos, Moageiros, Transviários e outros, tiveram as diretorias destituídas, os livros de atas e contábeis apreendidos e as sedes interditadas por determinação da DRT, enquanto aguardavam a designação da nova diretoria. Em julho, foram nomeadas as juntas governativas dos Sindicatos dos Panificadores, Tecelões, Marceneiros e Gráficos de Salvador.<sup>477</sup>

Considerando essas medidas arbitrárias e inconstitucionais, a USTB decidiu apelar para as vias institucionais e legais. Em manifesto dirigido aos trabalhadores, a diretoria prometeu recorrer ao judiciário e recomendou que aguardassem, unidos e organizados, pelo pronunciamento da justiça. Ouvidos pela reportagem de *O Momento*, dirigentes e filiados protestaram contra as intervenções nos sindicatos, tanto por considerarem um atentado à liberdade sindical quanto pelos prejuízos causados à assistência dos associados. Todavia, enquanto pediam a renúncia do Presidente Dutra e do ministro do Trabalho, Morvan Figueiredo<sup>478</sup>, o periódico comunista e os sindicalistas reafirmavam a confiança no compromisso, assumido pelo governador Octávio Mangabeira, de defender a Constituição.<sup>479</sup> Diferentemente de Mangabeira, a trajetória do General Dutra tanto quanto a experiência do seu governo não lhe credenciavam como um “democrata probó” muito menos se notabilizava por uma relação de proximidade com os subalternos.

Convém esclarecer que muitas das diretorias sindicais depostas não eram controladas pelos comunistas. O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar de Santo Amaro,

<sup>476</sup> NEGRO, Antônio Luigi. “No Caminho de Areia. Política...”, op. cit. Ver também: ““Antes de tudo, a salvação do regime””, op. cit.; “Presente e futuro da Bahia”. *Diário de Notícias*, Salvador, 1 jan. 1918, pp. 2, 4; “Procurando resolver os problemas do povo”. Idem, 29 set. 1948, p. 8; “Tranquilidade administrativa e reestruturação econômica da Bahia”. Idem, 6 out. 1948, p. 8.

<sup>477</sup> “Proseguem os absurdos atentados à liberdade sindical”. *O Momento*, Salvador, 22 jul. 1947, p. 6.

<sup>478</sup> Geralmente, o periódico comunista e os sindicalistas afastados referiam-se ao governo Dutra como ditadura e ao ministro do Trabalho, Morvan Figueiredo, como homem rico, banqueiro e vice-presidente da FIESP.

<sup>479</sup> “A USTB dirige-se aos trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 9 maio 1947, p. 6; “Protestam os trabalhadores contra a suspensão da Confederação dos Trabalhadores do Brasil e das Uniões Sindicais”. Idem, 10 maio 1947, p. 2; “Querem destruir num dia o que nos custou anos de sacrifício”. Idem, 17 maio 1947, p. 2; “Causa graves prejuízos aos trabalhadores, a interdição ilegal dos sindicatos”. Idem, 21 maio 1947, pp. 2, 5.

por exemplo, dirigido pelo trabalhista Octávio Nunes da Silva, sofreu intervenção em fevereiro de 1947. O mesmo aconteceu com o Sindicato dos Tecelões de Valença, presidido pelo líder da bancada petebista na Câmara Municipal, Oldack Nascimento, que foi ocupado pela polícia e prepostos da DRT em junho de 1948. Desde então, o interventor João Marcelo Costa promoveu perseguições contra os empregados que tomavam parte nas reivindicações, desencadeando uma série de intimações para que prestassem depoimentos à polícia, sob a acusação de serem comunistas. Os abusos chegaram a tal ponto que os associados decidiram impetrar mandado de segurança contra o interventor.<sup>480</sup>

### 3.3.1 Permanecer nos sindicatos

A princípio, a CTB preconizou a permanência dos associados nos sindicatos e a defesa das prerrogativas garantidas nos estatutos sindicais, como a realização das assembleias gerais, denunciando as irregularidades e recorrendo à justiça, quando fosse o caso, sem abrir mão da luta pela recuperação da direção. Em julho, o secretário geral, Roberto Morena, recomendou a organização dos empregados em comissões nos locais de trabalho, para fiscalizar as juntas governativas, evitar o abandono dos sindicatos pelos associados e dinamizar a luta pelas reivindicações trabalhistas, levantando os problemas e reivindicações e encaminhando-os às autoridades constituídas. Nessa perspectiva, Morena defendia a mobilização por aumento de salário, de acordo com o projeto de lei do deputado comunista Diógenes Arruda que previa um reajuste de 100% sobre a tabela de novembro de 1943.<sup>481</sup>

No plano estadual, foi criada em Salvador uma Comissão Pró-Fortalecimento dos Sindicatos (CPFS), preconizando liberdade sindical, eleições sindicais livres e democráticas e um “governo de confiança nacional”, que respeitasse a Constituição e as conquistas da classe operária. Em manifesto dirigido aos trabalhadores de todas as profissões, a CPFS recomendava o fortalecimento dos sindicatos, associações profissionais e organizações populares e a luta pelos direitos trabalhistas assegurados na Constituição de 1946: salário mínimo familiar, participação nos lucros, repouso semanal remunerado, liberdade sindical, direito de greve, além do aumento de 100% no salário mínimo e outras reivindicações imediatas de cada local de trabalho.<sup>482</sup>

---

<sup>480</sup> “Invadido pela polícia o Sindicato dos Tecelões em Valença”. *O Momento*, 2 jun. 1948, p. 5; “A intervenção policial no Sindicato dos Tecelões de Valença”. *O Momento*, 19 out. 1948, p. 5.

<sup>481</sup> “Recuperemos os sindicatos”. *O Momento*, Salvador, 8 jul. 1947, pp. 2, 3.

<sup>482</sup> “Permanecer dentro dos sindicatos para continuar a luta”. *Idem*, 27 jul. 1947, pp. 3, 5 e 6; “O que compete aos trabalhadores”. *Idem*, 23 set. 1947, p. 2.

Nos locais de trabalho, a exemplo das indústrias têxteis, de calçados, padarias e outras, foram organizadas comissões de defesa ou pró-liberdade sindical. No final de agosto, foi fundada a comissão de defesa dos tecelões na fábrica São Braz.<sup>483</sup> Em Feira de Santana foi instalada uma Comissão Pró-Liberdade Sindical, que procurou arrecadar fundos para pagamento dos aluguéis e luz das sedes das associações profissionais sob intervenção, evitando que fossem fechadas, ao tempo em que organizava abaixo-assinados e um comício em apoio ao projeto do deputado João Amazonas pela realização imediata de eleições sindicais.<sup>484</sup>

Em apoio a essas iniciativas, o jornal comunista dava vazão às críticas e acusações contra os interventores dos sindicatos. Sabatinados pela reportagem, empregados têxteis, transviários, estivadores, portuários, panificadores e outros acusaram as juntas governativas de evitar as assembleias, boicotar as reivindicações dos empregados, não prestar contas aos associados e fazer conchavos com os empregadores, traindo os interesses da classe. O interventor do Sindicato dos Estivadores, Deoclécio Patriarca dos Santos; o dos Trabalhadores em Carris Urbanos, Edenal Vieira<sup>485</sup>, e o dos Tecelões, Dionísio Menezes, eram os principais alvos dessas acusações.<sup>486</sup>

Trabalhadores de algumas cidades do interior do estado também protestaram contra a intervenção nos seus sindicatos. Em visita à redação de *O Momento*, o sindicalista João do Carmo Veríssimo declarou que o Sindicato dos Curtidores de Couros de Alagoinhas, fechado em maio, só foi reaberto em agosto, com a nomeação de uma diretoria composta por empregados que nunca foram sindicalizados. Desde então, nenhuma assembleia geral havia sido realizada ou qualquer procedimento adotado para tratar das reivindicações dos associados. Em novembro, o fumageiro Waldomiro Alves dos Santos escreveu à redação denunciando o abandono da Associação Profissional dos Empregados Fumageiros de Feira de

---

<sup>483</sup> “Fundada na Fábrica São Braz a Comissão de defesa dos Tecelões”, *O Momento*, Salvador, 28 ago. 1947, p. 2; “Comissão de defesa da Liberdade Sindical”. Idem, 9 out. 1947, p. 2; “Surge nova comissão de defesa e fortalecimento sindicais”. Idem, 24 out. 1947, p. 2.

<sup>484</sup> “Liberdade sindical”. *O Momento*, Salvador, 3 set. 1947, p. 2; “Clamam os portuários pela liberdade sindical”. Idem, 5 set. 1947, p. 2; “Organizam-se os trabalhadores de Feira de Santana”. Idem, 12 nov. 1947, p. 2.

<sup>485</sup> A nota rotulava Edenal Vieira de agente ministerialista, traidor da sua classe, homem de confiança do ministro Morvan Figueiredo e o acusava de ter votado contra a liberdade e autonomia sindicais, o direito de greve e outras reivindicações dos trabalhadores no Congresso Sindical Nacional, além de ter sido um dos delegados que pediram o encerramento do conclave antes que os trabalhadores discutissem seus problemas.

<sup>486</sup> “Os estivadores protestam contra os atos do traidor Deoclécio”. *O Momento*, Salvador, 30 jul. 1947, p. 6. ; “Os trabalhadores da Circular não se deixarão enganar”. Idem, 5 ago. 1947, p. 2; “Os tecelões ameaçados de trabalharem apenas quatro dias por semana”. Idem, 27 ago. 1947, p. 2; “Tentam rebaixar os salários dos tecelões”. Idem, 4 set. 1947, p. 2; “A junta governativa do Sindicato dos Padeiros despreza os interesses da classe”. Idem, 17 set. 1947, pp. 2, 6; “O presidente da Junta Governativa do Sindicato dos Portuários não prestou contas”. Idem, 1 nov. 1947, p. 2.



Santana, onde nenhuma assembleia era realizada nem atendimento era prestado aos associados pela junta governativa. Quase sempre, essas denúncias eram dimensionadas pela reportagem e pela militância comunista.<sup>487</sup>

Nos meses de setembro e outubro, esses protestos se avolumaram em decorrência da visita de Morvan de Figueiredo à Bahia. Por iniciativa da DRT, as juntas governativas dos sindicatos circularam listas de assinaturas nos locais de trabalho em congratulação pela visita do ministro e em apoio ao Presidente Dutra. A iniciativa foi contestada pela militância sindical comunista, que acusou os “agentes ministerialistas” de fazer circular as listas “sem cabeçalho” com o propósito de ludibriar os trabalhadores a pretexto de exigir seus direitos.<sup>488</sup> Em seguida, *O Momento* divulgou um abaixo-assinado dos tecelões da Boa Viagem, dirigido ao delegado regional do Trabalho, que acusava o interventor Dionísio Menezes de ter usado recursos do fundo sindical para patrocinar as homenagens.<sup>489</sup>

Sem surpresa, o jornal comunista e a grande imprensa apresentaram versões divergentes acerca da receptividade dos trabalhadores baianos ao ministro. De acordo com *O Momento*, apesar da convocação dos “agentes ministerialistas” e da grande imprensa poucas pessoas compareceram às homenagens no aeroporto, na Praça Castro Alves e na sede da DRT. Durante a visita ao Sindicato dos Transviários, o sindicalista Florisvado Viana lhe entregou um manifesto, com cerca de mil assinaturas, contestando as congratulações e protestando contra o descumprimento dos dispositivos constitucionais que asseguravam ao trabalhador os direitos ao descanso semanal remunerado, salário mínimo, direito de greve, liberdade e autonomia sindical. Segundo *Estado da Bahia*, na Delegacia do Trabalho Morvan conferenciou para inúmeros presidentes e diretores de sindicatos e na visita ao Círculo Operário foi recepcionado “sob calorosas manifestações” por “uma grande massa operária”.<sup>490</sup>

Ainda de acordo com *Estado da Bahia*, em visita à fábrica de derivados de cacau Bhering e Cia, Morvan foi recebido festivamente pelo gerente, pelo corpo de funcionários, sindicalistas e por representantes da imprensa, do alto comércio e da indústria. Acompanhado da comitiva, ele conheceu o gabinete médico da fábrica, equipado com mesa de operação, medicamentos e aparelhos cirúrgicos. Elogiou o “amplo e arejado” refeitório, as “higiênicas

<sup>487</sup> “Os trabalhadores de Alagoinhas lutam pela liberdade sindical”. *O Momento*, Salvador, 17 set. 1947, p. 2. “A situação dos fumageiros de Feira”. Idem, 1 nov. 1947 s/p.

<sup>488</sup> “Agentes ministerialistas tentam iludir os trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 5 set. 1947, p. 2; “Os operários baianos repelem a farsa do Sr. Morvan”. Idem, 21 set. 1947, pp. 1, 6.

<sup>489</sup> “Os trabalhadores baianos dirigem-se ao Ministro do Trabalho”. *O Momento*, Salvador, 30 set. 1947, pp. 5, 6.

<sup>490</sup> “Sucessivas decepções experimenta o Ministro do Trabalho”. *O Momento*, 2 out. 1947, pp. 1, 6; “O Ministro do Trabalho devia cumprir a Constituição”. Idem, 3 out. 1947, p. 2; “O traidor Dionísio não representa os tecelões”. Idem, 18 out. 1947, p. 2; “Alvo de carinhosa recepção, o Ministro do Trabalho, Sr. Morvan Figueiredo”. *Estado da Bahia*, 3 out. 1947, p. 3.

instalações” da cozinha, os possantes frigoríficos, os bebedouros de água gelada e natural para uso dos operários, além dos setores de produção e embalagem. Na ocasião, o proprietário da fábrica queixou-se do aumento de cerca de 400% no preço do cacau, o que teria forçado as firmas a reduzir a produção e, conseqüentemente, o número de empregados.<sup>491</sup>

Sem pretender entrar no mérito das diferentes versões, a polêmica em torno das homenagens ao ministro do Trabalho é sintomática das disputas e tensões entre os comunistas, os interventores e setores do movimento sindical que optaram por uma linha pragmática e legalista, evitando bater de frente com as autoridades trabalhistas. Por seu turno, as descrições da visita ao Círculo Operário e da recepção do ministro entre patrões e empregados para a inspeção dos serviços de assistência médica e refeitório, inaugurados pela fábrica, são alusivas às articulações entre a política governamental, o assistencialismo católico e o capitalismo de bem-estar, mobilizados pelos discursos da paz social e da democracia cristã, como contraponto à influência de setores das esquerdas, sobretudo os comunistas, entre os trabalhadores assalariados.<sup>492</sup>

Essa relação se torna mais evidente nas comemorações do 1º de Maio de 1947, quando as solenidades cívicas e religiosas, as atividades esportivas e recreativas, a inauguração de obras de assistência social, bem como as participações do Governador do estado, do Círculo Operário da Bahia, de representantes do empresariado e de autoridades trabalhistas se sobrepõem à proeminência e aos discursos das lideranças sindicais. A partir de 1948, ao lado do governador Otávio Mangabeira e de dirigentes sindicais, serão presenças centrais nessas solenidades as lideranças católicas circulistas; o presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e do Serviço Social da Indústria (SESI), o empresário têxtil Augusto Viana Ribeiro dos Santos; o presidente do Serviço Social do Comércio (SESC) e diretores do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).<sup>493</sup>

Em contrapartida, naquele ano uma solenidade paralela programada pela AGT e pela Comissão Central Pró-Fortalecimento Sindical foi proibida pelas autoridades. Restou aos

<sup>491</sup> “As classes operárias ao lado do governo da legalidade. Grandes homenagens ao Ministro do Trabalho”. *Estado da Bahia*, Salvador, 3 out. 1948, p. 3; “Alvo de carinhosa recepção...”, op. cit.

<sup>492</sup> Para uma discussão acerca do projeto empresarial de “paz social” que orientou a criação e as ações do SESI, do SESC e do SENAI no contexto desta pesquisa, ver: WEINSTEIN, Bárbara. (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade de São Francisco, 2000. Sobre o circulismo e o assistencialismo católico, ver: SOUZA, J. J. Vieira de. *Da transcendência à disciplina*, op. cit.; SOUZA, Evergton S. “O movimento operário católico na Bahia...”, op. cit.

<sup>493</sup> “O Dia Máximo do Trabalhador. As festas congratulatórias e as entidades ilegais” *O Imparcial*, Salvador, 1 maio 1947, pp. 1, 3; “O Dia dos Trabalhadores. As comemorações de 1º de Maio”. Idem, 3 maio 1947, p. 3; “As comemorações do Dia do Trabalho”. *A Tarde*, Salvador, 3 maio 1948, pp. 1, 2; “A mensagem do Sr. Otávio Mangabeira”. Idem, 4 maio 1948, p. 3; “O SENAI e as comemorações do 1º de Maio”. Idem, 6 maio 1948, p. 4.

comunistas participar das festividades em bairros populares, como Nova Pero Vaz<sup>494</sup>, cuja programação incluiu a inauguração de uma capela do Senhor do Bonfim, festa de largo, desfile e procissão, além de exhibições de capoeira, números de danças afro-brasileiras, sambas, corridas de saco, bem ao modo da cultura popular. O Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Móveis de Madeira da Cidade do Salvador também promoveu uma solenidade comemorativa na sua sede para os associados e demais trabalhadores representados.<sup>495</sup> Essa disputa pela apropriação do 1º de Maio simboliza a articulação do governo Mangabeira com a democracia cristã e o capitalismo de bem-estar em torno de um ideal de “paz social”, que procurava isolar a influência comunista, amortecer a luta de classes e assumir a mediação e a conciliação das lutas trabalhistas.

### 3.3.2 A cassação do PCB e sua repercussão na Bahia

*Pari passu* com as intervenções ministerialistas no movimento sindical, uma frente política e jurídica anticomunista<sup>496</sup> mobilizava-se pela revogação do registro eleitoral do Partido Comunista. Desde 1946 um processo tramitava no Superior Tribunal Eleitoral (STE) com esta finalidade. Em janeiro de 1947, às vésperas das eleições estaduais, o ministro da Justiça, Benedito Costa Neto declarou em entrevista que, no seu entendimento, o PCB era um partido ilegal. A declaração teve grande repercussão tanto por se tratar de uma autoridade governista quanto pelo contexto eleitoral. Passadas as eleições, em 13 de fevereiro o procurador da República, Alceu Barbedo, emitiu parecer concluindo pela ilegalidade e favorável à cassação.

Na Bahia, a notícia foi anunciada com regozijo pela grande imprensa e recebida com euforia nos meios políticos tradicionais. Em contrapartida, foi divulgada com perplexidade e indignação por *O Momento*, mas obteve pouca repercussão entre os trabalhadores. Em Salvador, um grupo de tecelãs enviou um telegrama ao Presidente do STE, Lafayette

<sup>494</sup> Juntamente com a comemoração do Dia do Trabalhador, os moradores festejavam o primeiro aniversário do bairro Novo Pero Vaz, criado a partir das lutas pela moradia popular em Salvador apoiadas pelos comunistas.

<sup>495</sup> “As comemorações do 1º de Maio na Bahia”. *O Momento*, Salvador, 28 abr. 1948, p. 1; “1º de Maio: data internacional dos trabalhadores”. Idem, 1º maio 1948, p. 1; “Unamo-nos para a luta pelas nossas reivindicações”. Idem, 1 maio 1948, p. 1. Ver também: “Notícias dos Estados”, 5 maio 1949. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fl.12.

<sup>496</sup> Sobre a composição dessa “coalizão anticomunista”, ver: SENA JÚNIOR. *Os impasses da estratégia*, op. cit., pp. 322/23.

Andrade, considerando a cassação um golpe contra a democracia.<sup>497</sup> Após intensa batalha judicial, em 7 de maio o registro do PCB foi proscrito pelo Tribunal.<sup>498</sup> Para o jornal *A Tarde*, principal porta-voz do discurso político liberal na Bahia, foi uma decisão “acertada”, apesar de “tardia”. O fechamento do PCB representava, antes de tudo, uma “medida de preservação da democracia”.<sup>499</sup>

Para *O Imparcial*, a nação estava “satisfeita nos seus patrióticos anseios democráticos”. Na edição do dia seguinte, o matutino conclamava a vigilância dos “probos homens” para evitar possíveis atos de violência dos comunistas contra a tranquilidade e a segurança das instituições legais. Contudo, a principal preocupação era com o destino dos mandatos parlamentares e dos cargos ocupados pelos pecebistas em representações públicas. Sugestivamente, uma nota de um correspondente do Distrito Federal lembrava que o PCB havia ajudado a eleger oito governadores estaduais. Outra afirmava que, horas após o comunicado oficial da cassação pelo presidente do STE ao ministro da Justiça, forças motorizadas iniciaram o fechamento de 445 células do partido.<sup>500</sup>

Por seu turno, *O Momento* procurou dar vazão aos protestos de trabalhadores e sindicalistas contra a cassação. Na primeira página, a folha comunista trazia uma nota do CE afirmando que o povo e as autoridades baianas protestavam energicamente contra esse “sério atentado” ao regime democrático e conclamava a União Nacional em defesa da democracia e da Constituição.<sup>501</sup> Todavia, seja por efeito da intensa campanha anticomunista e/ou de uma tradição legalista, a notícia não teve grande repercussão entre os trabalhadores baianos. Ouvidos pela reportagem, portuários e estivadores manifestaram-se contrariamente à decisão da Justiça Eleitoral. Um grupo de moradores do popular bairro do Pelourinho encaminhou telegramas de protesto ao Presidente da República, à Câmara Federal e ao Senado. No início

---

<sup>497</sup> “‘O Partido Comunista é ilegal’, declara o ministro da Justiça”. *Diário da Bahia*, Salvador, 9 jan. 1947, p. 4; “O Partido Comunista posto na ilegalidade”. *O Imparcial*, Salvador, 14 fev. 1947, p. 1; “As operárias baianas repelem as provocações fascistas”. *O Momento*, Salvador, 21 fev. 1947, p. 2.

<sup>498</sup> Aprovada pelo Superior Tribunal Eleitoral, por três votos contra dois, a cassação do registro do PCB fundamentou-se na alínea a do artigo 26 do decreto-lei nº 9.258, de 14 de maio de 1946, publicado pelo governo Dutra simultaneamente com atividades da Assembleia Constituinte. Esta previa o cancelamento do registro de partido político quando ficasse provado o recebimento de orientação político-partidária, contribuição em dinheiro ou qualquer outro auxílio de procedência estrangeira. Antes de uma questão jurídica a medida representou uma ação política. (BRASIL. Decreto-lei nº 9.258, 14 maio 1946. Dispõe sobre o alistamento, os partidos políticos e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9258-14-maio-1946-417156-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 jun. 2013)

<sup>499</sup> “A dissolução do PC”. *A Tarde*, Salvador, 8 maio 1947. Apud SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia*, op. cit., p. 348.

<sup>500</sup> “O Partido Comunista posto na ilegalidade”. *O Imparcial*, Salvador, 8 maio 1947, pp. 1, 4.

<sup>501</sup> “Golpe na Constituição”. *O Momento*, Salvador, 8 maio 1947. Apud SENA JÚNIOR, *Os impasses da estratégia*, op. cit., p. 348.

de outubro, empregados da Navegação Baiana enviaram um abaixo-assinado ao Presidente do STE pedindo a revogação da decisão, por considerá-la “injusta e errada”.<sup>502</sup>

Em contrapartida, setores autoritários encrustados no aparelho policial, liderados pelo comissário da Delegacia de Ordem Política e Social (Deops), Laurindo Régis, procuraram tirar proveito da situação para reprimir seus desafetos comunistas. Na cidade de Maragogipe, no Recôncavo baiano, o delegado de polícia, capitão Beline, mandou prender os militantes Bartolomeu Amorim e Jovino Lima, que foram encaminhados à SSP em Salvador, onde foram inqueridos a respeito do fichário, do livro de atas e sobre os nomes dos integrantes do Comitê Municipal. Procurado pelo deputado Jaime Maciel, o secretário de Segurança Pública, Oliveira Brito, afiançou que seu gabinete não emitira nenhum mandado de detenção contra militantes do PCB. Em seguida, autorizou a libertação dos militantes detidos e prometeu punir severamente o delegado para que não tornasse a descumprir a Constituição.<sup>503</sup>

Enquanto isso, setores da grande imprensa acusavam o Governador Octávio Mangabeira de tolerância com os comunistas. De acordo com *O Imparcial*, na Bahia o fechamento do Partido Comunista ocorria “em câmera-lenta”: embora as placas tivessem sido retiradas das fachadas, os dirigentes continuavam atendendo aos seus camaradas “em expedientes animados”. Agitados, certamente. Em Salvador, segundo a reportagem, a polícia não encontrou sequer os fichários do partido. O articulista argumentava ainda que, enquanto em Alagoas o fechamento das sedes do PCB foi “simples e direto”, em Minas e noutros estados, onde havia influência dos comunistas nos governos, o cumprimento do “acórdão” do TSE estava ameaçado. Um informante do DOPS na Bahia também acusou o Governador Mangabeira de manter a “passividade” com os comunistas.<sup>504</sup>

Apesar da garantia pré-eleitoral de ser favorável ao livre funcionamento de todos os partidos, inclusive o Comunista, e das acusações de negligência com os comunistas, Otávio Mangabeira não moveu uma palha contra a cassação do PCB. Também não se pronunciou contra o empastelamento de *O Momento*, ocorrido na noite de 22 de maio de 1947, quando forças militares tomaram de assalto e depredaram a redação, as oficinas e a gerência do jornal comunista. Na edição do dia seguinte, publicada em uma única página, o periódico condenava o ato antidemocrático contra a liberdade de imprensa e entoava um manifesto, então

<sup>502</sup> “Portuários e estivadores protestam contra o cancelamento do registro do PCB”. *O Momento*, Salvador, 9 maio 1947, p. 2; “Protesta o povo contra o atentado à Democracia”. Idem, 9 maio 1947, p. 6; “Trabalhadores da Navegação Baiana pedem a legalidade do Partido Comunista”. Idem, 24 out. 1947, p. 2.

<sup>503</sup> “O Delegado de Maragogipe, obedecendo ordens de Laurindo Régis, pratica arbitrariedades”. Idem, 15 maio 1947, p. 1

<sup>504</sup> “O fechamento do Partido Comunista, na Bahia, em ‘câmera-lenta’”. *O Imparcial*, Salvador, 13 maio 1947, p. 3; “Informação”. Setor Trabalhista, 12 abr. 1948. Apej, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fl. 21.

recentemente lançado pelo PCB, exigindo a renúncia e punição do Presidente Dutra por crime de responsabilidade contra a Constituição. A nota concitava o povo baiano, trabalhadores e jovens a se organizarem nos bairros, empresas e locais de trabalho para lutar pela solução dos seus problemas, em defesa da Constituição e da democracia e contra “a entrega do Brasil aos imperialistas norte-americanos”.<sup>505</sup>

Nesse contexto, a imprensa comunista endurecia os ataques contra o Presidente Dutra. *O Momento* acusava o General de implantar uma ditadura, desrespeitando a Constituição que jurou defender. Igualmente, responsabilizava o mandatário pela carestia generalizada, a falta de habitação para os trabalhadores, o aumento do desemprego e o êxodo das “massas camponesas”. Em contrapartida, poupava o Governador do Estado e afagava as “gloriosas Forças Armadas”, exaltando suas “tradições democráticas”.<sup>506</sup>

No início de julho, a tolerância dos comunistas com Octávio Mangabeira foi abalada pela indiferença do governador diante do pedido de licença, pela Justiça, ao Congresso Nacional para processar o senador Luís Carlos Prestes por injúria contra o Presidente Dutra. Desde então, *O Momento* passou a acusar a UDN e seus líderes - citando nominalmente Juraci Magalhães e Otávio Mangabeira - de demagogia, incoerência, comprometimento com as classes dominantes.<sup>507</sup> O rompimento ficou ainda mais iminente em meados daquele mês, quando as bancadas da UDN e do PSD recusaram-se a votar uma moção de congratulações ao deputado socialista João Mangabeira (irmão do governador), pelo veemente discurso, pronunciado na Câmara Federal, contra a cassação dos mandatos parlamentares comunistas. Na ocasião, o PCB responsabilizou o Governador pelo posicionamento da sua bancada.<sup>508</sup>

Enquanto isso, a preocupação dos adversários políticos do PCB seguia voltada para os destinos dos seus mandatos parlamentares.<sup>509</sup> Em 27 de agosto, o deputado udenista Ivo D’Aquino apresentou um projeto na Câmara Federal propondo a cassação dos mandatos pecebistas. Iniciava-se assim outra acirrada disputa jurídica e política. Em resposta, em 15 de novembro, Prestes lançou um manifesto à nação conclamando a união de todos os

<sup>505</sup> “Não é possível calar a voz do povo!”. *O Momento*, Salvador, 23 maio 1947 s/p.

<sup>506</sup> “A ditadura aumenta a miséria do povo”. *O Momento*, 1 jun. 1947 s/p. Ver também: “Tudo pela imediata reconstrução de O Momento”. Idem, 27 maio 1947 s/p.; “Crimes de responsabilidade”. Idem, 29 maio 1947 s/p.; “Responda à reação reconstruindo O Momento”. Idem, 5 jun. 1947, s/p.; “Democracia sob livramento condicional”. Idem, 4 jul. 1947, p. 2.

<sup>507</sup> “A traição da UDN”. *O Momento*, Salvador, 8 jul. 1947, p. 2.

<sup>508</sup> “UDN e PSD obedeceram às ordens do Sr. Mangabeira”. *O Momento*, Salvador, 16 jul. 1947, pp. 2, 3; “Traição do Sr. Mangabeira”. Idem, 17 jul. 1947, p. 1.

<sup>509</sup> “Vagas dos comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 18 nov. 1947, p. 1; “Preenchimento das vagas dos comunistas”. Idem, 9 jan. 1948, p. 8; “Vereadores moscovitas”, op. cit.; “Perderão os comunistas seus três vereadores”, op. cit.

democratas, patriotas e trabalhadores contra a aprovação da cassação, a desmoralização do poder legislativo e em defesa da Constituição.<sup>510</sup>

Na Bahia, com a aproximação da votação do projeto Ivo D'Aquino, surgiram rumores de greves contra a cassação dos mandatos, mas não se concretizaram. Algumas categorias, como os portuários, estivadores e canavieiros, enviaram abaixo-assinados de protesto à Assembleia Legislativa Estadual e à Câmara Federal. Trabalhadores na indústria do açúcar de Santo Amaro também encaminharam um memorial, com mais de trezentas assinaturas, à Câmara Federal. Cidadãos santo-amarenses, mobilizados pelo médico e dirigente comunista Juvêncio Guedes, e moradores do bairro de Massaranduba, em Salvador, também enviaram manifestos à Câmara com dezenas de assinaturas. Em palestra com a reportagem de *O Momento*, empregados da fábrica têxtil São Salvador defenderam a manutenção dos mandatos dos comunistas.<sup>511</sup>

Por seu turno, o delegado do Trabalho e alguns presidentes das juntas governativas dos sindicatos minimizavam essas manifestações e procuravam desmentir os boatos grevistas. Conforme asseveravam, elementos comunistas tentavam explorar a situação para “lançar a desordem no meio operário”, mas a situação era de “absoluta calma” entre os trabalhadores baianos. Seja como for, nesse contexto só temos notícias de uma greve geral dos empregados das fábricas de móveis de madeira em Salvador, que durou quatro dias, no final de dezembro de 1947 e início de janeiro 1948.<sup>512</sup>

Aliada aos efeitos da exaltada campanha anticomunista, também operou contra a ameaça grevista a atuação conjunta da DRT com a Comissão dos Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Baianos (CPSTB), presidida pelo trabalhista João da Silva Rego Filho, que reunia os presidentes das juntas governativas e do Círculo Operário da Bahia. No final de dezembro, o delegado do Trabalho instruiu esses dirigentes sindicais contra as “agitações promovidas por elementos do extinto Partido Comunista”, que “valendo-se do pretexto do

<sup>510</sup> “Unamo-nos contra a cassação dos mandatos”. *O Momento*, Salvador, 18 nov. 1947, pp. 1, 6.

<sup>511</sup> “Protestam os trabalhadores baianos contra o monstruoso projeto Ivo D'Aquino”. *O Momento*, Salvador, 20 nov. 1947, pp. 1, 6; “Protestamos contra as tentativas de cassação dos mandatos dos nossos legítimos representantes”. Idem, 29 nov. 1947, pp. 3, 4; “Os parlamentares comunistas são os defensores dos operários e do povo”. Idem, 4 dez. 1947, p. 2. Sobre o debate no Parlamento a respeito da cassação dos mandatos, ver: MARIGHELA, Carlos. “O povo saberá castigar os que desrespeitam a democracia”. *O Momento*, Salvador, 29 nov. 1947, pp. 3, 4.

<sup>512</sup> “Paralisaram o trabalho em sinal de protesto contra a cassação”. *O Momento*, Salvador, 2 dez. 1947, p. 1; “Em greve os trabalhadores da Fábrica Porvir”. Idem, 27 dez. 1947, pp. 1, 4; “Alastra-se a greve pelo abono”. Idem, 28 dez. 1947, pp. 1, 4; “Continuam em greve os operários na indústria de móveis”. Idem, 30 dez. 1947, pp. 1, 4; “Os trabalhadores em greve não se deixam intimidar pelas ameaças da Delegacia do Trabalho”. Idem, 31 dez. 1947, p. 4; “Voltam, vitoriosos, ao trabalho”. Idem, 1 jan. 1948, p. 4; “A Delegacia do Trabalho só ameaça os trabalhadores”. Idem, 3 jan. 1948, p. 5; “Trabalho subterrâneo contra as instituições”. *Diário de Notícias*, Salvador, 9 dez. 1947 s/p.: “Terminou a greve dos trabalhadores das indústrias de madeira”. Idem, 3 jan. 1948, p. 3.

abono (de natal) procuravam levar à greve o operariado baiano”, tal como ocorria noutros estados. Nesta perspectiva, recomendou que fosse esclarecido aos associados de que todos os dissídios de natureza econômica entre patrões e empregados, antes da cogitação de uma greve, deviam ser submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho, órgão competente para dirimir estas questões. Igualmente, que os grevistas poderiam ser punidos, inclusive como a perda do emprego, sem nenhuma indenização, com base na legislação vigente.<sup>513</sup>

Em 7 de janeiro de 1948, por 181 votos a favor *versus* 74 contra, a Câmara Federal aprovou a cassação dos mandatos. Integrantes da bancada baiana, o deputado udenista Nelson Carneiro e o representante da Esquerda Democrática, João Mangabeira – irmão do governador baiano - manifestaram-se contra a decisão. O petebista Luiz Lago também votou contra a cassação. Carlos Marighela e outros conhecidos integrantes da bancada comunista, Jorge Amado, João Amazonas e Diógenes Arruda não compareceram à sessão. Conhecidos nomes de outras legendas, como os udenistas baianos Luiz Viana Filho e Aliomar Baleeiro e o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre também faltaram à sessão histórica. Outra vez, a decisão foi noticiada com regozijo pela grande imprensa e com indignação pelo jornal comunista.<sup>514</sup>

Na Bahia, os presidentes das juntas governativas nos sindicatos regozijaram-se com a notícia da cassação e solidarizaram-se com as autoridades contra os “elementos provocadores” que procuravam “criar clima de intranquilidade e de insegurança”, sob o pretexto de que os operários repudiavam a cassação. Por telegrama, a Comissão dos Presidentes de Sindicatos solidarizou-se com o Presidente Dutra, por ter sancionado a lei “que expulsou do Parlamento os agentes agitadores e provocadores”, defendendo assim os “sentimentos democráticos e cristãos, da paz e tranquilidade do povo brasileiro”. Na avaliação de Hugo de Faria, o ambiente reinante nos locais de trabalho era de “perfeita ordem”, embora “elementos ligados ao extinto Partido Comunista” tentassem promover assembleias gerais extraordinárias “ilegais e viciosas”, com propósitos políticos, sob o pretexto de tratar do abono de natal. Para o *Diário da Bahia*, esses fatos atestavam o “apoio dos trabalhadores à cassação dos mandatos”.<sup>515</sup>

<sup>513</sup> “Tentativas comunistas de agitação”. *Diário de Notícias*, Salvador, 30 dez. 1947, p. 3.

<sup>514</sup> “Crime contra a Democracia”. *O Momento*, Salvador, 8 jan. 1948, pp. 1, 4; “Traído pela Câmara o povo baiano”. Idem, 15 jan. 1948, pp. 1, 6; “Aprovada a cassação de mandatos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 jan. 1948, p. 1 “A cassação dos mandatos”. Idem, p. 4; “Deputados que votaram contra, a favor e ausentes na cassação dos mandatos do PCB”. Idem, 9 jan. 1948, p. 1.

<sup>515</sup> “Apoio dos trabalhadores à cassação dos mandatos comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 jan. 1948; “O trabalhador baiano apoia a cassação”. Idem, 9 jan. 1948, p. 3; “Os operários e cassação”. Idem, 10 jan. 1948, p. 3.



Em 14 de janeiro, numa sessão tumultuada, a Mesa da Assembleia Legislativa da Bahia (ALB) ratificou a cassação dos deputados estaduais Jaime Maciel e Giocondo Dias. Na véspera, o *Diário de Notícias* já antecipava: “Cassados os mandatos dos comunistas baianos”. A nota esclarecia sobre os procedimentos que seriam adotados pela casa legislativa e também dava conta dos processos que tramitavam na Justiça Eleitoral pedindo a impugnação dos vereadores comunistas. Segundo *O Momento*, no dia da cassação,

a Assembleia foi transformada numa praça de guerra, todas as dependências foram ocupadas por “um forte e bem armado” contingente da polícia especial – que Mangabeira havia declarado extinta – e “numerosos tiras”. Apesar do controle na entrada, com exigência de carteiras de identidade, uma multidão enchia as galerias, corredores, escadas e até os pátios externos do prédio.<sup>516</sup>

Além dos próprios deputados comunistas, apenas o trabalhista Inácio Dias de Souza defendeu os mandatos dos pecebistas. O udenista Josaphat Marinho manifestou posição contrária à cassação, mas defendeu o encaminhamento dado pela Mesa, como a única solução jurídica possível, uma vez que a decisão emanava de um poder superior. Os ânimos ficaram ainda mais exaltados durante o debate travado entre Jaime Maciel e o pessedista Osvaldo Pinto de Carvalho que se declarou “profundamente convencido da necessidade de expurgar dos parlamentos os deputados comunistas que subvertem a ordem pública”.<sup>517</sup>

A princípio, o banimento do PCB do cenário político institucional e as intervenções nas organizações sindicais não silenciaram outros importantes canais de interlocução do movimento sindical com os trabalhadores, representados pelo jornal *O Momento*, pela Comissão de Fortalecimento Intersindical, pelos vereadores comunistas e, sobretudo, pela militância de base que atuava nas comissões de fábrica. Nesse contexto, os trabalhistas e getulistas também se ressentiam da gestão de Morvan Figueiredo no Ministério do Trabalho, das intervenções nos sindicatos, do domínio udenista no governo do estado e das disputas internas no PTB.<sup>518</sup> Em alguma medida, essas situações podem ter favorecido uma reaproximação entre comunistas e setores trabalhistas no plano estadual.

<sup>516</sup> “Traído pela Câmara, o povo baiano”. *O Momento*, Salvador, 15 jan. 1948, pp. 1, 6.

<sup>517</sup> “Cassados os mandatos dos deputados estaduais comunistas, hoje, de manhã”. *Estado da Bahia*, Salvador, 14 jan. 1948, p. 3; “Cassados os mandatos dos comunistas baianos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 13 jan. 1948, s/p.; “Último dia dos comunistas na Assembleia”. Idem, 15 jan. 1948, s/p.

<sup>518</sup> “Borghì contra Vargas”. *O Imparcial*, Salvador, 21 mar. 1947, p. 1; “Borghì vitorioso no primeiro choque com o ‘queremismo’”. Idem, 26 mar. 1947, p. 1; “Primeira derrota do ‘queremismo’ na Assembleia do Estado”. Idem, 9 abr. 1947, p. 1; “Crise interna no PTB”. Idem, 20 maio 1947, s/p.

Em 28 de janeiro, sob o impacto da cassação dos mandatos, o Comitê Central do PCB lançou um manifesto conclamando a “luta de massas” contra o governo Dutra<sup>519</sup>. A militância comunista devia empenhar esforços na mobilização popular pela luta contra a fome e a carestia e na divulgação do manifesto, através de todos os meios possíveis.<sup>520</sup> Entrementes, *O Momento* responsabilizava Otávio Mangabeira (que passava a ser chamado de interventor) e seu correligionário Juracy Magalhães, pela fome e pela carestia generalizada, acusando ambos de aturem como “agentes da ditadura” do governo Dutra.<sup>521</sup> O endurecimento do discurso pecebista em relação aos governos estadual e federal e a tentativa de radicalização do movimento sindical, com a incitação de movimentos grevistas, ampliavam as tensões entre os comunistas e as autoridades constituídas, recrudescendo assim a repressão policial e jurídica.

Foi nesse clima que, em 23 de fevereiro, a repressão policial a um comício organizado pelo PCB e pela Comissão Central de Defesa Intersindical, na Praça da Sé, em Salvador, em protesto contra a cassação dos parlamentares e regozijo pela decisão do TRE favorável aos mandatos dos vereadores comunistas, provocou um grave conflito, deixando como saldo a morte do jovem bancário Luiz Garcia, além de dezenas de feridos. Dentre estes, quatro policiais, o repórter de *O Momento*, José Maria Rodrigues, o militante Gilberto Giacomonte, o popular José Argemiro da Fonseca e uma estudante de doze anos deram entrada no hospital da cidade.<sup>522</sup> O incidente resultou em prisões, abertura de inquéritos e processos contra militantes, sindicalistas, jornalistas e dirigentes que foram responsabilizados pelos acontecimentos.<sup>523</sup>

De acordo com a versão policial, sustentada pelo Governador do Estado e noticiada na grande imprensa, antes da divulgação do comício, a Secretaria de Segurança Pública havia proibido a realização de atos políticos na Praça da Sé e designado o periférico largo do Cruzeiro do São Francisco para este fim. Apesar de serem notificados da proibição pela polícia, os comunistas insistiram no intento de realizar o comício naquele local,

<sup>519</sup> Nesse contexto, a expressão “exploração feudal” era erroneamente empregada pelos comunistas em referências ao latifúndio e às relações sociais no mundo rural brasileiro.

<sup>520</sup> MARIGHELA, Carlos. “Levantar a combatividade das massas lutando contra a fome e a carestia. O que nos indica o Manifesto de Prestes”. *O Momento*, 18 fev. 1948, pp. 1, 6; PANDOLFI, “Entre dois governos”, op. cit.

<sup>521</sup> “Os gêneros, hoje de manhã, estão mais caros do que ontem de tarde”. *O Momento*, Salvador, 13 fev. 1948, p. 2; “Em um ano de governo, Mangabeira conseguiu elevar os preços de todos os gêneros”. Idem, 20 fev. 1948, pp. 1, 4; “Eis os resultados da política de esfomeamento do povo”. Idem, 17 mar. 1948, p. 1.

<sup>522</sup> “Todos à Praça da Sé para o grande comício de amanhã”. *O Momento*, Salvador, 22 fev. 1948, p. 1; “Greve conflito provocado pelos comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 24 fev. 1948, p. 3.

<sup>523</sup> “Giocondo Dias e Almir Matos brutalmente espancados”. *O Momento*, Salvador, 24 fev. 1948, pp. 1, 6; “Um morto e vários feridos no conflito da Sé”. *Estado da Bahia*, Salvador, 24 fev. 1948, p. 3; “Conflito no comício comunista do Salvador”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1948, s/p. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 165/6. Ver também: FALCÃO, João. *Giocondo Dias...*, op. cit., pp. 167-171; TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., pp. 463/4.

desrespeitando e insultando as autoridades policial e governamental. Ainda segundo a versão oficial, o jornalista José Maria Rodrigues, o militante Gilberto Giacomotti e o deputado cassado Giocondo Dias teriam sido os responsáveis pela incitação do tumulto e pelo início dos disparos.<sup>524</sup>

Já de acordo com a versão dos comunistas, reverberada por *O Momento*, o comício havia sido comunicado às autoridades com a devida antecedência, mas somente na última hora o Governador e o secretário de Segurança Pública decidiram impugná-lo. Atendendo a determinações daquelas autoridades, a polícia teria agido com violência, agredindo os manifestantes. O episódio selou o fim da tolerância recíproca entre os comunistas e Octávio Mangabeira. Desde então, a folha comunista passou rotular o governador de interventor, demagogo, governo de traição, ao mesmo tempo em que conclamava a luta dos trabalhadores e do povo por um “governo popular”.<sup>525</sup>

O advento do clima da guerra fria e as alianças do governador baiano com setores conservadores e anticomunistas, representados, dentre outros, pelo Presidente Dutra e pelo deputado Juracy Magalhães, ajudava a azedar uma complexa e cambaleante relação com comunistas. Com o fechamento dos espaços institucionais e públicos, restou à militância vermelha imiscuir-se no chão das fábricas, empenhando-se na fomentação de greves e outras ações reivindicatórias. Por seu turno, aliados aos dispositivos disciplinares instituídos nos locais de trabalho, os empresários não hesitariam em lançar mão de expedientes políticos, econômicos, coercitivos e jurídicos para combater o ativismo sindical persistente nos locais de trabalho. A partir do estudo de casos, os desdobramentos dessa conjuntura no movimento sindical serão tratados no próximo capítulo.

<sup>524</sup> “‘Giocondo me atirou’ – depõe o guarda Manoel Aureliano”. *Estado da Bahia*, Salvador, 25 fev. 1948, p. 3; “Esclarece o Delegado Auxiliar o conflito”. Idem, 24 fev. 1948, p. 3; “Os comunistas, os culpados”. Idem, 28 fev. 1948, p. 3; “Depõem testemunhas do conflito na Sé”. *Diário de Notícias*, Salvador, 27 fev. 1948, p. 3; “Nada viu na Sé”. Idem, 28 fev. 1948, s/p.; “Prisão preventiva para os comunistas”. Idem, 29 fev. 1948, s/p.; “Pedida a prisão preventiva dos responsáveis”. Idem, 5 mar. 1948, p. 2; “Repulsa dos portuários à ação comunista”. Idem, 27 fev. 1948, p. 3; “O *habeas corpus* em favor dos comunistas”. *A Tarde*, Salvador, 13 abr. 1948, p. 2; “Provocados deliberadamente pelos comunistas os graves acontecimentos da cidade do Salvador”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1948. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 167/8; “Os comunistas atiraram contra a polícia”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1948 s/p. Idem, fls. 200/1; “Provocação comunista na Bahia”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 25 fev. 1948. Idem, fl. 279.

<sup>525</sup> “Monstruosa chacina: Mangabeira mandou metralhar o povo indefeso”. *O Momento*, Salvador, 24 fev. 1948, pp. 1, 6; “Fala João dos Passos sobre os massacres da polícia”. Idem, Salvador, 28 fev. 1948, pp. 1, 6; “Três contradições da polícia”. Idem, 3 mar. 1948, p. 3; “A direção de *O Momento* dirige-se à Associação Baiana de Imprensa”. Idem, 25 fev. 1948, p. 2; “Solidariedade aos presos políticos”. Idem, 28 jul. 1948, p. 3; “Após massacrar o povo, Mangabeira atenta contra a imprensa”. Idem, 25 fev. 1948, pp. 1, 4; “‘Pouco importa os insultos comunistas’: fala o governador Otávio Mangabeira”. *Estado da Bahia*, Salvador, 24 fev. 1948, p. 3; “Responsável o Sr. Mangabeira pela vida de Giocondo Dias”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 6 mar. 1948, s/p. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 208/9; “Aplausos de um quinta coluna a Sr. Mangabeira”. Idem, 27 fev. 1948. Idem, fl. 205.

### 3.4 AS ELEIÇÕES DE 1950: OS TRABALHADORES E O GETULISMO

Já desgastada, a coalizão partidária que elegeu Otávio Mangabeira não sobreviveu à disputa pela candidatura ao governo do estado nas eleições de 1950. Para a maioria dos deputados e políticos udenistas, o deputado Juracy Magalhães era o “candidato natural” à sucessão do governador Otávio Mangabeira. Todavia, ala autonomista da UDN propugnava a indicação de um candidato capaz de unir forças no duplo esforço de eleição do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República e do novo governador do estado, vislumbrado esse perfil no advogado, banqueiro, político e ministro da Educação do governo Dutra, Clemente Mariani. Por outro lado, o PSD reivindicava uma candidatura própria, preconizando o nome do engenheiro Lauro Farani Pedreira de Freitas, diretor geral da Ferrovia Leste Brasileiro, que contava com o apoio do proprietário do jornal *A Tarde*, Ernesto Simões Filho, um expoente da ala autonomista. Sem consenso, Otávio Mangabeira optou pela neutralidade e deixou seus correligionários livres para se definirem individualmente.<sup>526</sup>

O PTB também não estava unido. Enquanto a executiva estadual preconizava a aliança com o PSD, uma ala considerada petebista e getulista de primeira hora, liderada pelo deputado estadual Inácio Dias de Souza, defendia uma candidatura própria ao governo do estado<sup>527</sup> e o apoio irrestrito a Getúlio Vargas para a Presidência da República. O partido de Getúlio era cortejado tanto pelo PSD quanto por Juracy Magalhães. Alguns políticos petebistas, sobretudo no interior do estado, inclinavam-se pelo apoio a Juracy. As démarches nas hostes petebistas resultaram na expulsão de Inácio Dias (que integrou a legenda do PR e apoiou Juracy) pela executiva estadual e na adesão do partido à candidatura de Lauro de Freitas. Em Feira de Santana havia dois diretórios divergentes no âmbito local, mas convergentes no apoio a Getúlio.<sup>528</sup>

As disputas internas entre os partidos e grupos políticos levaram a novas composições interpartidárias. Em torno de Juracy Magalhães, formou-se a Aliança Democrática, que incluía a UDN, o PR, o PTN, o Partido Social Progressista (PSP) e o PSB, ao passo que a candidatura Lauro Farani de Freitas foi apoiada pela Coligação Democrática Baiana, composta pelo PSD, o PTB, os Autonomistas, o Partido Social Trabalhista e PRP dos

<sup>526</sup> TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., pp. 464/5.

<sup>527</sup> O candidato petebista ao governo do estado nas eleições de 1947, Antônio Medeiros Neto faleceu em 13 de fevereiro de 1948.

<sup>528</sup> “Manifesto do deputado Inácio Souza”. *Diário de Notícias*, Salvador, 6 ago. 1950, p. 1; “Realiza-se, hoje, a convenção trabalhista”. Idem, 15 ago. 1950 s/p.; “Formação da dissidência trabalhista”. *Estado da Bahia*, Salvador, 7 ago. 1950, p. 2; “Realizou-se, ontem, a convenção trabalhista”. Idem, 16 ago. 1950, p. 2; “É preciso separar o joio do trigo”. Idem, 30 ago. 1950, s/p.; “O deputado Inácio de Souza apoia Juracy”. Idem, 8 set. 1950, s/p.

integralistas. Como contrapartida pelo apoio ao candidato pessedista, o PTB emplacou a candidatura de Landulfo Alves para o Senado. Para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa os trabalhistas não fizeram coligação. Convêm ressaltar que, as posições partidárias não impediram as dissidências, de ambas as partes, sobretudo no interior do estado, ao sabor de interesses dos grupos políticos locais.<sup>529</sup>

Por seu turno, o PCB na clandestinidade, impossibilitado de concorrer nas eleições, em coerência com a linha sectária preconizada nos Manifestos de Janeiro de 1948 e de Agosto de 1950, decidiu instar o povo a boicotar todos os “candidatos das classes dominantes”, votando em branco para a presidência da República, o Senado e o governo dos estados, bem como para os demais cargos onde não foi possível registrar “candidatos populares”. Para o Comitê Central, a campanha eleitoral era uma oportunidade “para desmascarar os demagogos agentes da reação e do imperialismo”, promover a “mobilização das massas” e “organizar e esclarecer o povo” em torno do “programa da Frente Democrática de Libertação Nacional”. A justiça eleitoral e o parlamento eram tratados como “instrumentos servis das classes dominantes”. Sobretudo, como assinalou John French, os militantes pecebistas deveriam “centrar fogo” contra Getúlio, então taxado de “tirano”, “pai dos tubarões dos lucros extraordinários”, “carrasco dos operários”, e o PTB, considerado como o pior dos “partidos burgueses”, uma vez que a “demagogia” getulista causava “perigosas ilusões” entre as massas trabalhadoras. Na Bahia, a imprensa comunista taxava, genericamente, os candidatos petebistas como uma “chapa de latifundiários, integralistas, pelegos e renegados”.<sup>530</sup>

Nesse estado, o PCB lançou as candidaturas do ferroviário Petrônio Pereira<sup>531</sup> e do escritor Palma Neto à Assembleia Legislativa, do estivador José Leôncio dos Santos e do comerciário João Profeta Vieira à Câmara Municipal de Salvador. Também foram lançados candidatos às Câmaras de algumas cidades do interior, a exemplo de Itabuna e Ilhéus.<sup>532</sup> Os “candidatos de Prestes” deviam divulgar o Manifesto de Agosto, defender o programa da “Frente Democrática de Libertação Nacional” e “desmascarar a farsa das eleições”, contudo

<sup>529</sup> Idem à nota 528.

<sup>530</sup> FRENCH, *O ABC dos operários*, op. cit., p. 254; “Chapa de latifundiários, integralistas, pelegos e renegados”. *O Momento*, Salvador, 23 set. 1950, pp. 1, 4; “Prestes dirige-se ao povo brasileiro: carta aberta do Cavaleiro da Esperança à Nação, concitando o povo a eleger os candidatos populares e votar contra a reação”. Idem, 27 set. 1950, pp. 2, 3; “Para quem o pai dos pobres pede votos”. Idem, 2 out. 1950, p. 3; “Repúdio a Getúlio”. Idem, 3 out. 1950, p. 3; “O Manifesto de Prestes foi levado a dezenas de milhares de baianos”. Idem, 6 out. 1950, pp. 1, 6. Ver também: PRESTES, Luís Carlos. “Manifesto de Agosto de 1950”. Disponível em: [https://docs.google.com/file/d/0B8\\_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/edit?pli=1](https://docs.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/edit?pli=1). Acesso em 13 jan. 2015.

<sup>531</sup> Petrônio Pereira, negro, era ativista entre os ferroviários de Alagoinhas e presidente da União dos Ferroviários da Bahia e Sergipe. O estivador José Leôncio, apresentado como candidato a vereador de Salvador, também era negro.

<sup>532</sup> Em Ilhéus, foi apresentado como candidato o alfaiate Alfeu Martins de Almeida. “Grandes comícios em Ilhéus e Itabuna”. *O Momento*, Salvador, 20 set. 1950, pp. 1, 6.

tiveram o registro negado pelo TRE. De acordo com *O Momento*, comícios de protesto foram realizados em portas de fábricas, locais de trabalho, como a estiva do porto, e pontos de concentração popular. Na Boa Viagem, quatro operários foram presos pela polícia, dentre eles o candidato José Leôncio.<sup>533</sup>

Contudo, o discurso revolucionário pecebista provavelmente não encontrou boa acolhida nos meios proletários. Em agosto de 1950, posseiros da Vila Ruy Barbosa, formada com o apoio dos comunistas a partir da invasão do Caminho de Areia, enviaram manifestos à imprensa e às autoridades constituídas, por intermédio do delegado da 3ª Circunscrição Policial, protestando contra os dirigentes da Sociedade de Defesa dos Moradores da Vila Ruy Barbosa (SDMVRB), “em face das graves acusações e insultos” praticados contra o governador do Estado e a polícia nos comícios realizados naquela localidade, organizados pelo presidente Paulo Costa, e outros comunistas. Os signatários reivindicavam o apoio da autoridade policial para colocar a direção da referida Sociedade “a bem do povo, das leis da Bahia e do Brasil”.<sup>534</sup>

Igualmente, um memorial foi dirigido ao Governo do Estado e ao público denunciando que Paulo Costa, o vereador Florisvaldo Viana e outros comunistas usaram o serviço de rádio local para ofender “com palavras de baixo calão” os moradores que não aderiram à SMVRB e criar “um ambiente de discórdia” entre os posseiros. Por fim, afirmavam que, sendo o PCB um “partido ilegal e nefasto”, nada tinham a ver com as suas atividades, e que Paulo Costa não representava os moradores da vila.<sup>535</sup> Embora seja absolutamente normal a existência de divergências e dissidências nessas associações, bem como o afloramento das tensões internas em face da campanha eleitoral, a situação evidencia um antagonismo entre os signatários e a orientação política preconizada pelo PCB, que era reforçado ainda pela situação de clandestinidade do partido.

Entre os demais candidatos, o apoio mais disputado era o de Getúlio Vargas, principal cabo eleitoral naquelas eleições. A enorme popularidade de Getúlio, o caráter suprapartidário do quererismo e a distinção feita pelas populações locais entre os problemas da sucessão estadual e da federal impressionaram o correspondente dos Diários Associados, Samuel Wainer, que acompanhou a excursão do candidato petebista à Presidência da República nos

<sup>533</sup> “Levemos à vitória os candidatos do povo!”. *O Momento*, Salvador, 12 set. 1950, pp. 1, 8; “Amanhã, quinta feira, às 20 hs., no Cruzeiro do São Francisco, comício de apresentação dos candidatos de Prestes”. Idem, 13 set. 1950, p. 4; “Protestos em massa contra a cassação”. Idem, 20 set. 1950, p. 1; “Protesto em massa contra a cassação!”. Idem, 20 set. 1950, pp. 1, 8; “Protestam os portuários contra a cassação do registro dos candidatos de Prestes”. Idem, 20 set. 1950, p. 2.

<sup>534</sup> “Sentimento de repulsa à demagogia comunista”. *Diário de Notícias*, Salvador, 22 ago. 1950, p.1.

<sup>535</sup> “Ação comunista no Caminho de Areia”. Idem, 25 ago. 1950, p. 1.

estados do Norte e Nordeste do país. De acordo com o jornalista, às recepções e comícios de Getúlio compareciam “as multidões mais heterogêneas”. Udenistas, pessedistas, petebistas, adversários intransigentes e violentamente opostos no plano regional eram vistos juntos exaltando Vargas. Os próprios governos locais, interessados em “conquistar para si um pouco da massa eleitoral queremista” assumiam uma atitude de respeito ao candidato trabalhista. Um chefe político do Pará, teria lhe confessado: “Se Vargas não fica conosco, esperamos que ele fique, pelo menos, contra os outros. Mas basta a sua neutralidade para que nossa chance aumente”.<sup>536</sup> Esse também era o pensamento da maioria dos candidatos na Bahia.

Ainda segundo o jornalista, desde os primeiros comícios, “Vargas tomou o pulso das multidões que corriam ao seu encontro e sentiu que elas desejavam ouvi-lo, muito mais sobre as questões imediatas da existência de cada um do que sobre reformas políticas”. Aliado a isso, o ex-presidente “passou a usar com grande habilidade o enorme capital social que a mística trabalhista lhe proporcionou”. Diante do candidato petebista, “o delírio que se apossava dessas multidões era indescritível”, certas vezes assumindo “um aspecto religioso”, onde se viam “mulheres ajoelhadas como se estivessem diante de um santo e homens chorando como crianças”. Em Manaus e em Aracaju, a multidão invadiu a pista de pouso, obrigando o avião a sobrevoar o local por quase meia hora antes da aterrissagem.<sup>537</sup>

Integrante da comitiva de Cristiano Machado, em sua excursão pelos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe e Alagoas, o baiano Pedro Calmon, então ministro da Educação e Saúde do governo Dutra, também percebeu que “o voto inumerável das classes humildes”, carreava para Getúlio Vargas. “O que parecia ser uma marcha vitoriosa – a nossa peregrinação pelos estados – se converteu numa coleta de desenganos”, rememorou mais tarde. Em Sergipe, o quadro chegou a ser “cômico”, quando

a grande comitiva atravessava em festa o subúrbio pobre, das calçadas, das pequenas casas, das esquinas cheias, de toda parte nos gritavam: viva Getúlio Vargas! Sorríamos, disfarçando a decepção. Para aquela gente que corra à rua para ver passar o préstito, o candidato só podia ser Getúlio Vargas! Recolhi-me à Bahia sem ilusões.<sup>538</sup>

Contrariando as expectativas dos udenistas, a influência do getulismo e do trabalhismo nos meios sindicais e proletários sobreviveu às investidas administrativas, repressivas e

<sup>536</sup> WAINER, Samuel. “Provável a vitória de Getúlio no Norte”. Idem, 25 ago. 1950, p. 1; “Candidato tipicamente acima dos partidos”. Idem, 26 ago. 1950, p. 1.

<sup>537</sup> Idem.

<sup>538</sup> CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 373. Apud NEGRO, “Chicote para espezivar os brios do trabalhador nacional?”, op. cit., pp. 243/4.

jurídicas do governo Dutra. A impopularidade de general Presidente e a insatisfação com a sua política antioperária, em lugar de favorecer o brigadeiro Eduardo Gomes, era capitalizada eleitoralmente por Getúlio.

Essa mesma impressão teve um colunista do *Diário de Notícias* durante a estadia de Getúlio na Bahia. Em 30 de agosto, o candidato petebista desembarcou na capital baiana para participar de comícios em Salvador, Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista. De acordo com o comentarista, dificilmente outro candidato à presidência da República mobilizaria “uma massa maior para uma recepção nas ruas de Salvador”. Isso demonstrava que nem todo getulista era trabalhista. Ao contrário de ser o PTB que apoiava Getúlio Vargas, ele era apenas um dos partidos que recebiam o apoio do ex-presidente. Sua candidatura tinha “raízes em quase todos os partidos”. Esse era o fenômeno Getúlio Vargas, “uma força pessoal superior à sua força partidária teórica”, concluía.<sup>539</sup> Na Bahia, a candidatura de Cristiano Machado foi praticamente abandonada pelos pessedistas.

De acordo com o jornal juracisista *Estado da Bahia*, as manifestações populares em recepção ao ex-presidente, desde o aeroporto até a residência do presidente interino do PTB na Bahia, Umbelino Silva, onde ficou hospedado, atestavam o seu prestígio junto às massas. Segundo o articulista, no aeroporto de Ipitanga raramente se verificaram cenas de maior entusiasmo popular:

Milhares de pessoas ali se comprimiam para ovacionar o sr. Getúlio Vargas [...] Durante todo o percurso era de notar-se as aglomerações que se formavam, notadamente em São Caetano e no Largo do Tanque para recepcionar o candidato à presidência da República.<sup>540</sup>

À tarde, o candidato petebista foi à Basílica do Bonfim, visitou o arcebispo primaz na Bahia dom Augusto Álvaro da Silva e depois os túmulos de Medeiros Neto e de J. J. Seabra. À noite, após jantar com sua comitiva na residência de Lauro de Freitas, participou de um grande comício na Praça da Sé. De acordo com a reportagem, o logradouro “estava completamente cheio e o povo se espalhou pelas ruas e praças contíguas”. Duas cenas mereceram atenção especial do articulista: a de um popular que, em meio aos seguranças, se aproximou do ex-presidente e lhe disse: “Sou seu compadre e meu filho se chama Getúlio” e a

<sup>539</sup> “Uma força pessoal superior ao partido”. *Diário de Notícias*, Salvador, 31 set. 1950, p. 3. Ver também: “Getúlio, Juracy e a falta de coerência”. Idem, 20 ago. 1950 s/p.; “Getúlio chegará, hoje, à Bahia”. Idem, 30 ago. 1950, p. 1; “Cada vez mais dura a sucessão estadual”. *Estado da Bahia*, 22 ago. 1950 s/p.; “Ansiedade em torno do pronunciamento de Vargas”. Idem, 30 ago. 1950. Coluna sob a responsabilidade da Coligação Baiana, s/p.; “A decisão de Getúlio”. Idem, 31 ago. 1950, p. 2; “Íntegra do discurso do Sr. Getúlio Vargas”. Idem, 31 ago. 1950 s/p.

<sup>540</sup> “Nesta capital, o Senador Getúlio Vargas”. *Estado da Bahia*, Salvador, 30 ago. 1950, p. 1.



presença de uma anciã, com quase cem anos de idade, que foi cumprimentar o “seu protetor”.<sup>541</sup> Em seu discurso, Getúlio recomendou o nome do candidato possedista para o governo do estado, o de Landulfo Alves para o Senado e os candidatos petebistas à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa estadual. Contudo, para agradar os quemistas juracisistas, afirmou que na Bahia não hostilizaria nenhum outro candidato e admitiu a possibilidade do voto no binômio Getúlio-Juracy. Procurando faturar politicamente em favor de Juracy, o *Estado da Bahia* e *Diário de Notícias* estamparam essa declaração na primeira página das edições do dia 31 agosto e 1º de setembro.<sup>542</sup>

Ciente da importância dos votos dos trabalhadores, ainda mais numa eleição disputada como se apresentava a de 1950, outra estratégia utilizada por Juracy para tentar neutralizar os efeitos do apoio de Getúlio ao seu adversário foi apresentar-se como “o candidato popular”, o “operário número um” na Bahia. Em uma das suas palestras radiofônicas, transmitidas pela Rádio Sociedade da Bahia, afirmava:

Visitei os meus velhos amigos, os operários da Boa Viagem, da Fratelli Vita, da Souza Cruz, núcleos de trabalho e de prosperidade material e social de nossa terra. Em contato com os homens que forjam o progresso baiano, cada vez mais com eles me sinto identificado, pois no meu governo, como já tenho tido tantas ocasiões de dizer, serei o operário mais modesto e mais humilde.<sup>543</sup>

Contudo, o apoio de Getúlio e a comoção gerada pelo acidente aéreo que vitimou Lauro de Freitas durante a campanha, há menos de um mês das eleições, favoreceram a vitória do candidato escolhido pela Coligação para substituí-lo, o médico, deputado federal, ex-autonomista e ex-prefeito nomeado de Vitória da Conquista, Luís Régis Pacheco Pereira.

Na Bahia, o quarto maior colégio eleitoral do Brasil<sup>544</sup>, Getúlio Vargas obteve 50,3% dos votos para a presidência da República, índice superior à soma da votação alcançada pelos

<sup>541</sup>“Nesta capital, o Senador Getúlio Vargas”, op. cit.

<sup>542</sup> “Repercuta o apoio de Getúlio à candidatura Lauro de Freitas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 29 ago. 1950, p.1; “Não hostilizará qualquer candidato na Bahia”. Idem, 31 ago. 1950, p. 1; “Getúlio não hostilizará Juracy”. Idem, 1 set. 1950, p. 1; “Getúlio declara que não hostilizará qualquer candidato na Bahia”. *Estado da Bahia*, Salvador, 31 ago. 1950, p. 1; “A massa quemista com Juracy”. Idem, 31 ago. 1950, p. 2; “Recomendo o nome de Lauro de Freitas”. Idem, 31 ago. 1950. Coluna sob a responsabilidade da Coligação Baiana, s/p.; “Getúlio declara que não é hostil à candidatura de Juracy Magalhães”. Idem, 1 set. 1950, p. 1.

<sup>543</sup> MAGALHÃES, Juracy. “Forja-se a minha vitória ao calor do entusiasmo do povo”. Palestra radiofônica. *Estado da Bahia*, Salvador, 23 set. 1950, p. 3.

<sup>544</sup> Em 1950, a Bahia possuía 867.292 eleitores, o equivalente a 17,7% da população (4.900.419 habitantes). Naquelas eleições compareceram 609.696 eleitores (o equivalente a 70,3% do eleitorado). Para o Governo do Estado e o Senado Federal foram computados 615.725 votantes. Os três maiores colégios eleitorais eram São Paulo (2.041.840), Minas Gerais (1.936.691), Rio Grande do Sul (987.236). Atrás da Bahia, estavam o estado da Guanabara (837.428 eleitores), o Ceará (683.465) e o Rio de Janeiro (631.872). BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950, v. 2, op. cit.

seus principais concorrentes Eduardo Gomes (27,2%) e Cristiano Machado (17,8%) e também ao resultado geral alcançado pelo próprio Getúlio ao nível nacional (46,6%). Para o governo do estado, foi eleito Régis Pacheco com 52,16%. Landulfo Alves também foi eleito para o Senado, com 49% dos votos, embora perdesse em Salvador para Clemente Mariani, o candidato da Aliança, conforme tabela 10, apêndice I.<sup>545</sup>

Conquanto o apoio de Getúlio tenha ajudado a eleger os candidatos da Coligação ao Governo do estado e ao Senado, o caráter suprapartidário da sua eleição pode ser aferido quando comparamos a votação por legendas para a Assembleia Legislativa nas eleições de 1947 e de 1950.

Tabela 11 – Eleições p/ Assembleia Legislativa, votação por legendas (1947 e 1950)

<b>Legendas</b>	<b>1947</b>	<b>%</b>	<b>1950</b>	<b>%</b>
PTB	41.000	12,5	76.321	12,4
PSD	100.006	30,4	(PSD/PL) 215.837	35,0
UDN	122.642	37,0	184.728	30,0
PCB	12.580	3,8		
PR	17.551	5,3	44.351	7,0
PRP	8.381	2,5	23.028	3,7
ED	2.110	0,06	11.278	1,8
OUTROS	(PRD) 1.245	0,03	24.252*	3,9

\* PSP/PDC/PTN/PST. Fonte: Dados estatísticos TSE e TRE.

Proporcionalmente, nas eleições de 1950, a legenda petebista obteve a mesma votação apurada no pleito de 1947, índice bastante inferior ao alcançado por Getúlio. Em contrapartida, Cristiano Machado obteve praticamente a metade da votação sufragada na legenda pessedista. Eduardo Gomes também obteve menos votos do que a legenda udenista. Isso indica que o Getúlio angariou votos entre os eleitores de diversos partidos políticos e que não havia uma identificação direta entre a sua personalidade pessoal e o PTB. Talvez não seja mera coincidência também o decréscimo no índice de votação na legenda da UDN, seu principal opositor, enquanto os demais partidos apresentaram algum crescimento.

Para a Câmara Federal,<sup>546</sup> o PTB elegeu quatro deputados: os então deputados estaduais Joel Presídio (jornalista) e Aziz Maron (bacharel e fazendeiro itabunense), o fazendeiro ilheense Eduardo Catalão e o vereador de Salvador, Abelardo Andreia. O deputado estadual Expedito Pereira da Cruz foi eleito primeiro suplente. Para a Assembleia Legislativa, reelegeu os deputados Carlos Aníbal Correia (advogado cachoeirense) e João Lima Teixeira

<sup>545</sup> Idem à nota 544; BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. Dados estatísticos das eleições de 1950. Salvador, Centro de Memória do TRE da Bahia.

<sup>546</sup> Além dos quatro deputados petebistas, a Coligação Baiana (PSD, PRP, PST) elegeu onze e a Aliança Democrática (UDN, PR, PSB, PSP, PDC) dez deputados.

(advogado santo-amarense, fazendeiro, jornalista e juiz do Trabalho) e elegeu Octávio Drumond e Américo Nogueira Lisboa (então vereadores de Salvador); Wandick Badaró (funcionário público e vereador em Ilhéus); Reynaldo Vicente Salles (médico e prefeito em Queimadas); Francisco Ribeiro Júnior (advogado e vereador em Itabuna) e Osvaldo de Castro Paiva (advogado ilheense). O advogado trabalhista Dorival Guimarães Passos foi eleito primeiro suplente. Nenhum era operário ou sindicalista.<sup>547</sup> O fato de não termos obtido do TRE a votação por seções nessas eleições impossibilita uma apreciação mais específica da votação dos trabalhadores e do destino tomado pelos votos dos eleitores comunistas.

Mas, certamente, a maioria dos eleitores entre os trabalhadores votou em Getúlio. Em janeiro de 1950, a reportagem de *A Tarde* (que apoiou a candidatura de Eduardo Gomes) visitou alguns locais de trabalho, em Salvador, às vésperas da posse, para saber dos eleitores o que eles esperavam de Getúlio, especialmente “a massa trabalhista”, a quem ele devia “a maior soma de sufrágio obtido”. Na Loja Sloper, “um reduto do getulismo”, a comerciária Iraci Freitas Silva declarou que ela e suas companheiras de trabalho votaram em Gegê, pois “com a experiência” que ele trazia “dos homens e das necessidades do povo” faria um “governo de tranquilidade” e que tinha certeza de que ele melhoraria “a situação de todos os empregados do balcão”. Ela pediu ainda que o jornal aconselhasse “uma reformazinha na Constituição” para que Getúlio ficasse no mínimo dez anos no governo, pois cinco eram pouco tempo para ele fazer tudo o que pretendia fazer.<sup>548</sup>

No Salão Castro Alves, o barbeiro Renato Benigno, um “queremista inabalável”, disse confiar que a sua classe seria amparada por Getúlio, com a solução do problema da casa própria, pois acreditava que ele não ia decepcionar “tantas e acalentadas esperanças dos brasileiros”. No ponto de estacionamento dos carros de praça, o chofer Manoel Sátiro Pereira, fazendo questão de frisar que era “getulista de quatro costados”, afirmou que Getúlio não era homem de prometer e descumprir e que ele faria “o melhor governo de todos os tempos”. Em seguida advertiu aos “latifundiários e donos do dinheiro nos bancos” que contra eles se processaria a política econômica do governo getulista, pois, “enquanto a maioria sofre os

---

<sup>547</sup> Além dos oito deputados petebistas, a Coligação Baiana (PSD, PL) elegeu vinte e quatro, a UDN vinte, o PR cinco, o PRP dois e o PSB um deputado. Entre os candidatos petebistas que não foram eleitos havia alguns sindicalistas, como José Rodrigues Soares (Sindicato dos Comerciários), candidato à Câmara Federal; Aristóteles Ferreira (Sindicato dos Bancários), Leodegário Ludgero (Centro Operário), Oldack Nascimento (Sindicato dos Têxteis de Valença) e Raimundo Magaldi (Sindicato dos Securitários), candidatos à Assembleia Legislativa.

<sup>548</sup> “Que espera você de Getúlio?” *A Tarde*, Salvador, 22 jan. 1951, p. 2.

rigores de um custo de vida elevado, com os gêneros de primeira pela hora da morte, meia dúzia se farta juntando dinheiro”.<sup>549</sup>

Na porta da fábrica têxtil “Luiz Tarquínio”, de saída para o almoço, um tecelão disse esperar que Getúlio completasse “o que fez”, pois os operários tinham garantias e direitos trabalhistas por causa dele, mas ainda faltava-lhes muita coisa, como a melhoria do custo de vida, e que tinha a certeza de que “com o velhinho” a coisa ia melhorar. Na Rua da Ajuda, um engraxate, “conhecido pelas suas opiniões políticas”, disse que Getúlio, mesmo tendo de “enfrentar problemas de toda a sorte, inclusive o maior dilúvio de dinheiro que já se verificou no Brasil”, se sairia magnificamente bem, provando que era mesmo “o pequeno maior do mundo”. Um limpador de carros, que ouvia a conversa, pediu para “dar o seu palpite” e declarou: “o Getúlio, que promete carne de quatro cruzeiros o quilo, não deve se esquecer da farinha, da rapadura, da batata doce”, que também integravam a alimentação do trabalhador e eram “vendidos pelo câmbio negro”. Propôs ainda que ele baixasse uma lei regulamentando a sua profissão.<sup>550</sup>

Os relatos da campanha e os dados estatísticos eleitorais não deixam dúvidas quanto ao prestígio e à popularidade de Getúlio Vargas entre os trabalhadores baianos. As declarações dos trabalhadores à reportagem de *A Tarde* evidenciam que o quererismo e a votação auferida por Getúlio e pelos candidatos que tinham o seu apoio representaram mais do que simplesmente manipulação, gratidão e deferência, pois os empregados e populares cultivavam expectativas não somente em torno de pleitos trabalhistas, mas por justiça social e melhoria das condições de vida, com a solução de problemas como os da habitação e da carestia. Apropriada pelos trabalhadores, a propaganda getulista que exaltava a sua experiência e os seus feitos trabalhistas era associada ao reconhecimento das políticas sociais instituídas durante o seu primeiro governo.

---

<sup>549</sup> “Que espera você de Getúlio?”, op. cit.

<sup>550</sup> Idem.

## CAPÍTULO 4

### REIVINDICAÇÕES TRABALHISTAS, ATIVISMO SINDICAL E REPRESSÃO, DURANTE O GOVERNO DUTRA

Lutar por cima e contra a vontade dos sindicatos, quando for o caso. Lutar através de organizações profissionais suas, independentes do Ministério; organizações que sejam capazes de levar a luta às últimas consequências, usando para isso todos os meios e, entre eles, a GREVE – arma por excelência dos trabalhadores [...]. Comitês de fábrica, associações por aumento de salários, ligas contra a fome, comissões pelo descanso remunerado. Com qualquer nome, mas que sejam capazes pela sua composição de levantar reivindicações como: aumentos de salários, descanso remunerado, melhores condições de trabalho, respeito aos direitos operários já conquistados através de duras lutas, como é o caso da jornada de oito horas, em muitos casos, desrespeitada. Essas organizações devem servir de veículos entre a massa e os patrões.<sup>551</sup>

Suprimidos os principais canais de expressão do movimento sindical no campo institucional – a CTB, a USTB, o PCB, os mandatos parlamentares dos comunistas e os sindicatos que se encontravam desfeitos ou sob intervenção – as atenções tanto do ativismo sindical pecebista quanto dos organismos de repressão estatal e patronal voltaram-se para o chão das fábricas. Banidos da institucionalidade, não restavam muitas alternativas aos comunistas. A partir do Manifesto de Janeiro de 1948, em lugar da orientação para os trabalhadores “apertarem os cintos”, a política sindical preconizada pelo PCB primava pela organização dos empregados nos locais de trabalho, considerava a greve “um direito sagrado” e principal arma de luta dos trabalhadores e procurava articular as reivindicações trabalhistas às novas bandeiras político-ideológicas içadas pelo partido.<sup>552</sup> O chamado para a luta na epígrafe expressa bem esse desfraldar.

Em abril de 1948, o informante do DOPS, JB-19 afirmava que a Bahia era um dos estados onde parecia haver muita tranquilidade, mas essa aparente calma só se verificava nas altas esferas públicas graças à política palaciana do Governador. Conquanto Octávio Mangabeira mantivesse certa “tolerância” com os comunistas para evitar represálias à sua

<sup>551</sup> “Orientação sindical: os trabalhadores e os sindicatos”. *O Momento*, Salvador, 19 jun. 1948, s/p.

<sup>552</sup> “Levantar a combatividade das massas lutando contra a fome e a carestia...”, op. cit.; AMAZONAS, João. “Tática grevista”. *O Momento*, Salvador, 3 set. 1948, pp. 3, 4; “O que a greve dos marceneiros ensina aos trabalhadores”, op. cit. Ver também: “Novas greves em São Paulo”. *O Momento*, Salvador, 3 mar. 1948, s/p.; “Greve geral dos tecelões de Juiz de Fora”. Idem, 9 abr. 1948, pp. 1, 5; “Alastra-se a greve dos ferroviários mineiros”. Idem, 21 maio 1948, p. 1; “Greve dos ferroviários da Mogiana”. Idem, 11 jun. 1948, s/p.; “200 mil tecelões paulistas em dissídio coletivo”. Idem, 9 jul. 1948, pp. 1, 5; “Greves sucessivas em todo o país”. Idem, 27 fev. 1949, p. 8.

administração, no meio operário o jornal *O Momento* lançava paulatinamente o “fermento da agitação”.<sup>553</sup> Em dezembro de 1949, a mesma fonte assinalava que na CEIN, cujo maior acionista era o empresário Augusto Viana Ribeiro dos Santos (presidente do SESI), as condições de trabalho eram “as piores possíveis”, e argumentava que os comunistas tinham certa razão em suas campanhas, já que encontravam “ambiente propício para as suas agitações”.<sup>554</sup>

Em que pese a evidente intenção da fonte em denunciar supostas ameaças de “agitação” e “conspiração” comunista, parece factível a percepção do informante de que o anticomunismo, a intervenção nos sindicatos e a repressão durante o governo Dutra, apesar do impacto sobre o movimento sindical, não haviam conseguido silenciar as inquietações dos trabalhadores na Bahia. Os persistentes problemas das condições de trabalho, da carestia, da defasagem salarial, a falta de liberdade sindical, o descumprimento patronal de direitos prescritos na CLT e na Constituição de 1946, além da imposição de instrumentos normativos de disciplina, assiduidade e produtividade eram questões prementes nas pautas reivindicatórias de muitas categorias profissionais. Juntamente com essas questões, alguns setores do operariado, a exemplo dos fumageiros, cacauzeiros e curtumeiros experimentavam os problemas do desemprego ou de atrasos nos vencimentos, decorrentes tanto de crises sazonais quanto dos efeitos da política financeira governamental.<sup>555</sup>

Os estudos sobre o movimento sindical no Brasil, quase sempre, deram pouca atenção à movimentação dos trabalhadores na conjuntura mais repressiva do governo Dutra (1947-1950). Essa desatenção se explica tanto pela influência das biografias e autobiografias de militantes e dirigentes do Partido Comunista, geralmente caracterizadas por uma avaliação

<sup>553</sup> “Derrota comunista no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Bahia”. *Diário Trabalhista*, Salvador, 23 jan. 1948, s/p.; “Informação”. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, Setor Trabalhista, 12 abr. 1948, fl. 21.

<sup>554</sup> “Comunismo na capital baiana”. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, Setor Trabalhista, 12 dez. 1949, fls. 23/4.

<sup>555</sup> “Melhorar a fiscalização das leis trabalhistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1948, p. 3; “Será mesmo exterminada a indústria dos charutos da Bahia?”. Idem, 16 jul. 1948, p. 8; “Maiores entraves encontra a indústria de charutos da Bahia”. Idem, 17 jul. 1948, p. 8; “Grave crise da indústria de charutos”. Idem, 21 jul. 1948, pp. 3, 4; “Causas da crise da indústria de charutos”. Idem, 25 jul. 1948, p. 3; “Difícil a situação do Recôncavo”. Idem, 10 set. 1948, p. 3; “Despedidos sem aviso prévio os fumageiros em São Félix”. *O Momento*, Salvador, 11 maio 1948, p. 5; “Em crise a indústria de charutos”. Idem, 17 jul. 1948, pp. 1, 5; “Milhares de trabalhadores baianos levados ao desemprego”. Idem, 22 jul. 1948, pp. 1, 5; “Oitocentos fumageiros de Maragogipe estão passando fome”. Idem, 23 jul. 1948, p. 1; “Os tecelões ameaçados de trabalharem apenas quatro dias por semana”. Idem, 27 ago. 1947, p. 2; “Tentam rebaixar os salários dos tecelões”. Idem, 4 set. 1947, p. 2; “Agrava-se a crise na indústria fumageira”. Idem, 7 set. 1948, pp. 2, 5; “Os fumageiros desempregados estão morrendo de fome”. Idem, 11 set. 1948, p. 1; “Pânico no mercado do cacau!”. Idem, 8 dez. 1947, pp. 1, 5; “Grave a situação dos lavradores de cacau”. Idem, 31 mar. 1948, pp. 1, 6; “Trágica a situação dos fumageiros”. Idem, 1 out. 1948, pp. 1, 5; “Tragédia na zona cacauzeira”. Idem, 19 maio 1949, pp. 1, 7; “Continuam ameaçados de desemprego os têxteis baianos”. Idem, 12 jan. 1950, p. 5; “Desemprego e fome: trágica situação dos fumageiros de Muritiba”. Idem, 20 jan. 1950; “Dois anos sem trabalho e sem salário”. Idem, 22 nov. 1950, pp. 2, 5.

pessimista do impacto da política sindical comunista sobre o movimento operário nessa conjuntura quanto da teoria do populismo que tratava esse período como uma espécie de anomalia na relação de controle e manipulação política do Estado sobre o movimento sindical. Alguns estudos recentes que focalizaram esse período privilegiaram a participação político-partidária, eleitoral e legislativa dos trabalhadores, em detrimento das ações reivindicatórias no âmbito da ação direta e da via jurídica. Na Bahia, o estudo de Joaci Cunha focalizou as lutas sindicais e os movimentos grevistas dos empregados das usinas de açúcar do Recôncavo nesse contexto, mas excessivamente colado ao discurso da imprensa comunista vislumbrou uma radicalização e aceleração do movimento sindical como efeito da linha radical preconizada pelo PCB nesse período.<sup>556</sup>

Estudos desenvolvidos desde os anos 1990, ambientados no estado de São Paulo, indicaram que as vicissitudes do movimento sindical nessa conjuntura não podem ser explicadas apenas pelo prisma de um “voluntarismo” e um “triumfalismo” inconsequente e irresponsável, muitas vezes expresso na autocrítica do partido e dos seus militantes. Antes disso, é imperativo considerar-se os efeitos da repressão patronal e governamental sobre os comunistas e o movimento sindical. Conforme analisaram, o incentivo à criação de organismos sindicais “paralelos” não implicou o abandono dos sindicatos legais pelos associados, inclusive por muitos ativistas comunistas que acabaram praticando uma “dupla militância”. Além disso, muitas das orientações expressas no Manifesto de Janeiro, como a ação direta, a organização de comissões por locais de trabalho, a luta pelas reivindicações imediatas dos empregados e a crítica à estrutura sindical corporativista, já integravam as experiências sindicais dos trabalhadores.<sup>557</sup>

Com base no Manifesto de Janeiro, noutros documentos do Comitê Central e no discurso da imprensa comunista do período, Augusto C. Buonicore observou que, apesar da ênfase na constituição de organizações por local de trabalho e de associações profissionais, em nenhum momento a direção pecebista imprimiu uma orientação contrária à atuação das suas bases nos sindicatos no sentido de reconquistá-los. Nessa conjuntura, apesar de criticarem mais duramente a estrutura sindical corporativista, os comunistas não intentaram suprimi-la, substituindo por um novo sindicalismo.<sup>558</sup>

---

<sup>556</sup> CUNHA, *Amargo açúcar*, op. cit.

<sup>557</sup> SILVA, *A carga e a culpa*, op. cit., pp. 135-138; COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., pp. 142-152; NEGRO, *Linhas de montagem*, op. cit., pp. 72/5.

<sup>558</sup> BUONICORE, Augusto César. “Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952”. *Cadernos AEL*, v. 7, n. 12/13, 2000, pp. 19 – 20.

Essa mesma perspectiva predominou na Conferência Sindical Nacional, organizada pela CTB em julho de 1950. Apesar da crítica veemente ao sistema corporativista, da ênfase na organização por locais de trabalho e da defesa da liberdade sindical (direito de reunião, associação e de greve; não intromissão do Estado na vida interna dos sindicatos; eleições sindicais livres e imediatas, fim do imposto sindical e do atestado de ideologia), as resoluções aprovadas admitiam a participação dos trabalhadores nos sindicatos legais e nas organizações de caráter beneficente, cooperativo e social. Caberia às organizações por locais de trabalho mobilizar a luta dos empregados por seus direitos e reivindicações e recuperar os sindicatos das mãos dos “pelegos” e “agentes divisionistas”.<sup>559</sup>

Estudos realizados em diferentes locais do Brasil (sobretudo em São Paulo) demonstraram que, apesar dos inegáveis impactos sobre o movimento sindical, a reação anticomunista e a repressão ao movimento sindical, durante o governo Dutra, não conseguiram sufocar as insatisfações nos locais de trabalho nem tampouco silenciar as reivindicações dos trabalhadores. Inclusive, assinalaram a ocorrência de algumas importantes greves por empresas ou setores profissionais nesse período. As pesquisas mais recentes têm evidenciado que a militância sindical nos locais de trabalho não teve um caráter meramente “cupulista” ou atuou como mera “correia de transmissão” dos discursos e programas partidários, por conseguinte a linha esquerdista preconizada pelo PCB, a partir de 1948, não produziu uma radicalização ou provocou um aceleração do movimento sindical. Apesar do protagonismo das organizações por locais de trabalho e da ênfase na negociação direta (que não representavam nenhuma novidade na experiência sindical), não houve um abandono dos sindicatos pelos associados (inclusive pelos ativistas comunistas) nem tampouco ocorreu uma renúncia dos empregados à mediação institucional (legal, judicial e política) nas questões trabalhistas.<sup>560</sup>

Na Bahia, aproveitando-se dos interstícios da política “conciliatória” propagandeada pelo governador Octávio Mangabeira, ativistas sindicais identificados com o PCB e o jornal *O Momento* procuravam capitalizar a insatisfação dos trabalhadores para ampliar suas bases nos

---

<sup>559</sup> “Relatório da Comissão Executiva da CTB e balanço de quatro anos do movimento sindical”. *O Momento*, Salvador, 1 ago. 1950, p. 5; *Ibidem*, 2 ago. 1950, pp. 5, 7; *Ibidem*, 3 ago. 1950, p. 5.

<sup>560</sup> LEITE LOPES, *A tecelagem dos conflitos de classe*, op. cit. GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; SANTANA, M. Aurélio. “Partido e militância sindical: a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947/1964)”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 1997, v. 8, pp. 73-93; PESSANHA, Elina G. “De operários navais a metalúrgicos”. In: ABREU, A. R.; PESSANHA, E. G. [orgs.] *O trabalhador carioca*. Rio de Janeiro, JC, 1994; FRENCH, *O ABC dos operários*, op. cit.; SILVA, *A carga e a culpa*, op. cit.; COSTA, *Em busca da memória*, op. cit.; FORTES, *Nós do quarto distrito*, op. cit.; NEGRO, *Linhas de montagem*, op. cit.; FONTES, P. *Trabalhadores e cidadãos*, op. cit.



locais de trabalho e orientar as lutas operárias. Após o fechamento da CTB e da USTB e as intervenções nos sindicatos, sob os auspícios dos comunistas, foi constituída uma Comissão Central de Defesa da Liberdade Sindical (CCDS) (ou Comissão Pró-Fortalecimento Sindical), com o propósito de fazer oposição às juntas governativas nos sindicatos e promover a organização e as lutas dos empregados nos locais de trabalho. A CCDS antecedeu a criação da Associação Geral dos Trabalhadores (AGT), federação sindical criada em abril de 1948 com o propósito de “estreitar e facilitar a solidariedade entre os trabalhadores em geral, principalmente os inorganizados”, e o objetivo de promover e apoiar a organização e a luta dos trabalhadores “por cima” ou “por dentro dos seus sindicatos ou associações profissionais”.<sup>561</sup>

Na Bahia, em muitas empresas foram organizadas comissões de salários, de reivindicações, de greve e subcomissões por setores de trabalho, o que não representava nenhuma novidade entre os trabalhadores baianos. Também foram criadas algumas associações profissionais “livres e dirigidas pelos trabalhadores”, para atuarem paralela ou complementarmente aos sindicatos, a exemplo das Uniões dos Portuários, dos Trabalhadores da Circular, dos Ferroviários, bem como da Sociedade União dos Artífices Santamarenses (SUAS)<sup>562</sup> e da Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses.<sup>563</sup> Todavia, como se verá adiante, embora não se tenha dados seriais relativos ao número de associados, em geral as fontes consultadas indicam que os trabalhadores não abriram mão da representação dos sindicatos legais; o que, efetivamente, se observou foi uma acirrada disputa entre os comunistas e os interventores e dirigentes sindicais ligados à DRT, organizados na CPSTB, que seguiam uma orientação anticomunista e antigrevista, preconizando a colaboração com os patrões e as autoridades constituídas.

Foi nesse contexto que a AGT e *O Momento* mobilizaram intensa campanha contra o imposto sindical, procurando asfixiar, financeiramente, as juntas governativas, bem como atacar um dos principais fatores de atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Em fevereiro de 1948, o dirigente da CCDS, João dos Passos recomendou a organização de

<sup>561</sup> “Pela organização de uma associação livre e dirigida pelos trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 7 abr. 1948, p. 2; “Organizam-se os trabalhadores dos municípios”. Idem, 18 abr. 1948, p. 5; “Unamo-nos para a luta pelas nossas reivindicações. A AGT dirige-se aos trabalhadores baianos”. Idem, 1 maio 1948, p. 1; “Eleita e empossada a nova diretoria da AGT”. Idem, 8 jul. 1948, p. 2.

<sup>562</sup> Fundada em 21 de abril de 1948, como sociedade civil, por iniciativa de pouco mais de uma dezena de trabalhadores, a SUAS reunia empregados de vários setores produtivos, sobretudo os canavieiros que eram o alvo central da sua atuação. (Cf. CUNHA, *Amargo açúcar*, op. cit., p. 152/3)

<sup>563</sup> “O que interessa aos trabalhadores é um movimento sindical independente”. *O Momento*, Salvador, s/d.; “Nenhuma categoria profissional pode entregar aos sindicatos ministerialistas a direção de suas lutas”. Idem, 3 jun. 1948, p. 3; “Orientação sindical”, op. cit.

comissões nos locais de trabalho para lutar contra a cobrança compulsória desse tributo. Com efeito, no triênio 1948/50, diversas categorias profissionais dirigiram memoriais aos empregadores, algumas chegaram a impetrar Mandado de Segurança na Justiça contestando a cobrança do imposto.<sup>564</sup> Entrementes, as juntas e seus interventores, a DRT e a Justiça do Trabalho eram rotulados genericamente de “pelegos” e acusados de atuarem em defesa dos interesses patronais.

Contudo, nem todos os interventores faziam jus a essa acusação. Conquanto alguns desses sindicalistas, por negligência, propósito ou distanciamento das bases, tenham provocado um esvaziamento dos sindicatos outros não desprezaram as reivindicações dos associados. Esse foi o caso, por exemplo, de Jurandir Ferreira Guerreiro, destituído da presidência do Sindicato dos Marceneiros de Salvador, por apoiar uma greve da categoria no final de dezembro de 1947 e início de janeiro de 1948.<sup>565</sup>

Certas vezes, o próprio jornal comunista, nas críticas às juntas interventoras, involuntariamente admitia que alguns desses dirigentes possuíssem credibilidade junto às bases. No segundo semestre de 1948, enquanto acusava a diretoria do Sindicato dos Curtidores de Couro de fazer conchavos com os patrões e trair os anseios da classe, *O Momento* reconhecia que aqueles trabalhadores ainda assim confiavam “na demagogia do pelego do sindicato”. Igualmente, ao acusar a junta governativa do Sindicato dos Gráficos de Salvador de “entreguista” e o interventor Mario Vale de vacilar na negociação de um dissídio coletivo da categoria, admitia que, durante uma audiência, ele recusou várias condições impostas pelos patrões, como a inclusão da assiduidade de 100% e a suspensão do descanso semanal remunerado pago por algumas das firmas reclamadas. Também reconhecia que, antes de aceitar uma conciliação, o dirigente levou a proposta da Justiça do Trabalho para a apreciação da assembleia.<sup>566</sup>

---

<sup>564</sup> “Não devemos pagar o imposto sindical”. *O Momento*, 28 fev. 1948, pp. 2, 8; “Lutam os portuários para reaver o dinheiro ilegal descontado”. Idem, 19 mar. 1948, pp. 1, 6; “Os americanos da CLC recusam receber os operários”. Idem, 19 mar. 1948, p. 1; “Os trabalhadores de Santo Amaro impetrarão Mandado de Segurança contra o desconto do ilegal imposto sindical”. Idem, 24 abr. 1948, p. 5; “Ergue-se o proletariado contra o imposto sindical”. Idem, 5 mar. 1949 s/p.; “Os operários da ‘Norberto Odebretch’ entregaram o memorial contra o imposto sindical”. Ibidem; “Entregaram o memorial, os trabalhadores da Padaria Maciel...”. Idem, s/d.; “Como os estivadores e operários da construção civil, os padeiros não pagarão o imposto sindical”. Idem, 23 abr. 1949, p. 1; “Os operários não se intimidam com as ameaças do sr. Hugo de Farias”. Idem, 28 abr. 1949, p. 5; “Nova sentença contra o imposto sindical”. Idem, 5 maio 1949, p. 5; “Os estivadores continuarão resistindo”. Idem, 7 jun. 1949, p. 5; “Não podemos nos conformar com o roubo de um dia de trabalho”. Idem, 18 fev. 1950, p. 5; “Reforçar a luta contra o imposto sindical”. Idem, 1 abr. 1950, p. 5. Ver também: COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., pp.127/8.

<sup>565</sup> “Os trabalhadores em greve não se deixam intimidar pelas ameaças da Delegacia do Trabalho”, op. cit.

<sup>566</sup> “Os curtidores não contam com o seu sindicato para nada”. *O Momento*, salvador, 6 ago. 1948, p. 2; “Os curtidores necessitam do abono”. Idem, 10 dez. 1948, p. 2; “Os gráficos conquistam o aumento”. Idem, 1 dez. 1948, p. 2.

Na Bahia, aliadas às reivindicações por aumento de salários, descanso semanal remunerado, abono de natal, melhores condições de trabalho e contra o imposto sindical e a assiduidade integral, a AGT e *O Momento* procuravam mobilizar os trabalhadores em torno das campanhas em “defesa do petróleo”, “pela paz”, contra a “guerra imperialista”, a bomba atômica e o projeto de Lei de Segurança Nacional do governo Dutra.<sup>567</sup> Também apoiaram a luta contra a carestia e pela moradia operária. Respectivamente, a invasão do Caminho de Areia, na Cidade Baixa; a mesa redonda e o memorial ao governo do estado contra a carestia, organizados pela AGT, no segundo semestre de 1949, fazem parte desse contexto.<sup>568</sup> Esse conjunto de fatores, aliado às experiências de organização e lutas pretéritas, revigoradas no curto período democrático, dimensionaram os limites e possibilidades das ações operárias e sindicais na conjuntura repressiva pós-1947. No triênio 1948/50, diversos setores do operariado baiano, a exemplo dos estivadores, portuários, têxteis, transviários, ferroviários, fluviários, canaveiros, fumageiros, gráficos, marceneiros, moageiros, alfaiates, panificadores, mineiros, cacaeiros, empregados da construção civil e outros, organizados em comissões nos locais de trabalho, mobilizaram alguma ação em torno dessas reivindicações. Por motivos óbvios, esses movimentos eram superestimados pelo jornal comunista.<sup>569</sup>

Sem abrir mão de outras ações reivindicatórias, como a tentativa de negociação direta com os patrões através dos memoriais, a procura pela mediação dos organismos trabalhistas (DRT e Justiça do Trabalho) e das autoridades políticas e administrativas, em 1948, ano do

<sup>567</sup> “Petróleo e comunismo”. *Diário de Notícias*, Salvador, 4 jul. 1948, p. 4; “Lutar em defesa do petróleo é dever de todo patriota”. *O Momento*, Salvador, s/d.; “Reforçaremos a luta em defesa do petróleo”. Idem, 7 jul. 1948, p. 1; “Organizai-vos em defesa das vossas reivindicações e da paz”. Idem, 17 mar. 1949, p. 3; “É enfrentando a reação, lutando pela paz e por aumento de salários que os trabalhadores conquistarão melhores condições de vida”. Idem, 3 maio, 1949, p. 5; “Notícias dos Estados”. Aperi, DPS, C. E. da Bahia, D886, 16 maio, 1949, fl. 13; “Informação. Comunismo baiano”. Aperi, DPS, Comitê Estadual da Bahia, D 1479, Setor Trabalhista, 24 jul. 1950, fls. 79/0; “Comunismo na Bahia”. Ibidem, 27 out. 1950, fls. 83/4.

<sup>568</sup> “Grande vitória do proletariado: a mesa redonda promovida pela AGT”. *O Momento*, Salvador, 26 jul. 1949, pp. 1, 8; “Memorial dos trabalhadores baianos ao governo”. Idem, 24 ago. 1949, p. 5; “Entregue o memorial da AGT contra a carestia”. Idem, 19 set. 1949, p. 1. Ver também: NEGRO, “No Caminho de Areia...”, op. cit.; NEVES, *Invasões em Salvador*, op. cit.; SILVA, R. O. *O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador*, op. cit.; TAVARES, *História da Bahia*, op. cit., p. 461.

<sup>569</sup> “Lutam os trabalhadores de Ilhéus por melhores salários”, op. cit.; “Anular a Convenção é o que interessa aos trabalhadores da CLC”, op. cit.; “Convenção dos trabalhadores na indústria de couro, por aumento de salários”. *O Momento*, Salvador, 6 fev. 1948; “Trabalhadores do Moinho São Jorge pedem aumento dos salários”. Idem, 7 fev. 1948, p. 2; “Lutam os funcionários estaduais pelo aumento”. Ibidem, p. 1; “Os marítimos lutam por suas reivindicações”. Ibidem, s/p.; “A fome exige aumento de salários para os operários do Moinho da Bahia”. Idem, 20 maio 1948, p. 5; “Os gráficos lutam por melhores salários”. Ibidem, p. 5; “Os gráficos iniciam a luta pelo aumento de salários”. Idem, 25 maio, 1948, p. 5; “Reivindicam aumento os funcionários da E.F.N.” Idem, 26 maio 1948, p. 5; “Exigem aumento de salários os tecelões da São Braz”. Idem, 4 jun. 1948, p.1; “Lutam os operários da A. Guimarães por melhores salários”. Idem, 5 jun. 1948, p. 1; “Os trabalhadores da usina São Carlos lutam por melhores salários”. Idem, 15 jun. 1948, pp. 1, 5; “Os trabalhadores de Ilhéus lutam por melhores salários”. Idem, s/d.; “Firmes os gráficos na luta por aumento de salários”. Idem, s/d.; “Assembleia geral dos trabalhadores em padarias”. Idem, s/d.; “Os padeiros não vacilam na luta por melhores salários”. Idem, 18 jul. 1948, p.2; “Os marceneiros retornam à luta”. Idem, 18 jul. 1948, p. 2; “Lutam os marceneiros por melhores salários”. Idem, 27 jul. 1948, p. 2. “Contra a assiduidade 100%”. Idem, 23/7/1948, pp. 1, 5.

mergulho dos comunistas na clandestinidade, verificaram-se, pelo menos, oito paralisações na Bahia. Em 1949, ano de maior repressão aos comunistas e ao movimento sindical, o jornal *O Momento* parece superfaturar a incidência de ações grevistas. Além do movimento da Usina Capanema (que se estendeu de dezembro de 1948 até meados de fevereiro de 1949), foram registradas, pelo menos, outras quinze paralisações. Em 1950, ano de eleições para a Presidência da República, o Governo do estado, o poder legislativo federal e o estadual e também para as diretorias de alguns sindicatos, a folha comunista noticiou 16 ações grevistas, conforme se observa no quadro 12, apêndice J.

Por falta de maciça adesão, influência da tática grevista de curta duração preconizada pelos comunistas<sup>570</sup> ou pela imediata obtenção de um acordo, a maioria dessas greves teve duração efêmera, algumas delas não passaram de tentativas frustradas, lideradas por ativistas identificados pela polícia, a DRT e a grande imprensa como comunistas. Em alguns casos, segundo o delegado do Trabalho, tratava-se de paralisações ocasionais, motivadas por circunstâncias da produção, que tiveram o caráter desvirtuado pelo jornal comunista. Noutros, como a greve de 1950 dos mineiros de manganês, segundo um informante do DOPS, a paralisação foi parcial e permaneceu isolada na cidade do interior. Considerando-se que, para algumas dessas greves, as únicas informações de que se dispõem são da imprensa comunista, e levando em conta que estudos realizados noutros estados têm apontado uma retração grevista, sobretudo nos dois últimos anos do governo Dutra, é recomendável alguma cautela em relação a esses números.<sup>571</sup>

A maioria dessas greves foi motivada por reivindicações salariais, vencimentos atrasados e pela repressão patronal-policial contra empregados que tomavam a frente nos movimentos reivindicatórios. Alguns desses movimentos pleiteavam o fim da assiduidade integral, descanso remunerado, abono de natal, férias atrasadas, assinatura da carteira profissional e protestavam contra o desabastecimento e a exploração pelos armazéns das empresas. O predomínio de pleitos salariais está relacionado aos efeitos da política financeira do governo Dutra, que, apesar de reduzir os índices de inflação entre 1947 e 1949,<sup>572</sup> não

<sup>570</sup> AMAZONAS, João. “Tática grevista”, op. cit.

<sup>571</sup> “Agem os comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 16 dez. 1948, p. 4; “O dedo de Moscou. Os comunistas, em seus propósitos subversivos, incitam e promovem a greve”. Idem, 17 dez. 1948, pp. 2, 3; “Setor Trabalhista”. Aperi, fundo DPS, C. E. da Bahia, D1479, fl. 58.

<sup>572</sup> Inflação no Brasil (1944 a 1950)

Ano	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Índice	20,6%	14,9%	14,6%	9,0%	5,9%	8,1%	12,4%

Fonte: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em :

[http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC\\_1.1\\_03\\_Inflacao\\_brasileira\\_os\\_ensinamentos\\_desde\\_a\\_crise\\_dos\\_anos\\_30.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf). Acesso em 20 dez. 2014.

conseguiu assegurar uma estabilidade duradoura nos preços e, em contrapartida, manteve um congelamento salarial<sup>573</sup>, reduzindo o poder aquisitivo dos empregados. As demais reivindicações pautavam-se, sobretudo, na tentativa de resguardar direitos conquistados, ameaçados seja pelo despotismo patronal, seja pelas circunstâncias conjunturais.

Nesse contexto, as comissões por empresa, setores de trabalho e por categorias profissionais (que não eram nenhuma novidade entre os trabalhadores baianos) mantiveram seu preponderante papel. Em contrapartida, observou-se um recrudescimento da coerção ao ativismo sindical. Juntamente com a repressão policial e as medidas administrativas da DRT, os patrões promoveram as famosas “listas negras” e recorreram à Justiça do Trabalho para expurgar dos seus quadros os empregados estáveis considerados “indisciplinados”, “agitadores”, “cabeças” de greve.

Mas, apesar da apologia grevista pelos comunistas nessa conjuntura<sup>574</sup>, a greve não era a única e nem tampouco a mais frequente atitude dos trabalhadores na luta por direitos. Num contexto marcado pela repressão às mobilizações públicas e ao movimento sindical, o encaminhamento de memoriais (ou petições), tentando obter uma negociação direta com os patrões e a busca pela mediação da Justiça do Trabalho e das autoridades constituídas representavam iniciativas recorrentes, e menos arriscadas; não necessariamente mais bem-sucedidas. Contudo, por lei, o dissídio coletivo precisava ser suscitado pelos sindicatos ou instaurado *ex officio* para a solução de uma greve. Já no caso da reclamação individual, que podia ser impetrada diretamente pelo empregado, era sempre maior o risco de o trabalhador sofrer retaliações e “ficar marcado” pelos patrões.<sup>575</sup>

Embora seja evidente a participação dos comunistas, sobretudo através da AGT e de *O Momento*, na maioria dessas greves, não é possível compreender/explicar a atuação do movimento sindical e os comportamentos dos trabalhadores reportando-se apenas à orientação da cúpula partidária e às iniciativas empreendidas pela sua militância de base. Se, por um lado, a política sindical preconizada pelo PCB favorecia uma atuação mais incisiva das suas bases nos locais de trabalho (e talvez isso pudesse influenciar a opção de algumas

---

<sup>573</sup> Desde 1943, quando foi elevado para Cr\$ 380,00 pelo decreto-lei 5977, o valor do Salário Mínimo permaneceu congelado até 1952 quando foi reajustado para Cr\$ 1.200,00, por força do decreto nº 30.342 de 1951 (no segundo governo Vargas). Cf. BRASIL. Justiça Federal. Seção Judiciária do Paraná. Série Histórica do Salário Mínimo. Disponível em: <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

<sup>574</sup> “Milhares de trabalhadores brasileiros em greve”. *O Momento*, Salvador, 31 maio 1949, p. 5; “Dia de glória para os trabalhadores baianos”. Idem, 2 jun. 1949, pp. 1, 7.

<sup>575</sup> Ficar “marcado” significava o empregado ter informações negativas do ex-patrão quando fosse procurar um novo emprego, o mesmo que ter a “ficha suja”. Ver: SOUZA, *Lei e costume*, op. cit.

categorias operárias pela ação direta);<sup>576</sup> por outro lado, o ascendente discurso anticomunista, a clandestinidade do Partido Comunista, o expurgo de lideranças vermelhas das empresas e dos quadros sindicais, a radicalização do discurso pecebista e a repressão institucionalizada concorriam para refluir a influência comunista entre os trabalhadores.

O rompimento, em outubro de 1948, do líder estivador, deputado estadual cassado e vereador eleito de Salvador, Jaime Maciel, com o PCB é sintomático dessa conjuntura. Acusado pelos ex-colegas de partido e pelo jornal comunista de covardia, oportunismo e de traição a Prestes, ao “Programa Mínimo” e ao operariado, Maciel afirmou que os comunistas o caluniavam pelo fato de não ter se curvado “às imposições absurdas do partido na Bahia”. Declarou ainda que, havia tempo, a direção partidária procurava afastá-lo do operariado, por considerá-lo um elemento de real prestígio entre os trabalhadores. Também lembrou que foi tratado com hostilidades e injustamente acusado de covardia por não ter participado do fatídico comício de fevereiro da Praça da Sé, quando estava na cidade de Santo Amaro, por ordem da direção partidária, para realizar idêntica manifestação política. Apesar de não explicitar os motivos da dissidência, a troca de acusações aponta para divergências do sindicalista com a linha política preconizada pela cúpula partidária naquela conjuntura.<sup>577</sup>

O manifesto dos posseiros da Vila Ruy Barbosa à imprensa e às autoridades constituídas, em agosto de 1950, repudiando as “graves acusações e insultos” do presidente da Sociedade de Defesa dos Moradores, Paulo Costa, e outros integrantes do Partido Comunista contra o governador do Estado e a polícia constitui outro indicativo do desgaste da relação dos trabalhadores e populares com o Partido Comunista.<sup>578</sup> A própria CTB, em relatório apresentado na Conferência Sindical Nacional, em julho de 1950, admitiu que, devido ao seu sectarismo, não conseguia ligar as reivindicações econômicas e mais sentidas dos trabalhadores à “luta contra a preparação do Brasil para a guerra” e pela “independência nacional”.<sup>579</sup>

<sup>576</sup> Em seu estudo sobre os trabalhadores nas usinas de açúcar do município de Santo Amaro, Joaci Cunha caracterizou esse período como “intervalo radical”, enfatizando a atuação da militância comunista nos locais de trabalho e através das organizações paralelas com fator preponderante na mobilização das lutas protagonizadas pela categoria nesse contexto. CUNHA, *Amargo açúcar*, op. cit.

<sup>577</sup> “Jaime Maciel traiu o proletariado”. *O Momento*, Salvador, 16 out. 1948, pp. 1, 8; “Jaime Maciel confessa cinicamente”. Idem, 19 out. 1948, pp.1, 8; “O vereador abjurou o comunismo”. *Diário de Notícias*, Salvador, 16 out. 1948, p. 3; “O exemplo do vereador Jaime Maciel”. Idem, 17 out. 1948, p. 3; “O vereador defende-se e desafia”. Idem, 19 out. 1948, p. 3; “O vereador continua a exigir provas da sua traição”. Idem, 20 out. 1948, p. 3. Ver também: “Vereador comunista rompe com o partido e promete revelações sensacionais”. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 26 out. 1948 s/p.; “Ou é comunista ou é traidor”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 20 out. 1948 s/p.; “Aventureiros e oportunistas”. Idem, 27 out. 1948 s/p. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 198/9.

<sup>578</sup> “Sentimento de repulsa à demagogia comunista”, op. cit.; “Ação comunista no Caminho de Areia”, op. cit.

<sup>579</sup> “Relatório da Comissão Executiva da CTB...”, op. cit.

Conquanto alguns dessas greves, como a dos fiscais de bondes (em setembro de 1948) e a dos transviários (dezembro de 1948) da CLC, a dos operários da Construtora Norberto Odebrecht (abril de 1949) e a dos têxteis da Fábrica Conceição (agosto de 1950), não passassem de tentativas frustradas de um grupo de ativistas de arrancar uma paralisação, outros, entretanto, como as greves dos têxteis (setembro/outubro de 1948); dos canavieiros da Usina São Carlos (janeiro de 1949) e da Usina Capanema (dezembro de 1948 - janeiro de 1949), dos mineiros do manganês (abril/junho de 1950) e dos fluviários do São Francisco (agosto de 1950), resultaram de iniciativas efetivamente mobilizadas pelos empregados, a partir de reivindicações sentidas nos locais de trabalho.

A abordagem de alguns dos principais movimentos reivindicatórios dos trabalhadores baianos nessa conjuntura permite lançar luz sobre questões, como: os limites e possibilidades das ações reivindicatórias, as condições de atuação do movimento sindical, as relações entre a militância e as bases e a repressão institucionalizada. Nesta perspectiva, serão tomados como exemplares, os movimentos pelo abono de natal, pelo descanso semanal remunerado, contra a assiduidade 100% e as cinco últimas greves supracitadas.

#### 4.1 A LUTA PELO ABONO DE NATAL E PELO DESCANSO SEMANAL REMUNERADO

Possivelmente, a reivindicação pelo abono de natal teve origem no costume, muito comum em algumas regiões do Brasil, de algumas empresas premiarem seus empregados por ocasião das festividades natalina e junina por influência de uma tradição cristã e/ou com a expectativa de assegurar a assiduidade e a produtividade no trabalho nessas ocasiões em que havia maior dispersão dos trabalhadores. Com o passar do tempo, esse costume passou a ser reivindicado pelos empregados e tratado como direito. Nas petições, geralmente os empregados argumentavam que o abono proporcionaria uma felicidade para a sua família, pelo menos, naquela “data máxima da cristandade”.<sup>580</sup>

A partir de 1943, alguns trabalhadores, orientados pelos advogados, procuraram amparar essa reivindicação no parágrafo 1º do artigo 457 da CLT e em jurisprudência firmada por alguns magistrados, que definiam como integrantes do salário as comissões, percentagens e gratificações “tacitamente estipuladas”, desde que revestidas “do caráter de habituais”. Geralmente, esta prerrogativa jurídica era combinada com o artigo 11 da Lei 62/1935, que

---

<sup>580</sup> Ver: SOUZA, E. A. O. *Lei e costume*, op. cit.

vedava a redução de salários salvo nas condições especificadas naquela legislação. A partir de 1947, o movimento sindical também procurou amparar o direito ao abono no inciso IV do artigo 157 da *Constituição de 1946*, que estabelecia a “participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros das empresas”.<sup>581</sup>

Na Bahia, entre dezembro de 1945 e janeiro 1946 algumas categorias profissionais reivindicaram o abono de natal. Em Salvador, após fracassarem as negociações diretas com os patrões, empregados têxteis, portuários e transviários foram à greve pleiteando esse benefício. Por se tratar de serviços públicos essenciais, esses dois últimos setores obtiveram êxito graças à intervenção governamental. No final de 1946, a USTB procurou mobilizar os sindicatos pela imediata concessão do abono, ao mesmo tempo em que reivindicava a regulamentação do direito pelo legislativo federal. Provavelmente, algumas categorias conseguiram negociar com os patrões, todavia em *O Momento*, principal porta-voz do movimento sindical, não houve grande repercussão de movimentos reivindicatórios nessa conjuntura. Talvez porque as atenções do movimento sindical estivessem voltadas para a consolidação da USTB, que era fortemente boicotada pela DRT, e para a participação dos seus representantes nas eleições estaduais.<sup>582</sup>

Em dezembro de 1946, no período pré-eleitoral, a Câmara Federal aprovou, em primeiro turno, um projeto que determinava o pagamento do benefício para os servidores da União. Na ocasião, a União Sindical enviou telegramas aos deputados baianos Carlos Marighela (PCB), Juraci Magalhães (UDN), Tarcílio Vieira de Melo (PSD) e Luiz Lago (PTB), pedindo a aprovação de uma emenda apresentada pela bancada comunista, que estendia o direito aos demais trabalhadores, aposentados e pensionistas. Mas, passadas as eleições, o projeto foi engavetado no legislativo.<sup>583</sup>

No final de 1947, um projeto dos deputados comunistas Giocondo Dias e Jaime Maciel estabelecia o pagamento do abono aos funcionários públicos estaduais e municipais, mas não foi aprovado pela Assembleia Legislativa. Em dezembro, a Comissão Central de Defesa Sindical procurou mobilizar os trabalhadores com a formação de comissões por

---

<sup>581</sup> BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Nazaré. Recurso Ordinário da Cia. Hidro-Elétrica Fabril de Nazaré contra Manoel Mauro e outros, 11 jul. 1950. Acervo do Fórum de Nazaré. Ver também: BRASIL. Lei Nº 62, 5 jun. 1935. Assegura ao empregado da indústria ou do comércio uma indenização quando não exista prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato de trabalho e quando for despedido sem justa causa, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10062.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10062.htm). Acesso em 10 fev. 2012; BRASIL. Decreto-Lei Nº 5.452, 1º maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), op. cit.

<sup>582</sup> “A USTB lutar pelo Abono de Natal para os trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, s/d.

<sup>583</sup> “Abono de Natal: encaminhado o projeto ao Conselho”. *Diário da Bahia*, Salvador, 10 dez. 1946, p. 2; “O abono votado na Câmara Federal”. Idem, 13 dez. 1946, p. 1; “O abono dos servidores estaduais”. Idem, 5 jan. 1947, p. 2. Ver também: FONTES, J. R. *A Bahia de todos os trabalhadores...*, op. cit.



empresas, organização de palestras, abaixo-assinados e “o que mais fosse necessário” pela conquista do abono. Em nota, o presidente Jaime Maciel afirmava que o benefício ajudaria a minorar a difícil situação vivida pelos trabalhadores, enquanto lutavam pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais que asseguravam a liberdade sindical, salário mínimo familiar, descanso semanal remunerado e participação nos lucros das empresas. Algumas categorias profissionais, a exemplo dos sapateiros, marceneiros, transviários, moageiros, portuários, têxteis e estivadores organizaram comissões setoriais ou por locais de trabalho e encaminharam memoriais aos empregadores reivindicando o pagamento do benefício, e às autoridades pedindo a regulamentação do direito.<sup>584</sup>

No final de dezembro, lideranças sindicais ligadas à USTB e ao PCB mobilizaram uma concentração operária em frente ao Palácio Rio Branco, para solicitar uma interferência de Otávio Mangabeira junto aos empregadores pelo pagamento do abono de natal. Recebida pessoalmente pelo Governador, a comitiva teve como oradores o portuário Vitório Caetano dos Santos, o tecelão Dermeval Araújo, o transviário da Circular e suplente de vereador Florisvaldo Viana e o estivador e deputado estadual comunista Jaime Maciel, que também cobraram do governante o compromisso assumido em defesa da Constituição e uma posição em relação ao processo de cassação dos mandatos parlamentares pecebistas. Mangabeira reafirmou seu comprometimento com a defesa da democracia e dos interesses dos trabalhadores, mas não apresentou nenhuma medida efetiva. Até a cassação dos mandatos comunistas, o PCB continuava preconizando uma linha de colaboração com o governador Octávio Mangabeira e a permanência das suas bases nos sindicatos.<sup>585</sup>

Foi nesse contexto que eclodiu uma greve dos marceneiros das fábricas de móveis, em Salvador. Em dezembro, uma comissão de empregados da fábrica Porvir encaminhou um abaixo-assinado ao empregador pleiteando o pagamento do abono. Tratando o benefício como uma dádiva, ato de benevolência, na véspera da data festiva o empregador concedeu uma gratificação equivalente a um dia de salário, mas a quantia foi recusada pelos empregados. Após o feriado natalino, os trabalhadores suspenderam a produção e dirigiram-se à sede do seu sindicato, onde permaneceram mobilizados enquanto tentavam estabelecer uma negociação. A comissão de grevistas então propôs um abono de Cr\$ 200,00 para os empregados solteiros e Cr\$ 300,00 para os casados. Por seu turno, a empresa contrapropôs

<sup>584</sup> “A bancada comunista torna possível a concessão do abono”. *O Momento*, Salvador, 14 dez. 1947, p.1; “Que os trabalhadores conquistem o abono”. *Ibidem*.

<sup>585</sup> “Grande concentração operária pelo abono de natal”. *O Momento*, 30 dez. 1947, p. 1; “Impressionante concentração operária”. *Idem*, 31 dez. 1947, p. 1; “Serão debatidos na Assembleia Geral as reivindicações dos trabalhadores da CLC”. *Idem*, 24 jan. 1948, p. 2; “Lutam os sapateiros pelo Abono de Natal”. *Idem*, 20 dez. 1947, p. 2.

uma gratificação de Cr\$ 50,00 para a maioria dos empregados e Cr\$100,00 para os oficiais de categoria mais elevada, mas a contraproposta foi recusada pelos grevistas que decidiram manter a paralisação.<sup>586</sup>

Para o delegado regional do Trabalho, a greve fora insuflada pelos comunistas, que procuravam iludir os “incautos trabalhadores” com o pretexto de reivindicação do abono de natal para criar um clima de agitação e intranquilidade, como ocorria em outros locais do país, com o propósito de demonstrar que tais movimentos decorriam da insatisfação popular contra o projeto de cassação dos mandatos pecebistas. No seu entendimento, a concessão do abono era uma liberalidade que dependia da boa vontade e das condições do empregador, pois nenhuma legislação o obrigava a concedê-lo. Para evitar uma propagação do movimento, Hugo de Faria instruiu os presidentes dos sindicatos a esclarecer os associados sobre as penalidades previstas na legislação trabalhista que incidiam sobre os empregados grevistas e sobre os prejuízos que as greves causavam à economia do país.<sup>587</sup>

Em represália pelo apoio aos grevistas, a DRT afastou o interventor Jurandir Ferreira Guerreiro<sup>588</sup> e proibiu as reuniões na sede do sindicato.<sup>589</sup> De acordo com *O Momento*, ele respondia pela presidência desde 22 de julho de 1947, quando foram nomeadas as juntas governativas dos Sindicatos dos Marceneiros, dos Panificadores, dos Gráficos e dos Tecelões. Segundo a mesma fonte, muitos desses dirigentes eram recrutados no interior das respectivas categorias, entre os empregados que não costumavam criar problemas para os patrões e que mereciam a confiança da DRT. Enquanto outros interventores eram rotulados de pelegos e frequentemente acusados pela folha comunista de traição contra os companheiros de classe e de fechar as portas do sindicato aos associados,<sup>590</sup> Jurandir não costumava ser alvo de insinuações assim. Apesar de não ter se notabilizado como ativista sindical nem ter sido escolhido pela base, o apoio aos grevistas pode ter sido motivado por solidariedade de classe.

<sup>586</sup> Na época, o salário diário da maioria dos empregados era Cr\$ 12,00. Ou seja, as gratificações de Cr\$ 50,00 e Cr\$ 100,00 correspondiam a pouco mais de quatro e de oito dias de trabalho, respectivamente.

<sup>587</sup> “Trabalho subterrâneo contra as instituições”, op. cit.

<sup>588</sup> Jurandir Ferreira Guerreiro, secretário da junta governativa, era presidente do sindicato em exercício.

<sup>589</sup> “Os trabalhadores da Fábrica Porvir esperam a concessão do Abono”. *O Momento*, Salvador, 20 dez. 1947, p. 2; “Em greve os trabalhadores da Fábrica Porvir”. Idem, 27 dez. 1947, pp. 1, 4.

<sup>590</sup> Essas acusações eram mais frequentes contra os presidentes dos sindicatos dos Empregados em Carris Urbanos, Ederval Vieira; dos Portuários, João Benigno Espírito Santo e dos Tecelões, Dionísio Rodrigues de Menezes. Ver: “Os operários da Circular realizaram a assembleia no meio da rua”. *O Momento*, Salvador, 31 dez. 1947, p. 4; “Querem roubar o sindicato aos trabalhadores”. Idem, 1 jan. 1948, pp. 1, 4; “Lutam os trabalhadores da CLC pela convocação da Assembleia”. Idem, 3 jan. 1948, p. 5; “Lutam os trabalhadores da CLC pela convocação da Assembleia”. Idem, 6 jan. 1948, pp. 1, 4; “A Delegacia do Trabalho insulta os portuários”. Idem, 8 jan. 1948, pp. 1, 4; “Os portuários realizaram a sua Assembleia Geral”. Idem, 13 jan. 1948, p. 4; “Lutam os tecelões pela convocação de uma Assembleia”. Idem, 23 jan. 1948, p. 1; “Mesmo com o sindicato fechado, os tecelões realizaram a Assembleia Geral”. Idem, 29 jan. 1948, p. 2.

No dia seguinte, os empregados da Vencedora e da Waldemar Grossman aderiram à paralisação. Foi, então, constituída uma comissão central (ou comando central de greve) reunindo empregados das três fábricas. Com a propagação da greve, os patrões firmaram posição conjunta de não negociar diretamente com os empregados e remeter a questão para a Justiça do Trabalho. Suspensos os salários, os grevistas recorreram à solidariedade de outros empregados. Comissões percorreram locais de trabalho, com a bandeira do sindicato, recolhendo donativos. Apesar das contribuições auferidas entre os estivadores, portuários, transviários, gráficos e tecelões, os marceneiros não conseguiram manter por muito tempo a paralisação.<sup>591</sup>

Após o feriado de Ano Novo, os grevistas decidiram retornar ao trabalho apenas com a promessa de que o pleito que seria atendido após o fechamento do balanço das empresas, “na medida das possibilidades dos empregadores”.<sup>592</sup> Contudo, além de não atenderem à reivindicação, os proprietários das firmas “A Vencedora” e “A Brasileira” promoveram um *lockout* para impedir o retorno dos grevistas ao trabalho. A direção desta última fábrica ainda demitiu doze empregados que tomaram a frente na greve, alguns deles contavam com mais de dez anos de serviço, possuindo, portanto, o direito à estabilidade. Por fim, apenas os empregados da fábrica Porvir foram contemplados com o pagamento do abono. Mesmo assim, o movimento foi considerado vitorioso pela folha comunista.<sup>593</sup>

De fato, a greve transcorreu numa conjuntura em que a militância vermelha procurava mobilizar os trabalhadores pelo abono de natal e contra o projeto de cassação dos mandatos parlamentares pecebistas. Mas, embora seja evidente a participação de comunistas no movimento (na categoria destacavam-se as atuações de importantes ativistas, como Manuel Batista de Souza e Idelfíades Silva Santos), ao classificar as greves (como agitação comunista) e os trabalhadores (como incautos, incapazes, manipulados), Hugo de Faria reafirma o ponto de vista patronal e das autoridades. Igualmente, quando trata o abono de natal como liberalidade. Por outro lado, convém ponderar o exagero retórico na abordagem da imprensa comunista. Uma leitura menos parcial dos acontecimentos, levando em conta as

<sup>591</sup> “Alastra-se a greve pelo abono”. *O Momento*, Salvador, 28 dez. 1947, p. 4; “Continuam em greve os operários na indústria de móveis”. Idem, 30 dez. 1947, pp. 1, 4; “Os trabalhadores em greve não se deixam intimidar pelas ameaças da Delegacia do Trabalho”. Idem, 31 dez. 1947, p. 4.

<sup>592</sup> “Voltam, vitoriosos, ao trabalho”. *O Momento*, Salvador, 1 jan. 1948, p. 4; “O que a greve dos marceneiros ensina aos trabalhadores”. Idem, 4 jan. 1948, p. 1; “Terminou a greve dos trabalhadores das indústrias de madeira”. *Diário de Notícias*, Salvador, 3 jan. 1948, p. 3.

<sup>593</sup> “A Delegacia do Trabalho só ameaça os trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 3 jan. 1948, p. 5; “Demitidos arbitrariamente 12 operários da ‘A Brasileira’”. Idem, 4 jan. 1948, p. 2.

origens e o processo grevista, evidencia uma realidade mais complexa, na qual emerge a agência dos trabalhadores.

A partir de 1948, por influxo do Manifesto de Janeiro, a militância comunista centrou esforços na mobilização dos trabalhadores nos locais de trabalho em torno das reivindicações por aumento de salários, pelo abono de natal, o descanso semanal remunerado e contra a assiduidade 100%. No final do ano, a campanha pelo abono foi reeditada por diversas categorias profissionais em vários estados do Brasil. Na Bahia, a AGT, *O Momento* e ativistas nos locais de trabalho incentivaram a organização de “comissões de luta pelo abono de natal”. Quando fosse necessário, os trabalhadores deviam paralisar o serviço para cobrar o pagamento do benefício. Na edição de 25 de novembro, a folha comunista preconizava a luta pelo abono como luta central de todos os trabalhadores.<sup>594</sup> Na verdade, como vimos nos capítulos anteriores, muitas dessas ações já estavam integradas no cotidiano do movimento sindical desde o início da democratização.

No início de dezembro, ferroviários da Estrada de Nazaré encaminharam um memorial ao deputado estadual petebista Joel Presídio, com quem mantinham boa relação, solicitando a apresentação de um projeto de lei concedendo o abono de natal a todos os funcionários do estado. Entre os 45 signatários constavam o vereador comunista Misael Xavier Peixoto e o ex-integrante do MUT e da Comissão de Fortalecimento Intersindical Alberto Costa Holtz.<sup>595</sup> Empregados das fábricas Souza Cruz, Fratelli Vita e Chadler, curtidores de couro, moageiros, funcionários públicos estaduais e trabalhadores do serviço de água e esgoto também pleitearam o abono. Algumas dessas categorias conquistaram o benefício ou pelo menos uma gratificação inferior ao valor dos salários percebidos. Já os servidores públicos tiveram o direito vetado pelo governo do estado.<sup>596</sup>

No final de 1949, os servidores públicos estaduais e municipais de Salvador dirigiram um memorial aos poderes legislativo e executivo reivindicando o pagamento do abono.<sup>597</sup> No âmbito municipal, a luta pelo abono inseriu-se num campo de disputas entre a Câmara de

<sup>594</sup> “Lutaremos pela conquista do abono até que ele nos seja concedido”. *O Momento*, Salvador, 1 jan. 1948, pp. 1, 4; “Lutemos pelo abono”. Idem, 25 nov. 1948, p. 3; “O projeto do abono para o funcionalismo”. Idem, 26 nov. 1948, s/p.; “Os trabalhadores lutam pelo Abono de Natal”. Idem, 8 dez. 1948, pp. 1, 6.

<sup>595</sup> “Querem o abono os ferroviários de Nazaré”. *O Momento*, Salvador, 8 dez. 1948, pp. 1, 5; “No dia 28, o julgamento do dissídio dos marceneiros”. Idem, 21 dez. 1948, pp. 2, 5.

<sup>596</sup> “Mais uma grande vitória”. *O Momento*, 24 dez. 1948, p. 1; “Vitória dos trabalhadores da Porvir”. Idem, 28 dez. 1948, p.1; “Obtiveram o abono de natal os trabalhadores das ‘camas Patentes’”. Idem, 29 dez. 1948, p. 1; “Vitórias da luta pelo abono”. Idem, 9 jan. 1949, p. 1, 5; “O Sr. Mangabeira não recebeu a comissão de funcionários”. Idem, 11 dez. 1948, p. 1; “O Sr. Mangabeira mandou engavetar o memorial dos trabalhadores e funcionários do S.A.E.”. Idem, 24 dez. 1948, p. 1.

<sup>597</sup> “Memorial monstro reivindicando o abono”. *O Momento*, Salvador, 31 nov. 1949, p. 2; “Os funcionários vão à Câmara amanhã”. Idem, 20 dez. 1949, p. 1.

Vereadores e o Prefeito Wanderlei Pinho. Um projeto aprovado na Câmara foi vetado pelo Prefeito. Em seguida, o veto foi derrubado pelo legislativo, mas a lei não foi sancionada pelo executivo. Na esfera privada, portuários, tecelões, transviários da CLC, empregados da Navegação Baiana e ferroviários de São Félix também pleitearam o abono. Os exemplos dos empregados da Souza Cruz, do Moinho da Bahia, da Chadler e da Coca-Cola que conquistaram o benefício no ano anterior e as lutas que transcorriam noutros estados eram exaltadas pela AGT e por *O Momento* para estimular a mobilização de outros setores. Outra estratégia utilizada era a divulgação dos lucros apresentados nos balanços anuais das empresas.<sup>598</sup>

Em outubro de 1950, a AGT recomendou a realização de assembleias nos setores de trabalho, na porta ou dentro das empresas, fazendas e repartições públicas e a formação de comissões de luta pelo abono de natal, estipulando o prazo até 15 de dezembro para o pagamento, sob a ameaça de greve. O manifesto preconizava ainda a luta por aumento de salários, pelo repouso semanal remunerado, contra a assiduidade de 100%, por eleições livres e imediatas nos sindicatos e contra o imposto sindical. Aliadas a essas reivindicações, a organização sindical levantava outras bandeiras preconizadas pelos comunistas naquela conjuntura como a “luta pela paz” e “por um governo democrático e popular”.<sup>599</sup> Mas, apesar do clamor grevista da AGT e de *O Momento*, no final de 1950 a imprensa comunista não noticiou nenhuma greve na Bahia motivada por essa reivindicação, talvez por efeito da onda repressiva que se abateu sobre o movimento sindical nos anos anteriores e igualmente pelo declínio da influência comunista entre os trabalhadores.<sup>600</sup>

Antes de representar uma bandeira pecebista, a reivindicação pelo abono de natal situava-se no campo das experiências de lutas dos trabalhadores pela afirmação jurídica de direitos consagrados no costume, que não foram regulamentados na CLT e continuavam sendo tratados como uma liberalidade, pelos empregadores. A partir dessas reivindicações, em 1962 foi instituída a gratificação natalina ou décimo terceiro salário, durante o governo

<sup>598</sup> “Conquistaram o abono”. *O Momento*, Salvador, 25 dez. 1949, p. 1; “Importantes vitórias”. Idem, 27 dez. 1949, p. 1; “Aprovado o abono na Câmara Municipal”. Idem, 23 dez. 1949, pp. 1, 8; “O prefeito vetaria o abono!”. Idem, 25 dez. 1949, p. 1; “Derrubou o projeto de abono!”. Idem, 31 dez. 1949, p. 1; “O veto do prefeito”. Idem, 1 jan. 1950, p. 3; “Traição Completa”. Idem, 2 fev. 1950, p. 1.

<sup>599</sup> “Pela conquista do Abono de Natal”. *O Momento*, Salvador, 28 jan. 1950, pp. 1, 6.

<sup>600</sup> “Abono de Natal para os funcionários municipais”. Idem, 4 nov. 1950, p. 2; “Protesto vigoroso contra a redução dos salários e luta pelo Abono de Natal”. Idem, 4 nov. 1950, p. 2; “O abono só virá com lutas”. Idem, 12 nov. 1950, p. 1; “Os ferroviários de Nazaré intensificam a luta pelo abono”. Idem, 22 nov. 1950, p. 2; “Os transviários começam a assinar o memorial”. Idem, 23 nov. 1950, p. 1; “O pelego sabota a luta dos transviários”. Idem, 23 nov. 1950, p. 2; “Em todos os setores de trabalho recrudescer a luta pelo abono”. Idem, 2 dez. 1950, p. 2; “Entregue o memorial dos trabalhadores da Baiana”. Idem, 7 dez. 1950, pp. 2, 6; “Abono de Natal para os ferroviários”. Idem, 2 dez. 1950, p. 2; “Getúlio mandou sabotar o abono”. Idem, 15 dez. 1950, pp. 1, 6.

João Goulart. Após o golpe de 1964, esse direito foi regulamentado no governo Castelo Branco.<sup>601</sup>

Já no caso do descanso semanal remunerado, os empregados reivindicavam a efetivação de um direito constitucional que era protelado pelos empregadores a partir de uma ambiguidade jurídica. Inscrito no inciso VI do artigo 157 da *Constituição Federal* de 1946, no entendimento patronal, corroborado pelas decisões da Justiça do Trabalho, o direito carecia de regulamentação em lei ordinária para ser efetivado. Contudo, apoiados pelos comunistas, em diversos locais do Brasil, diferentes categorias profissionais encaminharam petições aos empregadores e/ou recorreram à Justiça do Trabalho pedindo o imediato cumprimento daquele dispositivo constitucional, com o argumento de que ele era “auto-aplicável”. Na Bahia, a luta pelo descanso remunerado também foi apoiada pela USTB e pelo jornal *O Momento*, conjuntamente com as campanhas contra a carestia, por aumento dos salários e pelo abono de natal.<sup>602</sup>

No final de 1946 e início de 1947, alguns segmentos do operariado baiano, a exemplo dos moageiros, portuários, alfaiates, transviários, marceneiros e tecelões, na capital, e dos ferroviários de Ilhéus também reivindicaram a efetivação daquele direito. A partir de 1947, essa reivindicação foi amparada em decisões preliminares de alguns Tribunais do Trabalho em outros estados, que deram ganho de causa aos trabalhadores. Contudo, além da resistência patronal, os empregados enfrentaram a oposição da DRT e a ambiguidade da Justiça do Trabalho na apreciação desse direito.<sup>603</sup>

Os casos dos transviários, dos marceneiros e dos tecelões, pelas similitudes apresentadas, ilustram bem essa questão. Inicialmente, essas categorias tentaram uma negociação direta com os empregadores, mas não obtiveram êxito. Em seguida, os sindicatos

---

<sup>601</sup> A gratificação natalina ou décimo terceiro salário foi legalmente instituída durante o governo de João Goulart, pela Lei nº 4.090, de 13 jul. 1962. Após o golpe civil-militar de 1964, esse direito foi regulamentado pela Lei nº 4.749, de 12 ago. 1965 e pelo Decreto 57.155, de 03 nov. 1965, no governo de Castelo Branco.

<sup>602</sup> BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 set. 1946. Rio de Janeiro, DF: Assembleia Nacional Constituinte, 1946. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm). Acesso em 7 ago. 2013. Ver também: “A grande tarefa da USTB é lutar pela melhoria das condições de vida do operariado”, op. cit.; “União Sindical dos Trabalhadores Baianos ao proletariado e ao povo baianos”, op. cit.; “Os diaristas em face da nova Constituição”. *O Momento*, Salvador, 23 out. 1946, p. 5; LUZ, João Martins. “A luta pelo descanso semanal remunerado”. Idem, 13 nov. 1946, s/p. No primeiro semestre de 1947, várias edições de *O Momento* denunciaram o aumento do custo de vida, a especulação e o câmbio negro. Uma das matérias, publicada no início de março foi intitulada “Lutam os trabalhadores contra a crise e a carestia”. Idem, 2 mar. 1947, p. 2.

<sup>603</sup> “Vitoriosa assembleia, ontem, dos portuários baianos”. *O Momento*, Salvador, s/d.; “Lutam os operários em torrefação e moagem de café pelo descanso remunerado”. Idem, 17 nov. 1946, p. 5; “Lutam os alfaiates pelo pagamento do repouso semanal”. Idem, 23 dez. 1947, p. 5; “O descanso semanal remunerado é um direito que nos assegura a Constituição”. Idem, 8 jan. 1947, p. 5; “A luta pelo descanso semanal remunerado é uma luta em defesa da Constituição”. Idem, 8 jan. 1947, p. 5; “Os ferroviários de Ilhéus lutam pelo respeito à Constituição”. Idem, 12 mar. 1947, p. 2; “Pelo respeito à Constituição de 1946”. Idem, 1 maio 1947, pp. 3, 4.

suscitaram dissídio coletivo pedindo a imediata aplicação do dispositivo constitucional que instituía o direito. Em geral, os advogados sindicais procuraram amparar a reivindicação em decisões de primeira instância dos Tribunais do Trabalho do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Nos três casos, a Justiça do Trabalho decidiu suspender o andamento do processo, acolhendo o argumento da defesa patronal que defendia a necessidade de regulamentação do direito em lei complementar.<sup>604</sup>

Entrementes, o projeto de regulamentação do descanso remunerado tramitava no Congresso Federal. Em agosto de 1947, um requerimento do deputado comunista Jorge Amado pedia urgência na aprovação. Em abril de 1948, a Comissão dos Presidentes de Sindicatos dos Trabalhadores na Bahia<sup>605</sup> requereu ao Presidente do Senado, Nereu Ramos, o encaminhamento da Lei Complementar, aprovada no Congresso, para a sanção do Presidente Dutra. Finalmente sancionada em janeiro de 1949<sup>606</sup>, a lei definia que, para fazer jus ao benefício, o empregado precisava manter 100% de assiduidade, ressaltando-se as situações previstas pela CLT. Além disso, funcionários públicos e empregados domésticos não foram beneficiados.<sup>607</sup>

Mesmo depois da regulamentação, o descanso semanal remunerado continuava sendo sonegado por alguns empregadores. Em maio de 1949, os operários da Construtora Osvaldo Martins, empresa contratada pelo Conselho Nacional do Petróleo, deflagraram greve reivindicando esse benefício. No segundo semestre daquele ano e início de 1950, algumas categorias, a exemplo dos estivadores da capital e dos sapateiros da cidade de Juazeiro, continuavam lutando pela efetivação do direito. No caso dos estivadores, a reivindicação era para que o descanso fosse calculado com base no total dos vencimentos, conforme determinava a lei, e não no valor do salário mínimo como procedia a firma empregadora.<sup>608</sup>

---

<sup>604</sup> “Solidarizam-se os trabalhadores da Circular com o seu líder João dos Passos”. *O Momento*, Salvador, 23 nov. 1946, p. 8; “Os marceneiros recorrerão à Justiça do Trabalho pelo respeito ao descanso semanal remunerado”. Idem, s/d.; “Protestam os marceneiros...”, op. cit.; “O recurso dos marceneiros pelo descanso semanal remunerado”. *O Momento*, 21 jan. 1947, p. 2; “Recorrem os tecelões à Justiça do Trabalho”. Idem, 21 dez. 1946, p. 5; “Decisão inconstitucional de uma Junta de Conciliação”. Idem, 10 jan. 1947, p. 5.

<sup>605</sup> Dirigida pelo trabalhista João da Silva Rego Filho, a Comissão dos Presidentes de Sindicatos dos Trabalhadores dizia representar todos os sindicatos e o Círculo Operário da Bahia.

<sup>606</sup> BRASIL. Lei nº 605, 5 jan. 1949. Presidência da República. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109659/lei-do-reposo-semanal-remunerado-lei-605-49>. Acesso em 3 maio 2014.

<sup>607</sup> “O descanso semanal remunerado”. *O Momento*, Salvador, 8 ago. 1947, p. 1; “Os tecelões estão passando fome”. Idem, 12 maio 1948, pp. 1, 5; “Repouso semanal remunerado”. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 jan. 1949, p. 8; “Instruções sobre o descanso semanal remunerado”. Idem, 23 jan. 1949, p. 8.

<sup>608</sup> “Continuam em greve os trabalhadores da empresa Osvaldo Martins”. *O Momento*, Salvador, 13 maio 1949, p. 5; “Continua a greve”. Idem, 14 maio 1949, p. 1; “Lutam os sapateiros de Juazeiro pelo pagamento do descanso semanal remunerado”. Idem, 14 set. 1949, p. 5; “Vitoriosa assembleia dos estivadores”. Idem, 17 set. 1949, pp. 1, 8; “Vitória dos estivadores na luta pelo pagamento do descanso semanal”. Idem, s/d.; “Os estivadores dispostos a dar um novo impulso à luta pelo repouso”. Idem, 5 jan. 1950, p. 5; “Recorreremos, em

A luta pelo descanso semanal remunerado evidencia a presença da lei não como instância consensual, mas como um terreno ambíguo, um espaço aberto ao conflito. Sem dúvida, a CLT e a Constituição de 1946 consolidaram importantes prerrogativas jurídicas em benefício dos trabalhadores, mas a presença dessas leis, por si só, não assegurava a efetivação dos direitos trabalhistas. Todavia, isso não significa que servissem apenas como instrumentos de tapeação e manipulação dos trabalhadores, como sentenciou certa vertente historiográfica.<sup>609</sup> Na prática, a presença dessa legislação e da Justiça do Trabalho abriram novas possibilidades na luta por direitos, contribuindo assim para a formação de uma cultura jurídica entre os trabalhadores e redimensionando (e não suprimindo) os conflitos de classe.

Em que pese o esforço mobilizado em torno dessas reivindicações, a partir de 1947 o movimento sindical teve uma atuação mais voltada para a efetivação, consolidação e resguardo de direitos legalmente adquiridos do que propriamente pela ampliação e conquista de novos direitos. Antes de tudo, essa postura decorreu das intervenções governamentais nas organizações sindicais, da repressão institucionalizada, da defasagem salarial, da ameaça do desemprego e do endurecimento da disciplina fabril, sobretudo com a imposição da cláusula de assiduidade instituída pela Justiça do Trabalho nas convenções coletivas e ratificada pela lei de regulamentação do descanso semanal remunerado.

#### 4.2 CONTRA A ASSIDUIDADE 100%: O CASO DOS EMPREGADOS DA CLC

No pós-guerra, as inquietações trabalhistas, sobretudo motivadas pela reivindicação de aumento salarial, levaram os empregadores, a imprensa, autoridades governamentais, policiais e organismos trabalhistas (DRT e Justiça do Trabalho) a colocarem na ordem do dia as questões da disciplina, da assiduidade e da produtividade no trabalho. Em meados de 1946, o magistrado da superior instância da Justiça do Trabalho, Oséias Mota, e a grande imprensa já preconizavam a subordinação dos aumentos de salários à assiduidade e produtividade do

---

recurso extremo, à nossa arma, dura e poderosa: a organização e a greve”. Idem, 15 jan. 1950, p. 7; “Os estivadores estão dispostos a derrotar a chicana das entidades”. Idem, 17 jan. 1950, pp. 2, 5; “Os estivadores reforçam a luta pelo repouso”. Idem, 20 jan. 1950, p. 5; “A luta dos estivadores pelo repouso vai tomar novo rumo”. Idem, 7 fev. 1950, p. 5; “Vigorosas lutas na estiva pelo descanso semanal na base justa”. Idem, 28 out. 1950, p. 2.

<sup>609</sup> Refiro-me aos estudos amparados na tese do populismo. Para uma abordagem crítica dessa tradição historiográfica, ver: FORTES; NEGRO, “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”, op. cit.; GOMES, “O populismo e as Ciências Sociais no Brasil”, op. cit.; SILVA; COSTA, “Trabalhadores urbanos e populismo”, op. cit.; FERREIRA, “O nome e a coisa”, op. cit.



empregado. Em maio, um decreto governamental condicionava a melhoria dos salários dos mineiros de carvão à frequência mínima de 85% pelos empregados.<sup>610</sup>

A partir de 1947, a Justiça do Trabalho passou a inserir a cláusula de assiduidade nas convenções coletivas relativas a aumento de salários. Em janeiro de 1949, como vimos, a lei que regulamentou o descanso semanal remunerado condicionou esse direito à assiduidade integral pelo empregado. Desde então, segundo *O Momento*, essa prerrogativa jurídica foi utilizada por alguns empregadores para restringir o acesso dos trabalhadores a esses direitos, promover retaliações contra empregados que tomavam a frente nas ações reivindicatórias (sobretudo nas greves e reclamações trabalhistas) ou com o propósito de reduzir os salários.<sup>611</sup> O caso dos empregados da Companhia Linha Circular (CLC) pode ser tomado como exemplar para uma abordagem dessa questão.

Em setembro de 1947, o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos de Salvador (STCUS) e a CLC firmaram uma convenção coletiva de trabalho que estabelecia um aumento de 15% nos salários e o pagamento do descanso semanal remunerado, condicionados à assiduidade integral dos empregados e à majoração da tarifa da passagem. Sem demora, *O Momento* contestou a cláusula de assiduidade e denunciou a “manobra” da empresa para aumentar o preço das passagens. Na época, a folha comunista batia de frente com a CLC em represália a um inquérito administrativo movido contra o ativista João dos Passos, além de considerá-la uma personificação da exploração imperialista na Bahia (tal como a Light no Rio de Janeiro). Igualmente, o presidente do sindicato, Ederval Vieira era acusado de atuar contra os interesses da categoria.<sup>612</sup>

Como desdobramento do acordo, em janeiro de 1948 o prefeito de Salvador, Wanderlei Pinho, autorizou o aumento da passagem de bonde para que fosse efetivada a convenção coletiva de trabalho. Conforme ficou acertado, o aumento da tarifa não afetaria “as classes economicamente mais fracas” que residiam nos bairros mais distantes do centro nem incidiria sobre o passe escolar. Além disso, foram prometidas melhorias no serviço de

<sup>610</sup> “Aumento de salários condicionados à frequência e à produção”. *A Tarde*, Salvador, 18 maio 1946, p. 2.

<sup>611</sup> Cf. “A Fiais demitiu ilegalmente oito operários”. *O Momento*, Salvador, 24 jul. 1948, p. 1; “Fábrica da Boa Viagem, um campo de concentração”. Idem, 31 jul. 1948, pp. 1, 5; “Aumentam as perseguições nos Fiais”. Idem, 5 ago. 1948, p. 2; “Aumenta a perseguição da CLC aos seus operários”. Idem, s/d.; “Oprimidos e perseguidos os operários da usina São Carlos”. Idem, 13 jun. 1948, p. 5; “Aumentam as perseguições na Souza Cruz”. Idem, s/d.; “Pela anulação da suspensão dos trabalhadores da Souza Cruz”. Idem, s/d.

<sup>612</sup> “Fome e assiduidade 100%, é o que a CLC impõe aos trabalhadores”. *O Momento*, Salvador, 4 jul. 1948, pp. 1, 5; “Os trabalhadores da Circular não se deixarão enganar”. Idem, 5 ago. 1947, p. 2; “Os operários da Circular realizaram a assembleia no meio da rua”, op. cit.; “Lutam os trabalhadores da CLC pela convocação da Assembleia”, op. cit.; “Serão debatidas em assembleia geral as reivindicações dos trabalhadores da CLC”, op. cit.; “Prossegue o Inquérito”, op. cit.; BAHIA. Justiça do Trabalho, processo MTRT 318. Memorial do TRT5.

transporte e extensão do passe livre ao turno noturno. Entrementes, um grupo de ativistas entre os empregados procurou mobilizar a categoria contra a assiduidade integral.<sup>613</sup>

No decurso de 1948, *O Momento* e a AGT mobilizaram intensa campanha “contra a assiduidade 100%”, acusando os empregadores de lançar mão dessa prerrogativa para perseguir empregados indesejados e para sonegar o aumento do salário e o pagamento do descanso semanal remunerado. De acordo com a folha comunista, em maio, quarenta empregados moviam reclamações trabalhistas contra a CLC motivadas por esta questão. Em junho, segundo a mesma fonte, centenas de empregados voltaram a ser punidos com suspensões e descontos nos salários. Na época, o STCUS suscitou dissídio na Justiça do Trabalho pedindo a anulação das punições, mas sem questionar a cláusula da assiduidade.<sup>614</sup>

*Pari passu* com a ação do sindicato, empregados da Linha Circular e da Energia Elétrica constituíram uma comissão central<sup>615</sup> e subcomissões por setores de trabalho e direcionaram um memorial à direção da empresa pleiteando a revisão da convenção coletiva, aumento de salários e outras reivindicações sentidas, como passe livre nos bondes, reajustamento das classificações (promoção de categorias), fardamento e refeitórios. Procurando forjar uma tradição de lutas, integrantes da comissão e o jornal comunista rememoraram os movimentos grevistas de 1924, 1935 e 1945 da categoria.<sup>616</sup>

No início de setembro, um grupo de fiscais de bondes tentou deflagrar greve, com o pretexto de que a empresa havia infringido uma cláusula da convenção coletiva de trabalho que determinava o pagamento dos salários até o dia quatro quando o quinto dia do mês caísse em domingo ou feriado. Conforme se noticiou na imprensa, a ação foi organizada por “alguns agitadores” entre os empregados da CLC com o apoio do vereador comunista Florisvaldo Viana. A tentativa de greve foi logo sufocada, por falta de adesão, pelas intervenções em contrário do presidente do sindicato e da DRT e pela ação repressiva da polícia. Enquanto vigorou, houve troca de hostilidades entre piquetes grevistas e empregados refratários à

<sup>613</sup> “Companhia Circular de Carris da Bahia. Aviso ao público”. *Diário de Notícias*, Salvador, 17 jan. 1948, s/p.; “Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos da Cidade do Salvador. Às Autoridades e ao povo”. *Ibidem*; “Agradecem a colaboração do Delegado do Trabalho os trabalhadores da Circular”. *Idem*, s/d.

<sup>614</sup> “Novas perseguições da Circular contra seus operários”. *O Momento*, Salvador, 17 abr. 1948, p. 5; “Toma vulto a luta contra a assiduidade de 100%”. *Idem*, 24 abr. 1948, p. 5; “Anular a Convenção é o que interessa aos trabalhadores da CLC”. *Idem*, 23 maio 1948, pp. 1, 5; “Centenas de operários da CLC lesados com a assiduidade de 100%”. *Idem*, 8 jun. 1948, p. 1; “A CLC suspende 200 operários em um só dia!”. *Idem*, 24 jun. 1948, p. 1; “Contra a assiduidade 100%”. *Idem*, 23 jul. 1948, pp. 1, 5; “Lutam contra a assiduidade integral”. *A Cidade*, 24 ago. 1949, s/p. Aperj, fundo DPS, D886, fl. 14.

<sup>615</sup> A comissão central foi composta pelos empregados: Hilário Rodrigues de Assis (fiscal 101); Vicente Bispo da Costa (motorneiro 419), da seção de Carris Urbanos; Pedro Alcântara Muniz e Brasilino, da Linha Férrea; José Duarte Dias, do Material Rodante; Horácio Couto, da Seção de Telefones.

<sup>616</sup> “A vitória será dos operários da CLC”. *O Momento*, Salvador, 2 set. 1948, p. 1; “Contra a assiduidade 100% e pelo aumento para os operários da CLC”. *Idem*, 3 set. 1948, p. 2; “No dia 9, a entrega do Memorial dos trabalhadores da Circular”. *Idem*, 4 set. 1948, pp. 1, 6.

paralisação. Para o motorneiro Vicente Bispo da Costa, integrante da comissão central, o malogro deveu-se à falta de preparação, pois antes não foi feito “um balanço das lutas anteriores”, de modo “a tomar-lhes as experiências para aplicá-las”.<sup>617</sup>

A repressão policial e as represálias da empresa contra os “cabeças” da paralisação tiveram caráter exemplar. Segundo *O Momento*, os barracões da CLC foram ocupados pela polícia. Os supostos “incitadores” foram presos e submetidos a inquérito policial na Delegacia Auxiliar. Dezenove fiscais foram sumariamente demitidos e outros, onze, que possuíam estabilidade, submetidos a inquérito administrativo na Justiça do Trabalho. Os grevistas chegaram a pedir a interferência do Governador contra as punições, mas não houve clemência da empresa.<sup>618</sup>

Mais do que simples retaliação contra os grevistas, as medidas repressivas pretendiam intimidar uma mobilização convocada pela comissão central para 9 de setembro, quando seria entregue à direção da empresa um memorial de reivindicações. Aliada a isso, procuravam desmobilizar a atuação de uma célula pecebista liderada por Florisvaldo Viana e outros empregados da empresa, em continuidade ao expurgo iniciado com a demissão do líder sindical João dos Passos, submetido a inquérito administrativo no final de 1946, quando concorria a deputado estadual pelo PCB.<sup>619</sup> Esses acontecimentos eram amplamente explorados pelo jornal comunista para reforçar as acusações à CLC (de exploração imperialista), à junta governativa do sindicato (de pelegos), à DRT e à Justiça do Trabalho (de servirem aos patrões) e aos governos Dutra e “Mangabeira – Juraci” (de traição aos trabalhadores e servirem aos interesses imperialistas).<sup>620</sup>

Em 9 de setembro, uma aglomeração de empregados se reuniu em frente ao escritório central da empresa, na Praça da Sé, para a entrega do memorial e em solidariedade aos colegas presos e demitidos, demandando a revogação das medidas ‘disciplinares’ contra os grevistas. Guarnecida por agentes do DOPS e soldados da polícia militar, a direção da empresa não recebeu o memorial e só admitiu discutir as reivindicações através dos

<sup>617</sup> “Fracassou a greve dos fiscais de bondes”. *Diário de Notícias*, Salvador, 5 set. 1948, p. 3; “Greve dos fiscais da Circular”. *O Momento*, Salvador, 5 set. 1948, pp. 1, 6.

<sup>618</sup> “A CLC espalha o terror sobre os trabalhadores”. *O Momento*, 7 set. 1948, p. 1; “Com o regime da assiduidade 100%, a Circular mantém seus trabalhadores sob injustiças e arbitrariedades”. *Idem*, 10 set. 1948, pp. 2, 4.

<sup>619</sup> BAHIA. Justiça do Trabalho, processo MTRT 318. Memorial do TRT 5. Ver também: NEGRO; SOUZA, “Que ‘fosse procurar os seus direitos’...”, *op. cit.*

<sup>620</sup> “Desmascara-se o sr. Mangabeira diante dos trabalhadores da Circular”. *O Momento*, Salvador, 9 jan. 1948, p. 3; “Justiça do Trabalho a serviço da CLC”. *Idem*, 22 ago. 1948, p. 1; “A Justiça do trabalho de mãos dadas com a CLC”. *Idem*, 27 ago. 1948, p. 1; “Não foi surpresa para os operários da Circular”. *Idem*, 1 set. 1948, p. 2; “A Circular se une ao governo para esfomear os trabalhadores”. *Idem*, 30 out. 1948, s/p.; “Querem roubar o sindicato dos trabalhadores”, *op. cit.*

sindicatos. Fracassada a tentativa de negociação direta, a comissão envidou esforços pela convocação de uma assembleia geral para encaminhamento das reivindicações pela via jurídica. Com este fim, foram encaminhadas listas de assinaturas aos presidentes dos Sindicatos dos Empregados em Carris Urbanos, Ederval Vieira, e dos Telefônicos, Amaro Dias.<sup>621</sup>

De acordo com *O Momento*, além de procrastinar a realização da assembleia, os interventores trataram de eliminar dos respectivos quadros sindicais as principais lideranças identificadas ou supostamente identificadas com o comunismo. Por iniciativa de Ederval, foram expulsos do Sindicato dos Transviários os ativistas Florisvaldo Viana e Hilário Rodrigues de Assis. Pelo mesmo motivo, Horácio Ferreira Couto, outro membro da comissão central, foi banido do Sindicato dos Telefônicos. O expurgo dessas lideranças também se processava em outros sindicatos, a exemplo do ativista João Cardoso banido pela junta governativa do Sindicato dos Estivadores, em novembro de 1948. Geralmente, esses ativistas ficavam “marcados” e dificilmente conseguiam colocação em um novo emprego. Alguns, como o próprio João Cardoso, João dos Passos e Florisvaldo Viana, mantiveram-se na militância, atuando em associações ilegais, como a AGT e outras associações por categoria profissionais, ao mesmo tempo procurando organizar uma oposição para retomar os sindicatos com a volta das eleições sindicais.<sup>622</sup>

Em meados de outubro, o TRT julgou o dissídio movido pelo Sindicato dos Transviários, decidindo que a falta ao trabalho por suspensão imposta pela empresa ou por motivo de saúde não implicaria em perda da assiduidade para efeito de descontos salariais ou restrição do direito ao aumento dos salários. Entretanto, aqueles que chegassem atrasados ou faltassem ao trabalho, por qualquer outro motivo, arcariam com as consequências legais.

---

<sup>621</sup> “Entrega do Memorial dos operários da CLC hoje, às 17 horas”. *O Momento*, Salvador, 9 set. 1948, p. 1; “Os americanos da Circular recusaram o Memorial dos operários”. Idem, 10 set. 1948, pp. 1, 6; “Mais de 800 trabalhadores da Circular exigem aumento de salários e abolição da assiduidade 100%”. Idem, 11 set. 1948, p. 2; “Manifesto aos trabalhadores da CLC”. Idem, 16 set. 1948, pp. 1, 6; “Assembleia do sindicato no dia 11”. Idem, 1 out. 1948, pp. 1, 5; “No dia 11, todos os transviários ao sindicato”. Idem, 3 out. 1948, s/p.; “A Circular desespera”. Idem, 6/10/1948, pp. 1, 6; “Os transviários preparam a entrega do Memorial”, op. cit.; “Fugiram os gringos da Circular”, op. cit.

<sup>622</sup> “Tentativa de isolar os operários dos seus verdadeiros dirigentes”. *O Momento*, Salvador, 2 out. 1948, p. 2; “Investem os pelegos contra os líderes estivadores”. Idem, 27 nov. 1948, pp. 1, 5; “Tremem os pelegos ante a vontade de luta dos operários”. Idem, 30 nov. 1948, pp. 1, 6; “Os estivadores reforçam a luta pela reintegração de João Cardoso”. Idem, 24 dez. 1948, p. 2; “Voltaram ao trabalho os grevistas”. *A Tarde*, Salvador, 12 out. 1948, p. 2; “Os sindicatos repelem a infiltração comunista”. Idem, 22 out. 1948, p. 2. Ver também: entrevistas de João Cardoso de Souza, João Ribeiro dos Passos e Juvenal Souto Júnior, op. cit.

Apesar de exaltarem a decisão como uma vitória dos trabalhadores, a comissão central e *O Momento* mantiveram a mobilização pela supressão definitiva da cláusula de assiduidade.<sup>623</sup>

Em 15 de dezembro, verificou-se nova tentativa de paralisação nos serviços de transporte e energia elétrica. Além das reivindicações por aumento de salários e pela revogação da assiduidade integral, os grevistas pleiteavam o pagamento do abono de natal.<sup>624</sup> Numa ação planejada, por volta das três horas da madrugada um piquete impediu a circulação do bonde que recolhia os empregados para o trabalho e confiscou as chaves de reversão dos outros veículos que se encontravam nos barracões da empresa. Simultaneamente, na cidade de Candeias um grupo de eletricitários tentou desligar a linha de transmissão de energia elétrica que alimentava a cidade de Salvador. Todavia, a ação foi abortada graças à denúncia do vigilante aos superiores na capital. Além disso, o movimento não obteve a adesão esperada. Prontamente, a direção da CLC acionou a DRT e a Secretaria de Segurança Pública que promoveram a ocupação dos barracões e providenciaram a “ligação direta” nos veículos e escolta policial para garantir a circulação. Por volta das sete horas, a greve havia sido sufocada, os bondes voltaram a trafegar e foram restabelecidos os serviços de elevadores e dos “elétricos” na Cidade Baixa.<sup>625</sup>

Apontados como os “cabeças” do movimento, os condutores Américo Leite de Araújo, Isaias Santos e Manoel Santos Oliveira; o motorneiro Vicente Bispo da Costa; o fiscal Davino Ribeiro Silva; o mecânico José Duarte Dias (o “Setenta”) e o empregado na distribuição de energia, Edgard Alves da Silva, foram detidos pela polícia e indiciados com base no Código de Processo Penal, sob a acusação de prática dos crimes de roubo, extorsão e subversão da ordem pública. Para o então Delegado Auxiliar, Barachisio Lisboa, não se tratava de apurar a responsabilidade de operários grevistas, visto que o movimento não obteve o apoio da maioria dos empregados, nem se justificava, pois o abono seria uma “concessão”, um “favor” que dependia exclusivamente da vontade do patrão. Antecipando-se ao resultado do inquérito, o

---

<sup>623</sup> “Os sindicatos da Bahia. Dissídio coletivo”. *A Tarde*, Salvador, 14 out. 1948, p. 3; “Manifesto aos operários da CLC”. *O Momento*, Salvador, 13 out. 1948, p. 1; “Uma vitória dos operários da CLC”. Idem, 15 out. 1948, pp. 1, 7. “O que nos interessa é derrubar, de vez, a assiduidade 100%”. Idem, 17 out. 1948; “Os transviários preparam-se para a assembleia de amanhã”. Idem, 21 out. 1948, pp. 1, 6; “Os operários da Circular estarão presentes à assembleia de hoje”. Idem, 22 out. 1948, p. 2; “Apesar dos pelegos, a luta dos operários da CLC continua”. Idem, 26 out. 1948, p. 2; “O caminho da luta pela vitória do memorial”. Idem, 4 nov. 1948, pp. 2, 5.

<sup>624</sup> “Querem abono de Natal os trabalhadores da Circular”. *O Momento*, Salvador, 25 nov. 1948, pp. 1, 5; “Teremos o abono e o aumento”. Idem, 2 dez. 1948, pp. 2, 5; “Os trabalhadores das oficinas da Graça reforçam a luta dos operários da CLC”. Idem, 10 dez. 1948, p. 2; “Aumento de salários, abono, revogação da assiduidade, chapa para os transportes e classificação”. Idem, 12 dez. 1948, p. 2.

<sup>625</sup> “Manobra subversiva. Fracassou a greve insulada pelos comunistas”. *Diário de Notícias*, Salvador, 15 dez. 1948, pp. 2, 3.

Secretário de Segurança, Antônio Oliveira Brito, apressou-se em identificar os grevistas com o PCB para concluir que “a greve não passou de agitação comunista”.<sup>626</sup>

Vicente Bispo era conhecido “elemento grevista” entre os empregados da Companhia; José Duarte Dias, o “Setenta”, e outro membro da comissão central, Hilário Rodrigues de Assis, eram fichados como comunistas nos arquivos do Dops. Sobre os outros empregados apontados como líderes do movimento não se encontrou nenhuma referência à filiação política ou ideológica. Segundo *O Momento*, nos dias que se seguiram ao movimento, a polícia continuou presente nos locais de trabalho. No bairro Engenho Velho, a casa de “Setenta” foi invadida e depois mantida sob vigilância policial com o intuito de prendê-lo, conforme declaração de sua esposa.<sup>627</sup>

Com base na versão policial, os jornais *A Tarde*, *Diário de Notícias* e *Estado da Bahia* qualificaram o movimento como “subversivo”, insuflado por “agitadores comunistas”. Em contrapartida, *O Momento* e integrantes da comissão central acusaram a “imprensa sadia”, a polícia, a DRT e os interventores dos sindicatos de procurarem incriminar os empregados com “acusações infundadas”. Na véspera do Natal, a comissão central lançou um manifesto contestando a versão oficial e conclamando o apoio do “povo baiano”, principalmente dos empregados da CLC às reivindicações pelo abono de natal, por aumento de salários e pela libertação dos grevistas. Uma “comissão de senhoras”, constituída pelas esposas, mães e irmãs dos trabalhadores presos, foi ao Palácio da Aclamação protestar junto ao governador contra a “arbitrária prisão”.<sup>628</sup>

Depois do Natal, em 28 de dezembro, Manoel dos Santos, Isaías Santos, Davino Ribeiro da Silva e Vicente Costa foram libertados através de *habeas corpus* concedido pelo juiz da 2ª Vara Crime de Salvador. Os outros três empregados tiveram a prisão preventiva decretada, sob a acusação de serem os “cabeças” da greve. Nos dias seguintes, a polícia promoveu novas prisões de empregados que tomaram parte no movimento. Em 29 de dezembro, Horácio Couto, empregado da Companhia Telefônica, foi detido no escritório da

<sup>626</sup> “Agem os comunistas”, op. cit.; “O dedo de Moscou...”, op. cit.

<sup>627</sup> “Comitê Estadual, Comitês Populares e principais militantes do Partido Comunista na Bahia”. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, fls. 361 e 363; “Desaforo dos gringos da Circular”. *O Momento*, Salvador, 15 dez. 1948, pp. 1, 6; “Os operários responderam à Circular com a greve”. Idem, 16 dez. 1948, pp. 1, 4; “Firme a luta dos trabalhadores da Circular”. Idem, 17 dez. 1948, pp. 1, 6; “Os gringos coagem os trabalhadores da Circular”. Idem, 23 dez. 1948, p. 1; “Protesto do vereador Florisvaldo Viana”. Idem, 24 dez. 1948, p. 1, 6.

<sup>628</sup> “Solidariedade aos operários, vítimas da brutalidade policial”. *O Momento*, Salvador, 18 dez. 1948, pp. 1, 6; “Intensificar a solidariedade aos operários da Circular”. Idem, 19 dez. 1948, pp. 1, 6; “Não se deixavam abater pela violência os trabalhadores da Circular”. Ibidem, pp. 1, 6; “Criminosos são os que matam os trabalhadores de fome”. Ibidem, pp. 1, 5, 6; “Meu marido luta por uma causa justa”. Idem, 22 dez. 1948, pp. 1, 6; “Estamos certos de que o povo baiano jamais ficará com os gringos ianques”. Idem, 24 dez. 1948, pp. 1, 5; “Aos companheiros da CLC”. Ibidem; “Os trabalhadores da CLC continuam sob coação”. Ibidem; “Solidariedade aos trabalhadores da CLC presos da detenção”. Idem, 28 dez. 1948, p. 1.

empresa e conduzido à delegacia de polícia para “prestar esclarecimentos”. Em 5 de janeiro de 1949, os fiscais Hilário Rodrigues de Assis e Bráulio Reis também foram presos, na Praça da Sé. Estes empregados, segundo *O Momento*, integravam uma lista enviada à polícia pela direção da CLC indicando os “cabeças” da greve. Edgar Alves da Silva, Américo Leite e “Setenta” só foram soltos, por decisão judicial, após dois meses na prisão.<sup>629</sup>

Aliada à repressão policial, a direção da Circular instaurou inquérito administrativo na Justiça do Trabalho contra os “agitadores” da greve. Em 18 de abril, o TRT autorizou a demissão do empregado Américo Leite, por justa causa, sem direito à indenização. Entrementes, *O Momento* denunciava a suspensão de dezenas de empregados sob a acusação de indisciplina e sabotagem contra a empresa.<sup>630</sup> Configurava-se, assim, uma aliança entre os empregadores, a polícia, a DRT, os interventores nos sindicatos e a Justiça do Trabalho em defesa da disciplina e da assiduidade no trabalho.

Em setembro de 1949, a comissão central e as subcomissões de empregados propuseram uma nova Convenção Coletiva de Trabalho que tinha como foco o aumento de salários e a supressão da cláusula assiduidade além de outros pontos do memorial rejeitado pela Circular.<sup>631</sup> Em assembleia tumultuada, a direção do sindicato conseguiu aprovar uma contraproposta da empresa que isentava apenas as faltas motivadas por doença ou suspensões (conforme a jurisprudência firmada pela Justiça do Trabalho) e condicionava o aumento dos salários à majoração das tarifas de transporte e serviços. Contestada pela comissão central e pelo jornal comunista, a contraproposta foi ratificada em nova assembleia, ocorrida em fevereiro de 1950. Vencidos, os comunistas acusaram a direção do sindicato e a DRT de defenderem os interesses patronais e aplicarem um “golpe traiçoeiro” contra os trabalhadores.<sup>632</sup>

<sup>629</sup> “A Circular condenou o trabalhador Américo Leite”. *O Momento*, Salvador, 19 abr. 1949, p. 2; “Preso o operário dentro do escritório da Circular”. Idem, 30 dez. 1948, pp. 1, 6; “Cínica ousadia da Circular”. Idem, 6 jan. 1949, p. 1; “Foram libertados”. Idem, 29 dez. 1948, pp. 1, 6; “A Justiça capitulou diante da Circular”. Idem, 31 dez. 1948, p. 1; “Libertados os presos da Circular”. Idem, 15 fev. 1949, p. 1; “Entusiasmo entre os trabalhadores da Circular pela libertação de Edgar e Américo”. Idem, 16 fev. 1949, p. 2; “Libertado ‘Setenta’”. Idem, 23 fev. 1949, p. 1.

<sup>630</sup> “A Circular condenou o trabalhador Américo Leite”. *O Momento*, Salvador, 19 abr. 1949, p. 2; “A Circular suspende operários em massa”. Idem, 12 fev. 1949, p. 1; “Estúpidas perseguições da CLC aos trabalhadores”. Idem, 9 jun. 1949, p. 5; “Mais de uma centena de operários despedidos pela CLC”. Idem, 12 maio 1950, p. 8.

<sup>631</sup> “Unem-se contra a exploração, os operários da CLC”. *O Momento*, Salvador, 28 maio 1949, p. 5; “Por uma nova convenção dos trabalhadores”. Idem, 23 jun. 1949, p. 5; “Reunião da assembleia do sindicato, exigem os trabalhadores da CLC”. Idem, 28 jun. 1948; “Os operários da CLC defenderão seu projeto de Convenção”. Idem, 1 jul. 1949; “Hoje a assembleia dos operários da CLC”. Idem, 20 jul. 1949, p. 5; “Negada a assembleia geral, exigida pelos operários da CLC”. Idem, 21 jul. 1949, p. 5.

<sup>632</sup> “Os trabalhadores da Circular comparecerão em massa à assembleia hoje”. *O Momento*, Salvador, 23 set. 1949, p. 5; “A polícia cerca os transviários”. Idem, 24 set. 1949, p. 8; “A Circular prepara o golpe”. Idem, 2 out. 1949, p. 3; “Edenval insiste em manter a assiduidade”. Idem, 5 out. 1949, p. 5; “Os operários não embarcarão na canoa furada da Circular”. Idem, 20 out. 1949, p. 5; “Os transviários exigem uma nova assembleia do sindicato”.

Em junho de 1950, houve um princípio de greve dos empregados da Telefônica, reivindicando um aumento de 50% autorizado pela Justiça do Trabalho e descumprido pela empresa. Na ocasião, o jornal *O Momento* e o vereador Almir Matos denunciaram que a CLC protelava o pagamento com o propósito de obter a aprovação do projeto do deputado Ruben Nogueira que instituiu o “telefone medido” (ou por chamada), o que na prática implicava a majoração da tarifa. Outra vez, sob o protesto dos comunistas, a proposta foi aprovada em assembleia sindical e na Câmara Municipal.<sup>633</sup>

No contexto desses movimentos reivindicatórios, por iniciativa dos comunistas, foi fundada a União dos Trabalhadores da Circular (UTC), uma espécie de sindicato paralelo. No decurso de 1950, a UTC – apoiada por *O Momento* – tentou reanimar a luta por aumento de salários, contra a assiduidade 100%, por liberdade sindical e melhores condições de trabalho, mas parece que não conseguiu empolgar os transviários. Essa aparente desmobilização pode estar relacionada à repressão patronal, policial e jurídica que se abateu sobre as principais lideranças das ações reivindicatórias e à provável retração da influência comunista entre os empregados.<sup>634</sup>

A questão da assiduidade é sintomática de uma conjuntura em que os tradicionais mecanismos disciplinares eram colocados à prova, seja pela presença da legislação trabalhista

Idem, 4 fev. 1950, p. 5; “Os transviários exigem que sejam abertas as portas do sindicato”. Idem, 15/2/1950, p. 5; “O pelego marcou uma assembleia para hoje”. Idem, 2 mar. 1950, p. 5; “Traídos pelos pelegos os trabalhadores da CLC”. Idem, 18 mar. 1950, p. 8; “Intensifica a luta contra a Convenção da Circular”. Idem, 12 abr. 1950, p. 5.  
<sup>633</sup> “Foram à greve os operários da Companhia Telefônica”. *O Momento*, Salvador, 2 jun. 1950, p. 5; “Que os trabalhadores continuem na luta”. Idem, 3 jun. 1950, pp. 1, 8; “Aprovado o golpe do telefone medido”. Idem, 14 jun. 1950, p. 8; “Termina amanhã o prazo dado pelos operários da Telefônica”. Idem, 14 jun. 1950, p. 5; “O pelego Amaro prepara uma traição aos operários da Telefônica”. Idem, 15 jun. 1950, pp. 1, 8; “Mais um golpe da Circular contra os trabalhadores”. Idem, 16 jun. 1950, p. 5; “A Circular quer reduzir o aumento a que tem direito os operários da Telefônica”. Idem, 16 jun. 1950, p. 8; “Miserável traição aos operários da Telefônica”. Idem, 20 jun. 1950, p. 1; “Amaro e os gringos continuam resistindo a pagar o aumento dos operários da Telefônica”. Idem, 24 jun. 1950, p. 5; “Miserável traição dos gringos”. Idem, 1 jul. 1950, p. 5; “Só a luta dos trabalhadores da Telefônica fará a Cia. pagar o aumento de salários”. Idem, 6 jul. 1950, p. 5; “Amaro está gozando a vida”. Idem, 11 jul. 1950, p. 5; “Começou o pagamento na Telefônica”. Idem, 14 jul. 1950, p. 5. Ver também: “A Câmara Municipal contra o golpe da Circular”. Idem, 17 maio 1949, pp. 1, 8.

<sup>634</sup> “Fundada a União dos Trabalhadores da Circular”. *O Momento*, Salvador, 17 maio 1950, p. 5; “Reuniu-se, domingo, a União dos Trabalhadores da Circular”. Idem, 18 maio 1950, p. 5; “Instala-se, hoje, a União dos Trabalhadores da CLC”. Idem, 21 maio 1950, p. 7; “Escolha dos delegados da Circular à Conferência Sindical Nacional”. Idem, 31 maio 1950, p. 5; “A União dos Trabalhadores da CLC dirige-se aos operários”. Idem, 2 jun. 1950, p. 5; “Instala-se domingo, a União dos Trabalhadores da Circular”. Idem, 8 jun. 1950, p. 5; “Instalada solenemente a União dos Trabalhadores da CLC”. Idem, 13 jun. 1950, p. 5; “Aumento de salários para os trabalhadores da Circular”. Idem, 20 jun. 1950, p. 5; “Palavra de ordem da União dos Trabalhadores da Circular”. Idem, 21 jun. 1950, p. 5; “Multas e assiduidade 100%”. Idem, 14 jul. 1950, p. 5; “Aprovado, em assembleia da União dos Transviários, o memorial de reivindicações”. Idem, 23 jul. 1950, p. 2; “No dia 23 a entrega do memorial dos trabalhadores da CLC”. Idem, 1 ago. 1950, p. 5; “Lutam por aumento de salários os trabalhadores da Circular”. Idem, 16 ago. 1950, p. 2; “Marcham os trabalhadores da CLC para a conquista do aumento de salários”. Idem, 19 ago. 1950, p. 5; “Luta contra a fome, a miséria e a exploração”. Idem, 22 ago. 1950, p. 5; “Não permitiremos, desta vez, que a companhia faça ouvidos moucos”. Idem, 24 ago. 1950, p. 8; “Exigir com energia a resposta do memorial”. Idem, 9 set. 1950, p. 5.



seja pelo acirramento das tensões entre patrões e empregados na conjuntura do pós-guerra. Nesse contexto, os empregadores, as autoridades (policiais, administrativas e jurídicas), os organismos trabalhistas (DRT e Justiça do Trabalho) e a direção dos sindicatos convergiam na defesa da assiduidade e da disciplina fabril. O caso dos empregados da CLC permite ainda lançar luz sobre a dinâmica da relação dos discursos e propostas político-partidários com a experiência sindical. A linha esquerdista preconizada pela cúpula pecebista a partir de janeiro de 1948 embora, em alguns casos particulares, tenha atizado as tensões trabalhistas e sindicais, com desdobramentos nos locais de trabalho, em geral não provocou um abandono dos sindicatos nem tampouco implicou uma renúncia dos trabalhadores à mediação das instituições e organismos legais. Em contrapartida, redimensionou as ambiguidades na relação do partido com a militância de base, com implicações no movimento sindical, como se verá nos casos tratados a seguir.

#### 4.3 A GREVE EM PROCESSO E O PROCESSO CONTRA A GREVE: O CASO DOS EMPREGADOS TÊXTEIS DE SALVADOR

“Nossa bandeira é esta: queremos o aumento! Por dentro ou por fora do Sindicato”.<sup>635</sup>

Após o insucesso da greve de janeiro de 1946 pelo abono de natal, os trabalhadores têxteis de Salvador envidaram esforços nas reivindicações por aumento de salários, pelo descanso semanal remunerado e por melhores condições de trabalho. Nesse sentido, encaminharam memoriais reivindicatórios aos empregadores e suscitaram dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Após a intervenção no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem da Cidade do Salvador (STIFTS), por influência dos comunistas, foi organizada a Comissão de Defesa Sindical dos Tecelões<sup>636</sup> para fazer oposição à junta governativa do sindicato, presidida por Dionísio Rodrigues de Menezes, e mobilizar a luta pelas reivindicações da categoria.

Em maio de 1948, os empregados de várias fábricas têxteis em Salvador iniciaram uma campanha salarial. Na Companhia Fabril dos Fiais (CFF), o sindicato firmou uma convenção coletiva com o empregador, que elevou o salário diário de doze para dezoito

<sup>635</sup> Trecho de “Tudo pelo aumento dos tecelões”, de autoria da tecelã Maria Isabel. *O Momento*, Salvador, 3 set. 1948, p. 1.

<sup>636</sup> Organizada, sob os auspícios dos comunistas, após a intervenção ministerialista nos sindicatos, a diretoria provisória da Comissão de Defesa Sindical dos Tecelões era composta por: Osório Ferreira dos Santos (presidente); Manoel Hilário (vice-presidente); Júlio Bispo Nunes (primeiro secretário); Manoel Vitor da Paixão (segundo secretário); João Melo (tesoureiro); Dermeval Araújo, Jaime Ferreira e Joel Gomes (Conselho Fiscal).

cruzeiros, o que corresponderia a uma majoração de 50% se não estivesse incluso um abono de Cr\$ 5,40 conquistado em 1946. Além disso, o direito ao aumento ficou condicionado à assiduidade do empregado. De imediato, os termos do acordo foram contestados por um grupo de empregados apoiado pelo jornal *O Momento* e pela AGT. Em seguida, empregados de outras fábricas têxteis se organizaram em comissões por empresas e subcomissões por setores de trabalho, constituindo uma comissão central para negociar diretamente com os patrões. Na Companhia Progresso e União Fabril da Bahia (CPUFB), os empregados da fábrica São Braz organizaram um memorial pleiteando um aumento de 60%. Conforme justificaram, preferiam tratar diretamente com o empregador, pois não confiavam na direção do seu sindicato.<sup>637</sup>

*Pari passu* com a movimentação dos trabalhadores, o Sindicato dos Tecelões e o sindicato patronal iniciaram a discussão de uma convenção coletiva de trabalho para os empregados da CPUFB e da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN). Em assembleia geral, ocorrida no final de julho, os empregados das duas companhias aprovaram uma proposta de reajuste variável entre 80% e 20% de acordo com quatro faixas salariais. Todavia, alegando dificuldades financeiras no setor industrial, o presidente do sindicato patronal, Augusto Viana Ribeiro dos Santos<sup>638</sup>, contrapropôs um reajuste máximo de 40%. Argumento contestado pela comissão central e pelo jornal comunista com dados do balanço financeiro das empresas relativo a 1947.<sup>639</sup>

No início de setembro, uma comissão de empregados da Fábrica São Braz dirigiu-se novamente aos patrões reivindicando o aumento. Em nova rodada de negociação, mediada pela DRT, o representante patronal refutou a apresentação de uma contraproposta antes da sua participação numa reunião dos representantes das indústrias têxteis, marcada para o final do mês, na cidade de São Paulo. Os empregados propuseram, então, a instalação de dissídio coletivo, mas foram convencidos pela direção do sindicato e pela DRT a aguardar o retorno do dirigente patronal. Enquanto isso, os mestres e contramestres, setores intermediários na

---

<sup>637</sup> “Traição do Sindicato dos Tecelões”. *O Momento*, Salvador, 25 maio 1948, pp. 1, 5; “Vergonhosa traição do Sindicato dos Tecelões”. Idem, 30 maio 1948, p. 1; “O pelego Dionizio trai novamente os tecelões”. Idem, 11 jun. 1948, p. 5; “Na fábrica Boa Viagem, a fome exige o aumento de salário”. Idem, 21 ago. 1948, p. 1; “Contra a miséria, lutam os tecelões da Boa Viagem por melhores salários”. Idem, 22 ago. 1948, pp. 2, 5; “Memorial aos Ilmos. Srs. Diretores da Companhia Progresso e União Fabril da Bahia”. Salvador, 6 jul. 1948. BAHIA. Justiça do Trabalho, processo JT 522. Memorial do TRT5

<sup>638</sup> O empresário Augusto Viana Ribeiro dos Santos, um dos principais acionistas da CEIN, também era presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) e do Serviço Social da Indústria (SESI). O mesmo era acusado pelo jornal comunista de ter se tornado “por obra e graça de um casamento”.

<sup>639</sup> “Os tecelões discutirão, domingo, a convenção coletiva”. *O Momento*, Salvador, 22 jul. 1948, pp. 1, 5; “Os tecelões da fábrica Conceição lutarão por seus verdadeiros interesses”. Idem, 4 ago. 1948, pp. 2, 5; “Através do Sindicato e da Delegacia, os patrões procuram iludir os tecelões”. Idem, 19 ago. 1948, p. 1.

hierarquia funcional, encaminharam um abaixo-assinado à direção da fábrica contestando a legitimidade da comissão central e apoiando o encaminhamento da negociação pelo sindicato.<sup>640</sup>

Em 20 de setembro, os empregados da São Braz paralisaram temporariamente a produção e concentraram-se em frente ao escritório da empresa para a entrega de um memorial reivindicando a tabela salarial aprovada no sindicato. Redigida à letra de forma, a petição afirmava que os empregados estavam “cansados de esperar” pelo sindicato, pela DRT e pela Justiça do Trabalho, por isso dirigiam-se diretamente aos empregadores. Com mais de seiscentas assinaturas, segundo *O Momento*, o documento argumentava que as fábricas se encontravam em “ótima situação financeira”, conforme atestavam os balanços de 1947, justificando assim a luta dos empregados pelo aumento de salários. O diretor Henrique Carvalho prometeu analisar as reivindicações e dar um retorno no sábado, dia 25.<sup>641</sup>

Contudo, na sexta-feira pela manhã os integrantes da comissão central e outros dois empregados da São Braz foram intimados pela polícia, para prestarem esclarecimento sobre uma suposta “conspiração grevista”. O fato motivou uma nova paralisação naquela fábrica.<sup>642</sup> À tarde, quando retornaram a Plataforma, os empregados Francisco Melo, Armando Costa Santos, Marcelino Silva Souza, Francisco Nogueira Santos, Vivaldo Santos, Francisco Melo, Osório Ferreira, Jaime Santos, Luciano Valentim e Milton Santiago foram recepcionados entusiasticamente pelos colegas. Em frente aos portões da fábrica, foi improvisado um comício com a participação do vereador comunista Florisvaldo Viana.<sup>643</sup>

No sábado, pela manhã, os empregados Faustino de Carvalho, Osmario Silva e Cassiano Evangelista de Jesus também foram intimados pela polícia, motivando uma nova paralisação. As medidas repressivas e a morosidade patronal na apresentação de uma contraproposta precipitaram a deflagração grevista. Antes do meio-dia, uma assembleia improvisada defronte à fábrica decidiu pela manutenção da paralisação por tempo

<sup>640</sup> “Conspiração contra o aumento dos tecelões”. *O Momento*, Salvador, 2 set. 1948, pp. 1, 5; “Rechaçada pelos tecelões a proposta patronal”. Idem, 3 set. 1948, p. 1; “Gato escondido com o rabo de fora”. Idem, 10 set. 1948, pp. 1, 6; “Aliança dos patrões, Delegacia do Trabalho e pelegos contra a luta dos têxteis”. Idem, 14 set. 1948, p. 2. Ver também: “Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem da Cidade do Salvador”. Salvador, 2 set. 1948; “Memorial aos Ilmos. Srs. Diretores da Fábrica São Braz”. Salvador, 7/9/1948; “Abaixo-assinado dos contramestres da fábrica São Braz”. Salvador, 11 set. 1948. Autos do processo JT 522/48, op. cit.

<sup>641</sup> “Aumento para os tecelões da São Braz”. *O Momento*, Salvador, 19 set. 1948, pp. 1, 6; “1.200 trabalhadores paralisaram o trabalho na São Braz”. Idem, 21 set. 1948, p. 1; “Os tecelões estão dispostos a fazer valer suas reivindicações”. Ibidem, p. 2; “Estamos confiantes em nossa luta”. Idem, 22 set. 1948, pp. 1, 5; “Sábado, a resposta dos patrões da São Braz”. Idem, 23 set. 1948, pp. 1, 6; “Confiamos em nós mesmos”. Idem, 24 set. 1948, pp. 1, 6. Ver também: Petição anexa ao processo JT 522/48, op. cit.

<sup>642</sup> O suplente de vereador Aloisio Aguiar era serventuário da Justiça e poeta.

<sup>643</sup> “Os operários da São Braz responderam à polícia com a greve”. *O Momento*, Salvador, 25 set. 1948, pp. 1, 6.

indeterminado. Simultaneamente, os empregados da fábrica São João suspenderam temporariamente as atividades para a entrega do memorial à direção daquela empresa.<sup>644</sup>

No início da greve, os empregados da São Braz entravam na fábrica, dirigiam-se aos locais de trabalho, mas não davam produção. Em seguida, a direção mandou afixar nos portões e fez circular na imprensa um “Aviso”, considerando a greve ilegal, ameaçando punir severamente quem não voltasse imediatamente ao trabalho e afirmando que só trataria com os empregados através do sindicato, com a intermediação da DRT. Os portões foram lacrados, ficando permitida apenas a entrada dos empregados que assinassem uma lista desistindo da greve. Fracassada essa tentativa, foi desligada a força elétrica e convocada a polícia para evitar os piquetes e manter a ordem no local.<sup>645</sup>

No terceiro e no quarto dias de greve, os empregados das fábricas São João, Paraguaçu e Conceição aderiram à paralisação, elevando para mais de três mil o número de grevistas. Sob o lema “a luta dos tecelões é de todos os trabalhadores”, a AGT e *O Momento* promoveram uma campanha de solidariedade, com a arrecadação de ajuda financeira, donativos em gêneros de subsistência e a divulgação de manifestações públicas de apoio ao movimento. Por motivos óbvios, o exemplo da greve de 37 dias dos mineiros da Lafaiete, em Minas Gerais, que terminou vitoriosa graças à solidariedade dos trabalhadores de diversos setores e à participação decisiva das mulheres, era exaltado pela folha comunista.<sup>646</sup>

Em 30 de setembro, *A Tarde* avaliou que, ao invés de arrefecer, a greve tomava vulto. Um dia antes, cerca de 2.000 tecelões desfilarão pelas ruas da Cidade Baixa até a sede da DRT, para participar de uma assembleia convocada por Hugo de Faria. Tentando debelar o movimento, o titular da DRT advertiu que a greve era ilegal, que os grevistas corriam o risco de perder o emprego e que o aumento dos salários implicaria majoração dos preços em geral, prejudicando os próprios trabalhadores. Nesses termos, recomendou o retorno imediato ao trabalho e o suscitamento de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho para a solução da questão. De acordo com o articulista de *A Tarde*, os grevistas pareciam fazer ouvidos moucos

<sup>644</sup> “Não cederão os trabalhadores da fábrica São Braz”. Idem, 26 set. 1948, pp. 1, 6; “Os tecelões da São João entregarão amanhã o memorial de aumento de salários”. Ibidem, p. 1.

<sup>645</sup> “Aviso importante”. *A Tarde*, Salvador, 27 set. 1948, s/p.; *Diário de Notícias*, Salvador, 27 set. 1948, s/p. Anexos do processo JT 522/48, op. cit.

<sup>646</sup> “Que seja prestado todo apoio aos heroicos tecelões em greve”. *O Momento*, Salvador, 1 out. 1948, pp. 1, 6; “Quem está em luta é o proletariado baiano”. Idem, 2 out. 1948, p. 2; “A luta dos tecelões é de todos os trabalhadores”. Idem, 3 out. 1948, p. 5; “Dinheiro para os grevistas!”. Ibidem, p. 5; “É um dever ajudar os tecelões”. Ibidem, p. 5; “Manifesto dos grevistas”. Idem, 6 out. 1948, p. 1; “Ajude os grevistas a vencer”. Idem, 8 out. 1948, p. 5; “Meio dia de salário para os grevistas”. Idem, 9 out. 1948, p. 4.

às palavras do delegado do Trabalho, um deles chegou a gritar, em alto e bom som, que era comunista.<sup>647</sup>

Contrariado, o delegado do Trabalho fez circular uma nota na imprensa, afirmando ter “elementos seguros” para afirmar que os grevistas obedeciam à orientação dos comunistas e que sabia onde e como se processavam as “reuniões secretas” das lideranças do movimento com conhecidos elementos do extinto PCB.<sup>648</sup> Embora seja evidente a influência pecebista no movimento, tanto pelo apoio da AGT, de *O Momento* e do vereador Florisvado Viana quanto pela presença de ativistas assumidamente comunistas, como o tecelão Osório Ferreira, entre as lideranças, era conveniente para os patrões, a DRT e a direção do sindicato distinguir os “cabeças” da greve, taxando-os genericamente de comunistas, dos “pacatos” e “ordeiros” empregados das fábricas. Como não era possível punir todo mundo, os primeiros seriam enquadrados com os rigores da lei e os últimos agraciados por ato de clemência do empregador.

Durante a greve os empregados promoveram vários atos públicos procurando dar publicidade às suas razões e obter o apoio da opinião pública e de autoridades políticas, religiosas e jurídicas. Empunhando a Bandeira Nacional e carregando dísticos alusivos ao movimento, marcharam em passeata pelas ruas da cidade até a Basílica do Bomfim, a Governadoria e a Câmara de Vereadores. As autoridades reconheceram a justiça das reivindicações e prometeram intermediar as negociações, todavia recomendaram a volta ao trabalho, o respeito às leis e às autoridades constituídas e o afastamento dos “agitadores” comunistas. Por iniciativa do vereador petebista Octávio Drumond, foi aprovado um auxílio de trinta mil cruzeiros, em gêneros alimentícios, a ser concedido pela Prefeitura de Salvador aos filhos dos empregados grevistas.<sup>649</sup>

Em mais uma tentativa de liquidar o movimento, o TRT instaurou dissídio coletivo *ex-offício* para solucionar o impasse, devendo os grevistas suspender imediatamente a paralisação e permanecer trabalhando enquanto aguardavam pela decisão. Todavia, em 5 de outubro, os

<sup>647</sup> “Os tecelões insistem em não voltar ao trabalho”. *A Tarde*, Salvador, 30 set. 1948, s/p. Anexos do processo JT 522/48, op. cit.

<sup>648</sup> “Em greve os tecelões da Bahia”. *Diário Trabalhista*, Salvador, 30 set. 1948. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D886, fl. 24; “Cínico insulto aos tecelões”. *O Momento*, Salvador, 2 out. 1948, p. 1; “O ludíbrio comunista prejudica os trabalhadores”. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 out. 1948, p. 3; “Os comunistas incitam a greve”. *Idem*, 12 out. 1948, p. 3.

<sup>649</sup> “Continuará a greve pela conquista do aumento”. *O Momento*, Salvador, 30 set. 1948, pp. 1, 6; “Que seja prestado todo apoio aos heroicos tecelões em greve”. *Idem*, 1 out. 1948, pp. 1, 6; “Heroica resistência dos grevistas à ganância patronal”. *Idem*, 2 out. 1948, pp. 1, 6; “Entra no 10% dia a greve dos tecelões”. *Idem*, 3 out. 1948, pp. 1, 7; “A Câmara a serviço dos patrões”. *Idem*, 8 out. 1948, pp. 1, 3; “Os vereadores contra os intentos dos vermelhos”. *Diário de Notícias*, Salvador, 9 out. 1948, p. 3; “A Prefeitura é quem vai pagar”. *A Tarde*, Salvador, 12 out. 1948, s/p.; “Trinta mil cruzeiros para os grevistas baianos”. *Folha do Povo*, Recife, 13 out. 1948, s/p. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D886.

tecelões da fábrica São Salvador aderiram à paralisação. Na Boa Viagem, uma comissão de empregados tentou encaminhar à direção o memorial por aumento de salários, mas os patrões recusaram-se a recebê-lo, com o pretexto de não contrariar a Justiça do Trabalho. Preventivamente, o escritório foi guarnecido de policiais, em seguida os empregados que integraram a comissão foram suspensos e submetidos a inquérito administrativo. Na “lista negra” constavam as tecelãs Santina de Jesus, Maria de Lourdes Conceição e Esmeralda Lucas e o empregado Osvaldo de tal.<sup>650</sup>

Nesse mesmo dia, a direção da CPUFB fez circular na imprensa uma nova convocatória para que seus “bons trabalhadores” voltassem ao trabalho e aguardassem “pacífica e legalmente” pelo resultado do dissídio coletivo. Aliada à linguagem tutelar e paternal, a empresa reafirmava a intenção de punir com firmeza, de acordo com a lei e a justiça, “aqueles que arrastaram criminosamente nossos trabalhadores a uma paralisação do trabalho ilegal e injustificável”.<sup>651</sup> Para o empregador, era conveniente a transferência da questão para âmbito jurídico, tanto para não admitir uma negociação direta quanto para fortalecer o argumento da ilegalidade da greve.

Pela lógica cultural do paternalismo industrial, era imperativo distinguir seus empregados (ordeiros e pacíficos) de uma suposta minoria de agitadores políticos (identificados como comunistas) que procuravam disseminar a discórdia e a indisciplina entre os trabalhadores. Além do expurgo dos quadros da empresa, a punição destes últimos, com os rigores da lei, assumiria um caráter exemplar entre os demais, contribuindo, pedagogicamente, para o restabelecimento da autoridade, da ordem e da disciplina no trabalho. Certamente, também estava em jogo a eficácia dos tradicionais e modernos mecanismos de autoridade e disciplina fabril em face da ampliação dos canais de expressão e participação política ensejada pelo regime democrático.

Em 7 de outubro (décimo quinto dia de greve), os grevistas seguiram em passeata da sede do seu sindicato até o edifício do TRT para a audiência de conciliação. Acompanhados da comissão central, o presidente da junta interventora do sindicato, Dionísio Menezes, e o advogado Jorge Costa Pinto, defenderam a tabela salarial aprovada em assembleia. Por seu turno, o representante patronal, Augusto Viana, e seu advogado José Martins Catharino<sup>652</sup>

---

<sup>650</sup> “Os grevistas usam agora o caminho legal”. *A Tarde*, Salvador, 2 out. 1948, p. 2; “Aos operários das fábricas de tecidos”. Notificação da Justiça do Trabalho. Autos do processo JT 522/48, op. cit.; “Aderem à greve os tecelões da fábrica São Salvador”. *O Momento*, Salvador, 5 out. 1948, pp. 1, 5; “No 14º dia a greve dos tecelões”. *Idem*, 6 out. 1948, pp. 1, 6; “Nós sairemos vitoriosos dessa luta”. *Idem*, 9 out. 1948, p. 4.

<sup>651</sup> “Ao operariado da Cia. Progreso e União Fabril da Bahia S. A.” *A Tarde*, Salvador, 5 out. 1948, s/p. Anexos do processo JT 522/48, op. cit.

<sup>652</sup> O advogado José Martins Catharino integrava o clã dos proprietários da CPUFB.

voltaram a alegar dificuldade financeira da indústria têxtil e condicionaram a apresentação de uma contraproposta à realização de uma assembleia patronal. O empresário ainda tentou apelar para o discurso do “capitalismo do bem estar” e da “paz social”, enfatizando o caráter “benemérito” do SESI, uma obra “humanista” da Confederação das Indústrias, como a cobrar uma reciprocidade dos empregados em forma de gratidão, obediência e disciplina. Mas, não houve conciliação.<sup>653</sup>

Essa sequência de acontecimentos evidencia que, apesar das críticas e acusações à direção do sindicato e à atuação dos organismos trabalhistas no encaminhamento das reivindicações e das posições antagônicas em relação à greve, os tecelões não renunciaram a representação do seu sindicato e continuaram reivindicando e legitimando a mediação dos organismos trabalhistas e das autoridades constituídas, embora mantivessem o propósito de só retornar ao trabalho com a conquista do aumento. Por outro lado, essas autoridades, apresentando-se como mediadoras do conflito trabalhista, alimentavam expectativas de deferência e obediência por parte dos empregados. Ainda mais que, na empresa, atuava uma importante célula comunista, liderada pelo vereador Florisvaldo Viana.

No décimo nono dia de greve, o oficial de gabinete do governador do estado, o advogado Virgidal Sena, dirigiu-se ao Sindicato dos Tecelões para convencer os grevistas a voltar ao trabalho e aguardar a decisão da Justiça do Trabalho, mas não obteve êxito.<sup>654</sup> Embora a imprensa comunista continuasse destacando a unidade e a coesão dos grevistas, já eram notórias as dissensões no movimento. De acordo com os jornais *A Tarde* e o *Diário de Notícias*, apenas um grupo de “elementos agitadores, na sua maioria, filiados ao extinto partido comunista”, insistia em manter a paralisação. Nas imediações das fábricas, aumentavam as tensões entre os grevistas e os “fura-greve”. Essa situação favorecia a distinção entre os “agitadores subversivos” que faziam “ouvidos moucos” às recomendações das autoridades e à decisão judicial e os trabalhadores “ordeiros e pacíficos” que queriam trabalhar. Com efeito, na manhã de 12 de outubro, a polícia foi requisitada pela direção da fábrica São Braz para reprimir os piquetes e garantir o acesso à fábrica, dos empregados que quisessem trabalhar.<sup>655</sup>

---

<sup>653</sup>“Greve até à vitória!”. *O Momento*, Salvador, 8 out. 1948, pp. 1, 3; ARAÚJO, Dermeval. “Os lucros dos industriais e o aumento para os tecelões”. *Ibidem*, p. 5; “No 17% dia de greve, estamos dispostos a alcançar a vitória”. *Idem*, 9 out. 1948, p. 1. Sobre o discurso do “capitalismo do bem-estar” e da “paz social”, ver: WEINSTEIN, *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil*, op. cit.

<sup>654</sup> “Greve até a vitória”, op. cit.; “Ajudemos os grevistas a vencer”. *O Momento*, Salvador, 8 out. 1948, p. 5; “Repelidas pelos tecelões as tentativas para furar a greve”. *Idem*, 12 out. 1948, pp. 1, 7.

<sup>655</sup> “Os grevistas usam agora o caminho legal”, op. cit.; “Procuram perturbar a ordem pública”, op. cit.

Na estação da Plataforma, o tecelão Osório Ferreira dos Santos, presidente da comissão central, a enfermeira Carmosina Nogueira dos Santos, sua esposa, e outros dois operários, Rufino de Jesus Nascimento e José Alves Lobo, entraram em atrito com a polícia e foram conduzidos presos por desacato à autoridade. O comerciante Ernestino de tal também foi detido por tomar partido em defesa do casal. Em seguida, os grevistas foram obrigados a desocupar a sede do sindicato. No final da tarde, uma assembleia geral aprovou o fim da greve. Posteriormente, o grupo foi liberado por meio de *habeas corpus* requerido pelo major Cosme de Farias<sup>656</sup> e mediante pagamento de fiança.<sup>657</sup>

Em 28 de outubro, a Justiça do Trabalho resolveu o dissídio coletivo, determinando uma majoração variável entre 60% e 30% de acordo com cinco faixas salariais.<sup>658</sup> A decisão foi exaltada pelo jornal comunista como uma “sensacional vitória dos heroicos tecelões baianos”, todavia o aumento foi condicionado à assiduidade integral pelo empregado, uma importante concessão em benefício do empregador, e mesmo assim a CPUFB apelou da decisão, antecipando apenas o percentual de 23%. Além disso, a empresa não deixaria barato tamanho ato de insubordinação dos seus empregados.<sup>659</sup>

Cessado o movimento, a CPUFB instaurou inquérito administrativo contra dezessete empregados estáveis da Fábrica São Braz, por “participação ativa e saliente” numa “greve ilegal”, feita à revelia do seu sindicato, motivada por “interesses políticos estranhos ao trabalho”. Segundo a acusação, informados da ilegalidade da greve e da instauração do dissídio coletivo *ex-officio*, pela Justiça do Trabalho, os acusados insistiram em não retornar ao trabalho, infringindo a legislação trabalhista e desrespeitando a determinação judicial. Juridicamente, o processo amparava-se no decreto-lei 9.070, no Código Penal brasileiro e nos

---

<sup>656</sup> Cosme de Farias, conhecido advogado defensor de causas sociais, foi eleito vereador em Salvador pelo PR nas eleições municipais de dezembro de 1947.

<sup>657</sup> “Terror policial contra os tecelões em greve”. *O Momento*, Salvador, 13 out. 1948, pp. 1, 8; “Não cessou a luta dos heroicos tecelões baianos”. Idem, 14 out. 1948, p. 1; “Contra os salários de fome, a luta continua”. Idem, 15 out. 1948, pp. 1, 8; “Voltaram ao trabalho os grevistas”, op. cit.

<sup>658</sup> A decisão não contemplava os tecelões da CEIN, que não aderiram à greve, nem os empregados da Companhia Fabril do Fiais que contestavam uma convenção previamente firmada pelo sindicato.

<sup>659</sup> “Aviso”. *A Tarde*, Salvador, 28 out. 1948, s/p. Anexos do processo JT 522/48, op. cit.; “Sensacional vitória dos heroicos tecelões baianos”. *O Momento*, Salvador, 29 out. 1948, pp. 1, 3; “Apesar da vitória, prossegue a luta dos tecelões”. Idem, 31 out. 1948, pp. 1, 6; “Cresce o descontentamento entre os operários dos Fiais”. Idem, s/d.; “Ludibriados os tecelões”. Idem, 9 nov. 1948, p. 1; “Os tecelões exigirão o pagamento da tabela dos 60%”. Idem, 12 fev. 1949, p. 5; “Os tecelões da Boa Viagem ainda não tiveram o aumento”. Idem, s/d.; “Os tecelões da S. Braz não permitirão o roubo do aumento”. Idem, 28 abr. 1949, p. 5; “Os tecelões voltarão à luta”. Idem, 3 maio 1949, p. 5; “A vida encareceu, mas os salários dos tecelões são os mesmo de anos atrás”. Idem, 20 maio 1949, p. 5; “Clamam os tecelões da Conceição: chega de tanta exploração”. Idem, 24 maio 1949, p. 5.



artigos 492 e 493 da CLT que admitiam a demissão de empregados estáveis, por justa causa, em casos de “falta grave” devidamente comprovada.<sup>660</sup>

Dentre as provas arroladas pela empresa, constavam: testemunhos de empregados que não aderiram à greve e de prepostos policiais que guarneciam a fábrica, depoimento do delegado regional do Trabalho, matérias publicadas na grande imprensa e inúmeros recortes de *O Momento*. Empenhado na cobertura de greve, sem intenção, o jornal comunista acabou divulgando valiosas informações que foram apropriadas pela acusação como provas contra os grevistas. Entre as testemunhas, constava o subdelegado e também comerciante Manoelito Vargas Leal e o escriturário Álvaro da Silva Bahia com mais de 28 anos de serviços prestados à reclamante. Estes afirmaram que Osório Ferreira participou ativamente das comissões e que discursava pacificamente em frente aos portões da fábrica, secundado pelos demais reclamados.<sup>661</sup>

Apensado ao processo, um ofício do delegado regional do Trabalho direcionado ao Delegado Auxiliar, datado de 23 de setembro – dois dias antes do início da greve - já havia solicitado a abertura de “rigoroso inquérito” contra Osório Ferreira dos Santos, Francisco Melo, Milton Santiago, Manoel Maximiano da Silva e outros oito empregados, cujos nomes não constam entre os 17 processados, sob a acusação de estarem fomentando uma greve geral nas indústrias de tecidos. De acordo com a DRT, a denúncia partiu do Sindicato dos Tecelões. O documento apontava os supostos locais de reunião desses empregados com os vereadores comunistas Jaime Maciel, Florisvaldo Viana e o suplente Aloisio Aguiar para planejamento das ações.<sup>662</sup> Antecipando-se à deflagração da greve, a direção do sindicato, a DRT e a polícia articulavam-se, preventivamente, para eliminar os “cabeças” do movimento. Apesar da posição do sindicato contrária à greve, o presidente Dionísio Menezes e o advogado Jorge Costa Pinto aparecem nas atas das audiências, como representantes dos processados.

Na primeira audiência de conciliação e julgamento, realizada em 5 de novembro de 1948, os advogados dos empregados requereram o desmembramento do processo em grupos

<sup>660</sup> O processo movido pela CPUFB abarcava os empregados: Osório dos Santos, Francisco Melo, Eliezer Evangelista Santos, Valdevino Augusto da Silva, Francisco Nogueira dos Santos, Gerson Lídio de Oliveira, Milton Santiago, Lucindo Valentim, Manoel Maximiano dos Santos, Vicente Hermenegildo de Freitas, Antonio Pancrácio Pereira, Dario José Borges, Adelice Lima Moreira, João de Santana, Hermínia Maria da Conceição, José Alves Lobo e Rufino de Jesus. Na mesma ocasião, a CEIN instaurou inquérito administrativo contra os tecelões Agnaldo Júlio Barros, Esmeralda Lucas e Juvencia Souza, que não participaram da greve, por terem integrado a comissão de reivindicações dos empregados da fábrica Boa Viagem. (Autos do processo JT 522/48, op. cit.; “Perseguições na São Braz”. *O Momento*, Salvador, 17 out. 1948, p. 1; “Demissão arbitrária de tecelões na São Braz”. Idem, 19 out. 1948, p. 1; “O julgamento dos tecelões demitidos arbitrariamente”. Idem, 4 nov. 1948, p. 2; “Hoje, a audiência”. Idem, 5 nov. 1948, s/p.).

<sup>661</sup> Autos do processo JT 522/48, op. cit. Essa mesma fonte foi explorada por Antônio Luigi Negro no artigo “Não trabalhou porque não quis”: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948), op. cit.

<sup>662</sup> Delegacia Regional do Trabalho. Certidão. Autos do processo JT 522/48, op. cit.

de quatro reclamados, conforme a participação de cada empregado no fato, em benefício da instrução processual e da “boa aplicação da justiça”. O pedido foi deferido pela Junta, considerando ainda que a CLT só admitia o acúmulo de várias queixas num único processo em casos de “litisconsórcio ativo”, ou seja, quando vários empregados reclamavam sobre idêntica matéria contra uma mesma empresa. Em seguida foi proposta uma conciliação, mas não houve acordo entre as partes. Por iniciativa da empresa, a decisão preliminar foi anulada na superior instância da Justiça do Trabalho, considerando que a greve constituía “falta coletiva por excelência”.<sup>663</sup>

No tocante ao mérito da questão, a defesa procurou contestar as acusações de que os processados lideraram o movimento e mantiveram a paralisação apesar de advertidos da ilegalidade da ação. Nos seus depoimentos, alguns dos reclamados admitiram a participação, mas negaram qualquer protagonismo ou incitação à greve. Outros alegaram que não trabalharam por temerem represálias dos colegas grevistas, porque as funções que exerciam dependiam de outras seções que estavam paralisadas ou porque encontraram os portões fechados e guarnecidos por policiais. Todavia, disseram desconhecer qualquer ameaça ou violência dos grevistas contra empregados que quiseram trabalhar.

Gerson Lídio, José Alves Lobo, João de Santana e Rufino de Jesus Nascimento alegaram que, durante a greve, encontravam-se acidentados ou afastados do serviço para tratamento médico. Com 28 anos de serviços na fábrica, o vigia noturno Dario José Borges declarou que não assinou o memorial nem tampouco aderiu à paralisação. Os processados também contestaram a acusação de invasão ao sindicato, justificando que eram associados e tiveram a orientação do delegado do Trabalho e a anuência do presidente para permanecerem no recinto. Alguns afirmaram que só foram até lá na expectativa de receberem donativos.

Astuciosamente, em suas razões finais, o advogado da reclamante reverteu o argumento da defesa em favor da acusação. Conforme argumentou, os próprios reclamados admitiram, em seus depoimentos, que não foram coagidos a deixar de trabalhar. As provas testemunhais, de ambas as partes, corroboravam que eles “foram à greve porque quiseram”. Logo, para a acusação, tratava-se de uma “greve espontânea típica”, produzida à revelia do sindicato e em desatenção ao decreto-lei 9.070 e à Justiça do Trabalho, portanto ilegal. Por omissão ou por ação, os acusados teriam incorrido em falta grave de natureza coletiva. Durante a instrução do processo, a empregadora retirou a queixa contra Adeline Lima Moreira

---

<sup>663</sup> Cf. Autos do processo JT 522/48, op. cit.

e Dario José Borges, por falta de provas. Por seu turno, o empregado Antônio Pancrácio Pereira faleceu antes do julgamento.

Em 3 de outubro de 1949, a Justiça do Trabalho decidiu autorizar a demissão dos processados, com exceção de Gerson Lídio de Oliveira, José Alves Lobo, João de Santana e Rufino de Jesus, que, durante a greve, se encontravam acidentados ou em gozo de auxílio enfermidade, e de Milton Santiago por não ter aderido à greve, mas deixado de trabalhar em função da paralisação das máquinas. Apenas João Santana teve reconhecido o direito à indenização do período em que permaneceu afastado. Mesmo assim, firmou um acordo com a empresa, abrindo mão da metade do valor a que tinha direito.

Pela interpretação do tribunal, por falta de regulamentação do direito de greve previsto na Constituição de 1946, aplicava-se o decreto-lei 9.070. No caso em tela, os próprios reclamados teriam admitido, nos autos do processo, a adesão “espontânea e consciente” à paralisação, assumindo assim a responsabilidade do ato praticado. Embora tivessem o caminho legal para discutir os seus direitos e reivindicações, “instigados pela propaganda de *O Momento* e por alguns colegas de ideias subversivas”, decidiram se lançar “à aventura de uma greve, por todos os motivos, ilegal, embora pudesse ser justa”. Recorrida pelos condenados, a sentença foi confirmada pelo TRT.

Empregados de outras fábricas, que se destacaram no movimento, também foram demitidos, a exemplo das fiandeiras Cleodice Dutra e Maria Rosalina Santos, da fábrica Conceição, que recorreram à Justiça do Trabalho exigindo a indenização.<sup>664</sup> Apesar de não terem aderido à greve, os integrantes da comissão de reivindicação da fábrica Boa Viagem, Agnaldo Júlio Barros, Esmeralda Lucas e Juvência Souza também sofreram idêntica retaliação.<sup>665</sup> Aliado a isso, foi reforçado o efetivo policial no bairro da Plataforma, certas vezes requisitado pelos proprietários da São Braz para impedir as aglomerações de trabalhadores tanto nos arredores quanto no interior da fábrica.<sup>666</sup>

Para os empregadores, os organismos trabalhistas e as autoridades constituídas, a propagação do movimento dos tecelões, assumindo o caráter de uma greve geral da categoria, e a desobediência dos empregados às determinações dessas autoridades para que voltassem ao trabalho representavam atos inadmissíveis de insubordinação pública que extrapolavam expectativas tutelares informadas por códigos culturais de uma tradição paternalista. Logo, a

---

<sup>664</sup> Em 28 de abril de 1949, a Justiça do Trabalho julgou a reclamação movida pelas fiandeiras Cleodice Dutra e Maria Rosalina Santos contra a fábrica Conceição, decidindo pelo pagamento da indenização, mas a empresa ainda recorreu da decisão (“Triunfaram os operários da São Salvador”. *O Momento*, Salvador, 7 abr. 1949, p. 5).

<sup>665</sup> “Os tecelões estão solidários com os companheiros perseguidos”. *Idem*, 9 nov. 1948, p. 3.

<sup>666</sup> “O terror policial dirige-se contra os operários da São Braz”. *Idem*, 31 maio 1949, p. 5.

punição exemplar dos supostos “cabeças” da greve devia ter um caráter pedagógico, para restabelecer a disciplina e a hierarquia fabril e reafirmar a autoridade patronal. Mas, havia outros interesses em jogo. Num contexto de afirmação da política de massas, provavelmente procurava-se eliminar também um importante elo entre o PCB (que voltara a atuar na clandestinidade) e um dos principais redutos eleitorais proletários na capital, representado pelo populoso bairro da Plataforma.

Como avaliou Antônio L. Negro, proscrito o PCB e determinada a intervenção nos sindicatos, restava neutralizar a atuação do ativismo sindical que continuava exercendo influências nos locais de trabalho e que demonstrava capacidade de “intermediar as relações entre a *haute politique* partidária e os interesses imediatos dos trabalhadores”.<sup>667</sup> Como vimos no terceiro capítulo, os bairros industriais e proletários de Salvador, incluindo Plataforma, eram importantes redutos eleitorais dos candidatos pecebistas e petebistas. Durante as greves, ativistas sindicais comunistas, trabalhistas e getulistas eram rotulados, genericamente, de agitadores comunistas pelos patrões, a polícia, a grande imprensa, a DRT e os interventores dos sindicatos. Por outro lado, a greve e o inquérito trabalhista evidenciaram ambiguidades e disjunções entre os discursos e instruções da cúpula partidária e a experiência sindical vivenciada no cotidiano das fábricas.

#### 4.4 GREVES E REPRESSÃO NAS USINAS DE AÇÚCAR NO RECÔNCAVO

Desde o final do Estado Novo, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar de Santo Amaro (STIASA) destacava-se na organização coletiva e na defesa dos interesses dos canavieiros. À frente do órgão classista, sobressaiam-se as lideranças do trabalhista Octávio Nunes da Silva e do comunista Juvêncio Guedes.<sup>668</sup> O esforço mobilizado pela direção do sindicato na organização da categoria e as experiências compartilhadas nas lutas coletivas, que incluíram uma greve geral da categoria, entre fevereiro e março de 1946, ajudaram a estreitar os laços de identidade entre os operários das usinas e os assalariados agrícolas.<sup>669</sup>

<sup>667</sup> NEGRO, “Não trabalhou porque não quis”, op. cit.

<sup>668</sup> Ligado ao Ministério do Trabalho durante o Estado Novo, na conjuntura democrática o presidente do Sindicato, Otávio Nunes da Silva filiou-se ao PTB, partido pelo qual se elegeu vereador de Santo Amaro na década de 1950. O dentista Juvêncio Guedes, funcionário e delegado sindical da Usina São Carlos, era dirigente do Comitê Municipal do PCB em Santo Amaro. Concorreu a deputado estadual nas eleições de janeiro de 1947 e candidatou-se a vereador de Santo Amaro no pleito municipal de dezembro daquele mesmo ano.

<sup>669</sup> Cf. CUNHA, *Amargo açúcar*, op. cit.; SOUZA, E. A. O. “Tensões nas usinas de açúcar do Recôncavo...”, op. cit.

Com efeito, em fevereiro de 1947, a DRT destituiu a diretoria presidida por Octávio Nunes e designou uma junta governativa provisória para o sindicato. Embora tendo sido alegadas irregularidades administrativas e financeiras, o principal motivo da intervenção era o “incentivo a movimentos grevistas” pela direção do sindicato, “fugindo completamente à sua finalidade precípua de órgão de harmonização e entendimento em colaboração com o Estado”. Na época, a categoria reivindicava o pagamento semanal em lugar de quinzenal, como forma de diminuir a dependência e a exploração impostas pelo sistema do “barracão e do vale”.<sup>670</sup>

Afastado da direção do sindicato, Octávio Nunes, que era empregado estável, foi submetido a inquérito administrativo na Justiça do Trabalho, instaurado pela direção da Lavoura e Indústria Reunidas (LIR), proprietária da usina onde ele trabalhava. Na Comarca de Santo Amaro, o juiz decidiu pela efetivação da sua demissão, mediante pagamento de indenização em dobro pelo empregador. A sentença foi recorrida pela empresa, mas não foi localizado o pronunciamento da superior instância. De acordo com *O Momento*, em abril de 1947 a sede do sindicato permanecia fechada, os livros de atas e contábeis em poder da DRT, e nenhuma reunião havia sido realizada para tratar de assuntos de interesse dos associados.<sup>671</sup>

Em setembro, um abaixo-assinado dos trabalhadores das usinas de açúcar de Santo Amaro denunciava à Assembleia Legislativa uma “manobra” da S. A. Magalhães, que, através de “matérias pagas” na imprensa, procurava alardear uma suposta ameaça de greve da categoria, com o propósito velado de justificar um novo aumento no preço do açúcar. No documento, os signatários reafirmavam a disposição de lutar dentro da ordem pelos direitos trabalhistas garantidos no artigo 157 da Constituição Federal e pela autonomia sindical. Na época, *O Momento* ressaltava os baixos salários, os contestados “descontos para utilidades” e a intervenção no sindicato da categoria.<sup>672</sup>

Em maio e junho de 1948, os empregados da São Carlos iniciaram uma campanha salarial. Murais foram erguidos nas paredes da usina e um memorial encaminhado à direção reivindicando, além do aumento de salário, o pagamento semanal, descanso semanal

---

<sup>670</sup> Entre as irregularidades alegadas pela DRT estavam: disparidade entre a renda patrimonial e a prestação dos serviços de assistência social, cobrança pelo fornecimento das carteiras profissionais dos trabalhadores, acumulação da função de tesoureiro pelo presidente, não apresentação da escrituração contábil, solicitada pela DRT. (“Resguardando os interesses dos trabalhadores”. *O Imparcial*, Salvador, 27 fev. 1947, p. 3). Ver também: “Os operários das usinas do açúcar lutam pelo pagamento semanal”. *O Momento*, Salvador, 20 fev. 1947, p. 2.

<sup>671</sup> “Nova intervenção ilegal do Delegado do Trabalho no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar em Santo Amaro”. *O Momento*, Salvador, 22 fev. 1947, p. 4; “Lutam os trabalhadores de Santo Amaro pela liberdade de seu sindicato”. Idem, 10 abr. 1947, p. 5. Ver também, CUNHA, *Amargo açúcar*, op. cit., 126.

<sup>672</sup> “Ambiente agitado nas usinas de açúcar de Santo Amaro”. *Estado da Bahia*, Salvador, 1 set. 1947, s/p.; “Sucedem-se as provocações subversivas no Recôncavo”. *Diário de Notícias*, Salvador, 6 set. 1947, s/p.; “Magalhães inventa greves e prepara a alta do açúcar”. *O Momento*, Salvador, 12 set. 1947, p. 1; “O monopólio Magalhães insulta os seus explorados operários”. Idem, 23 set. 1947, p. 2.

remunerado e fornecimento de água, luz, lenha, moradia, médico, remédios, higiene, açougue. Uma comissão de empregados dirigiu-se à administração para tentar uma negociação. Todavia, ameaçando suspender os “cabeças” do movimento, o diretor Helenauro Sampaio<sup>673</sup> descartou a possibilidade de aumento, alegando déficit financeiro da usina, mas admitiu negociar as outras reivindicações.<sup>674</sup>

*Pari passu* com a mobilização dos canavieiros, aumentavam as denúncias de retaliação contra ativistas sindicais que tomavam a frente nas reivindicações. Em 13 de junho, *O Momento* divulgou uma carta de um suposto empregado denunciando perseguições na Usina São Carlos contra empregados que se envolviam em movimentos reivindicatórios “para reclamar o mais primário de seus direitos”. Figura destacada no movimento grevista de 1946, o operário Juvino Serapião da Silva foi demitido por liderar a preparação de um memorial reivindicando uma assembleia do sindicato. Em semelhantes condições, também foram despedidos Severiano Costa, Jaime Fiúza e mais outros três empregados. De acordo com o missivista, o diretor da LIR, Helenauro Sampaio, o gerente Gilberto Vilas Boas e os “pelegos ministerialistas” Ladislau Vilas Boas (provavelmente funcionário do Ministério do Trabalho) e Edmundo Ribeiro (dirigente sindical) estavam à frente dessas perseguições.<sup>675</sup>

Em meados de julho, os empregados da São Carlos suspenderam a produção, por quarenta e oito horas, em protesto contra a demissão dos seus colegas Francisco Duarte, José dos Santos e Milton Castro, integrantes da comissão de reivindicação. Por protestar contra a direção da usina, o empregado Salustiano Silva também foi demitido e ameaçado de despejo da casa onde morava. Em agosto, foi dispensado João Crisóstomo, outro que tomava a frente na luta pelo aumento dos salários.<sup>676</sup>

Nesse contexto, várias reportagens de *O Momento* denunciavam a situação dos empregados nas usinas e dos assalariados agrícolas que trabalhavam na plantação, limpa, corte e transporte da cana. Baixos salários, sonegação das garantias trabalhistas, exploração pelo sistema de barracão e vales e o despotismo patronal, como a opressão exercida pelos feitores Virgílio Costa e Laudelino “miséria”, eram temas correntes nas reportagens.<sup>677</sup> Para o

<sup>673</sup> Helenauro Sampaio foi prefeito nomeado de Salvador entre julho de 1946 e abril de 1947.

<sup>674</sup> “Exemplo de unidade e organização dão os trabalhadores da fábrica S. Carlos”. *O Momento*, Salvador, 19 jun. 1948, pp. 1, 6; “Os trabalhadores da usina São Carlos lutam por melhores salários”, op. cit.

<sup>675</sup> “Oprimidos e perseguidos os operários da Usina São Carlos”, op. cit.

<sup>676</sup> “Greve de protesto dos trabalhadores da Usina S. Carlos”. *O Momento*, Salvador, 17 jul. 1948, p. 1; “Foi despedido porque lutava por melhores salários”. Idem, 18 ago. 1948, pp. 3, 4.

<sup>677</sup> “Os trabalhadores da S. Carlos não têm direitos nem garantias”. Idem, 14 ago. 1948, pp. 3, 5; “Usina Aliança, campo de exploração e trabalho forçado”. Idem, 22 ago. 1948, p. 3; “A exploração a que estão submetidos os trabalhadores do açúcar”. Idem, 22 out. 1948, pp. 2, 5; “Os operários da Usina S. Carlos não podem mais tolerar a situação em que se encontram”. Idem, 16 dez. 1948, p. 3.

jornal comunista, a questão dos trabalhadores do açúcar era parte do problema da “revolução agrária e anti-imperialista brasileira”, preconizada por Luiz Carlos Prestes. Essa passava pela eliminação dos supostos “resquícios feudais”, realização da reforma agrária e substituição do “governo de negociatas e de traição nacional” do general Dutra por “um governo democrático popular e progressista”. Nessa perspectiva, o movimento dos canavieiros representava uma possibilidade de efetivação da aliança operário-camponesa, preconizada pelo modelo de revolução idealizado pelo PCB.<sup>678</sup> Todavia, o que de fato movia os trabalhadores era a luta por aumento de salários, melhores condições de trabalho, dignidade, liberdade de organização e reivindicação e direitos trabalhistas.

Em 9 de dezembro, os empregados da Usina Capanema (ou Nossa Senhora da Vitória), em Santo Amaro, deflagraram greve reivindicando o pagamento do aumento de 35% obtido em dissídio coletivo de fevereiro de 1947 e a quitação de duas quinzenas de salários atrasadas. Como condições para voltarem ao trabalho, exigiram ainda o funcionamento do armazém da usina, que se encontrava fechado; a regularização das carteiras de trabalho e do recolhimento da contribuição do Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria (IAPI); assistência médica e habitação para os trabalhadores. Demandaram ainda o pagamento dos dias de greve e garantia de que não haveria perseguições contra os grevistas.<sup>679</sup>

Na ocasião, a usina passava por problemas financeiros, acumulando prejuízos e dívidas a pagar. Segundo *O Momento*, desde julho de 1948, essas reivindicações se arrastavam. Nesse intercurso, uma paralisação de vinte e quatro horas e outra de quatro dias foram realizadas, mas a questão permanecia sem solução. Com a eclosão dessa nova greve, a proprietária Sinhazinha Batista, decidiu requisitar uma intervenção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na usina.

Sem receber os salários, durante a greve os grevistas apelaram para a solidariedade da população. Um “bando precatório” com participação das mulheres e filhos dos empregados percorreu as ruas de Santo Amaro arrecadando donativos. Piquetes de grevistas visitaram outras usinas angariando contribuições em dinheiro e gêneros alimentícios. Com o dinheiro arrecadado, a comissão de greve adquiriu três bois que foram abatidos para a distribuição da carne entre os grevistas. Com a venda do couro, também conseguiram realizar uma provisão

---

<sup>678</sup> “Impera a miséria e a exploração nas usinas do monopólio Magalhães”. *O Momento*, 4 mar. 1948, p. 6; “A política do Instituto do Açúcar beneficia a S/A Magalhães”. Idem, 20 out. 1948, p. 3; “A S. A. Magalhães tem uma corda no pescoço da Bahia”. Idem, 21 out. 1948, pp. 2, 5.

<sup>679</sup> “Greve na Usina Capanema”. *O Momento*, Salvador, 9 dez. 1948, pp. 1, 6; “Prossegue a greve na Usina Capanema”. Idem, 12 dez. 1948, p. 6; “Firmes os grevistas da Capanema”. Idem, 16 dez. 1948, pp. 1, 2; “Os trabalhadores da Usina Capanema resistirão até a vitória!”. Idem, 19 dez. 1948, p.1; “Greve numa usina da Bahia”. *Folha do Povo*, 14 dez. 1948, s/p. Aperi, fundo DPS, C. E da Bahia, D886, fl. 25.

em farinha. O movimento teve o apoio da AGT e ampla cobertura de *O Momento*, que contribuíram na mobilização da solidariedade moral e de ajuda material para os grevistas.<sup>680</sup>

Após 76 dias de greve, em 13 de fevereiro de 1949 foi firmado um acordo com o interventor do IAA, João Lucena Neiva. Este se comprometeu a pagar imediatamente os salários com o aumento, a partir do início da intervenção, a remunerar os dias de greve e quitar o restante dos vencimentos atrasados à medida que a produção permitisse. O pagamento retroativo do aumento ficou na dependência do julgamento de uma ação trabalhista movida pela categoria no fórum de Santo Amaro. Apesar de não ter sido contemplada integralmente a pauta de reivindicações, o resultado da greve foi considerado positivo pela imprensa comunista, possivelmente por levar em conta a situação econômica da usina, mas também com o propósito de propagandear a prática grevista entre os trabalhadores. Todavia, a conjuntura se tornava cada vez mais restritiva a esse tipo de ação.<sup>681</sup>

Em janeiro de 1949, os assalariados agrícolas da Usina São Carlos iniciaram uma movimentação por aumento de salários e outros direitos sonegados pelos patrões. No dia 11, foram suspensas as atividades para o encaminhamento de um memorial à direção, reivindicando a majoração da remuneração por tonelada de cana cortada de 3,50 para 5,0 cruzeiros. A paralisação acabou atingindo os setores de transporte e manufatura do açúcar. Responsável pela entrega do memorial, uma comissão de empregados fixou o prazo de oito dias para uma resposta patronal, ameaçando deflagrar greve e recorrer ao fiscal no Ministério do Trabalho, caso a reivindicação não fosse atendida. Esgotado esse prazo, uma assembleia dos empregados, com as participações dos seus familiares (companheiras, irmãs, mães e filhos), deliberou pela deflagração de greve até que as reivindicações fossem atendidas.<sup>682</sup>

Em retaliação aos grevistas, foram suspensos os vales e o fornecimento de gêneros de subsistência no “cacete armado” da usina. Contudo, mantida a paralisação, a direção decidiu apresentar uma contraproposta, admitindo a quitação, no prazo de trinta dias, das férias atrasadas relativas aos últimos três anos de trabalho, a devolução das carteiras de trabalho

---

<sup>680</sup> “Entra no 13º a greve na Usina Capanema”. *O Momento*, Salvador, 22 dez. 1948, pp. 1, 6; “Com intervenção ou não, continuará a luta na Usina Capanema”. Idem, 23 dez. 1948, p. 1; “16º dia de greve”. Idem, 25 dez. 1948, p. 1; “Nem a fome consegue vencer os grevistas da Capanema”. Idem, 29 dez. 1948, p. 1; “Resistem os grevistas da Usina Capanema”. Idem, 4 jan. 1949, pp. 1, 8; “Solidariedade aos grevistas da Capanema”. Idem, 8 jan. 1949, p. 1; “Magnífico exemplo ao proletariado de todo o Brasil”. Idem, 9 jan. 1949, p. 2; “Todo auxílio aos grevistas da Capanema”. Idem, 13 jan. 1949, p. 2; “No 50º dia de greve”. Idem, 19 jan. 1949, pp. 1, 6; “A situação da Usina Capanema. Centenas de pessoas prejudicadas”. Idem, 11 fev. 1949, pp. 1, 7.

<sup>681</sup> “Voltam vitoriosos os grevistas da Capanema”. *O Momento*, Salvador, 19 fev. 1949, pp. 1, 8; “Repercuta a vitória dos grevistas da Capanema”. Idem, 20 fev. 1949, p. 8.

<sup>682</sup> “Grande vitória dos operários da Usina São Carlos”. Idem, 14 jan. 1949, pp. 1, 5; “Os operários da indústria do açúcar não se conformarão”. Idem, 21 jan. 1949, p. 5; “2.400 trabalhadores da Usina S. Carlos em greve”. Idem, 23 jan. 1949, p.1.



retidas, devidamente assinadas, e o pagamento da devida indenização aos trabalhadores demitidos. Também se comprometeu a não perseguir nem demitir nenhum empregado por motivo da greve. Apesar de não contemplar o aumento salarial, a oferta patronal foi aceita pelos grevistas, com o aval da DRT.<sup>683</sup>

No dia 25, o presidente da SUAS, Narciso Bispo de Araújo<sup>684</sup>, e os ativistas Sandoval Pereira Almeida e Francisco Oliveira foram detidos pelo delegado de polícia de Santo Amaro, Américo Ventura, sob a acusação de incitação grevista entre os empregados da Usina São Carlos. No final da tarde, uma passeata com cerca de duzentos trabalhadores e populares marchou para a cidade protestando contra as prisões. Com o pretexto de evitar uma invasão à delegacia, a polícia abriu fogo contra os manifestantes, deixando mortos os trabalhadores Serafim dos Santos e Cirilo Marques e mais de uma dezena de feridos. Dentre eles, Serafim Silva que teve uma perna amputada.<sup>685</sup>

O “massacre” de Santo Amaro, como ficou conhecido o episódio, teve enorme repercussão em nível nacional e até no exterior. No âmbito estadual, a AGT e *O Momento* procuraram mobilizar a solidariedade dos trabalhadores e da população da capital e do interior do estado às famílias das vítimas, aos empregados presos e feridos e em protesto contra a violência policial. No plenário da Assembleia Legislativa, o deputado trabalhista Carlos Aníbal Correia proferiu um enérgico protesto contra a “chacina de Santo Amaro”. Outras personalidades, a exemplo dos advogados Dante Leoneli e Alcides Guerreiro, também pediram a punição dos responsáveis.<sup>686</sup>

Da capital, foi designado pela Secretaria de Segurança Pública o Delegado Auxiliar, Adelino Marques de Carvalho, com a finalidade de instauração de inquérito para a apuração dos fatos. Uma guarnição policial também foi designada para a cidade de Santo Amaro. De acordo com a versão oficial, propagada pela imprensa, incitado por “elementos subversivos”, um grupo de trabalhadores invadiu a delegacia com o propósito de libertar os ativistas, entrando em choque com a polícia. Durante o confronto, dois soldados teriam sido feridos à

<sup>683</sup> “Prossegue firme a greve na Usina S. Carlos”. *O Momento*, 25 jan. 1949, pp. 1, 8; “Vitoriosos os grevistas da S. Carlos”. Idem, 28 jan. 1949, p. 1.

<sup>684</sup> O alfaiate Narciso Bispo de Araújo, destacado ativista entre os canavieiros de Santo Amaro, era fichado como comunista nos arquivos do DOPS.

<sup>685</sup> Além dos dois trabalhadores mortos, foram hospitalizados, com ferimentos, os empregados: Graciliano Martins, Domingos Felipe dos Santos, Antônio Bispo, Manuel Trindade, Lino Reis, Alcides Ferreira, Domingos Euclides, Manuel Paim, Ponciano Silva e Serafim da Silva que teve uma perna amputada. (“Tentaram os grevistas invadir a cadeia”. *Diário de Notícias*, Salvador, 26 jan. 1949, pp. 2, 3; “Santo Amaro em perfeita ordem”. Idem, 27 jan. 1949, p. 3; “A maioria dos operários já voltou ao trabalho”. *A Tarde*, 27 jan. 1949, p. 2).

<sup>686</sup> “Solidariedade aos grevistas”. *O Momento*, Salvador, 27 jan. 1949, p. 1; “Protestos na Assembleia”. Idem, 28 jan. 1948, p.1

bala, o que evidenciaria que os manifestantes portavam arma de fogo e que iniciaram o tumulto.<sup>687</sup>

Em contrapartida, os manifestantes e a imprensa comunista responsabilizaram a polícia, a S. A. Magalhães e o “governo Mangabeira – Juraci” pelo massacre. De acordo com o jornalista Dermeval Araújo, enviado especial de *O Momento*, nos dias que se seguiram ao “massacre”, a cidade de Santo Amaro foi transformada numa “praça de guerra”. Por vários dias, os trabalhadores presos e os hospitalizados foram mantidos incomunicáveis. Num contexto em que o movimento operário ressentia-se da escalada repressiva contra o ativismo sindical, o PCB procurou transformar os trabalhadores mortos em mártires da luta do proletariado baiano e brasileiro por direitos e contra a opressão.<sup>688</sup>

No final de janeiro, Narciso e Sandoval foram soltos por meio de *habeas corpus*, mas a repressão policial, os inquéritos criminais, os processos judiciais e as retaliações da usina contra as lideranças do movimento persistiram. Em julho, a polícia tentou deter novamente Narciso Bispo enquanto este realizava uma reunião com os empregados da Usina Aliança. No âmbito da usina, os feitores João Moreira, José Benedito e Saturnino Velho foram suspensos por 15 dias. Na Justiça do Trabalho, um inquérito administrativo foi instaurado contra Antônio Bispo e outros empregados estáveis que tomaram parte ativa no movimento. Lideranças grevistas e empregados que reclamaram na Justiça do Trabalho contra a usina ficaram “marcados” e tiveram a contratação boicotada quando tentaram obter um novo emprego.<sup>689</sup>

Em contrapartida, os trabalhadores obtiveram o pagamento das férias atrasadas, inclusive para os assalariados agrícolas, que nunca tinham usufruído esse direito. O movimento contribuiu para aumentar a influência da SUAS e do seu presidente Narciso Bispo entre os canavieiros. De acordo com Joaci Cunha, a atuação desse organismo privilegiava a formulação de pautas de reivindicações, através de reuniões de base, bem como a composição das comissões por fazendas ou usinas.<sup>690</sup> Na sequência, empregados das usinas Aliança, São Bento, São Carlos e Itapetingui iniciaram uma campanha salarial, reivindicando 40% de

<sup>687</sup> “Solidariedade aos grevistas”, op. cit.; “Protestos na Assembleia”, op. cit.

<sup>688</sup> “Governo de massacradores! Brutal chacina em Santo Amaro!”. *O Momento*, 26 jan. 1949, pp. 1, 8; “Foi premeditado o bestial massacre”. Idem, 27 jan. 1949, p. 1; MATOS, Amir. “O massacre de Santo Amaro e o Manifesto de Prestes”. Idem, 28 jan. 1949, pp. 1, 8; “Os massacradores não podem ficar impunes”. Ibidem, p.1; “Ainda incomunicáveis os presos de Santo Amaro”. Idem, 29 jan. 1949, pp.1, 8.

<sup>689</sup> “Libertados Narciso Bispo e Sandoval Almeida”. *O Momento*, Salvador, 1 fev. 1949, pp. 1, 8; “Fui preso pela S. A. Magalhães”. Idem, 2 fev. 1949, pp. 1, 7; “Despedidas em massa de trabalhadores de Santo Amaro”. Idem, 8 fev. 1949, p. 8; “Vitória dos trabalhadores da São Carlos”. Idem, 9 abr. 1949, p. 2; “Vitoriosos os operários da Usina Aliança”. Idem, 4 jun. 1949, p. 5, “O recurso dos grevistas da São Carlos”. Idem, 11 jul. 1949, p. 8; “A S. A. Magalhães atirou a polícia contra os trabalhadores”. Idem, 16 jul. 1949, p. 5.

<sup>690</sup> CUNHA, *Amargo açúcar*, op. cit., p. 153.

aumento, o pagamento do descanso semanal e de férias atrasadas e a assinatura das carteiras profissionais para quem não foi contemplado durante a greve.<sup>691</sup>

Em fevereiro de 1950, trabalhadores das quatro usinas encaminharam memoriais às respectivas diretorias com essas reivindicações. *Pari passu* com as ações reivindicatórias, a SUAS, a AGT e *O Momento* procuraram mobilizar os canavieiros para o IV Congresso dos Trabalhadores Baianos e o I Congresso dos Trabalhadores do Açúcar (programados para janeiro e março, respectivamente) e também em torno de algumas bandeiras politico-ideológicas içadas pelo PCB, como as campanhas por “pão, paz e liberdade” e contra a lei de segurança nacional.<sup>692</sup> Entrementes, acirravam-se as tensões entre os empregadores (apoiados pela polícia de Santo Amaro) e o presidente da SUAS. Em primeiro de março, os assalariados agrícolas das propriedades Botelho e Mamão paralisaram, por um dia, as atividades em protesto pelo não atendimento das suas reivindicações. O fato de esta última fazenda ser o local de realização do conclave da categoria denuncia a influência comunista no movimento.<sup>693</sup>

Na véspera do congresso dos canavieiros, uma comitiva de empregados liderada por Narciso Bispo dirigiu-se à administração da Usina São Carlos para efetuar a entrega do tal memorial. Destratados pelo gerente Gilberto Vilas Boas, que não admitia negociar com a comissão, o presidente da SUAS e outros membros da comitiva investiram fisicamente contra o superior, aplicando-lhe um soco que partiu os óculos, deixando-o ferido em uma das mãos. Era o pretexto que a direção da usina e o delegado de Santo Amaro, Américo Ventura, precisavam para impedir a realização do congresso. No mesmo dia, Narciso Bispo e o representante da AGT, José Messias, foram presos e processados pelo crime de agressão

<sup>691</sup> “Paralisado o trabalho na Usina Aliança”. *O Momento*, Salvador, 21 maio 1949, p. 5 “Lutarão por aumento de salários os trabalhadores da indústria do açúcar”. Idem, 26 maio 1949, p. 5; “Vitoriosos os operários da Usina Aliança”. Idem, 4 jun. 1949, p. 5; “Os trabalhadores das usinas de açúcar reforçam a luta pelo aumento de 40%”. Idem, 7 jun. 1949, p. 5.

<sup>692</sup> “Comemorado o primeiro aniversário da Sociedade União dos Artífices Santamarenses. *O Momento*, Salvador, 14 maio 1949, p. 5; “União dos Trabalhadores na luta pela paz e por melhores condições de vida”. Idem, 7 jul. 1949, p. 5; “Comício na usina São Carlos”. Idem, 10 ago. 1949, p. 1; “Reúnem-se em Convenção Operária, amanhã, os trabalhadores de Santo Amaro”. Idem, 24 set. 1949, p. 5; “Os operários das usinas derrotam a polícia e realizam sua convenção”. Idem, 28 set. 1949, p. 8; “Grande comício na Usina São Carlos”. Idem, 24 nov. 1949, p. 5; “Repouso ou greve!”. Idem, 25 dez. 1949, pp. 1, 9; “Convenções Operárias”. Idem, 20 jan. 1950, p. 8; “Convocado o Congresso dos Trabalhadores do Açúcar”. Idem, 9 fev. 1950, p. 1; “A Convenção dos Trabalhadores do Açúcar”. Idem, 17 fev. 1950, p. 5; “Em março próximo o I Congresso dos Trabalhadores da zona do açúcar”. Idem, 23 fev. 1950, p. 8; “Os assalariados do açúcar preparam-se para o seu I Congresso”. Idem, 4 mar. 1950, p. 5; “Os trabalhadores do açúcar marcham para o I Congresso”. Idem, 6 mar. 1950, p. 1; “Congresso dos Trabalhadores do Açúcar. A última reunião preparatória”. Idem, 14 mar. 1950, p. 5.

<sup>693</sup> “Repouso semanal e aumento de salários”. *O Momento*, Salvador, 15 fev. 1950, p. 8; “Luta vigorosa dos trabalhadores de S. Amaro”. Idem, 17 fev. 1950, p. 1; “Foram à greve os trabalhadores do açúcar”. Idem, 10 mar. 1950, p. 1.

física. A cidade de Santo Amaro e o acesso às principais usinas foram ocupados pela polícia.<sup>694</sup>

A repressão motivou a transferência do congresso para a fazenda “Pantaleão”. Realizado a duras penas, o conclave teve como principais resoluções: a luta pelo pagamento dos 70 dias de repouso semanal devidos pela empresa, o aumento de 40% nos salários, pagamento por semana, aposentadoria para os trabalhadores do campo, preço uniforme por tonelada de cana cortada, luta pela paz e a liberdade, contra a ditadura e o imperialismo. Todavia, a prisão de Narciso Bispo foi seguida de um arrefecimento nas lutas dos canavieiros. Até o final de 1950, *pari passu* com a campanha movida pela AGT e por *O Momento* pela libertação dos dois ativistas, têm-se notícias apenas de uma greve, dos assalariados agrícolas da fazenda “Mar Grande” de propriedade da Usina São Bento, ocorrida em outubro, por aumento de salários. A paralisação durou três dias e resultou na elevação da remuneração por tonelada de cana cortada de 4,00 para 6,00 cruzeiros e da diária dos carreiros e condutores de 14,00 para 16,00 cruzeiros.<sup>695</sup>

Embora seja notória a influência comunista, através da SUAS e da AGT, na tentativa de invasão da delegacia e na inclusão de algumas bandeiras pecebistas na pauta do congresso sindical dos canavieiros, o conteúdo do memorial, a pauta grevista e as práticas reivindicatórias dos trabalhadores não evidenciam uma adesão às propostas revolucionárias preconizadas pelo PCB, em contrapartida enfatizam reivindicações sentidas no cotidiano do trabalho. Apesar disso, o anticomunismo, a eliminação dos supostos “agitadores subversivos” e a defesa da disciplina e da ordem no trabalho eram os principais argumentos mobilizados pelos patrões, pela polícia e pela justiça na repressão ao ativismo sindical atuante nos locais de trabalho. Mais uma vez, as noções de cupulismo e de um sindicalismo revolucionário não se sustentam quando confrontadas com a experiência sindical.

---

<sup>694</sup> “Violências em Santo Amaro”. Idem, 12 mar. 1950, p. 8; “Terror desencadeado em Santo Amaro”. Idem, 14 mar. 1950, pp. 1, 8; “A polícia de Mangabeira quer assassinar Narciso!”. Idem, 15 mar. 1950, pp. 1, 8; “Surrado o gerente da São Carlos”. Idem, 15 mar. 1950, pp. 1, 8; “Processo contra Narciso”. Idem, 16 mar. 1950, pp. 1, 8.

<sup>695</sup> “Derrotada a polícia”. *O Momento*, Salvador, 15 mar. 1950, pp. 1, 8; “Os trabalhadores do açúcar não recuarão”. Idem, 16 mar. 1950, p. 1; “Libertemos os líderes operários”. Ibidem, p. 8; “A S. A. Magalhães não esmagará a luta dos trabalhadores”. Idem, 17 mar. 1950, pp. 1, 8; “Protesto da AGT”. Idem, 18 mar. 1950, p. 1; “Solidariedade da AGT a Narciso Bispo”. Idem, 6 abr. 1950, pp. 1, 6; “Cresce a luta pela libertação de Narciso”. Idem, 7 abr. 1950, p. 1; “Narciso Bispo concita os trabalhadores do açúcar à luta”. Idem, 9 abr. 1950, p. 2; “Negado ‘habeas corpus’ a narciso Bispo”. Idem, 30 maio 1950, pp. 1, 8; “Greve vitoriosa de assalariados da Usina S. Bento”. Idem, 14 out. 1950, pp. 1, 6; “Visitado Narciso Bispo”. Idem, 19 nov. 1950, p. 2; “A S. A. Magalhães tenta envolver Narciso Bispo na farsa terrorista”. Idem, 30 nov. 1950, p. 2.

#### 4.5 OS MOVIMENTOS GREVISTAS DE 1950

Em janeiro de 1950, o informante do DOPS, JB-19 assinalou que a calma reinante na Bahia não só era aparente como se limitava às camadas superiores da população. Encarando-se “de baixo para cima a situação era bem outra”, dizia. De acordo com o espião da polícia política, aproveitando-se da “tolerância” do Governador Otávio Mangabeira, a cada dia os comunistas consolidavam a sua posição entre os portuários, estivadores, transviários e tecelões, graças ao trabalho persistente dos seus líderes. Igualmente, procuravam se infiltrar “pelo interior do estado, principalmente nas cidades de Ilhéus, Feira de Santana, Itabuna e Juazeiro”.<sup>696</sup>

Por motivos divergentes, tanto o informante da polícia quanto o jornal *O Momento* superestimavam as ações grevistas e exaltavam a atuação dos comunistas nos meios operários. Nunca é demais lembrar que é preciso certa cautela na lide com essas fontes. Nessa conjuntura, as principais categorias profissionais que dinamizaram o movimento sindical no imediato pós-guerra ressentiam-se das intervenções nos sindicatos, da repressão institucionalizada, do expurgo das suas lideranças mais ativas (a exemplo de João dos Passos e João Cardoso) dos quadros sindicais e dos locais de trabalho, das famosas “listas negras” que dificultavam a recolocação desses ativistas em um novo emprego, bem como da radicalização do discurso pecebista e dos efeitos ideológicos do anticomunismo entre os trabalhadores. Afinal de contas, ninguém quer ser preso e espancado. Trabalhadores e trabalhadoras têm suas vidas e seus problemas pessoais, não são ativistas o tempo todo. Certas vezes, também se cansam, se desencantam, mudam de ideia e atitude.

Por outro lado, a incidência dessas greves e outras ações reivindicatórias e a proeminência das organizações por locais de trabalho indicam que, apesar do impacto no movimento sindical, esses fatores não conseguiram sufocar *in totum* as inquietações trabalhistas. Igualmente, o apoio de *O Momento* e a participação da AGT em alguns dos movimentos grevistas, bem como a atuação de algumas organizações paralelas, a exemplo da UTC e da SUAS, evidenciam que também não foram eliminados definitivamente os vínculos dos comunistas com o movimento sindical. No início de 1950, malgrado a dificuldade de mobilização dos trabalhadores, as realizações do IV Congresso Sindical e do conclave dos canavieiros de Santo Amaro também apontam nessa direção.

---

<sup>696</sup> “Política baiana”. Aperj, DPS, C. E. da Bahia, D 1479, Setor Trabalhista, s/d., fl. 59; “Comunismo”. *Ibidem*, 13 jan. 1950, fl. 144.

Os efeitos do anticomunismo e da repressão ao movimento sindical não impactaram, de forma homogênea, nas diversas categorias profissionais. Ao que parece, incidiram de forma mais incisiva onde havia uma atuação mais efetiva da militância comunista. Uma greve dos mineiros da Companhia Minas da Bahia (CMB)<sup>697</sup>, no município de Santo Antônio de Jesus, deflagrada em abril, outra dos fluviários do Rio São Francisco, em Juazeiro, eclodida em agosto, ajudam a iluminar essa questão. Ambas tiveram ampla divulgação da imprensa comunista, o apoio da AGT e também não escaparam ao olhar atento do informante do DOPS.

A greve dos mineiros foi motivada por atrasos de salários e pelo desabastecimento dos armazéns onde eles trocavam os vales fornecidos pela empresa por gêneros de primeira necessidade. Nas quatro minas, localizadas na zona rural do município, havia cerca de 400 empregados, geralmente recrutados da lavoura local e alguns catingueiros<sup>698</sup>, que trabalhavam na extração, beneficiamento e transporte do manganês. Ao lado dos contratados havia os chamados “clandestinos” ou tarefeiros, na sua maioria mulheres e menores, que trabalhavam por produção. Atrasos nos salários, exploração pelo sistema de armazéns e vales, exaustivas jornadas de trabalho, baixos salários e risco constantes de acidente e de contaminação pela silicose<sup>699</sup> eram questões que afetavam o cotidiano desses trabalhadores. Em abril de 1950, além de dois meses de salários atrasados, os armazéns encontravam-se vazios, e o comércio da cidade se recusava a aceitar os vales devido à inadimplência da empresa. Cansados de aguardar por uma solução da direção, os empregados deflagraram greve, reivindicando o pagamento dos vencimentos atrasados e o abastecimento dos armazéns. A pauta incluía ainda aumento de salários e pagamento de férias atrasadas.<sup>700</sup>

---

<sup>697</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial, a Companhia Minas da Bahia (CMB), de propriedade dos empresários Luiz de Almeida Josephson e Octávio Soveral Lund, foi encampada pelo governo brasileiro e teve o seu contrato social alterado com a admissão de novos sócios: o Secretário da Educação do governo Otávio Mangabeira, Anísio Spínola Teixeira, como majoritário; seus familiares Jaime Spínola Teixeira, Nelson Spínola Teixeira e Oscar Spínola Teixeira, entre os principais quotistas, além de Alex N. Brown, Sabino Silva, Francisco Pires de Oliveira e o Secretário da Agricultura, Nestor Duarte, como sócios minoritários. Subsidiária da CMB, a empresa SIMEL, dirigida por Jaime Spínola Teixeira, tendo como sócios o diretor da CLC Anísio Massora e o banqueiro Gileno Amado, antigo Secretário da Fazenda do governo de Juraci Magalhães, era responsável pela exportação do minério para os Estados Unidos. (Cf. “Contrato Social”. BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Santo Antônio de Jesus. Autos do recurso ordinário nº 60/45, de Bispo Evangelista, Norberto Santos, Sinfrônio Silva e outros contra Cia. Minas da Bahia, 4 jun. 1945. Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus (APMSAJ). Reclamações Trabalhistas, 1941 – 1959; “Gileno Amado, agente do embarque de minérios para a guerra”. Idem, 10 maio 1950, pp. 1, 8; “Apunham a pátria pelas costas”. Idem, 11 maio 1950, p. 1)

<sup>698</sup> Catingueiros era uma denominação usada pelos moradores do Recôncavo em referência aos retirantes sertanejos que migravam para a região, procurando escapar da seca, em busca de emprego.

<sup>699</sup> Sobre a contaminação de trabalhadores mineiros por silicose, na Bahia, ver: FARIAS, Sara Oliveira. *Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

<sup>700</sup> “Greve geral nas minas de manganês”. *O Momento*, Salvador, 29 abr. 1950, p. 1; “Os mineiros no décimo dia de greve geral”. Idem, 4 maio 1950, pp. 1, 8; “Em greve até a vitória. Manifesto lançado pela Comissão Central dos Mineiros”. Idem, 10 maio 1950, p. 2. Ver também: Recurso ordinário nº 60/45, op. cit.; BAHIA. Poder Judiciário. Fórum de Santo Antônio de Jesus. Reclamação trabalhista nº 25, de Vitor Alves Santos e outros

A categoria não possuía sindicato. A greve foi liderada por uma Comissão Central dos Mineiros e obteve os apoios de *O Momento*, da AGT e da CTB, que mobilizaram uma campanha de solidariedade aos grevistas. Entretanto, esses organismos comunistas procuraram redimensionar o movimento atribuindo-lhe o caráter de luta “contra a fome”, “pela paz”, “contra a bomba atômica e a guerra imperialista”. Conforme argumentaram, representava um exemplo efetivo da luta dos trabalhadores contra o “trabalho escravo” para a “indústria de guerra” dos Estados Unidos.<sup>701</sup> Apesar do exagero retórico, cessado o “esforço de guerra”, as jornadas e o ritmo de trabalho daqueles empregados continuavam pressionados pelos contratos de exportação que estipulavam cotas de minérios a serem produzidas pela empresa e pelos baixos salários que obrigavam os empregados a se submeterem a jornadas de horas extras e contratos por produção.

Na segunda semana de paralisação, o informante do DOPS, JB -19 avaliou que a greve não despertava muito interesse, pois o número de grevistas era pequeno e eles estavam isolados, pela distância, dos redutos comunistas. Conforme observou, a DRT deu pouca atenção ao movimento, acreditando que os grevistas seriam facilmente vencidos pela fome e capitulariam incondicionalmente, mas a sensação de abandono por parte dos poderes públicos, pouco a pouco, levava “esses míseros trabalhadores” para os braços dos comunistas que, apesar da falta de organização e da indiferença recebida, agitavam a campanha por “Paz, pão e liberdade”.<sup>702</sup> Durante a greve, foi fundada uma União dos Mineiros de Santo Antônio de Jesus, e aprovado um programa mínimo de reivindicações, que incluía aumento geral de 100% nos salários, garantia do pagamento do salário mínimo para todos os empregados, redução dos preços e fiscalização da balança do barracão por representantes da União dos Mineiros e fornecimento diário de gêneros aos empregados. Mas, o organismo não vingou.

No juizado de Santo Antônio de Jesus, uma reclamação trabalhista movida, no início de maio, por quarenta e cinco empregados contra a companhia mineradora ajuda a explicar as reais pretensões do movimento. No processo, os mineiros alegaram demissão injustificada e pleitearam o pagamento de aviso prévio, quatro meses de vencimentos atrasados, além de

---

contra Cia. Minas da Bahia. Fórum de Santo Antônio de Jesus, 8 maio 1950; Idem. Carta de Sentença a requerimento de Quirino Santos e outros contra Cia Minas da Bahia, 24 jun. 1957. APMSAJ. Reclamações Trabalhistas, 1941 – 1959.

<sup>701</sup>“Trabalho escravo nas minas de manganês de Santo Antônio de Jesus”. *O Momento*, 15 abr. 1950, p. 5; “Luta de todo o proletariado”. Idem, 16 maio 1950, p. 3.

<sup>702</sup> A campanha pecebista procurava mobilizar a luta dos trabalhadores contra a carestia e por aumento de salários; contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coréia, a exportação de minérios para a indústria de guerra e o apoio militar do Brasil aos EUA no contexto da guerra-fria, bem como contra o projeto de Lei de Segurança Nacional do governo Dutra. “Setor Trabalhista”. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D1479, fl. 58, op. cit.

férias e horas extras jamais pagas pela empresa. A direção da firma contestou as demissões, mas admitiu o atraso dos salários e as férias atrasadas além da suspensão do fornecimento de gêneros alimentícios aos empregados. Argumentou ainda que já estava sendo providenciando o abastecimento dos armazéns, o imediato pagamento do mês de fevereiro e prometeu quitar o restante atrasado até o final de junho. O juiz então propôs uma conciliação, que foi aceita pelas partes, ficando a empresa comprometida ainda a manter o fornecimento ininterrupto dos gêneros e a não demitir os reclamantes sem motivo justificável até a liquidação total do débito.<sup>703</sup> Provavelmente, o acordo foi descumprido pela empregadora.

No vigésimo dia de greve, a Comissão Central dirigiu-se à cidade de Salvador, procurando mobilizar a solidariedade dos trabalhadores e suscitar uma intervenção das autoridades na questão. Em companhia do presidente da AGT, João Cardoso, a comitiva foi recebida na Assembleia Legislativa, na Câmara Municipal e pelo governador Octávio Mangabeira. As autoridades reconheceram a justeza das reivindicações, mas disseram que não podiam intervir numa questão privada. Em locais de trabalho, como o cais do porto, os grevistas obtiveram apoio moral e ajuda material de outros empregados.<sup>704</sup>

De volta ao local das minas, foi cogitado o abatimento de um boi da Companhia para distribuição da carne entre os empregados. Todavia, após entendimentos com o delegado de polícia e com um representante da empresa as lideranças grevistas recuaram do intento. Entrementes, uma audiência de conciliação foi convocada pelo Juiz de Direito daquela Comarca.<sup>705</sup> Em 4 de junho, foi firmado um acordo, em juízo, pelo qual a empresa se comprometeu a efetuar imediatamente o pagamento do mês de fevereiro, abastecer os armazéns e regularizar todas as férias e o restante dos vencimentos atrasados até o final do mês. Depois de 39 dias de greve, os mineiros voltariam ao trabalho com o recebimento da primeira parcela do acordo, mas ameaçando uma nova paralisação caso o restante fosse descumprido.<sup>706</sup>

Como previram os empregados, a empresa não cumpriu o acordo. No final do mês, *O Momento* anunciou uma nova paralisação, mas uma assembleia ocorrida em 1º de julho

<sup>703</sup> Autos da Reclamação trabalhista nº 25, op. cit.

<sup>704</sup> “Estamos firmes!”. *O Momento*, Salvador, 16 maio 1950, pp. 1, 8; “Lutaremos até a vitória!”. Idem, 17 maio 1950, pp. 1, 8; “Os mineiros confiam na vitória”. Idem, 18 maio 1950, s/p.

<sup>705</sup> “Voltamos dispostos a lutar até o fim”. *O Momento*, Salvador, 20 maio 1950, p. 5; “Prossegue a luta dos mineiros”. Idem, 21 maio 1950, p. 7; “Esperam a resposta do patrão, até amanhã”. Idem, 26 maio 1950, p. 5; “Os mineiros lutarão até vencer”. Idem, 28 maio 1950, pp. 1, 7.

<sup>706</sup> “Só querem pagar um mês aos mineiros”. *O Momento*, Salvador, 2 jun. 1950, p. 8; “Os mineiros ganharam a vitória”. Idem, 6 jun. 1950, pp. 1, 8; “As reivindicações dos trabalhadores de Santo Antônio”. Idem, 8 jul. 1950, p. 5; “Vitoriosos os grevistas de Santo Antônio de Jesus”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 7 jun. 1950, s/p. Aperi, fundo DPS, C. E. do Estado da Bahia, D886, fl. 46.



deliberou um prazo de dez dias para o pronunciamento dos patrões. Sem retorno, em 19 de julho a União dos Mineiros requereu a execução da convenção, sob pena de penhora de bens da Companhia, mas não chegou a efetivar-se o embargo.<sup>707</sup>

Para o PCB, a greve dos mineiros evidenciava na prática o entrelaçamento das lutas da classe operária pelos seus direitos, contra a fome e a exploração, com a luta geral do proletariado e de todo o povo “contra a guerra imperialista e a bomba atômica” e a disposição dos trabalhadores em assumir “formas mais altas e vigorosas de luta” por “pão, paz, terra e liberdade”. Representava, assim, um exemplo a ser seguido por todo o proletariado brasileiro. Todavia, conquanto no calor do movimento as lideranças grevistas incorporassem esse discurso político-ideológico, inclusive promovendo a assinatura do Apelo de Estocolmo pelos mineiros, satisfeita a pauta básica de reivindicações, estes retomaram normalmente as atividades de mineração<sup>708</sup>, ou seja, embora não estivessem alheios às questões da *haute politique* dos comunistas, era premente a garantia da própria sobrevivência.

A pauta e o processo grevista tanto quanto o programa da União dos Mineiros privilegiaram as reivindicações sentidas dos empregados. O envolvimento da militância comunista (AGT e *O Momento*) conquanto tenha incorporado algumas bandeiras ideológicas pecebistas não implicou uma radicalização do movimento. Antes, durante e depois da ação grevista, os empregados envidaram esforços na tentativa de uma solução negociada com a direção da empresa. Nesta mesma perspectiva, reivindicaram e legitimaram a mediação das autoridades constituídas. Outra evidência da disposição para negociar foi o recuo da iniciativa de abater o boi da companhia.

Eclodida em 6 de agosto, a greve dos fluviários da Viação Baiana do Rio São Francisco foi motivada por atraso nos salários. A categoria abarcava cerca de quinhentos empregados entre trabalhadores das oficinas e as tripulações dos navios. De acordo com *Estado da Bahia*, desde janeiro os vencimentos encontravam-se atrasados, devido à situação deficitária da empresa. Recursos repassados pela União, a título de empréstimo, teriam sido desviados para outros setores pela Secretária da Viação do Estado da Bahia.<sup>709</sup> Já na versão de

<sup>707</sup> “Traição aos mineiros”. *O Momento*, Salvador, 23 jun. 1950, p. 8; “Os mineiros abandonaram o trabalho”. Idem, 29 jun. 1950, p. 8; “Os mineiros dão um prazo de 10 dias”. Idem, 7 jul. 1950, p. 8. Ver também: Reclamação trabalhista nº 25, op. cit.

<sup>708</sup> MATOS, Almir. “Salve, mineiros de Santo Antônio de Jesus”. *O Momento*, Salvador, 8 jun. 1950, pp. 1, 8; POMAR, Pedro. “Sigamos o exemplo dos mineiros da Bahia”. Ibidem, pp. 3, 6; “Vitoriosa batalha contra a fome e a guerra”. Idem, 7 jun. 1950, pp. 1, 8; “Repercussão nacional da vitória dos mineiros”. Idem, 10 jun. 1950, p. 1; “Os mineiros do manganês assinam o Apelo de Estocolmo”. Idem, 18 jun. 1950, pp. 1, 8; “A Confederação dos Trabalhadores do Brasil saúda os mineiros de Santo Antônio de Jesus”. Idem, 6 jul. 1950, p. 5; “Dirigem-se à CTB os mineiros de Santo Antônio”. Idem, 25 jul. 1950, p. 5; “Que os trabalhadores sigam este honroso exemplo”. *Voz Operária*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1950. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D1479, fl. 465.

<sup>709</sup> Desviada a verba consignada à Viação Baiana do São Francisco. *Estado da Bahia*, Salvador, s/d.

*O Momento*, os grevistas reivindicavam aumento de salário. Segundo a folha comunista, essa reivindicação foi levantada desde novembro de 1948, tendo fracassado as tentativas de negociação intermediadas pelo sindicato. Em junho de 1949, uma assembleia deliberou reivindicar a interferência do Ministério do Trabalho e do Governador Otávio Mangabeira, ameaçando deflagrar greve caso não se chegasse a um entendimento. Coincidência ou não, em 8 de julho o Ministério da Viação estendeu a esses trabalhadores o aumento de 40% concedido aos marítimos, mas foi protelado pela empresa. Em nova tentativa de negociação, os empregados encaminharam um memorial à direção, reivindicando além do cumprimento da portaria ministerial o pagamento do descanso semanal remunerado e diferenças de vencimentos retroativas a julho de 1946.<sup>710</sup>

Frustrada mais essa iniciativa, os transviários tentaram suscitar dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, mas também não lograram êxito. Segundo *O Momento*, durante uma visita do delegado do Trabalho a Juazeiro, em outubro de 1949, os empregados deram um ultimato: se não fosse pago o aumento até o final do ano, deflagrariam greve. No final de dezembro, o presidente do sindicato, Manoel Jovito da Silva<sup>711</sup>, conseguiu abortar a paralisação com a informação de que a Comissão da Marinha Mercante havia autorizado o pagamento, mas novamente não foi efetivado. Em janeiro de 1950, os empregados chegaram a constituir um comitê central de greve e vários subcomitês por locais de trabalho; mas, outra vez, o movimento foi contido pelo anúncio da Federação dos Trabalhadores Marítimos de que o Governador havia se comprometido a pagar o aumento. Mais uma vez, a promessa não foi cumprida. Na época, o deputado petebista Carlos Aníbal Correia denunciou a situação na plenária da Assembleia Legislativa e advertiu que, se os empregados fossem à greve, não se dissesse que era agitação ou “subversão da ordem”.<sup>712</sup>

Fracassadas as tentativas de uma negociação amigável e desiludidos com as promessas das autoridades, em 6 de agosto os fluviários deflagraram greve. Segundo *O Momento*, as oficinas da Viação Baiana e o tráfego dos navios foram paralisados. Durante a greve, os grevistas mantiveram-se reunidos na sede do seu sindicato. De imediato, o movimento teve o

<sup>710</sup> “Greve geral no São Francisco”. *O Momento*, Salvador, 3 jan. 1950, p.1; “Venceram os fluviários”. Idem, 5 jan. 1950, p. 7; “Disposto a ir à greve os fluviários do São Francisco”. Idem, 8 jan. 1950, p. 1; “Aumento ou greve”. Idem, 20 jan. 1950, p. 3; “Lutam os fluviários do São Francisco para acabar com a exploração”. Idem, 20 ago. 1950, pp. 3, 7; “Ameaça de greve dos fluviários de Juazeiro”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1950, s/p. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D886, fl. 43.

<sup>711</sup> Manoel Jovito era presidente do Sindicato dos Práticos, Arrais e Mestres de Pequena Cabotagem em Transportes Marítimos.

<sup>712</sup> “Os fluviários do São Francisco irão à greve”. *O Momento*, Salvador, 31 jan. 1950, pp. 1, 8; “Só resta o caminho da greve”. Idem, 1 fev. 1950, p. 1; “Vamos à greve para fazer valer nossos direitos”. Idem, 3 fev. 1950, pp. 1, 8; “Manobra para confundir os fluviários”. Idem, 4 fev. 1950, p. 8; “Suspensa a greve dos fluviários”. Idem, 10 fev. 1950, p. 1.

apoio da imprensa comunista e da AGT, cujo presidente João Cardoso foi pessoalmente a Juazeiro solidarizar-se com os grevistas. Desde então, esses organismos comunistas passaram a vincular o movimento grevista à luta “contra o imperialismo” e “por um Governo Popular e Democrático”.<sup>713</sup> Conquanto desde janeiro a folha comunista especulasse a existência de uma ameaça de greve entre os fluviários, o jornal *Estado da Bahia* não faz nenhuma alusão ao envolvimento de “agitadores subversivos”, expressões geralmente utilizadas em referência aos comunistas.

A princípio, a direção da Viação Baiana refutou qualquer entendimento com os grevistas, apoiada no argumento de que a greve era ilegal, mas pressionada pelos efeitos da paralisação acabou admitindo uma negociação. Após uma semana de greve, os comerciantes e as autoridades locais começavam a reclamar dos prejuízos causados no transporte de mercadorias e pessoas. Tentativas de conciliação foram mediadas pela Federação dos Marítimos; o presidente do sindicato da categoria, o capitão dos Portos, Sátiro Dantas; o prefeito e vereadores de Juazeiro; emissários do governador e outras autoridades da capital; mas, desiludidos com as promessas descumpridas, os grevistas estavam decididos a só voltar ao trabalho com dinheiro no bolso.<sup>714</sup>

Depois de 24 dias de greve, com o movimento já desgastado pela pressão das autoridades, por ameaças policiais e pelas dificuldades materiais, os grevistas admitiram voltar ao trabalho, mediante o pagamento da diferença salarial, retroativo a janeiro, bem como dos dias de greve, além do compromisso do governador, endossado pelo prefeito de Juazeiro, de que a Viação Baiana quitaria o mais breve possível o restante do aumento.<sup>715</sup>

Em que pesem as implicações sobre o movimento sindical, as intervenções nos sindicatos e as ações repressivas e jurídicas contra as lideranças sindicais não conseguiram sufocar *in totum* as inquietações dos trabalhadores. O impacto parece ter sido maior entre as categorias que estiveram na dianteira do movimento sindical no final da Segunda Guerra:

<sup>713</sup> “Greve geral em Juazeiro”. *O Momento*, Salvador, 9 ago. 1950, pp. 1, 4; “Está firme a greve em Juazeiro”. Idem, 10 ago. 1950, pp. 1, 6; “Todo apoio aos grevistas de Juazeiro”. Idem, 18 ago. 1950, p. 5; “Grande passeata dos grevistas”. Idem, 25 ago. 1950, pp. 1, 8; “Solidariedade de todo o proletariado aos grevistas”. Idem, 27 ago. 1950, p. 2; “No 23º dia de greve!”. Idem, 29 ago. 1950, p. 1; “Grande passeata dos grevistas em Juazeiro”. *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 20 ago. 1950. Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia, D886, fl. 47; “Prossegue a greve dos fluviários da Viação Baiana do S. Francisco”. *Imprensa Popular*, Rio de Janeiro, 1 set. 1950. Idem, fl. 49.

<sup>714</sup> “Só com a vitória”. *O Momento*, Salvador, 11 ago. 1950, pp. 1, 6; “Recusada pelos grevistas”. Idem, 13 ago. 1950, pp. 1, 6; “Só voltaremos com o aumento”. Idem, 15 ago. 1950, pp. 1, 6; “Não cedem os grevistas”. Idem, 16 ago. 1950, p. 1; “Entra no 12º dia a greve dos fluviários”. Idem, 18 ago. 1950, pp. 1, 8; “O governo encontra a forte resistência dos grevistas”. Idem, 19 ago. 1950, pp. 1, 8; “Novas adesões à greve”. Idem, 20 ago. 1950, pp. 1, 8; “Firmes os grevistas na luta”. Idem, 22 ago. 1950, p. 1; “Só com o aumento no bolso”. Idem, 23 ago. 1950, p. 1.

<sup>715</sup> “Voltaram ao trabalho os fluviários”. *O Momento*, Salvador, 1 set. 1950, p. 5; “Os navios só sairão depois do pagamento”. Idem, 2 set. 1949, pp. 5, 7.

estivadores e portuários, têxteis, transviários, marceneiros, ferroviários, padeiros, empregados na construção civil. Em contrapartida, observou-se uma tentativa do ativismo sindical pecebista, através da AGT e de *O Momento*, de obter maior inserção e influência entre os trabalhadores do Recôncavo e do interior do estado, inclusive entre os assalariados agrícolas do açúcar e do cacau.

As greves dos mineiros do manganês de Santo Antônio de Jesus e dos fluviários do São Francisco são sintomáticas dessa conjuntura. Ambas decorreram de demandas imediatas dos empregados, vivenciadas no cotidiano de trabalho: vencimentos atrasados, suspensão do fornecimento de gêneros de subsistência pelos armazéns, descumprimento do direito de férias e por aumento de salários. Por influência da AGT e de *O Momento*, as lideranças grevistas passaram a incorporar, secundariamente, os discursos e bandeiras político-ideológicos pecebistas, mas isso não implicou nenhuma radicalização da pauta e do processo grevista. A ênfase dos organismos vermelhos nesses movimentos mais expressava a intencionalidade da linha política preconizada pelo partido naquela conjuntura do que a efetiva existência de um ímpeto grevista ou uma adesão dos trabalhadores a uma ideologia revolucionária. Não se tratou, portanto, de uma “greve por decreto”, nem tampouco os trabalhadores foram uma “massa de manobra” manipulada por “correias de transmissão”.

Tanto quanto não acederam passivamente, no final da Segunda Guerra e no contexto da democratização, ao chamado getulista à conciliação de classes e ao apelo pecebista para que “apertassem os cintos” e adiassem suas reivindicações, na conjuntura repressiva do governo Dutra os trabalhadores e os ativistas sindicais estudados nesta pesquisa, em geral, não anuíram à tentativa de radicalização do movimento sindical pelo PCB. Aliás, algumas das bandeiras sindicais preconizadas pelo PCB nessa conjuntura (organização por locais de trabalho, negociação direta, greves, combinação entre pautas econômicas e políticas) já faziam parte da experiência sindical dos trabalhadores no contexto precedente.

Por outro lado, aliadas aos efeitos da escalada repressiva e das suas próprias contradições políticas, as correntes de esquerda do movimento sindical - representadas, sobretudo, pelos comunistas e setores trabalhistas – enfrentavam a concorrência ideológica do projeto de “paz social” que unia o empresariado, a doutrina social cristã e o governo de “portas abertas” de Octávio Mangabeira. Além disso, é preciso reconhecer que os trabalhadores não eram uma “massa amorfa”, possuíam subjetividade, experiências acumuladas nas lutas e negociações passadas, eram capazes, portanto, de fazer escolhas entre

as opções que lhes eram apresentadas. Assim como foi observado por Hélio da Costa<sup>716</sup> em seu estudo sobre o caso paulista, essas questões relativizam a tentativa de uma associação direta entre as ações do movimento operário e as diretrizes político-ideológicas preconizadas pelo partido. Antes, essa parece ter sido uma relação de via dupla, dinâmica e complexa, que não permite definir em que medida umas se sobressaíram sobre as outras.

---

<sup>716</sup> COSTA, *Em busca da memória*, op. cit., pp. 140/1.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Bahia, as conjunturas do final da Segunda Guerra e da redemocratização foram marcadas pela volta do movimento sindical à cena pública e pela eclosão de diversos movimentos reivindicatórios. *Pari passu* com as iniciativas ocorridas em outros lugares, a despeito das restrições jurídicas e administrativas remanescentes do Estado Novo, trabalhadores e ativistas dinamizaram a vida sindical, promoveram vários movimentos grevistas e redimensionaram os espaços de expressão e participação política da classe trabalhadora.

Favorecida pelas medidas democratizantes, paulatinamente, anunciadas pelo governo Vargas, e influenciada pela deterioração das condições de vida e de trabalho do operariado proveniente do “esforço de guerra”, a dinamização da vida sindical deveu-se mais às iniciativas dos próprios trabalhadores e ativistas sindicais do que à política de sindicalização promovida pelo Ministério do Trabalho durante o Estado Novo. Apesar dos limites, demarcados tanto pela ação do aparelho repressivo e jurídico governamental quanto pelo discurso patriótico nacionalista e de colaboração entre as classes, associado à campanha democrática, ao trabalhismo getulista, à política pecebista de “União Nacional”, bem como a uma suposta “tradição conciliatória” da sociedade baiana, em diversas situações abordadas neste estudo se sobressai a agência dos trabalhadores, lutando, negociando, fazendo alianças, pleiteando justiça social, melhores condições de vida e de trabalho, representação e participação política, direitos trabalhistas e aumento de salários. Um caso exemplar foi o da indústria têxtil, onde era comum o sistema fábrica e vila operária, uma marca saliente do paternalismo industrial, que se mostrou insuficiente para assegurar uma estabilidade duradoura das relações de trabalho diante dos empregados a protagonizarem importantes movimentos reivindicatórios.

Nos interstícios da estrutura sindical corporativista (que previa uma participação restrita e controlada da classe trabalhadora), os trabalhadores se apropriaram desse diversificado aparato institucional, bem como de seu repertório discursivo, e reinventaram as diversas instâncias jurídicas e administrativas, sobretudo no âmbito trabalhista (sindicatos legais, DRT, CLT, Justiça do Trabalho), procurando respaldar suas reivindicações e as ações mobilizadas na luta por direitos. Contudo, seria um equívoco supor um comportamento homogêneo da classe trabalhadora. Enquanto alguns setores do operariado apoiaram a proposta corporativista, outros ficaram cautelosos com os riscos que ela impunha à autonomia dos seus sindicatos, mas, com o tempo, acabaram admitindo-a por considerá-la indispensável.

Na Bahia, a reinvenção de uma tradição sindical tanto foi influenciada pelas questões e expectativas contemporâneas dos trabalhadores quanto foi informada pelas experiências sindicais anteriores ao Estado Novo, a exemplo das “memoráveis reuniões” realizadas na sede da antiga Federação dos Trabalhadores Baianos, recordadas por Juvenal Júnior (vide capítulo 1). Alguns sindicalistas, como Manoel Batista de Souza, Alfredo Moreira de Freitas, João Pacífico de Souza, João Ribeiro dos Passos, Demócrito Gomes da Carvalho, João Cardoso de Souza, Cosme Ferreira, Juvenal Souto Júnior e outros, traziam nas suas memórias e trajetórias as experiências das organizações e lutas do início da década de 1930 e da convivência com sindicalistas da geração de 1920.

As tradições de luta, negociação e organização coletiva, a troca de experiências com trabalhadores de outros lugares e o convívio com outras gerações de sindicalistas, bem como a participação em organismos e fóruns intersindicais foram aspectos remorados por esses sindicalistas que informaram a sua formação política. Essa cultura sindical era informada ainda pela interlocução com discursos e propostas político-ideológicas, mediadas por dirigentes e ativistas sindicais e partidários, pelo governo, pelos patrões e por outros atores políticos. Aliados a esses fatores, outros aspectos da cultura operária - como a valorização do emprego e da especialização profissional, a noção de hierarquia funcional, a disciplina, a solidariedade e as tensões intraclasse, a religiosidade e outras formas de sociabilidade que transcendiam ao local de trabalho, como as associações carnavalescas e os clubes de futebol, as práticas de beneficência e assistência social - também compuseram a experiência dessa geração de sindicalistas.

As trajetórias e experiências desses ativistas sindicais, o prestígio galgado junto às bases e a atuação em diversos movimentos reivindicatórios nos contextos focalizados nesta pesquisa contrariam o pressuposto de que eles agissem como mera “correia de transmissão” dos discursos e programas político-partidários ou governamentais. Outros sindicalistas, entre os que mantinham uma linha de colaboração com o Ministério do Trabalho e com a política corporativista (quase sempre, rotulados de “pelegos” pelos seus opositores e por muitos analistas do movimento sindical) também não deixaram de defender os interesses e apoiar as demandas dos associados, a exemplo de Jurandir Ferreira Guerreiro, presidente do Sindicato dos Marceneiros de Salvador; João Batista de Souza, presidente do Sindicato dos Ferroviários de Ilhéus; Oldack Nascimento, presidente do Sindicato dos Tecelões de Valença e Mario Vale, interventor do Sindicato dos Gráficos. Afinal, essa era uma condição indispensável para quem pretendesse amear algum prestígio e representação junto às bases, pois os trabalhadores – também eles – não eram nenhuma “massa amorfa”, passiva e submissa;

desinteligente e despreparada. Ainda mais num contexto em que as inquietações trabalhistas pululavam os locais de trabalho e transcendiam para a esfera pública; com a presença decidida dos comunistas (em simultâneo).

No biênio 1945/46, num contexto em que diversas noções e propostas de cidadania eram confrontadas, inclusive na Assembleia Nacional Constituinte, as pautas reivindicatórias dos trabalhadores, nas ruas e locais de trabalho bem como os programas e resoluções dos organismos e congressos sindicais sinalizavam um projeto de cidadania operária que transcendia os limites demarcados tanto pelo sistema corporativista quanto pelo paternalismo industrial, em geral incrustado no liberalismo político. Em linhas gerais, essa proposta de cidadania aplacava um conjunto de demandas por direitos sociais, civis e políticos: melhores condições de vida e trabalho, materialização e ampliação dos direitos trabalhistas, melhorias salariais, assistência e bem-estar social, liberdade de manifestação organização e expressão, direito de greve, participação nas questões e decisões políticas, econômicas e sociais, reconhecimento, respeito e dignidade.

No contexto da democratização, com o advento de uma política de massas, na qual o trabalhador se tornou peça chave no jogo político-eleitoral, a classe trabalhadora experimentou outros espaços institucionais de representação e participação política. Envolvendo-se na militância partidária, concorrendo aos cargos legislativos e/ou apoiando e votando em candidatos e partidos que se apresentavam como seus representantes e que assumiam as suas demandas, os trabalhadores procuraram ampliar seus espaços de representação e participação política, fazendo ecoar e buscando viabilizar, institucionalmente, suas propostas e reivindicações.

Apresentando-se como interlocutores das classes trabalhadoras e contando com uma inserção mais efetiva de suas bases nos sindicatos e locais de trabalho, o PCB e o PTB conseguiram levar alguma vantagem na disputa pelos dividendos eleitorais nos redutos sindicais e proletários. A identificação desses partidos e de alguns dos seus candidatos com as lutas sindicais e com as causas trabalhistas favoreceram essa relação. Contudo, os candidatos e partidos “das classes dominantes” também cortejaram e foram sufragados por esse eleitorado.

Na Bahia, o PTB, embora não tivesse a mesma representatividade que em estados como Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, apoiado no prestígio político de Getúlio Vargas e na propaganda da legislação trabalhista, bem como favorecido pelo acesso de seus quadros a postos estratégicos da burocracia trabalhista e previdenciária e pela influência mantida em vários sindicatos, obteve expressiva projeção entre os assalariados urbanos, no período



analisado, sobretudo nas eleições de 1947 e 1950. Todavia, as escolhas dos trabalhadores comportavam nuances e complexidades, quase sempre ofuscadas pela teoria da manipulação populista. Sem embargo de outros critérios, como prestígio, reconhecimento, carisma e amizade, geralmente envolviam interesses e expectativas em torno de demandas concretas por justiça social, melhores condições de vida e de trabalho, representação e participação política, alimentadas durante as campanhas não só pelos discursos, programas e propagandas eleitorais como também pelo esforço necessário para a sua expressão e defesa, em geral diante da avareza das autoridades.

Com efeito, a movimentação sindical e grevista do imediato pós-guerra e as demandas dos trabalhadores por participação e representação política não tardaram a incomodar os patrões e as instâncias políticas, administrativas e jurídicas, tanto pelos supostos prejuízos causados à economia quanto por representar um desafio público às prerrogativas de autoridade patronal e governamental. Assim, verificou-se a propagação na imprensa de um discurso anticomunista, antigrevista e condenatório do movimento sindical. Na Bahia, a publicação pelo governo Dutra do decreto-lei 9.070, de 15 de março de 1946, que restringia o direito de greve e reeditava a exigência do atestado de ideologia para a ocupação dos cargos de direção sindical, foi celebrada pela imprensa liberal e pelo *Correio Trabalhista*. A medida foi seguida pelo fechamento do MUT (em abril) e por ingerências da DRT e do DOPS no Terceiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos (em maio). A questão da assiduidade integral também é sintomática desse contexto.

A partir de setembro, no contexto de promulgação da Constituição de 1946, os discursos e as medidas anticomunistas, antigrevistas e de cerceamento da liberdade sindical foram intensificados pelos desdobramentos do Congresso Nacional Sindical com a criação da Confederação Geral dos Trabalhadores e das Uniões Sindicais estaduais. No decurso de 1947 e 1948, a política anticomunista e anti-operária (ou avessa ao movimento sindical) do governo Dutra e do então ministro do Trabalho, o empresário Morvan Dias Figueiredo, que culminou na proscrição do PCB, na cassação dos mandatos comunistas e na ilegalidade da CTB, resultou no fechamento da União Sindical dos Trabalhadores Baianos e na intervenção ministerialista em vários sindicatos.

Na Bahia, a efetivação dessa política intervencionista e repressiva foi promovida conjuntamente pela DRT, a Secretaria de Segurança Pública e a Delegacia de Ordem Pública e Social, com o apoio do empresariado e de alguns dirigentes sindicais. Essa conjuntura selou o fim das transigências dos comunistas com o presidente Dutra e depois com o governador Otávio Mangabeira. Todavia, as intervenções e as medidas repressivas contra o movimento

sindical também tiveram como alvo alguns sindicalistas trabalhistas e getulistas que se destacavam à frente das reivindicações dos associados, a exemplo dos presidentes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar de Santo Amaro, Octávio Nunes da Silva, e do Sindicato dos Tecelões de Valença, Oldack Nascimento, destituídos em fevereiro de 1947 e em junho de 1948, respectivamente.

Conquanto tenham impactado no movimento sindical, as medidas intervencionistas e repressivas instituídas durante o governo Dutra não eliminaram o ativismo operário nos locais de trabalho nem sufocaram *in totum* as reivindicações trabalhistas. Com efeito, foram esses os principais alvos da repressão policial e judicial no biênio 1948/49. As lutas por aumento de salários, abono de natal, descanso semanal remunerado e contra a assiduidade integral, bem como as 39 greves inventariadas na Bahia entre 1948 e 1950 corroboram esse entendimento. Por outro lado, a linha esquerdista e sectária preconizada pelo PCB na clandestinidade não implicou em total abandono dos sindicatos pelos trabalhadores (inclusive os comunistas) nem a rejeição das vias legais e institucionais de mediação das questões trabalhistas. Tampouco provocou uma intensificação e radicalização do movimento sindical.

Embora alguns dos movimentos grevistas assinalados nessa tese, a exemplo das greves dos fiscais de bondes (em setembro de 1948) e dos transviários (dezembro de 1948) da CLC e dos operários da Construtora Norberto Odebrecht (abril de 1949) não passassem de tentativas frustradas de alguns ativistas, sem o apoio das respectivas categorias, de arrancar uma paralisação, outros, entretanto, como as greves dos têxteis (setembro/outubro de 1948), dos canavieiros da Usina São Carlos (janeiro de 1949) e da Capanema (dezembro de 1948 - janeiro de 1949), dos mineiros do manganês (abril/junho de 1950) e dos fluviários do São Francisco (agosto de 1950), resultaram de iniciativas efetivamente mobilizadas pelos empregados, a partir de reivindicações sentidas nos locais de trabalho. Apenas secundariamente, por influência da AGT e do jornal *O Momento*, certas vezes, as lideranças incorporaram à pauta grevista, algumas das bandeiras político-ideológicas pecebistas. Finda a greve, atendidas ou não as reivindicações dos grevistas, essas bandeiras eram recolhidas. Os movimentos supracitados ilustram bem essa situação, contrariando, portanto, a noção de “greve por decreto”.

Assim como, no final da Segunda Guerra e no contexto da política de “União Nacional”, os trabalhadores e sindicalistas não acederam incondicionalmente ao chamado getulista à conciliação de classes nem atenderam passivamente ao apelo pecebista para que “apertassem os cintos” e adiassem suas reivindicações, depois, na conjuntura repressiva do governo Dutra, eles não anuíram à tentativa de radicalização do movimento sindical pelo

PCB. Em acréscimo, em boa medida, suas atitudes expressavam o que podiam pensar ou fazer diante de seus chefes e patrões. Se, por um lado, a ênfase pecebista nas organizações por locais de trabalho e na ação direta (que não representavam nenhuma novidade na experiência sindical) podia influenciar a mobilização de ações grevistas, por outro lado, o ascendente discurso anticomunista, a repressão institucionalizada, a clandestinidade do PCB, o expurgo de seus ativistas das empresas e dos quadros sindicais e a radicalização da sua linha política concorriam para refluir a influência comunista entre os trabalhadores.

Afinal de contas, os trabalhadores não eram uma “massa amorfa” (nem “de manobra”) nem tampouco os sindicalistas representavam meras “correias de transmissão”. Além disso, havia o temor de serem detidos, presos e espancados. Entre os discursos e projetos políticos e ideológicos de cúpula partidária ou governamental e as escolhas e ações dos sindicalistas e trabalhadores, havia apropriações, ressignificações, informadas tanto pelas experiências passadas quanto pelas questões cotidianas do trabalho e da vida. Essa relação era uma via de mão dupla, dinâmica e complexa.

O rompimento, em outubro de 1948, do líder estivador Jaime Maciel, deputado estadual cassado e vereador de Salvador, com o PCB; o manifesto dos posseiros da Vila Ruy Barbosa, em gosto de 1950, repudiando as “acusações e insultos” do presidente da Sociedade de Defesa dos Moradores, Paulo Costa, e de outros integrantes do Partido Comunista contra o governador do Estado e a polícia; e o relatório apresentado pela CTB na Conferência Sindical Nacional, em julho de 1950, admitindo que a “luta pela paz” não atingia em profundidade as camadas operárias, são sintomáticos do azedamento dessa relação. Em contrapartida, observou-se uma articulação entre as instâncias governamentais, o assistencialismo católico circulista, uma corrente sindical anticomunista representada pela Comissão dos Presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Baianos e o capitalismo do bem-estar social promovido pelo SESI e pelo SESC em torno de um projeto de “paz social”, que tinha como pano de fundo o anticomunismo e o controle do movimento sindical. Essa relação ficou evidenciada tanto nas comemorações do 1º de Maio, a partir de 1947, quanto na inauguração de obras e ações de assistência social, frequentemente noticiadas na imprensa.

Os resultados apresentados neste estudo corroboram o entendimento de que os trabalhadores baianos foram protagonistas da sua própria história. As diversas situações analisadas contrariam premissas sustentadas pelo pensamento social que representavam a Bahia, em meados do século XX, como um repositório das tradições de cordialidade e conciliação e que distinguiram a sociedade baiana pelo conagraçamento entre raças e classes. Igualmente, contradizem as teses que afirmaram a insignificância, a incapacidade, a

submissão e a ausência de tradições de luta e organização dos trabalhadores baianos na conjuntura estudada. Por fim, permitem afirmar que, antes do surgimento da moderna indústria petrolífera, já estavam em curso experiências significativas de lutas e de formação de classe na Bahia. Então, quando hipoteticamente começou o século XX na Bahia, os trabalhadores eram personagens presentes e atuantes. Este estudo reafirma, portanto, a impropriedade do emprego de dicotomias, do tipo atraso X modernidade; centro X periferia; classe X paternalismo, na abordagem das especificidades socioculturais e inter-regionais inerentes ao processo de formação da classe trabalhadora.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES DIVERSAS

#### **Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) - Setor: Jornais raros:**

*O Momento*, abril/1945 a dezembro/1950  
*O Imparcial*, janeiro/1945 a maio/1947  
*Correio Trabalhista*, janeiro a maio de 1946  
*A Tarde*, 1945 a 1950  
*Estado da Bahia*, 1946 a 1950  
*Diário de Notícias*, 1946 a 1950  
*Diário da Bahia*, 1946 a 1947

#### **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)**

Fundo DPS, C. E. da Bahia, D885, D886, D1479, D30062, D30224

#### **Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Núcleo de História Oral e Documentação Contemporânea (NHODOC) - Acervo do projeto “Memória do Movimento Operário Baiano”:**

Entrevista de João Ribeiro dos Passos (1983)  
 Entrevista de João Cardoso de Souza (1983)  
 Entrevista de Juvenal Souto Júnior (1983)  
 Entrevista de Cosme Ferreira (1983)

#### **Tribunal Regional do Trabalho (TRT5) - Memorial**

Processos:

JT 519/48  
 JT 522/48  
 MTRT 278  
 MTRT 318

Também foram consultados os processos:

MTRT 178  
 MTRT 179  
 MTRT 182  
 MTRT 184  
 MTRT 186  
 MTRT 188  
 MTRT 319  
 MTRT 320

#### **Arquivo Público Municipal de Cachoeira - Pasta: Reclamações trabalhistas, 1941 - 1959**

Reclamação trabalhista de Anatildes de Jesus contra Falcão e Cia. Fórum de Cachoeira, 3 mar. 1943.

Reclamação trabalhista de Marciana Soares da Conceição contra L. Barreto Filho e Cia. Fórum de Cachoeira, 20 out. 1945.

Reclamação trabalhista de Etelvina Santos contra L. Barreto Filho e Cia. Fórum de Cachoeira, 14 nov. 1945.

Reclamação trabalhista do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo de São Félix e Cachoeira contra a firma Arnaldo Pimentel de Sá. Fórum de Cachoeira, 6 set. 1946.

Reclamação trabalhista de Maria Cristina contra a firma Mario da Silva Cravo. Fórum de Cachoeira, 25 maio 1946.

Reclamação trabalhista de Honorina Conceição contra a firma Mario da Silva Cravo. Fórum de Cachoeira, 25 maio 1946.

#### **Arquivo Público Municipal de Santo Antônio de Jesus - Pasta: Reclamações Trabalhistas, 1941-1959:**

Reclamação trabalhista nº 25, de Vitor Alves Santos e outros contra Cia. Minas da Bahia. Fórum de Santo Antônio de Jesus, 8 maio 1950.

Carta de Sentença a requerimento de Quirino Santos e outros contra Cia Minas da Bahia. Fórum de Santo Antônio de Jesus, 24 jun. 1957.

Contrato Social da Companhia Minas da Bahia. Autos do recurso ordinário nº 60/45, de Bispo Evangelista, Norberto Santos, Sinfrônio Silva e outros contra Cia. Minas da Bahia. Fórum de Santo Antônio de Jesus, 4 jun. 1945.

Folhas de pagamento da Companhia Minas da Bahia. Folhas de Pagamento da Cia Minas da Bahia

#### **Fórum de Nazaré – Documentos avulsos**

Recurso ordinário da Cia. Hidro-Elétrica Fabril de Nazaré contra Manoel Mauro Moura e outros, 11 jul. 1950.

Dissídio trabalhista de Manoel Salvador de Oliveira e outros contra Drault e Cia. (Curtume Nazaré), 6 jul. 1946.

Dissídio trabalhista de Manoel Mauro Moura e outros contra Cia. Hidro-Elétrica Fabril de Nazaré, 3 fev. 1947.

Dissídio trabalhista de Manoel Salvador de Oliveira e outros contra Drault e Cia. (Curtume Nazaré), 11 abr. 1950.

#### **Fórum de Valença – Documentos avulsos**

Ação executiva da Prefeitura Municipal de Valença contra a Companhia Valença Industrial, 21 dez. 1949.

Processo crime da Justiça Pública contra João Apolinário Santos e outros, 25 out. 1945.

#### **Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística (IBGE)**

Estatísticas do Século XX. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/trabalho>. Acesso em 11 set. 2014.

Anuário Estatístico do Brasil, ano VI, 1941- 1945. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946.

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1941\\_1945.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1941_1945.pdf). Acesso em 20 de jul. 2014.

Anuário Estatístico do Brasil, ano VII, 1946. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1947. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1946.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1946.pdf). Acesso em 21 fev. 2014.

Anuário Estatístico do Brasil, ano VIII, 1947. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1948. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1947.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1947.pdf). Acesso em 20 fev. 2014.

Anuário Estatístico do Brasil, ano XIX, 1948. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1949. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1948.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1948.pdf). Acesso em 20 fev. 2014.

Anuário Estatístico do Brasil, ano X, 1949. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1949.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1949.pdf). Acesso em 20 fev. 2014.

Anuário Estatístico do Brasil, ano XI, 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1951. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb\\_1950.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf). Acesso em 20 fev. 2014.

Recenseamento Geral do Brasil. Censo demográfico de 1940. Série Nacional, v. II. População e habitação. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf). Acesso em 10 maio 2013.

Recenseamento Geral do Brasil. Censo demográfico de 1940. Série Regional, parte XII – Bahia, tomo 1. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd\\_1940\\_p12\\_t1\\_ba.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p12_t1_ba.pdf). Acesso em 10 jun. 2013.

Recenseamento Geral do Brasil. Censos econômicos de 1940. Série Regional, parte XII – Bahia, tomo 2. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd\\_1940\\_p12\\_t2\\_ba.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p12_t2_ba.pdf). Acesso em 10 jul. 2013.

Censo Demográfico de 1950. Série Nacional – Brasil, v. I. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1956. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD\\_1950\\_I\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_I_Brasil.pdf). Acesso em 10 jul. 2013.

Censo Industrial de 1950. Série Nacional – Brasil, v. III, tomo 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1957. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD\\_1950%20\\_vIII\\_T1\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950%20_vIII_T1_Brasil.pdf). Acesso em 10 jul. 2013.

Censo Demográfico de 1950. Série Regional, v. XX, tomo 1 – Estado da Bahia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1955. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v20\\_t1\\_ba.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v20_t1_ba.pdf). Acesso em 10 jul. 2013.

Censos Industrial, Comercial e dos Serviços. Série Regional, v. XX, tomo 3 – Estado da Bahia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Estatística, 1956. Disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd\\_1950\\_v20\\_t3\\_ba.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v20_t3_ba.pdf). Acesso em 20 ago. 2013.

### **Legislação Federal**

BRASIL. Decreto nº 19.770, de 19 mar. 1931. Regula a sindicalização das classes patronais e operárias e dá outras providências. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 20 nov. 2012.

BRASIL. Decreto nº 24.694, de 10 jul. 1934. Dispõe sobre os sindicatos profissionais.

Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 10 out. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.402, de 5 jul. 1939. Regula a associação em sindicato.

Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 10 out. 2012.

BRASIL. Decreto-lei n. 5.452, de 1º maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em 25 ago. 2013.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 7 ago. 2013.

BRASIL. Decreto-lei n. 7.586, de 28 maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28 fev. 1945. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 27 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-lei 9.070, de 15 de março de 1946. Dispõe sobre a suspensão ou abandono coletivo do trabalho e dá outras providências. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 20 set. 2013.

BRASIL. Decreto-lei 5.979, de 10 nov. 1943. Institui o salário de compensação, e dá outras providências. Disponível em:

<http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 5 nov. 2013.

BRASIL. Decreto-lei n. 7.586, 28 maio de 1945. Regula, em todo país, o alistamento eleitoral e a eleições a que se refere o artigo 4º da Lei Constitucional n. 9, de 28



fev.1945. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/sicon/#/pesquisa/lista/documentos>. Acesso em 27 jul. 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.258, 14 maio 1946. Dispõe sobre o alistamento, os partidos políticos e dá outras providências. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9258-14-maio-1946-417156-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 jun. 2013.

BRASIL. Lei Nº 62, de 5 jun. 1935. Assegura ao empregado da indústria ou do comércio uma indenização quando não exista prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato de trabalho e quando for despedido sem justa causa, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/10062.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10062.htm). Acesso em 10 fev. 2012.

BRASIL. Lei nº 605, de 5 jan. 1949. Presidência da República. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109659/lei-do-reposuo-semanal-remunerado-lei-605-49>. Acesso em 3 maio 2014.

### **Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**

BRASIL. Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/12956>. Acesso em 5 jan. 2015.

BRASIL. Dados estatísticos: eleições federais e estaduais, realizadas no Brasil em 1950, v. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>. Acesso em 10 nov. 2014.

### **Tribunal Regional Eleitoral (TRE/BA)**

BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral: dados estatísticos das eleições estaduais (janeiro) e municipais (dezembro) de 1947 e das eleições gerais de 1950. Salvador, Centro de Memória do TRE da Bahia.

### **Universidade Estadual de Feira De Santana (UEFS) - Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC). Acervo do Professor José Luís Pamponet Sampaio:**

Balanço Anual da CEIN 1847, 1949 e 1950. Caixa 25.

Balanço Anual da CVI – 1945 – 1950. Caixa 25.

Estatutos da CEIN, 1946. Caixa 20.

Estatutos da CVI, 1948. Caixa 25.

Fichas de empregados da CEIN, 1950. Caixa 15.

Fichas de empregados da Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN), 1946 – 1949. Caixa 14.

Fichas de empregados de CEIN, 1945. Caixas 07, 10 e 11.

Regulamento Interno de Trabalho da CEIN, 1947. Caixa 20

Relatório anual da direção da CEIN, 1945, 1946, 1947, 1948 e 1950. Caixa 20.

Relatório anual da direção da Companhia Valença Industrial (CVI) 1945 – 1950. Caixa 25

Relatórios da Sociedade Beneficente 24 de Julho dos empregados de CEIN, 1945 – 1949. Caixa 22.

**Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio De Janeiro:**

Inflação brasileira, os ensinamentos desde a crise dos anos 30. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC\\_1.1\\_03\\_Inflacao\\_brasileira\\_os\\_ensinamentos\\_desde\\_a\\_crise\\_dos\\_anos\\_30.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.1_03_Inflacao_brasileira_os_ensinamentos_desde_a_crise_dos_anos_30.pdf). Acesso em 20 dez. 2014.

**Justiça Federal. Seção Judiciária do Paraná:**

Série Histórica do Salário Mínimo. Disponível em: <http://www5.jfpr.jus.br/ncont/salariomin.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Camilo Buss. *Marmiteiros, agitadores e subversivos: política e participação popular em Florianópolis, 1945-1964*. 466 fls. Tese (Doutorado em História). Campinas/SP, Unicamp, 2013.

AZEVEDO, Thales de. “O advento da Petrobrás no Recôncavo”. In: BRANDÃO, Maria A. (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALBa; UFBA, 1998, pp. 186-216.

\_\_\_\_\_. *Problemas sociais da exploração do petróleo na Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1960.

BATALHA, Claudio H. M. “A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 145-158.

\_\_\_\_\_. “A história do trabalho: um olhar sobre os anos 1990”. *História*, São Paulo, n. 21, p. 73-87, 2002.

BUONICORE, Augusto César. “Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952”. *Cadernos AEL*, v. 7, n. 12/13, 2000, pp. 13-46.

CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)*, v. II. São Paulo: DIFEL, 1981.

CASTELLUCCI, Aldrin A. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise*. Salvador: Fieb, 2004.

CASTRO, Nadya Araújo. “Sindicalismo metalúrgico: mesmas cenas em outros cenários?”. Caderno CRH, n. 14, jan./jul. 1991, pp. 73-95.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, v.1. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL/ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Larissa. R. *A Tessitura dos Direitos: padrões empregados na Justiça do Trabalho, 1953-1964*. São Paulo: LTR, 2011.

COSTA PINTO, L. A. “Recôncavo: Laboratório de uma Experiência Humana”. In: BRANDÃO, Maria A. (org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; ALBa; UFBA, 1998, pp. 101-183.

COSTA, Hélio. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995.

CUNHA, Joaci de Souza. *Amargo açúcar: aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)*. 292 fls. Dissertação (Mestrado em História), Salvador, UFBA, 1995.

DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

DEL PRIORI, Mary. “História das mulheres: as vozes do silêncio”. In: Marcos Cezar Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*, 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003, pp. 217-235.

DELGADO, Lucília de A. Neves. *PTB; do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 87.

FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário: (meio século de história política do Brasil)*. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

\_\_\_\_\_. *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*. 2. ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000.

\_\_\_\_\_. *Valeu a pena – Desafios da minha vida*. Brasília/ Salvador: Fundação Astrogildo Pereira/ Ponto e Vírgula, 2009.

FARIAS, Sara Oliveira. *Enredos e tramas nas minas de ouro de Jacobina*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cultura popular na belle époque imperfeita*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 59-124.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. *O Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial, 1933-1937*. Salvador: Edufba, 2009.

FILHO, Evaristo de Moraes. *O problema do sindicato único no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

FONTES, José R. *A Bahia de todos os trabalhadores. Classe operária, sindicatos e política - 1930-1947*. 466 f. Tese (Doutorado em História). FFLCH/ USP, São Paulo, 1997.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

FORTES, Alexandre [et. al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. *Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. “Reverendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)”. In: FORTES, A. [et. al.]. *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 19-49.

\_\_\_\_\_; NEGRO, Antônio Luigi. “Historiografia, trabalho e cidadania no Brasil”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. [orgs.]. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo (O Brasil Republicano; v. 2)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 181-211.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de cativos e libertos na Bahia, 1870 – 1910*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

FRENCH, J. D. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Bahia e baianos*. Edson Nery da Fonseca (Org.). Salvador: Fundação das Artes/ Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

GARCIA, Marco Aurélio. “Notas sobre o PCB nos anos 40”. Campinas, SP, 1987. (Manuscrito).

GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_; SILVA, Fernando T. [orgs.]. *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Capinhas, SP: Editora Unicamp, 2013.

\_\_\_\_\_. “O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 17-57.

\_\_\_\_\_; D’ ARAÚJO, Maria C. *Getulismo e Trabalhismo*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_; MATTOS, Hebe. “Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. *História Oral*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1995, pp. 101-128.

GOMES, José Carlos de S. *A dupla exploração e a discriminação do trabalhador negro nas indústrias petroquímicas e químicas de Camaçari*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). João Pessoa: UFPb, 1985.

GROSSI, Yonne de Souza. *Mina de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. *Classes, raças e democracia*. 34ª ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBA, 1982.

\_\_\_\_\_. *Um sonho de classe*. Trabalhadores e formação de classe na Bahia dos anos oitenta. São Paulo: HUCITEC, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBBSAWM, Eric. “História operária e ideologia”. In: *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, pp. 15-31.

IVO, Alex de Souza. *Uma História em Verde, Amarelo e Negro: classe operária, trabalho e sindicalismo na indústria do petróleo (1949-1964)*. 183 fls. Dissertação (Mestrado em História). Salvador, UFBA, 2008.

KONRAD, Gláucia Vieira R.; KONRAD, Diorge Alceno. “O Rio Grande do Sul e o Brasil na Historiografia do Trabalho (1930-1945)”. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 5, n. 10, julho-dezembro de 2013, p. 91-105.

LARA, Silvia H. & MENDONÇA Joseli M. N.[orgs.]. *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006.

LEITE LOPES, José Sérgio. “A Formação de uma cultura operária”. In: *Tempo & Presença*, Nº 220, 1987, s/p.

\_\_\_\_\_. *A Tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”, 1. ed.*. São Paulo, Marco Zero, 1988.

\_\_\_\_\_. “Fabrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de dominação burguesa”. In: LEITE LOPES, J. S. [et. al.] *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 41-95.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro história”. In: BURKE, Peter [org.]. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992, pp. 133-161.

MARANHÃO, Ricardo. *Sindicalismo e democratização*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MERRILL, Michael. “Uma entrevista com E. P. Thompson (1976)”. *História e Perspectivas*, Uberlândia, jan.- jun. 2014, pp. 417-447.

MOUTINHO, Augusto C. Machado. *A Bahia na Guerra: o medo e a sobrevivência em Morro de São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. Dissertação (Mestrado em História). FFCH/UFBA, Salvador, 2002.

NEGRO, Antônio L. “Ignorantes, Sujos e Grosseiros: uma reinvenção da história do trabalho”. *Trajeto*. Revista de História UFC. Fortaleza, vol.2, nº 4, 2003, pp. 9-31.

\_\_\_\_\_. *Linhas de montagem: o industrialismo nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores, 1945-1978*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. “Não trabalhou porque não quis”: greve de trabalhadores têxteis na Justiça do Trabalho (Bahia, 1948). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012, pp. 101-128.

\_\_\_\_\_. “No Caminho de Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949)”. *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, v. 33, dez. 2012, pp. 141-164.

\_\_\_\_\_. “Paternalismo, populismo e história social”. *Cadernos AEL*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 11, n. 20/21, 2004, pp. 9-36.

\_\_\_\_\_. “Roma negra vence Atenas, mas não o enigma brasileiro”. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, out. - dez. 2012, pp. 1356-1361.

\_\_\_\_\_; GOMES, Flávio. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”. In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº 1, 2006, pp. 217-240.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Edinaldo A. O. “Que ‘fosse procurar os seus direitos’ – Justiça do trabalho e poder disciplinar na Bahia: insubordinação operária, autoridade patronal e mediação judicial (1943-1948)”. In: GOMES, Ângela C.; SILVA, Fernando T. (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 2013, p. 123-156.

\_\_\_\_\_. “Chicote para espezivar os brios do trabalhador nacional? Racismo e comunismo em Monteiro Lobato; trabalho e comunismo entre os trabalhadores”. In: NEGRO, A. L.; SOUZA, Evergton S.; BELLINI, Lígia (orgs). *Tecendo histórias: espaço, política e identidade*. Salvador: Edufba, 2009, p. 231-247.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Invasões em Salvador: um movimento de conquista do espaço para morar (1946-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1985.

OLIVEIRA JÚNIOR, Franklin. *A Usina dos Sonhos*. Sindicalismo petroleiro na Bahia 1954-1964. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. *O Elo Perdido: classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Waldir Freitas de. *A Industrial Cidade de Valença: Um surto de industrialização na Bahia do século XIX*. Salvador: UFBA, 1985.

PAIXÃO, Neli Ramos. *Ao soar do apito da fábrica: idas e vindas de operárias (os) têxteis em Valença – Bahia (1950 -1980)*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Ufba, 2006

PANDOLFI, Dulci. “Entre dois governos: 1945-1950. A cassação do Partido Comunista no cenário da Guerra Fria”. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/CassacaoPC>. Acesso em 20 nov. 2014.

PAOLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos da fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira”. In: LEITE LOPES, J. S. (org.). *Cultura e identidade operária*. São Paulo: Marco Zero, 1987, pp. 53-102.

\_\_\_\_\_. “Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno.” *Estudos Avançados*, vol. 3, nº 7. São Paulo, set./dez. 1989.

\_\_\_\_\_. *Trabalho e conflito na era do Estado: direitos sociais, cidadania e leis do trabalho no Brasil: de 1930 a 1950*. Tese de doutoramento. London University, Londres, 1984.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESSANHA, Elina G. “De operários navais a metalúrgicos”. In: ABREU, A. R.; PESSANHA, E. G. [orgs.] *O trabalhador carioca*. Rio de Janeiro, JC, 1994.

PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial*. São Paulo/ Rio de Janeiro/ Bahia/ Recife/ Pará/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1945.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

RAGO, Margereth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890-1930*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, João José. “A greve negra de 1857”. In: *Revista USP*. São Paulo, v. 18, 1993, pp. 7-29.

\_\_\_\_\_; AGUIAR, Márcia Gabriela D. “Carne sem osso e farinha sem Caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. In: *Revista de História*, nº 135, 1996, pp. 133-159.

\_\_\_\_\_; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, José Roberto F. “Cartas a Vargas: entre o favor, o direito e a luta política pela sobrevivência.” *Lócus*, vol. 7, nº 2. Juiz de Fora: 2001, pp. 53-72.

REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL J. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro: FGV: 1998, pp. 15-38.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Planejamento*. Revista da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, v. 5, n. 4. Salvador: Fundação de Pesquisas – CPE, set./out. 1973.

REZENDE, Vinícius D. *Anônimas da história: relações de trabalho e atuação política de sapateiras entre as décadas de 1950 e 1980*. Dissertação (Mestrado em História). Franca/SP: UNESP, 2006.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979.

SAMAPIO, Consuelo Novais. “A Bahia na Segunda Guerra Mundial”. *Olho da História*. Revista de História Contemporânea. Salvador, nov. 1995, nº 1, pp. 89-105.

SAMPAIO, José Luiz Pamponet. *A evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte, 1891-1973*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia/FFCH, 1975.

SANDOVAL, Salvador. *Os trabalhadores param: greves e mudanças sociais no Brasil (1945-1990)*. São Paulo: Ática, 1994.

SANTANA, M. Aurélio. “Partido e militância sindical: a atuação comunista no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro (1947/1964)”. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR, 1997, v. 8, pp. 73-93.

SANTOS, Mariléia Oliveira. *Empório da Utopia: O projeto industrial de Luiz Tarquínio*. 187 fls. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia/ FFCH, 2000.

\_\_\_\_\_. *O viver na “Cidade do Bem”: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/ BA*. 233 fls. Tese (Doutorado em História). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/ PPGH, 2010.

SANTOS, Mário Augusto S. *A República do Povo. Sobrevivência e Tensão*. Salvador: Edufba, 2001.

SARDENBERG, Cecília M. B. [et. al.]. “Mulheres e sindicatos: presença feminina no Sindtêxtil–Bahia nos anos 50”. In: \_\_\_\_\_; VANIN, Iole M.; ARAS, Lina, M. B. [orgs.] *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*. Salvador: NEIM/UFBA, 2001, pp. 136-160.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS corpo, 1990.

\_\_\_\_\_. “História das Mulheres”. In: Peter Burke (org.). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UESP, 1992, p. 63- 95.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. “Os comunistas e a escalada grevista de 1945-1964 na Bahia”. In: LEAL, Maria G. A.; MOREIRA, Raimundo N. P.; CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington (Orgs.). *Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 179-203.

\_\_\_\_\_. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil, 1936 – 1948*. São Paulo: Annablume, 2009.



SERRA, Sônia. *O Momento: história de um jornal militante*. 289 p. Dissertação (Mestrado em História). FFCH/UFBA, Salvador, 1987.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. *Fazer charutos: uma atividade feminina*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001.

SILVA, Fernando T. *A carga e a culpa*. Os operários das Docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Santos, SP: Hucitec, 1995.

\_\_\_\_\_. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

\_\_\_\_\_; COSTA, Hélio. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 205-271.

\_\_\_\_\_; NEGRO, Antônio L. “Trabalhadores, sindicatos e política, (1945-1964)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. N. [orgs.]. *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano; v. 3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 47-96.

SILVA, Maria Sângela de S. S. *A Justiça do Trabalho e os Trabalhadores em Fortaleza (1946-1964)*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2012.

SILVA, Marina Helena Chaves. *Vivendo com o outro: os alemães na Bahia no período da II Guerra Mundial*. Tese (Doutorado em História). 327 f. FFCH/UFBA, Salvador, 2007.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930 -1949)*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Raquel Oliveira. “Comitês Populares Democráticos: a interação entre os comunistas e a “plebe” em Salvador (1945-1946)”. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: USP, 2011.

SOUZA, Edinaldo A. Oliveira. *Lei e costume: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Recôncavo Sul, Ba, 1940-1960)*. Salvador: EDUFBA, 2012.

\_\_\_\_\_. “Mulheres operárias e luta jurídica pela proteção à maternidade em comarcas do Recôncavo baiano (1943-1949)”. *Revista Cadernos de Pesquisa*. Uberlândia: UFU, v. 24, n.2, jul./dez. 2011, p. 433-455.

\_\_\_\_\_. “Tensões nas usinas de açúcar do Recôncavo: a greve de 1946 e as disputas trabalhistas no ‘intervalo democrático’ (1945-1964)”. *Artcultura*, v.11, nº 19. Uberlândia/MG, jul.-dez. 2009, pp. 89-107.

SOUZA, Evergton Sales. “O movimento operário católico na Bahia: o Círculo Operário da Bahia (1937-1962)”. *Caderno do CEAS*, n. 158, 1995, pp. 47-59.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Da transcendência à disciplina: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, Samuel. F. *Coagidos ou subornados: trabalhadores, sindicatos, Estado e as leis do trabalho nos anos 1930*. Tese (Doutorado em História). Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, 2007.

STOLKE, Verena. “Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade?”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, jun. 1991, pp. 101-117.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10 ed. ampl. São Paulo: Editora da Unesp; Salvador: Edufba, 2001.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*, v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII”. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 150-202.

\_\_\_\_\_. “A economia moral revisitada”. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.203-266.

\_\_\_\_\_. “As peculiaridades dos ingleses”. In: NEGRO, Antônio L.; SILVA, Sérgio [orgs.]. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001, pp. 75-179.

\_\_\_\_\_. “Patrícios e plebeus”. In: *Costumes e comum*. São Paulo. Companhia das Letras, 1998, pp. 25-85.

\_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARUSSA, Rinaldo. J. *Legislação e Trabalho: experiências de trabalhadores na Justiça do Trabalho (Jundiaí-SP, décadas de 1940 a 1960)*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, PUC, 2002.

VAZQUEZ, Petilda Serva. *Intervalo Democrático e Sindicalismo*. Bahia – 1942/1947. 237 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFBA, Salvador, 1986.

WEFFORT, Francisco. *Sindicatos e política*. Tese (Livre Docência) – São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1972.

WEINSTEIN, Bárbara. (Re)formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade de São Francisco, 2000.

WOLFE, Joel. “‘Pai dos pobres’ ou ‘Mãe dos ricos’?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930 –1954”. *Revista Brasileira de História*, v. 14, nº 27. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1994, pp. 27-59.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

**Quadro 1 - Sindicalistas que assinaram o manifesto contrário às greves em 1945**

Nome	Cargo	Sindicato
Acilino Borges da Fonseca	Presidente	Sindicato dos Empregados em Carris Urbanos da Cidade do Salvador
Antônio de Jesus	Presidente	Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares da Cidade do Salvador
Cândido de Castro Arouca	Presidente	Sindicato dos Estivadores das Cidades de S. Felix, Cachoeira e Maragogipe, extensivo ao porto de São Roque
Dionísio Rodrigues de Menezes	Presidente	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem da Cidade do Salvador
Domingos Martins de Farias	Presidente	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais da Cidade do Salvador
Guilherme Duque Moreira	Presidente	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas da Cidade do Salvador
João da Silva Rego Filho	Presidente	Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários da Cidade do Salvador
José de Jesus e Silva	Presidente	Sindicato dos Estivadores da Cidade do Salvador;
Juvenal Dias Maia	Presidente	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador da Cidade do Salvador
Manoel do Nascimento Gomes	Presidente	Sindicato nas Indústrias de Curtimento de Couros e Peles da Cidade do Salvador
Manoel Jovito da Silva	Presidente	Sindicato dos Práticos, Arrais e Mestres de Pequena Cabotagem em Transportes Marítimos
Manoel Marinho da Conceição	Presidente	Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores nas Indústrias de Serrarias e de Móveis de Madeira da Cidade do Salvador
Mario Silvano de Freitas	Presidente	Sindicato dos Conferentes e Consertadores do Porto da Cidade do Salvador
Miguel de Menezes e Silva	Presidente	Sindicato dos Corretores de Seguros Privados e Capitalização do Estado da Bahia
Nominando de Souza Rangel	Presidente	Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos da Cidade do Salvador
Otavio Nunes Silva	Presidente	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar da Cidade de Santo Amaro

Fonte: O *Imparcial*, Salvador, 17 maio 1945, p. 5.

## APÊNDICE B

Tabela 1- Sindicatos de empregados existentes no Brasil (1930-1950)

Anos	J. A. Rodrigues	Acréscimo	IBGE	Acréscimo
1930	372	-----	-----	-----
1931	32	-340	39	-----
1932	115	83	155	116
1933	256	141	414	259
1934	367	111	622	208
1935	440	73	643	21
1936	682	242	749	106
1937	916	234	988	239
1938	955	39	1.133	145
1939	1.208	253	1.206*	95
1940	08	-1.200	-----	-----
1941	396	388	-----	-----
1942	644	248	644	-584
1943	759	115	759	115
1944	816	57	816	57
1945	873	57	873	57
1946	939	66	939	66
1947	969	30	970	31
1948	1.007	38	1.007**	73
1949	1.043	36	1.042	34
1950	1.075	32	1.076***	44

\*Em 1939, foram criadas 12 Uniões e 10 federações sindicais. \*\*Em 1948, foram criadas 36 federações.

\*\*\*Em 1950, havia 45 federações.

Fonte: RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1968, pp. 124-125; IBGE. *Estatísticas do Século XX*.

## APÊNDICE C

**Quadro 2 - Sindicalistas e ativistas sindicais comunistas na Bahia (1945-1950)**

Ativista	Categoria	Atividade sindical	Atividade partidária
Alfredo Moreira Freitas	Transviário (fiscal da CLC)	Ativista desde o início da década de 1930, preso em 1937. Integrou a diretoria do MUT e a Comissão Org. do III Congresso Sindical.	Membro do Comitê Municipal de Salvador.
Anísio Varjão	Portuário	Antigo ativista sindical; participou do III Congresso Sindical.	Membro do Comitê Municipal.
Antônia Miranda	Tecelã	Ativista entre os têxteis de Salvador.	Decana das mulheres comunistas na Bahia.
Antônio Gomes de Oliveira	Portuário	Integrou a Comissão Intersindical de Fortalecimento Sindical (1947).	Membro do Comitê Municipal de Salvador.
Antônio Pascásio Bittencourt	Sapateiro	Membro do CPD da Estrada do Cabula e Cidade de Palha, da Comissão Intersindical de Fortalecimento Sindical (1947) e delegado dos Sapateiros junto à USTB.	Membro do Comitê Estadual.
Cosme Ferreira	Portuário	Integrou a com. executiva do III Congresso Sindical, a Com. Intersindical de Fortalecimento Sindical (1947) e as Comissões Organizadora e Executiva do IV Congresso Sindical (1950).	Membro do Comitê Municipal; foi candidato a deputado estadual nas eleições de janeiro de 1947.
Demócrito de Carvalho	Gráfico	Antigo militante da ANL. Integrou a Com. Org. do III Congresso Sindical, foi secretário geral da USTB, membro da diretoria da AGT e da Comissão Org. do IV Congresso Sindical (1950).	Membro do Comitê Estadual.
Florêncio Moreira	Gráfico	Membro da Comissão Intersindical de Fortalecimento Sindical (1947).	Membro do Comitê Estadual.
Florisvaldo Viana	Transviário	Ativista sindical entre os transviários. Integrou a Comissão Intersindical de Fortalecimento Sindical (1947) e as Comissões Organizadora e Executiva do IV Congresso Sindical (1950).	Membro do Comitê Municipal; eleito vereador de Salvador pelo PCB em dezembro de 1947.
Jaime da Silva Maciel	Estivador	Integrou a Comissão Org. do III Congresso Sindical; representante da CTB na USTB e membro da Comissão Intersindical de Fortalecimento Sindical (1947).	Membro do Comitê Estadual. Deputado estadual, cassado, foi eleito vereador de Salvador, pelo PTN, em janeiro de 1948. Em outubro, rompeu com o PCB.
João Cardoso de Souza	Estivador	Presidente do MUT; 1º secretário e depois presidente da AGT. Integrou a Comissão Organizadora do IV Congresso Sindical e foi delegado	Membro do Comitê Estadual; candidato a deputado estadual em janeiro de 1947.

		baiano à Conferência de Montevideú (1950).	
João do Carmo	Ferrovário	Ativista sindical na cidade de Alagoinhas.	Candidato a deputado constituinte pelo PCB, em dezembro de 1945.
João Ribeiro dos Passos	Mecânico	Dirigente do MUT; membro da Comissão Permanente do III Congresso Sindical; dirigente da USTB e da AGT.	Membro do Comitê Estadual; candidato a deputado estadual em janeiro de 1947.
João Severiano Torres	Empregado na construção civil	Militante desde início dos anos 1940. Participou da organização do MUT na Bahia.	Membro do Comitê Regional.
Juvenal Souto Júnior	Portuário	Comissão Organizadora do II e Comissão Executiva do III Congressos Sindicais dos Trabalhadores Baianos.	Membro do C. Municipal; foi eleito Suplente do deputado Carlos Marighela, nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em dezembro de 1945.
Luiz França Araújo	Contabilista	Integrou a 1ª diretoria do MUT, a Comissão Organizadora do II e a Comissão Executiva do III Congressos Sindicais.	Ativista fichado pelo DOPS.
Manoel Reinaldo Pinheiro	Sapateiro	Militante desde o início da década de 1930.	Membro do Comitê Regional.
Manuel Batista de Souza (Jordão)	Marceneiro	Militante desde o início da década de 1930. Integrou a 1ª diretoria do MUT, participou da organização do II e do III Congressos Sindicais e também da fundação da USTB.	Membro do Comitê Regional e do Comitê Estadual; candidato à Assembleia Nacional Constituinte em dezembro de 1945.
Narciso Bispo	Artesão	Ativista sindical em Santo Amaro, presidente da Sociedade União dos Artífices Santamarenses (SUAS), liderança exaltada nas greves dos canavieiros de 1948/49; participou do IV Congresso Sindical (1950).	Membro do Comitê Estadual.
Nelson Schaun	Professor	Destacado ativista sindical na cidade de Ilhéus.	Membro do C. Estadual. Foi candidato à Constituinte em dezembro de 1945 e a deputado estadual em janeiro de 1947.
Osório Ferreira dos Santos	Tecelão	Destacado ativista sindical entre os tecelões da Fábrica São Braz, teve participação destacada na greve geral da categoria em 1948.	Comunista assumido; companheiro da enfermeira Carmosina Nogueira, candidata a deputada estadual janeiro de 1947.
Otávio Meira Cotrim	Barbeiro	Participou da Comissão Organizadora do II e do III Congressos Sindicais.	Membro do C. Estadual.
Vicente de Paula de Jesus	Tecelão	Ativista entre os tecelões.	Comitê Distrital Suburbano do PCB no bairro da Plataforma em Salvador.

Fonte: *O Momento*; *O Imparcial*; FALCÃO, op. cit.; VAZQUEZ, op. cit.; TAVARES, op. cit.; FONTES, J. R., op. cit.; SENA JÚNIOR, op. cit.

## APÊNDICE D

Quadro 6 - Integrantes de Comissões no Terceiro Congresso Sindical

Integrante	Participação	Sindicato/ Categoria
Adilson Verine Alves	Comissão julgadora de tese	Não identificado
Agenor dos Santos Paiva	Comissão de redação	Não identificado
Alberto da C. Holtz	Comissão de redação	Ferroviário
Alberto Vita	Comissão de propaganda	Jornalista de <i>O Momento</i>
Alfredo Moreira de Freitas	Comissão julgadora de tese	Transviário
Anísio Varjão	Comissão de propaganda	Portuário
Antônio Soares de Azevedo	Comissão de redação	Bancário (candidato a deputado estadual pelo PTB em 1947)
Artur Francisco de Jesus	Comissão julgadora de tese	Não identificado
Benedito Manoel dos Santos	Comissão julgadora de tese	Empregado na construção civil
Cosme Ferreira	Comissão executiva	Sindicato dos Portuários
Demócrito de Carvalho	Comissão julgadora de tese	Sindicato dos Gráficos
Dorival Guimarães Passos	Consultor jurídico da comissão organizadora	Advogado (Vice-presidente do MUT e membro do diretório estadual do PTB)
Isidoro Manoel Silva	Comissão de finanças	Não identificado
Jaime da Silva Maciel	Comissão julgadora de tese	Portuário
João da Silva Rego Filho	Comissões organizadora e executiva	Sindicatos dos Portuários
João Pacífico de Souza	Comissões organizadora e executiva	Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil
João Ribeiro dos Passos	Comissão de finanças	Transviário (mecânico)
Joel Rangel	Comissão organizadora	Sindicato dos Rodoviários
José Afonso de Almeida	Comissão de propaganda	Autárquico (candidato a deputado estadual pelo PTB em 1947)
José Alves Filgueiras	Comissão julgadora de tese	Não identificado
José de Jesus e Silva	Comissão organizadora	Sindicato dos Estivadores
José Francisco dos Santos	1º Presidente da comissão organizadora	Sindicato dos Marítimos (Presidente do MUT)
José Laranjeiras Sobrinho	Comissão de finanças	Panificador
Júlio de Santana	Comissão julgadora de tese	Não identificado
Juvenal Souto Júnior	Vice-presidente da comissão executiva	Sindicato dos Portuários
Luiz Azevedo Cerqueira	Comissões organizadora e executiva	Sindicato dos Empregados em Hotéis
Luiz França Araújo	Presidente da comissão executiva	Sindicato dos Contabilistas
Manoel Batista de Souza	Comissão julgadora de tese	Marceneiro
Nelson Cristóvão Cardim	Comissão de propaganda	Não identificado
Oldack Nascimento	Comissão julgadora de tese	Têxtil da Cia Valença Industrial. Candidato a deputado federal (1945) e estadual (1947) pelo PTB
Olímpio Barreto	Comissão de propaganda	Moageiro
Otávio Meira Cotrim	Comissão de redação	Barbeiro
Paulo Cocinza	Comissão de finanças	Não identificado
Possidônio Euzébio dos Santos	Apoio ao Congresso	Padeiro
Sabino Egas Muniz Barreto	Comissão executiva	Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil
Salvador Dermeval de Oliveira	Comissão de finanças	Não identificado

Fonte: *O Momento* (edições diversas); FONTES, op. cit.



## APÊNDICE E

Tabela 4 - Reclamações trabalhistas nas JCJ, Brasil 1941 – 1947

Ano	Total	Solucionadas	Conciliações	Procedentes	Parcialmente Procedentes	Improcedentes	NC/ A*	Julg. Infrações (Penal. Aplic.)**	Outras ***
1941	18.703	8.089	2.883	1.195	246	785	2.604	-----	376
1942	21.570	22.765	8.198	3.322	746	1.570	7.704	286	912
1943	24.302	25.782	11.650	3.510	974	2.220	6.060	275	1.067
1944	36.402	34.610	13.663	4.953	1.515	3.162	9.146	171	1.984
1945	45.916	39.195	16.446	5.343	1.634	3.824	9.175	296	2.462
1946	62.110	59.680	19.232	11.890	2.754	7.249	13.435	203	4.900
1947	60.568	67.263	18.543	14.097	4.932	9.896	15.303	136	4.340
1948	51.388	51.912	17.224	9.700	3.315	7.240	10.335	146	3.935
1949	69.643	63.926	21.339	11.731	3.544	9.462	12.811	247	4.761
1950	66.144	66.065	22.630	11.766	3.831	8.833	14.378	197	4.410

Legenda: \* Não conhecidas e Arquivadas; \*\* Julgamento de Infrações (Penalidades aplicadas); \*\*\* inclui os Inquéritos Administrativos.

Fonte: IBGE. *Estatísticas do Século XX*; TST. *Revista do TST*, Ano XXIII, N. 2, março/abril 1948.

## APÊNDICE F

Tabela 5 - Reclamações trabalhistas nas JCJ, Bahia 1944 – 1950

Ano	Total	Solucionadas	Conciliações	Procedentes	Parcialmente Procedentes	Improcedentes	NC/ A *	Julgam. Infrações (Penal. Aplic.) **	Outras ***
<b>1944</b>	1.889	3.122	1.433	372	126	171	886	5	131
<b>1945</b>	2.659	2.710	1.549	316	50	169	505	42	77
<b>1946</b>	3.774	3.950	1.894	411	55	684	780	14	110
<b>1947</b>	2.844	3.481	1.406	480	69	293	1.068	18	145
<b>1948</b>	2.284	2.416	1.083	272	99	272	605	8	76
<b>1949</b>	3.494	3.570	1.531	432	115	389	918	20	158
<b>1950</b>	3.296	3.424	1.459	367	97	423	924	22	128

Legenda: \* Não conhecidas e Arquivadas; \*\* Julgamento de Infrações (Penalidades aplicadas e relevadas); \*\*\* Inclui os Inquéritos Administrativos.

Fonte: IBGE. *Estatísticas do Século XX; Diário da Bahia*, Salvador, 12 jan. 1946. Coluna do Trabalhador, p. 2.

## APÊNDICE G

Quadro 10 - Resultado das eleições estaduais de janeiro de 1947, por legendas (Bahia)

Zonas	Locais de votação/ Partidos	UDN	PSD	PTB	PR	PCB	PRP	PED	PRD
1ª	Capital-Distrito da Vitória	2.059	651	1.141	802	743	165	165	68
2ª	Capital-Distrito de São Pedro	1.852	781	886	733	390	227	165	95
3ª	Capital-Distrito de Santo Antônio	2.470	1.146	2.237	1.364	2.159	231	122	201
4ª	Capital-Distrito da Sé, Conceição Praia e Pilar	597	335	617	409	414	58	47	33
5ª	Capital-Distrito Nazaré e Paço	968	491	879	519	473	133	69	111
6ª	Capital-Distrito de Brotas	1.367	899	1.176	518	736	104	99	60
7ª	Capital-Distrito de Santana	872	789	742	489	491	158	91	52
8ª	Capital-Distrito dos Mares	696	434	1.123	331	721	132	46	24
9ª	Capital-Distrito da Penha	1.196	606	1.187	581	557	202	72	50
10ª	Capital-Distritos Suburbanos	1.622	641	1.270	270	394	63	22	26
13ª	Maragogipe	429	761	762	443	59	117	6	36
14ª	Santo Amaro	2.137	1.264	1.466	225	263	185	119	10
15ª	Alagoinhas	1.160	551	994	172	644	32	7	24
16ª	Cachoeira	981	1.409	615	86	159	44	6	1
17ª	São Félix	452	415	372	35	70	40	11	1
18ª	Nazaré	796	588	748	48	211	40	8	18
19ª	Feira de Santana	1.113	2.114	853	780	252	157	75	4
25ª	Ilhéus	Ilegível	552	1.329	176	309	272	36	62
26ª	Ilhéus	558	272	1.001	41	96	71	50	8
27ª	Ilhéus	1.925	663	Ilegível	323	Ilegível	Ilegível	Ilegível	Ilegível
31ª	Valença	385	682	796	37	15	3	41	6
47ª	Juazeiro	1.580	1.048	254	133	284	50	8	19

Fonte: TRE/BA. Dados estatísticos das eleições estaduais de janeiro de 1947.

## APÊNDICE H

**Tabela 9 – Resultados das eleições municipais de dezembro de 1947 para a Câmara de Vereadores, por legendas (capital e interior)**

Cidades	Eleitores	UDN	PSD	PTB	PR	PTN	PRP	PSB	PTB/UDN	PSD/PTB	PSD/UDN	PR/PSB	UDN/ PR
Salvador	87.438	10.248	6.465	8.415	3.648	5.906	1.324	1.797					
Alagoinhas	11.218			1.026		690					2.649		
Cachoeira	9.389	1.317	1.914	599		140							
F. Santana	15.337					361				4.477			4.260
Ilhéus	7.118	1.598	3.060	2.752			912					2.674	
Juazeiro	8.724	2.642	2.377	661				226					
Maragogipe	7.189		1.879				311		1.486				
Nazaré	6.583	1.251	1.333	960									
Santo Amaro	19.235	3.269			785	287		379		2.587			
São Félix	11.628	785	917	262									
Valença	6.428			1.217							1.738		

Fonte: TRE/BA: Dados estatísticos das eleições municipais de dezembro de 1947.

## APÊNDICE I

Tabela 10 – Resultado eleições para o Senado (1950)

<b>Municípios</b>	<b>Clemente Mariani UDN/PTN/PLC/PST/PR</b>	<b>Landulfo Alves PTB/PSD/PRP</b>
<b>Salvador</b>	43.779	39.855
<b>Alagoinhas</b>	2.542	3.944
<b>Cachoeira</b>	2.008	3.704
<b>Feira de Santana</b>	5.068	7.114
<b>Ihéus</b>	6.244	12.173
<b>Juazeiro</b>	2.665	4.088
<b>Maragogipe</b>	1.472	2.948
<b>Nazaré</b>	1.709	2.431
<b>Santo Amaro</b>	4.022	6.563
<b>São Félix</b>	836	1.469
<b>Valença</b>	778	2.495

Fonte: TRE/BA: Dados estatísticos das eleições de 1950.

## APÊNDICE J

Quadro 12 - Greves na Bahia (1948-1950)

Período	Categoria	Causas / Objetivos	Duração/ Resultado
26/12/1947 a 2/1/1948	Marceneiros de várias indústrias de móveis de Salvador.	Pelo Abono de Natal.	A greve durou uma semana. Os marceneiros voltaram ao trabalho, com a promessa de que o pleito seria analisado após o fechamento do balanço anual das firmas. Nas fábricas “A Vencedora” e “A Brasileira” os líderes foram demitidos.
Início de maio/ 1948	Operários da Cia. Construtora IAMI, na reforma do Hospital S. José, em Ilhéus.	Aumento de salário.	A paralisação durou apenas duas horas, resultou na equiparação do valor das diárias de 14,00 com as de 15,00 cruzeiros que eram pagas a alguns empregados.
Meados de julho/ 1948	Canavieiros da Usina São Carlos.	Solidariedade a três colegas demitidos por integrarem uma comissão de reivindicações.	A greve durou 48 horas, não encontramos informações sobre o resultado da parede.
4/9/1948	Fiscais da CLC.	Cumprimento de cláusula da Convenção Coletiva que definia o pagamento no dia 4 do mês quando o dia 5 coincidissem com domingo ou feriado.	Insuflado por ativistas comunistas, o movimento teve duração efêmera, não obteve a adesão da maioria e encontrou a oposição do sindicato da categoria e da DRT.
20/9/1948	Tecelões da Fábrica São Braz.	Entrega de um memorial à direção da fábrica, pleiteando aumento de salário, contra a assiduidade 100%, além de outras reivindicações.	A paralisação durou cerca de três horas e terminou com a entrega do memorial e a promessa da direção de que daria uma resposta no final da semana.
24/9/1948	Tecelões da Fábrica São Braz.	Solidariedade à Comissão Central de Reivindicação, intimada a comparecer à Secretaria de Polícia.	A paralisação durou cerca de quatro horas e terminou com o retorno dos colegas ao trabalho.
25/9 a 15/10/1948	Tecelões das fábricas São Braz, São João, Paraguaçu e Conceição.	Solidariedade a três operários da S. Braz intimados pela polícia e pela resposta dos patrões ao memorial	A greve durou 20 dias. Terminou com intervenção policial, demissões e abertura de inquérito administrativo contra 17 empregados estáveis acusados de incitação ao movimento. Durante a parede foi instaurado dissídio coletivo <i>ex-officio</i> na

		por aumento de salários e outras reivindicações.	Justiça do Trabalho para resolver a demanda pelo aumento.
12 a 14 /10/1948	Empregados da Fábrica Fratelli Vita.	Aumento de salários.	A paralisação durou três dias. Terminou com o retorno dos grevistas ao trabalho, foi aprovada uma tabela variável entre 30% e 10% de acordo com 5 faixas salariais.
15/12/1948	Transviários da CLC.	Protesto contra a recusa da diretoria a receber o memorial reivindicatório por aumento de salário e contra a assiduidade 100%.	O movimento teve duração efêmera. Nas primeiras horas da manhã, piquetes tentaram impedir a circulação dos bondes, mas não obtiveram a adesão esperada e foram reprimidos pela polícia.
9/12/1948 a 15/2/1949	Canavieiros da Usina Capanema.	Pagamento de salários atrasados e do aumento de 35% concedido pela Justiça do Trabalho em fevereiro de 1947; funcionamento do armazém da usina e outras reivindicações.	A greve durou 76 dias. Terminou em acordo entre as partes após intervenção do IAA na usina, que determinou o pagamento dos salários atrasados e do aumento dos salários a partir do início da intervenção.
11/1/1949	Assalariados agrícolas da cana de açúcar da Usina S. Carlos.	Aumento de salários e outras reivindicações, como assinatura das carteiras de trabalho e pgtº das férias atrasadas.	Paralisação de advertência, para a entrega de um memorial à direção apresentando as reivindicações e estipulando o prazo de 8 dias para a resposta patronal.
19 a 25/1/1949	Canavieiros da Usina S. Carlos.	Exigindo uma resposta ao memorial pleiteando aumento de salários e demais reivindicações.	No terceiro dia de greve, a empresa apresentou uma contraproposta que foi aceita pelos grevistas com a condição de que fosse assinado um documento em presença das autoridades responsáveis. Em seguida, a polícia prendeu Narciso Bispo de Araújo (Presidente da SUAS) e outros ativistas entre os operários. Em protesto, os empregados marcharam até a Delegacia, entrando em confronto com os policiais que deixou dois operários mortos e vários outros feridos. Por fim, a empresa cedeu em algumas reivindicações: anotação das carteiras profissionais e pagamento das férias vencidas, mas não atendeu ao pleito por aumento de salário.
1º /4/ 1949	Operários da construção civil da Construtora Norberto Odebrecht.	Pagamento do feriado de 29 de março (aniversário de Salvador).	A greve teve curta duração e, segundo <i>O Momento</i> , foi exitosa nos seus objetivos.
Meados de maio/1949	Operários da Construtora Osvaldo Martins, a serviço do Conselho	Pagamento do descanso semanal remunerado.	O movimento teve curta duração e, segundo <i>O Momento</i> , foi vitorioso nos seus objetivos.

	Nacional do Petróleo.		
21/5/1949	Canavieiros da Usina Aliança.	Pagamento das férias atrasadas.	A greve durou algumas horas. Resultou em acordo, com o pagamento das férias aos operários da usina e aos trabalhadores do campo.
Junho de 1949	Assalariados agrícolas do cacau da Fazenda Florinda em Coarací, região de Ilhéus.	Contra a redução dos salários provocada pela crise no setor cacauzeiro.	Após a derrubada do cacau, os empregados suspenderam o trabalho. O movimento teve curta duração e obteve êxito na reivindicação.
4/7/1949	Empregados da Cia Industrial Óleos Vegetais em Salvador.	Pagamento das folgas relativas aos dias de São João (24) e São Pedro (29 de junho).	A tentativa de paralisação durou apenas alguns minutos e não logrou êxito nos objetivos.
6/7/1949	Motoristas de lotação em Salvador.	Contra uma portaria da Inspetoria de Transito que proibia o estacionamento na Praça Municipal, dificultando o acesso dos passageiros.	A paralisação durou algumas horas e terminou em acordo, com vitória parcial dos grevistas.
Agosto/1949	Tecelões da CVI.	Contra a redução no pagamento das horas extras para 50% de adicional.	A paralisação durou apenas algumas horas e terminou em acordo com a intermediação do sindicato da categoria.
Agosto/1949	Fluviários da Viação Baiana do São Francisco (do navio Barão de Cotegeipe, do rio e de terra).	Contra o pagamento do mês de 21 dias.	A paralisação durou pouco mais de oito horas. Terminou vitoriosa, com o pagamento integral do mês de agosto acrescido de seis dias do mês de julho.
Outubro/1949	Trabalhadores da Ferrovia Leste Brasileiro na construção do ramal Itaíba-Rui Barbosa.	Atraso de salários, exploração e desabastecimento no barracão.	A greve durou seis dias. Durante a greve, os grevistas abateram seis bois da propriedade do administrador da Estrada, auxiliados por populares que lhes forneceram farinha e outros gêneros de subsistência. O movimento teve como resultado, o reabastecimento do armazém e a garantia do pagamento dos salários em dinheiro, não mais com vales. Contudo, mais de 200 empregados foram demitidos.
23/10 a 11/11/1949	Ferrovários da Ferrovia Ilhéus – Conquista.	Pelo pagamento do aumento de 30% prometidos pela diretoria durante a encampação da ferrovia.	A greve durou 19 dias. Terminou em acordo negociado por um emissário enviado pelos grevistas ao Rio de Janeiro, que obteve da direção da ferrovia o compromisso de pagamento do aumento.
28/11/1949	Motoristas e	Aumento de 50% na tarifa do	A greve durou quase uma semana e terminou em acordo na base de 30% de



	proprietários de caminhões no transporte do cacau no Sul da Bahia.	transporte do cacau.	aumento.
Dezembro de 1949	Alfaiates de Juazeiro.	Aumento da remuneração e fornecimento de linha para o trabalho.	A greve durou três dias e terminou com a aprovação da tabela elaborada pela Sociedade dos Alfaiates.
Dezembro de 1949	Trabalhadores do parque de diversões em Ilhéus.	Aumento de salários.	O movimento teve curta duração e resultou com a conquista do aumento.
Início de janeiro/ 1950	Fluviários da Viação Baiana do São Francisco, em Juazeiro.	Aumento de salários.	Deflagrada a paralisação, o presidente do Sindicato dos Fluviários, que se encontrava em Salvador, entrou em contato com a Comissão da Marinha Mercante que autorizou o pagamento pelos governos da Bahia e de Minas do aumento de 40% referentes à Portaria 65. Contudo, o acordo não foi cumprido pelo governo.
2/1/1950	Operários da Construtora Mafersa, a serviço da ferrovia Leste Brasileiro, em Alagoinhas.	Salários atrasados.	A greve durou uma semana e terminou com o pagamento de um mês atrasado e o compromisso da empresa de quitar o restante devido.
Janeiro/1950	Curtidores de couro do Curtume Santa Cruz, em Alagoinhas.	Solidariedade ao químico Artur Rocha, agredido por capangas da empresa por protestar contra as arbitrariedades praticadas pelos prepostos patronais.	A greve durou três ou quatro dias, terminou em 23 de janeiro com a transferência do agressor para outro setor da firma.
Março/1950	Operários da Cia Estac Frank, na construção da ponte Juazeiro-Petrolina.	Contra as arbitrariedades (agressões morais e punições) do diretor da empresa, coronel Frederico Nelson Monteiro, contra empregados.	O movimento durou algumas horas e resultou na revogação das punições e pedido de desculpas pelo diretor.
1º/3/1950	Assalariados agrícolas das fazendas “Mamão” e “Botelho” da S. A. Magalhães.	Pagamento do repouso semanal e aumento de 40% nos salários.	A paralisação teve a duração um dia, as reivindicações não foram atendidas.
25/4/ a	Mineiros do manganês	Salários atrasados, desabastecimento	A greve durou mais de um mês. Terminou com acordo em juízo que fixou o

6/6/1950	da Cia Minas da Bahia em Stº Antº de Jesus.	do barracão, férias atrasadas e por aumento de salários.	pagamento imediato dos salários atrasados referentes ao mês de fevereiro, bem como dos demais meses, das férias em atraso e dos dias de greve até 30 de junho de 1950. Também pode ser computada a criação da União dos Trabalhadores das Minas (UTM) com um programa de reivindicações que incluía: 100% de aumento nos salários; pagamento do salário mínimo para todos; redução dos preços do barracão; fiscalização da balança do barracão por representantes da UTM e fornecimento diário dos gêneros pelo barracão.
Abril/1950	Tecelões da Cia Fabril dos Fiais.	Solidariedade a um colega de trabalho suspenso pelo gerente.	A paralisação teve curta duração, resultou na revogação da punição.
1/6/1950	Empregados da Companhia Telefônica em Salvador.	Aumento de salários concedido pela Justiça do Trabalho.	A paralisação durou algumas horas e terminou com a intervenção do presidente do sindicato da categoria, de um representante da DRT e do Presidente da Associação Comercial, Miguel Calmon, que intermediaram a promessa do governador Octávio Mngabeira de que resolveria a questão no prazo de 15 dias.
Junho/1950	Empregados do trapiche Luiz Barreto em Cachoeira.	Contra a transferência das contribuições do IAPI para o IAPTEC.	A paralisação teve curta duração e resultou na suspensão da transferência.
Junho/1950	Tripulação do navio Ilhéus da Navegação Baiana.	Salários atrasados.	A greve teve curta duração e resultou na quitação parcelada dos salários atrasados.
Julho/1950	Mineiros do manganês da Cia Minas da Bahia em Stº Antº de Jesus.	Descumprimento pela empresa do acordo firmado na greve anterior.	Os trabalhadores decidiram conceder um prazo de 10 dias para que a empresa cumprisse o acordado e recorreram à Justiça pedindo a hipoteca das minas para o pagamento da dívida.
6 a 30/8/1950	Fluviários da Viação Baiana do São Francisco, em Juazeiro.	Aumento de salários, vencimentos atrasados e pagamento da “Etapa” (uma diária correspondente aos dias em que levam embarcados).	Depois de 24 dias de greve, os empregados decidiram, através de plebiscito, voltar ao trabalho com a promessa do governo de pagamento do aumento retroativo a janeiro e dos dias de greve.
19/8/1950	Tecelões da Fábrica Conceição.	Contra rebaixamento nos salários.	Paralisação parcial de advertência, que teve duração efêmera.
26/9/1950	Motoristas de ônibus e lotações da Cidade Baixa em Salvador.	Contra uma determinação da Inspetoria de Trânsito que alterava o percurso do tráfego, favorecendo os bondes da Circular.	Não foram localizados a duração nem o desfecho da greve

29/9 a 1/10/1950	Assalariados agrícolas da propriedade “Mar Grande” pertencente à Usina São Bento em Santo Amaro.	Aumento de salários.	A greve durou três dias e terminou com o aumento de Cr\$ 4,00 para 6,00 pela tonelada de cana cortada e de Cr\$ 14,00 para 16,00 a diária dos carreiros e condutores
Início de Outubro/ 1950	Operários da firma Estac Frank, na construção da ponte Juazeiro-Petrolina.	Contra uma determinação da empresa que suspendia o pagamento da maioria dos empregados.	Após seis horas de paralisação, os patrões cederam e decidiram efetuar o pagamento dos empregados.

Fonte: Jornais *O Momento*, *A Tarde*, *Estado da Bahia* e *Diário de Notícias*; Aperj, fundo DPS, C. E. da Bahia

**ANEXOS**

## ANEXO A

**Fotografia 1 - Sindicalistas candidatos a deputados estaduais pelo PCB nas eleições de janeiro de 1947**



Na primeira fila, da esquerda para a direita: Juvenal Souto Júnior, Cosme Ferreira, Rubem Chagas, Benedito Nascimento, Juvêncio Guedes e Dermeval Araújo. Abaixo: João Cardoso, Antônio Marques, Antônio Rosa, Vitorio Pita, Florêncio Moreira e Demócrito Carvalho. Fonte: *O Momento*, 20 jan. 1947.

ANEXO B

Fotografia 2 – Sindicalistas e outros candidatos a deputados estaduais pelo PCB nas eleições de janeiro de 1947



Em cima, da esquerda para a direita: Giocondo Dias, Jaime Maciel, Cosme Ferreira, Mario Alves, Aristeu Nogueira, Eusínio Lavigne e Egberto Leite. À esquerda, abaixo de Giocondo Dias, estão: João Cardoso, Nelson Schaun, Vale Cabral e Oscar Pereira Sobrinho. À direita, abaixo de Egberto Leite, estão: Estevão Macedo, João Martins Luz e João da Costa Falcão. Na penúltima linha, da esquerda para a direita: Lourival Nascimento, Jacinta Passos, Juvêncio Guedes, Carmosina Nogueira, Edilberto Amaral, Maria Lopes de Melo e Walter da Silveira. Na última linha, Saul Rosas, Antônio Rosa, Vitorio Pita, Antônio Marques, Jaime Moura, João dos Passos e Aurélio Rocha. Fonte: O Momento, 17 nov. 1946.

**ANEXO C****Fotografia 3 – Greve dos canavieiros de Santo Amaro, 1945 ou 1946**

Fonte: *O Momento*, s/d.

**Fotografia 4 – Greve geral dos têxteis de Salvador, setembro/outubro de 1948**



Fonte: *O Momento*, s/d.